

CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO

A FAMÍLIA NO CENTRO DA INTERVENÇÃO

Coordenação
Daniel Sampaio
Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho



FUNDAÇÃO
CALOUSTE
GULBENKIAN



PRINCIPIA

Crianças e Jovens em Risco

A família no centro da intervenção

Todos os direitos reservados de acordo com a legislação em vigor; reprodução proibida.

Sem o prévio consentimento escrito do editor, são totalmente proibidas a reprodução e a transmissão desta obra (total ou parcialmente) por todos e quaisquer meios (electrónicos ou mecânicos, transmissão de dados, gravação ou fotocópia), quaisquer que sejam os destinatários ou autores (pessoas singulares ou colectivas), os motivos e os objectivos (incluindo escolares, científicos, académicos ou culturais), à excepção de excertos para divulgação e da citação científica, sendo igualmente interdito o arquivamento em qualquer sistema ou banco de dados.



Título

Crianças e Jovens em Risco – A família no centro da intervenção

Coordenadores

Daniel Sampaio, Hugo Cruz, Maria João Leote de Carvalho

Edição

Princípia, Cascais

Setembro de 2011

Design da capa Maia Moura Design (imagem: Corbis/VMI)

Execução gráfica Peres-Soctip

ISBN 978-989-716-030-1 • **Depósito legal** 332181/11

Princípia

Rua Vasco da Gama, 60-C – 2775-297 Parede – Portugal

Tel. +351 214 678 710 • Fax +351 214 678 719 • principia@principia.pt • www.principia.pt

Crianças e Jovens em Risco

A família no centro da intervenção

Coordenadores

Daniel Sampaio

Hugo Cruz

Maria João Leote de Carvalho

A publicação de

Crianças e Jovens em Risco – A família no centro da intervenção

enquadra-se num acordo editorial entre



«Não existe, nem creio que alguma vez exista, uma forma exacta de educar. (...) Tudo quanto podemos afirmar é que não há educadores perfeitos (...), tudo quanto podemos aconselhar, no estado actual dos nossos conhecimentos, é que cada um eduque com verdade e espontaneamente. Que os educadores sejam personagens reais e não autómatos, eruditos e sofisticados (...).»

(João dos Santos, 1991)

NOTA DE ABERTURA

As Crianças representam o futuro e compete-nos a todos promover as medidas necessárias para lhes garantirmos as melhores condições de vida durante a infância. No entanto, são conhecidas inúmeras situações de Crianças e Jovens em situação de risco, sujeitos a maus-tratos, negligência e abusos. Felizmente as questões em torno destes riscos têm vindo cada vez mais a constituir objecto de especial atenção na sociedade portuguesa.

Ao longo da sua história, a Fundação Calouste Gulbenkian tem estado atenta a estas situações e tem apoiado numerosas instituições que trabalham com crianças e jovens mais desprotegidos do ponto de vista social, potenciando a realização de diversas actividades e estimulando a promoção de novas iniciativas.

Nos últimos anos tem-se vindo, progressivamente, a focalizar os recursos disponíveis para esta área, na promoção de projectos-piloto, com potencial de inovação, nas áreas da intervenção precoce junto de crianças com problemas de desenvolvimento, da formação parental e da maternidade na adolescência. A ênfase dada a estas questões está associada à importância que tem sido reconhecida como a mais eficaz – uma acção preventiva e para a qual a detecção atempada de factores de risco se revela indispensável.

Neste quadro, a Fundação Calouste Gulbenkian a partir de 2007 reforçou a intervenção neste campo através da criação do *Programa Crianças e Jovens em Ris-*

co, que tem como objectivo apoiar e estimular processos de integração social dos grupos mais vulneráveis da população e das comunidades urbanas mais expostas a contextos de pobreza e exclusão social. A coordenação científica do Programa está a cargo do Professor Doutor Daniel Sampaio, apoiado por uma equipa técnica que integra a Doutora Maria João Leote Carvalho e o Dr. Hugo Cruz.

Face à carência de acções estruturadas de apoio às famílias, capazes de se constituírem como recurso para o desenvolvimento de competências parentais de cuidadores de crianças em situação de risco ou perigo, e acreditando que seria um dos principais meios para evitar a institucionalização de crianças e jovens – medida tomada quando as famílias não conseguem assegurar a promoção dos seus direitos e a sua adequada protecção –, a Fundação decidiu eleger a Formação Parental para primeira componente deste Programa.

Na sequência do concurso dirigido a entidades com experiência no trabalho com famílias dos concelhos de Lisboa, Setúbal, Amadora e Sintra, quatro dos concelhos com mais processos de promoção e protecção a nível nacional, foram aprovados oito projectos, dois por cada concelho, que desenvolveram as suas actividades ao longo de três anos (2008/2010).

De uma forma intencional, estes oito projectos apresentam uma grande diversidade quanto às bases teóricas que os orientam, objectivos, modalidades de intervenção, conteúdos, população-alvo, recursos, metodologias, conjunto de actividades e planos de avaliação.

O envolvimento nestes projectos de instituições de proximidade, muitas vezes sinalizadoras privilegiadas de situações de risco (escolas, centros de saúde, juntas de freguesia), para além da parceria obrigatória com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens da zona, teve enorme influência nos resultados obtidos, pelo papel facilitador na integração das crianças e pela rentabilização dos recursos locais.

Atinge-se agora, em 2011, o termo da execução deste conjunto de Projectos de Formação Parental, por feliz coincidência no ano em que se comemora o centenário da publicação da *1.ª Lei de Protecção à Infância* em Portugal, uma das primeiras no mundo a estabelecer um quadro de normas jurídicas que visam a promoção e protecção de direitos específicos para crianças e jovens.

É minha convicção que este livro, que resulta da recolha de experiências dos oito projectos-piloto, poderá contribuir para o conhecimento das várias formas de intervenção e apoio às famílias para que cuidem melhor das nossas crianças.

Isabel Mota

Administradora Fundação Calouste Gulbenkian

PREFÁCIO

UMA PROPOSTA PARA O FUTURO

Este livro apresenta o resumo do trabalho efectuado no âmbito do Programa da Fundação Calouste Gulbenkian «Crianças e Jovens em Risco», iniciado em 2007. Em Agosto desse ano foi aberto concurso público, destinado à escolha de Programas de Formação Parental. Foram seleccionadas oito propostas, apresentadas por organizações que já se encontravam a realizar projectos com crianças em risco, e que tinham a sua sede em locais onde a sinalização pelas Comissões de Crianças e Jovens em Risco se revelava particularmente frequente. Os programas, escolhidos por júri independente, iniciaram a sua actividade em 2008 e completaram-na em 2011, tendo sido o seu trabalho sempre acompanhado pela Equipa Técnica do Programa, que tive a honra de coordenar.

Não é difícil encontrar, à partida, justificação para este trabalho de intervenção. A crise económica e financeira, as mudanças da organização familiar, os impasses do sistema educativo e as dificuldades dos pais no exercício da autoridade são apenas alguns exemplos, muito referidos, sobre a tão discutida crise da família actual. A questão é como intervir, numa teia tão complexa de problemas.

Optámos por privilegiar a acção junto dos pais e encarregados de educação, porque desde sempre considerámos, não só os direitos das crianças, mas também

a necessidade de potenciar as capacidades educativas dos adultos à sua volta. A tarefa não foi fácil: perante os diversos modelos organizativos das famílias presentes nos bairros onde iria decorrer a intervenção, o que se devia entender por família?

Não se trata de uma discussão sem significado. Em Portugal, as inevitáveis transformações da família, ocorridas a partir da segunda metade do século XX, são criticadas como pondo em causa esse modelo mais tradicional do agregado familiar: o casal heterossexual intacto, com filhos em seu redor. No extremo oposto, encontramos a opinião firme de que a família está em desaparecimento, porque o que predominará no futuro serão uniões voláteis sem definição prévia.

A Equipa Técnica optou por uma definição abrangente. Para nós, faz todo o sentido falar de *famílias* (no plural), no sentido de espaços emocionais com práticas familiares (de guarda, sustento, apoio, educação, afectividade, valores), sem limites rígidos de residência, casamento ou orientação sexual dos cônjuges, no qual sobressai a preocupação com o *cuidar* dos seus membros. Esta definição engloba a família nuclear «tradicional», a família monoparental, os agregados familiares reconstituídos, os casais do mesmo sexo com ou sem crianças, os casais *living apart together* com ou sem filhos a cargo e outros modelos de agregação familiar que o futuro definirá.

Esta posição de partida parece-nos crucial: dado que a intervenção se iria centrar em famílias com diferentes raízes e diversos enquadramentos culturais, destinando-se o Programa à capacitação dos adultos nas suas funções parentais, não poderíamos definir *a priori* qual a família ideal, ou qual o modelo organizativo que melhor cuidaria das crianças. O que importava era ter presente que a *ética do cuidar* estaria sempre no topo das preocupações de «transmissão» das equipas técnicas, no trabalho com as famílias englobadas no respectivo Programa.

A minha experiência de três décadas de trabalho com famílias portuguesas, bem como da observação e estudo das intervenções técnicas na área psicossocial, mostra como nem sempre esta posição flexível se encontra presente. Infelizmente muitos técnicos desqualificam os novos modelos de família, são demasiado críticos para os pais ou depressa decidem a institucionalização de uma criança, sem que tenha sido efectuada a avaliação criteriosa de todo o sistema familiar.

A Formação Parental destina-se a intervir na *parentalidade*, a qualidade de ser pai, mãe ou educador, com o objectivo de capacitar os pais para o desempenho das funções básicas das famílias, acima definidas. As equipas que integraram os oito projectos referidos neste livro trabalharam numa perspectiva de co-construção com os pais, isto é, procuraram que os educadores desenvolvessem e reforçassem as suas competências, tornando-os mais capazes para o desempenho das suas fun-

ções parentais. Nesta perspectiva, conseguem-se melhores resultados se cada progenitor/educador puder, desde o início, confrontar-se com as suas dificuldades e procurar soluções. O Programa preocupou-se também com a já referida diversidade das famílias, não só sob o ponto de vista da sua identidade cultural, mas também pela identificação dos respectivos factores de risco e factores de protecção, de modo a conseguir uma intervenção organizada e com perspectivas de continuidade.

O trabalho em rede, com o estabelecimento de parcerias e a promoção de redes formais e informais de apoio às famílias, revelou-se fundamental, porque o isolamento das estruturas familiares contribui para a sua disfunção. Assim a Equipa Técnica promoveu reuniões com os parceiros e procurou alargar o foco da intervenção, ligando-a à estrutura do bairro e procurando incentivar os recursos da comunidade. Neste campo, a acção-investigação que promovemos mostra que ainda há muito a fazer neste campo: em vários locais notámos uma diversidade de intervenções meritorias, mas sem a necessária articulação.

O Programa que agora se apresenta possibilitou a intervenção num número significativo de famílias e contribuiu para o desenvolvimento de novos recursos nas Equipas que intervieram no terreno. No mar das dificuldades actuais da parentalidade nas famílias com crianças em risco ou em perigo, pode dizer-se que foi um contributo pouco significativo, dado o grande número de outros educadores que também poderia beneficiar com esta acção. A dimensão quantitativa, contudo, não pode ser a única a valorizar. Depois deste Programa, as famílias intervencionadas viram acrescidas as suas capacidades parentais e as equipas técnicas de cada projecto ganharam grande experiência, o que permitirá novas e criativas abordagens em situações semelhantes.

Da análise do percurso percorrido, importa chamar a atenção para as prioridades a ter em conta, na área das políticas de família. Parece agora fundamental:

- Compreender as raízes e as culturas familiares, antes de qualquer intervenção;
- Responsabilizar os pais pelas suas práticas, mas possibilitar também mecanismos de apoio à parentalidade, que passem por medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar e que respondam aos diversos modelos do quotidiano das famílias;
- Combater a exclusão, a desigualdade e a discriminação, procurando também potenciar os factores protectores, existentes em maior ou menor grau em todos os agregados familiares;
- Dotar as equipas técnicas intervenientes de dispositivos permanentes de supervisão, que combatam preconceitos ideológicos e contribuam para uma intervenção mais eficaz.

Estou convicto de que o Programa «Crianças e Jovens em Risco», na modalidade da Formação Parental que acabo de apresentar, contribuirá para a definição de uma nova política para a Família e a Criança e possibilitará novas aquisições para os técnicos da área psicossocial que intervêm no sector. Nesse sentido, considero que se trata de uma proposta para o futuro.

Resta-me agradecer o estímulo inicial e o apoio permanente demonstrados pela Fundação Calouste Gulbenkian, sem os quais nada teria sido possível. Quero também enaltecer todo o excelente trabalho dos técnicos que integraram os oito projectos. E louvar a Maria João Leote de Carvalho e o Hugo Cruz, membros da Equipa Técnica que coordeno, por tudo o que conseguiram.

Lisboa, Junho de 2011

Daniel Sampaio
Coordenador Científico do Programa
«Crianças e Jovens em Risco», da Fundação Calouste Gulbenkian.
Professor Catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental
da Faculdade de Medicina de Lisboa

SIGLAS E ACRÓNIMOS

ACIDI – Alto Comissariado para a Imigração e o Diálogo Intercultural

CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

CCP – Código Civil Português

CDSS – Centro Distrital da Segurança Social

CNPCJR – Comissão Nacional de Crianças e Jovens em Risco

CPCJ – Comissão de Protecção de Crianças e Jovens

CRP – Constituição da República Portuguesa

CSDC – Convenção sobre os Direitos da Criança

ECJ – Equipa de Crianças e Jovens, do Instituto da Segurança Social, IP

ECMIJ – Entidades com Competência em Matéria de Infância e Juventude

IDT – Instituto da Droga e da Toxicodependência

IEFP – Instituto de Emprego e Formação Profissional

INE – Instituto Nacional de Estatística

ISS – Instituto de Segurança Social, IP

ISSP – Instituição Particular de Solidariedade Social

LPCJ – Lei de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens

LTE – Lei Tutelar Educativa

PII – Plano de Intervenção Imediata

RSI – Programa de Rendimento Social de Inserção

I PARTE

**A FAMÍLIA NO CENTRO
DA INTERVENÇÃO**

1.

**INFÂNCIA, FAMÍLIAS E
A EDUCAÇÃO PARENTAL**

**Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho**

Família(s): um conceito em permanente (re)construção

A par das profundas transformações demográficas, culturais, políticas, económicas e sociais ocorridas nas últimas décadas na sociedade portuguesa, a realização recente de pesquisas centradas na família tem vindo a promover o desenvolvimento de novos olhares sobre a diversidade e complexificação dos modelos e formas familiares que apontam para uma reformulação de conceitos e para diversas leituras sobre a realidade social (Kellerhals *et al.*, 1989; Almeida *et al.*, 1998; Aboim, 2003; Cunha, 2005, 2007; Wall & Amâncio, 2007; Almeida, 2009).

Embora esta diversidade não seja um facto novo, algumas das configurações actuais tornam a definição do conceito de família objecto de especial cuidado. Nesta linha, Roussel (1992) vai mais longe ao defender a ideia de que nos tempos actuais não é possível falar de família senão no plural, em torno de *famílias*. Além da variação quantitativa, é ao nível da estrutura e da natureza das dinâmicas familiares que se vêem reflectidas as mais importantes transformações. Cada família evidencia-se como um dos lugares privilegiados de construção social da realidade nas suas dimensões de espaço físico, relacional e simbólico (Saraceno, 2003), com uma trajetória própria, envolvendo diferentes estratégias de ruptura e continuidade ao longo do tempo. Estes percursos têm de ser observados enquanto produto de combinações particulares das estruturas englobantes com as oportunidades estratégicas, legítimas ou não, que decorrem de processos de interação e troca onde cada indivíduo se encontra localmente inserido. É aí que se opera e resolve, a um nível mais restrito, a regulação dos conflitos, assegurando-se a articulação entre interesses e objectivos de natureza individual e colectiva.

A emergência de determinadas formas de (re)composição familiar tem vindo a tornar mais visível outros actores sociais que, além do pai e mãe, ocupam um lugar de destaque em muitos grupos domésticos, como os avós, os tios e os padras-tos ou madrastas. Em alguns casos surgem de forma abrupta, sem que haja espaço para a integração de novas relações de autoridade ou a reconstituição dos afectos rompidos. Frequentemente, as rupturas conjugais envolvem mudanças significativas ao nível da economia doméstica, reforçando fragilidades financeiras já existentes e obrigando a procurar outros mecanismos de sobrevivência. As casas de outros familiares, assim como os seus rendimentos, podem funcionar como um apoio importante para os mais novos. Quando os filhos começam a ter os seus próprios filhos, a família de origem pode tornar-se um espaço de permanente reconfiguração de maneira a integrar diferentes gerações ou relacionamentos. Deste modo, as crianças vão sendo cuidadas no contexto de diferentes grupos nos quais os progenitores

nem sempre funcionam como os principais responsáveis pelo processo de socialização primária (Cunha, 2007).

Por vezes, no decorrer destas trajectórias familiares, surgem elementos individual e socialmente considerados desviantes pelo sistema de regulação social. A família revela-se, então, enquanto espaço atravessado por problemas sociais, interpelando as restantes instituições de controlo social com um leque de situações para as quais é necessário procurar respostas. Em alguns destes casos, a acção dos mecanismos de controlo social formal, como as autoridades judiciais, faz-se sentir com vista à regulação das dinâmicas familiares.

Entre as variáveis relativas à família que apontam para uma realidade plena de transformações no país, destacam-se as novas formas de relacionamento e uma conjugalidade mais tardia, o aumento das taxas de divórcio, a maior percentagem de crianças nascidas fora do casamento (Garcia *et al.*, 2001; Wall & Amâncio, 2007; INE, 2009a). Estas alterações estão na mesma linha do verificado noutros países ocidentais. Tal como defende Williams (2010: 13) reportando ao registado neste campo no Reino Unido, «ao longo da vida, muitos de nós coabitarão, casarão, separar-se-ão, serão pais por conta própria, ou farão tudo isto, (...) há um maior reconhecimento da diversidade de estruturas e modelos familiares». No entanto, várias investigações apontam que mais importante do que a estrutura da família é o que acontece no seu seio, ou seja, a qualidade das relações familiares que se estabelecem (Golombok, 2006). Tende a falar-se muito das mudanças e da crise que ameaça a família, algumas dessas já iniciadas na década de 1950, mas a verdade, como confirmam dados da União Europeia (Lima, 2009), é que continuam a ser maioritários os casais com filhos e que para quase a totalidade dos portugueses a família é considerada como «extremamente importante» e deve ser «uma prioridade».

Apesar da aparente e muito discutível perda de autoridade parental, continua a defender-se que os pais devem ser os protagonistas da educação dos filhos, sendo certo que o modelo de família está a mudar, assumindo-se mais os divórcios e as famílias monoparentais, daí o aumento da sua representatividade nas estatísticas oficiais. Casa-se menos, tem-se menos filhos, contudo a família, independentemente do formato ou configuração, continua a ser central na vida da sociedade portuguesa.

Nenhuma forma de acção social se processa num espaço não estruturado. Por muito que alguns, à primeira vista, não o deixem transparecer, a todos subjaz um determinado tipo de estrutura, mesmo que se configure em moldes aparentemente distantes dos tipos dominantes num determinado contexto. É neste sentido que se entende que qualquer família se sustenta numa estrutura que se revela fulcral conhecer, mais ainda quando se pretende nela intervir através de educação parental.

Constituindo-se como determinante na dimensão organizacional da acção humana, a família revela, simultaneamente, uma certa margem de liberdade de acção dos actores sociais e faz também emergir a racionalidade e o desenvolvimento de competências dos seus elementos, condicionados por um conjunto de factores exteriores a si mesmos. Estes factores, consubstanciados nas condições materiais e sociais efectivas no contexto de acção, estão enquadrados, de modo mais abrangente, pelas estruturas e padrões sociais vigentes a cada época. No entanto, é de assinalar também que as acções e comportamentos desenvolvidos não se podem reduzir aos constrangimentos gerais subjacentes aos contextos, embora não possam, de igual forma e em sua consequência, discernir-se deles. Assim, qualquer análise neste campo evidencia a importância do conhecimento da organização familiar, ressaltando como decisiva a natureza construída e, conseqüentemente, em permanente (re)construção e evolução, do conceito de família, geralmente difuso sob uma capa de aparente coerência e constância da acção social.

A educação parental: percursos e teorias

A valorização da condição de criança não é indiferente aos novos contornos dos quadros sociais, neles se destacando linhas de investigação sociológica que tendem a centrar-se na análise dos mais diversos problemas sociais, nomeadamente na emergência de «novas circunstâncias do acto de educar» (Nóvoa, 1986; Almeida, 2009). Verifica-se, pois, que não mais será possível entender a infância como uma qualquer experiência universal de duração fixa, mas antes, porque construída socialmente, requer-se a compreensão das singularidades individuais relativas a condições de género, classe, origem étnica, entre outras possíveis. Reportando-se a uma determinada etapa da vida por referência a sistemas de valores, delimitada por conjuntos sociais de características heterogéneas, trata-se de uma categoria social que não mais pode ser vista como dado natural ou universal garantisticamente definido ou como mera realidade biológica (Wyness *et al.*, 2004).

Nunca como hoje as famílias, muito em especial os pais, terão estado no centro das atenções da sociedade, que os observa no seu desempenho, tendo em conta a privilegiada e importante tarefa que lhes atribui de educação dos filhos. Também, nunca como hoje, os técnicos da área social, da educação e saúde terão estado tão atentos às necessidades das crianças e ao desempenho educativo dos pais. As tão faladas mudanças na família, muitas delas já ocorridas em momentos passados mas nunca explicitadas e assumidas, e a preocupação superior com a criança, sustentam as mais variadas intervenções no campo da parentalidade que vão desde a terapia

familiar à informação parental, passando pela educação parental. Cada uma destas modalidades de intervenção encerra em si crenças e concepções sobre o funcionamento parental e familiar e, por isso, objectivos e metodologias diferenciados que validam e se revelam coerentes com essas mesmas crenças e concepções.

O inegável impacto da influência e do papel socializador que tem reconhece à família um papel incontornável, que deve ser reconhecido e potenciado na intervenção. Tendo em conta a responsabilidade atribuída aos pais na garantia do bem-estar e ajustamento individual e social dos filhos no contexto da comunidade onde se inserem, bem como as dificuldades sentidas pelos próprios no processo educativo, é de destacar a educação parental como instrumento privilegiado de apoio aos pais no desempenho das funções educativas. Este apoio deve ultrapassar a desconfiança, basear-se no respeito e ter um cariz prático e acrítico, dando a voz essencialmente aos pais. O apoio no âmbito da educação parental deve basear-se num «entendimento da estrutura moral existente que subjaz aos compromissos e sentido de responsabilidade das pessoas, mais do que nas condições de que sem responsabilidades não há direitos» (Williams, 2010: 18).

De certa forma, pode dizer-se que, de um modo informal, a educação parental sempre existiu, se se considerar a necessidade e a prática da transmissão de conhecimentos relacionados com educação dos mais novos, de uma geração para a outra, tradicionalmente ao longo dos séculos mais vulgar de mãe para filha. Os primeiros registos de manuais sobre como educar as crianças datam de 1633, contudo, desde o início da civilização existiu sempre a preocupação com o crescimento das crianças, sendo central neste processo a passagem de valores morais e crenças, nomeadamente religiosas, garantindo desta forma uma adultez com comportamentos adequados à vivência em sociedade (Smith, Perou & Lesesne, 2002).

Apenas a partir de 1800 é que o movimento da educação parental começou a ganhar os primeiros contornos formais no contexto norte-americano, através do trabalho das Associações Maternais que evoluíram para a criação da *Charity Organization Society*, em 1890, e onde surgiram os primeiros grupos de mães que se organizaram com o objectivo de partilhar as suas preocupações e dúvidas (Smith, Perou & Lesesne, 2002). Este tipo de organização assente em princípios de voluntariado e assistência começou por basear a sua acção em visitas às casas das famílias mais pobres, olhando-as como as mais necessitadas deste género de apoio. Estar-se-á aqui, possivelmente, perante um primeiro formato da visita domiciliária, modalidade de intervenção contemplada actualmente por vários projectos de educação parental.

Outro exemplo do desenvolvimento de organizações que se ocupavam da parentalidade nesta altura, e ainda hoje em actividade, é o *National Congress of Mothers*,

agora designado por *National Congress of Parents and Teachers*, que desenvolve o seu trabalho através de grupos de discussão sobre temas educativos (Jalongo, 2002).

A transição do século XIX para o século XX trouxe mudanças consideráveis na estrutura familiar, nomeadamente pela diminuição da natalidade e da mortalidade infantil, trazendo a criança para o centro das atenções na família, na qualidade de ser humano com vida própria e autónoma. Progressivamente, abandonou-se a ideia do adulto em miniatura, reforçando-se a ideia da criança como um ser com necessidades específicas (Almeida, 2000). Para este facto contribuíram o aparecimento de uma ideia da escola como fundamental na educação e o reforço do sentimento familiar (Leandro, 2001). Neste contexto, e já em pleno século XX, entre as décadas de 1920 e 1940, a educação parental passou a dirigir-se essencialmente à classe média e, em paralelo, os estudos e investigações sobre o desenvolvimento da criança multiplicaram-se, trazendo um avanço considerável nesta área (Jalongo, 2002).

Mais tarde, com a entrada da mulher no mercado de trabalho e com todas as alterações que este facto provocou no funcionamento familiar, designadamente pela menor disponibilidade para os cuidados aos idosos e às crianças, emergiu a necessidade da criação de respostas sociais que permitissem que os dois cuidadores pudessem trabalhar fora de casa. A ideia de que as instituições passavam a assumir as tarefas educativas desencorajou a participação dos pais neste processo, desinvestindo-se na necessidade do seu apoio (Fein *cit. in* Smith, Perou & Lesesne, 2002).

A educação parental passou a ter primordialmente como destinatários os pais socialmente mais carenciados, assumindo-se que a necessidade de procurar fora de casa trabalho que permitisse o sustento da família poderia afastá-los das tarefas educativas. Surgem assim, no contexto norte-americano, a partir de 1950, vários programas com apoios governamentais, como o *Head Start* e o *Education Parenthood*, vocacionados para os pais e tendo como principal objectivo a inclusão social dos filhos, desde logo centrando este processo de intervenção na parentalidade na componente escolar. Neste caso específico, a educação parental passou a ter um enfoque na forma como os pais poderiam apoiar os seus filhos no desenvolvimento das competências básicas de aprendizagem escolar (Smith, Perou & Lesesne, 2002).

Na década de 1970, o movimento da educação parental foi muito influenciado pela perspectiva centrada na pessoa preconizada por Carl Rogers, com especial importância na promoção junto dos pais da empatia, compreensão e aceitação incondicional, o que permitiu fortalecer as abordagens parentais não punitivas da criança. Nesta altura, pela mão de Thomas Gordon surgiu um programa designado

por *PET – Parent Effectiveness Training*, ainda hoje muito popular e utilizado em diversos países (Ribeiro, 2003). Também nestes anos surgiram vários programas de educação parental centrados no desenvolvimento de uma clara filosofia parental, de competências e estratégias para operacionalizar junto dos filhos. Desta linha de orientação são exemplos o *Systematic Training for Effective Parenting – STEP*, criado por Dinkmeyer & McKay (1976), e o *Confident Parenting* de autoria de Aitchison (1976) (Smith, Perou & Lesesne, 2002).

De uma forma geral, na década seguinte, a educação parental foi direccionada primordialmente para intervenções dirigidas a famílias de risco, com um cariz remediativo, centrado no profissional que funcionava como um especialista que ensinava à família-cliente como educar da melhor forma os filhos. Trata-se de uma intervenção centrada no modelo médico de défice/falha, e por isso desenvolve-se em torno da necessidade de treinar competências parentais, no sentido da protecção da criança que constitui a ideia-base subjacente.

Nos anos 90 do século XX, verificaram-se mudanças significativas na concepção de educação parental que passou a ser influenciada pelas perspectivas sistémicas e socioculturais, chamando-se ao palco da intervenção as potencialidades das famílias. Houve um direccionar da atenção para as necessidades dos pais, para a importância do seu autoconhecimento e da sua auto-estima, do seu bem-estar e da riqueza da sua experiência idiossincrática.

Neste percurso histórico emergiu a ideia de que não era satisfatória uma abordagem de educação parental exclusivamente centrada nas necessidades dos filhos, numa lógica de os pais aprenderem as melhores estratégias para assegurarem o apoio aos filhos no seu desenvolvimento equilibrado e saudável. Tendo em conta que a parentalidade contempla diferentes componentes (cognitiva, emocional e comportamental), é importante ir mais além e valorizar os elementos emocional e vivencial que a experiência parental encerra em si. Adopta-se a ideia de que a experiência vivida por cada pai deve ser valorizada numa intervenção desta natureza e deve servir de ponto de partida para a mesma. Aliás, este princípio subjacente à andragogia é estruturante no campo de conhecimento da educação de adultos (Canário, 1999). Assistimos assim a um afastamento da ideia mais tradicional associada à escola, veiculada por intervenções que se baseiam exclusivamente em palestras verticais e em avaliações dos conhecimentos, e que reforçam a ideia de inoperância e incompetência nos pais.

É de extrema relevância, destacar que, alguns destes pais enquadrados hoje em programas/projectos de educação parental, são adultos que tiveram uma má relação com a escola no passado enquanto estudantes e que, por isso, rejeitam de imediato abordagens e métodos que possam remeter para essas vivências. Segundo

Mlekuz (*cit. in* Gonçalves, 2002: 9), «a primeira exclusão vivida pelos adultos pouco escolarizados é a da palavra», o que desaprova o uso exclusivo de determinadas metodologias em educação parental que não atendam a este princípio, sendo necessário ter em linha de conta a população junto de quem se intervém e a sua relação com instrumentos centrados na leitura (ex.: textos, revistas e apresentações *powerpoint*) e na escrita (ex.: questionários de avaliação de necessidades/satisfação e registos escritos de histórias de vida familiar).

Perante este facto é necessário criar espaços «seguros» onde estes adultos possam encontrar formas de expressar as suas experiências e conhecimentos, os seus *saberes fazeres*, e se distanciem da percepção negativa e lida como infantilizante da relação díade professor-aluno, que transferem para este contexto (Cruz & Gomes, 2008). Na linha desta visão, a educação parental passa a fazer sentido para todas as famílias, democratizando-se de certa forma ao ser assumida como promotora de espaços privilegiados de incremento do desenvolvimento humano, com um carácter preventivo, em que os indivíduos podem adoptar um papel de pró-actividade. Ainda neste quadro, revela-se pertinente contemplar famílias que se encontram a atravessar situações de crise e/ou que reúnam factores de risco familiar, que na maior parte dos casos continuam a ser as que se vêem encaminhadas e associadas a este tipo de intervenção.

Genericamente, pode organizar-se o movimento da educação parental, segundo as suas bases teóricas, em função das seguintes linhas:

- Perspectiva *comportamental* – baseada na teoria de Skinner. O objectivo é ensinar os pais a utilizar estímulos para alterar os comportamentos-respostas dos filhos (Smith, Perou & Lesesne, 2002);
- Perspectiva *reflexiva/humanista* – baseada na teoria de Carl Rogers. O objectivo central desta perspectiva passa pelo desenvolvimento de uma relação pais-filhos pautada pela empatia, aceitação, congruência, genuinidade e escuta activa. As competências comunicacionais de expressão de sentimentos e de resolução de problemas são as mais trabalhadas junto dos pais (Smith, Perou & Lesesne, 2002);
- Perspectiva *adleriana* – baseada na teoria de Alfred Adler. Tem o enfoque na relevância do processo de socialização na família e procura estimular a construção de uma relação pais-filhos positiva. Os pais são incentivados a estabelecer um ambiente familiar democrático com base em regras familiares claras, firmes e consistentes (Smith, Perou & Lesesne, 2002);
- Perspectiva *psicanalítica* – centra-se na importância do auto-conhecimento dos pais e no seu funcionamento intra-psíquico;

- Perspectiva *construtivista* – tem como objectivo trabalhar a forma como os pais constroem o desenvolvimento da criança e o papel que assumem neste processo. É dada muita importância à tomada de consciência das crenças que pais e filhos têm e o impacto que estas assumem nos seus comportamentos, à construção de uma relação pais-filhos com base na partilha e ao desenvolvimento de competências de resolução de problemas;
- Perspectiva de *análise transaccional* – em que se define que as interações sociais têm impacto no desenvolvimento do indivíduo, centrando-se o trabalho da educação parental na aprendizagem dos pais sobre eles próprios, na forma como resolver os problemas imediatos da família e como fornecer um modelo para identificar as necessidades pessoais e dos outros;
- Perspectiva *ecológica* – baseada na teoria de Bronfenbrenner. O indivíduo vai-se desenvolvendo em interacção constante com o meio que o rodeia, sendo a influência exercida de forma bidireccional, com destaque para a importância do contexto em que a família se insere e o impacto que tem no desenvolvimento da criança. Desta forma, além da influência directa da família no desenvolvimento dos filhos e vice-versa, a comunidade de uma forma mais alargada concorre para este processo e «conscientes dessa influência, torna-se possível reutilizar o potencial do contexto em virtude do desenvolvimento (...) Assim, a promoção do desenvolvimento e da mudança psicológica considera esse constrangimento contextual não pesando o indivíduo com uma responsabilidade total pela mudança nem o demitindo de participar nela porquanto o sujeito possui potencial para participar em/nos contextos» (Cruz & Pinho, 2008: 35).

Com base nesta organização, pode perceber-se a evolução a que se assiste neste campo, desde uma visão linear que defendia o inculcar de determinados valores morais às crianças, sendo os pais os responsáveis únicos e exclusivos da educação, para uma visão mais democrática que inclui a criança na qualidade de agente activo neste processo e que possibilita a auscultação das suas reais necessidades e o admitir da sua influência na tarefa de ser pai/mãe. Esta mudança foi muito importante mas, muitas vezes, em momentos de transição a tendência é de caminhar de um extremo para o outro, onde a criança e as suas necessidades e vontades são indiscutivelmente as únicas determinantes do processo educativo. Provavelmente, vive-se o momento em que a sociedade tenta equilibrar a sua posição relativamente à educação dos mais novos, entre uma e outra perspectiva.

Depois do desenvolvimento dos mais diversificados programas/projectos apontados anteriormente, é crucial especificar aqueles que podem servir melhor as famí-

lias, de que forma o fazem e a que perfil de famílias melhor se adequam. Esta foi uma das principais preocupações estabelecidas para este Programa, desde a selecção dos oito projectos passando pelo período da sua execução nos três últimos anos.

Neste percurso, as famílias têm que ser as protagonistas dos processos de educação parental para que os resultados das intervenções possam espelhar o seu desenvolvimento e a resolução dos seus problemas, e não daqueles que, muitas vezes, tecnicamente são definidos como seus e como prioritários por outrem. Esta é uma mudança de lógica, que exige uma postura colaborativa e de co-construção da intervenção com as famílias com que se trabalha. Esta é uma mudança que responsabiliza as famílias pelos processos de mudança e lhes dá espaço para ampliar as suas potencialidades e inibir as suas fragilidades.

Em torno do conceito de educação parental

Com base no conhecimento construído no âmbito da Educação parental, muito enriquecido pelos contributos do conhecimento científico nas áreas da família, parentalidade, intervenção precoce e desenvolvimento infantil (i.e. Teoria da Vinculação de Bowlby e Ainsworth e Teoria dos Estilos Educativos Parentais de Baumrind), é importante definir o que se entende por este conceito.

Neste ponto explanam-se diferentes definições que espelham diferentes olhares, bases generativas e crenças perante o conceito. Centrando o nosso olhar nas necessidades da criança, no âmbito da Psicologia do Desenvolvimento, a educação parental é definida como uma possibilidade de intervenção na parentalidade que tem como objectivos centrais a promoção e capacitação dos pais no desempenho das funções básicas educativas (manutenção da vida, estimulação, apoio emocional, estruturação do ambiente e supervisão) (Bradley, 2002). Por outro lado, há autores que defendem também a importância do enfoque nas necessidades dos pais e na relação que estes estabelecem com os filhos, considerando a educação parental como um «conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudem os pais ou futuros pais a compreender as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos, e aumente a qualidade das relações entre eles» (Pugh, De'Ath & Smith cit. in Gaspar, 2003: 4).

De um outro ponto de vista, a tónica não pode colocar-se exclusivamente nos princípios teóricos de base dos programas/projectos de educação parental, mas como é que se desenvolvem, perspectivando a educação parental como «um processo co-construído ao longo da intervenção com os pais no sentido de se desenvolverem e reforçarem competências parentais que permitam um melhor e mais adequado

desempenho das funções educativas» (Cruz & Pinho, 2008: 34). É ainda importante definir e identificar claramente o seu formato, destinatários e função como sugere Ribeiro (2003), apontando-a como uma «intervenção que engloba serviços disponibilizados ao nível dos sectores público e privado, a mães e pais de diversos níveis socioculturais e económicos, de natureza educativa e preventiva, ou como resposta a situações de crise» (Ribeiro, 2003: 5).

Recorrendo a uma definição integradora (Hammer & Turner, 1985), a educação parental pode ser definida como um conjunto de experiências que potenciam nos pais um maior conhecimento e capacidade de compreensão. Segundo este enquadramento acredita-se que uma intervenção desta natureza pode afectar positivamente a satisfação e o funcionamento das famílias através da partilha de conhecimento sobre o desenvolvimento da criança e das relações que fomentam sua a compreensão, gerando modelos alternativos de parentalidade que alargam as escolhas dos pais, promovendo novas competências e facilitando o acesso aos serviços da comunidade.

Para que se possa enquadrar e perceber os contornos dos diferentes programas/projectos de educação parental que na actualidade se multiplicam em Portugal, é importante ter em linha de conta uma série de aspectos, antes de estes serem propostos às famílias de uma forma impositiva, como se uma família portuguesa tivesse as mesmas vivências de uma norte-americana ou francesa, isto meramente a título de exemplo. Este ponto de situação é importante para se aprofundar o conhecimento sobre de que forma e em que tipologia de programas/projectos se encontram as mais-valias para cada intervenção e qual o papel que diferentes estratégias e metodologias podem ter no seio dos mesmos. Este aspecto é determinante para que as intervenções não funcionem como meros instrumentos, conscientes ou não, de propaganda abusiva pela tão ansiada inovação social.

As intervenções em educação parental devem ter sempre em conta o momento social, cultural e político do contexto em que se desenvolvem, o nível social, cultural e económico das famílias envolvidas, a sua religião, as suas necessidades idiossincráticas, percebidas como discrepâncias entre o estado actual e o desejável. Esta análise atenta e a adequação do programa/projecto a cada realidade são fundamentais para o seu sucesso.

O perfil do técnico no âmbito da educação parental

Perante este leque de dificuldades anteriormente enunciado, é certamente no campo que diz respeito directamente à relação estabelecida dos técnicos com as famílias que mais importante se torna alertar para uma série de variáveis, no-

meadamente em termos da formação específica, perfil e postura do profissional que assegura a intervenção em educação parental e cujo perfil deve obedecer a determinadas condições para que as potencialidades possam ser desenvolvidas e concretizadas.

Deve ter-se em consideração que parte considerável do sucesso de uma intervenção depende da qualidade da acção dos profissionais, além da própria qualidade do programa/projecto. Segundo o University of North Texas Center for Parent Education e o Texas Registry of Parent Educator Ressources (Cooke, 2006), um profissional no âmbito da educação parental deve ter formação em áreas de conhecimento nucleares: desenvolvimento da criança e do ciclo vital; dinâmicas das relações familiares; educação familiar; orientação e afectividade; saúde e segurança; diversidade nos sistemas familiares, métodos de aprendizagem de adultos e de apoio à família; escola e cuidados à infância; relações comunitárias; avaliação de necessidades e da intervenção.

Ao aperfeiçoamento de conhecimentos teóricos e científicos, deve igualmente associar-se, de modo significativo e complementar, o desenvolvimento de algumas características pessoais e competências sociais e relacionais nos profissionais. Segundo Kumpfer (*cit. in* Gaspar, 2005), são essenciais as seguintes características pessoais: as competências comunicacionais, que incluem a escuta; o afecto positivo; a autenticidade e a empatia; a abertura à experiência e a capacidade de partilha; a sensibilidade à família e aos processos grupais; a dedicação; o cuidado e a preocupação com as famílias; a flexibilidade e o humor; a credibilidade e a experiência pessoal com crianças tanto como pai/mãe como profissional. A este respeito, Smith (*in ibidem*) refere ainda a importância de os profissionais terem consciência suficiente das suas próprias experiências na infância, enquanto pai/mãe e da sua vida familiar.

No que se refere a uma intervenção sustentado num formato de grupo, é importante ter em conta alguns outros aspectos, aqueles que foram definidos por Smith (*in ibidem*) e entre os quais se destacam a dinâmica de grupos (clima de aprendizagem apoiante, clareza de objectivos, metas e valores-base da intervenção, estratégias de resolução de conflitos grupais, valorização dos contributos dos vários elementos do grupo) e as competências de aconselhamento (ser capaz de promover o auto-conhecimento e trabalhar os próprios problemas dos pais, evitar os juízos de valor devendo o profissional estar consciente dos seus valores e comportamentos, a gestão das suas próprias emoções, a abertura, a honestidade e a disponibilidade e ter formação que permita acompanhar o desenvolvimento do grupo).

Em síntese, no âmbito de um trabalho em educação parental, o profissional deve acreditar na mudança humana, ser criativo e aberto às constantes adaptações

que requer uma intervenção desta natureza, com base numa observação criteriosa e constante e balizado pelo planeamento e avaliação da mesma. Desta forma, poderá minimizar os constrangimentos mais comuns nestas intervenções, como são as generalizações abusivas sobre as famílias, a emergência constante de novas problemáticas familiares, a gestão das relações de poder no trabalho com as famílias, a diversidade de actores nas intervenções com as famílias e, por último, a dificuldade em objectivar os processos de mudança.

Referências bibliográficas

- Aboim, S., «Evolução das estruturas domésticas», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 43, 2003, pp. 13-30.
- Almeida, A. N., *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para a Investigação*, Coleção Breve-Sociologia, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009.
- Almeida, A. N., «A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes», in *Forum Sociológico*, n.º 34 (II Série), IEDS, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 11-32.
- Almeida, A. N., Guerreiro, M.D., Lobo, C., Torres, A. & Wall, K., «Relações familiares: mudança e diversidade», in Costa, A. & Viegas, J. (eds.), *Portugal, Que Modernidade?*, 2.^a edição, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 45-76.
- Bradley, R., «Environment and parenting», in M. Bornstein (ed.), *Handbook of Parenting. Vol. 2 – Biology and Ecology of Parenting* Mahawah, N.J.: Lawrence Erlbaum Associates Publishers, 2002, pp. 281-314.
- Canário, R., *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa, 1999.
- Cooke, B., «Competencies of a Parent Educator: What does a Parent Educator need to know and do?», *Child Welfare League of America*, Vol. LXXXV, #5, 2006, pp. 785-802.
- Cruz, H. & Pinho, I., *Pais, uma Experiência*, Porto, LivPsic Editora, 2008.
- Cruz, H., «A educação parental e o teatro: as potencialidades da informalidade com intencionalidade», in Matos, P.M.; Duarte, C. & Costa, M.E. (eds.), *Famílias: Questões de Desenvolvimento e Intervenção*, Porto, LivPsic, 2011, (no prelo)
- Cunha, V., *O Lugar dos Filhos. Ideiais, Práticas e Significados*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- Cunha, V., «As funções dos filhos na família», in Wall, K. (ed.), *Famílias em Portugal – Percursos, Interações, Redes Sociais*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2005, pp. 465-497.

- Gaspar, M. (2003). O trabalho com pais na prevenção do comportamento antisocial. In I. Alberto et al. (Orgs). *Comportamento Anti-Social: Escola e Família*. Coimbra: Centro de Psicopedagogia da Universidade de Coimbra.
- Gonçalves, M. T., Da orientação à formação de adultos: experiências europeias, Lisboa, ANEFA, 2002.
- Hammer, T. J., & Turner P. H. (1985), *Parenting in contemporary society*. Englewood, New Jersey, Prentice Hall.
- Jalongo, M. R., «Parent education», in *World Book Encyclopedia*, 2002. [disponível em www.elibrary.com/education]
- Kellerhals, J., Pierre, Y. & Lazega, E., *Microssociologia da Família*, Mem Martins, Publicações Europa-América, 1989.
- Leandro, E., *Sociologia da família nas sociedades contemporâneas*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- Lima, R., «A família não morreu, transformou-se», in *Jornal Expresso*, 1918, 2009, pp. 19-22.
- Nóvoa, A., *Do Mestre-escola ao Professor do Ensino Primário. Subsídios para a História da Profissão Docente em Portugal (séculos XVI-XX)*, Lisboa, Instituto Superior de Educação Física, Universidade Técnica de Lisboa, 1986.
- Smith, C., Perou, R. & Lesesne, C., «Parent Education», in Bornstein, M (ed.), *Handbook of Parenting. Vol. 2 – Biology and Ecology of Parenting*. UK: Lawrence Erlbaum Associates, 1995.
- Ribeiro, S. M., *Ser Família – Construção, Implementação e Avaliação de um Programa de Educação Parental*, Braga, Universidade do Minho, 2003.
- Roussel, L., «O futuro da família», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 11, 1992, pp. 165-179.
- Saraceno, C., *Sociologia da Família*, Lisboa, Editorial Estampa, 2003.
- Wall, K. & Amâncio, L. (eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2007.
- Wyness, M., Harrison, L. & Buchanan, I, «Childhood, politics and ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion», in *Sociology*, Vol. 38, n.º 1, 2004, pp. 81-99.

2.

**A CONDIÇÃO DA INFÂNCIA
EM PORTUGAL**

**Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz**

Parentalidade e infância na sociedade portuguesa

As intervenções sociais e judiciais junto de crianças e jovens que as problemáticas do risco social suscitam em Portugal têm vindo a realizar-se no estabelecimento de uma jurisdição especial de protecção da infância e juventude, que enquadra os princípios e as normas consagrados em diversos diplomas nacionais fundamentais, como a Constituição da República Portuguesa (CRP) e o Código Civil Português (CCP), e outros internacionais, de entre os quais se salienta a Convenção Sobre os Direitos da Criança (CSDC).

Até ao início da década de 1980, a protecção da infância e a administração da justiça tutelar eram assuntos da competência única dos Estados e praticamente não existiam documentos, no plano internacional, que favorecessem uma concertação relativamente a intervenções a desenvolver. Em 1924, a Assembleia da Sociedade das Nações adoptou uma resolução a endossar a Declaração dos Direitos da Criança, promulgada em 1923 pelo Conselho da União Internacional de Protecção à Infância e, em 1946, o Conselho Económico e Social das Nações Unidas recomendou a adopção da Declaração de 1924, conhecida como a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, estruturada em torno de cinco princípios relacionados com o bem-estar das crianças, o seu normal desenvolvimento, a alimentação, a saúde e a protecção contra a exploração (Gomes *et al.*, 2010). Nesse ano, foi ainda criado pelo Conselho Económico e Social o Fundo de Emergência das Nações Unidas para as Crianças, vulgarmente conhecido como UNICEF.

Os anos de 1980 e 1990 revelaram-se decisivos para a mudança desta situação, registando a produção de diversos textos fundamentais de cariz supranacional. Na base da sua elaboração está a tomada de consciência a nível mundial sobre a nova representação da condição social da infância, da qual decorreu a necessidade do estabelecimento de regras e quadros jurídicos próprios que assegurem às crianças a efectivação dos seus direitos. Desde então, tem-se assistido a uma crescente produção normativa neste campo, evidenciando-se de modo particular a Convenção sobre os Direitos da Criança, das Nações Unidas (1989). Nesta linha, diferentes instrumentos internacionais reflectindo preocupações comuns a várias nações no domínio particular da protecção e da intervenção judicial junto de crianças e jovens vieram a ser adoptados em Portugal. Complementarmente a textos de valor universal, esses instrumentos procuram uma certa harmonização e a modificação de medidas e directrizes que definem, de maneira mais ou menos explícita, as regras que visam assegurar a promoção e protecção dos direitos das crianças através da aplicação de princípios fundamentais de liberdade, igualdade e legalidade, sem discriminação.

De um ponto de vista estritamente jurídico, no nosso país é-se criança até aos 18 anos de idade, ainda que seja possível a aplicação, em idades inferiores, de algumas disposições legais previstas para os adultos. Esse é o caso da responsabilização penal, cujo limite mínimo de imputabilidade criminal está situado nos 16 anos de idade. Também a idade de uma possível entrada no mundo do trabalho está regulamentada nesse patamar etário, inferior ao da maioridade civil.

Na sociedade portuguesa, nos últimos anos, as questões em torno da família e dos riscos sociais que a atravessam têm vindo a ocupar um lugar central de discussão entre a opinião pública, surgindo como preocupação social de primeiro plano. Isso é manifesto na emergência de discursos de natureza diversa que apontam para um vasto leque de percepções, práticas e atitudes perante os desafios que se colocam à acção das famílias, independentemente do grau efectivo de conhecimento científico que se possua a seu respeito. A nível interno, a Constituição da República Portuguesa é assumida enquanto garantia de direitos e liberdades dos cidadãos, através da enunciação de disposições de carácter geral das quais decorre aplicação a toda a população. Nela se encontram plasmadas as directrizes normativas estruturantes de matérias centradas na família, na infância e na juventude. A prossecução dos valores jurídico-constitucionais da infância, expressa na necessidade de concretização dos direitos fundamentais da criança (Bolieiro & Guerra, 2009), releva a articulação entre esse direitos e a afirmação da centralidade da família na vida e organização social.

Deste modo, realce para o consagrado no Art.º 67.º da CRP em que se aponta que «a família, como elemento fundamental da sociedade, tem direito à protecção da sociedade e do Estado e à efectivação de todas as condições que permitam a realização pessoal dos seus membros». Nesse artigo são definidas as incumbências cometidas ao Estado para assegurar a protecção da família, relevando-se a cooperação com os pais na educação dos filhos (alínea c), bem como a definição e execução de uma política de família com carácter global e integrado (alínea g). Até à data (Maio/2011), esta responsabilidade tem sido cometida ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social.

No Art.º 68.º da CRP, relativo à paternidade e maternidade, estabelece-se que «os pais e as mães têm direito à protecção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível acção em relação aos filhos, nomeadamente quanto à sua educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país». Não só a educação dos filhos está prevista como um direito dos pais, mas é também posta em evidência a dupla vertente de um direito/poder-dever, conforme previsto no Art.º 36.º: «Os pais têm o direito e o dever de educação e manutenção dos filhos, no que os cônjuges gozam de iguais direitos e deveres; os filhos não po-

dem ser separados dos pais, salvo quando estes não cumpram os seus deveres fundamentais para com eles e sempre mediante decisão judicial». No mesmo sentido, no Art.º 4.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (LPCJP) vê-se substanciado este leque de princípios, clarificando e reforçando-se a importância da responsabilidade parental, bem como a da necessidade de observância de uma acção que atenda ao envolvimento da família na resolução dos problemas.

A infância é objecto de especial atenção no Art.º 69.º da CRP, nele se referindo que «as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições». Nesse artigo, determina-se ainda que o Estado deve assegurar «especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal». Perante este quadro, em Portugal o estatuto social da infância parece colocar-se com uma cuidada certeza em diversas áreas, com uma especial incidência para o plano sociojurídico onde se vêem claramente consagrados os direitos das crianças à luz dos princípios consagrados internacionalmente.

Perante a nova representação da condição social da infância e os actuais contornos do exercício da parentalidade cabe ao Estado uma função de protecção das famílias que deve associar um investimento em educação parental, conforme previsto no Art.º 41.º da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo. Nesta linha, em 2007 foi estabelecido um Protocolo de Cooperação entre o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, o Instituto de Segurança Social, a Direcção-Geral de Segurança Social e cinco instituições universitárias, tendo por objectivo a realização de um estudo de avaliação de programas e projectos de educação parental em curso no país. Pretendeu-se, deste modo, promover um maior conhecimento sobre esta área de forma a sustentar o processo de regulamentação das medidas previstas no Art.º 41.º da LPCJP, bem como promover a definição de orientações sobre possíveis conteúdos de acções de formação e treino parental e de reforço de competências parentais¹.

A nível europeu, é de salientar nos últimos anos a definição de diversas orientações para a execução de políticas de família cujo enfoque se centra nos novos desafios e constrangimentos que se colocam ao nível do papel dos pais. Entre as várias iniciativas que têm vindo a ser promovidas neste âmbito, especial destaque para a

¹ Sob a coordenação de Abreu-Lima, I.M. (FPCE-UP), Alarcão, M. (FCPE-UC), Almeida, A.T. (IE-UM), Brandão, T. (FMH-UTL), Cruz, O. (FPCE-UP), Gaspar, M.F. (FPCE-UP) e Santos, M.R. (ESEP-IPP) foi produzido o estudo *Avaliação de Intervenções de Educação Parental. Relatório 2007-2010*, documento ainda não publicado.

acção do Conselho da Europa, designadamente através da publicação, em 2006, da Recomendação Rec(2006)19, de 13 de Dezembro, focada na necessidade de exercício de uma parentalidade positiva. Neste documento, é chamada a atenção dos Estados e da sociedade civil para as questões sociais associadas ao exercício das funções parentais, enunciando-se um leque de princípios orientadores da intervenção a desenvolver com as famílias e com as crianças.

Neste campo, e tendo em vista a promoção e protecção dos direitos das crianças, nesta Recomendação foi estabelecido como principal objectivo a promoção de uma parentalidade positiva, ou seja, o desenvolvimento de relações positivas entre pais e crianças através das quais se visa otimizar todo o potencial de crescimento. Para isto, reforça-se a necessidade de aprofundamento da discussão sobre as responsabilidades parentais e de como estas podem ser exercidas no quadro actual das sociedades europeias em função da interdependência entre o papel parental e a promoção e protecção dos direitos da criança. Estabeleceu-se ainda um conjunto de princípios orientadores que devem nortear a acção dos técnicos com intervenção neste domínio, bem como se releva a vantagem de os mesmos serem considerados na definição de políticas sociais na área.

Mais recentemente, foi publicado pelo mesmo organismo um novo estudo que apresenta um quadro aprofundado de caracterização entre as famílias e as políticas de família em desenvolvimento nos Estados-membros. A relevância do desenvolvimento de campanhas e acções de sensibilização sobre o papel dos pais, a par da promoção de medidas e políticas centradas na família que visem a erradicação de problemas sociais, como a pobreza, a exclusão social e a discriminação em função do género, entre outros possíveis, adquiriu maior visibilidade e consistência nos últimos anos. O domínio da promoção dos direitos e protecção das crianças e jovens em risco constitui o pano de fundo para a discussão na área, ponto-chave assumido nacional e internacionalmente em função da necessidade de promoção da autonomia das famílias, processo que mais adequadamente se alcança pelo estabelecimento de um relacionamento saudável e positivo entre pais e filhos.

Um ideal de protecção da infância é algo relativamente recente. Em Portugal, o início de uma intervenção sustentada nesta área remonta somente à segunda metade do século XIX, numa primeira fase, em torno de três tipos de serviços: os de assistência, os de instrução e os de justiça. A publicação da primeira Lei de Protecção da Infância, em 27 de Maio de 1911, constituiu um importante marco histórico por ter sido dos primeiros documentos específicos dedicados a estas matérias no plano internacional. Desde então, no território nacional, as crianças são reconhecidas como sujeitos de direitos tutelares e exigíveis no marco legal de forma diferenciada da dos

adultos. No entanto, a prevalência de uma visão sobre as crianças entendidas como adultos em miniatura levou a que os quadros jurídicos estivessem, durante séculos, mais adaptados a um conceito de adultismo do que propriamente às suas necessidades específicas. Era a visão da criança tal como o adulto desejava que ela fosse, substanciada na perspectiva jurídica de *menor* que marcou esta evolução até às duas últimas décadas do século XX.

Só através da valorização da infância enquanto categoria social, iniciada na segunda metade desse século nas sociedades ocidentais, é que a situação começou a alterar-se e de uma concepção estritamente centrada no dito *menor* se passou a outra que tem por enfoque a criança e a condição específica da infância. Para este processo contribuíram os quadros sociais emergentes e as novas linhas de investigação sociológica que tenderam a centrar-se na análise de diferentes problemas sociais. Novas sensibilidades para casos outrora ocultos, ou de diferente visibilidade, começaram a ser postas para discussão.

Decorrente da acção da Comissão de Reforma do Sistema de Execução de Penas e Medidas, criada em 1996, duas novas leis sobre a infância e juventude vieram a ser aprovadas pela Assembleia da República, em 1999: a Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo (Lei nº 147/99, de 1 de Setembro, Ministério do Trabalho e da Solidariedade) e a Lei Tutelar Educativa (Lei nº 166/99, de 14 de Setembro, Ministério da Justiça), dando corpo ao consagrado nas convenções internacionais ratificadas pelo Estado português desde os anos 1980. Tendo entrado em vigor no dia 1 de Janeiro de 2001, estes dois novos diplomas vieram substituir, em larga medida, o modelo substanciado na Organização Tutelar de Menores (OTM, 1978). Ambos têm subjacente um novo paradigma que visa a promoção de intervenções claramente diferenciadas: de protecção junto de crianças e jovens vítimas de diversas circunstâncias pessoais e sociais; de responsabilização e de «educação para o direito» para aqueles que, com idade igual ou superior a 12 anos e inferior a 16 anos, tenham praticado factos que, à luz da lei penal, seriam considerados crimes.

Os termos criança e jovem surgem nestas leis, representando uma nova abordagem no campo do Direito. Até então, o termo *menor* era recorrentemente usado na legislação aplicável a indivíduos com idade até aos 18 anos, patamar em que se alcança a maioridade civil. Pouco a pouco, tem-se assistido também à substituição da expressão Direito de Menores por Direito das Crianças e dos Jovens. Este ponto reflecte uma nova intenção por parte do legislador, que assim integra os princípios decorrentes da nova representação social da infância nas sociedades ocidentais. No entanto, ainda persiste em sectores da sociedade portuguesa uma ideia de «menoridade» quando se debate a infância e a condição das crianças no país (Rodrigues, 1999; Carvalho & Ferreira, 2009).

A intervenção tutelar de promoção e protecção, expressa na LPCJP, desenvolve-se relativamente a casos em que se verifique a ameaça dos direitos essenciais (cívicos, sociais, económicos e culturais) da criança ou jovem até aos 18 anos de idade que, por tal, se vê em situação de perigo para a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, requerendo-se, deste modo, a actuação do Estado. Os sistemas sociais e judiciário devem responder ao perigo identificado desencadeando acções que proporcionem as condições adequadas à promoção dos direitos e protecção das vítimas de qualquer forma de exploração ou abuso, abandono ou tratamento negligente, ou quando se vejam privados de um ambiente familiar que garanta o seu bem-estar e desenvolvimento integral (Guerra, 2004).

Importa reter que com a reestruturação do edifício legislativo ocorrida em Portugal nestes últimos anos um importante conceito adquiriu maior visibilidade. Trata-se da passagem do conceito de «crianças em risco», amplamente divulgado e sustentado na intervenção à luz do anterior modelo consubstanciado na Organização Tutelar de Menores (1978), para a adopção de um outro, de carácter e natureza mais restrito, definido como de «crianças em perigo» (Gersão, 2000; Guerra, 2004). Tal como expresso na LPCJP, parte-se da ideia de que «nem todos os riscos para o desenvolvimento da criança legitimam a intervenção do Estado e da sociedade na sua vida, na sua autonomia e na da sua família». Ficam de fora as acções desenvolvidas numa perspectiva de prevenção secundária que visam a eliminação ou redução dos factores potenciadores do risco através da actuação directa ao nível da criança, dos pais e do seu meio envolvente (Bolieiro & Guerra, 2009).

A operacionalização de uma intervenção neste campo pressupõe a existência de três patamares diferenciados: um primeiro nível, relativo à rede informal, que envolve apenas as entidades com competência em matéria de infância e juventude (ECMIJ); um segundo, de carácter formal, que diz respeito à actuação das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, e um terceiro, também na rede formal, que constitui o topo da pirâmide e corresponde aos Tribunais. Embora se deva privilegiar a intervenção informal, casos há que, pela sua natureza e gravidade, exigem um recurso às instâncias formais. É, no entanto, de salientar que, de acordo com o princípio da subsidiariedade estabelecido no Art.º 4.º, da LPCJ, cada patamar corresponde a um nível de actuação cujos recursos devem ser esgotados antes de se passar ao imediatamente superior².

² Para um aprofundamento das competências atribuídas a cada um destes patamares e às suas formas de operacionalização, consultar Gersão (2000); Bolieiro & Guerra, 2009 e as páginas Web do MTSS, em <http://www.mtss.gov.pt>, e a do Instituto de Segurança Social, IP, em <http://www.iss.pt>.

Conhecer as crianças para intervir nas famílias: traços demográficos e sociais da infância em Portugal

Analisar a condição social da infância na sociedade portuguesa implica, em primeiro lugar, ter presente que, comparativamente a outros países europeus, Portugal entrou tardiamente na modernidade (Viegas & Costa, 1998; Almeida, 2000). Abordar a situação das crianças no território nacional tendo por base os principais indicadores demográficos e sociais, cuja leitura tem necessariamente de atravessar qualquer abordagem sobre as famílias, traz à superfície as desigualdades sociais que ainda hoje se mantêm para muitas. A posição de Portugal no *ranking* das Nações Unidas sobre o Índice de Desenvolvimento Humano (2009) traduz os progressos registados ao longo das últimas décadas e simultaneamente reflecte as disparidades sociais e regionais decorrentes das dificuldades de satisfação de necessidades básicas para uma parte significativa da população portuguesa³.

Deste processo resulta a existência, numa mesma época, de uma grande heterogeneidade de situações relativas aos quadros de vida das crianças no país, nelas se cruzando valores, representações e práticas associados a diferentes tempos da evolução do conceito de infância: a *criança-adulto em miniatura*, braço de trabalho representativa da pré-modernidade; a *criança-aluno* da modernidade; e a *criança-digital*, consumidora e produtora, correspondente à pós-modernidade (Almeida, 2009). Trata-se, no fundo, da confluência dos mais variados factores de ordem individual e social que tendem a perpetuar a constância de realidades e imagens que, pertencendo a tempos diferentes, emergem a um só abarcando estas três dimensões (Almeida, 2000). Para um mesmo terreno e a um só tempo detectam-se estes diferenciados modos de viver a infância, num processo de entrecruzamento muito denso e de difícil acesso.

Não existindo uma uniformidade nos modos de vida na infância, identificam-se diferenças que dependem de variáveis sociais (género, classe social, origem étnica e cultural, idade, entre outras possíveis) e que se distribuem diversamente por diferentes áreas geográficas. Reflectir sobre estes problemas atendendo às suas configurações na realidade portuguesa requer, pois, a consideração da diversidade e complexidade de modelos e dinâmicas sociais que decorrem das profundas

³ Em 2009, Portugal encontrava-se no 34.º lugar no *ranking* pelo segundo ano consecutivo, num patamar de *índice de desenvolvimento humano muito elevado*, ainda que tal posição correspondesse ao último lugar no conjunto dos países da Europa Ocidental, o mesmo acontecendo em todos os factores que compõe este índice. Na desagregação do IDH pelas regiões portuguesas, de salientar a dicotomia entre litoral e interior identificável desde a década de 1970. Relatórios da ONU disponíveis em <http://www.hdr.undp.org/en/statistics>.

transformações demográficas, culturais, económicas e políticas registadas nas últimas décadas. Importa também reter que os modos de vida na contemporaneidade, em contextos marcados pela globalização, estruturam-se em torno de um ideal de ordem social que se afasta dos tradicionais e onde a transnacionalização dos problemas sociais e a percepção de risco, individual e colectiva, são determinantes.

Os olhares sociológicos desenvolvidos acerca da infância nas sociedades ocidentais têm vindo a destacar um certo paradoxo: as crianças tornaram-se objecto de crescente interesse nas sociedades ocidentais à medida que o seu peso foi diminuindo no conjunto total da população. Parece poder afirmar-se que quanto mais os adultos afirmam desejar e gostar de crianças, cada vez são menos as que nascem e cada vez parece ser menor o tempo disponível para estar com elas (Qvortrup, 1995). Portugal não escapa a esta linha de orientação e ao longo das últimas três décadas e meia vem a registar-se um acentuado decréscimo da população infanto-juvenil residente. Esta tendência decorre de um duplo envelhecimento da estrutura etária da sociedade portuguesa que atinge tanto a sua base como o seu topo: à continuada descida da taxa de natalidade tem vindo a contrapor-se o aumento da longevidade, com o conseqüente crescimento da representatividade dos grupos etários mais velhos (Machado, 2005). De acordo com as Estimativas Provisórias, do Instituto Nacional de Estatística (INE), no final de 2009 residiam em território nacional 10 637 713 indivíduos, dos quais 48,3% do sexo masculino e 51,7% do feminino. Por grandes grupos etários em função da classificação estabelecida pelo INE, desde 1990 que se registam importantes variações na distribuição da população (Tabela 2.1).

Tabela 2.1 População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários, em 31 de Dezembro de cada ano (1990, 2000, 2009)

Ano	População residente em Portugal, segundo os grandes grupos etários								
	0-14 anos		15-24 anos		25-64 anos		65 ou + anos		Total
	N	%	N	%	N	%	N	%	
1990	1 993 079	20,0	1 627 716	16,3	4 992 937	50,1	1 356 709	13,6	9 970 441
2000	1 640 675	15,9	1 465 315	14,2	5 473 381	53,3	1 677 287	16,3	10 256 658
2009	1 616 617	15,1	1 181 435	11,1	5 938 508	55,8	1 901 153	17,8	10 637 713

Fonte: INE, *Censos 1991, 2001 e Estimativas Anuais da População Residente em 2009*.

No início do século XXI, residiam no território nacional pouco mais de um milhão e seiscentas mil crianças, número muito abaixo do reportado a 1991, e drasticamente inferior ao registado em 1981, na altura cerca de dois milhões e quinhentos

tas mil (Almeida & André, 2004). Esta variação demográfica de menos novecentos mil indivíduos nos escalões 0-14 anos registada em pouco mais de vinte anos é um aspecto dos mais relevantes no campo das mudanças sociais no país.

A diminuição tem vindo a atingir todos os escalões etários e regiões, ainda que em função de ritmos regionais diversos, sendo possível constatar que no Continente existem claramente duas zonas onde a concentração de crianças mais se faz sentir: uma no Noroeste, onde se destacam os concelhos com os valores máximos nacionais; a outra, em redor da capital, formando uma mancha mais irregular. No litoral algarvio e na fronteira alentejana com Espanha são também identificadas algumas áreas onde a representatividade de crianças na população total é mais elevada.

Almeida e André (2004) identificam duas tendências nestas dinâmicas demográficas: sem imigração, todo o país apresentaria, em 2001, uma sobre-representação das crianças mais velhas e na realidade isso só não acontece porque as mulheres imigrantes transportam consigo modelos de fecundidade dos seus países ou culturas de origem. Constata-se, pois, como as migrações, de origens culturais e linguísticas diferentes, têm tido um papel primordial na evolução dos indicadores demográficos em Portugal. A construção de uma sociedade multicultural, diversa, plural, é um facto para o qual se revela a necessidade de desenvolvimento de políticas de inclusão social. Mas neste quadro de análise não se trata apenas da consideração dos fluxos de imigração, há que atender também ao acréscimo do número de portugueses que têm vindo a emigrar nos últimos anos.

Do ponto de vista das transformações ocorridas no seio da família no país, entre as tendências já mencionadas no primeiro capítulo, salienta-se o aumento das famílias monoparentais ao longo dos últimos anos, acompanhado do decréscimo da percentagem de casais com filhos no total da população (Tabela 2.2).

O número de famílias monoparentais, especialmente femininas, tem vindo a assumir uma expressão significativa. Este dado parece continuar a atender aos que têm sido os papéis tradicionais atribuídos a um e outro género na educação das crianças no país. Os contornos sociais identificados estão, até certo ponto, associados a uma ideia de divisão das tarefas de natureza educativa cometidas a homens ou a mulheres, podendo estas últimas ficar com responsabilidades acrescidas derivadas de pressões sociais ou da conjugação de outros factores (Wall, 2007). Esta expressão tão relevante deve ter em linha de consideração as exigências de um mercado de trabalho cada vez mais competitivo que tem crescido à custa da intensificação do trabalho feminino, que torna a mulher menos dependente e circunscrita ao espaço familiar (Garcia *et al.*, 2000; Almeida, 2009), e ao primado da afectividade e do indivíduo no âmbito das novas lógicas relacionais (Pais, 2000; Aboim, 2003).

Tabela 2.2 Tipo de família clássica na população residente em Portugal, entre 2004 e 2009

Tipo de família clássica	Ano											
	2004		2005		2006		2007		2008		2009	
	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N	%
Uma pessoa	628 955	16,7	629 156	16,7	646 493	16,8	657 402	17,0	683 491	17,5	688 234	17,5
Casal sem filhos	802 337	21,4	815 181	21,5	837 594	21,5	849 590	22,1	874 981	22,5	884 308	22,5
Casal com filhos	1 618 720	43,3	1 619 095	42,7	1 624 101	42,5	1 600 969	41,5	1 511 114	40,4	1 572 312	40,1
Família monoparental	275 826	7,4	283 805	7,5	305 947	7,4	309 987	8,2	314 719	8,1	332 769	8,4
Outros tipos	421 758	11,2	437 853	11,6	425 145	11,5	434 259	11,2	447 394	11,5	448 003	11,5
TOTAIS	3 747 595	100	3 785 090	100	3 839 279	100	3 852 207	100	3 891 699	100	3 925 626	100

Fonte: INE, *Inquérito ao Emprego* (2009, 2010).

De assinalar que a idade dos filhos não faz variar significativamente a presença das mães no mercado de trabalho, nem o seu número de horas laborais. É na região de Lisboa e Vale do Tejo que se identifica uma mais elevada proporção de mães empregadas em tempo completo (Almeida & André, 2004). A situação de Portugal no contexto europeu é marcada pela intensa feminização do mercado de trabalho (69,1% em 2009 quando a média da UE era de 64,2%), sendo o país europeu que regista a maior percentagem de mulheres a desempenhar um trabalho a tempo completo fora de casa, situação que atinge muito em especial os anos de maternidade, a par de uma duração dos períodos de trabalho que se revela prolongada (Almeida, 2009; Fernandes, 2009; EURES, 2010). Acresce o aumento das situações de trabalho precário, a reduzida expressão do trabalho a tempo parcial, as desigualdades na distribuição das renumerações atribuídas a homens e mulheres que se reflectem na existência de taxas de pobreza da população feminina muito elevadas (Sarmiento & Veiga, 2010). Realce ainda para uma forte e crescente representatividade do sexo feminino na frequência do ensino superior.

De acordo com os dados estatísticos oficiais reportados aos Censos de 2001, 69% das crianças residentes no território nacional viviam numa família clássica nuclear, com um casal e sem outras pessoas co-residentes (Almeida & André, 2004). O peso significativo das «descendências de filho único» (Cunha, 2007) assume uma especial e crescente relevância. Parte substancial das crianças (76%) diz respeito a filhos únicos ou àqueles que têm apenas um irmão, e as fratrias mais extensas surgem apenas resi-

dualmente na geografia do país (Almeida & André, 2004). O aumento do número de nados-vivos fora do casamento passou de 25,5%, em 2002, para 36,2%, em 2008 (INE, 2009a). Paralelamente, a idade dos pais tende a aumentar (Fernandes, 2009). Os contextos familiares são marcados, ainda hoje, pelos baixos capitais escolares dos cuidadores: mais de metade das mães e dos pais não possui os nove anos de escolaridade básica. Esta situação atinge de forma mais intensa as Ilhas e a região Norte do país.

Naturalmente, todos estes fenómenos reflectem-se nos processos de socialização das crianças e nas possibilidades de acesso a estruturas de oportunidades diferenciadas. Trata-se de mudanças sociais que condicionam directamente a organização dos sistemas sociais e os modos de vida, e suscitam uma nova representação da condição social da infância. Neste nível, importa destacar um certo paradoxo ainda não resolvido, apesar dos avanços alcançados na última década: o menor número de equipamentos para a infância, sobretudo em termos de creches e de estabelecimentos do pré-escolar, situa-se precisamente nas regiões e áreas onde há um maior número de crianças. Logo à partida, o acesso à igualdade de oportunidades em termos de protecção social e educação revela-se deficitário e promotor da manutenção ou reforço de desigualdades sociais, na medida em que nem todos terão capacidade para aceder a outras formas de resposta que não sejam públicas.

No campo da Educação, os dados oficiais do Ministério da Educação e do Instituto Nacional de Estatística evidenciam três fenómenos que marcam a evolução do sistema de ensino no período compreendido entre 1993 e 2007: a extensão da pré-escolarização, que, no início da década de 1990, abrangia somente metade das crianças com idades entre os três e os cinco anos e, no ano lectivo de 2006/2007, passou a contemplar perto de 78% da população desse grupo etário; um decréscimo de alunos matriculados no Ensino Básico que ocorre a par das tendências demográficas e vem a reflectir-se com particular incidência nos 1.º e 2.º Ciclos⁴, e um aumento do número de matriculados no Ensino Superior, ainda que nos últimos anos também aqui se tenha começado a assistir a uma ligeira inversão desta tendência de crescimento (INE, 2009a)⁵.

Apesar dos progressos que vêm a ser atingidos, as taxas de insucesso e de abandono precoce da escolaridade continuam elevadas, revelando um afastamento

⁴ De 1990 a 2007, registou-se uma diminuição de cerca de 329 mil efectivos na globalidade dos três ciclos do Ensino Básico, exclusivamente no sector público. Os 1.º e 2.º Ciclos tiveram um decréscimo na ordem dos 25,2% e 28,2%, respectivamente (INE, 2009).

⁵ Para um aprofundamento sobre esta matéria e sobre a evolução registada no campo da Educação em Portugal, consultar a publicação «50 Anos de Estatísticas da Educação», disponível em <http://www.gepe.min-edu.pt/np4/376.html>.

relativamente à maioria dos países europeus. A crescente visibilidade destes fenómenos tem de ser lida concomitantemente à influência das disparidades regionais que se reflectem no campo educativo, bem como aos processos de selectividade social e académica que se encontram associados às diversas vias e modalidades de ensino (Vieira, 2005). O abandono do sistema de ensino antes da conclusão da escolaridade obrigatória tende a ser precedido de histórias de insucesso e retenções sucessivas antes do 9.º ano. Os anos mais críticos são o 2.º, o 4.º e 7.º. Em termos etários, o fenómeno é mais intenso a partir dos 12-13 anos (ME, 2004) e ligado ao género, com os rapazes sobre-representados neste campo (UE, 2006)⁶.

Outro indicador a merecer especial atenção é o da pobreza infantil em Portugal⁷, uma realidade multifacetada que configura situações de negação de direitos fundamentais e de privação em áreas essenciais ao bem-estar das crianças (Bastos *et al.*, 2008; Costa *et al.*, 2008)⁸. São casos que remetem para representações típicas de uma infância em contextos da pré-modernidade e que, na sociedade portuguesa, coexistem lado a lado com outras representações, as da modernidade simbolizadas na *criança-aluno* e as da pós-modernidade, da *criança-consumidora* e participativa na construção da vida social (Almeida & Vieira, 2006).

Trata-se de situações que diferem das dos adultos, tanto nas causas como nos efeitos, pois o seu impacto coloca-se não apenas na qualidade de vida no presente mas, de modo determinante, no desenvolvimento futuro das crianças (Sarmiento & Veiga, 2010). A condição dos pais/família perante o trabalho é um dos factores mais associado e o desemprego constitui um dos principais riscos de pobreza. Contudo, à medida que aumenta e se diversifica o trabalho precário, o grau de vulnerabilidade social associado tende também a ser mais elevado.

Conforme apontam as estatísticas oficiais a nível internacional, Portugal é um dos oito países da UE onde se registam taxas mais elevadas de pobreza infantil, e uma das especificidades neste campo prende-se com o risco elevado junto de crianças

⁶ Indissociáveis destes dados, há que ter outros indicadores em consideração, designadamente os obtidos no âmbito do *Health Behaviour in School-aged Children* (HBSC), um estudo da Organização Mundial de Saúde (OMS) centrado nos estilos de vida dos adolescentes em vários contextos, que é coordenado pela Prof.^a Margarida Gaspar de Matos, da Faculdade de Motricidade Humana.

⁷ O Eurostat define a pobreza infantil relativamente às crianças entre os 0-17 anos que vivem em agregados cujo rendimento disponível equivale ou é inferior a 60% do rendimento médio.

⁸ Na UE, este problema social é encarado como um dos principais desafios, tendo a Comissão Europeia reforçado a sua acção neste campo. Em 2006, o Conselho Europeu recomendou aos Estados-membros que tomassem as medidas necessárias para a redução significativa do fenómeno através da criação das mesmas oportunidades para todas as crianças, independentemente da sua origem social. Em 2005, 19% do total dos 97,5 milhões de crianças entre os 0-17 anos residentes na EU (a 27) encontravam-se em risco de pobreza, contra 16% da população total.

que vivem em agregados com adultos inseridos no mercado de trabalho (Sarmiento & Veiga, 2010). A nível internacional, estão identificados dois tipos de famílias que tendem a apresentar um risco significativamente mais alto do que os restantes agregados com crianças: as monoparentais e as alargadas, sendo que no caso português estas últimas representam mais de 40% dos casos identificados (Sarmiento & Veiga, 2010).

As crianças e jovens com menos de 17 anos são um dos grupos mais representativos entre os pobres no país, com um valor que atinge os 21,1%, logo a seguir aos que se situam no escalão dos 35-54 anos, 24,8% (Costa *et al.*, 2008). Relativamente à incidência da pobreza, apresentam um valor na ordem dos 24%, colocando-se entre os três grupos mais vulneráveis na sociedade portuguesa a par da população idosa – 65-74 anos (24%) – ou muito idosa – mais de 75 anos (36%). Como evidenciam os autores deste estudo, estes resultados devem ser alvo de especial atenção por apontarem para uma acentuada vulnerabilidade entre aqueles que constituem os pólos opostos da estrutura etária, precisamente os que se encontram numa situação de maior dependência de outrem. Outro importante indicador no âmbito da ação social diz respeito aos beneficiários do Programa de Rendimento Social de Inserção. O grupo mais representado no total dos beneficiários a nível nacional ao longo dos últimos anos tem sido o que abrange os escalões até aos 24 anos de idade, com um valor que atinge perto de metade do universo em causa. Este indicador pressupõe que esta medida de protecção social terá primordialmente como público-alvo famílias com filhos.

Num patamar de transversalidade, há a considerar um conjunto de importantes mudanças sociais que se reportam à difusão das novas tecnologias de informação e comunicação (TIC) e à edificação de uma sociedade de informação que vem a expandir-se vertiginosamente em Portugal nos últimos anos. Ao contrário de outros países europeus, os estudos realizados evidenciam uma especificidade da sociedade portuguesa: nas famílias são os mais novos que se revelam mais avançados e conhecedores sobre os novos média (Almeida *et al.*, 2008; Ponte & Cardoso, 2008). A familiaridade que vão adquirindo no recurso às novas tecnologias, aliadas a uma ampla diversidade de experiências, distancia-os das competências reveladas pelos mais velhos, sobretudo na tendência para o uso de diversas tecnologias ao mesmo tempo, vulgarmente designado como um comportamento multitarefa⁹.

⁹ Segundo dados do INE (2009b), em 2008 perto de 55% das crianças e jovens entre os 10 e os 15 anos de idade em Portugal utilizavam a Internet com uma frequência diária ou quase diária, registando-se uma subida significativa relativamente aos dados respeitantes ao ano anterior (47,4%). De referir que a recolha de informação para trabalhos escolares (97,0%), o comunicar com outros (82,2%), o jogar e/ou o *download* de jogos, imagens, música e vídeos (64,2%), bem

Outro aspecto de especial importância diz respeito ao facto de, em Portugal, os pais indicarem que têm menos preocupação com as crianças mais novas do que com as mais velhas, especialmente se forem do género feminino. Este é um ponto que diferencia o país da maioria dos restantes 20 que fizeram parte do Projecto EUKids Online¹⁰. A mediação que se exerce entre uns e outros no seio das famílias relativamente aos novos e velhos média não pode ser analisada sem se ter em linha de consideração o contexto social (Buckingham & Willet, 2006). Cenários socialmente desiguais marcam a diferenças nos tempos de vida e recursos de que uma criança dispõe; este é um ponto-chave que aqui se coloca e que se associa à natureza dos diferentes processos de viver a infância na sociedade de informação que vai sendo construída no país (Almeida *et al.*, 2008; Ponte & Vieira, 2009).

Crianças e jovens em perigo: um breve olhar sobre a sua situação

Os dados da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, ainda que sujeitos a algumas limitações de natureza metodológica assumidas nos Relatórios Anuais que impedem uma análise mais detalhada sobre a população em causa, representam a mais importante fonte de conhecimento sobre a condição da infância em perigo em Portugal¹¹. Pela diversidade de situações que chegam ao seu conhecimento, a informação recolhida junto das Comissões de Protecção concelhias permite a construção de um retrato social abrangente e complexo.

como a consulta de sites de interesse pessoal (57,9%), eram as actividades mais representativas. Como principal local da utilização de computadores e Internet, surge a «escola» com valores que oscilaram, para ambas as categorias, entre 83-89% nos dois últimos anos, ainda que em perda relativa que reverteu para um crescimento dos números respeitantes à «casa/domicílio» (em 2008, 82,7% para os computadores e 64,4% para o acesso à Internet). Digno de registo que também a utilização de telemóvel se tenha intensificado de um ano para o outro nesta faixa etária em mais de 11 pontos percentuais (de 73,3% para 84,6%). Em todas as situações mencionadas, não se evidenciam diferenças significativas de comportamento por sexo (INE, 2009b). Mas como notam Almeida *et al.* (2008), esta tendência para uma massificação tecnológica na infância em Portugal vai crescendo assente em desigualdades de acesso e de uso/práticas que estão associadas a variáveis sociais (idade, classe social, família entre outras). Dados mais recentes diferenciam Portugal dos restantes países europeus no que diz respeito à posse de portáteis por parte de crianças e jovens: 65% em comparação com a média europeia (EU) que é de 24%.

¹⁰ Coordenados por Sonia Livingstone, da London School of Economics, investigadores de 21 países europeus, entre os quais Portugal (com a coordenação da Prof.^a Cristina Ponte, da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova de Lisboa), desenvolveram a pesquisa sobre os usos da Internet, telemóvel e outras tecnologias em linha por parte de crianças. Para um aprofundamento sobre os resultados deste projecto, consultar <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/>.

¹¹ Para um aprofundamento dos dados da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco consultar os Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das CPCJ em <http://www.cnpcjr.pt>

Tendo como ponto de partida uma breve análise sobre o fluxo processual global – que se refere ao total dos processos transitados, instaurados, reabertos e arquivados (liminarmente e após a intervenção) pelas Comissões de Protecção durante cada ano –, observa-se que o ano de 2008 foi o primeiro, desde a entrada em vigor da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, em 2001, em que o número de processos instaurados baixou relativamente ao ano anterior (menos 0,9% do que em 2007), situação reforçada em 2009. Inversamente, os processos reabertos, transitados e arquivados aumentaram nesses mesmos anos, traduzindo realidades bem diferentes.

Percentualmente, nos últimos anos tem vindo a crescer o peso dos processos transitados no volume processual global (de 46,5% em 2006 para 51,4% em 2009), tendência que se associa a um decréscimo do valor representativo dos novos processos instaurados (de 49,5% em 2006 para 42,5% em 2009). Também o peso dos processos reabertos tem vindo a subir (de 4,0% em 2006 para 6,1% em 2009). Em 2007, o número de processos transitados de anos anteriores foi, pela primeira vez, superior ao número dos processos instaurados, tendência que se manteve no ano seguinte, assente numa diferença maior entre os valores de uns e outros.

Tabela 2.3 Fluxo processual nas CPCJ entre 2001 e 2009

Ano	CPCJ		Processos					
	Existentes (N)	Com MRD (N)	Transitados (N)	Instaurados (N)	Reabertos (N)	Arquivados (N)		
						Arquivados Liminarmente	Arquivados	Total Arquivados
2001	193	153		9083	618	1796	1962	3758
2002	216	172		9445	754	2033	1981	4014
2003	239	201		12 719	823	3632	2922	6554
2004	252	204		11 991	1038	3100	3135	6235
2005	265	254		12 654	816	2868	2213	5081
2006	269	269	23 712	25 209	2026	6326	12 654	18 980
2007	280	280	30 320	29 547	3141	8543	20 352	28 895
2008	282	282	33 394	29 279	3986	9221	22 527	31 748
2009	291	287	34 416	28 401	4079	7798	24 073	31 871

Fonte: *Relatórios de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens* (2002 a 2009), CNP-CJR/ISS, I.P.

Nos últimos anos, os estabelecimentos de ensino, os estabelecimentos de saúde, os pais e as autoridades policiais têm-se constituído como as principais en-

tidades sinalizadoras. De assinalar que, desde 2008, se evidencia uma subida no posicionamento dos pais, situação cujos contornos importaria aprofundar e melhor perceber pelos diversos significados que pode encerrar. De notar também, desde essa altura, a acentuada descida do número de sinalizações por parte dos serviços de segurança social.

Por escalões etários, as crianças entre «0-5 anos» são as que tiveram uma maior representatividade no seio dos processos instaurados em 2007 (29,9%) e 2008 (28,5%), situação que não veio a ter continuidade em 2009, surgindo nesse ano o grupo dos «11-14 anos» em primeiro lugar (26,3%). De notar que, desde 2006, vem a registar-se uma tendência de ligeira queda nestes valores dos mais novos, emergindo os mais velhos com uma expressão mais significativa. Os escalões mais velhos apresentaram uma forte representatividade: 26,4% dos «11-14 anos», em 2007, e 27,6% dos «10-15 anos», em 2008. De igual modo, os que se situam nos «16-18 anos» vieram a atingir valores bastante expressivos, na ordem dos 18,5%, em 2008. Seguindo a tendência demográfica registada nestes escalões etários a nível nacional, o maior número de processos nas CPCJ diz respeito ao sexo masculino.

Globalmente, nestes primeiros dez anos de vigência da Lei de Protecção de Crianças e Jovens, a tendência mais registada prende-se com a integração destas crianças e jovens em famílias marcadas por pobreza, por vezes de forma extrema. Isto não quer dizer que só as famílias nestas condições sociais são afectadas pelas problemáticas previstas na lei na origem da acção das Comissões, mas antes que existe uma forte componente de desigualdades sociais de base às quais se associam estas situações, num plano que acaba por arrastar uma maior visibilidade e facilidade de acesso dos mecanismos de controlo social formal junto destas em detrimento de outras. Verifica-se também que a maior parte das crianças e jovens abrangidos vive em famílias nucleares clássicas (casal e filhos), mas o peso das monoparentais femininas tem vindo a ser cada vez mais significativo. Em termos representativos, seguem-se as famílias alargadas (com mais do que uma geração presente) e as reconstituídas.

Como em anos anteriores, no período de execução dos Projectos de Formação Parental (2008-2011), a problemática mais identificada na instauração de novos processos por ano foi a negligência, sob as mais diversas formas. Seguiram-se, a uma certa distância e com ligeiras oscilações por ano, a exposição a modelos de conduta desviante, o abandono escolar, os maus-tratos psicológicos/abuso emocional, os maus-tratos físicos e a prática de factos qualificados pela lei como crime.

Relativamente às medidas de promoção e protecção aplicadas pelas Comissões, têm predominado, ao longo dos anos, as que são executadas em meio natural de vida, nomeadamente a de «apoio junto dos pais» (representativa de 77-80% do

total de medidas aplicadas de 2006 a 2009). Entre 2005 e 2008, as Comissões recorreram em menor número à medida de «acolhimento institucional» que passou de 8,6% em 2005 para 6,4% em 2008. Esta é uma medida que tende a ser mais frequente nos escalões «0-5 anos» enquanto o «acolhimento familiar», com valores que têm vindo também a decrescer (de 2,1% em 2005 para 0,7% em 2008 e 2009) está mais associado a crianças entre «6-10 anos» ou nos mais velhos, dos «15-17 anos». No entanto, em 2009, a expressão do acolhimento institucional voltou a subir (8,7%), surgindo como a terceira «medida mais aplicada pelas CPCJ, com especial incidência no escalão «11-14 anos», que correspondeu a 29,6% do total, seguido dos escalões «6-10 anos» (22,7%), «0-5 anos» (21,8%) e «15-17 anos» (20,3%). Esta é uma situação que importa aferir se continuou em crescimento no ano de 2010, informação ainda não publicamente disponível à data (Maio/2011).

Considerando o diagnóstico concretizado pelo Estado português sobre o sistema de acolhimento institucional nestes anos (2006-2008)¹², é possível identificar quatro principais traços de caracterização: «grande dimensão do universo de crianças e jovens acolhidos; longos períodos de permanência em acolhimento; baixa mobilidade e, apesar de tudo, fluxos de entrada no sistema de acolhimento inferiores aos de saída para meio natural de vida» (ISS, 200: 52). Apesar da redução dos tempos médios de permanência em acolhimento e dos esforços na desinstitucionalização, o panorama traçado pelas entidades oficiais sugere a existência de um considerável número de situações de perigo que levam à aplicação da medida mais grave prevista na lei, valor que tem de ser lido de forma mais profunda, na medida em que a estes números se associam baixas acentuadas na taxa de natalidade e índice de fecundidade no país. Estas variações estatísticas não podem ser lidas de forma absoluta sem que se atenda à tendência de decréscimo da representatividade dos escalões das crianças e dos jovens no seio da população portuguesa.

Referências bibliográficas

- Aboim, S., «Evolução das estruturas domésticas», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, 2003, pp. 13-30.
- Almeida, A. N., *Para uma Sociologia da Infância. Jogos de Olhares, Pistas para Investigação*, Coleção Breve, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2009.

¹² Para um aprofundamento sobre as respostas sociais em curso, consultar os sites do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, em <http://www.mtss.gov.pt>, e do Instituto de Segurança Social, IP, em <http://www.iss.pt>.

- Almeida, A. N., Delicado, A. & Alves, N. A., *As Crianças e a Internet: Relatório de um Inquérito*, Instituto de Ciências Sociais, Lisboa Fundação Calouste Gulbenkian, 2008. [disponível em <http://www.crinetnet.ics.ul.pt/icscriancas/index.jsp?page=documents&type=&lang=pt>]
- Almeida, A. N. & Vieira, M. M., *A Escola em Portugal: Novos Olhares, Outros Cenários*, Coleção Breve, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2006.
- Almeida, A. N., «A sociologia e a descoberta da infância: contextos e saberes», in *Forum Sociológico*, n.º 34 (II Série), IEDS, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa, 2000, pp. 11-32.
- Almeida, A. N. & André, I., «O país e a família através das crianças – ensaio exploratório», in *Revista de Estudos Demográficos*, n.º 34, 2004, pp. 5-35.
- Almeida, A., André, I. & Almeida, H. (eds.), «Relações familiares: mudança e diversidade», in A. Costa & Viegas, J. (eds.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 45-76.
- Bastos, A., Fernandes, G., Passos, J. & Malho, M. J., *Um Olhar sobre Pobreza Infantil. Análise das Condições de Vida das Crianças*, Coimbra, Almedina, 2008.
- Bolieiro, H. & Guerra, P., *A Criança e a Família – Uma Questão de Direito(s). Visão Prática dos Principais Institutos do Direito da Família e as Crianças e Jovens*, Coimbra Editora, 2009.
- Buckingham, D. & Willett, R. (eds.), *Digital Generations. Children, Young People, and New Media*, London, Lawrence Erlbaum, 2006.
- Cardoso, G. (ed.), Espanha, R. & Lapa, T., *E-Generation. Os usos de media pelas crianças e jovens em Portugal*, Relatório Final, Lisboa, CIES, Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa, 2008. [disponível em <http://www.cies.iscte.pt/publicacoes>]
- Carvalho, M. J. L. & Ferreira, L., «Infância e Risco Social: Retratos da Imprensa Portuguesa», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 60, Maio-Agosto, 2009, pp. 105-129.
- CNCJR, *Relatórios Anuais de Avaliação da Actividade das CPCJs (por ano)*, Lisboa; CNCJR e ISS, Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, 2001-2009.
- CNPCJR, *Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, Documento de Apoio*, Dossier Temático, Lisboa, 2000.
- Costa, A. B., Baptista, I., Perista, P. & Carrilho, P., *Um Olhar sobre a Pobreza*, Lisboa, Gradiva, 2008.
- Cunha, V., *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2007.

- EURES, Informações sobre o mercado de trabalho, Portal Europeu da Mobilidade Profissional, 2010. [disponível em <http://ec.europa.eu/eure>]
- Fernandes, N., *Infância, Direitos e Poderes. Representações, Práticas e Poderes*, Porto, Edições Afrontamento, 2009.
- Garcia, J., Jerónimo, H., Norberto, R. & Amaro, M.I., *Estranbos. Juventude e Dinâmicas de Exclusão Social em Lisboa*, Oeiras, Celta Editora, 2000.
- Gersão, E., «As novas leis de protecção de crianças e jovens em perigo e de tutela educativa. Uma reforma adequada aos dias de hoje», in *Infância e Juventude*, n.º 2, Abril-Junho, 2000, pp. 9-48.
- Gomes, C. (ed.), Fernanda, P., Portugal, S., Soares, C., Trincão, C., Sousa, F., Aldeia, J. & Reis, J., *Entre a Lei e a Prática. Subsídios para uma Reforma da Lei Tutelar Educativa*, Coimbra, Observatório Permanente da Justiça Portuguesa, Centro de Estudos Sociais da Faculdade de Economia, Universidade Coimbra, 2010.
- Guerra, P., *O Direito da Família, das Crianças e Jovens*, Colectânea de Apoio a Acção de Formação, 2004 (documento não publicado).
- INE, *Estimativas Anuais da População Residente em Portugal a 31/12/2007*, Instituto Nacional de Estatística, 2009^a. [acedido em 01/03/09, <http://www.ine.pt>]
- INE, *Estudo sobre o Poder de Compra Concelhio-2007*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2009b. [acedido em 29/11/09, <http://www.ine.pt/xportal>]
- INE, *Estimativas Provisórias sobre a População Residente em Portugal, 31/12/2007, por sexo e grupos etários, Portugal e municípios (NUTS 2002)*, Lisboa, Instituto Nacional de Estatística, 2008.
- ISS, *Plano de Intervenção Imediata. Relatório de Caracterização das Crianças e Jovens em Situação de Acolhimento em 2008*, Instituto de Segurança Social, I.P., Departamento de Desenvolvimento Social, Unidade de Infância e Juventude, Sector para a Qualificação do Acolhimento, Abril, Lisboa, 2009.
- Machado, P., *As Malbas que a (C)idade Tece – Mudança Social, Envelhecimento e Velhice em Meio Urbano*, Dissertação de Doutoramento em Sociologia, especialidade de Sociologia do Desenvolvimento e da Mudança Social, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2005 (documento não publicado).
- ME – Ministério da Educação, Plano Nacional de Prevenção do Abandono Escolar, Lisboa, Ministério da Educação, 2004.
- Pais, J.M. (ed.), *Traços e Riscos de Vida*, Lisboa, Âmbar, 2000.
- Pratas, M. et al., *Relatório de Avaliação do Sistema de Acolhimento de Emergência – 2007*, Comissão de Supervisão e Avaliação do Sistema de Acolhimento de Emergência, CDSS de Lisboa, Instituto de Segurança Social, 2008.

- Qvortrup, J., «Childhood in Europe: a new field of social research», in Chisholm, L., Büchner, P., Krüger, H. H. & Bois-Reymond, M. (eds.), *Growing Up in Europe: Contemporary Horizons in Childhood and Youth Studies*, New York, Walter De Gruyter & Co., 1995, pp.7-19.
- Rodrigues, A., «Política criminal e política de minoridade», in *Psicologia: Teoria, Investigação e Práticas*, Centro de Estudos em Educação e Psicologia da Universidade do Minho, n.º 2, 1999, pp. 285-294.
- Ponte, C. & Vieira, N., *Crianças e Internet, Riscos e Oportunidades. Um desafio para a agenda de pesquisa nacional*, Projecto EU Kids Online Portugal, Lisboa, Universidade Nova de Lisboa e Universidade Técnica de Lisboa, 2009. [disponível em <http://www2.fcsh.unl.pt/eukidsonline/docs>]
- Sarmiento, M. & Veiga, F. (eds.), *Pobreza Infantil*, edição da Rede Europeia Anti-Pobreza/Portugal, Braga, 2010.
- Viegas, J. & A. Costa (eds.), *Portugal, que Modernidade?*, Oeiras, Celta Editora, 1998, pp. 45-76.
- Vieira, M. M., «O lugar do trabalho escolar – entre o trabalho e o lazer?», in *Análise Social – Educação e Modernidade*, Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Lisboa, 2005, pp. 519-545.
- UE, *EU Integration Seen Through Statistics – Key Facts of 18 Policy Area*, Eurostat, 2006 Edition, European Communities, Luxembourg, Office for Official Publications of the European Communities, 2006. [disponível em <http://europa.eu>].
- Wall, K. e Amâncio, L. (eds.), *Família e Género em Portugal e na Europa*, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais, 2007.

II PARTE

**PROGRAMA «CRIANÇAS
E JOVENS EM RISCO»**

3.

O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJECTOS NO TERRENO

**Hugo Cruz
Maria João Leote de Carvalho**

O Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH) tem como objectivo central apoiar e estimular processos de integração social dos grupos mais vulneráveis da população e das comunidades urbanas mais expostas a contextos de pobreza e exclusão social. Neste âmbito, a Fundação Calouste Gulbenkian decidiu reforçar a intervenção junto da infância e juventude em risco social através do lançamento de uma nova iniciativa designada por Programa «Crianças e Jovens em Risco», com uma duração prevista de cinco anos.

Dando sequência a actividades e projectos anteriormente realizados ou ainda em curso junto de famílias e grupos sociais em situação de maior vulnerabilidade social¹, em 2007 foi aberto um concurso para selecção de projectos-piloto de Formação Parental, destinado à apresentação de candidaturas promovidas por organizações não-governamentais que se encontrassem a realizar trabalho com crianças e jovens em risco e suas famílias, de preferência em articulação ou em colaboração com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais. As áreas de intervenção elegíveis para efeitos de co-financiamento na primeira fase de execução desta iniciativa foram os concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Setúbal, por as respectivas Comissões de Protecção apresentarem dos mais elevados volumes de processos de promoção e protecção a nível nacional².

Deste concurso resultou a aprovação de oito projectos, dois por concelho seleccionado (Tabela 3.1)³, suportados por parcerias estabelecidas pelas entidades promotoras – Pressley Ridge Portugal, Instituto das Comunidades Educativas, Associação Arisco, Centro de Estudos Dr. João dos Santos – «Casa da Praia», Associação Margens, Movimento de Defesa da Vida, Fundação Portuguesa «A Comunidade Contra a Sida», «Questão de Equilíbrio» – Associação de Educação e Inserção de Jovens, e as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais e outras instituições e serviços de entre os quais se destacam câmaras municipais, juntas de freguesia, centros e unidades de saúde, agrupamentos de escolas, forças de segurança, instituições particulares de solidariedade social, associações locais e instituições do ensino superior.

Para a sua execução as entidades promotoras beneficiaram de financiamento por parte da Fundação Calouste Gulbenkian, de um montante global de 1 215 188€, conforme se apresenta na Tabela 3.1.

¹ Para o aprofundamento sobre os projectos e actividades, consultar a página do PGDH em <http://www.gulbenkian.pt/index.php?section=154>

² Para um melhor conhecimento sobre os principais indicadores demográficos e sobre o perfil das crianças e jovens abrangidos pela acção das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens existentes nestes concelhos, vide Anexos 1 e 2.

³ Do total de 105 candidaturas submetidas vieram a ser seleccionadas oito, correspondentes a 7,5% do total em análise.

Tabela 3.1 Formação Parental: valor do financiamento atribuído, por entidade promotora, segundo o concelho

Concelho	Entidade proponente	Projecto	Anos			Total
			2008	2009	2010	
Amadora	Pressley Ridge Portugal	«Nova_Mente»	61 863 €	68 178 €	69 976 €	200 018 €
	Instituto das Comunidades Educativas	«Laço»	65 486 €	61 719 €	62 349 €	189 553 €
Lisboa	Associação ARISCO	«Rede de Intervenção na Família»	60 370 €	61 050 €	78 540 €	199 960 €
	Centro de Estudos Dr. João dos Santos – Casa da Praia	«Para Pais sobre Filhos»	23 170 €	30 350 €	29 450 €	82 970 €
Sintra	Associação Margens	«Escola de Pais»	24 365 €	23 997 €	23 998 €	72 360 €
	Movimento de Defesa da Vida	«SAFER – Serviço de Apoio à Família em Risco»	65 463 €	66 367 €	68 170 €	200 000 €
Setúbal	Fundação Portuguesa «A Comunidade contra a Sida»	«Espaço da Família»	24 798 €	22 798 €	22 798 €	70 394 €
	Questão de Equilíbrio. Associação de Educação e Inserção de Jovens	«NOP – Novas Oportunidades Parentais»	67 538 €	64 428 €	67 967 €	199 933 €
Totais			393 054 €	398 887 €	423 248 €	1 215 188 €

Fonte: Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano, FCG (2011)

De uma forma intencional, estes oito projectos foram seleccionados com base na diversidade que apresentam quanto às bases teóricas que os orientam⁴, objetivos, modalidades de intervenção, conteúdos, população-alvo, recursos, métodos, lógica de execução das acções e actividades e planos de avaliação.

Ao longo dos três anos de intervenção (2008-2011), as respectivas equipas foram objecto de uma acção de acompanhamento técnico que se desenvolveu em torno de duas componentes, uma de natureza financeira, que contou com a participação de uma entidade externa à Fundação Calouste Gulbenkian de auditoria, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas J. Rito, Soc, Lda., cuja acção se centrou nos relatórios de execução relativos ao 1.º semestre de 2009 incluindo visitas aos

⁴ O júri foi presidido pelo Prof. Doutor Daniel Sampaio e integrou o Juiz Conselheiro Armando Leandro, o Prof. Doutor Gomes Pedro, a Prof.^a Doutora Paula Cristina Martins e o Dr. Hugo Cruz.

projectos, e outra de carácter técnico, a cargo de uma equipa constituída especificamente para este efeito.

Este processo de acompanhamento técnico por parte da Fundação Calouste Gulbenkian foi assumido na perspectiva de uma co-construção entre a equipa de colaboradores externos responsável pelo mesmo e as equipas e entidades promotoras dos projectos no terreno, tendo por objectivo primordial as funções de suporte, apoio e mediação em detrimento de uma visão redutora centrada exclusivamente numa prática tradicional de fiscalização e controlo externo.

Como se depreende pela designação desta componente – Projectos de Formação Parental –, visou-se a promoção de intervenções junto de pais e cuidadores. De acordo com a tradição na área da educação de adultos, onde se situa a maior parte da acção dos projectos seleccionados neste Programa, existe uma vasta discussão e reflexão em torno das terminologias «educação» e «formação» quando aplicadas ao campo da parentalidade, não sendo consensual o seu uso tanto a nível nacional como internacional (Correia & Serrano, 2000; Hoghughi & Long, 2004).

Independentemente do carácter mais ou menos adequado e mais ou menos redutor que lhes possa ser atribuído, até porque no senso comum cada uma delas traz, inevitavelmente, significados associados a diferentes componentes da escola e a diferentes escolas e quadros teóricos (Cruz & Barbosa-Ducharne, 2006), é de salientar que a utilização quer de uma como de outra neste livro procura um afastamento do paradigma escolar tradicional. Tendo em conta as teorias claramente contraditórias que existem relativamente aos conceitos de educação e formação (i.e.: Avanzini, 1996 e Honoré, 1977 *cit. in* Canário, 1999), optou-se por não trazer essa discussão para este âmbito e assumir a utilização dos dois termos, numa perspectiva que acaba por ganhar corpo em várias direcções mediante a apresentação e discussão dos conteúdos e modelos que cada um dos projectos adoptou. Esta multiplicidade de perspectivas constitui um dos maiores contributos que esta iniciativa trouxe para a reflexão e discussão neste domínio.

Este pressuposto não anula que o ponto de partida para a acção da Fundação Calouste Gulbenkian tenha sido precisamente o de apostar na inovação de acções centradas no exercício da parentalidade, apesar de esta concepção, a um primeiro olhar, poder ficar mais restrita pelo recurso inicial à expressão «formação parental», que acabou por se ver (re)construída ao longo destes três anos de intervenção.

Nesta linha de orientação, desde o início, com a implementação do modelo de acompanhamento técnico procurou-se atingir um equilíbrio entre a valorização

do conhecimento – investigação avaliativa – e as perspectivas da responsabilidade social e gestão. Pretendeu-se ter em linha de conta as três dimensões básicas definidas por Chelimsky (1978) na avaliação de intervenções comunitárias:

1. a dimensão da responsabilidade social, que se centra na missão de avaliação da relação custo-eficácia dos projectos;
2. a dimensão da gestão, através da qual se coloca o enfoque na eficiência e impacto dos projectos nas respectivas comunidades e na tomada de decisão racional para resolver os problemas apresentados;
3. a dimensão do conhecimento que tem por objectivo a produção de conhecimento sobre os problemas sociais, neste caso específico sobre os que atravessam a área das famílias e do exercício da parentalidade, e os efeitos deles decorrentes que os programas procuram globalmente solucionar.

A ideia-chave foi a de não restringir exclusivamente a análise e avaliação a saber se os projectos funcionaram ou não e se o financiamento atribuído pela Fundação foi gerido e gasto de modo eficiente, mas fundamentalmente o objectivo estabelecido foi o de tentar analisar e discutir as razões que estiveram na base de estes projectos terem alcançado determinados resultados, pretendendo identificar-se os «ingredientes activos» de cada um e do conjunto em geral, ou seja, conhecer as mais-valias para esta área de intervenção (Vidal, 1996), tanto ao nível das potencialidades detectadas como dos constrangimentos que os afectaram.

Nesta ordem de ideias, para a componente de acompanhamento técnico definiram-se os seguintes objectivos:

- promover a reflexão e a análise crítica das intervenções desenvolvidas;
- reflectir em conjunto com as equipas dos projectos soluções e estratégias para as dificuldades identificadas na implementação das intervenções;
- incentivar a construção de registos das práticas ao longo do tempo de execução;
- estimular a partilha de experiências no âmbito da formação em «educação/formação parental» entre as diferentes equipas e projectos;
- conceber instrumentos de acompanhamento técnico e de avaliação;
- proceder à recolha, tratamento e apresentação/divulgação dos dados referentes ao Programa.

A diversidade científico-metodológica dos Projectos de Formação Parental em causa, aliada a uma escassez ou até mesmo à quase ausência de estudos e informação sobre práticas de avaliação de acções desta natureza (Gaspar, 2005), reforçou a concepção do modelo de acompanhamento como um processo em contínuo

aperfeiçoamento no seu entendimento e aplicação, dele resultando um permanente ajustamento às necessidades identificadas no decorrer da execução das acções no terreno (Guerra, 2000; Fisher, 2002).

Deste modo, os objectivos previamente mencionados concretizaram-se, primordialmente, através de uma metodologia participativa e flexível, com um carácter formativo (Monteiro, 1996), que visou a capacitação das próprias equipas nele envolvidas, estando para isso assente primordialmente nas seguintes acções:

- visitas aos espaços locais e a actividades desenvolvidas no âmbito de cada projecto;
- realização de reuniões para reflexão conjunta com as equipas técnicas responsáveis pela execução dos projectos, nos respectivos territórios de intervenção;
- promoção de Encontros entre as equipas dos projectos com apresentação das acções em curso e respectivos processos de avaliação, interna e externa;
- promoção de Encontros Temáticos entre as equipas dos projectos, os parceiros, entidades relevantes para a implementação dos projectos (i.e. CNPCJR) e especialistas nas áreas de intervenção que vinham a revelar-se como as mais frágeis na execução ou aquelas onde se revelaram os maiores constrangimentos;
- análise e reforço da dinâmica criada na plataforma informática;
- acesso e partilha a produtos, materiais e instrumentos construídos no âmbito dos projectos;
- facilitação de informação relacionada com a área da formação/educação parental e de outros conteúdos relacionados com as famílias e a infância e juventude em risco social;
- diálogo acessível às equipas técnicas dos projectos em qualquer momento do desenvolvimento dos projectos via *e-mail*;
- produção de uma brochura-síntese com os principais resultados intercalares desta componente;
- organização do presente livro com o contributo dos projectos, através da escrita de oito capítulos específicos;

É fundamental reforçar a ideia de que este modelo de acompanhamento seguiu uma lógica de investigação-acção e que privilegiou, ao longo dos três anos, uma co-construção e uma adequação constante entre as necessidades da Fundação, da equipa técnica de acompanhamento e das equipas dos projectos. É, pois, um modelo que resulta de um desenho a várias mãos.

Numa fase inicial, com o objectivo de estruturar o processo de recolha de informação e respectivo processo de análise, foi delineado um modelo de relatório semestral, em versão digital, com duas componentes, uma qualitativa e outra quantitativa, a preencher pelas equipas. Através deste instrumento, as equipas podiam anexar a informação ou materiais que julgassem pertinentes, sendo importante ser demonstrado o modo como o projecto ia sendo desenvolvido em função do apresentado na respectiva candidatura.

Tendo em vista um outro nível de análise, mais qualitativa, foi apresentada às equipas a ideia de construção de um dossier de incidentes críticos que pudessem constituir-se como um instrumento potenciador do registo e da reflexão interna. Para esta tarefa, não foi sugerido qualquer modelo, ficando ao critério de cada uma a definição da opção que melhor considerasse servir esse fim.

Em conjunto, estes documentos e relatórios serviram para um acompanhamento dos projectos à distância, e através da análise e sistematização da informação neles contida recolheram-se contributos para a organização dos conteúdos programáticos das reuniões e encontros, de acordo com as necessidades sentidas por cada projecto, em particular, e pelas oito equipas, em geral.

Semestralmente, após a entrega dos relatórios por todas as equipas, foi sempre feito um balanço sobre a evolução da execução em curso e apontadas prioridades de acção para o Programa, colocadas em evidência através de grelhas de análise e num relatório intercalar, que foram complementados com outros tipos de registos, designadamente os que foram elaborados em função do observado e partilhado nas visitas aos projectos.

É ainda de assinalar que as equipas foram permanentemente encorajadas a estruturar e organizar todos os materiais e instrumentos de intervenção construídos no âmbito da execução dos projectos, de forma a mais facilmente se proceder à sua disseminação, neles se incluindo registos fotográficos, vídeo e áudio no sentido de tornar possível uma mais ampla divulgação, sempre na salvaguarda da privacidade, respeito e reserva da vida privada das famílias e pais ou cuidadores neles directamente envolvidos.

Uma das actividades mais profícuas a todos os níveis de entre todas as realizadas ao longo dos três anos é a que diz respeito à realização de oito encontros temáticos, um por cada território de intervenção, estando a organização a cargo da respectiva equipa técnica. Estes encontros terão constituído provavelmente espaços de maior interesse e aprofundamento das acções concretizadas, permitindo uma mais profunda partilha de conhecimento entre as diferentes equipas, tendo incluído a presença de parceiros e de outros recursos locais em vários dos casos. No âmbi-

to destes encontros, as equipas foram estimuladas a apresentar casos concretos de incidentes críticos ocorridos com as famílias, para através da metodologia de «discussão de caso» se levantarem hipóteses para a resolução dos impasses detectados.

Em suma, o modelo de acompanhamento estabelecido possibilitou dar resposta a um leque variado de solicitações e necessidades, num processo que potenciou a recolha e discussão da informação apresentada ao longo deste livro, promovendo a participação e visibilidade a todas as equipas directamente envolvidas.

Referências bibliográficas

- Canário, R., *Educação de Adultos: um campo e uma problemática*, Lisboa, Educa, 1999.
- Chelmsky, E., *Self-disclosure: origins, patterns and implications of openness in interpersonal relations*, San Francisco, Jossey-Bass, 1978.
- Chianca, T, Marino, E. & Schiesari, L., *Desenvolvendo a cultura de avaliação em organizações da sociedade civil*, Coleção Gestão e Sustentabilidade, São Paulo, I. Fonte/Editora Global, 2001.
- Correia, L. & Serrano, A. M. (eds.), *Envolvimento parental em intervenção precoce: das práticas centradas na criança às práticas centradas na família*, Porto Editora, 2000.
- Cruz, O. & Barbosa-Ducharne, M. A., «Intervenção na parentalidade: O caso específico da formação de pais», in *Revista Galaico-Portuguesa*, 10, 2006.
- Fischer, R., *O desafio da colaboração – práticas de responsabilidade social entre empresas e terceiro setor*, São Paulo, Gente, 2002.
- Gaspar, M., «A Educação de Pais», in *Diário de Coimbra*, Março, 2001.
- Guerra, I., *Fundamentos e Processos de Uma Sociologia de Acção*, Cascais, Editora Principia, 2000.
- Hoghugh, M. S. & Long, N. (eds.), *Handbook of Parenting: Theory, Research and Practice*, London, Sage Publications Ltd., 2004.
- Monteiro, A., «A avaliação nos projectos de intervenção social: reflexões a partir de uma prática», in *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.º 22, 1996, pp. 137-154.
- Vidal, A., *Psicología Comunitaria-bases concettuales y métodos de intervención*, Barcelona, EUB, 1996.

4.

**EQUIPAS, PARCERIAS, ACÇÕES
E MODELOS DE AVALIAÇÃO DOS
PROJECTOS DE FORMAÇÃO PARENTAL**

**Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz**

Neste capítulo procede-se à apresentação e discussão de alguns dos principais indicadores de execução dos oito Projectos de Formação Parental. Começa-se por debruçar o olhar sobre as equipas técnicas responsáveis pela sua implementação, salientando-se a seguir as parcerias concretizadas, a natureza e o âmbito de intervenção, numa perspectiva que toma por enfoque o envolvimento das respectivas comunidades no trabalho desenvolvido. Centra-se depois a atenção nas acções e actividades realizadas e termina-se com uma breve abordagem sobre as componentes de avaliação concretizadas. Cada uma destas áreas é desdobrada em vários pontos, recorrendo-se a gráficos e a tabelas para uma melhor compreensão e interpretação dos dados recolhidos.

De um ponto de vista metodológico, os resultados apresentados nestas páginas têm por fonte de informação os relatórios semestrais e o relatório final produzidos pelas equipas técnicas. A apresentação da informação obtida é feita de modo descritivo, assente na problematização dos indicadores mais importantes solicitados pela equipa de acompanhamento técnico da Fundação Calouste Gulbenkian, fundamentalmente de natureza quantitativa, que foram objecto de validação numa acção concertada com as equipas durante todo o processo de desenvolvimento, reportando-se exclusivamente às situações identificadas pelos próprios técnicos no âmbito das iniciativas postas em prática.

Constituição das equipas técnicas

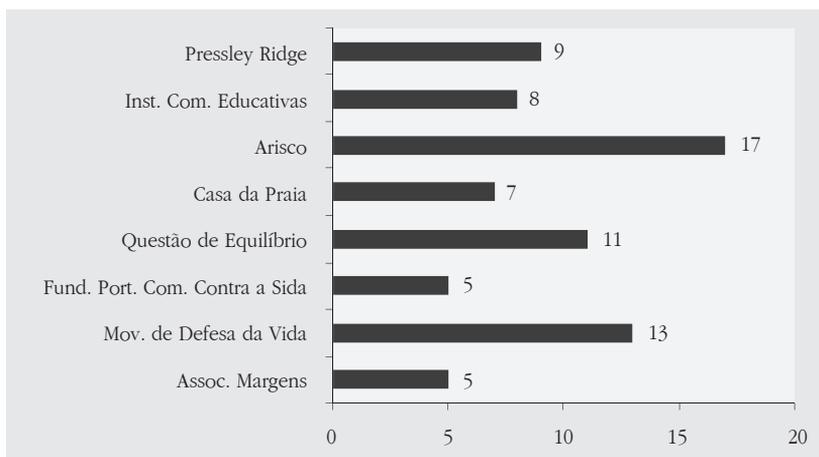
Ao longo dos três anos de execução dos oito Projectos de Formação Parental (2008-2011), estiveram afectos às entidades promotoras 75 técnicos que exerceram funções de natureza diversa.

A dimensão das equipas é um dos factores de maior diferenciação entre os vários projectos. Por um lado, esta situação resulta do modelo de intervenção e instrumentos metodológicos adoptados, por outro, das alterações sofridas na sua constituição durante o tempo, ainda que estas alterações não possam ser lidas de forma dissociada da concepção teórico-metodológica que esteve na base da implementação de cada um. Como se terá oportunidade de discutir mais à frente, em alguns casos, esta condição traduziu-se num elevado número de movimentos de saídas de técnicos e de entradas de novos elementos nas equipas, num processo potenciador de maior instabilidade, que veio a repercutir-se negativamente em determinadas acções no terreno.

Considerando o total de elementos afectos a cada equipa, constata-se que a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e a Associação Margens tiveram o menor número de técnicos (cinco em cada), enquanto os números mais elevados

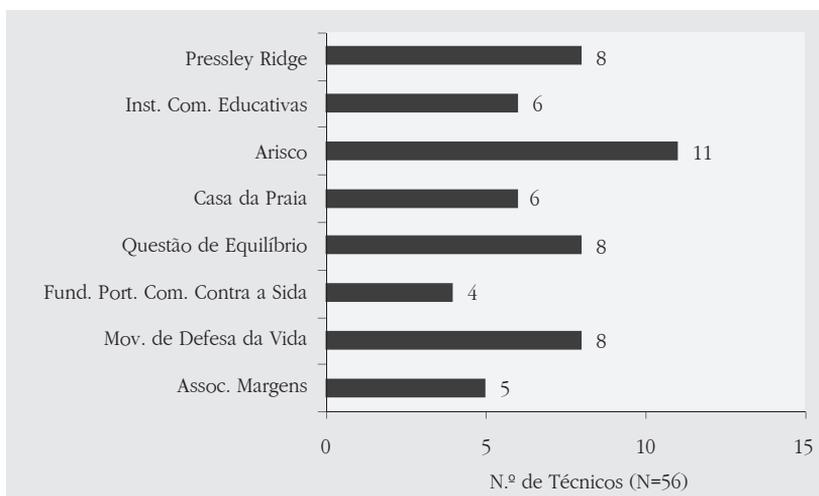
se reportam à Arisco (17), ao Movimento de Defesa da Vida (13) e à Questão de Equilíbrio (11). Nas restantes três entidades – Instituto das Comunidades Educativas, Pressley Ridge e Casa da Praia –, os valores variaram entre os sete (Casa da Praia) e os nove técnicos (Pressley Ridge).

Figura 4.1. Formação Parental: técnicos afectos às equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Figura 4.2. Formação Parental: dimensão média das equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Perante estes dados, mais do que restringir a análise ao número total de técnicos afectos a cada entidade, importa identificar a dimensão média de cada equipa ao longo dos três anos.

Neste sentido, verifica-se que o número médio oscilou entre os quatro elementos, na Fundação Comunidade Contra a Sida, e os onze, na Arisco. Na globalidade, a média foi de sete técnicos por equipa, o que fez um total de 56 por ano. Salienta-se que três equipas implementaram um modelo sustentado na permanência de oito técnicos – Pressley Ridge, Questão de Equilíbrio e Movimento de Defesa da Vida –, duas ficaram pelos seis – Casa da Praia e Instituto das Comunidades Educativas –, e uma – Associação Margens – teve cinco.

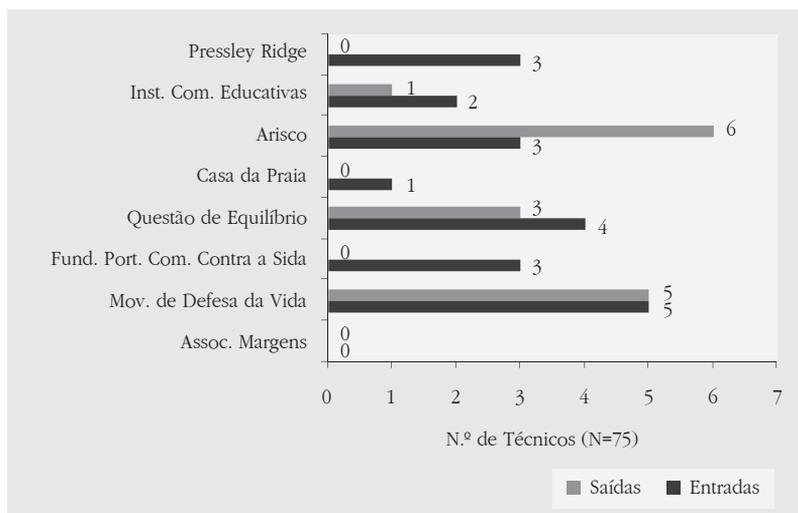
Desta análise, e na comparação com o que foi definido em cada candidatura, é possível identificar alguns desvios que traduzem diferentes movimentos de entradas e saídas na constituição das equipas, em certos casos com acentuadas alterações quanto ao que fora previamente definido. Neste âmbito, regista-se que a Pressley Ridge passou a contar com mais três elementos, a Questão de Equilíbrio integrou mais dois e a Arisco mais um. Com um valor abaixo da dimensão prevista ficaram a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (menos dois elementos) e a Associação Margens (menos um elemento). Somente o Instituto das Comunidades Educativas, a Casa da Praia e o Movimento de Defesa da Vida garantiram um número médio de técnicos afectos aos respectivos projectos em moldes idênticos ao que havia sido proposto em concurso.

Nem todas as equipas sustentaram até ao final a manutenção da equipa que iniciou a execução do projecto no respectivo território. Salienta-se que só uma equipa – Associação Margens – se manteve inalterável do princípio ao fim e que uma outra – Casa da Praia – seguiu o mesmo princípio registando somente uma alteração no último ano, com a entrada de um novo elemento (estagiário profissional). Duas outras – Pressley Ridge e Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida – assentaram num mesmo padrão, sofrendo apenas alterações com a entrada de novos elementos (três em cada), sendo que em ambas algumas destas entradas (três) corresponderam meramente a substituições de técnicas que passaram a usufruir de licença de maternidade. Já o Instituto das Comunidades Educativas registou uma saída, com conseqüente substituição, e a entrada de um novo elemento (voluntário) no último ano de implementação.

No fundo, as mudanças registadas nestas cinco equipas resultam de pequenos ajustamentos relativamente ao que fora proposto em candidatura, num processo que decorre da execução de qualquer projecto na área social e no qual se mantiveram os fundamentos da intervenção no quadro que fora aprovado. A es-

tabilidade da intervenção esteve sempre assegurada e foi sendo consolidada ao longo do tempo, dando corpo aos propósitos que estiveram na base da sua selecção: o desenvolvimento de acções de formação parental.

Figura 4.3. Formação Parental: movimento de entrada e saída de técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Não se pode dizer que o mesmo tenha acontecido nas restantes três equipas, em que o número de mudanças operadas nos três anos de intervenção atingiu um valor muito elevado. A Arisco registou um total de seis saídas, maioritariamente no primeiro ano, a que corresponderam três entradas, e o Movimento de Defesa da Vida sofreu um total de cinco saídas que se estenderam a todos os anos de execução e a que se contrapuseram outras cinco entradas. A Questão de Equilíbrio registou um total de três saídas e de quatro entradas, ocorridas em todos os anos. São situações que se revelaram significativas pelas necessidades de reajustamento de funções que implicaram e que tiveram repercussões na qualidade e progresso de cada um destes projectos.

Sabendo-se como a estabilidade da presença dos técnicos é factor fundamental para um maior conhecimento do terreno onde intervêm, fulcral para a consolidação de relações de confiança com parceiros e população-alvo, desejavelmente prolongadas no tempo, este ponto merece uma especial atenção. Na literatura científica sobre esta área está amplamente demonstrada a necessidade

de referências estáveis no decorrer de processos de formação parental, factor determinante para a sua concretização e eficácia. Quando se verificam constantes alterações no seio das equipas técnicas que orientam esses processos, isso pode constituir factor de perturbação junto dos destinatários e obstar à materialização das acções calendarizadas no respectivo projecto, bem como dos objectivos inicialmente definidos.

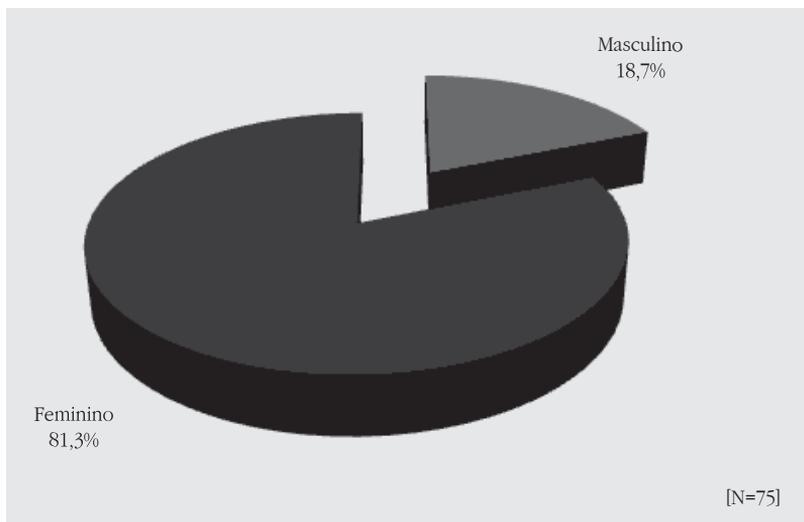
Neste quadro, as sucessivas alterações registadas em certos projectos apontam para um reduzido grau de coesão interna na equipa técnica, e até mesmo para que algumas das propostas feitas em sede de concurso tenham sido apresentadas sem o adequado e mais que necessário conhecimento sobre os contextos onde vieram a realizar-se. Se é verdade que há factores imprevisíveis e imponderáveis que surgem na execução de qualquer projecto no terreno, tornou-se evidente no decorrer dos três anos de intervenção como algumas das propostas iniciais haviam sido apresentadas sem o devido conhecimento e a participação dos potenciais parceiros, e num claro desfasamento relativamente ao que eram as reais necessidades do público-alvo que previamente as entidades promotoras seleccionaram. Este é um ponto que remete para a necessidade de repensar alguns dos procedimentos definidos no concurso de forma a tentar obstar-se a esta limitação em futuras iniciativas.

Traços de caracterização socioprofissional dos técnicos das equipas

No conjunto das oito equipas técnicas predominaram os elementos do sexo feminino (61: 81,3%), estando os do sexo masculino (14: 18,7%) representados somente em seis. A Associação Margens e o Movimento de Defesa da Vida, ambos com intervenção no concelho de Sintra, não integraram qualquer técnico do sexo masculino ao longo dos três anos.

Mais do que tratar-se de universo maioritariamente feminino, aquilo a que se assistiu no primeiro ano de execução dos projectos, foi à tendência para uma divisão especializada do trabalho em função do género, com a maioria dos homens associados ao desempenho de tarefas administrativas ou de avaliação, investigação ou coordenação: Arisco (dois), Questão de Equilíbrio (dois), Pressley Ridge (um), Instituto das Comunidades Educativas (um). Nesse ano, apenas se verificou num dos casos a acumulação dessas tarefas com a intervenção directa com o público-alvo, na Arisco, e num outro a dinamização de actividades com as famílias em exclusivo, no Instituto das Comunidades Educativas.

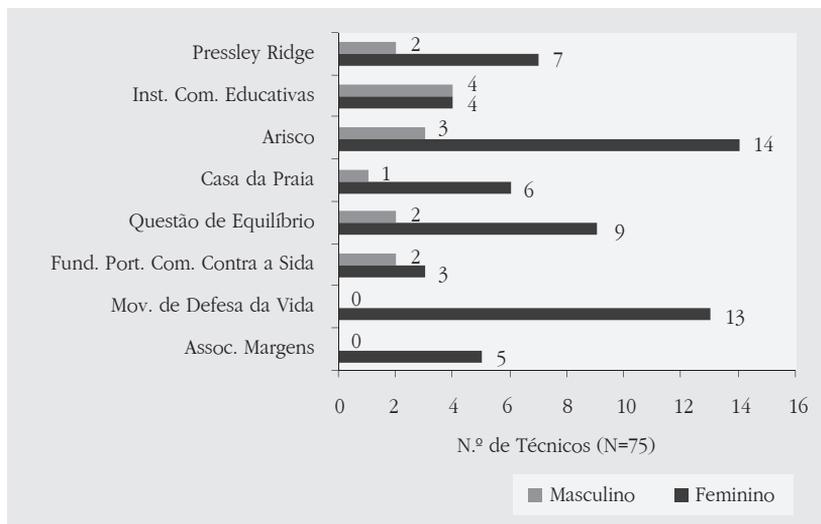
Figura 4.4. Formação Parental: técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção, por sexo



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Pouco a pouco, e de certa forma relacionada com o percurso de reflexão e avaliação que foi sendo feito entre os projectos e a equipa de acompanhamento técnico da Fundação Calouste Gulbenkian, começou a assistir-se à entrada de novos elementos masculinos para funções específicas na área de formação parental que se afastavam do modelo até então predominante. Vários autores (Cruz & Pinho, 2008: 34) chamam a atenção para a necessidade de atender à diversificação do perfil das equipas que intervêm nas comunidades, de modo a facilitar a identificação, adesão e participação do público-alvo às iniciativas que se pretende desenvolver. Neste sentido, e porque a constatação de que o envolvimento de pais nas acções dos projectos estava ser mais difícil, numa tendência que não se revela exclusiva dos contextos aqui em causa, mas antes tende a estar associada a uma tradição sociocultural presente em determinadas sociedades através da qual, durante muito tempo, se subalternizou e desvalorizou o exercício da parentalidade no masculino, em alguns projectos houve um propósito de recrutamento de técnicos para as respectivas equipas técnicas. A título de exemplo, este foi o caso da Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida que, no segundo ano, integrou dois formadores do sexo masculino para a orientação das acções de formação parental, tendo destacado no final da avaliação como esta opção se revelou determinante para a participação de pais nas iniciativas realizadas, algo que não tinha sido possível concretizar até essa altura.

Figura 4.5. Formação Parental: técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o sexo

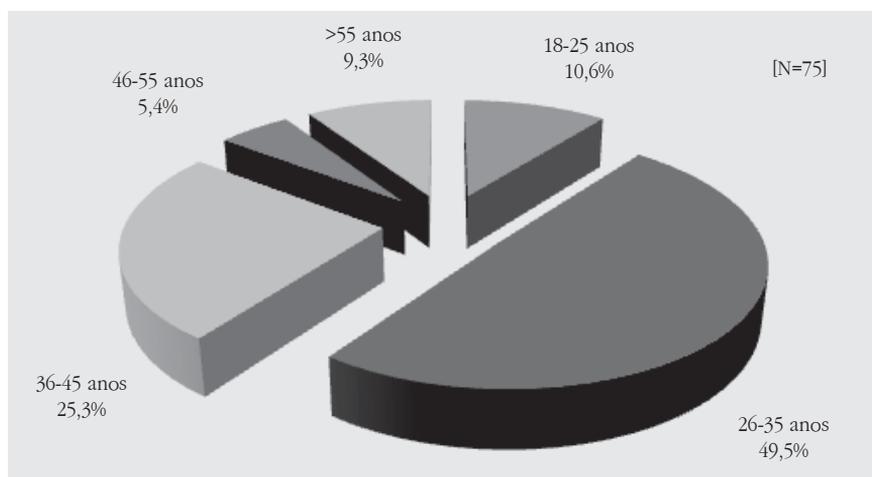


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Além destes casos, nos dois últimos anos entraram outros técnicos do sexo masculino para as equipas para funções de contacto directo com a população visada, nomeadamente, na Pressley Ridge (um), no Instituto das Comunidades Educativas (dois) e na Casa da Praia (um). Este é um ponto que merece especial atenção e que tem de ser objecto de maior reflexão no campo da formação parental pelos constrangimentos que a presença exclusiva de um só sexo na composição das equipas pode ter junto de determinadas populações. Não se trata aqui de apontar que a existência de equipas mistas só por si constitui garantia de maior eficácia ou de sucesso das intervenções, mas antes pretender salientar como as questões que se prendem com a identidade de género de cada indivíduo, que se vê partilhada e construída entre dinamizadores e participantes, é fulcral na definição dos contornos das acções a desenvolver.

No que concerne ao escalão etário dos técnicos de ambos os sexos existem diferenças significativas na constituição das equipas. Globalmente, no universo dos oito projectos e considerando a idade à data da entrada neste tipo de funções, o escalão mais representado é que o que engloba a faixa dos «26-35 anos», representativo de 49,5% do total de 75 técnicos que assumiram funções ao longo dos três anos. Segue-se o grupo dos «36-45 anos» com 25,3%. Os restantes escalões apresentam valores muito mais reduzidos: 10,6% diz respeito ao escalão «18-25 anos», 9,3% aos que têm «mais de 55 anos» enquanto o grupo «46-55 anos» corresponde a 5,3%.

Figura 4.6. Formação Parental: técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção, por escalão etário (à data da entrada na equipa)



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

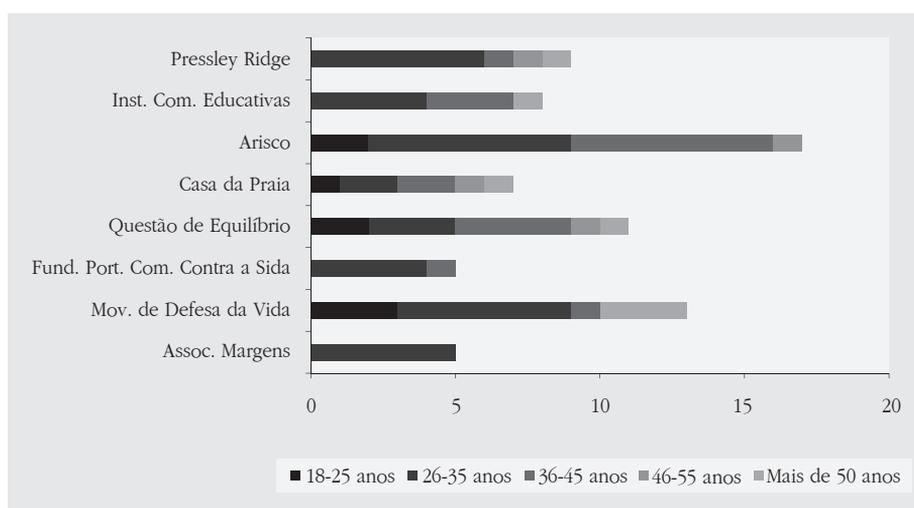
Numa primeira linha de análise, constata-se que a Associação Margens e a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida apresentam um perfil muito próximo relativamente ao escalão etário dos seus técnicos, a primeira restrita ao grupo «26-35 anos» e a segunda apenas com um elemento fora desta faixa, no escalão seguinte, «36-45 anos», que diz respeito à técnica que substituiu a coordenadora nos dois últimos meses do projecto por esta se encontrar em licença de maternidade. A Casa da Praia e a Questão de Equilíbrio tiveram equipas com idades aproximadas e similares no que diz respeito à representatividade dos cinco escalões etários considerados nesta análise, o que se traduz na presença de elementos cujas idades variam entre os «18-25 anos» e os «mais de 55 anos», numa distribuição relativamente equilibrada.

Metade das equipas integrou técnicos com uma idade inferior a 25 anos: Arisco (dois), Casa da Praia (um), Questão de Equilíbrio (dois) e Movimento de Defesa da Vida (três). É uma tendência que se viu confirmada à medida que os projectos foram sendo executados, registando-se uma maior entrada de elementos neste escalão etário no último ano e meio.

A Arisco apresenta uma situação particular, com um pouco mais de metade da equipa (nove) nos escalões até aos 35 anos e os restantes (oito) no escalão imediatamente a seguir, o dos «36-45 anos», com excepção de um elemento que estava acima do limite desse grupo, entre os «46-55 anos». De igual modo, também o Movimento de Defesa da Vida possui um perfil diferenciado, com cerca de um quarto

da equipa (três) no escalão mais velho, o de «mais de 55 anos», idêntica representatividade em termos de valor absoluto (três) no escalão dos mais novos, entre «18-25 anos», e praticamente metade da equipa no grupo dos «26-35 anos». Esta situação não pode ser dissociada do elevado número de movimento de saídas e entradas de técnicos ocorridas neste projecto ao longo dos três anos. De referir ainda que as técnicas nos escalões superiores ficaram restritas ao exercício de funções de coordenação, supervisão ou consultoria jurídica. A Pressley Ridge e o Instituto das Comunidades Educativas, ambos localizados no concelho da Amadora, possuem um registo aproximado em termos da distribuição etária dos técnicos, dispersos por vários escalões, sendo que o elemento que cada um integrava no grupo dos «mais de 55 anos» desempenhava exclusivamente funções de avaliação e supervisão.

Figura 4.7. Formação Parental: técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o escalão etário



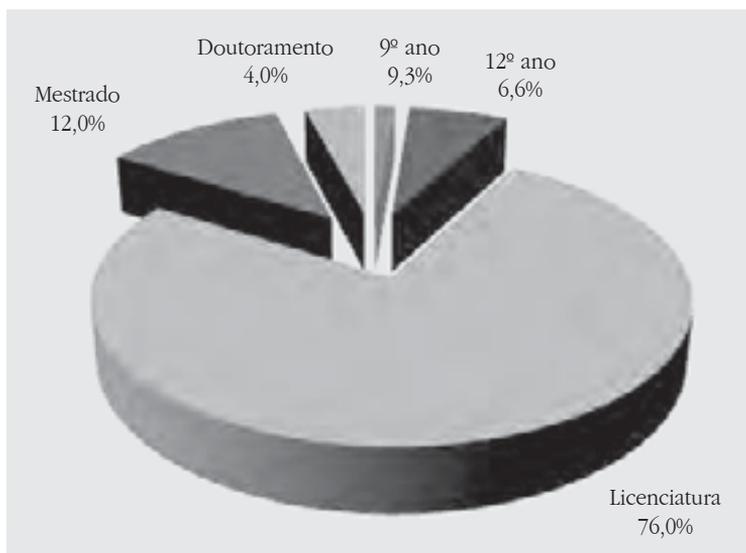
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Em suma, como se pode observar pelos dados apresentados, a presença dos mais diversos escalões etários nas equipas terá potenciado a integração das mais diversas experiências e percursos de formação, num processo que terá constituído uma mais-valia para os contextos onde a intervenção foi realizada.

Relativamente às habilitações académicas dos técnicos envolvidos nos projectos ao longo dos três anos de execução, as equipas integraram três doutorados (4,0%), nove mestres (12,0%), 57 licenciados (76,0%), cinco elementos com o 12.º

ano (6,6%) e um com o 9.º ano de escolaridade (1,3%). Predominou uma habilitação superior no campo das ciências sociais e humanas, com maior incidência na área da Psicologia: 31 licenciados e 4 mestres nesta área, o que corresponde a 46,7% do total do universo em análise.

Figura 4.8. Formação Parental: habilitações académicas dos técnicos das equipas nos 3 anos de intervenção



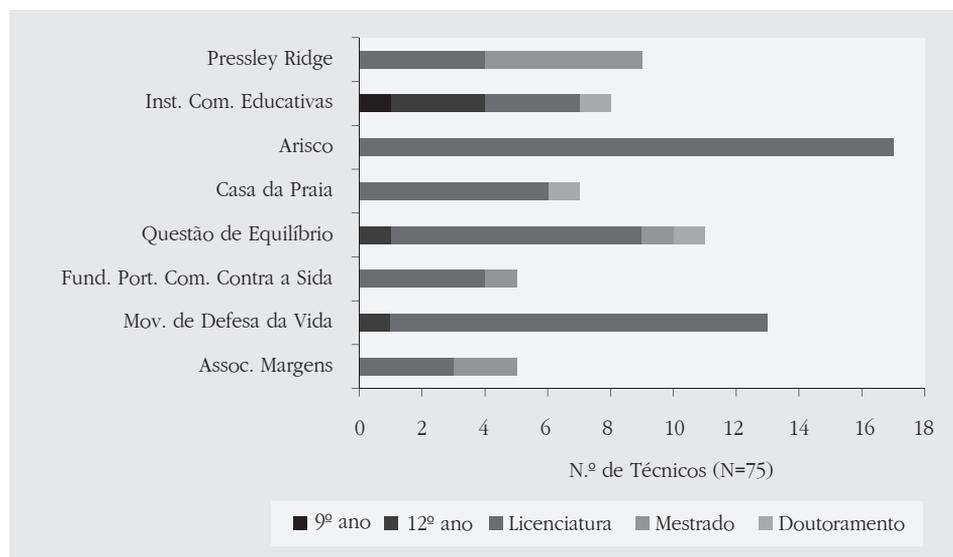
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Três elementos possuem doutoramento ou equiparação a Doutoramento (Instituto das Comunidade Educativas, Questão de Equilíbrio e Casa da Praia, um em cada) nas áreas de Psicologia, Motricidade Humana e Ciências da Educação. Outros nove são detentores de mestrado [Pressley Ridge (cinco), Questão de Equilíbrio (um), Fundação Comunidade Portuguesa Contra a Sida (um), Associação Margens (dois)], sendo de realçar que, entre estes, seis atingiram este grau académico durante o exercício de funções nos projectos. As áreas contempladas são a Psicologia em diversas variantes (quatro), a Intervenção Psicossocial (dois), a Saúde (um), os Recursos Humanos (um) e os Sistemas Socio-Organizacionais da Actividade Económica (um).

Apenas três equipas integraram técnicos com habilitação inferior a um grau do Ensino Superior. São elas a do Instituto das Comunidades Educativas (quatro), a da Questão de Equilíbrio (dois) e a do Movimento de Defesa da Vida (um). A

primeira integrou um mediador com o 9.º ano, recrutado na comunidade do bairro onde desenvolveu a intervenção, e três técnicos com o 12.º ano, um elemento para o apoio administrativo e gestão financeira e os restantes dois para as funções de mediador e animador, também oriundos do bairro em causa. A segunda equipa afectou uma animadora e um técnico para apoio administrativo, ambos com o 12.º ano. A terceira equipa incluiu uma aluna da licenciatura em Psicologia para a realização de estágio académico.

Figura 4.9. Formação Parental: habilitações académicas dos técnicos das equipas, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Na maioria dos casos, os técnicos possuíam uma licenciatura em Psicologia (31), seguindo-se os licenciados em Serviço Social (oito) e em Educação (sete), destacando-se nestes últimos a componente de Educação Especial (quatro). Só depois surgem as áreas de Sociologia, Educação de Infância, História, Direito (dois cada) e Aconselhamento Psicossocial, Ciências do Desenvolvimento e Cooperação, Investigação Social Aplicada (um cada). Em todas as equipas houve, pelo menos, um elemento com formação superior em Psicologia. O Instituto das Comunidades Educativas é que teve o menor número com formação superior nesta área, apenas um elemento (doutorado) enquanto o maior peso de técnicos com este tipo de formação encontrava-se na Arisco (15), abrangendo a quase totalidade da equipa.

Esta distribuição tão variada na constituição das equipas traduz diferentes opções de natureza conceptual que estão, naturalmente, associadas aos modelos de intervenção na origem de cada um dos projectos. Tendo como pano de fundo os princípios fundamentais da intervenção comunitária (Amaro, 2009), numa perspectiva negativa é digna de registo a escassa presença de membros das comunidades locais na constituição das próprias equipas, aqui reduzida apenas à intervenção desenvolvida pelo Instituto das Comunidades Educativas, no bairro de Santa Filomena, concelho da Amadora. Da avaliação desta opção resulta a identificação de um conjunto de potencialidades que foram fundamentais para a implementação e execução das acções delineadas num espaço tendencialmente fechado sobre si mesmo. Numa primeira fase, os elementos locais foram importantes facilitadores no acesso às famílias e ao conhecimento do terreno, num contexto aparentemente mais problemático do ponto de vista das dinâmicas sociais aí existentes. Mais do que isso, se um dos objectivos deste Programa passa pela capacitação das comunidades tendo em vista o seu envolvimento na resolução dos problemas com que se deparam, a integração de elementos locais é imprescindível para alcançar esse objectivo, bem como para promover a sustentabilidade do projecto em fase de pós-financiamento.

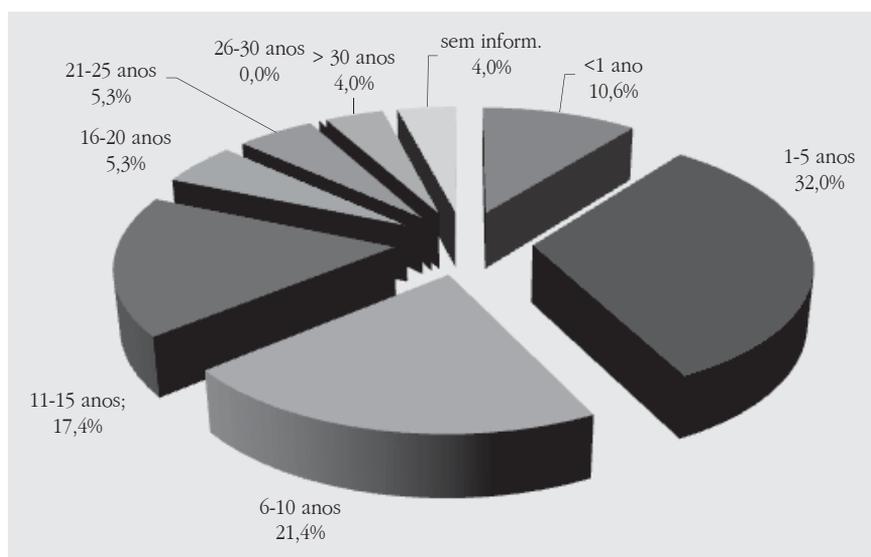
Como amplamente mencionado na literatura científica sobre esta área (Gaspar, 2005; Cooke, 2006), um dos principais factores para a eficácia e sucesso de uma intervenção de formação parental reside na qualidade da acção dos profissionais nela directamente envolvidos, além da própria natureza e qualidade do programa/projecto que é posto em prática. Neste sentido, é significativo que na análise da informação relativa à experiência anterior dos técnicos na área de intervenção social ressaltem algumas divergências expressivas entre as equipas, ainda que nem todas directamente associadas ao escalão etário onde cada técnico se situa, como à partida se poderia esperar.

De assinalar a escassa presença de elementos nestes projectos com experiência anterior na modalidade restrita das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, na qualidade de técnico gestor de processos. Há algumas equipas que, mesmo antes da apresentação da candidatura à Fundação Calouste Gulbenkian, já se faziam representar na modalidade alargada da respectiva Comissão de Protecção. Enquadram-se nesta linha de orientação a Casa da Praia, a Associação Margens e a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, que integravam simultaneamente a respectiva Rede Social. Outras intervinham de diferentes formas nestas duas entidades. Mas o que sobressai da informação disponibilizada pelas equipas ao longo deste processo aponta para que a experiência anterior da maioria dos técnicos no âmbito destas duas estruturas fundamentais no campo da intervenção social fosse reduzida.

Este pode ser um ponto-chave na forma como os diferentes projectos foram conseguindo (ou não) superar algumas das maiores dificuldades à medida que estas iam sendo levantadas no terreno, bem como se reflectiu na maior ou na menor facilidade de estabelecimento de uma rede de parcerias efectivas, e não apenas de contactos, como pareceu acontecer em alguns dos casos aqui acompanhados.

Começando por analisar os anos de experiência que os técnicos possuíam em intervenção na área social, verifica-se que cerca de 42,6% (32) tinha até cinco anos, sendo que à volta de 10,6% do total do universo (oito) tinha menos de um ano de experiência quando iniciou o exercício de funções num destes projectos. Este é um dado importante, pois trata-se de uma área exigente em termos de formação teórica e científica e de uma certa complexidade na abordagem. Além do domínio de conhecimento científico colocam-se à prova determinadas características pessoais e competências sociais e relacionais dos profissionais, entre as quais se salienta a necessidade de terem consciência suficiente sobre as próprias experiências na infância, na vida em família e na qualidade de pai ou mãe, nos casos em que o são.

Figura 4.10. Formação Parental: experiência anterior dos técnicos das equipas na área social



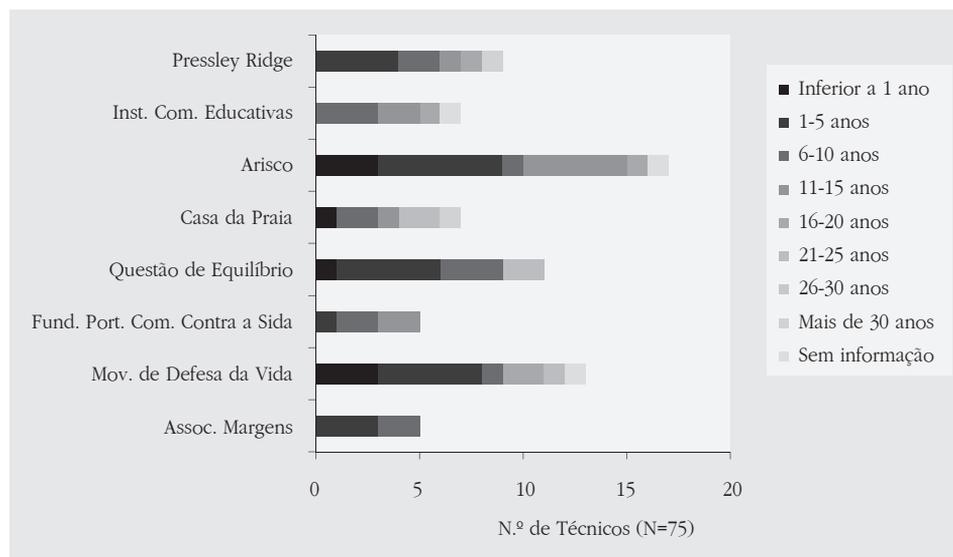
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

O segundo grupo mais representado possuía um percurso profissional com duração entre «6-10 anos» (21,4%), surgindo depois os que se situavam entre «11-15

anos» (17,4%). Apenas 4,0% diz respeito a técnicos (três) com percursos profissionais de mais de 30 anos, exclusivamente centrados em funções de avaliação e supervisão. Como se deu conta no acompanhamento no terreno, a uma faixa mais jovem em termos etários e de reduzida experiência na área social, foi correspondendo um enquadramento em todos os projectos por parte de outros elementos mais velhos ou com mais anos de experiência, e a integração entre uns e outros concretizou-se num processo que foi sendo (re)construído ao longo do tempo.

Independentemente do número de anos de experiência e escalão etário onde se situam, nas trajectórias profissionais identificadas predominava o trabalho anterior com crianças e jovens em risco, sobretudo em contexto de projectos, associações, instituições particulares de solidariedade social ou em órgãos do poder local, especialmente juntas de freguesia, com uma forte vertente de acção social. Em todas as equipas houve técnicos que tinham associada uma componente de intervenção anterior em projectos de avaliação ou de investigação na área social ou no campo da educação.

Figura 4.11. Formação Parental: experiência anterior dos técnicos das equipas na área social, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

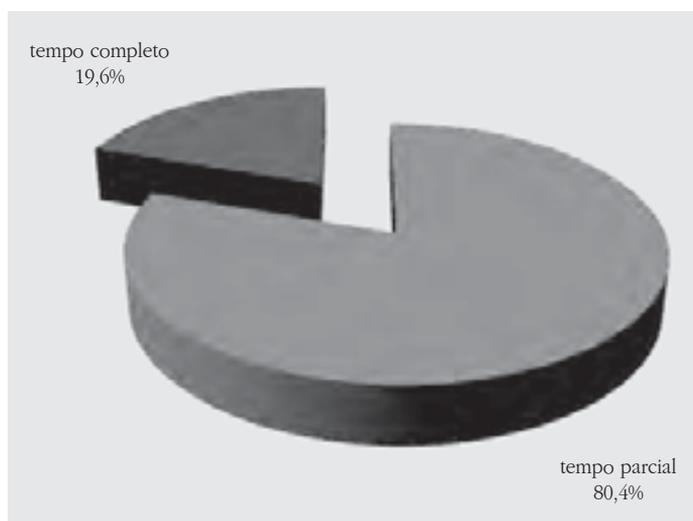
Discriminando um pouco mais os dados obtidos, verifica-se que a experiência prévia de trabalho com a entidade promotora terá constituído um factor preferencial no recrutamento para a intervenção nestes projectos. Na Casa da Praia e no

Movimento de Defesa da Vida, no início das actividades, todos os técnicos envolvidos trabalhavam ou já tinham exercido funções nessas instituições, e na Arisco, na Questão de Equilíbrio e na Pressley Ridge uma linha de orientação próxima foi predominante. O mesmo não aconteceu na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e no Instituto das Comunidades Educativas: o primeiro integrou um técnico da Comissão de Protecção da área e outros elementos de estruturas locais, e o segundo realizou uma maior aposta na selecção de elementos do próprio bairro onde passaram a intervir, factor que se destaca pela positiva e que potenciou, numa primeira fase, uma melhor e mais fácil integração por quem vinha do exterior. Deste modo, não será de estranhar que seja precisamente esta última entidade a que se evidencia pela maior diversidade de situações e experiências anteriores dos seus técnicos em diferentes campos de acção social e educativa junto de diversos tipos de públicos e populações.

Natureza da afectação dos técnicos ao projecto

Globalmente, a maioria dos técnicos exerceu funções no projecto a tempo parcial (45: 80,4%), sendo diminuto o número dos que se encontraram afectos a tempo inteiro (11: 19,6%).

Figura 4.12. Formação Parental: tempo de afectação dos técnicos ao projecto nos 3 anos de intervenção

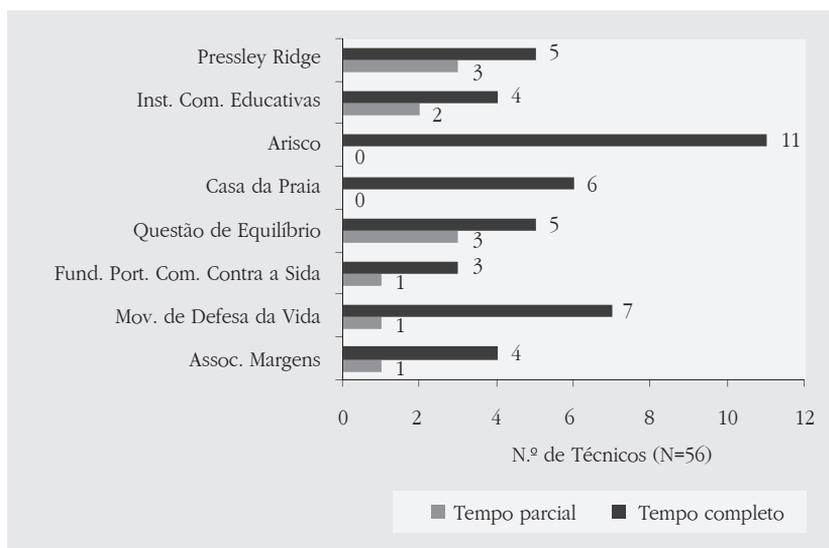


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Há duas equipas que optaram pelo exercício de funções de toda a equipa a tempo parcial, a Arisco e a Casa da Praia, ambas no concelho de Lisboa. As restantes variaram entre um elemento – Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, Movimento de Defesa da Vida e Associação Margens, esta última apenas no primeiro ano –, dois elementos – Instituto das Comunidades Educativas –, e os três técnicos a tempo completo: Questão de Equilíbrio e Pressley Ridge.

Nos casos de afectação a tempo parcial, identificam-se diferenças significativas relativamente à variação da percentagem de tempo dado ao projecto, por técnico e por projecto. Os valores observados oscilam entre os 10 e os 80%, não sendo possível analisar a situação dos técnicos da Casa da Praia por a informação recebida referir apenas o total de horas mensais que disponibilizam sem a devida correspondência em valores percentuais.

Figura 4.13. Formação Parental: tempo de afectação dos técnicos às equipas em função da sua dimensão média, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Deste modo, e considerando o total de técnicos a tempo parcial nos restantes sete projectos (39), verifica-se que prevalecem os casos que oscilam entre os 20 e os 40% de tempo (31), seguindo-se os que disponibilizam 50% (três) e 45% (dois). Acima deste valor encontra-se só um técnico, a 80%, no Movimento de Defesa da Vida. Os valores mais baixos de afectação dizem respeito a três técnicos que se en-

contram nos respectivos projectos com tempos iguais ou inferiores a 15%, um nesse valor (Instituto das Comunidades Educativas) e dois a 10% (Arisco).

O maior número de elementos com percentagens reduzidas de tempo de afectação ao projecto encontra-se na Arisco (dois a 10%, quatro a 20%, um a 25%, três a 30% e um a 40%), ao passo que o projecto que regista o maior número de técnicos com as mais elevadas percentagens é o Movimento de Defesa da Vida (um a 28%, um a 35%, um a 40%, dois a 45%, um a 50% e um a 80%). De referir que no primeiro ano de execução, nenhuma destas equipas teve técnicos a tempo completo, situação que se manteve até final na Arisco mas veio a ser alterada no segundo ano no Movimento de Defesa da Vida, que passou a afectar um a essa condição. Nos restantes, a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida optou pela mesma percentagem de tempo para todos os técnicos (20%) e a Associação Margens apenas variou ligeiramente num caso (um a 35% e quatro a 28,5%). A Pressley Ridge e o Instituto das Comunidades Educativas apresentam intervalos que variam entre os 25%-50% e os 15%-30%, respectivamente. Já a Questão de Equilíbrio tem a maioria dos elementos a 50% (quatro) e apenas um com uma percentagem inferior (25%).

Cruzando estes dados com a natureza das funções exercidas, constata-se que não existe uma correlação entre a natureza das funções desempenhadas no projecto e a percentagem de tempo disponibilizado, existindo diferenças significativas na forma como cada equipa distribuiu o exercício de funções.

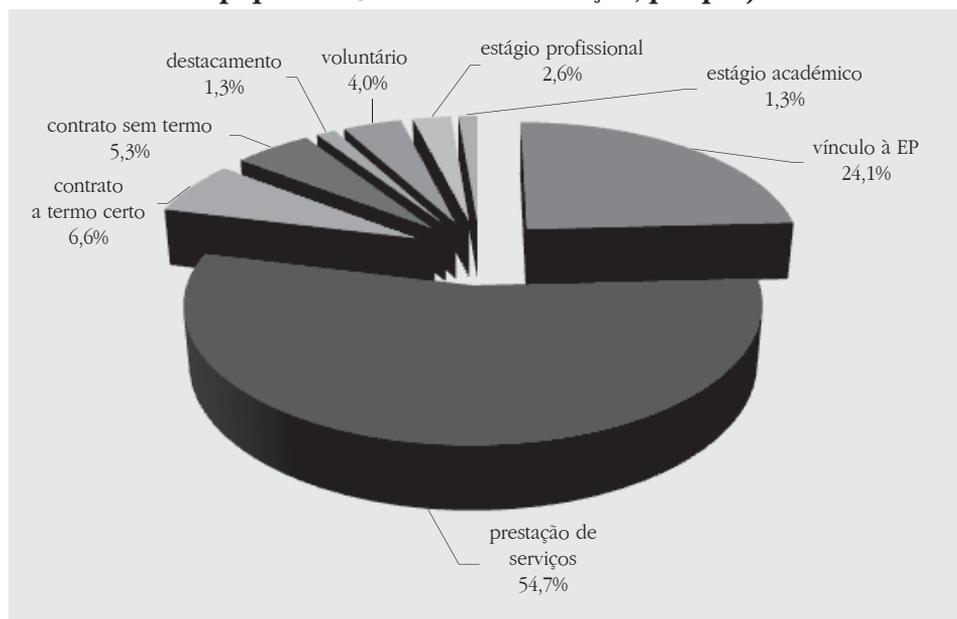
Em metade das equipas as funções a tempo completo foram exercidas por quem acumulava o cargo de coordenação com a intervenção directa – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, Questão de Equilíbrio –, enquanto na outra metade essa situação foi feita a tempo parcial – Associação Margens, Arisco, Movimento de Defesa da Vida e Casa da Praia. A tempo completo encontraram-se ainda alguns técnicos responsáveis pelas acções de formação parental – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas e Questão de Equilíbrio – e de avaliação – Questão de Equilíbrio.

Nos casos a tempo parcial não é possível identificar um padrão semelhante entre as equipas, ora oscilando o valor das percentagens para o exercício de funções técnicas ora acontecendo o mesmo para as de avaliação e de apoio administrativo. Cada equipa apresenta neste ponto um perfil diferenciado e a questão que se levanta é a de saber se algumas das opções efectuadas terão sido as mais adequadas relativamente aos contextos em que foram exercidas.

A exigência e complexidade do desempenho de funções em acções de formação parental nem sempre é compatível com disponibilidade a tempo parcial de toda a equipa, especialmente se em todos esta for muito reduzida, podendo isso consti-

tuir um constrangimento à adesão e participação dos pais/cuidadores nas iniciativas propostas, situação que veio a ser sentida de modo particular em alguns projectos e, em certos casos, levou à reformulação e ajustamento relativamente ao que fora previamente definido de modo a superar as maiores dificuldades. Num outro caso, deu-se o inverso e para isso talvez não tenha sido indiferente o facto de os membros da equipa exercerem em permanência outras funções no contexto em que intervinham ao nível da formação parental. Esta aparente potencialidade funcionou inicialmente como constrangimento e foi um processo de profunda e séria reflexão metodológica que sustentou a tomada de decisão de eliminação de funções de um técnico a tempo completo e a sua passagem a tempo parcial (Associação Margens). Reflecte-se aqui a importância de um processo de avaliação interna, consistente e teoricamente sustentado, que possibilitou não perder de vista os objectivos delineados, acabando por se otimizar os recursos existentes, traduzidos claramente numa maior eficácia do projecto expressa em diversas componentes dos resultados obtidos.

Figura 4.14. Formação Parental: natureza da afectação dos técnicos às equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto



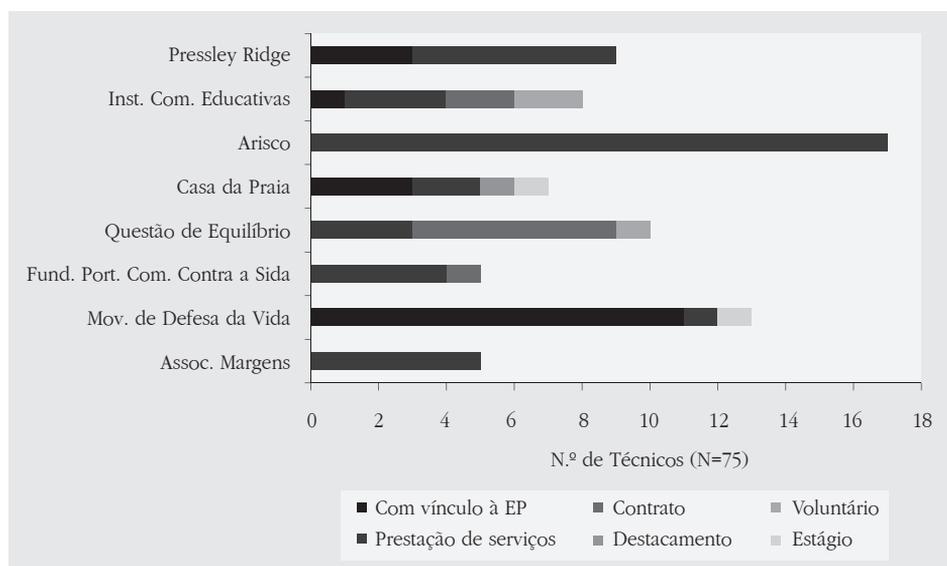
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

No que diz respeito à natureza dos vínculos entre os técnicos e as entidades promotoras, as situações identificadas contemplam um amplo leque de opções, va-

riando entre aqueles que possuem vínculo efectivo à respectiva entidade até aos que exerceram funções na qualidade de voluntários.

Em termos gerais, a prestação de serviço é a condição mais representada (41: 54,7%), seguindo-se o grupo daqueles que possuem vínculo à entidade promotora (18: 24,1%) e os que se encontram contratados (nove: 11,9%), e registando-se a existência de contratos a termo certo (6,6%) e sem termo (5,3%). A integração de estagiários, profissionais ou académicos, apenas começou a ser concretizada no último ano e meio de implementação, emergindo a ideia de que a sua entrada nas equipas se associava à existência de um quadro de maior estabilidade e inserção das equipas no contexto da intervenção.

Figura 4.15. Formação Parental: natureza da afectação dos técnicos às equipas nos 3 anos de intervenção, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Duas instituições integraram técnicos que exerceram funções de investigação, acompanhamento metodológico e participação na avaliação na qualidade de voluntários – Questão de Equilíbrio e Instituto das Comunidades Educativas, um em cada e ambos doutorados. Um terceiro voluntário integrou o projecto do Instituto das Comunidades Educativas, tendo exercido funções de mediador/animador. De salientar a existência ainda de uma técnica que se encontrava destacada do Ministério da Educação para funções na entidade promotora (Casa da Praia). A Aris-

co e a Associação Margens são as duas equipas em que a natureza do vínculo foi igual para todos, a prestação de serviços. Nas restantes, evidencia-se o Movimento de Defesa da Vida pelo facto de a quase totalidade dos técnicos (11) possuir um vínculo à entidade promotora, enquanto nas outras as situações são mais diversificadas. O Instituto das Comunidades Educativas foi o projecto que abrangeu o leque mais vasto de situações: voluntário, vínculo à entidade promotora, contrato e prestação de serviços.

Cruzando a informação sobre a natureza do vínculo e o tempo de afectação ao projecto, verifica-se que entre os técnicos que exercem funções a tempo completo, os três da Pressley Ridge têm vínculo à entidade promotora, na Questão de Equilíbrio um é contratado e os outros dois estão em prestação de serviços, na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida um tem contrato a termo certo, no Instituto das Comunidades Educativas dois estão em contrato, na Associação Margens um está em prestação de serviços e no Movimento de Defesa da Vida um tem vínculo à entidade promotora. Nos casos em que a afectação ocorre a tempo parcial predominou a prestação de serviços seguida do vínculo à entidade promotora.

A precariedade da condição de afectação ao projecto dominou o panorama da situação dos técnicos intervenientes nos projectos, e sem financiamento externo estas acções não teriam sido postas em prática. Perante este quadro, desde o início que se colocou para reflexão concertada com as equipas no terreno a necessidade de serem pensadas e definidas perspectivas que assegurassem a continuidade do trabalho desenvolvido numa fase pós-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian. A questão que se lançou logo no primeiro ano para discussão, e que regularmente foi sendo abordada nos contactos e encontros entre a equipa de acompanhamento técnico e os elementos no terreno, era a de saber como estava a ser pensada a continuidade desta intervenção, e em que moldes poderia ser concretizada quando a intervenção financiada terminasse.

Não basta executar projectos de intervenção social no terreno, especialmente quando se trata de espaços onde os problemas sociais estão concentrados, como sucedeu na maioria dos casos aqui contemplados, e é fulcral, à luz dos resultados da avaliação concretizada, pensar em que moldes deve o projecto evoluir numa linha de continuidade ou até mesmo de ruptura. Neste sentido, este ponto foi objecto de amplo debate nas visitas de acompanhamento e encontros promovidos, tendo sido possível identificar desde o início do segundo ano de duração preocupações diferenciadas, salientando-se algumas equipas que começaram por delinear processos que visavam acautelar atempadamente esse objectivo (Pressley-Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Associação Margens, Questão de Equilíbrio,

Fundação Comunidade Portuguesa Contra a Sida). Outras assumiram que se tratava apenas de um projecto e não veio a ser desenvolvida no terreno uma perspectiva que visasse a sua continuidade nos contextos e espaços em causa (Arisco e Movimento de Defesa da Vida).

Apraz registar que, à data da realização da análise da informação obtida (1.º semestre de 2011), do total dos oito projectos realizados, seis tinham assegurada uma continuidade no desenvolvimento de acções de formação parental nos contextos em que intervieram, em diferentes moldes e dimensões, envolvendo maioritariamente os seus parceiros. Apenas duas equipas assumiram não dar continuidade além do inicialmente previsto, passando uma delas a centrar-se noutros concelhos onde já desenvolve intervenção. No panorama relativo ao que é habitual em termos de execução de projectos na área social em Portugal, mais ainda num tempo de acentuadas dificuldades para encontrar novos financiamentos, considera-se que esta preocupação e conquista por parte das equipas relativamente ao futuro das acções constitui um sinal muito positivo, não só de capacitação das mesmas como das redes e contextos sociais onde se integram.

Do total de técnicos envolvidos nos três anos de intervenção, um pouco menos de metade (34: 45,4%) colaborou na elaboração da proposta apresentada em candidatura. No entanto, é de salientar que se registam diferenças significativas entre as equipas, com algumas em que todos, ou a quase totalidade dos seus elementos, colaboraram nessa actividade, como aconteceu na Casa da Praia, em que todos estiveram envolvidos, e na Associação Margens, onde apenas um dos elementos não participou. No Instituto das Comunidades Educativas, três não colaboraram nesta fase. Nos casos da Pressley Ridge, da Arisco, da Questão de Equilíbrio, da Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e do Movimento da Defesa da Vida, mais de metade dos técnicos que compuseram as respectivas equipas não teve essa participação. Na maioria dos casos, esta leitura não pode ser dissociada do número de movimentos de saídas e entradas de técnicos nas equipas, acentuando-se a tendência de não participação na elaboração do projecto à medida que o tempo avançou.

Síntese de caracterização do perfil dos técnicos envolvidos

Na análise da informação estatística recolhida no final do período de execução dos oito projectos, procurou-se traçar um esboço do perfil-tipo dos técnicos envolvidos nos três anos de intervenção, apresentando-se na Tabela 4.1 os principais indicadores obtidos.

Tabela 4.1. Perfil-tipo dos técnicos das equipas dos Projectos de Formação Parental

Perfil-tipo dos técnicos das equipas dos projectos
sexo feminino 26 – 35 anos com habilitação superior: Licenciatura formação na área da Psicologia em funções na equipa a tempo parcial (valor médio predominante = 20% – 40%) em prestação de serviços com 6 a 15 anos de experiência profissional

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Parcerias

«A parceria é um processo de acção conjunta com vários actores ou protagonistas, colectivos ou individuais, que se aglutinam à volta de um objectivo partilhado, disponibilizam recursos para em conjunto definirem e negociarem estratégias e caminhos que viabilizam o referido objectivo, avaliando continuamente os seus resultados.» Roque Amaro na Reunião do Programa «Crianças e Jovens em Risco»/Projectos Formação Parental, na FCG, Abril/2009.

O desenvolvimento de parcerias é hoje uma prática incontornável em qualquer intervenção social e/ou comunitária. Quando se fala de intervenções que seguem uma lógica de projecto, em que por definição integram componentes de flexibilidade, adequabilidade e inovação, o trabalho em rede é assumido como um aspecto central na sua concepção, execução e avaliação. Ao nível do discurso dos técnicos e redes sociais, a parceria é hoje um conceito plenamente integrado e reconhecido, pelo que se torna necessário perceber melhor os contornos da acção que sustenta a sua edificação. É precisamente nesta componente onde, muitas vezes, tendem a surgir os maiores bloqueios ao desenvolvimento dos projectos, revelando-se a importância da necessidade de atender a cada pormenor num processo que conduza a uma efectiva e genuína relação de parceria.

Neste sentido, importa começar por salientar aquilo que na literatura científica se revela consensual e que diz respeito às potencialidades e vantagens que as relações de parcerias podem encerrar, enriquecendo os projectos na prossecução dos seus objectivos através dos seguintes pontos:

- análise da realidade e construção de diagnósticos diversos, mais ricos, completos e partilhados, com impacto desejável na construção de respostas;

- rentabilização dos recursos disponíveis numa comunidade;
- apoio às famílias, integrado e articulado, ao invés da sobreposição e da contraproducência de intervenções, de uma maior monitorização e controlo da qualidade das intervenções estimulada e assumida pela rede de parcerias;
- garantia de maior visibilidade das intervenções desenvolvidas;
- cruzamento inevitável de áreas de intervenção (saúde, educação, justiça entre outras), fundamentais numa abordagem às famílias que apresentam problemáticas diversas;
- sustentabilidade das intervenções desenvolvidas no âmbito dos projectos, reconhecidas como respostas inovadoras e flexíveis e que foram desenvolvidas como mais-valias para as instituições, de forma a que estas estejam dispostas a assumir o desafio de lhes dar continuidade integrando-se como mais uma das suas unidades de funcionamento.

Estas são algumas das orientações a ter em linha de consideração neste domínio; tendo estado presentes neste Programa desde o seu início, o desenvolvimento de parcerias foi uma componente essencial na avaliação das candidaturas apresentadas.

Quando se analisa o trabalho de parceria (i.e. número de parcerias estabelecidas, a forma como são dinamizadas, o seu envolvimento na concepção do projecto, a sua diversidade, os processos de formalização concretizados, os interlocutores privilegiados, as contribuições de cada parceiro, o grau de envolvimento na implementação das acções, os processos de interacção entre áreas de intervenção distintas mas complementares, entre outros) revela-se muito importante ter em atenção vários aspectos. Segundo diferentes autores, é fundamental que as parcerias estejam assentes em três condições-base, a saber (Guerra & Chitas, 1998):

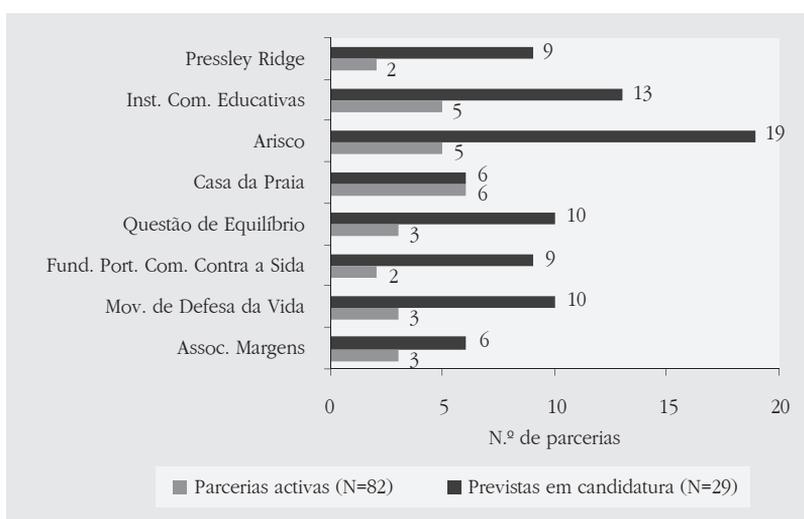
1. O reconhecimento pelos parceiros da sua complementaridade;
2. A manutenção da função específica de cada parceiro, protegendo a sua identidade própria;
3. A necessidade de consenso entre parceiros no que se refere aos objectivos e meios, independentemente de possíveis benefícios distintos e eventuais divergências relativamente a outras áreas de actividade.

Centrando a análise e discussão dos oito Projectos de Formação Parental nesta componente, começa-se por olhar o número de parceiros previstos em sede de candidatura, comparando o número de parcerias previstas com o número das que foram concretizadas e activadas nos respectivos territórios de intervenção (Figura 4.16). Os dados obtidos sugerem uma boa implementação no terreno por parte da quase totalidade das equipas, assentes em dinâmicas criadas pelos projectos que, na sua maioria, conduziram à necessidade de alargar a rede de parceiros comparativamente com o

inicialmente previsto, processo que foi sendo concretizado à medida que a intervenção no terreno foi avançando. Este aspecto pode também indiciar um trajecto inverso, ou seja, o reconhecimento, traduzido em aproximação, por parte de instituições de um mesmo território relativamente à actuação que foi sendo desenvolvida pelos diversos projectos.

Mas, se por um lado, este processo teve os seus contornos positivos numa linha de crescente construção de redes sociais e institucionais, por outro lado é de salientar que em determinados projectos a acentuada discrepância entre o número de parcerias previstas em candidatura e as concretizadas ao longo do tempo pode estar associada a um diagnóstico inicial desajustado ou até mesmo ao desconhecimento dos territórios de intervenção por parte da respectiva equipa técnica responsável pela sua execução. No desenho de uma candidatura de um projecto de formação parental, a componente relativa ao estabelecimento de parcerias deve ser alvo de uma avaliação rigorosa, envolvendo os parceiros na própria concepção, para que expectativas pouco realistas sejam evitadas na definição de objectivos e metas com consequências óbvias na qualidade da sua implementação no terreno. Deve ser encontrado um equilíbrio na quantidade e qualidade das parcerias estabelecidas e apresentadas, não devendo ser menosprezado o tempo necessário para a criação de uma relação de confiança entre as instituições e os respectivos interlocutores envolvidos neste tipo de processos.

Figura 4.16. Formação Parental: parcerias previstas em candidatura e activas, por projecto

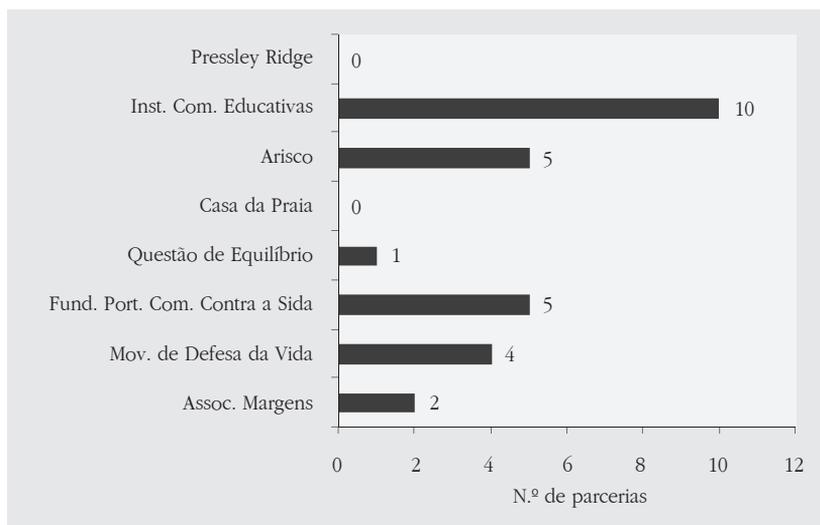


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Na Figura 4.16 é possível comparar os dados sobre este campo, acrescentando-se a informação relativa à formalização das parcerias que, de alguma forma, pode indicar um maior envolvimento em termos de níveis superiores de decisão das instituições, proporcionar uma melhor definição da função, da identificação e partilha dos objectivos do projecto e ainda da natureza organizativa institucional de cada parceiro.

A título de exemplo é de referir que o Instituto das Comunidades Educativas com o Projecto Laço foi aquele que apresentou um maior número de acordos formalizados, o que pode estar associado ao facto de ter sido o projecto que maior número de parceiros envolveu na concepção do projecto (Figura 4.17). A construção de compromissos baseados em objectivos partilhados e no desenho de intervenções a várias mãos pode ser um bom indicador para o sucesso do processo de desenvolvimento de parcerias.

Figura 4.17. Formação Parental: parcerias formalizadas, por projecto

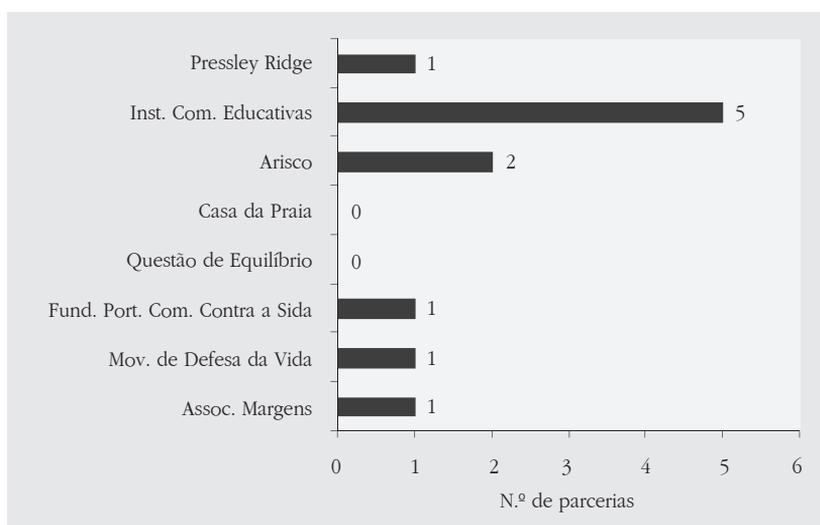


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

A dimensão da formalização dos compromissos de parceria não deve ser descurada, de modo a reforçar a implicação e envolvimento de todos, num processo de co-responsabilização a toda a rede de parceiros que passa pela resolução dos problemas e pelo apontar de soluções, nomeadamente que permitam a sustentabilidade futura dos projectos numa fase de pós-financiamento externo.

Nesta ordem de ideias, não deixa de ser importante apontar o número baixo de protocolos formalizados na generalidade dos oito Projecto de Formação Parental, quando se compara este valor com o número de parcerias activas anteriormente apontadas. Este aspecto não deixa de ser uma fragilidade que pode ter reflexos no momento da definição de responsabilidades e da incorporação de acções dos projectos na própria orgânica de funcionamento das instituições parceiras, cumprindo-se assim umas das metas de qualquer projecto. Neste sentido é de realçar a importância de alguns projectos, através das suas entidades promotoras, terem integrado formalmente as Redes Sociais dos respectivos concelhos, co-responsabilizando a rede local pela sustentabilidade das acções desenvolvidas.

Figura 4.18. Formação Parental: parceiros envolvidos na elaboração das candidaturas, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

De entre os principais parceiros, constituía critério valorizado para a selecção das candidaturas o envolvimento e articulação com as CPCJ, tendo em conta a lacuna que estas estruturas revelavam relativamente a respostas específicas no campo da educação parental. No conjunto destes Projectos de Formação Parental estiveram envolvidas seis Comissões de Protecção de Crianças e Jovens, conforme se apresenta na Tabela 4.2.

Digna de registo a dificuldade inicial quase generalizada que a maioria das equipas teve na articulação com estas estruturas e que foi em larga medida ultrapas-

sada com a sensibilização constante e persistente junto das mesmas sobre os contornos e as especificidades de uma intervenção eficaz desta natureza. Entre outros aspectos, parte destas estruturas parecia revelar alguma desconfiança relativamente a uma proposta de intervenção nova e em co-construção no território de intervenção, mas que tem de se considerar natural quando se identifica que não foram envolvidas na fase prévia de concepção e desenho do próprio projecto. Para ultrapassar as maiores dificuldades neste campo que estavam a constituir um obstáculo de monta ao desenvolvimento de determinados projectos, foi fundamental a articulação entre a equipa do Programa «Crianças e Jovens em Risco» e a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, tendo-se chegado a promover reuniões de trabalho que integraram as equipas dos projectos, respectivos parceiros e CPCJ, por concelho.

Tabela 4.2. Formação Parental: Comissão de Protecção de Crianças e Jovens, por projecto

Entidades promotoras	Comissão de protecção de crianças e jovens
Pressley Ridge	CPCJ Amadora
Inst. Com. Educativas	CPCJ Amadora
Arisco	CPCJ Lisboa Centro
Casa da Praia	CPCJ Lisboa Ocidental
Questão de Equilíbrio -	CPCJ Setúbal
Fund. Port. Com. Contra a Sida	CPCJ Setúbal
Mov. de Defesa da Vida	CPCJ Sintra Ocidental
Assoc Margens	CPCJ Sintra Oriental

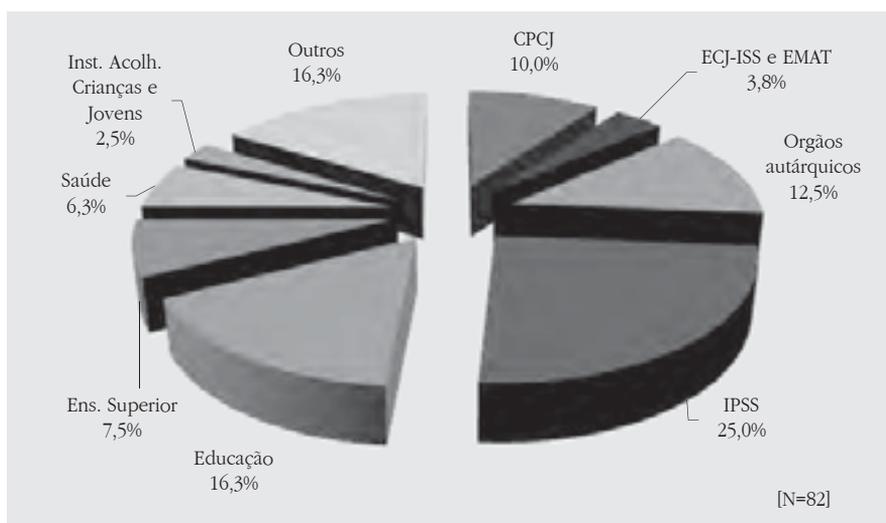
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Relativamente ao tipo de organizações que integraram as redes de parceria dos diferentes projectos foi possível observar a existência de um leque muito diverso. De uma forma geral, as CPCJ, por definição do próprio Programa, os estabelecimentos de ensino, as juntas de freguesia e as organizações locais foram as entidades com maior representatividade nestas redes. É possível avançar várias explicações para este facto, desde logo através da análise do historial de relação anterior ao projecto entre os parceiros e a entidade promotora, bem como em torno dos objectivos definidos para o mesmo. Não deixa também de ser significativo que tenham sido privilegiadas as instituições sociais locais, com forte ligação ao território, consideradas como estruturas de primeira linha, o que pode apontar para preocupações na generalida-

de dos projectos no desenvolvimento de intervenções articuladas com instituições que conhecem bem as famílias que foram alvo da intervenção.

A importante representatividade das juntas de freguesia reforça esta linha de reflexão, sendo que estas estruturas representam o poder local na forma de maior proximidade à população, nomeadamente às famílias. Relativamente às escolas, de assinalar que tendem a ser parceiros «naturais» em qualquer projecto sobre crianças e jovens, tendo em conta que funcionam como portas de entrada incontornáveis nas respectivas comunidades, permitindo o acesso às famílias através das suas crianças e jovens. As instituições do Ensino Superior tiveram uma presença igualmente expressiva, estando ligadas, na maior parte dos casos, à componente da avaliação. No âmbito deste tipo de instituições é imprescindível que exista um *feedback* em tempo útil ao trabalho desenvolvido, para que cada equipa possa ajustar as intervenções aos resultados, identificando, sedimentando ou reformulando os seus procedimentos de actuação.

Figura 4.19. Formação Parental: natureza das parcerias envolvidas nos projectos 3 anos de intervenção



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Outras entidades apareceram com valores muito semelhantes e responderam às especificidades dos territórios e populações onde os projectos foram implementados. Uma especial referência para as estruturas da área da saúde, de importância elevada, e relativamente às quais era desejável ter tido uma maior representatividade. Não sendo exclusivo desta área, sobre este último ponto valeria a pena reflectir sobre as

dificuldades sentidas no desenvolvimento das parcerias, nomeadamente em termos de estrutura – relações de poder entre os parceiros, ideologia –, dificuldades em chegar a acordos tendo em conta as diferenças ideológicas dos parceiros, a existência de oposição entre as culturas profissionais e submissão à hierarquia (Guerra & Chitas, 1998).

Tabela 4.3. Formação Parental: entidades parceiras, por projecto

Parceiros	Entidades promotoras								Total
	Assoc. Margens	Mov. de Defesa da Vida	Fund. Port. Com. Contra a Sida	Questão de Equilíbrio	Casa da Praia	Arisco	Inst. Com. Educativas	Pressley Ridge	
CPCJ	1	1	1	1	1	1	1	1	8
ECJ/ISS	0	1	0	0	0	0	0	1	2
EMAT	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Câmara Municipal	0	0	1	0	0	0	0	1	2
Junta de Freguesia	1	3	0	0	0	5 componentes de 3 JF	0	1	10/8 JF
IPSS/ Associações locais	0	1	6	2	0	3	7	1	20
Agrupamento de Escolas/ Escola	1	1	0	4	3	2	1	1	13
Inst. Ensino Superior	1	0	0	0	2	1	2	0	6
Hospital/ ACES-Centro de Saúde	1	1	0	0	0	0	1	2	5
Instituições de Acolhimento Crianças e Jovens	0	1	0	0	0	1	0	0	2
IDT	1	0	1	0	0	0	0	0	2
PSP	0	0	0	0	0	0	0	1	1
Equipa da DGRS	0	0	0	1	0	0	0	0	1
Museu	0	0	0	0	0	1	0	0	1
Outros	0	1	0	1	0	5	1	0	8
Totais	6	10	9	10	6	19	13	9	82

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Para finalizar a análise e discussão desta componente, resta perspectivar algumas das condições consideradas ideais para uma participação efectiva dos parceiros na construção dos projectos, orientação referida de uma forma transversal pelas equipas que foi sentida como um dos maiores bloqueios no processo de desenvolvimento de parcerias. Atendendo aos exemplos amplamente difundidos na literatura científica, é desejável que as equipas dos projectos se centrem:

- numa lógica de valorização das potencialidades e não dos défices apresentados pelas instituições;
- no envolvimento dos parceiros, desde a fase inicial dos processos, criando espaços para debate, troca de informações, aprendizagens e sugestões;
- no envolvimento dos «stakeholders», criando-se condições para integrar diferentes interesses e valores;
- no enfoque nos interesses e não nas posições ou papéis dos interlocutores, esboçando-se soluções colaborativas e cooperativas e não seguindo um caminho focado em opções pré-definidas ou já decididas;
- na separação entre quem tem poder de decidir e o processo de construção de soluções (Menezes, 2007).

Curiosamente, ou talvez não, estes são também alguns dos mais importantes princípios a seguir tendo em vista a ampliação da participação das famílias na intervenção proposta pelos Projectos de Formação Parental.

Acções

As acções dos projectos constituem uma forma de organização da intervenção desenhada e seguem a base teórica pela qual cada equipa responsável pela sua execução optou. No contexto deste Programa, as linhas teóricas são bastante distintas, o que, obviamente, se reflecte nas iniciativas propostas às famílias e na forma e enfoque que são dados ao desenvolvimento das mesmas.

No que concerne às orientações teóricas que serviram de suporte aos diferentes projectos, destacam-se a pedagogia da escuta, a abordagem colaborativa (Wenger, 2002), a teoria da vinculação (Bowlby, 1968), o modelo terapêutico estrutural ecossistémico (Lindblad-Goldberg, Dore & Stern, 1998), os princípios de reeducação (Hobbs, 1995), a perspectiva ecológica do desenvolvimento humano em contextos sociais (Bronfenbrenner, 2000), o modelo da competência (Slot, 1998) e a pedagogia terapêutica (Santos, 1976)¹.

¹ As referências bibliográficas a estes quadros teóricos são apresentadas nos capítulos da Parte III deste livro dedicados à discussão promovida por cada um dos Projectos de Formação Parental.

Salienta-se que vários projectos seguiram uma postura ecléctica, não se situando apenas numa perspectiva teórica. Como é fácil de verificar, a diversidade de orientações e quadros teóricos está ligada ao próprio percurso da entidade promotora e à adopção de um conceito de educação parental enquanto área do conhecimento, tal como se encontra apresentado no primeiro capítulo deste livro, processo que valida as diferentes formas de desenvolvimento das acções. Neste âmbito, alguns projectos optaram por metodologias vivenciais, reflexivas, participadas, e outros, em oposição, seleccionaram metodologias mais directivas, informativas e expositivas. Em síntese, este Programa integrou projectos que seguiram um modelo que privilegiou claramente o treino de competências, outros centraram-se numa exploração reconstrutiva e outros ainda recorreram aos dois tipos de metodologias na acção desenvolvida com as famílias. De destacar que esta diversidade se manifestou igualmente nas técnicas utilizadas: *role-playing*, *role-taking*, chuva-de-ideias, partilha de experiências parentais, visionamento de vídeos das próprias famílias e outros, técnicas teatrais, dinâmicas de grupo, tarefas para casa, leituras e propostas escritas, exposição de informação sobre a família e a criança, entre outras que foram identificadas nos três anos de intervenção.

Apesar desta multiplicidade de perspectivas que confere a este Programa um interesse acrescido, mas simultaneamente uma certa dificuldade na sustentação de uma comparação rigorosa e metodologicamente credível entre os diferentes projectos, existem três acções, ou se se quiser, três modalidades de intervenção com as famílias, que se evidenciaram das restantes. São elas a intervenção individual, a intervenção grupal e a visita domiciliária. Digno de registo que a intervenção em grupo foi transversal a todos os projectos, posicionando-se, assim, como a modalidade que permite o estabelecimento de algumas comparações entre as equipas. Conforme observado por diversos autores a nível nacional e internacional, a intervenção em grupo é muito comum em acções de educação parental por reunir um conjunto de mais-valias que vale a pena enunciar sem uma preocupação de exaustividade. Potencia um confronto rico entre diferentes discursos, experiências parentais e níveis de desenvolvimento, promoção da descentração e da tomada de perspectiva social, oferece uma maior probabilidade de surgirem alternativas de resolução de problemas, faculta a oportunidade de encontros psicossociais e potencia a economia de energias em benefício da eficiência do grupo (Cruz & Pinho, 2008).

De uma forma geral, ao longo dos três anos, foi possível acompanhar a implementação de acções por alguns destes oito projectos que optaram inicialmente pela transposição para a realidade portuguesa da aplicação de programas já testados noutros países. Este foi o caso da Associação Margens, cujo modelo adoptado

se inspirou no trabalho desenvolvido nos EUA (Marvin, Cooper, Hoffman, & Powell, 2002; Hoffman, Marvin, Cooper & Powell, 2006). O mesmo aconteceu com a Pressey Ridge na execução do modelo de Preservação Familiar, baseado no seu programa em curso no território norte-americano. Mas uma das conclusões mais importantes a retirar destes processos reporta-se à necessidade sentida pelas equipas ao longo do tempo de ir adaptando estes programas internacionais aos contornos da realidade social portuguesa e, muito especificamente, às necessidades reais das famílias com que estavam a trabalhar. Inversamente, para outros projectos, desde o primeiro momento a execução das acções foi sustentada numa lógica de co-construção, com um carácter plural e ao mesmo tempo exigindo a participação e colaboração com as famílias no próprio desenho da intervenção.

Perante este enquadramento, constatou-se que os projectos realizados podem ser distribuídos por três categorias, em função da concepção de participação individual e colectiva que seleccionaram no percurso que seguiram para trabalharem a parentalidade. Esta divisão não é estanque, sendo que alguns projectos tiveram um pouco de cada uma das opções anteriormente mencionadas. Contudo, em todos foi possível detectar a prevalência de uma opção em relação às restantes.

Deste modo, identificou-se uma primeira categoria, de cariz mais comunitário, sustentada numa preocupação em intervir junto da rede social de suporte das famílias, que conduziu ao desenvolvimento não apenas das suas competências parentais, mas essencialmente sociais e comunitárias. Enquadra-se neste âmbito a intervenção do Instituto das Comunidades Educativas, através da promoção de actividades como o «Clube do Património» ou a «Oficina de Imprensa». Uma segunda categoria, a mais presente no conjunto dos oito projectos, é a relativa às equipas que centraram mais a intervenção no contexto familiar, optando por actividades como o acompanhamento individualizado às famílias, as visitas domiciliárias e os grupos de formação parental. Finalmente, uma terceira categoria diz respeito aos projectos que se preocuparam com a capacitação das instituições e dos técnicos que intervem junto das famílias de uma forma continuada, e de entre os quais surge a título de exemplo a Arisco, designadamente com actividades como a «Consultadoria» e a «Formação na Rede».

A análise destas categorias não pode ser dissociada das opções conceptuais e todas estas tiveram consequências, resultando em maior ou menor eficácia, consoante os territórios onde foram postas em prática e em função do perfil das famílias abrangido pelas acções de formação parental que, como se terá oportunidade de discutir no próximo capítulo, é bastante abrangente e diversificado. Assinala-se ainda que a maioria dos projectos optou por vir a desenvolver uma intervenção pa-

ralela com os pais e os filhos, muitas das vezes em conjunto uns com outros, característica que sobressai na literatura especializada como uma indicação favorável para a eficácia da intervenção. Foi também fundamental para a implementação da maior parte das acções dos projectos a articulação com intervenções complementares, nomeadamente nas áreas da saúde, da justiça e da educação.

Tabela 4.4. Formação Parental: acções desenvolvidas, por projecto

Entidades promotoras	Acções desenvolvidas
Pressley Ridge	Formação Parental; Preservação Familiar
Inst. Com. Educativas	Roda de Pais; Skola pã Nós; Acompanhamento Individual; Espaços Cruzados; Escuta, Olha, Troca Comigo; Saídas do Bairro; Oficina de Imprensa; Clube do Património; Um Dia com...
Arisco	GAP-Gabinete de Apoio aos Pais; Intervenção Precoce (0-3 anos); Atelier de Formação Parental (3-10 anos); Laboratórios da Relação entre Pais e Filhos (6-11 anos); Consultadoria e Formação na Rede; Comunicação
Casa da Praia	Grupo da Casa da Praia; Grupo Jardins de Infância; Grupo CPCJ
Questão de Equilíbrio -	Aprofundamento do Diagnóstico; Organização e Acompanhamento; Desenvolvimento-Articulação com Entidades Parcerias Acompanhamento Técnico; Disseminação/ Divulgação
Fund. Port. Com. Contra a Sida	Educação Parental APACCF; 2 ACM; LATI.
Mov. de Defesa da Vida	Projecto Família; Formação Parental; Acompanhamento Psicológico
Assoc Margens	Intervenção Individualizada com as Famílias; Acções de Formação Parental Alargada; Intervenção ao Nível Domiciliário

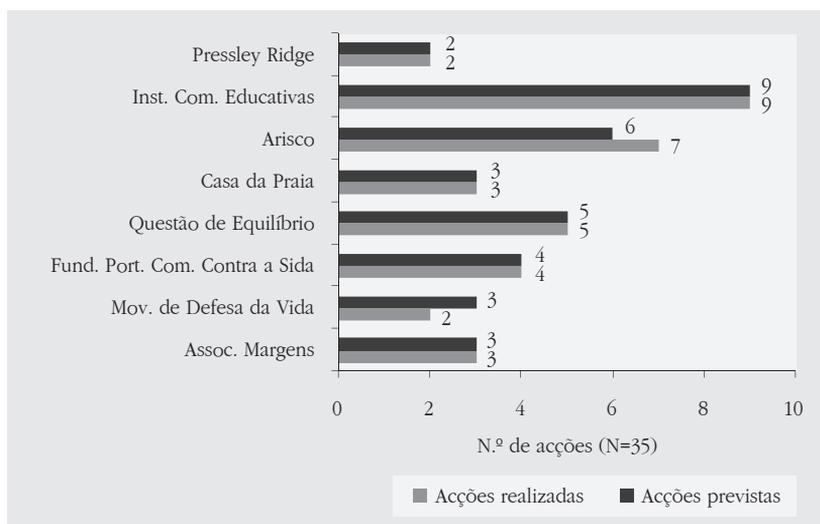
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

No que se refere ao número de acções definidas em candidatura pelas equipas, de realçar que todos, à excepção da Arisco, coincidem no previsto com o que foi executado. Isto quer dizer que, com alguns pequenos desvios que são normais na implementação de qualquer projecto na área social, do ponto de vista da estrutura global não parece ter sido necessário para a quase totalidade das equipas proceder ao longo do tempo a reformulações de fundo relativamente ao documento que fora apresentado a concurso.

O número total de acções previstas em candidatura foi de 35 e o total realizado foi idêntico, embora seja de registar que com ajustamentos entre as equipas. Neste universo, 22 acções foram desenvolvidas de acordo com o que foi inicialmente definido (62,8%), o que revela um ajuste relevante entre o desenho e a implementação dos projectos no terreno. No conjunto, 13 acções sofreram alterações ao longo

dos três anos (37,2%), o que pode apontar para previsão de uma flexibilidade que se revela necessária numa intervenção desta natureza.

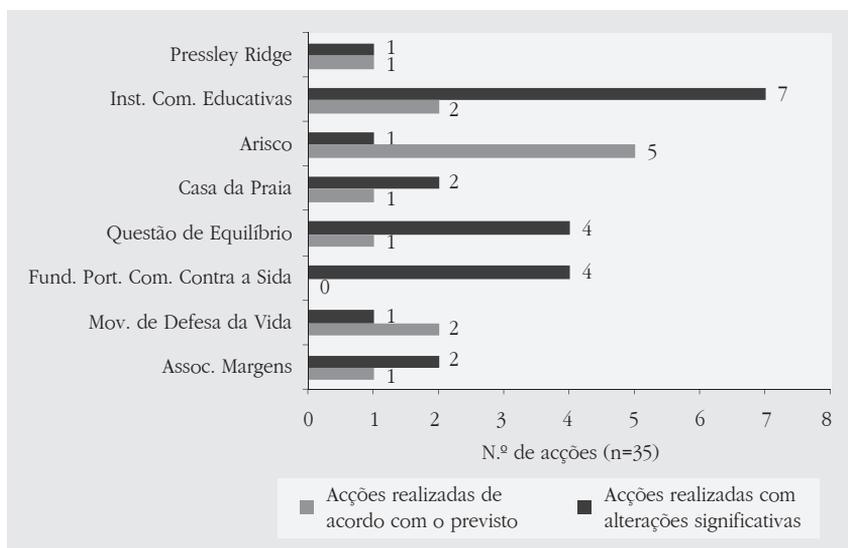
Figura 4.20. Formação Parental: acções previstas e acções realizadas, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011)

No entanto, uma análise mais profunda, que vai além do número de acções realizadas, torna possível identificar os desvios na implementação das mesmas. Estas situações ocorreram em cinco projectos e delas constituem exemplos mais representativos a Arisco e a Pressley Ridge, ainda que patamares claramente diversos. Considerando-se como acontecimentos normais na implementação deste tipo de processos, é de referir que em projectos em que estas alterações implicam a mudança da maior parte ou até da totalidade das acções deve ser aferido o porquê da necessidade de tais mudanças. A um primeiro olhar esta discrepância pode dever-se a um diagnóstico afastado da realidade encontrada no território real de intervenção, sendo de assinalar a capacidade de reconhecimento e a necessidade de adaptar em tempo útil as acções às necessidades sentidas pelas famílias nos contextos específicos em que se desenvolveram. Por outro lado, há que ter em linha de consideração a natureza das próprias mudanças, se foram ajustamentos superficiais, ou se, pelo contrário, foram alterações de fundo, que implicaram outras dinâmicas distantes das que foram avaliadas em sede de concurso e que, entretanto, foram abandonadas.

Figura 4.21. Formação Parental: acções desenvolvidas de acordo com o previsto e com alterações significativas, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011)

Os modelos de avaliação dos Projectos de Formação Parental

A componente da avaliação é absolutamente fundamental para medir o impacto das intervenções junto das populações a que são dirigidas. No entanto, é preciso ter presente que «a utilidade da avaliação não se resume a determinar se a intervenção foi eficaz ou não, ela deve ser uma explicação para os resultados, não apenas uma afirmação sobre se os efeitos foram ou não conseguidos» (Menezes, 2007: 56). Uma cultura da avaliação permite identificar pontos fortes e pontos fracos das intervenções, conduzindo ao seu ajustamento de forma a que os objectivos possam ser alcançados com um maior grau de sucesso, proporcionando simultaneamente que se apontem directrizes para futuras acções na mesma área.

A avaliação é um processo que ocorre ao longo de um projecto. É desenhada quando da sua elaboração, desenvolve-se no decorrer de todo o período de implementação e no final devem ser apresentadas as conclusões e os resultados obtidos. Num plano de avaliação deve estar contemplada uma modalidade que incida sobre o processo, bem como outra centrada nos resultados.

A primeira implica o registo dos dados necessários a avaliar, sendo através deles que se conhecem as perspectivas mais quantitativas, nomeadamente sobre a

intervenção, os resultados, a população-alvo, o tempo, os recursos envolvidos na execução e os gastos realizados. Contudo, é também necessário promover a valoração, que é a essência da avaliação, e que se baseia na opinião que o desenvolvimento do projecto despoleta nos indivíduos e grupos nele envolvido, directa ou indirectamente. Os dados e as valorações são complementares e devem dividir o protagonismo. Por um lado, os dados quantitativos vistos isoladamente não possibilitam uma análise mais completa, por outro, as valorações sem os dados correm o risco de se assumirem como meros exercícios de subjectividade. É nesta dimensão de avaliação do processo que este livro, de uma forma genérica, se situa.

Outra das tipologias de avaliação é a que se reporta aos resultados e que ocorre preferencialmente no final de um projecto. O momento final é o tempo de realizar uma síntese e as valorações finais que devem visar a apresentação pública dos resultados. É importante ter em consideração a necessidade de construir um resumo sistemático sobre a informação analisada, promover a elaboração de um conjunto de instrumentos de natureza estatística, analisar e interpretar os dados, identificar as valorações e realizar um relatório final que deve incluir as conclusões e recomendações ou propostas de intervenção emergentes a partir de todo este processo.

Nesta ordem de ideias, convém destacar alguns pontos críticos a ter em linha de conta num plano de avaliação e que naturalmente também estão presentes na leitura da avaliação aqui realizada sobre os oito Projectos de Formação Parental. Deste modo, considera-se muito importante atender à diversidade e natureza das variáveis em causa, identificar quem esteve directamente envolvido na avaliação, isto é, quem avaliou (i.e. quem administrou os questionários ou conduziu as entrevistas, aplicou outros instrumentos ou exerceu outras funções neste campo), conhecer a influência do perfil do profissional *versus* modelo(s) que utiliza, aprofundar a realização da avaliação dos directa (pais) e indirectamente envolvidos (filhos) e determinar os contornos da elaboração dos diferentes tipos de relatórios (processuais, intercalares e final).

Logo em sede de candidatura, cada projecto deste Programa definiu as bases teóricas que o orientou, os objectivos, as modalidades de intervenção, os conteúdos, a população-alvo, os recursos, os métodos, a lógica de execução das acções e actividades e o plano de avaliação. Estas componentes foram ajustadas no processo de execução de cada um pelas equipas responsáveis pela sua execução no terreno. No entanto, é de reforçar a ideia de que cada plano de avaliação foi desenhado e ajustado de acordo com todas as outras componentes referidas, o que fez emergir um leque considerável de diferentes modelos e formatos de planos de avaliação. Ao longo dos três anos de intervenção, na quase totalidade dos projec-

tos, os planos de avaliação foram cumpridos, registando-se apenas alguns desvios pouco significativos.

Outro aspecto relevante é que estes planos de avaliação foram desenvolvidos com uma forte ligação a instituições do Ensino Superior, com experiência na investigação e avaliação, ainda que nem sempre de modo específico no campo da educação parental, mas pelo menos na área mais alargada da família e da intervenção social. Esta conexão pode funcionar como uma mais-valia, potenciando, por um lado, a sedimentação das práticas desenvolvidas, atribuindo-lhes consistência científica, e, por outro lado, promovendo a abertura de linhas de investigação nas instituições do Ensino Superior que podem vir a apoiar o desenvolvimento de acções mais consistentes e eficazes neste domínio.

De salientar também que a maior parte dos instrumentos de avaliação que foram utilizados foram já validados em diferentes países, oferecendo desta forma algumas garantias para a sua aplicação. Contudo, é de ter sempre presente que, sendo importante a existência destes instrumentos, na sua maioria carecem de uma validação para a população portuguesa, processo para o qual algumas destas intervenções contribuíram de forma clara.

Perante o exposto, e a diversidade das intervenções referida insistentemente ao longo destas páginas, é impossível avançar com uma comparação que se revele fiável, metodologicamente rigorosa e credível relativamente aos modelos e planos de executados pelos diferentes projectos. Foi opção da equipa técnica de acompanhamento deste Programa salvaguardar a autonomia de cada projecto na procura do melhor plano de avaliação e do melhor interlocutor/instituição que garantisse a execução do respectivo plano da melhor forma possível. Deste modo, constata-se a existência de acções de avaliação que privilegiaram uma abordagem quantitativa, enquanto noutros casos se deu mais espaço a outras qualitativas. Outros ainda centraram-se sobretudo na avaliação dos processos ou dos resultados. As principais conclusões resultantes destes processos de avaliação, bem como a referência aos processos e instrumentos aplicados, podem ser analisadas e interpretadas em maior profundidade nos oito capítulos reservados aos projectos desenvolvidos nestes últimos três anos apresentados neste livro.

Perante a escassa bibliografia no campo da educação parental no nosso país, a componente de avaliação neste Programa apresentou-se, desde cedo, com uma função redobrada de permitir aceder a resultados que podem ser registados e disseminados, servindo de base para intervenções futuras, no mesmo ou noutros territórios. Este contributo para a melhoria da qualidade do *Estado da Arte* em Portugal é, desde o início, um dos objectivos deste Programa que contou com oito interven-

ções que contemplaram metodologias e territórios de intervenção significativamente diferenciados. Esta variedade na natureza das acções desenvolvidas permite aceder a diferentes formas de conceptualizar e intervir neste domínio, perspectivando-se os pontos fortes e pontos fracos de cada projecto e do próprio Programa como um todo.

Referências bibliográficas

- Amaro, R., Intervenção na Reunião do Programa «Crianças e Jovens em Risco /Projectos Formação Parental», Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, Abril/2009.
- Cooke, B., «Competencies of a Parent Educator: What does a Parent Educator need to know and do?», in *Child Welfare League of America*, Vol. LXXXV, #5, 2006, pp. 785-802.
- Cruz, H. & Pinho, I., *Pais, uma experiência* (3.^a ed.), Porto, LivPsic, 2008.
- Gaspar, M., «Educação Familiar como intervenção sócio-educativa: porquê, para quem, como e por quem?», in *Revista Portuguesa de Pedagogia*, 39 (3), 2005, pp. 61-98.
- Guerra, I. & Chitas, H., *Programas de Inserção: Reflexões Metodológicas*, Lisboa, Marca d'Água, 1998.
- Menezes, I., *Intervenção Comunitária, Uma perspectiva Psicológica*, Porto, LivPsic, 2007.

5.

**CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOCULTURAL
DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS
ENVOLVIDAS NOS PROJECTOS
DE FORMAÇÃO PARENTAL**

**Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz**

Neste capítulo procede-se à apresentação e discussão de um conjunto de indicadores comuns a todos os projectos que dizem respeito à contextualização sociocultural das famílias e pais/cuidadores envolvidos nas acções de formação parental, bem como das crianças e jovens que foram alvo de determinadas iniciativas nos três anos de intervenção. Através de uma análise essencialmente descritiva, identificam-se os segmentos da população portuguesa que se constituíram como público-alvo deste Programa, comparando os pontos de contacto e de afastamento entre os oito projectos.

Famílias e perfil dos pais/cuidadores

Tendo como ponto de partida as metas estabelecidas nas respectivas candidaturas relativamente ao número de famílias a abranger em acções de formação parental, verifica-se que todas as entidades promotoras terminaram dentro dos intervalos previstos ou até superaram os valores antecipadamente definidos (Tabela 5.1). No conjunto, os oito projectos envolveram um total de 899 famílias.

Tabela 5.1. Número de famílias abrangidas por acções de formação parental, por projecto

Entidades promotoras	Famílias abrangidas em formação parental	
	Meta estabelecida na candidatura	Total (final do projecto)
Pressley Ridge	12/ano; 36/total	52
Inst. Com. Educativas	30-50/total	69
Arisco	150 no final do 1.º ano	299
Casa da Praia	24-36/ano; 72-108/total	85
Questão de Equilíbrio	55/total	84
Fund. Port. Com. Contra a Sida	28/ano; 63/total	89
Mov. de Defesa da Vida	21/ano; 63/total	94
Assoc. Margens	20 destinatários directos/total; 50 destinatários indirectos/total	127
Total	560 – 616	899

Fonte: Candidaturas e Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2007-2011).

Atendendo à distribuição das famílias por concelhos, cerca de 13,5% (121) residiam no concelho da Amadora, 42,7% (384) no concelho de Lisboa, 19,3% (173) no concelho de Setúbal e 24,5% (221) no concelho de Sintra.

Ao analisar-se o cruzamento da variável relativa ao número de famílias com outras relativas à constituição da equipa técnica de cada projecto, designadamente à sua dimensão média, constata-se que esta última não se associa directamente com o total de famílias que foram objecto de intervenção. Isto é, as equipas de maior dimensão não correspondem necessariamente ao desenvolvimento de acções destinadas a um maior número de famílias.

Outra importante conclusão prende-se com as divergências entre os valores de financiamento, por projecto, e a natureza dos resultados quantitativos. Certamente, para uma melhor leitura sobre estes dados, importa ter presente os diferentes tipos de abordagem, os quadros teóricos, as metodologias e as estratégias que sustentaram a abordagem de cada equipa e que, até certo ponto, justificam algumas das diferenças apresentadas. No entanto, isso não explica totalmente os desvios às metas estabelecidas em candidatura, nem todas as diferenças entre o que fora planeado e o que foi observado no terreno. Quando se cruza a variável relativa ao número de famílias com a que se reporta aos valores do financiamento atribuído a cada projecto, é de realçar que os três projectos que tiveram um financiamento mais baixo – Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, Associação Margens e Casa da Praia –, todos com diferenças significativas comparativamente aos restantes, não só atingiram as metas previstas num processo sem grandes alterações e sobressaltos relativamente ao que fora previsto como, em termos absolutos, o número de famílias com que trabalharam supera, na maioria dos casos, entidades que receberam pelo menos duas vezes mais. Deste modo, e ainda que com as devidas limitações, é de colocar em causa se alguns dos valores do financiamento atribuído foram os adequados à prossecução das actividades. É desejável em futuros concursos aprofundar a definição de critérios neste campo, de forma a obstar diferenças tão acentuadas em termos dos valores imputados e que no acompanhamento técnico no terreno não se tornaram visíveis, quer do ponto de vista dos números de indivíduos envolvidos, como da qualidade e natureza da intervenção.

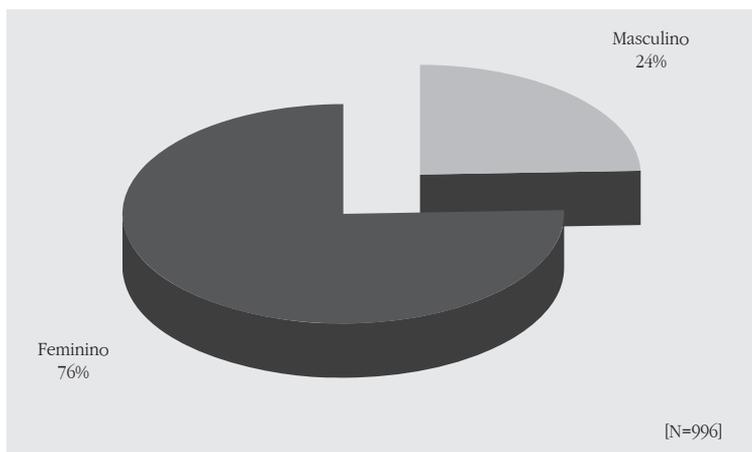
Centrando o interesse no número total de pais/cuidadores participantes nas acções de formação parental ao longo dos três anos de execução dos projectos, estiveram envolvidos 1068 pais/cuidadores, maioritariamente do sexo feminino (75,6%)¹.

Atendendo à sua distribuição por concelhos, cerca de 13,0% (138) residiam no concelho da Amadora, 43,5% (469) no concelho de Lisboa, 21,9% (234) no con-

¹ Do total de 1068 indivíduos, somente 996 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 72 indivíduos participantes em actividades promovidas pela Arisco no primeiro ano de intervenção (*missing value*).

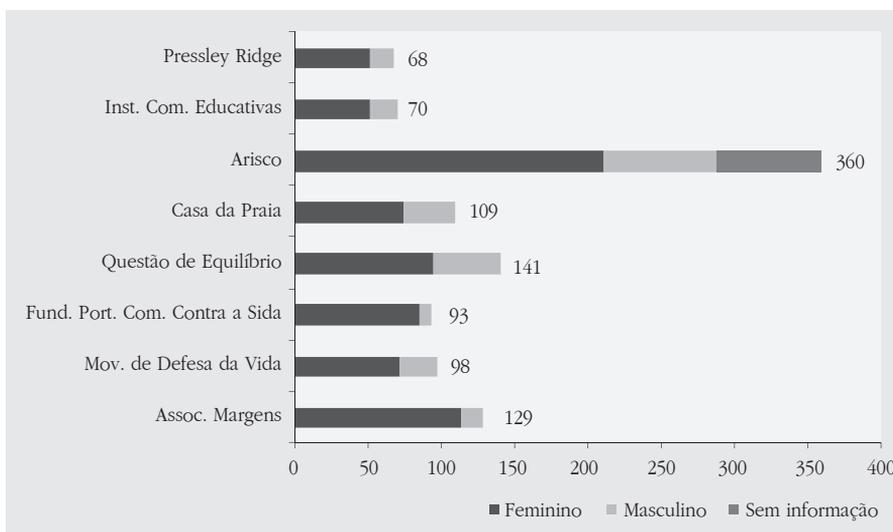
celho de Setúbal e 21,2% (227) no concelho de Sintra. A tendência para uma prevalência significativa de mulheres é comum em todos os projectos, ainda que com algumas diferenças expressivas por equipa, conforme se apresenta na Figura 5.2.

Figura 5.1. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por sexo



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

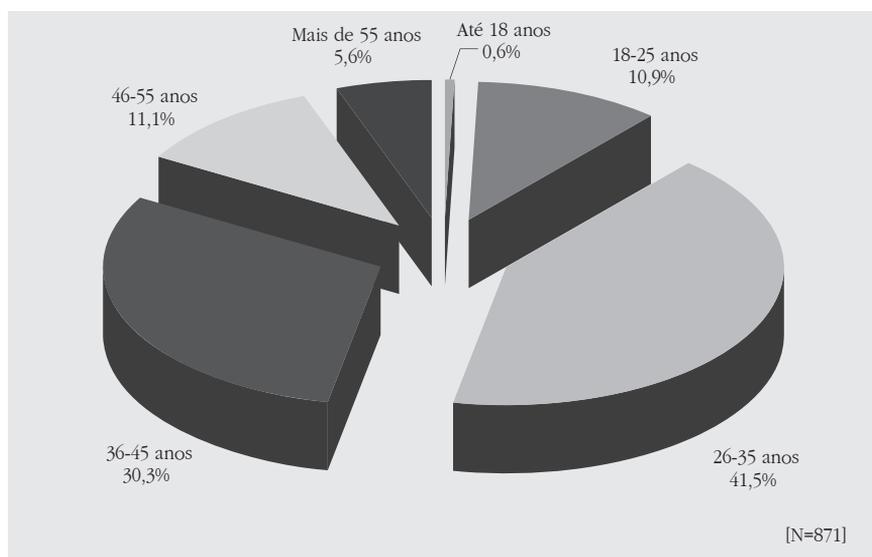
Figura 5.2. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o sexo



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Perante este quadro, destaca-se a grande diferença entre os números apresentados pela Arisco relativamente às restantes equipas. Este facto tem na sua base um conjunto de circunstâncias que se prendem com o modelo conceptual adoptado por esta entidade, que se traduziu, em termos gerais, no desenvolvimento de actividades marcadas por uma menor duração de intervenção junto dos pais/cuidadores, numa mais baixa intensidade e frequência do que a maioria, conforme mencionado no capítulo anterior. De assinalar também que se trata do projecto que envolveu o maior número de técnicos ao longo dos três anos, apresentando uma dimensão média da equipa (11) duas a quase três vezes superior a outras. De igual modo, nesta leitura importa reter que a população-alvo da Arisco apresenta um conjunto de traços sociais que a diferencia claramente das outras, com excepção dos grupos abrangidos pela Casa da Praia, conforme se irá discriminando ao longo deste capítulo. Está-se perante pais/cuidadores cujo perfil se distancia bastante do que foi definido inicialmente como prioridade neste Programa, pela predominância de habilitações escolares mais elevadas e maior inserção no mercado de trabalho, a que se associa uma quase ausência ou escassa representatividade de casos acompanhados pelas Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou Equipas de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social, presentes somente de forma residual.

Figura 5.3. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por escalão etário



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Isto permitirá, até certo ponto, justificar os contornos das acções desenvolvidas, mais adaptadas a um leque de situações que não se colocou na maioria dos contextos aqui em análise.

Passando à análise do escalão etário dos pais/cuidadores, verifica-se que, globalmente, o escalão mais representado é o dos «26-35 anos», com 41,5% do total, seguido dos «36-45 anos» (30,3%). Com valores muito próximos encontram-se os escalões «46-55 anos» (11,1%) e «18-25 anos» (10,9%)². O número de pais/cuidadores adolescentes é meramente residual (cinco: dois no Movimento de Defesa da Vida, dois na Pressley Ridge e um na Arisco). De igual modo, é reduzida a expressão dos que se encontram com «mais de 55 anos» (5,6%). De salientar neste último grupo, uma mulher (bisavó), de 90 anos de idade, abrangida pelas actividades promovidas pela Questão de Equilíbrio.

Quando se concretiza uma análise mais detalhada sobre a informação recolhida, apesar de os dois escalões globalmente mais representados ocuparem um lugar de destaque em todos os projectos, há outros pontos que interessa destacar tendo em atenção as diferenças registadas entre uns e outros.

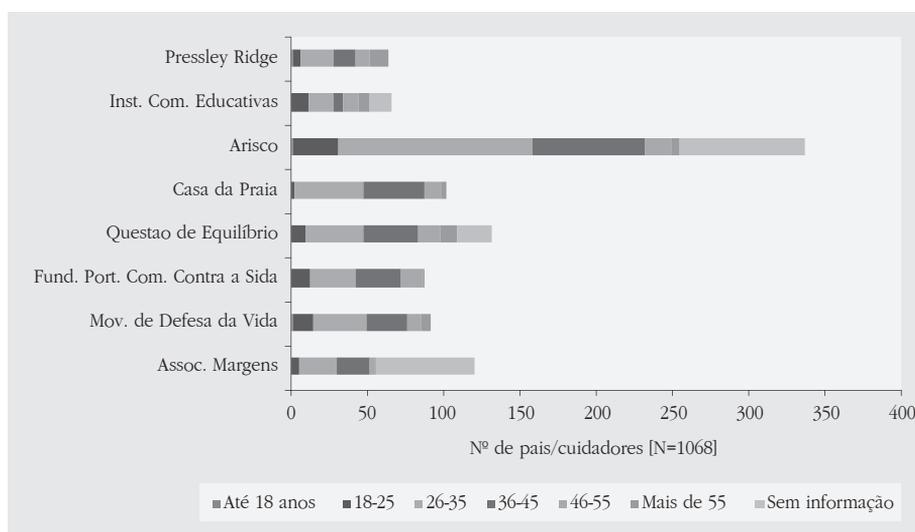
O escalão dos mais velhos, «mais de 55 anos», tem uma representatividade ligeiramente mais expressiva na Questão de Equilíbrio e na Pressley Ridge. Nesta última equipa, é digno de registo que o conjunto dos que se encontram acima dos 46 anos atinja um valor idêntico ao dos «26-35 anos». Os escalões mais novos, «até 18 anos» e «18-25 anos», estão mais representados no Instituto das Comunidades Educativas, Arisco, Fundação Portuguesa Comunidade Contra A Sida e Movimento de Defesa da Vida.

Nas duas últimas décadas, a gravidez na adolescência em Portugal tem atingido valores que colocam o país num dos primeiros lugares dos *rankings* europeus

² Do total de 1068 indivíduos, 871 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 197 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, distribuindo-se da seguinte forma: 88 na Arisco por a caracterização não ter contemplado no primeiro ano de execução a recolha deste tipo de informação; 15 no Instituto de Comunidades Educativas que dizem respeito a pais/cuidadores que não participaram nas actividades de forma regular, o que dificultou a recolha dos dados em questão, além de que, em algumas famílias, houve relutância em fornecer os dados em função das dinâmicas prevalentes no bairro, pelo que a equipa optou por privilegiar a sua participação nas actividades mesmo sem ter obtido a informação desejada; 24 na Questão de Equilíbrio respeitantes a uns beneficiários que, após ter sido iniciado o diagnóstico de necessidades individuais, acabaram por recusar continuar a participar no projecto, e a outros em que a equipa não conseguiu a obtenção da informação pretendida por não terem completado a formação, apesar de terem assinado voluntariamente a aceitação de participação; e 70 na Associação Margens que participaram nas acções de formação parental alargada, não sendo recolhido este dado junto dos mesmos.

neste campo. No entanto, estes casos estiveram praticamente ausentes nas ações de formação parental realizadas nos contextos em análise. Este facto proporciona duas explicações possíveis: por um lado, os casos existentes nestes territórios podem estar a ser alvo de intervenção especializada de outras entidades no terreno, mais vocacionadas para o seu acompanhamento, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social ou unidades de saúde; por outro, dada a sua natureza, poderão estar a escapar às intervenções desenvolvidas, não se registando a adesão às iniciativas propostas num campo onde as necessidades são vastas.

Figura 5.4. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o escalão etário



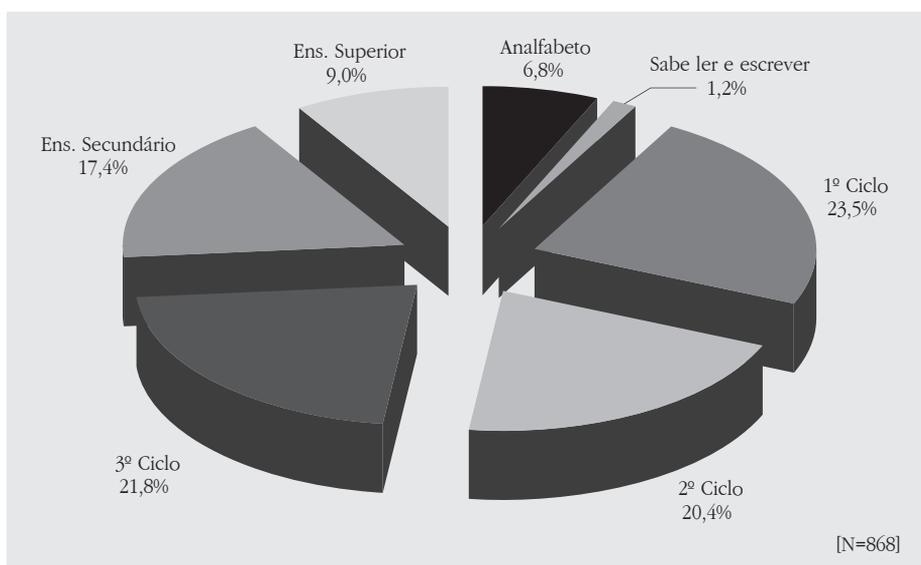
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Sabendo que esta é uma matéria que requer um esforço redobrado em termos de prevenção, assinala-se que só a Pressley Ridge (duas), a Arisco (uma) e o Movimento de Defesa da Vida (duas) acompanharam situações de pais/cuidadores menores de 18 anos de idade. Este quadro pode apontar para a indispensabilidade de programas de apoio social e formação parental específicos, numa linha de especialização que atenda às necessidades biopsicossociais dos adolescentes e, de modo concreto, aos contornos do exercício da parentalidade nesta fase. A este nível, regista-se que esta problemática constitui, desde há muito, uma das preocupações do Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano. No âmbito de uma parceria com a Maternidade Alfredo da Costa, entre 2004 e 2007, foi desenvolvido

um projecto-piloto designado «Mais vale prevenir», do qual resultou a publicação de um manual para a prestação de cuidados às mães adolescentes³.

No conjunto de todos os projectos, o grau de escolaridade mais representado entre os pais/cuidadores é o 1.º Ciclo do Ensino Básico (23,5%), e 8,0% nem sequer completou um nível de ensino⁴. À volta de 6,8% são analfabetos e 1,2% dizem saber ler e escrever, constituindo estes últimos o grupo menos representado.

Figura 5.5. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por habilitação escolar



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

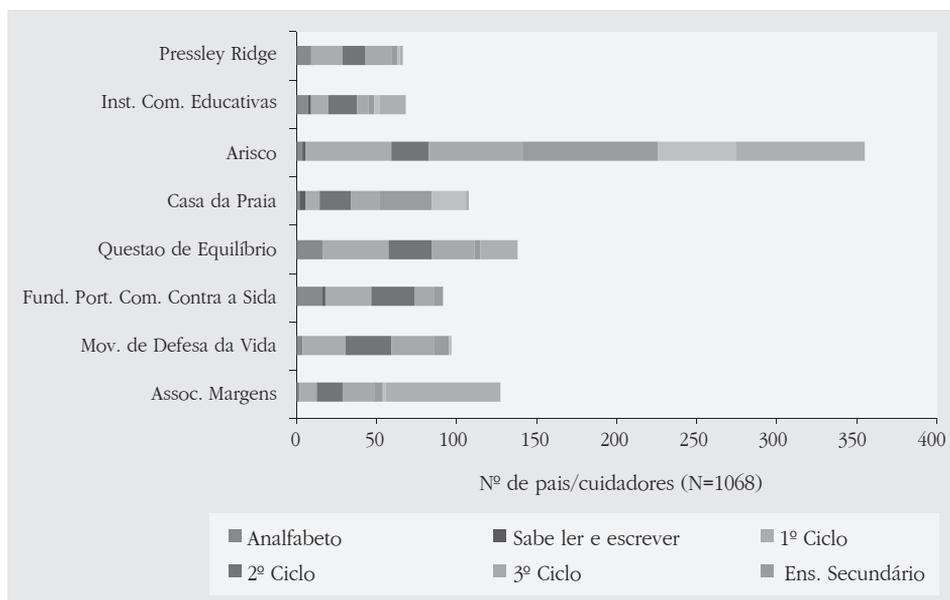
Os pais/cuidadores que possuem um grau de Ensino Superior constituíram 9,0% da população em análise, estando representados em todos os projectos, com excepção dos dois localizados no concelho de Setúbal, Questão de Equilíbrio e

³ «Boas Práticas na Prevenção e Acompanhamento da Gravidez na Adolescência. Mais Vale Prevenir...», disponível em http://www.gulbenkian.pt/media/files/fundacao/publicacoes/Brochura_maes2009.pdf

⁴ Do total de 1068 indivíduos, 868 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 200 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, conforme apresentado em nota de rodapé anterior, distribuindo-se esse número da seguinte forma: dois na Pressley Ridge, 18 no Instituto das Comunidades Educativas, 81 na Arisco, um na Casa da Praia, 25 na Questão de Equilíbrio e 73 na Associação Margens.

Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida. No entanto, a sua presença é meramente residual em quatro outras equipas: as que se encontram no concelho da Amadora – Pressley Ridge (dois) e Instituto das Comunidades Educativas (dois) – e as duas no concelho de Sintra – Movimento de Defesa da Vida (um) e Associação Margens (um). São os dois projectos do concelho de Lisboa – Arisco (50) e Casa da Praia (22) – que mais contribuem para esta categoria, sendo que no primeiro representam 17,8% do total dessa equipa e no segundo correspondem a 20,1%.

Figura 5.6. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos, por projecto, segundo a habilitação escolar



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

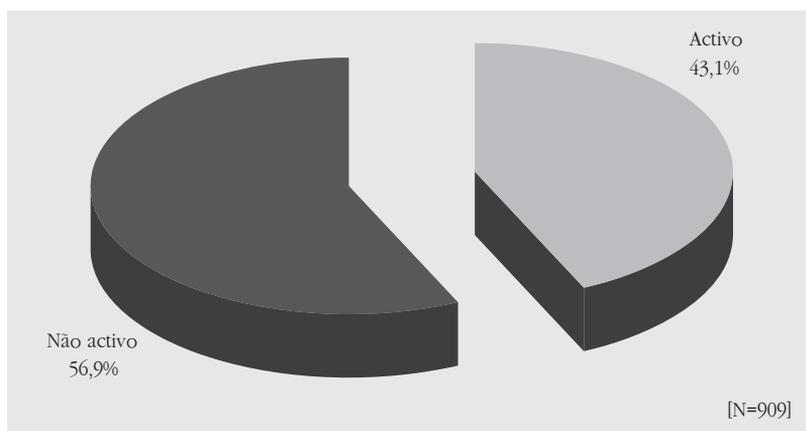
Quanto aos restantes projectos as diferenças são significativas. Evidenciam-se as entidades que intervieram no concelho de Setúbal – Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e Questão de Equilíbrio –, por terem trabalhado com grupos de pais/cuidadores que, globalmente, possuíam as habilitações escolares mais baixas, ao nível do analfabetismo e do 1.º Ciclo do Ensino Básico. Este último grau de escolaridade é o predominante na Pressley Ridge. Já o 2.º Ciclo do Ensino Básico é o mais representado na população do Instituto das Comunidades Educativas e no Movimento de Defesa da Vida, surgindo também com uma certa expressão na Associação Margens e nos dois projectos de Setúbal. A Casa da Praia e a Arisco são as

equipas que apresentam um leque de pais/cuidadores com as mais elevadas habilitações escolares, prevalecendo em ambas o Ensino Secundário, ao qual se associa uma representatividade significativa de pais/cuidadores com o Ensino Superior e o 3.º Ciclo do Ensino Básico. Finalmente, o 3.º Ciclo aparece isoladamente com maior expressão na Associação Margens.

Em suma, no campo das habilitações escolares estes oito projectos contemplaram as mais diversas situações, sendo possível traçar um retrato transversal que abrange os mais diferentes segmentos da população portuguesa.

Analisando a situação dos pais/cuidadores perante o trabalho, ou seja, a sua condição em termos de empregabilidade, a maior representatividade pertence ao grupo dos que não se encontravam activos no mercado de trabalho (56,9%), em detrimento dos activos (43,1%), que exerciam alguma actividade profissional, a tempo parcial ou completo⁵.

Figura 5.7. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção, por situação perante o trabalho



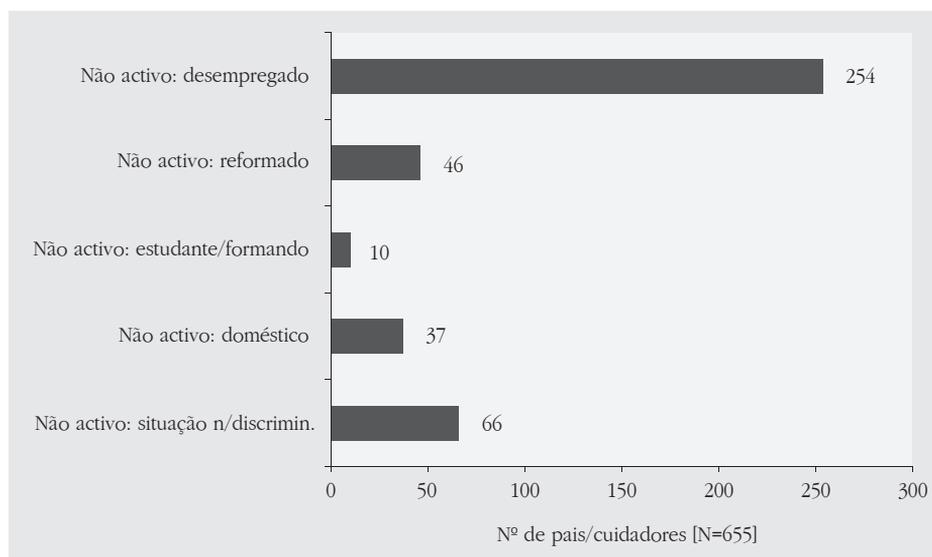
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Relativamente à categoria dos não activos, há a salientar a heterogeneidade de casos, ainda que esta leitura deva ser feita com algum cuidado por se ter regis-

⁵ Do total de 1068 indivíduos, 909 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 159 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, conforme apresentado em nota de rodapé anterior, distribuindo-se esse número da seguinte forma: 14 no Instituto das Comunidades Educativas, 73 na Arisco e 52 na Associação Margens.

tado um elevado número de situações que não foram discriminadas, fundamentalmente por um dos projectos (57 na Arisco). Salvaguardando esta limitação, em primeiro lugar identificam-se os desempregados, que correspondem a 28,0% (254) do total da população abrangida pelos oito projectos. Seguem-se os não activos na condição de reformados (46: 5,0%) e as/os domésticas/os (37: 4,1%). Apenas 1,1% (10) se encontrava na condição de estudante ou formando, conforme se pode observar na Figura 5.8.

Figura 5.8. Formação Parental: pais/cuidadores não activos abrangidos nos 3 anos de intervenção, por condição identificada



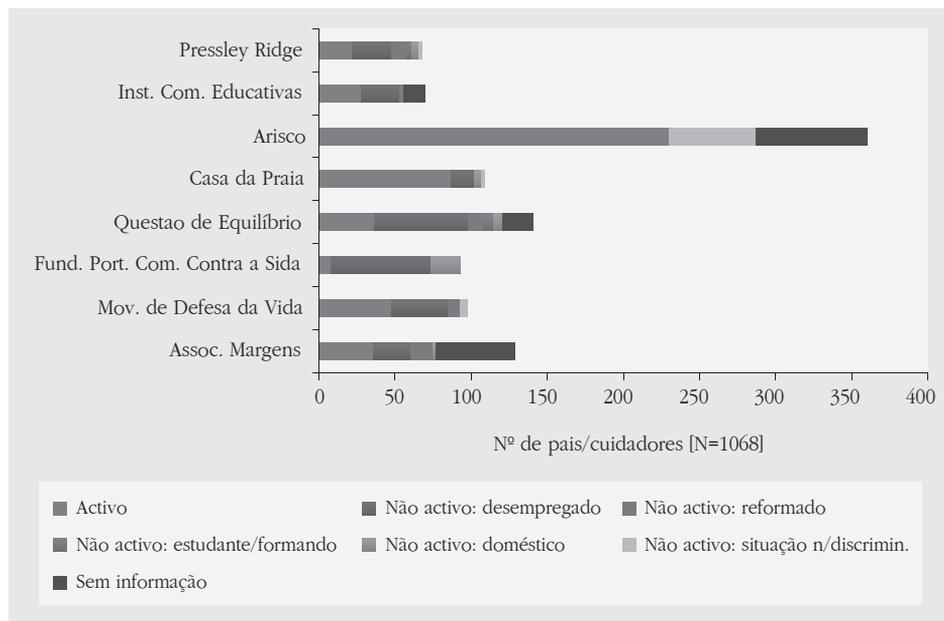
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

À semelhança do que se tem observado na análise de outras variáveis, também nesta se identificam diferenças expressivas entre aqueles que foram os destinatários de cada um dos projectos.

Deste modo, os não activos (desempregados) prevalecem na maioria das equipas – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Questão de Equilíbrio, Fundação Portuguesa Contra a Sida, Movimento de Defesa da Vida e Associação Margens. Esta orientação apenas não acontece nos projectos que estão localizados no concelho de Lisboa, Arisco e Casa da Praia, seguindo uma tendência divergente, numa linha de orientação que foi identificada e discutida em pontos anteriores, numa estreita correlação entre a situação perante o trabalho e as habilitações esco-

lares. Realce para a representatividade de domésticas/os no Movimento de Defesa da Vida. Mais uma vez se confirma a ampla abrangência de situações sociais que, no conjunto, estes oito projectos puderam alcançar.

Figura 5.9. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos, por projecto, segundo a situação perante o trabalho

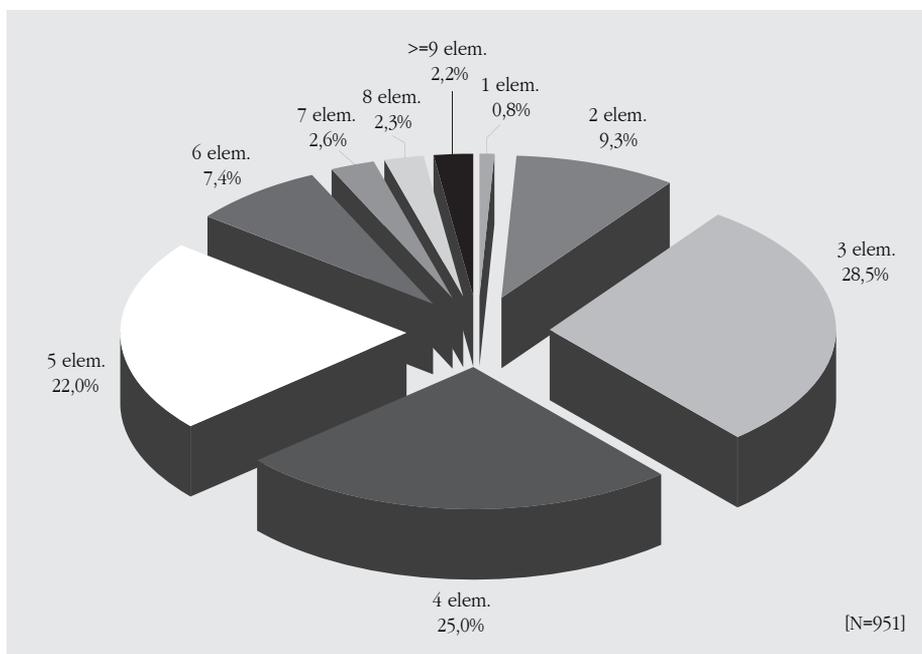


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Considerando a dimensão das famílias nesta população, as variações entre os valores apresentados entre as famílias de três a cinco pessoas acabam por ser pouco significativas, podendo afirmar-se que predomina um perfil de família que integra entre 3-5 elementos (75,5%). Discriminando cada uma das categorias em análise, em primeiro lugar, encontram-se as que integram três pessoas (28,5%), seguindo-se as de quatro pessoas (25,0%) e as que integravam cinco pessoas (22,0%)⁶.

⁶ Do total de 1068 indivíduos, 951 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 117 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, conforme apresentado em nota de rodapé anterior, distribuindo-se esse número da seguinte forma: 13 no Instituto das Comunidades Educativas, 26 na Casa da Praia, três na Questão de Equilíbrio, um no Movimento de Defesa da Vida e 74 na Associação Margens.

Figura 5.10. Formação Parental: dimensão das famílias nos 3 anos de intervenção

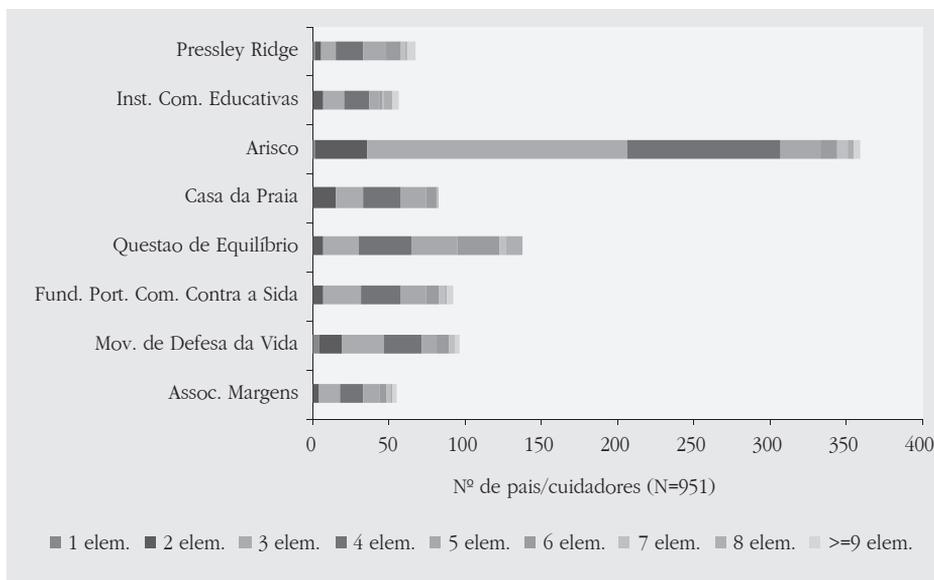


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

As famílias de maior dimensão (com nove ou mais elementos), apesar de apresentarem um número absoluto muito reduzido (23), estão mais representadas nos projectos realizados no concelho da Amadora, pela Pressley Ridge e pelo Instituto das Comunidades Educativas, do que nos restantes. De modo quase residual estão também presentes na Arisco, na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, no Movimento de Defesa da Vida e na Associação Margens. No que diz respeito às famílias de menor dimensão, destaca-se a particularidade de os núcleos de apenas um elemento (pai/mãe/cuidador) se reportarem a casos em que as crianças se encontravam acolhidas institucionalmente (oito: 0,8%), situações registadas na Pressley Ridge (duas), na Arisco (duas) e no Movimento de Defesa da Vida (quatro).

As famílias com quatro elementos evidenciam-se na maioria dos projectos, surgindo com a maior representatividade na Pressley Ridge, no Instituto das Comunidades Educativas, na Casa da Praia, na Questão de Equilíbrio, na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e na Associação Margens, nesta última a par das que integram três pessoas. No Movimento de Defesa da Vida e na Arisco sobressaem, em termos do valor manifesto, os agregados familiares de três pessoas.

Figura 5.11. Formação Parental: dimensão das famílias nos 3 anos de intervenção, por projecto



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Neste processo de caracterização não foi recolhida informação relativamente à nacionalidade e/ou origem étnica dos pais/cuidadores, mas é de assinalar que várias entidades – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, Associação Margens – intervieram junto de populações onde a heterogeneidade cultural e étnica predominou, sobressaindo grupos de pais/cuidadores maioritariamente de outras culturas e de ascendência africana, sobretudo dos PALOP. Destaque ainda para a significativa expressão de indivíduos de etnia cigana, de ambos os sexos, que participaram nas acções realizadas pela Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida. Esta tendência exigiu às equipas um aprofundamento nas estratégias e metodologias previamente definidas, em função da necessidade de atender e trabalhar sobre especificidades dos modelos culturais de parentalidade que, em determinados segmentos da população e grupos sociais, se encontram associados.

Problemáticas na origem do encaminhamento dos pais/cuidadores para o(s) projecto(s)

Tendo por objectivo conhecer as problemáticas conhecidas que estiveram na origem da referência dos pais/cuidadores para integração nos Projectos de For-

mação Parental, optou-se por solicitar às equipas informação específica nesta área. Deste modo, identificou-se um leque de situações em relação às quais cada indivíduo pode estar cumulativamente associado.

Tratando-se de uma iniciativa que se enquadra no Programa «Crianças e Jovens em Risco», promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian, importa reter que 26,3% (280) dos pais/cuidadores que foram objecto de intervenção na área da formação parental encontravam-se sujeitos a acompanhamento por parte das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais e cerca de 8,8% (94) eram seguidos por uma Equipa de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social, no âmbito da execução de medida judicial de promoção e protecção.

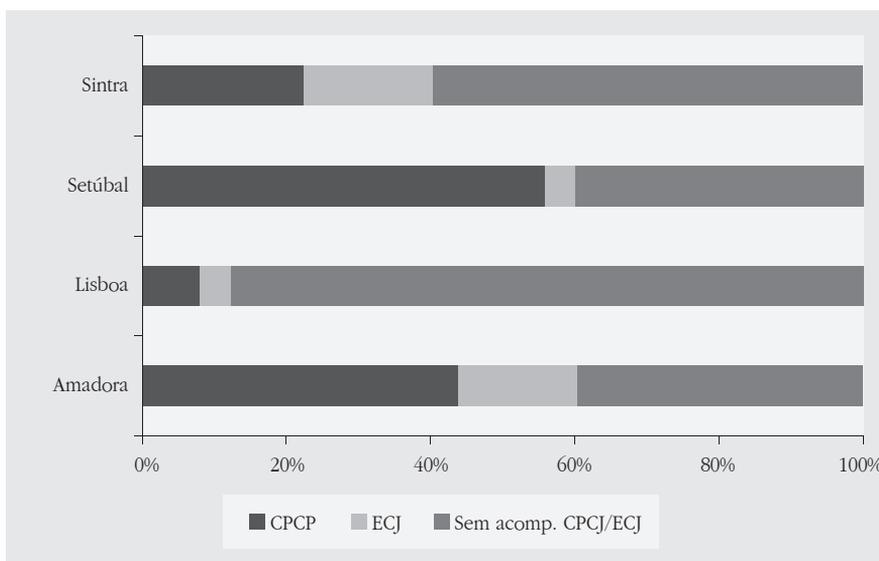
Atendendo à distribuição por concelhos, cerca de 21,4% (60) com acompanhamento de uma CPCJ eram do concelho da Amadora, 13,5% (38) do concelho de Lisboa, 49,6% (139) do concelho de Setúbal e 18,2% (51) do concelho de Sintra. No que diz respeito ao acompanhamento por parte de uma ECJ, 24,5% (23) encontravam-se no concelho da Amadora, 21,2% (20) no de Lisboa, 10,6% (10) no de Setúbal e 43,6% (41) no de Sintra.

Quer numa como noutra categoria, é o concelho de Lisboa o menos representado, o que traduz um desvio mais acentuado das equipas que nele intervieram – Arisco e Casa da Praia – relativamente ao objectivo inicial deste Programa, que pressupunha uma maior atenção a famílias, crianças e jovens em situação de risco social, preferencialmente que estivessem a ser alvo da intervenção de uma dessas duas entidades. Mesmo considerando que se trata de duas equipas que apresentam elevados números absolutos de pais/cuidadores envolvidos nas suas acções, a diminuta percentagem de casos enquadrados numa destas duas categorias subentende um (re)direccionamento da intervenção no terreno para outros públicos que não aqueles que foram considerados prioritários neste Programa. De certa forma, desta situação resultou uma maior transversalidade no quadro de caracterização final dos pais/cuidadores e crianças/jovens envolvidos, como se tem tido de apresentar ao longo destas páginas. Contudo, fica a dúvida se os segmentos de população residente neste concelho que efectivamente necessitariam de usufruir de uma acção especializada desta natureza não terão sido preteridos em detrimento de outros, onde esta necessidade pode não ser tão premente.

Na análise da Figura 5.12 constata-se a existência de diferenças significativas registadas entre o público-alvo dos projectos nesta área. Destaca-se que, em Lisboa, o total de indivíduos acompanhados por CPCJ ou ECJ rondou somente os 12,3%, valor bastante reduzido perante os critérios que estiveram na base da selecção e aprovação dos projectos apresentados a concurso. No pólo inverso, situam-se os concelhos

da Amadora e de Setúbal, ambos com valores muito próximos, respectivamente de 60,4% e 60,1%. De realçar que o primeiro possui uma expressiva representatividade de pais/cuidadores acompanhados pela ECJ (16,6%), estando os da CPCJ com um valor elevado (43,8%), enquanto no segundo a diferença entre uns e outros é maior, observando-se um valor superior relativo aos pais/cuidadores seguidos pela CPCJ (55,9%) e inferior nos casos acompanhados por uma ECJ (4,2%). Num plano intermédio encontra-se o concelho de Sintra, onde cerca de 40,4% do total de pais/cuidadores abrangidos pelos projectos beneficiavam de acompanhamento de uma destas duas entidades, registando uma expressão estatística relativamente próxima entre os casos da ECJ (18,0%) e os da CPCJ (22,4%).

Figura 5.12. Formação Parental: percentagem de pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção com acompanhamento da CPCJ ou ECJ, por concelho



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Neste universo, os projectos que actuaram nos concelhos da Amadora e Setúbal – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Fundação Portuguesa Comunidade Portuguesa Contra a Sida e Questão de Equilíbrio – são os que apresentam um maior valor percentual manifesto de indivíduos acompanhados por uma destas duas entidades, CPCJ ou ECJ, que representam o topo da pirâmide da intervenção nos casos de crianças e jovens em perigo ou em elevado risco social. No en-

tanto, considerando isoladamente as diferentes entidades promotoras, o valor mais alto pertence ao Movimento de Defesa da Vida (76,5%), no concelho de Sintra, enquanto a Arisco, no concelho de Lisboa, se situa no pólo inverso, apresentando o valor mais baixo, inferior a 10% (8,6%).

Tabela 5.2. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos por acções de formação parental com acompanhamento da CPCJ ou ECJ, por projecto

Entidades promotoras	N.º de pais/cuidadores em formação parental			
	Total (N)	Com acompanhamento da CPCJ (N/% linha)	Com acompanhamento da ECJ (N/% linha)	Total (N/% linha)
Pressley Ridge	68	39 (57,3%)	13 (19,2%)	52 (76,5%)
Inst. Com. Educativas	70	21 (30,0%)	10 (14,2%)	31 (44,2%)
Arisco	360	15 (4,1%)	16 (4,4%)	31 (8,6%)
Casa da Praia	109	23 (21,1%)	4 (3,6%)	27 (24,7%)
Questão de Equilíbrio	141	71 (50,3%)	7 (4,9%)	78 (55,3%)
Fund. Port. Com. Contra a Sida	93	60 (64,5%)	3 (3,2%)	63 (67,8%)
Mov. de Defesa da Vida	98	39 (39,7%)	36 (36,7%)	75 (76,5%)
Assoc. Margens	129	12 (9,3%)	5 (3,8%)	17 (13,1%)
Total	1068 (100%)	280 (26,3%)	94 (8,8%)	235 (22,0%)

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Outro dado recolhido, que nomeia um importante indicador da situação de risco social em que se encontravam os pais/cuidadores envolvidos nos projectos, diz respeito à sua integração no Programa de Rendimento Social de Inserção (RSI). Em diversos dos territórios aqui considerados, algumas das equipas RSI constituíram-se como parceiros activos das entidades promotoras, promovendo o encaminhamento dos casos para os projectos no âmbito de protocolos estabelecidos especificamente para esse efeito. No universo dos oito projectos, 22,0% do total de indivíduos participantes nas acções de formação parental usufruíram deste tipo de subsídio de apoio social (Tabela 5.3).

Naturalmente, associados às dinâmicas e indicadores sociais dos respectivos contextos de intervenções, estes números espelham bem as diferenças entre os públicos-alvo das acções desenvolvidas. Globalmente, destacam-se, com um significa-

do estatístico expressivo, os projectos realizados no concelho de Setúbal, em que 55,1% (129) do total de pais/cuidadores se encontravam abrangidos por esta medida. Realce particular para a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida com uma representatividade de 80,7% destes casos na população onde interveio. Segue-se o concelho da Amadora, com um valor percentual manifesto de 31,8% (44), salientando-se neste território o Instituto das Comunidades Educativas, com 38,5%, ficando a Pressley Ridge mais abaixo, com 25,0%. Num plano inferior, fica o concelho de Sintra (17,7%), nele sobressaindo o Movimento de Defesa da Vida (26,5%). Mais uma vez, o concelho de Lisboa é o menos representado, com um valor praticamente residual, de apenas 4,0% de pais/cuidadores com RSI no total dos que participaram neste tipo de acções.

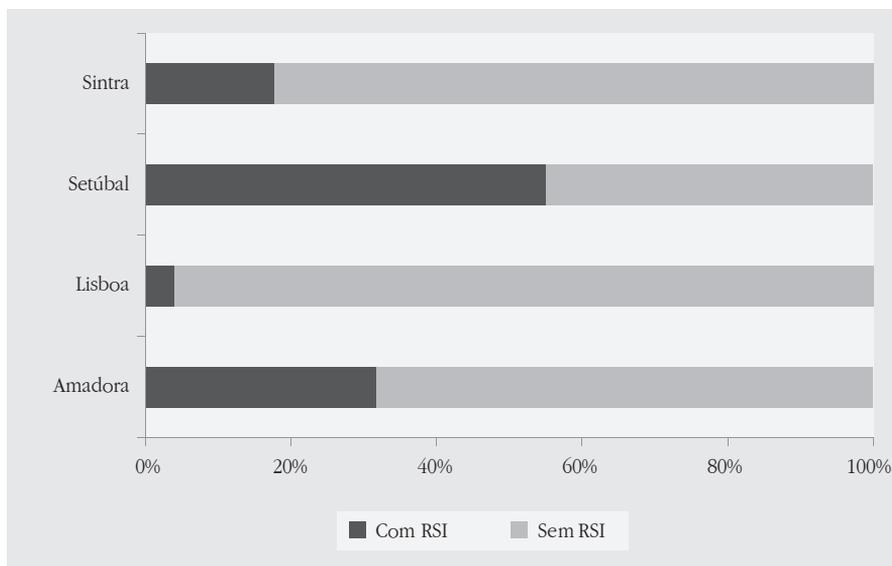
Tabela 5.3. Formação Parental: pais/cuidadores abrangidos por acções de formação parental que usufruíram de RSI, por projecto

Entidades promotoras	N.º de pais/cuidadores em formação parental	
	Total (N)	Com RSI(N/% linha)
Pressley Ridge	68	17 (25,0%)
Inst. Com. Educativas	70	27 (38,5%)
Arisco	360	11 (3,0%)
Casa da Praia	109	8 (7,3%)
Questão de Equilíbrio	141	54 (38,2%)
Fund. Port. Com. Contra a Sida	93	75 (80,7%)
Mov. de Defesa da Vida	98	26 (26,5%)
Assoc. Margens	129	17 (13,1%)
Total	1068 (100%)	235 (22,0%)

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Além destes três indicadores – acompanhamento de CPCJ, de ECJ ou de equipa de RSI –, procurou-se saber quais eram as problemáticas associadas às famílias e pais/cuidadores que tinham estado na origem da sinalização para a formação parental. Os dados recolhidos ajudam a traçar um olhar sobre as dimensões pessoais e sociais colocadas em causa e em relação às quais as acções desenvolvidas procuraram dar resposta, constituindo somente um primeiro indicador sobre a natureza do encaminhamento feito por parte de outras entidades ou de referenciação pelas próprias equipas técnicas dos projectos.

Figura 5.13. Formação Parental: percentagem de pais/cuidadores abrangidos nos 3 anos de intervenção com RSI, por concelho



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

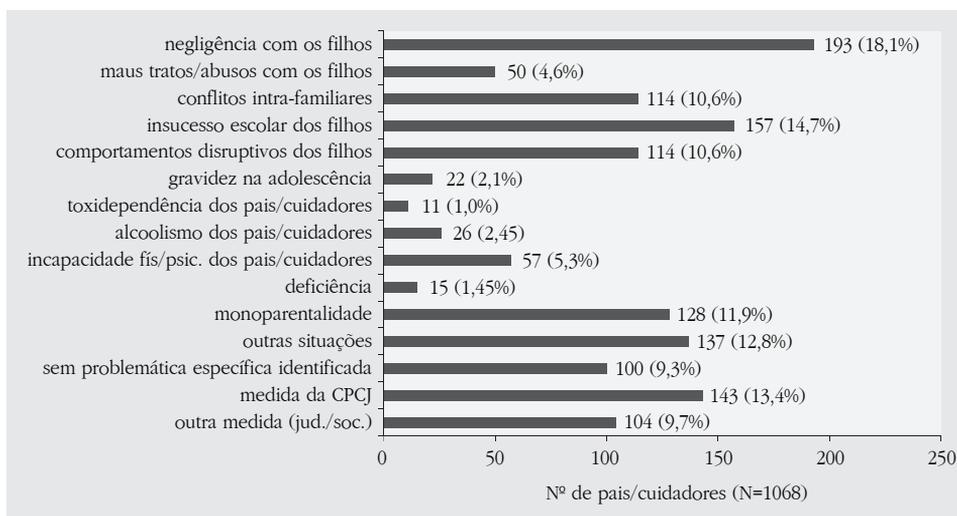
Se há projectos em que a informação apresentada tende a ficar muito próxima ou até mesmo se sobrepõe ao número total das famílias e pais/cuidadores em acompanhamento, outros há em que este preenchimento ficou aquém desses valores, o que pode traduzir diversas situações. Até certo ponto, isso pode dever-se a um escasso conhecimento de algumas equipas e dos respectivos técnicos sobre os indivíduos alvo da intervenção, seja por questões de salvaguarda da privacidade dos envolvidos no âmbito das intervenções oficiais, seja por deficiente articulação entre parceiros ou até mesmo por desconhecimento, o que levanta algumas questões sobre a qualidade e natureza dessa mesma intervenção.

Contudo, esta ausência de informação pode também dever-se à inexistência de identificação das problemáticas na altura do encaminhamento, o que suscita, desde logo, o questionamento sobre a necessidade efectiva de formação parental, na medida em que só se justificaria este tipo de acção especializada perante uma caracterização específica que a fundamentasse. Tendo em conta este leque de limitações que importa ter presente na leitura destes dados, o panorama apontado pelas equipas é o que se apresenta na Figura 5.14.

No conjunto das várias problemáticas consideradas, verifica-se que a negligência para com os filhos é a situação mais expressiva, representando 18,1% da po-

pulação abrangida pelas oito equipas. Seguem-se os casos em que o insucesso ou abandono escolar dos filhos (14,7%) e a aplicação de uma medida de promoção e protecção por uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (13,4%) se evidenciam. Com valores próximos ficam os casos de monoparentalidade (11,9%), os conflitos intrafamiliares e os comportamentos disruptivos dos filhos (10,6% cada) e a aplicação de outra medida, judicial ou de apoio social (9,7%). De salientar que as principais problemáticas identificadas – negligência, insucesso e abandono escolar dos filhos e maus-tratos/abusos – são as mais registadas, a nível nacional, pelas Comissões de Protecção, conforme consta dos Relatórios Anuais de Actividades, divulgados pela Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco.

Figura 5.14. Formação Parental: problemáticas identificadas na origem da referência aos projectos nos 3 anos de intervenção



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

No total, 9,3% dos pais/cuidadores foram referenciados às equipas como não tendo identificada qualquer problemática específica, o que levanta algumas questões sobre a necessidade efectiva da sua integração em projectos desta natureza. Este dado, com um valor percentual manifesto expressivo, pode apontar para situações em que a formação parental não seria de toda uma prioridade, podendo estar ocultas nesta categoria situações que, à partida, provavelmente requereriam antes mais apoio social do que este tipo de intervenção especializada no campo da parentalidade.

Há ainda um leque variado de outras situações, bastante díspares, que englobam casos identificados com necessidade de reforço de competências parentais específicas (34 na Associação Margens), interesse dos pais/cuidadores pelo projecto (seis no Instituto das Comunidades Educativas), dificuldades por deficiência ou problemas graves de saúde dos filhos (oito na Arisco), abandono de familiares (dois na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, dois na Questão de Equilíbrio) e a coabitação dos participantes no agregado das crianças e jovens (12 na Questão de Equilíbrio). Sem problemática específica, mas somente integrados por frequentarem os jardins-de-infância onde o projecto foi realizado, estão 29 indivíduos que foram apoiados pela Casa da Praia.

Uma vez que a negligência é o motivo estatisticamente mais representado nesta população, não é de estranhar que o número de projectos onde surge com uma representatividade significativa seja também elevado, com três que a destacam em primeiro lugar – Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas e Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida –, assumindo ainda alguma expressividade na Associação Margens, Arisco e Casa da Praia.

As dificuldades ligadas ao exercício da parentalidade perante a frequência escolar dos filhos, tanto associada ao insucesso como ao abandono da escolaridade, emergem de modo acentuado em diversas equipas. Aparecem em primeiro lugar no Instituto das Comunidades Educativas, na Questão de Equilíbrio e na Casa da Praia, e em segundo na Pressley Ridge e na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida. Trata-se de um campo que foi ganhando maior representatividade à medida que decorreu a execução dos projectos no terreno, não sendo por isso de estranhar a presença significativa de agrupamentos de escolas e de estabelecimentos de ensino entre as principais parcerias estabelecidas nos diversos territórios.

Relativamente aos maus-tratos/abusos para com os filhos, foi na Pressley Ridge que assumiram uma expressão digna de registo, surgindo como a terceira categoria mais representada, perto da segunda relativa à frequência escolar de crianças e jovens, enquanto a monoparentalidade e os factores de risco a ela associados foram indicados, de modo mais significativo, pelo Instituto das Comunidades Educativas, Arisco, Questão de Equilíbrio e Associação Margens. A par dos conflitos intrafamiliares, as incapacidades físicas/psicológicas dos pais/cuidadores sobressaem nos grupos acompanhados pela Casa da Praia e pela Associação Margens. Os comportamentos disruptivos dos filhos e os conflitos intrafamiliares, bem como a necessidade de mais apoio da rede social, são os motivos que se evidenciam na Arisco e que a distanciam da maioria das restantes equipas. Na Associação Margens, a situação mais identificada é a necessidade de reforço de competências

parentais. Na Questão de Equilíbrio, Movimento de Defesa da Vida e Casa da Praia observam-se os mais elevados números de casos referenciados sem qualquer problemática identificada.

Em todas estão presentes ambos os sexos, não sendo possível aprofundar-se detalhadamente as diferenças neste campo, dada a dispersão da informação e a dimensão dos valores absolutos em causa.

Síntese de caracterização do perfil dos pais/cuidadores

Tendo por objectivo a identificação do perfil dos pais/cuidadores que estiveram envolvidos nas acções de formação parental desenvolvidas ao longo dos três anos de execução deste Programa, esboça-se de seguida um quadro de caracterização por projecto. Para isso, partiu-se da análise da informação disponibilizada por cada equipa no relatório final de actividades, considerando as modalidades de cada variável que revelam uma maior expressão estatística. Deste modo, no perfil traçado identifica-se o sexo, escalão etário, habilitação escolar, situação perante o trabalho, dimensão da família, medidas judiciais ou outras aplicadas, apoio social na forma de RSI e principais problemáticas associadas ao encaminhamento realizado.

Tabela 5.4. Formação Parental: perfil-tipo dos pais/cuidadores, por projecto

Pressley Ridge	Instituto das Comunidades Educativas	Arisco	Casa da Praia
<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-35 anos; mais de 46 anos - com o 1.º ou o 3.º Ciclo EB - não activo (desempregado) - família com 4-5 elementos - com medida da CPCJ - principais situações associadas: negligência com os filhos, insucesso/abandono escolar dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 18-35 anos - com o 2.º Ciclo EB e não activo (desempregado) - família com 3-4 elementos - abrangido pelo RSI - principais situações associadas: insucesso/abandono escolar dos filhos, negligência com os filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-35 anos - com o Secundário ou o 3.º Ciclo EB - activo (empregado) - família com 3 elementos - principais situações associadas: comportamentos disruptivos dos filhos, conflitos intrafamiliares 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-45 anos - com o Secundário ou o Superior - activo (empregado) - família com 4-3 elementos; 1-2 filhos - principais situações associadas: insucesso/ abandono escolar dos filhos, conflitos intrafamiliares

(cont.)

Questão de Equilíbrio	Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida	Movimento de Defesa da Vida	Associação Margens
<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-45 anos - com o 1.º Ciclo EB - não activo (desempregado) - família com 4-6 elementos - com medida da CPCJ - abrangido pelo RSI - principais situações associadas: sem problemáticas específicas, insucesso/abandono escolar dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-45 anos - com o 1.º ou 2.º Ciclo EB - não activo (desempregado) - família com 4-3 elementos - com medida da CPCJ - abrangido pelo RSI - principais situações associadas: negligência com os filhos, insucesso/abandono escolar dos filhos 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-35 anos - com o 2.º Ciclo EB - activo (empregado) e não activo (desempregado) - família com 3-4 elementos - com medida da CPCJ - principais situações associadas: sem problemáticas específicas, conflitos intrafamiliares 	<ul style="list-style-type: none"> - sexo feminino - 26-45 anos - com o 3.º ou o 2.º Ciclo EB - activo (empregado) e não activo (desempregado e reformado) - família com 4-3 elementos - principais situações associadas: necessidade de reforço de competências, negligência com os filhos

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Tabela 5.5. Formação Parental: perfil-tipo dos pais/cuidadores abrangidos pelos projectos

Perfil-tipo dos pais/cuidadores
sexo feminino 26-35 anos com o 1.º ou o 3.º Ciclos EB em famílias com 3-5 elementos diferentes origens étnicas e culturais não activo (desempregado) com medida da CPCJ ou outra de natureza judicial ou social principais situações associadas: negligência com os filhos, insucesso/abandono escolar dos filhos e conflitos intrafamiliares

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Os indicadores apresentados permitem identificar perfis diferenciados que contemplam, de modo transversal, diversos segmentos da sociedade portuguesa, tanto no que diz respeito a escalões etários, habilitações académicas e situação no mercado de trabalho como ao estrato social de origem. Na análise da informação apresentada na Tabela 5.4, observa-se como cada equipa dá resposta a diferentes grupos da população nos territórios onde a intervenção foi concretizada, destacando-se alguns pontos de contacto e proximidade entre determinados projectos.

No final desta análise, é possível sistematizar um conjunto de traços sociais que possibilita a identificação de um perfil-tipo dos pais/cuidadores que foram alvo das intervenções dos oito Projectos de Formação Parental.

Perfil das crianças/jovens envolvidos

Considerando as metas estabelecidas nas respectivas candidaturas relativamente ao número de crianças/jovens a abranger nas acções dos Projectos de Formação Parental, verifica-se que a maioria das equipas não estabeleceu qualquer objectivo. As excepções foram a Pressley Ridge, o Instituto das Comunidades Educativas e o Movimento de Defesa da Vida, conforme se pode verificar na leitura da Tabela 5.6. De realçar que este indicador não foi exigido em sede de candidatura, pelo que não será de estranhar a ausência a esta referência.

Tabela 5.6. Formação Parental: crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto

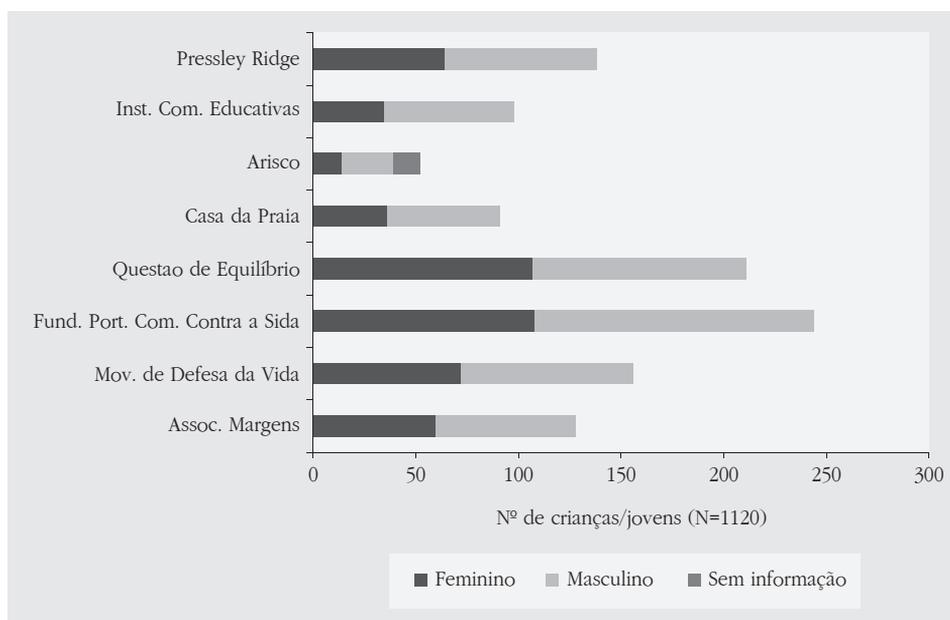
Entidades promotoras	N.º de crianças/jovens abrangidos nas acções dos projectos	
	Meta estabelecida na Candidatura	Totais
Pressley Ridge	27/ano; 81/total	138
Inst. Com. Educativas	40-60/total	98
Arisco	Não definido	52
Casa da Praia	Não definido	93
Questão de Equilíbrio	Não definido	211
Fund. Port. Com. Contra a Sida	Não definido	244
Mov. de Defesa da Vida	53/ano; 159/total	156
Assoc. Margens	Não definido	128
Total		1120

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Independentemente deste facto, todas as equipas sentiram a necessidade de contemplar, directa ou indirectamente, as crianças/jovens das respectivas famílias nas actividades que realizaram, nomeadamente em acções em que juntaram pais/cuidadores e filhos/crianças. Este é um dos pontos que merece particular atenção e que voltará a ser abordado mais à frente. Da experiência tida no terreno, emerge como relevante a ideia de que o planeamento de acções de formação parental, independentemente do contexto em causa, deva prever não ape-

nas actuações e recursos que possam colmatar a necessidade de ocupação das crianças/jovens nos períodos de tempo em que os pais/cuidadores se encontram envolvidos nas iniciativas, mas eventualmente, em função de diferentes quadros metodológicos, possam integrar a realização de iniciativas que juntem simultaneamente pais e filhos. Esta é uma tendência que foi ganhando corpo nestes oito projectos, como resposta a um conjunto de constrangimentos e dificuldades que foram sendo levantados no terreno, e todas as equipas distinguiram positivamente os contributos que estas acções conjuntas trouxeram para o desenvolvimento dos próprios projectos.

Figura 5.15. Formação Parental: crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o sexo



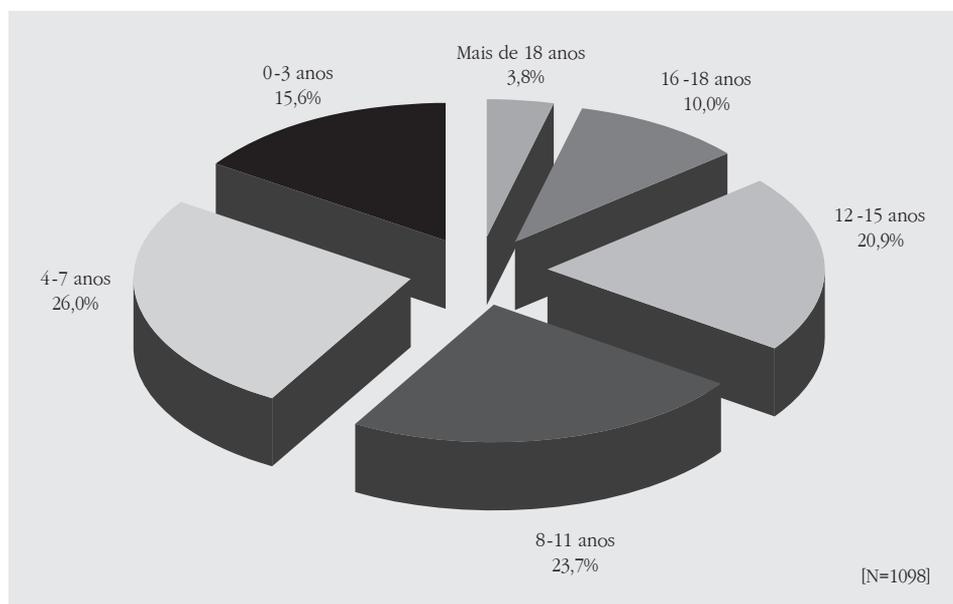
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Em síntese, ao longo dos três anos de formação parental, estiveram directa ou indirectamente envolvidas 1120 crianças/jovens, de ambos os sexos, com uma ligeira maior representatividade do sexo masculino (609: 55,2%) em relação ao feminino (496: 44,8%), tendência que segue a linha de orientação identificada nos indicadores demográficos nestes mesmos grupos etários a nível nacional. Mais uma vez, são os projectos no concelho de Setúbal – Questão de Equilíbrio e Fundação

Portuguesa Comunidade Contra a Sida – que se evidenciam neste campo, reunindo em conjunto cerca de 40,6% do total de crianças/jovens abrangidos⁷.

Com excepção da Questão de Equilíbrio, todas as equipas apresentam uma predominância de crianças/jovens do sexo masculino. A maior diferença na representatividade de ambos sexos emerge no Instituto das Comunidades Educativas, onde os rapazes (63) superam, quase pelo dobro, o número de raparigas (35), seguindo-se a Casa da Praia (55 do sexo masculino e 36 do sexo feminino). Nas restantes, os valores entre uns e outros estão relativamente próximos.

Figura 5.16. Formação Parental: crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção, por escalão etário



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

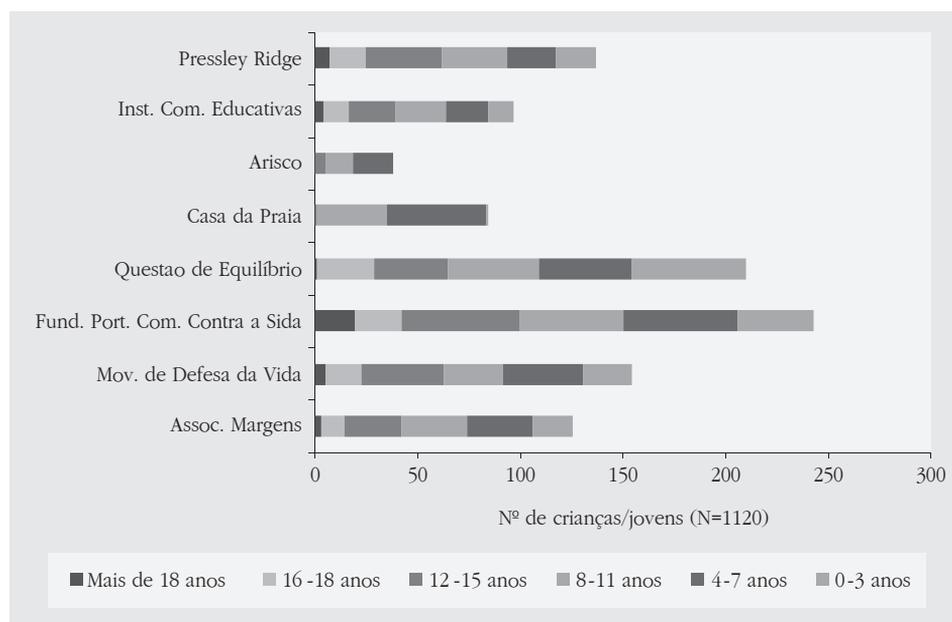
Na análise do escalão etário destas crianças/jovens (Figura 5.16), verifica-se que, globalmente, o escalão mais representado é o dos «4-7 anos», com 26,1% do total, seguido de perto pelos «8-11 anos» (23,7%). Surgem depois os escalões «12-15 anos» (20,8%), «0-3 anos» (15,6%), «16-18 anos» (10,0%) e «mais de 18 anos»

⁷ Do total de 1120 indivíduos, 1107 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 13 indivíduos participantes em actividades promovidas pela Arisco (*missing value*).

(3,8%)⁸. É de salientar a fraca representatividade de crianças abaixo dos três anos de idade, bem como dos que se situam entre os 16 e os 18 anos.

Apenas duas equipas não intervieram junto de crianças/jovens de todos os escalões etários considerados nesta análise (Figura 5.17). São elas a Arisco e a Casa da Praia, ambas no concelho de Lisboa. Em ambos os casos, as iniciativas desenvolvidas ficaram praticamente restritas aos grupos situados entre os 4-11 anos, sendo residual o valor dos 12-15 anos na Arisco (cinco) e na Casa da Praia (uma), tendo esta última contemplado ainda uma criança na faixa «0-3 anos». A Arisco não tem qualquer indivíduo referenciado nesse escalão dos mais novos. Nenhuma destas equipas interveio junto de crianças/jovens nos restantes escalões etários, ou seja, entre os 12-18 anos.

Figura 5.17. Formação Parental: crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto, segundo o escalão etário

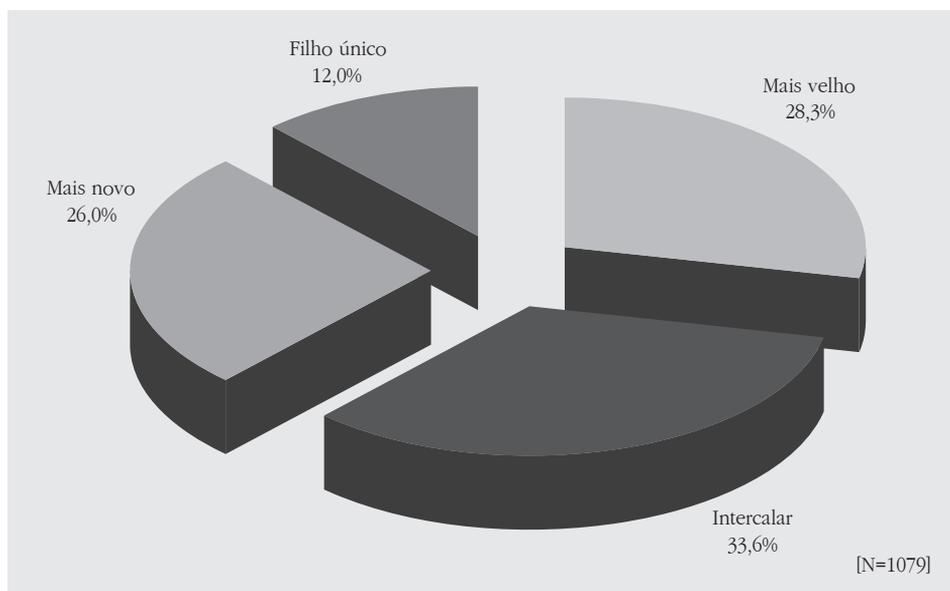


Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

⁸ Do total de 1120 indivíduos, 1098 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 22 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, conforme apresentado em notas de rodapé anteriores, distribuindo-se esse número da seguinte forma: 13 na Arisco, oito na Questão de Equilíbrio e um na Associação Margens.

A informação recolhida junto das equipas aponta para diferenças relativamente ligeiras entre os diversos escalões etários, predominando os «12-15 anos» na Pressley Ridge, Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida e Movimento de Defesa da Vida, nesta última a par dos «4-7 anos». O escalão «8-11 anos» é o de maior representatividade no Instituto das Comunidades Educativas, mas apenas pela diferença de um indivíduo relativamente ao grupo «12-15 anos» e de três em relação aos «4-7 anos». Por sua vez, este escalão é o mais representado na Arisco, Casa da Praia e Associação Margens, sendo que nesta última equipa surge com idêntico valor ao reportado aos «8-11 anos». Apenas numa equipa – Questão de Equilíbrio – os mais novos, «0-3 anos», são os mais representados.

Figura 5.18. Formação Parental: posição na fratria das crianças/jovens nos 3 anos de intervenção



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

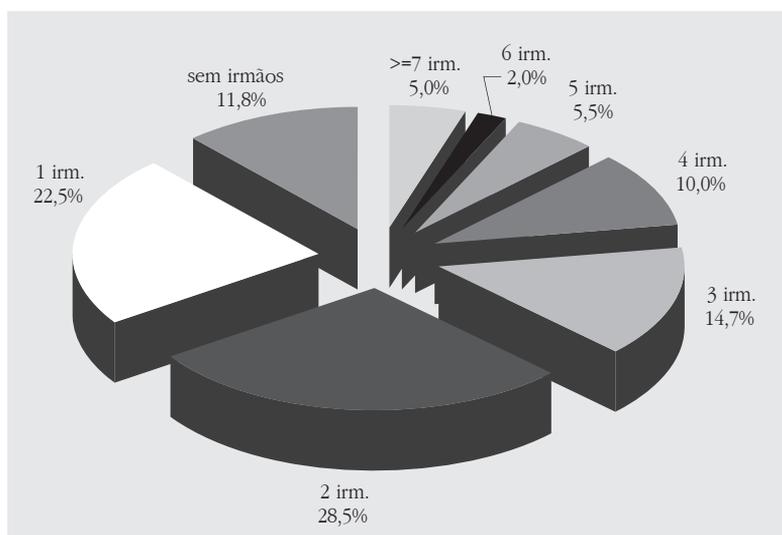
No que concerne à posição na fratria, a maioria das crianças/jovens ocupa uma «posição intercalar» (33,4%), sendo reduzida a expressão das designadas «descendências de filho único» (Cunha, 2007)⁹, que marcam o retrato social da socieda-

⁹ Cunha, Vanessa, *O Lugar dos Filhos. Ideais, Práticas e Significados*, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 2007.

de portuguesa na última década: os «filhos únicos» representam apenas 12,0% do total da população em análise¹⁰.

É possível observar que a maioria destas crianças/jovens tem irmãos (88,0%), vários irmãos, numa divergência com o que é a tendência registada a nível demográfico em Portugal. De destacar que é no grupo da Casa da Praia que «os filhos únicos» têm maior expressão estatística, representando cerca de 21,5% do total desta equipa. Os «mais velhos» encontram-se mais representados na Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (32,3% no total deste projecto), enquanto os «mais novos» estão mais representados na Questão de Equilíbrio (31,2%), uma e outra entidade localizadas em Setúbal.

Figura 5.19. Formação Parental: dimensão das fratrias de crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção



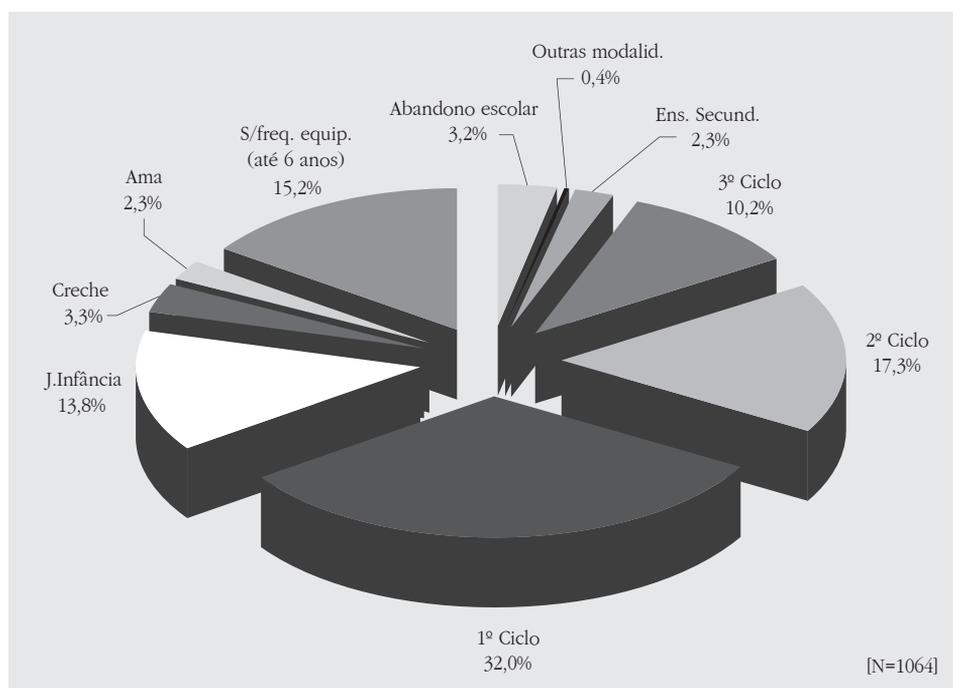
Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Atendendo à dimensão conhecida da fratria, no conjunto predominam as fratrias de três (28,6%) e dois irmãos (22,6%), registando-se ainda uma representa-

¹⁰ Do total de 1120 indivíduos, 1083 foram caracterizados pelas equipas relativamente a esta variável, não havendo informação discriminada sobre 37 indivíduos participantes (*missing value*). Esta situação resulta de várias circunstâncias consoante os projectos em causa, conforme apresentado em notas de rodapé anteriores, distribuindo-se esse número da seguinte forma: dois na Arisco, 32 na Casa da Praia, dois na Questão de Equilíbrio, dois no Movimento de Defesa da Vida e um na Associação Margens.

tividade relativamente significativa das fratrias de quatro irmãos (14,6%). As fratrias de maiores dimensões, de seis ou de mais irmãos, estão somente representadas em cinco projectos: Pressley Ridge, Instituto das Comunidades Educativas, Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida, Movimento de Defesa da Vida e Associação Margens. A Arisco contemplou apenas crianças/jovens em fratrias até quatro irmãos, a Casa da Praia e a Questão de Equilíbrio até cinco irmãos, não tendo quaisquer situações acima destas categorias.

Figura 5.20. Formação Parental: frequência de equipamentos de infância e educativos pelas crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção



Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

A frequência de equipamentos para a infância, escolares ou de outra natureza nos casos de idade inferior a seis anos, é a orientação que prevalece no conjunto dos oito projectos (84,8%). No entanto, nos escalões etários «0-6 anos» é elevado o número de crianças que não usufruí desta possibilidade, permanecendo sem frequência de qualquer equipamento (162: 15,2%). Esta é uma tendência particularmente sentida nos projectos realizados no concelho de Setúbal, Questão de Equilíbrio (18,9% do seu total) e Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (22,5%).

Inversamente, esta categoria nem sequer está presente nas equipas localizadas no concelho de Lisboa, Arisco e Casa da Praia, onde todas as crianças/jovens se encontravam integrados em algum equipamento, registando-se nesta última entidade uma forte presença de crianças em jardim-de-infância.

De modo claro, a frequência do 1.º Ciclo do Ensino Básico pelas crianças é a vertente que domina (31,9%), seguindo-se a que se reporta ao 2.º Ciclo (17,2%), enquanto a relativa ao 3.º Ciclo é menor (10,2%), ficando abaixo do grupo que integra as crianças que frequentam jardim-de-infância (13,8%). Não há qualquer caso de frequência do Ensino Superior e as situações de abandono precoce da escolaridade (3,1%) estão restritas aos que foram acompanhados pelo Instituto das Comunidades Educativas (15), Questão de Equilíbrio (quatro), Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (10) e Movimento de Defesa da Vida (cinco).

Estes indicadores permitem perceber diferentes aspectos das dinâmicas territoriais, nomeadamente sobre o tipo de oferta existente a nível social e educativo, e da eventual visibilidade de alguns dos principais problemas sociais que afectam localmente a infância e juventude.

Um dos aspectos mais importantes a considerar nesta análise prende-se com a existência de acompanhamento e/ou de aplicação de medidas de promoção e protecção por parte das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens ou pelos próprios Tribunais, sendo que nestes últimos casos a intervenção é cometida às Equipas de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social. Na medida em que este foi um dos principais critérios de avaliação dos projectos apresentados a concurso, importa conhecer de que forma estas situações foram contempladas pelas equipas e qual a sua expressão nos diversos territórios.

Do total de 1120 crianças/jovens destinatários que participaram, directa ou indirectamente, nas acções dos oito projectos, 34,7% (371) beneficiaram de acompanhamento por parte de uma Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e 9,8% (109) usufruíram do seguimento de Equipas de Crianças e Jovens, com vista à execução de medidas judiciais de promoção e protecção. Quer num como no outro caso, trata-se das situações mais graves de risco social em que crianças e jovens se podem encontrar, daí decorrendo a actuação de uma destas duas entidades. No conjunto, 480 crianças/jovens, correspondentes a 42,9% da população em análise, tiveram uma medida aplicada que visou a promoção e protecção dos seus direitos. De salientar que, de entre estas, 66 encontravam-se em situação de acolhimento institucional, sendo representativas de 6,6% do total.

No que diz respeito aos acompanhamentos pela CPCJ, tendo em linha de conta o valor percentual manifesto no seio de cada projecto, evidenciam-se a Fun-

dação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (45,5%) e a Pressley Ridge (45,0%), com valores muito próximos, seguidas do Instituto das Comunidades Educativas (38,7%) e do Movimento de Defesa da Vida (38,4%). No pólo oposto, encontra-se a Arisco, com apenas um caso, posição que repete, com dois casos, quando se direcciona a análise para o campo dos casos seguidos pela ECJ. Nesta área, distingue-se, em primeiro lugar, o Movimento de Defesa da Vida (31,4% do seu total), seguido do Instituto das Comunidades Educativas (18,3%) e da Pressley Ridge (14,5%).

Tabela 5.7. Formação Parental: crianças/jovens com acompanhamento da CPCJ ou ECJ, por projecto

Entidades promotoras	Nº de crianças/jovens			
	Total (N)	Com acompanhamento da CPCJ (N/% linha)	Com acompanhamento da ECJ (N/% linha)	Total (N/% linha)
Pressley Ridge	138	62 (45,0%)	20 (14,5%)	82 (59,5%)
Inst. Com. Educativas	98	38 (38,7%)	18 (18,3%)	56 (57,1%)
Arisco	52	1 (4,1%)	2 (4,4%)	3 (5,7%)
Casa da Praia	93	23 (24,7%)	4 (4,3%)	27 (29,0%)
Questão de Equilíbrio	211	60 (28,4%)	7 (3,3%)	67 (31,7%)
Fund. Port. Com. Contra a Sida	244	111 (45,5%)	3 (1,3%)	114 (46,8%)
Mov. de Defesa da Vida	156	60 (38,4%)	49 (31,4%)	109 (68,4%)
Assoc. Margens	128	16 (12,5%)	6 (4,7%)	22 (17,2%)
Total	1120 (100%)	371 (34,7%)	109 (9,8%)	480 (44,5%)

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Globalmente, e considerando o conjunto destas duas modalidades, é o Movimento de Defesa da Vida (68,4%) que se destaca, estando colocados a seguir os dois projectos do concelho da Amadora, Pressley Ridge (59,5%) e Instituto das Comunidades Educativas (57,1%), e um de Setúbal, o da Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (46,8%). Como esperado, e à semelhança do que foi identificado relativamente aos pais/cuidadores que beneficiaram de acompanhamento por parte de uma destas duas entidades, são os projectos do concelho de Lisboa os que apresentam a menor representatividade, com um valor conjunto reduzido, na ordem dos 20,6% no seu total. Atendendo à sua distribuição por concelhos, 54,0% do total de crianças/jovens que participaram em actividades no concelho da Amadora tiveram

acompanhamento da CPCJ ou da ECJ local, no concelho de Sintra esse valor rondou os 46,1% e no de Setúbal atingiu os 39,8%.

Porque um dos objectivos na base do lançamento do Programa «Crianças e Jovens em Risco» foi o de promover o desenvolvimento de iniciativas que evitem a institucionalização de crianças/jovens, na análise da informação recolhida observa-se que o número anteriormente referido de institucionalizações se reporta, quase na totalidade, àqueles que já se encontravam acolhidos e que vieram a participar nas acções por os seus pais/cuidadores se encontrarem envolvidos nas actividades de formação parental. No total, 66 crianças/jovens (6,0% da população) estiveram sujeitos a uma medida de acolhimento institucional. Neste campo, destaca-se o Movimento de Defesa da Vida (28), não sendo alheia a este facto a parceria estabelecida com uma instituição de acolhimento. Seguem-se o Instituto das Comunidades Educativas (nove), a Pressley Ridge (oito), ambas no concelho da Amadora, a Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida (oito), a Associação Margens e a Questão de Equilíbrio (cinco em cada), a Casa da Praia (duas) e a Arisco (uma).

Síntese de caracterização do perfil das crianças/jovens

Tendo em vista a identificação do perfil das crianças/jovens que acabaram por participar ou ser alvo de acções desenvolvidas pelos projectos nos três anos de intervenção em formação parental, tenta-se, de seguida, traçar um quadro de caracterização, por projecto. Para isso, parte-se da análise da informação disponibilizada por cada equipa no relatório final de actividades e consideram-se as modalidades de cada variável que revelam uma maior expressão estatística. Deste modo, no perfil esboçado identifica-se o sexo, escalão etário, posição na fratria, dimensão da fratria, frequência de equipamentos de infância ou educativos e medidas judiciais ou outras aplicadas.

Os indicadores apresentados permitem identificar perfis diferenciados que contemplam, de modo transversal, diversos segmentos da sociedade portuguesa, tanto no que diz respeito a escalões etários, frequência escolar e origem étnica como estrato social de origem. Tal como acontece em relação à caracterização do perfil dos pais/cuidadores, pelos dados apresentados constata-se como cada equipa dá resposta a diferentes grupos da população nos territórios onde interveio, destacando-se alguns pontos de contacto e proximidade entre determinados projectos. No final desta análise, é possível sistematizar um conjunto de traços sociais que possibilita a identificação de um perfil-tipo de crianças/jovens que estiveram abrangidos pelos Projectos de Formação Parental.

Tabela 5.8. Formação parental: perfil das crianças/jovens abrangidos nos 3 anos de intervenção, por projecto

Pressley Ridge	Instituto das Comunidades Educativas	Arisco	Casa da Praia
<ul style="list-style-type: none"> – ambos os sexos – 8-15 anos – intercalar na fratria – fratrias de 3-4 irmãos – a frequentar o 1.º ou o 2.º Ciclos EB – com acompanhamento da CPCJ ou da ECJ 	<ul style="list-style-type: none"> – sexo masculino – 4-15 anos – intercalar na fratria – fratrias de 2 e 5 irmãos – a frequentar jardim-de-infância ou o 1.º Ciclo EB – com acompanhamento da CPCJ ou da ECJ 	<ul style="list-style-type: none"> – ambos os sexos – 4-11 anos – mais velho na fratria – filhos únicos e fratrias de 2 irmãos – a frequentar jardim-de-infância ou o 1.º Ciclo EB 	<ul style="list-style-type: none"> – sexo masculino – 4-11 anos – filho único – filhos únicos e fratrias de 2 irmãos – a frequentar jardim-de-infância ou o 1.º Ciclo EB
Questão de Equilíbrio	Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida	Movimento de Defesa da Vida	Associação Margens
<ul style="list-style-type: none"> – ambos os sexos – 0-15 anos – intercalar na fratria – fratrias de 2-4 irmãos – a frequentar o 1.º Ciclo EB ou sem frequência de equipamentos (0-6 anos) – com acompanhamento da CPCJ 	<ul style="list-style-type: none"> – sexo masculino – 0-15 anos – intercalar e mais velho na fratria – fratrias de 3 irmãos – a frequentar o 1.º Ciclo EB ou sem frequência de equipamentos (0-6 anos) – com acompanhamento da CPCJ 	<ul style="list-style-type: none"> – ambos os sexos – 4-15 anos – intercalar e mais novo na fratria – fratrias de 3 irmãos – a frequentar o 1.º ou o 2.º Ciclos EB – com acompanhamento da CPCJ ou da ECJ 	<ul style="list-style-type: none"> – ambos os sexos – 4-15 anos – mais novo na fratria – fratrias de 2-3 irmãos – a frequentar o 1.º ou o 2.º Ciclos EB

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

Tabela 5.9. Formação Parental: perfil-tipo das crianças/jovens abrangidos pelos projectos nos 3 anos de intervenção

Perfil-tipo das crianças/jovens
<ul style="list-style-type: none"> ambos os sexos 4-15 anos diferentes origens étnicas e culturais intercalar na fratria fratrias de 2-3 irmãos a frequentar o 1.º CicloEB com medida da CPCJ ou outra de natureza judicial ou social

Fonte: Relatórios Semestrais de Actividades dos Projectos de Formação Parental, FCG (2008-2011).

III PARTE

OITO PROJECTOS PARA PAIS

6.

**ESPAÇO DA FAMÍLIA
– PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL**

**Vânia Capelo
Vera Carinhas**

ENTIDADE PROMOTORA: *Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida*

EQUIPA TÉCNICA

Vera Carinhas, Licenciatura em Psicologia, coordenadora

Filomena Aguiar, Mestrado em Medicina e Educação para a Saúde, coordenadora em substituição (Nov/2010-Jan/2011)

Vânia Capelo, Licenciatura em Educação Social, formadora

João Pinho, Licenciatura em Educação Física e Desporto, formador (desde 2009)

Gonçalo Sousa, Licenciatura em Psicologia, formador (desde 2009)

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Jovens e Crianças de Setúbal

Câmara Municipal de Setúbal

Instituto da Droga e da Toxicoddependência Equipa de Tratamento de Setúbal
“O Sonho” (IPSS)

Centro Lúdico de Manteigadas

APACCF- Associação de Professores e Amigos do Casal da Figueira

ACM/YMCA (IPSS)

LATI – Liga de Amigos da Terceira Idade

Associação Baptista Shalom

Data do início do projecto: 01/02/2008

Data do termo: 31/01/2011

Resumo

A mudança estrutural no sistema familiar e a crescente preocupação com as crianças e jovens em perigo tem vindo a justificar iniciativas de educação parental, no sentido de capacitar os pais de estratégias alternativas ao processo educativo das crianças.

O «Espaço da Família», projecto promovido pela Fundação Portuguesa «A Comunidade Contra a Sida», surge no âmbito do Programa «Crianças e Jovens em Risco» da Fundação Calouste Gulbenkian.

Tendo como parceiros a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal, a Equipa de Tratamento do Instituto da Droga e da Toxicodependência, e as instituições do concelho com Protocolos de Rendimento Social de Inserção, o «Espaço da Família» é dirigido a pais com práticas educativas marcadas pela inconsistência, punição e/ou falta de afecto.

Baseado no envolvimento dos pais no processo de desenvolvimento educativo e social das crianças e jovens, apostou-se na promoção de dinâmicas de co-responsabilização através de acções lúdico-pedagógicas e de educação parental.

Ao caminharem no sentido de ultrapassar as barreiras que a vida familiar impõe e ao enfrentarem as mudanças com as suas próprias potencialidades, os pais estão a proteger as suas (nossas) crianças. Foi esta a força motriz do «Espaço da Família».

Abstract

The structural change in the family system and the growing concern with endangered children and youths has justified parental education initiatives, giving parents alternative strategies to their children educational process.

The “*Espaço da Família*”, a project promoted by the *Community Against AIDS Portuguese Foundation*, appears as part of the *Children and Youth at Risk Program* from the Calouste Gulbenkian Foundation.

Working together with the Setubal *Youth and Children Protection Commission*, the Treatment Team of the *Institute on Drugs and Drug Addiction* and the local area institutions involved with *Social Insertion Income* protocols, “*Espaço da Família*” is aimed at parents with inconsistent or punitive educational practices and/or lack of affection.

Based on the involvement of the parents in the social and educational development process of the children and youths, an effort was made to promote co-responsibilization dynamics through ludic-pedagogic and parental education actions.

Walking towards overcoming the barriers that family life imposes and by facing changes with their own potential, parents will be protecting their (our) children. This was the driving force of “*Espaço da Família*”.

*«(...) Quando um problema se coloca à família,
é também nela que se têm de procurar soluções.»*
(Silva, 2001)

Introdução

A Fundação Portuguesa «A Comunidade Contra a Sida» é uma Instituição Particular de Solidariedade Social sem fins lucrativos, constituída em 29 de Dezembro de 1993. Especialmente criada para o apoio directo a infectados e afectados pelo VIH/SIDA, tem hoje um âmbito de intervenção mais alargado.

A Fundação tem a sua sede em Lisboa e delegações regionais, estando actualmente em funcionamento as delegações de Lisboa, Porto, Coimbra, Vila Real de Trás-os-Montes, Setúbal e Madeira.

No âmbito da prevenção primária da sida, de outras doenças sexualmente transmissíveis e do consumo de substâncias psicoactivas, da educação sexual e da reintegração sócio-profissional de seropositivos e doentes com sida, a Fundação desenvolve acções e projectos visando o desenvolvimento de competências pessoais e sociais e a educação para a saúde.

Em 2001 foi criado o Centro de Aconselhamento e Orientação de Jovens (CAOJ), o qual desenvolve projectos de prevenção para jovens escolarizados, ou não, em situação de vulnerabilidade social, e respectivos pais ou encarregados de educação. Neste momento existem seis CAOJ: Lisboa, Coimbra, Porto, Setúbal, Vila Real e Funchal.

A opção pela temática da educação parental fundamentou-se na tentativa de construir uma resposta de intervenção, tendo em conta as necessidades avaliadas no âmbito dos programas de intervenção comunitária junto de famílias carenciadas, desenvolvidos pelas instituições do concelho.

A partir de meados da década de 70 há, no espaço social, a emergência de novos valores e comportamentos que provocaram a evolução e mudanças sobre a estrutura familiar, fazendo assim surgir novos fenómenos sociais que se repercutem no quotidiano dos agregados.

Para uma actuação ao nível da prevenção e com vista ao bem-estar da criança é fundamental ter o conhecimento do funcionamento familiar, pois para que as medidas de intervenção com crianças em situação de risco sejam atingidas com sucesso é preciso, muitas vezes, chegar até elas a partir da família. É neste sentido, e estando consciente das necessidades sentidas pelas instituições do concelho de Setúbal, que a Fundação Portuguesa «A Comunidade Contra a Sida» entendeu dar

enfoque principal à família e à parentalidade como área prioritária de intervenção, impondo-se assim um acompanhamento permanente aos pais, no sentido de evitar a fragilização da estrutura familiar.

Neste contexto, surgiu o Projecto «Espaço da Família – Programa de Educação Parental» que, em parceria com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco de Setúbal, com a Câmara Municipal de Setúbal e com a Equipa de Tratamento de Setúbal (antigo Centro de Atendimento a Toxicodependentes), pretendeu criar condições que propiciassem o envolvimento dos pais no processo de formação/educação dos filhos, visando o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e educativas, bem como a promoção das competências parentais e o reforço dos laços familiares.

Enquadramento Teórico

De acordo com a Direcção Geral de Acção Social (1996), o trabalho com crianças em situação de perigo arrisca-se a ser inoperante se se «ignorar a matriz familiar». Foi com base no pressuposto de que a família é determinante na eficácia da intervenção junto das crianças que surgiu o Projecto «Espaço da Família» com o objectivo máximo de serem criadas condições com vista a melhorar as capacidades educativas das figuras parentais, promovendo competências parentais, de comunicação, de resolução de conflitos/problemas, e reforçar os laços familiares.

Considerada como um espaço privilegiado para a transmissão de valores que permite à criança o desenvolvimento de sentimentos de pertença, de tomada de consciência, de autonomização e individuação, condicionador e modelador do seu comportamento, a **família** «constitui o alicerce fundamental que dá suporte ao que somos e ao que fazemos ao longo de toda a nossa vida» (Gomes, 2001).

Segundo Alarcão (2002), a família é «um espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção: os contactos corporais, a linguagem, a comunicação, as relações interpessoais. É ainda, o espaço de vivência de relações afectivas profundas: a filiação, a fraternidade, o amor, a sexualidade... numa trama de emoções e afectos positivos e negativos que, na sua elaboração, vão dando corpo ao sentimento de sermos quem somos e de pertencermos àquela e não a outra qualquer família. (...) É também, um grupo institucionalizado, relativamente estável, e que constitui uma importante base da vida social».

Contudo, a estrutura e o papel da família têm vindo a evoluir no tempo, na história e nas diversas culturas devido à relação com a organização e o funcionamento da sociedade em que está inserida, fazendo assim surgir novos fenómenos

sociais como as alterações das estruturas familiares; o isolamento das famílias; o desinvestimento na educação dos filhos; situações de desemprego; dificuldade de disponibilidade de tempo; função parental fragilizada, ou outros. Perante tais fenómenos a criança ficava exposta a contextos familiares vulneráveis que potenciavam o aumento de perturbações graves no seu desenvolvimento.

Não existem dúvidas de que a família exerce um papel fundamental no desenvolvimento do bem-estar e desenvolvimento integral das crianças, no entanto, existem situações em que a família não assegura essas condições.

É assim premente esclarecer do que se trata quando se fala de crianças em situações de risco.

Segundo Macedo (1999), uma criança em risco é aquela que «pelas suas características biológicas e/ou da sua família, está sujeita a sofrer omissões e privações, que comprometam a satisfação das suas necessidades básicas e, em consequência, o seu normal desenvolvimento».

Quadros de pobreza socioeconómica, desagregação familiar, problemas mentais, patologias de personalidade, limitação intelectual e afectiva, baixa escolaridade, alcoolismo, prostituição, toxicod dependência, entre outros, apresentam um elevado risco para as crianças, podendo afectar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral.

Assim, e à luz de que «menores em risco integram famílias em risco» (Macedo, 1999), a eficácia da intervenção com estas crianças requer uma avaliação social e do seu contexto familiar.

Relativamente ao exercício da parentalidade, as famílias que enfrentam situações de crise familiar associadas às constantes transformações sociais, culturais, políticas e económicas da sociedade contemporânea, conforme descrito anteriormente, tendem a revelar papéis opostos ao exercer o seu papel parental: ou de forma permissiva ou, contrariamente, de forma rígida e autoritária, podendo levar a situações de negligência no primeiro caso, ou de maus tratos físicos e/ou emocionais, no segundo.

A intervenção junto da família justifica-se, não só no sentido de mobilizar e transformar as dificuldades que esta enfrenta, como também no sentido de evitar que a criança seja afastada precocemente da mesma, objectivo do Programa «Crianças e Jovens em Risco» da Fundação Calouste Gulbenkian, no qual se insere o Projecto «Espaço da Família».

As iniciativas de educação parental surgem assim com a pertinência de conceber espaços onde se unam esforços para alcançar objectivos e finalidades comuns no que diz respeito à promoção das potencialidades ao nível das competências

parentais, em busca do equilíbrio, da estabilidade e da consistência familiar, atendendo a que «nem todos os pais, independentemente de gostar (ou não) dos seus filhos, conseguem funcionar nas suas tarefas parentais e cedo abdicam activa ou passivamente dessa capacidade» (Strecht, 1997).

Para Cruz (2005), a parentalidade é um conceito que diz respeito ao «conjunto de acções encetadas pelas figuras parentais (pais ou substitutos) junto dos seus filhos no sentido de promover o seu desenvolvimento da forma mais plena possível, utilizando para tal os recursos de que dispõe dentro da família e, fora dela, na comunidade». A mesma autora defende que as necessidades da criança devem ser respondidas pela parentalidade nas suas componentes comportamental, cognitiva e afectiva, sendo que as funções dos pais estão relacionadas com 1) a satisfação das necessidades mais básicas de sobrevivência e saúde; 2) a disponibilização de um mundo físico organizado e previsível que possibilite a existência de rotinas; 3) a resposta às necessidades de compreensão cognitiva das realidades extrafamiliares (pais como mediadores do mundo exterior); 4) a satisfação das necessidades básicas e 5) as necessidades de interacção social da criança e sua integração na comunidade.

A aproximação ao território da parentalidade leva a entender a educação parental como «um conjunto de actividades educativas e de suporte que ajudam os pais ou futuros pais a compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos e aumentem a qualidade das relações entre eles» (Pugh *et al.*, 1997, citado por Gaspar, 2003).

Para Cruz e Pinho (2008), é «um processo co-construído ao longo da intervenção com os pais no sentido de se desenvolverem e reforçarem competências parentais que permitam um melhor e mais adequado desempenho das funções educativas».

Esta forma de conceber a educação parental tem subjacente o conceito de que «ser mãe» ou «ser pai» é um processo em construção, perspectivando-se a intervenção a partir das experiências, das dúvidas e dos medos dos próprios pais, ajudando-os a compreender as suas necessidades e potencialidades no processo de educação dos filhos. Desta forma, promover e capacitar os pais no desempenho das suas funções educativas exige o aprofundamento e (re)conhecimento da matriz familiar enquanto célula-base na estrutura do processo de desenvolvimento das crianças.

Consequentemente, para que a intervenção com crianças e jovens em perigo seja adequada à realidade importa conhecer o contexto em que os mesmos vivem e se desenvolvem, pelo que compreender os fenómenos inerentes a estas famílias

e (des)construir com elas os pressupostos inerentes às capacidades educativas das figuras parentais, bem como a própria identidade de «ser pai/mãe», é um passo no caminho da promoção e protecção dos direitos das crianças. Também essa é a missão do «Espaço da Família».

Um olhar sobre o Projecto «Espaço da Família»

É no sentido do desenvolvimento de uma parentalidade positiva que surgem os programas de educação parental, os quais, mais do que centrar a atenção nos défices comportamentais ou cognitivos dos pais, visam otimizar capacidades pessoais, educacionais e relacionais de forma a promover as suas práticas parentais.

Segundo Coutinho (2004), no treino de competências parentais as estratégias de intervenção são definidas como «modelos estruturados nos quais os objectivos se relacionam directamente com a modificação das competências parentais e indirectamente com o comportamento e ou desenvolvimento da criança», pelo que se torna importante que os próprios pais reconheçam a sua influência no processo de desenvolvimento dos filhos e o seu papel enquanto principais educadores.

Nesse sentido, e tendo em consideração as necessidades apontadas pelas entidades parceiras deste projecto, bem como atendendo ao diagnóstico social do próprio concelho, o objectivo do «Espaço da Família» prendia-se com o desenvolvimento e reforço das competências parentais, para um melhor desempenho das funções educativas dos pais envolvidos.

Nesta linha de intervenção, definiram-se os seguintes objectivos gerais para a sua intervenção:

- Desenvolver e reforçar competências parentais, nos pais de crianças e jovens vítimas de abusos ou negligências, de forma a permitir um melhor desempenho das funções educativas;
- Promover o autoconhecimento, enquanto pessoas e enquanto pais;
- Promover a perspectiva segundo a qual ser mãe ou ser pai é um processo em construção permanente;
- Promover formatos de comunicação mais eficazes na relação dos pais com a criança, que facilitem o desenvolvimento socioemocional da mesma;
- Desenvolver a capacidade de discussão e o treino de algumas estratégias para prevenir/lidar com comportamentos desviantes da criança;
- Promover atitudes mais optimistas na relação dos pais consigo próprios, com os outros e perante a vida, em geral, que venham a ter um impacto positivo nas suas práticas educativas.

Como objectivos específicos, definiu-se:

- Trabalhar a importância das figuras parentais no desenvolvimento da criança;
- Reconhecer a importância das figuras parentais para o desenvolvimento da auto-estima das crianças;
- Reconhecer possíveis implicações de estilos educativos discrepantes entre pai e mãe para a relação educativa com a criança;
- Reconhecer a importância da expressão aberta dos sentimentos positivos na relação pais-filhos;
- Identificar e adquirir estratégias para estabelecer relações positivas e gratificantes na família;
- Identificar as formas de relacionamento e de comunicação na família;
- Explorar formas de comunicação, em particular a assertividade;
- Reconhecer as implicações negativas do desânimo e do pessimismo para o desenvolvimento das crianças;
- Trabalhar a gestão e resolução de conflitos;
- Ajudar a identificar os valores em que cada uma das famílias acredita e como os pode investir na educação dos filhos;
- Analisar expectativas dos pais relativamente aos filhos.

A equipa técnica do projecto era constituída por dois técnicos licenciados em Psicologia Clínica (coordenadora do projecto e formador), um em Ciências da Educação (formador) e outro em Educação Social (formadora).

Muito importante para o desenvolvimento do projecto foi a experiência dos diferentes elementos da equipa, nomeadamente no trabalho com crianças e jovens em risco e na formação de adultos, bem como na construção e desenho de projectos de intervenção ao nível da comunidade.

Salienta-se que no segundo ano de implementação do projecto houve a necessidade de contratação de formadores, devido ao aumento não programado de grupos disponíveis para o início do Programa de Educação Parental. Na contratação dos novos formadores teve-se em conta os currículos e a disponibilidade de dar formação em horário laboral, assim como a experiência e a motivação para trabalhar com famílias.

A escolha de dois elementos do sexo masculino para integrar a equipa justificou-se com o objectivo de incentivar a participação de pais do sexo masculino, nas sessões de educação parental.

Consideramos que a integração desses elementos na equipa trouxe vantagens na dinâmica das sessões, tendo-se verificado um aumento da participação de

elementos do sexo masculino e muito boa aceitação por parte dos elementos femininos.

Dada a diversidade das zonas consideradas para a intervenção, e a distância considerável entre si, foram diversificados os locais para a execução das actividades. Estas decorreram nas instalações de «O Sonho» (Quinta de Santo António/Manteigadas); na Associação Cristã da Mocidade (Bela Vista); na Liga dos Amigos da Terceira Idade (Camarinha) e na Associação de Pais e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras (Casal das Figueiras/Viso).

A centralização dos recursos e os trabalhos inerentes à coordenação foram realizados na sede do projecto. O corpo técnico deslocava-se aos locais acima referidos para a execução das actividades.

Quanto às parcerias, as entidades iniciais foram a Câmara Municipal de Setúbal, o Instituto da Droga e da Toxicodependência – Equipa de Tratamento de Setúbal e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal (CPCJ), cuja colaboração passava por: identificar/sinalizar famílias para acompanhamento; apoio logístico; intervenção nos casos identificados pela equipa do «Espaço da Família»; promover os direitos das crianças/jovens; prevenir ou pôr um término em situações susceptíveis de prejudicar a segurança, saúde, formação, educação ou o desenvolvimento global das crianças/jovens; participar nas reuniões de coordenação; participar nas reuniões de avaliação do projecto e estruturar os recursos logísticos.

De salientar que devido à dificuldade de articulação com a CPCJ de Setúbal, para que o encaminhamento de utentes ocorresse em tempo útil, optou-se por realizar parcerias com instituições de primeira linha (entidades com competência em matéria de infância e juventude), que trabalhassem ao nível dos Protocolos de Rendimento Social de Inserção, no sentido do encaminhamento de utentes que estivessem sinalizados na CPCJ, e com quem já desenvolviam um trabalho articulado. Esta foi uma estratégia adoptada de forma a aumentar o número de população abrangida e de modo a ultrapassar as dificuldades sentidas no primeiro ano de implementação do projecto, ao nível do encaminhamento de pais.

Desta forma, passaram também a ser parceiros deste projecto as seguintes Instituições: «O Sonho»; o Centro Lúdico Pedagógico das Manteigadas; a Associação de Pais e Amigos das Crianças do Casal das Figueiras; a Associação Cristã da Motricidade de Setúbal e a Associação Batista Shalom.

Convém ainda salientar que este projecto foi desenhado e implementado de modo articulado com as entidades parceiras, serviços e iniciativas existentes localmente. Só desta forma, e tendo em consideração o reduzido número de elementos na equipa, foi possível levar a cabo as várias acções do projecto. Sem este trabalho

em rede, dificilmente se conseguiria cumprir os objectivos a que o projecto se tinha proposto, bem como implicar a comunidade neste desafio.

Dentro desta lógica, foi sempre promovido um trabalho multidisciplinar, tendo por base o princípio da partilha e da discussão dos diferentes olhares sobre cada caso, individual ou familiar.

A População-Alvo

Ao longo destes três anos de intervenção do «Espaço da Família» participaram neste projecto 93 pais, os quais foram encaminhados pelas Equipas de Protocolo de Rendimento Social e pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal.

O público-alvo da intervenção evidenciava características como histórias de vida marcadas por modelos familiares cujas práticas educativas se definiam pela inconsistência, punição e/ou falta de afecto; auto-estima desvalorizada; dificuldades na comunicação assertiva na relação com os filhos; dificuldades/incapacidade de expressão de sentimentos positivos na relação com os filhos; dificuldades/incapacidades na regulação das emoções negativas/autocontrolo; baixos níveis de satisfação com a vida e atitudes pessimistas generalizadas, perante si próprios, a vida, as pessoas e as adversidades.

Relativamente aos dados sociodemográficos, destacamos indicadores como o sexo, os escalões etários, a escolaridade e a ocupação no mercado de trabalho. Seguem-se alguns gráficos referentes aos dados da população-alvo deste projecto:

Figura 1. Sexo dos participantes do «Espaço da Família»

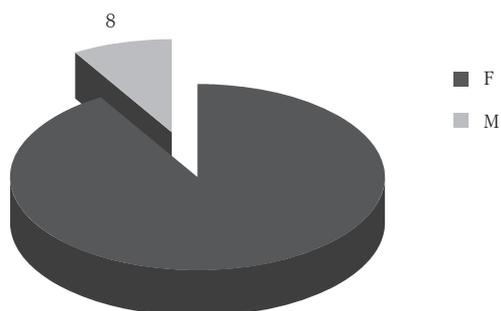


Figura 2. Escalões etários dos participantes do «Espaço da Família»

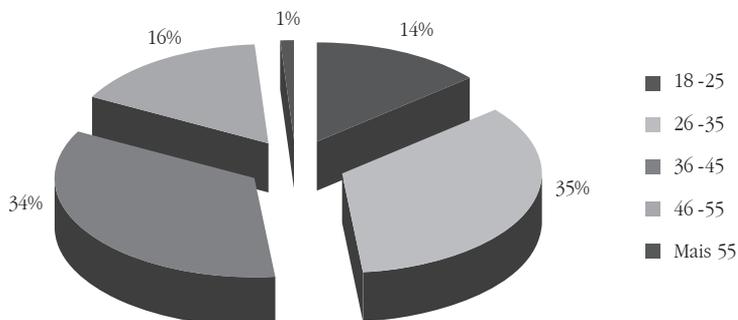


Figura 3. Habilitações literárias dos participantes do «Espaço da Família»

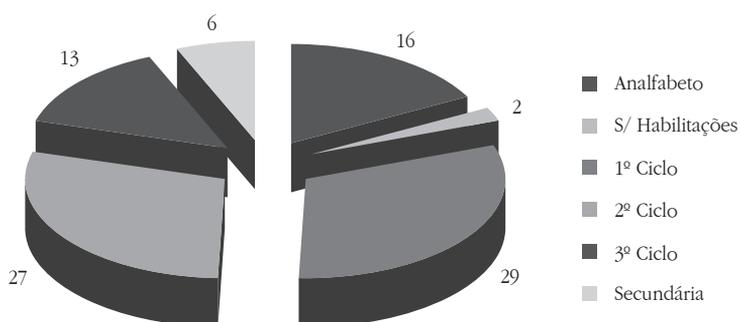
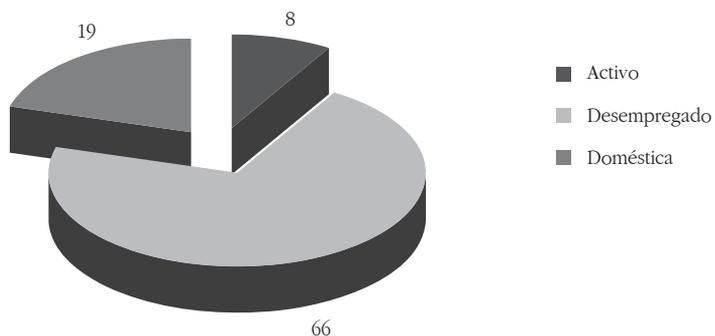


Figura 4. Situação perante o trabalho dos participantes do «Espaço da Família»



De acordo com os dados apresentados verifica-se que a intervenção do projecto incidiu em grupos heterogéneos relativamente aos indicadores seleccionados. A maioria dos participantes foi do sexo feminino com idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos.

Ao nível da escolaridade destacam-se o primeiro e o segundo ciclo do ensino básico, e quanto à situação perante o mercado de trabalho, a maior parte dos elementos do grupo encontrava-se em situação de desemprego.

De salientar a permanência de elementos do sexo masculino, que só se verificou a partir do segundo ano de implementação do projecto, o qual coincidiu com a presença de formadores também do mesmo sexo.

Atendendo à heterogeneidade dos grupos foi possível uma maior partilha de experiências, dada a diversidade das histórias de vida de cada um dos pais.

No que respeita às problemáticas diagnosticadas nestas famílias podemos referir que são diversificadas, passando por situações de negligência, maus-tratos, exposição a modelos de comportamentos desviantes (toxicod dependência, alcoolismo, prostituição, entre outros), abandono escolar e dificuldades económicas. A problemática transversal às diferentes sinalizações incidia nos quadros de negligência parental.

Actividades desenvolvidas

O «Espaço da Família» desenvolveu ao longo dos três anos de intervenção acções de educação parental a sete grupos distintos, assim como diversas acções lúdico-pedagógicas. As actividades foram dirigidas aos pais, sendo que algumas delas foram extensíveis aos filhos e cônjuges.

Importa salientar que as metodologias adoptadas tiveram em conta os princípios da participação activa, desenvolvendo-se através de dinâmicas em grupo, *role-play*, discussão de temáticas, reflexão, dramatizações, partindo todas elas das experiências pessoais de cada um dos pais, de modo a envolvê-los e a motivá-los para a participação.

Apresenta-se, de seguida, a descrição das actividades desenvolvidas:

«Espaço da Família – Sessões de Educação Parental»

Conjunto de sessões temáticas mediadas pelos formadores da equipa, de acordo com as necessidades diagnosticadas pelas entidades no processo de encaminhamento das famílias, com o objectivo de desenvolver e reforçar as competências parentais.

Foram criados sete grupos e as sessões desenvolveram-se com uma periodicidade semanal e com a duração de 90 minutos. O espaço físico divergia de acordo com a área de residência dos diferentes grupos. Pretendeu-se sempre a aproximação do «Espaço da Família» à zona de habitação das famílias, de modo a partilhar os costumes e as vivências específicas de cada grupo.

As temáticas das sessões foram as seguintes:

«Ser Pai/Mãe – A Família e o Processo de Educação» – apresentação do «Espaço da Família»; apresentação do grupo; discussão de temáticas a abordar posteriormente; reflexão sobre a importância da educação parental; reflexão sobre a importância dos pais no desenvolvimento da criança; identificação de aspectos positivos de «ser família»; reflexão sobre a importância da família e o processo de educação.

Metas a alcançar:

- Interiorização de que ser pai/mãe é um processo em construção permanente e reconhecimento da dificuldade do papel parental;
- Reforço contínuo do importante papel que cada mãe/pai tem no desenvolvimento dos filhos;
- Desmistificação da parentalidade como ciência exacta e como algo inato;
- Reconhecimento da «profissão» de pais como uma tarefa difícil, justificando-se dessa forma o facto de surgirem muitas dúvidas no decorrer do seu exercício;
- Aproximação dos pais para com as diferentes etapas de desenvolvimento dos filhos;
- Valorização dos conhecimentos e das experiências pessoais;
- Promoção do bem-estar e equilíbrio dos pais e filhos;
- Sensibilização para a aproximação dos pais às diferentes etapas de desenvolvimento dos filhos;
- Reforço da importância do papel da família no processo de educação dos filhos;
- Interiorização da família como alicerce indispensável para a promoção do desenvolvimento integral dos filhos, na medida em que é o suporte ao que cada um de nós é e faz ao longo da vida;
- Aproximação ao processo de educação das crianças. A família vista como um espaço privilegiado para educar;
- Desconstrução de «medos» aliados ao processo de educação;
- Promoção de competências de resolução de problemas e de tomada de decisões, no que respeita a assuntos relacionados com os filhos.

«A Importância da Comunicação na Família» – conhecer as formas de comunicar e interagir; avaliar a importância da comunicação nas interações pessoais; caracterizar a importância do comportamento nas relações interpessoais; descrever atitudes de comunicação pais/filhos e características de cada uma das figuras parentais; reconhecer a dimensão não verbal da comunicação e sua importância na expressão emocional; definir e identificar as barreiras à comunicação; promover a escuta e o diálogo activos.

Metas a alcançar:

- Aproximação dos pais aos problemas dos filhos (reconhecimento das crianças e jovens a serem ouvidos e entendidos – escuta activa);
- Aumento da capacidade dos participantes em se colocarem no lugar do outro;
- Visão da família como um espaço privilegiado para a educação dos filhos;
- Promoção de fontes de comunicação mais eficazes na relação dos pais com as crianças;
- Estímulo das capacidades comunicativas;
- Optimização da comunicação na família;
- (Auto)conhecimento do estilo comunicativo predominante nas suas relações familiares;
- Motivação para a reflexão, adequação e transformação das práticas educativas familiares.

«Estilos Educativos e Disciplina» – proporcionar o conhecimento dos diferentes estilos educativos; reconhecer a necessidade e inevitabilidade de recorrer a cada um dos estilos educativos, dependendo das circunstâncias e dos recursos existentes, bem como das características das crianças; promover a escuta e o diálogo activos; compreender a disciplina; promover a discussão sobre gerir o comportamento das crianças/jovens; identificar estratégias disciplinares eficazes e ineficazes.

Metas a alcançar:

- Desenvolvimento de actividades promotoras de interação entre pais e filhos;
- Desenvolvimento de um olhar sobre projectos de vida conscientes e viáveis para as crianças, bem como para os próprios pais;
- Envolvimento familiar nas práticas educativas;
- Reflexão sobre a forma como os próprios participantes foram educados e sobre a forma como estes estão a educar os seus filhos (aproximação de comportamentos, ideias e medos);

- Identificação de necessidades da própria família;
- Reflexão acerca da disciplina exercida pelos pais;
- Desenvolvimento de competências ao nível do autocontrolo e de orientação enquanto pais;
- Maximização da qualidade das interacções entre a criança e a sua família.

«**Birras, Birras e Mais Birras**» – reconhecer a necessidade e inevitabilidade de recorrer a cada um dos estilos educativos, dependendo das circunstâncias e dos recursos existentes, bem como das características das crianças; promover a escuta e o diálogo activos; compreender a disciplina/limites; reconhecer a importância do estabelecimento de limites e regras para com a criança; discussão e treino de algumas estratégias para prevenir/lidar com alguns comportamentos da criança; promover a discussão sobre a aplicação de castigos; identificar estratégias disciplinares eficazes e ineficazes.

Metas a alcançar:

- Discussão de estratégias de gestão de comportamentos negativos e de gestão de conflitos;
- Desenvolvimento de estratégias de negociação e de resolução de conflitos;
- Reconhecimento da utilização correcta dos castigos;
- Fomentação de rotinas e de dinâmicas familiares;
- Promoção da aprendizagem de competências pessoais e sociais para a resolução de problemas familiares e gestão de conflitos.

«**Encorajamento, Motivação e Auto-Estima**» – desenvolver de técnicas para a promoção do autoconhecimento, da auto-estima e do bem-estar emocional dos pais; identificar sinais reveladores da qualidade da auto-estima; relacionar o autoconceito e a auto-estima com o desempenho nas tarefas; relacionar o efeito de expectativa com o autoconhecimento; identificar mecanismos responsáveis pela formação do «eu» na dinâmica pessoal e interactiva; reflectir sobre a influência da qualidade da auto-estima e do autoconceito no contexto familiar; reconhecimento de estratégias para trabalhar as várias dimensões da auto-estima.

Metas a alcançar:

- Reconhecimento da expressão de emoções no seio da família;
- Promoção da auto-estima;
- Consciencialização do valor pessoal de cada um;
- Reconhecimento da importância do «EU», a fomentação do autoconhecimento e da motivação para a valorização pessoal.

«Olhando para a Auto-Estima do Meu Filho» – desenvolver técnicas para a promoção do autoconhecimento, da auto-estima e do bem-estar emocional dos filhos; identificar sinais reveladores da qualidade da auto-estima; reflectir sobre a influência da qualidade da auto-estima e do autoconceito no contexto familiar; fomentar a auto-estima dos filhos; debater a utilização de palavras/comunicação de forma positiva; reflectir sobre a importância de promover a auto-estima positiva dos filhos; reconhecer estratégias para trabalhar as várias dimensões da auto-estima.

Metas a alcançar:

- Reflexão acerca da importância do «EU» no processo educativo e de desenvolvimento dos filhos (importância da auto-estima positiva no desenvolvimento dos filhos);
- Sensibilização ao recurso de «palavras positivas» e à escuta activa dos filhos;
- Sensibilização para a importância das práticas educativas no desenvolvimento social e emocional das crianças;
- Valorização do processo de construção da auto-estima positiva para as crianças, bem como da importância do papel dos pais nesse sentido;
- Construção de ferramentas necessárias para que os filhos sejam bem sucedidos;
- Promoção do sentido de independência dos filhos;
- Promoção de relações positivas entre pais e filhos.

«Alimentação Saudável» – promover o desenvolvimento de hábitos alimentares saudáveis; criar atitudes positivas face aos alimentos e à alimentação; encorajar para aceitação da necessidade de uma alimentação saudável e diversificada; promover a compreensão da relação entre a alimentação e a saúde; fornecer informação básica sobre alimentação saudável da criança; estimular para o desenvolvimento de experiências de educação alimentar; oferecer ajudas práticas para o planeamento da alimentação, no sentido de contribuir para uma alimentação saudável, equilibrada e adequada às necessidades da criança; melhorar o comportamento alimentar das crianças; promover factores de motivação e de reforço da mudança para a adopção de hábitos alimentares mais saudáveis; alertar para possíveis causas de alguns dos desequilíbrios alimentares.

Metas a alcançar:

- Sensibilização de estilos de vida saudáveis (questões de higiene, alimentação saudável, acompanhamento ao nível da vigilância médica, plano nacional de vacinação e planeamento familiar);
- Valorização de estilos de vida saudáveis;

- Identificação das principais necessidades das famílias, ajudando-as a localizar os recursos identificados, e tornando-as mais competentes na tomada de decisões, capazes de mobilizar os recursos intra e extra-familiares na resolução dos seus próprios problemas.

«Os Direitos das Crianças» – promover a defesa dos direitos das crianças; informar os pais sobre os Direitos da Criança; sensibilizar os pais para os Direitos da Criança e as suas violações; fomentar o conhecimento sobre os direitos e as necessidades da infância e da adolescência; sensibilizar para a garantia do respeito pelo direito da criança à audição e participação nos assuntos do seu interesse, em função do seu grau de maturidade; alertar para os princípios do superior interesse da criança, da prevalência da família, da responsabilidade parental, da privacidade, da intervenção precoce, da intervenção mínima, da informação, da audição e da participação; privilegiar o exercício de cidadania activa, numa perspectiva de futuro de progresso de cada comunidade.

Metas a alcançar:

- Consciencialização para o (re)conhecimento de factores de risco e de protecção no processo de desenvolvimento dos filhos;
- Promoção dos direitos das crianças;
- Consciencialização para o exercício activo da cidadania.

Actividades Lúdico-Pedagógicas

No sentido de promover a realização de actividades de encontro entre pais, filhos e cônjuges, em ambiente informal e descontraído, foram realizadas diversas actividades lúdico-pedagógicas para a família.

O envolvimento nestas acções permitiu perceber a importância do convívio informal para trabalhar questões relacionadas com o desenvolvimento das crianças em contextos informais, proporcionando aos pais a consciencialização da importância do desenvolvimento deste tipo de actividades na melhoria das relações entre os elementos da família.

O objectivo principal foi o de promover o aumento da qualidade de vida familiar. Foram realizadas várias actividades das quais salientamos alguns exemplos:

- Pais e Filhos – Uma Tarde no Parque
- Dramatização – Depois de um dia de chuva, vem sempre um dia de sol
- Feira Franca
- S. Martinho do Espaço da Família
- Almoço do Espaço da Família

O carácter expressivo e significativo destes momentos fez com que os mesmos ocupassem um lugar importante na memória dos pais, filhos e técnicos que neles participaram.

No que se refere aos constrangimentos sentidos pela equipa técnica, estes ocorreram a três níveis distintos: entidades parceiras, população-alvo e avaliação.

Por parte das entidades parceiras constatou-se uma grande dificuldade ao nível da sinalização/encaminhamento dos pais, principalmente pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e pela da Equipa de Tratamento.

De modo a ultrapassar essa dificuldade e para que não fosse afectada a eficácia do projecto, realizaram-se reuniões com as referidas equipas, de modo a sensibilizar para a importância da sinalização, bem como para a articulação conjunta no decorrer do projecto, que todavia tinha sido construído para responder às dificuldades destes parceiros, mediante a identificação das características da população-alvo.

Da parte da Equipa de Tratamento, existiu sempre o constrangimento em encaminhar pais para o projecto, devido a questões relacionadas com o anonimato e confidencialidade, inerentes à legislação com que trabalham.

Da parte da Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal, as dificuldades em encaminhar foram sendo ultrapassadas com o decorrer do projecto, todavia, para que o encaminhamento de utentes ocorresse em tempo útil, optou-se por realizar parcerias ao nível das entidades que actuassem ao nível do Protocolo de RSI, conforme já foi referido anteriormente. Essa estratégia permitiu o aumento do número da população abrangida, assim como o aumento e a diversificação das acções de intervenção, ultrapassando-se dessa forma as dificuldades sentidas no primeiro ano de implementação do projecto, com efeito ao nível de satisfação, tanto dos técnicos, como das famílias.

Com a população-alvo verificou-se que em algumas situações existia uma diferença significativa entre o número de pais que frequentavam regularmente as acções e os que se inscreviam. Destaca-se ainda a resistência que algumas famílias apresentavam à intervenção das instituições e à temática da educação parental (não admitindo a desresponsabilização parental), assim como a indisponibilidade para se envolverem em formações/actividades.

Estes constrangimentos foram ultrapassados gradualmente, no decorrer das acções, não só pelas estratégias que a equipa adoptava consoante as características de cada grupo, como também com a continuidade das acções, tendo em conta que os intervenientes iam desconstruindo a ideia pré-concebida do «Espaço da Família» como um local semelhante aos equipamentos escolares, já que lhes proporcionava momentos que consideravam corresponder às suas necessidades.

Em relação à avaliação, os constrangimentos prenderam-se essencialmente com os baixos níveis académicos e com o analfabetismo da população-alvo, o que obrigou a alterar e a adaptar constantemente os instrumentos de avaliação, nomeadamente os questionários.

Consequentemente, a avaliação do projecto passou a incidir sobre uma componente mais qualitativa do que quantitativa, diferente do que estava proposto inicialmente para a avaliação da eficácia dos resultados das acções realizadas pelo «Espaço da Família».

Outro constrangimento prendeu-se com a diminuta disponibilidade, por parte das entidades sinalizadoras, para a obtenção de *feedback*, nomeadamente ao nível dos modelos de intervenção para uma actuação conjunta.

Materiais construídos

Destacamos a importância da construção de instrumentos de acordo com a intervenção e actividades desenvolvidas, tais como: logótipo, panfleto divulgativo do projecto, construção de cartazes alusivos às temáticas, jogos lúdico-pedagógicos e criação da mascote da família.

De seguida descrevem-se alguns dos jogos criados:

Mascote – Representação da Gestão Doméstica

Os participantes construíram um dossiê com diferentes imagens, associadas à temática da gestão doméstica, seleccionadas pelos próprios através de pesquisa na internet ou em recortes de revistas/jornais/folhetos publicitários. Após compilação das imagens, seleccionaram a que mais se identificava consigo ou com a sua família, apresentando a justificação da selecção ao grupo. No final da actividade, o grupo teve que entrar em consenso, escolhendo uma que se identificasse com a equipa, de modo a ser a imagem mascote do grupo. Essa imagem passou a ser impressa nos cartões dos jogos aplicados ao longo das sessões e em *t-shirts* para a sessão de encerramento do grupo, por exemplo.

Mimo (jogo de cartas em que se aplica a mímica)

Jogo composto por um baralho de cartas com diferentes provérbios inscritos, associados à temática da gestão doméstica e da gestão económica. Foi jogado a pares e o objectivo consistia em que um elemento de cada equipa, ao tirar uma carta do baralho, fizesse mímica para que o parceiro acertasse no referido provérbio. No final ganhou a equipa que obteve mais pontos (um ponto para cada resposta certa).

Quem é quem na roda dos alimentos (jogo de tabuleiro)

O grupo foi dividido em duas equipas. De um conjunto de 24 retratos diferentes (baseados na temática da alimentação e composição da roda dos alimentos) foi sorteada uma carta para cada uma das equipas e, por meio de perguntas, as equipas iam tentando obter pistas sobre a respectiva carta adversária. As pistas tinham que ser dadas em função da importância dos alimentos na dieta alimentar; comportamentos saudáveis a adoptar; malefícios do seu consumo excessivo; receitas possíveis e modo de confeccionar. Quem acertasse primeiro na carta adversária ganhava o jogo.

Roda da Sorte (jogo de tabuleiro)

Foi construída uma roda com pontuação em euros. Os pais (jogadores) faziam girar a seta que lhes indicava qual o valor que acumulavam caso acertassem na pergunta.

As perguntas eram associadas à temática da gestão económica e da organização da casa. No final do jogo, ganhava o jogador que tivesse obtido mais pontuação.

Uno (jogo de cartas)

Jogo composto por um baralho de cartas de quatro cores diferentes: verde, amarelo, vermelho e azul, com imagens de apresentação associadas à temática da alimentação e comportamentos saudáveis.

Também existiam cartas da sorte e de acção. As primeiras, em quantidade reduzida, com a finalidade de *joker* (podiam ser jogadas em qualquer ocasião, ou seja, em qualquer cor ou imagem) e as segundas com acções específicas de «pular», «pescar duas» e «inverter».

Para começar o jogo, foram distribuídas seis cartas a cada jogador, e a primeira a ser colocada na mesa era sempre a carta que ficava em cima do baralho.

Em cada oportunidade, o jogador podia jogar uma carta que fosse igual à cor ou à imagem da última carta apresentada, ou então jogar uma carta da sorte.

Se o jogador não fosse detentor de carta para jogar numa determinada ocasião, pescava a primeira que estivesse no topo do baralho. Só podia passar a sua vez (e dessa forma não retirar cartas do baralho) se acertasse na questão efectuada pelo mediador, a qual estava relacionada com a imagem apresentada na última carta jogada. O vencedor era o jogador que se libertasse em primeiro lugar de todas as cartas em seu poder.

Party (jogo de tabuleiro)

Jogo composto por diferentes e divertidos desafios, em vários cartões com diferentes provas. Foi jogado em equipas.

As provas foram divididas em quatro temáticas distintas, diferenciadas pela cor, todas elas relacionadas com a gestão doméstica: «Dicas de Poupança», «Organizar/Limpar», «Truques diversos» e «Salada Mista: Vamos falar sobre...».

A cada equipa foi distribuído um cartão matriz, que era composto pelo número de tarefas que a equipa tinha de concluir para vencer o jogo (tarefas aleatórias de modo a criar cartões matrizes distintos). A tarefa era definida segundo a cor que fosse seleccionada no lançamento do dado. Caso concluíssem a tarefa, era entregue ao grupo um pino da cor respectiva. Vencia a equipa que tivesse o número de pinos identificados no cartão matriz (e não em maior quantidade).

No decorrer do jogo existiam tarefas com algumas partidas que dificultavam a vitória, como por exemplo: trocar de cartões matrizes, perder pinos, trocar pinos por outros de outra cor, entre outras.

Impactos esperados e alcançados

No geral, verificou-se que o projecto gerou um impacto positivo nos participantes, em áreas distintas como expressão de sentimentos; controle em situações de conflito; relações inter e intrafamiliares; reforços positivos (apoiar, desabafar, aconselhar, partilhar, reflectir, entre outros); atitudes de optimismo; autoconhecimento (falar e questionar sobre si próprio); auto-estima (aumento/reforço da auto-estima e da capacidade de falarem de si) e reconhecimento da necessidade de modificação de comportamentos/atitudes.

Foi ainda desenvolvido o espírito de equipa, em que os participantes mais activos incentivavam os menos activos para a participação das actividades. Ao se ajudarem entre si na resolução de problemas ou situações difíceis, promoveu-se o sentimento de solidariedade entre os mesmos.

Os pais sentiram o «Espaço da Família» como um local de convívio entre o grupo, a equipa técnica e alguns familiares. Após o término das sessões de educação parental, os participantes permaneciam no local onde por vezes era servido um lanche durante esse período.

No decorrer destes três anos de projecto, a equipa técnica ficou surpreendida com o retorno positivo que teve por parte dos participantes, o que levou a concluir que os pais sentiam necessidade de ter um espaço só para eles, onde podiam partilhar sentimentos/dificuldades/histórias de vida.

Deixa-se para consideração algumas palavras dos participantes:

- «A Fundação (FPCCS) é um espaço de alegria»;
- «Gosto deste espaço porque se desenvolve o espírito de entreatajuda e ajuda-nos a encontrar algumas respostas»;

- «Também se partilham angústias e isso é um grande alívio»;
- «Pensava que isto era mais chato, como a escola, mas não, falamos de nós e dos nossos filhos. Gosto e por isso venho sempre»;
- «No Espaço da Família gosto do que se fala, gosto de tudo».

Apresentação de Resultados / Avaliação

Por fim, tempo para reflectir sobre os resultados desta intervenção, não esquecendo que a avaliação, sendo um instrumento de reflexão face aos resultados da acção, onde se aprende a gerir e a adaptar as soluções às necessidades do contexto de intervenção, deve ser entendida como um processo de aprendizagem (Guerra, 2000).

No que concerne ao tipo de avaliação seleccionado, ao pretender medir a forma e a eficácia com que os objectivos previstos iam sendo atingidos, considerou-se um modelo de avaliação segundo a sua temporalidade (Guerra, 2000). Foram assim definidos dois momentos de avaliação, de acordo com o período em que se aplicaram os instrumentos: Avaliação com fins de acompanhamento (*on-going*) e Avaliação final (*ex-post*).

O primeiro momento, aplicado na fase de execução do projecto, dirigiu-se aos participantes e pretendeu avaliar as suas expectativas quanto ao projecto em questão (impressões iniciais). Esta foi realizada no primeiro contacto com os pais, através de um breve inquérito, com quatro perguntas fechadas relativas à curiosidade do projecto, objectivos, grau de satisfação quanto à participação e expectativas.

No decorrer do projecto foi tida em conta a avaliação dos formadores e dos participantes. A primeira através de questionários de avaliação das actividades, os quais incidiam sobre a participação dos pais, adesão às temáticas e às actividades (grau de satisfação), objectivos e metodologias/estratégias, registo dos discursos dos pais (recolha informal ao longo do desenvolvimento das actividades, *feedback*), bem como através de reuniões de equipa, com todos os formadores, no sentido de aferir procedimentos e estratégias a adoptar posteriormente. A segunda (avaliação dos pais) realizou-se através de questionários simples no final das actividades, que pretendiam medir o grau de satisfação quanto à acção, actividades desenvolvidas e temática abordada.

A avaliação final pretendeu medir os resultados e efeitos do projecto, determinando assim a sua eficácia. Nesta fase foram aplicados três instrumentos avaliativos dirigidos aos pais, formadores e entidades parceiras.

Aos pais foi aplicado um questionário relativo às impressões (finais) do projecto, com o objectivo de o comparar ao questionário de impressões iniciais, e assim avaliar se o projecto correspondeu, ou não, às expectativas da população-alvo.

Por fim, aos formadores e às entidades parceiras foi aplicado um questionário, o qual pretendia avaliar a adequabilidade, a pertinência, a eficácia (evolução das famílias) e o impacto do projecto de intervenção.

Tendo em conta os grupos que participaram nas acções (correspondentes a 93 pais), e após a análise dos resultados obtidos, verifica-se que o projecto gerou um **impacto positivo** em mais de metade dos pais.

Da análise da avaliação dos participantes ao longo das sessões, salienta-se a satisfação dos mesmos quanto às sessões e às temáticas abordadas. Considera-se que tal facto se deveu à valorização e reforço dos próprios pais enquanto agentes de mudança. A equipa trabalhou «com os pais» e isso contribuiu para a consciencialização da valorização pessoal de cada um, fomentando-se dessa forma o autoconhecimento.

Relativamente às expectativas iniciais dos participantes, podemos verificar que (através da comparação entre os questionários de expectativas inicial e final) na generalidade os pais modificaram a sua percepção acerca do «Espaço da Família», deixando a ideia pré-concebida de que seria uma escola para ensinar a ser mãe/pai, passando a considerar a formação como um espaço para falar acerca da família, partilhando e discutindo ideias e dúvidas sobre várias questões da parentalidade. Também se verificou um aumento na satisfação da população-alvo (principalmente nas mães) para participarem nas sessões, ainda que a assiduidade não fosse constante.

No que diz respeito à avaliação dos formadores, pode concluir-se que a maioria das sessões teve a participação de pelo menos metade dos grupos iniciais, o que é considerado um indicador positivo. Relativamente à adesão dos participantes às temáticas apresentadas, constatou-se que na maioria das sessões houve a colaboração de grande parte dos elementos do grupo. Verificou-se que os intervenientes se mostravam predispostos a reflectir sobre as diferentes temáticas ao longo das várias sessões, sendo que a adesão às actividades desenvolvidas ocorreu de forma «satisfatória» e «muito satisfatória». De salientar que ao se mostrarem participativos, os intervenientes eram progressivamente levados a reflectir sobre os objectivos das sessões.

Quanto às estratégias adoptadas, estas revelaram-se «adequadas», tendo para tal contribuído o recurso a metodologias activas e reflexivas (recurso a metáforas

e provérbios, vídeos, *role-playing*, *brainstorming*, debates), bem como à constante adequabilidade das estratégias e a sua flexibilização perante cada actividade, o que permitiu a adaptação da actuação ao grupo envolvente.

No que concerne aos objectivos propostos, os mesmos foram alcançados no sentido da promoção do desenvolvimento de competências parentais, da auto-estima e do autoconhecimento, e na promoção de atitudes mais optimistas na relação dos pais consigo próprios, com os filhos, com os outros e perante a vida, em geral. Importante também foi o reforço da perspectiva segundo a qual ser mãe ou ser pai é um processo em construção permanente.

A equipa técnica considerou que contributo fundamental para o sucesso da intervenção foi também a visão do próprio grupo como catalisador de mudança e o incentivo à participação activa dos pais no estabelecimento dos objectivos e na partilha de experiências pessoais.

Conclui-se que os efeitos do projecto se debruçaram principalmente no desenvolvimento e aumento das competências das famílias ao nível da prevenção e da aproximação dos pais aos recursos da própria comunidade.

O projecto contribuiu assim para o aumento das interações positivas dos pais em diferentes áreas, nomeadamente na demonstração do afecto/expressão de sentimentos, no encorajamento dos filhos através de reforços positivos, no reforço dos estilos comunicativos, no aumento da auto-estima, na adopção de atitudes optimistas e na valorização das relações inter e intrafamiliares.

Também a aposta no reconhecimento das experiências pessoais e no saber fazer dos pais, bem como o favorecimento de uma abordagem relacional (relação consigo, com os outros elementos do grupo e com a própria família) potenciou o desenvolvimento de sentimentos de pertença ao grupo e àquele «espaço», despertando nos pais o interesse para o debate/reflexão da parentalidade.

No geral, as sessões de educação parental representaram um importante contributo para a criação de um espaço de debate, diálogo e partilha baseado nas experiências pessoais de cada um dos participantes.

No entanto, e ainda que os participantes tenham reconhecido a influência da família no desenvolvimento da criança e o papel dos pais como principais educadores dos seus filhos, a necessidade de modificação de (alguns) comportamentos/atitudes e a eliminação de determinados factores de perigo para o saudável desenvolvimento dos filhos não foi assim tão evidente.

Face ao exposto, pode concluir-se que o projecto teve um impacto positivo no que diz respeito à **sensibilização** dos pais para o exercício pleno da parentalidade (positiva).

O «Espaço da Família» foi, desta forma, (co)construindo-se como um reforço e estímulo das competências parentais, bem como um **auxílio** no melhor desempenho dos pais, exigência do processo educativo das crianças e factor imprescindível no salutar crescimento e formação dos [filhos] pais de amanhã.

Referências bibliográficas

- Alarcão, Madalena, *(Des)Equilíbrios Familiares*, 2.^a ed., Coimbra, Quarteto, 2002.
- Amaro, Fausto, *Crianças maltratadas, negligenciadas ou praticando mendicância*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, vol. I, 1988.
- Ausloos, Guy, *A competência das famílias*, 2.^a ed., Lisboa, Climepsi Editores, 2003.
- Azevedo, Maria, «Crianças em Risco – Elas e Nós» in *Cidade Solidária*, n.º 5, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 2000, pp. 73-79.
- Caetano, Maria *et al.*, *Eu sou um cidadãozinho*, 1.^a ed., Caldas da Rainha, UAL, 2002.
- Canha, Jeni, *Criança Maltratada – O papel de uma pessoa de referência na sua recuperação – Estudo prospectivo de 5 anos*, Coimbra, Quarteto, 2003.
- Casanova, José, *Naturezas Sociais – diversidade e orientações sociais na sociedade portuguesa*, 1.^a ed., Oeiras, Celta Editora, 2004.
- Coutinho, Maria Teresa Brandão, in *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 2004, pp. 55-64.
- Cruz, Hugo & Pinho, Inês, *Pais, uma Experiência*, Porto, LivPsic Editora, 2008.
- Cruz, Orlanda, *Parentalidade*, 1.^a ed., Coimbra, Quarteto, 2005, pp. 13-17.
- Direcção Geral de Acção Social, *Crianças em Risco*, Lisboa, Centro de Estudos Judiciários, 1996.
- Direcção Geral da Família, *Família que Temos... Família que Queremos*, Lisboa, Direcção Geral da Família, 1996.
- Estanqueiro, António, *Saber lidar com as pessoas – Princípios da comunicação interpessoal*, 8.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 2001.
- Fernandes, Maria José Lobo, *Seminário – Crianças e Jovens em Perigo: Que respostas?*, documento policopiado, 2002.
- Fonseca, A. Castro *et al.*, *Crianças e Jovens em Risco – Da Investigação à Intervenção*, Coimbra, Almedina, 2004.
- Gazal, Chantal, *A Criança Feliz – Do nascimento aos três anos. Um Guia para Pais*, 1.^a ed., Lisboa, Editorial Presença, 2007.
- Gameiro, José, *Quem Sai aos Seus...*, Porto, Edições Afrontamento, Grand'Angular, 1994.
- Gaspar, «O trabalho com pais na prevenção do comportamento anti-social» in I. Alberto *et al.* (orgs), *Comportamento anti-social: escola e família*, Coimbra, Centro de Psicopedagogia, 2003.

- Gomes, Ana, *Um modelo para olhar a família in Cidade Solidária*, n.º 8, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 2008, p. 20.
- Guerra, Isabel Carvalho, *Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Acção – O Planeamento em Ciências Sociais*, Cascais, Principia, 2000.
- Lopes, Ângela, «A Organização do Sistema Familiar – Uma Breve Introdução» in *Investigação e Debate*, n.º 116., pp. 13-15.
- Macedo, Rosa *cit. in* Pereira, Gina, «Crianças em Risco» in *Cidade Solidária*, n.º 2, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 1999, p. 26.
- Macedo, Rosa, «Famílias em Risco» in *Cidade Solidária*, n.º 11, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 2004, pp. 24-28.
- Machado, Carla & Gonçalves, Rui, *Violência e Vítimas de Crime – vol. 2*, Coimbra, Quarteto Editora, 2002.
- Magalhães, Teresa, *Maus Tratos em Crianças e Jovens – Guia Prático para Profissionais*, 2.ª ed., Coimbra, Quarteto, 2002.
- Relvas, A. P., *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*, Porto, Afrontamento, 1996.
- Sampaio, Daniel, «Algumas notas sobre a prevenção da delinquência juvenil» in *Cidade Solidária*, n.º 9, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 2002, pp. 58-64.
- Silva, Luísa Ferreira (org.), *Acção Social na Área da Família*, Lisboa, Universidade Aberta, 2001.
- Strecht, Pedro, *Crescer Vazio – Repercussões Psíquicas do Abandono, Negligência e Maus-tratos em Crianças e Adolescentes*, 4.ª ed., Lisboa, Assírio & Alvim, 1997, p.79.
- Strecht, Pedro, «Crescer em famílias – a intervenção em situações de risco» in *Cidade Solidária*, n.º 6, Lisboa, Santa Casa da Misericórdia, 2001, pp. 14-17.

7.

**ESCOLA DE PAIS – UM PROGRAMA
DE FORMAÇÃO PARENTAL
PARA FAMÍLIAS DE ALTORISCO**

**Ana Pacheco
Ana Rita Milheiriço
Andreia Alves dos Santos
Renata Benavente
Tânia Manuel
Vanessa Luz**

ENTIDADE PROMOTORA: *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante*

EQUIPA TÉCNICA

Andreia Alves dos Santos, Mestre em Psicologia Criminal, coordenadora

Ana Pacheco, Licenciatura em Serviço Social, gestor de família

Ana Rita Milheiro, Licenciatura em Psicologia Criminal e Comportamento Desviante, gestor de família

Tânia Manuel, Mestre em Psicologia Criminal, gestor de família

Vanessa Luz, Licenciatura em Serviço Social, gestor de família

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental

Junta de Freguesia de Monte Abraão

Instituto da Droga e Toxicoddependência (desde 2009)

Agrupamento de Escolas Ruy Belo

ACES x Cacém (Centro de Saúde de Queluz) (desde 2009)

Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (FPCE-UL), no contexto de investigação de Doutoramento financiado, através de Bolsa, pela Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT).

Data do início do projecto: 01/03/2008

Data do termo: 31/12/2010

Resumo

O «Escola de Pais» é um Projecto de Formação Parental, com duração de (quase) três anos de intervenção, baseado no quadro conceptual da Teoria da Vinculação (Bowlby, 1968). Sendo um projecto inovador, na freguesia de Monte Abraão, teve por base uma metodologia combinada de técnicas de trabalho com pais em pequeno grupo, acções de formação parental alargada e visitas domiciliárias. Durante este período, 22 famílias com crianças em risco dos 0 aos 12 anos participaram no Programa de Intervenção Individualizada e 129 famílias participaram em acções de formação parental e sessões de orientação.

Com o objectivo de aumentar a sensibilidade e respostas adequadas do cuidador para os sinais emitidos pelas crianças, verificaram-se alterações das representações da vinculação, no sentido da segurança, em 80% das crianças avaliadas antes e após a intervenção. Simultaneamente, constatou-se que as crianças que não apresentavam essa alteração demonstraram mudanças positivas na expressão dos afectos, reacção à separação e distância simbólica.

Abstract

Parent's School – The development of a community-based parent training programme for high-risk families

Parents' School Project is a three-year multidisciplinary community-based parent training programme, in Monte Abraão, based in Attachment Theory (Bowlby, 1968). It is innovative in combining home-visiting, video interventions, group discussions and parental training/guidance. During this period 22 families of mistreated or neglected children ages 0-12 were targeted for full intervention. 126 families participated in parental training and guiding sessions.

In order to increase awareness and appropriate responses from the caregiver towards the signals emitted by children there was change of attachment representations in security in 80% of the children (assessed before and after the intervention). Children who did not show this change, demonstrated positive changes in the scales affection expression, reaction to separation and symbolic distance.

Introdução

O Projecto «Escola de Pais» surgiu da candidatura ao Programa «Crianças e Jovens em Risco» da Fundação Calouste Gulbenkian, tendo como entidade promotora a Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento

Desviante, e como parceiros a Junta de Freguesia de Monte Abraão e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens Sintra Oriental.

A Margens tem por objectivo a definição e implementação de projectos e programas junto da população em risco, fomentando a dinamização de actividades de suporte psicológico, social e de educação para a cidadania e as normatividades. Tem colaborado de forma activa, nos últimos anos, em actividades e projectos como a dinamização de acções de sensibilização de cariz preventivo e socializante, colónias de férias, formação parental, promoção da saúde, diversidade cultural, actividades do foro artístico, apoio domiciliário e actividades de cunho académico (Diário da Republica, III, n V 3 de 14 de Abril de 2005).

Fundamentação e legitimação do «Escola de Pais»

A elaboração e implementação de projectos de formação parental como forma de intervenção junto de famílias com crianças em risco de maus tratos e negligência tem sido uma necessidade premente identificada pelos técnicos que trabalham no contexto dos maus tratos ou da negligência, quer em contexto comunitário (integrados em instituições com competência em matéria de infância e juventude) quer nas entidades com competência específica ao nível da prevenção e intervenção com estes grupos (como as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens). Considerando as fragilidades psicossociais da freguesia de Monte Abraão, situada no concelho de Sintra, o «Escola de Pais» teve o seu início no mês de Março de 2008 e o seu término em Dezembro de 2010. Durante este período, objectivou a melhoria e promoção da qualidade da relação parental, procurando a minimização de situações de risco para as crianças e jovens, bem como o incentivo às famílias para um desenvolvimento saudável, ajustado e adaptado aos menores, pretendendo minimizar as áreas abrangidas pelos factores de risco e maximizar os factores protectores, como sendo o cumprimento de funções parentais de protecção da criança, prevenindo o início prematuro de acções transgressoras ou, eventualmente, delinquentiais (Loeber, Farrington & Petechuk, 2004), a partir do fortalecimento do suporte parental.

Em consonância com a documentação publicada pela ONU (2002), é muito difícil perceber o número exacto de crianças que são diariamente expostas a diferentes tipos de violência, como sejam maus-tratos, negligência e exploração, quer em casa quer nas escolas e comunidade. Contudo, sabe-se que os números têm vindo a aumentar graças às vítimas de conflitos de guerra, de deslocação de populações e de pobreza crescente. Em Portugal (UNICEF, 2006), os casos de violência extrema sobre as crianças têm assumido contornos alarmantes, bem como o número ex-

tremamente elevado de crianças institucionalizadas é cada vez mais preocupante. Em Portugal o número de crianças institucionalizadas tem diminuído, embora apresentemos, em conjunto com a Bélgica, o número mais elevado da Europa. Neste sentido, decorre a necessidade imperiosa de fazer cumprir a Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989), ratificada por Portugal em 21 de Setembro de 1990 (UNICEF, 2006). Esta Convenção estipula que as crianças têm o direito a ser protegidas dos maus-tratos, negligência e exploração, devendo «os Estados Partes garantir à criança esta protecção e os cuidados necessários ao seu bem-estar, tendo em conta os direitos e deveres dos pais, representantes legais ou outras pessoas que a tenham legalmente a seu cargo e, para este efeito, tomam todas as medidas legislativas e administrativas adequadas» (art. 3.º, 2, UNICEF, 1989). Devem também os Estados Partes, segundo o art. 18.º, 2, assegurar «uma assistência adequada aos pais e representantes legais da criança no exercício da responsabilidade que lhes cabe de educar a criança», bem como garantir «o estabelecimento de instituições, instalações e serviços de assistência à informação», por forma a garantir e promover os direitos de protecção acima referidos. É ainda referida na Convenção sobre os Direitos da Criança (UNICEF, 1989) a importância e dever de os Estados Partes estabelecerem «programas sociais destinados a assegurar o apoio necessário à criança e àqueles a cuja guarda está confiada, bem como outras formas de prevenção» (art. 19.º, 2). Os governos devem assim promulgar e fazer aplicar leis que façam terminar a exploração das crianças, os maus-tratos e a negligência, disponibilizando recursos para que estas mesmas leis sejam efectivamente aplicadas por forma a intervir, prevenir e reduzir estes riscos.

Nos últimos anos, Portugal, através do Comité dos Direitos da Criança das Nações Unidas, tem vindo a ser incitado a rever a sua legislação nesta área e a adoptar mais medidas de sensibilização da opinião pública e de educação de grupos profissionais que trabalham com crianças, como forma de protecção dos direitos destas e das próprias famílias (UNICEF, 2006).

Reyno e McGrath (2006) referem que os padrões familiares exercem uma importante influência no comportamento das crianças e no seu desenvolvimento, conduzindo assim, tal realidade, à necessidade de emergência de programas de formação parental. Também Coutinho (2004) destaca a influência que as vivências encontradas no contexto familiar têm no desenvolvimento da criança. De acordo com Guralnick (1997, cit. por Coutinho, 2004), os resultados alcançados pelas crianças são interdependentes dos padrões de interacção familiar desenvolvidos. Nomeadamente, referindo-se à qualidade da interacção pais/criança, ao tipo de experiências que a família proporciona à criança e ao tipo de cuidados básicos de higiene e seguran-

ça que prestam. Neste contexto, torna-se evidente que a tarefa parental não é fácil, tendo os pais que assumir diferentes papéis, tais como: prestadores de cuidados, organizadores, modelos de comportamento para a criança, disciplinadores e agentes de socialização. Face a estes papéis, a exigência de responsabilidade parental é um facto assumido, no entanto, nem todas as famílias estão preparadas para desempenhar estes difíceis papéis (Villas-Boas, 2001). Segundo esta mesma autora, e citando outros investigadores (e.g., Dunn & Tycker, 1993; Marujo, 1997), a mudança nestas famílias com dificuldades de resposta às exigências familiares e sociais só é possível se usufruírem de ajuda de instituições adequadas através de programas de informação e formação. Estes programas de formação e informação devem reflectir, segundo Coutinho (2004), claras influências das perspectivas sistémica e ecológica, onde diferentes contextos de socialização em que a criança e a família se movem são alvo de intervenção e são construídas co-cooperações. Este modelo socioeducativo defende que a família, e não apenas a criança em risco, deve ser alvo de intervenção (Dale, 1996, cit. por Coutinho, 2004), com o objectivo de estes programas de intervenção visarem sobretudo o suporte familiar (*family support*). Tal abordagem permite promover o crescimento do fluxo de recursos e apoio à família, de forma a fortalecer o seu funcionamento e fomentar o crescimento e desenvolvimento de todos os seus membros e da família como um todo. Procura-se assim, com estas intervenções socioeducativas familiares, operacionalizar o conceito de *empowerment*, promovendo maior responsabilidade em todos os membros do sistema familiar, desenvolvendo as suas capacidades e aumentando o seu poder decisivo através de melhoramentos do nível de formação dos pais, da promoção de estilos de funcionamento familiar mais positivos, do melhoramento do bem-estar familiar e de desenvolvimento de competências que visem o acesso aos recursos da comunidade (Coutinho, 2000 cit. por Coutinho 2004).

Nesta linha surge, assim, a necessidade de técnicos e famílias cooperarem, necessidade essa que, segundo Coutinho (2004) e Villas-Boas (2001), é aumentada e facilitada quando o veículo de proximidade assume a forma de oportunidades de formação com a família e não para a família.

Vários estudos citados por Coutinho (2004) demonstraram que os programas de intervenção familiar têm reflexos nos níveis de informação e nas competências parentais exibidas, bem como resultados positivos na percepção de auto-eficácia e no desempenho das funções parentais. Mahoney (1999, cit. por Coutinho, 2004) refere que estes resultados esperados das intervenções de formação parental reflectem também benefícios na prestação de cuidados à criança, melhoria na relação pais/criança e na aquisição de habilidades e competências específicas das próprias

crianças. Também Reyno e McGrath (2006), citando vários estudos (e.g., Barlow & Stewart-Brown, 2000; Dadds & McHugh, 1992; Kazdin & Wassell, 2000), demonstraram que os programas de formação parental promovem alterações positivas na família e no comportamento das crianças que se mantêm ao longo do tempo, embora seja necessário existirem sessões de *follow-up* para manter a consistência de tais mudanças. Os mesmos autores referem como mudanças positivas a destacar as seguintes: melhoramento da comunicação pais/criança, redução de indicadores depressivos nas mães, diminuição de indicadores de stresse familiar e redução de problemas de comportamento exibidos pelas crianças. Grych (2005) acrescenta que as crianças que integram este tipo de programas tendem a melhorar a sua capacidade de adaptação a situações de tensão familiar, contribuindo, igualmente, para uma adequação e alargamento das estratégias de *coping*.

Teoria do Desenvolvimento Social e Teoria da Vinculação

A base teórica do modelo de intervenção que adoptámos decorre da fusão entre os princípios da Teoria do Desenvolvimento Social e da Teoria da Vinculação. De acordo com o Modelo de Desenvolvimento Social desenvolvido por Catalano e Hawkins (1996), trata-se de uma teoria que valoriza os factores de risco e de protecção enquanto elementos decisivos na adopção de comportamentos pró e anti-sociais, e que defende a possibilidade de uma intervenção diferenciada nas diversas fases de desenvolvimento do indivíduo. Uma das premissas fulcrais deste modelo é a de que os seres humanos buscam permanentemente a satisfação, e que a conduta humana depende do interesse percebido pela pessoa relativamente aos seus actos. Ou seja, as pessoas implicam-se em actividades ou interações na medida da satisfação que esperam receber com as mesmas. Os autores da Teoria do Desenvolvimento Social defendem que a redução dos factores de risco durante a infância pode ser conseguida através do aumento dos vínculos familiares e escolares.

No que concerne à Teoria da Vinculação, cuja génese conceptual decorre dos trabalhos de Bowlby iniciados em 1940, pressupõe que as crianças desenvolvem modelos de representação interna do objecto primário com que se relacionam, de si próprias e de si próprias em relação com os outros, com base na história de relacionamento com o prestador primário de cuidados. Assim, as experiências familiares são determinantes para a compreensão do desenvolvimento socioemocional, da personalidade e da importância dos vínculos (Bowlby, 1958). A criança deve sentir-se segura na família, quando esta segurança não existe tende a estar ansiosa, duvidando do seu valor e das suas capacidades, procurando estar próxima do adulto,

por vezes até de forma parasitária, a fim de conseguir ajuda e protecção. Não obstante, a família não é apenas uma fonte de protecção para a criança, é, sobretudo, um ponto de partida (Osterrieth, 1975). Vários autores (Ainsworth, Bell & Stayton, 1979; Bowlby, 1994; Soares, 1996; Benavente, 2005) afirmam que as consequências das interações entre a pessoa que cuida da criança e a própria criança, nos primeiros anos de vida, desempenham um papel fundamental e determinante na formação da personalidade (Ainsworth, *et al.* 1979; Bowlby, 1994) não só durante a infância, mas também na adolescência, até à fase adulta (Soares, 1996; Benavente, 2005). Deste modo, a vinculação pode influenciar o aparecimento de perturbações futuras na medida em que afecta (quer aumentando, quer minimizando) a acção de outros factores de risco. Tal como outros factores protectores e de risco, a relevância da vinculação no aparecimento de perturbações deve ser ponderada no contexto dos outros factores de risco que podem afectar a criança e a sua família (Greenberg *et al.*, 1993). Estes factores de risco podem não actuar apenas a nível individual e familiar, mas também noutras dimensões, nomeadamente ao nível do grupo de pares e da comunidade.

Relativamente aos factores protectores, pode falar-se em três tipos: as características do indivíduo, como o temperamento e a inteligência (Luthar & Zigler, 1992), a qualidade das relações na infância e, num contexto ecológico mais abrangente, factores como a qualidade das escolas, a segurança nas zonas residenciais e a existência de actividades reguladoras (ex.: legislação ou mecanismos de protecção/apoio às famílias e às crianças). No âmbito da qualidade das relações sociais na infância e na adolescência, a importância de uma vinculação segura com os pais no estabelecimento de relações saudáveis com os pares (Greenberg, 1999) e na prevenção do consumo de drogas (Olsson, Coffrey, Toumbourou, Bond, Thomas & Patton, 2003) tem sido corroborada.

O padrão de vinculação, enquanto factor protector, pode actuar de quatro formas: diminuindo directamente a disfuncionalidade; interagindo com os factores de risco reduzindo os seus efeitos negativos; interrompendo a cadeia que relaciona o risco com a perturbação e prevenindo a ocorrência do factor de risco (Coie, Watt, West, Hawkins, Asarnow, Markman, Ramey, Shure & Long, 1993).

Objectivos específicos do «Escola de Pais»

Considerando a importância de melhorar e promover a qualidade da relação parental das famílias da freguesia de Monte Abraão, foram enquadrados como objectivos específicos da intervenção do «Escola de Pais»: 1) a formação parental, com

o objectivo de apetrechar os principais cuidadores de competências que facilitem a aproximação entre as duas gerações, a partir da reflexão sobre as influências que a história pessoal possa ter nos padrões de interacção actuais, bem como mediante o aumento da capacidade do adulto para reflectir sobre o seu comportamento e o da criança, sobre a forma como as interacções são interpretadas e sentidas no contexto da relação de vinculação de prestação de cuidados; 2) a promoção de competências sociais, perspectivando a minimização da ocorrência de práticas associadas, assim como a estimulação para a resolução de situações de eventual conflito a nível inter e/ou intrapessoal, procurando, desta forma, dotar de competências cívicas a população abrangida; e 3) o desenvolvimento de competências relacionais, visando aumentar a sensibilidade e respostas adequadas do prestador de cuidados aos sinais emitidos pela criança, tendo por base o ciclo: afastamento – exploração e regresso – reconforto (Coe, Watt, West, Hawkins, Asarnow, Markman, Ramey, Shure & Long,1993).

População-alvo e problemáticas associadas

A população-alvo do «Escola de Pais» centrou-se em destinatários directos e destinatários indirectos. No início da intervenção, foram considerados como destinatários directos 20 famílias residentes na freguesia de Monte Abraão, cujo agregado familiar abrangesse crianças com idades entre os 0 e os 12 anos de idade. Estas famílias foram identificadas e sinalizadas pelos serviços locais, nomeadamente a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco, Junta de Freguesia de Monte Abraão, Centro de Saúde de Queluz, entre outros parceiros sociais.

Dada a especificidade do projecto, tornou-se necessário identificar algumas características familiares que não se coadunam com a intervenção prevista. Deste modo, não foram incluídas as famílias cujo elemento a intervir sofresse de perturbações psiquiátricas graves e/ ou debilidade mental; famílias cujo agregado familiar não incluísse crianças dentro do nível etário definido (0-12 anos); e famílias que já haviam usufruído de acompanhamento congénere por outra entidade exterior.

Como destinatários indirectos foram ponderadas 50 famílias participantes nas formações parentais alargadas.

No que concerne às crianças, a restrição desta faixa etária resultou da análise das necessidades evidenciadas pela população da freguesia de Monte Abraão, das quais se destacaram situações de abuso e negligência vivenciadas pelas crianças, paralelamente a outras problemáticas que definiam as famílias desta freguesia, nomeadamente a vulnerabilidade socioeconómica e psicológica, agravada pelo facto de se tratarem, muitas vezes, de agregados familiares numerosos. É sabido que este tipo

de fragilidade(s) pode funcionar como factor de risco e influenciar negativamente a disponibilidade para prestar cuidados parentais básicos. Diversos estudos (Farrington, 1996, 1998; Farrington & West, 1990) sugerem o princípio de que as práticas familiares inconsistentes, irregulares e severas aos oito anos de idade, assim como a fraca supervisão, separações temporárias ou permanentes, surgem como fortes preditores de comportamentos delinquentes na adolescência.

Frick (1998) vai mais longe chamando a atenção para a importância da ligação entre práticas de socialização deficientes ou ineficazes e a ocorrência de desordens de conduta. Neste sentido, destacam-se o grau de envolvimento dos pais nas actividades dos filhos, a qualidade da supervisão exercida sobre eles, o tempo que passam com eles e a qualidade das interacções.

No que respeita à população-alvo podemos constatar no final da intervenção o envolvimento de 129 cuidadores, sendo que a participação mais expressiva se revelou no género feminino (n=114).

As problemáticas que maioritariamente se evidenciaram na sinalização das situações compreenderam a negligência, o reforço de competências, a monoparentalidade, a incapacidade física e/ou psicológica, os comportamentos disruptivos dos filhos, o insucesso e abandono escolar, os conflitos intrafamiliares, a gravidez na adolescência, os maus tratos e abusos sobre os filhos, o alcoolismo, bem como o predomínio do padrão de vinculação inseguro. No decurso do projecto, 14 famílias encontravam-se ao abrigo de medidas judiciais ou de apoio social, e oito famílias com acompanhamento na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Relativamente às crianças, confirma-se o envolvimento de 128 crianças/jovens ao longo do projecto, sendo que 16 se encontravam sinalizadas na CPCJ e seis em acompanhamento pelo Tribunal e/ou Equipa de Crianças e Jovens.

Procedimentos e Metodologias

No que respeita a procedimentos e metodologias, perspectivou-se para a concretização deste projecto a constituição de uma equipa técnica com cinco elementos, multidisciplinar/transdisciplinar, com formação ao nível de Psicologia, Serviço Social e Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e famílias em risco, promotora de uma abordagem multidimensional no diagnóstico, resolução e confrontação dos problemas.

Paralelamente, assumiu-se como factor majorativo o facto de os técnicos envolvidos possuírem conhecimento efectivo da realidade psicossocial da freguesia de Monte Abraão.

A abordagem às famílias suportou-se em metodologias activas/reflexivas por contribuírem de uma forma mais evidente para a eficácia da intervenção junto da população geral, comparativamente com os métodos caracterizados pelo didactismo (Graziano & Diamant, 1992), sendo que esta necessidade se tornou mais clara por a população-alvo da intervenção abranger famílias de baixo nível socioeconómico (Knapp & Deluty, 1989).

A intervenção do «Escola de Pais» inscreveu-se no quadro conceptual da Teoria da Vinculação (Bowlby, 1968) e teve por base uma metodologia combinada de: 1) técnicas de trabalho com pais em pequeno grupo (privilegiando-se a reflexão a partir de registos em vídeo das interacções estabelecidas adulto-criança), inspiradas no trabalho desenvolvido nos EUA (Marvin, Cooper, Hoffman, & Powell, 2002; Hoffman, Marvin, Cooper & Powell, 2006), 2) acções de formação parental alargada sobre várias temáticas e 3) visitas domiciliárias, com objectivos semelhantes aos do programa de intervenção desenvolvido e implementado nos EUA e na Holanda (Olds, Henderson, Kitzman & Cole, 1995; Olds, Henderson, Kitzman, Eckenrode, Cole & Taterlbaum, 1998a; Olds, Henderson, Eckenrode, Pettitt, Kitzman, Cole, Robinson & Powers, 1998b; Olds, Robinson, O'Brien, Luckey, Pettit, Henderson, Ng, Scheff, Korfmacher, Hiatt & Talmi, 2002).

A componente da vinculação, aprofundada teoricamente por Bowlby, inicia-se em idades precoces, estabelecendo-se aos 12 meses de idade, e mantém-se ao longo do ciclo de vida dos indivíduos. Assim, considerou-se que as questões ligadas com a relação entre progenitores e crianças se associam a questões vinculadoras, passíveis de serem amplificadas e/ou potenciadas no nível etário definido, como já explicitado.

Relativamente à acção que contempla técnicas de trabalho com pais em pequeno grupo, denominado Programa de Intervenção Individualizada com Famílias (doravante, PIIF), o modelo de intervenção sustentou a realização de 20 sessões em grupo, com uma periodicidade semanal. Foi previamente efectuado o contacto com as famílias e respectiva avaliação psicológica da criança e do prestador de cuidados. Nas primeiras duas sessões foram introduzidos e desenvolvidos alguns conceitos básicos da teoria da vinculação. Entre as sessões 3 e 8 decorreu a primeira fase de observação de vídeos, em que se destacaram alguns comportamentos e necessidades fundamentais da criança (ex.: necessidade de proximidade do prestador de cuidados), sendo o primeiro momento privilegiado para realçar a riqueza das trocas estabelecidas com a criança e a diversidade da comunicação diádica. A sessão 9, denominada sessão de transição, contemplou como frase orientadora «Todos os pais lutam» e, como principal objectivo, a demonstração aos pais de que al-

guns dos sentimentos de incapacidade, ou desespero, no processo de prestação de cuidados, são também partilhados por outros cuidadores. Entre a 10.^a e a 15.^a sessões, processou-se a segunda fase de observação de vídeos em que foram expostas situações críticas de interações prestador de cuidados/criança. A sessão 16 foi dedicada à revisão da informação obtida em todas as sessões anteriores. As sessões 17, 18 e 19 contemplaram o visionamento de vídeos, onde o reforço das mudanças comportamentais na relação com a criança foi enfatizado. Na sessão final realizou-se o balanço global da participação no programa e foram distribuídos os respectivos certificados e fotografias.

Os resultados dos estudos de programas semelhantes têm demonstrado eficácia ao nível da alteração de padrões desorganizados de vinculação e das mudanças no sentido da vinculação segura (Hoffman, Marvin, Cooper & Powell, 2006), esperando-se que no Projecto «Escola de Pais» também se verifiquem alterações ao nível da qualidade das interações e das representações da vinculação.

No que concerne à formação parental alargada ministrada a famílias, esta alicerçou-se sob dois prismas, concretamente, às famílias acompanhadas no âmbito do projecto, no sentido de desenvolver competências essenciais ao cumprimento de «deveres parentais», e a outras famílias da freguesia, destinatários indirectos que revelassem interesse e/ou necessidade de formação a este nível. Os temas das formações foram previamente definidos, no entanto, as temáticas, ao longo dos três anos, foram sendo alteradas consoante as necessidades identificadas e algumas propostas das famílias envolvidas.

Considerando a necessidade de trabalhar determinadas problemáticas no *setting* de origem, contemplámos, ainda, a intervenção ao nível domiciliário, de forma a captar necessidades, descodificar sentimentos e compreender a emergência de comportamentos que se manifestavam, quer na população-alvo concretamente, como nos restantes elementos familiares. A intervenção ao nível domiciliário desenvolveu-se de forma pontual e sempre que justificada, como definido em projecto, de forma a preservar o espaço da família e a relação de confiança criada com a equipa técnica.

Consórcio – o trabalho em rede

No decurso da implementação do Projecto «Escola de Pais», constatou-se que o mesmo se constituiu como um importante recurso no complemento das iniciativas já desenvolvidas pelos parceiros sociais, nomeadamente a Junta de Freguesia de Monte Abraão, a Margens e a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental. As parcerias instituídas aquando a formalização da candidatura foram

reforçadas, contribuindo para a transversalidade das acções, bem como para a mudança e coesão social, numa relação horizontal de compromisso e responsabilização.

Privilegiou-se a dinamização das actividades do «Escola de Pais», mas também a mobilização de recursos (humanos, materiais e financeiros), com o intuito de criar um efeito multiplicador de resultados e potenciar a sustentabilidade das acções desenvolvidas, contribuindo desta forma para a mudança efectiva (famílias e comunidade).

Salienta-se que o consórcio demonstrou disponibilidade total e representou-se, no todo, como um componente facilitador da implementação das actividades do projecto, evidenciando-se o facto de existir uma articulação positiva entre as instituições, constituindo-se esta como um factor incontornável no sucesso do projecto. Foi adoptado o compromisso de dinamização de consórcio, tendo sido acordada, por unanimidade, a concretização de reuniões bimestrais, com o objectivo de estabelecer a participação activa dos parceiros do projecto, nas quais a equipa técnica apresentou os relatórios de actividades, os balancetes financeiros e as actas, bem como foram discutidos os casos em evidência. Estas reuniões elegeram-se como momentos privilegiados de diagnóstico, articulação de informações e definição de estratégias de intervenção.

No decorrer da intervenção afigurou-se a necessidade de efectivar inúmeros contactos com outros parceiros sociais, com o objectivo de apresentar e divulgar o «Escola de Pais», bem como encontrar soluções para os casos em evidência.

Face ao exposto, é possível referir a articulação com as instituições que assumiram um papel interventivo fulcral, bem como as instituições que de forma (in) directa contribuíram para a dinamização das actividades do «Escola de Pais», nomeadamente a Rede Social – Comissão Social de Freguesia de Monte Abraão, Inter Comissão Social de Freguesias de Sintra, Cuidados Continuados e Articulados de Queluz, ACES X Cacém/Queluz, Unidade de Cuidados na Comunidade – Abraçar Queluz, Grupo de Estudos Sociais, Parceiros representados na Comissão Alargada da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental, Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Almada, Agrupamento de Escolas Ruy Belo, Centro de Estudos de Monte Abraão, Projecto Raízes, Fundação O Século – Casa das Conchas, Associação Passo a Passo, Infantário Cantinho do ABC, Instituto de Solidariedade e Segurança Social – Serviço Local de Sintra, Instituto da Droga e Toxicodpendência, Fundação Aga Khan, Tao.Net Cybercafé e Hospital Fernando da Fonseca. Foi, ainda, assumida uma estreita colaboração com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa (através da participação de bolsreira financiada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia), no sentido de viabilizar a formação, a

supervisão da equipa técnica e as avaliações psicológicas das díades, bem como a avaliação externa do projecto.

Avaliação e resultados da intervenção

Volvidos três anos de intervenção, é possível aferir que o desenvolvido no PIIF promoveu exclusivamente a intervenção com 22 díades, sendo que quatro se encontravam sinalizadas na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Oriental e as restantes foram sinalizadas pelos parceiros sociais que assumiram intervenção prioritária na freguesia de Monte Abraão.

Considerando que os padrões de vinculação contemplaram uma das dimensões em que se pretendeu intervir no âmbito do projecto, os mesmos foram avaliados em dois momentos: antes de se iniciar a intervenção e no final da intervenção. As avaliações foram registadas em vídeo e decorreram em gabinete com as condições adequadas. Num caso excepcional a avaliação da criança foi realizada no jardim-de-infância que frequentava. A aplicação dos instrumentos de avaliação psicológica realizou-se em dias diferentes, ajustando-se as datas e os horários à disponibilidade das famílias.

Os instrumentos utilizados para a avaliação das crianças foram a Attachment Story Completion Task (Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990) para crianças com idades compreendidas entre os três e os seis anos de idade, e a versão do mesmo instrumento adaptado a crianças entre os seis e os 12 anos desenvolvida por Granot e Mayseless (2001). As crianças com idade superior a seis anos foram também avaliadas quanto às percepções de apoio social, tendo para tal sido utilizada a versão portuguesa do My Family and Friends (Pereira, Canavarro, Mendonça & Cardoso, 2005; Reid & Landesman, 1992). No que diz respeito às mães, foram avaliadas dimensões que a literatura tem mostrado estarem associadas ao desenvolvimento de relações seguras com os filhos: os acontecimentos de vida (Recent Life Events Questionnaire; Brugha, Bebbington, Tennant & Hurry, 1985), as experiências de cuidado durante a infância (Childhood Experience of Care and Abuse Questionnaire; Bifulco, Brown & Harris, 1994), a percepção de apoio social no contexto de relações específicas (Inventário da Qualidade das Relações; Pierce, Sarason & Sarason, 1991), a depressão (a Escala de Depressão do Centro de Estudos Epidemiológicos; Radloff, 1977) e o estilo de vinculação (Attachment Style Interview; Bifulco, Lillie, Ball & Moran, 1998).

As avaliações psicológicas demoraram, em média, 45 minutos por criança e cerca de uma hora e 30 minutos por adulto, e realizaram-se em espaço com as condições físicas adequadas e de acordo com a disponibilidade dos participantes.

Foram utilizados diversos instrumentos de avaliação psicológica para aprofundar o conhecimento de cada díade, procurando-se sobretudo esclarecer as dinâmicas relacionadas com a vinculação (quer do cuidador, quer da criança).

A título de exemplo, fazemos referência a uma díade P.C. interveniente no projecto, sendo a progenitora nascida em 1965 e a criança em 2003. O motivo de sinalização relacionou-se com a suspeita de alienação parental, necessidade de reforço de competências parentais e exposição a modelos de comportamento desviantes.

Na altura da sinalização ao Projecto «Escola de Pais», não se conhecia sinalização na CPCJ Sintra Oriental. A prestadora de cuidados nasceu em 1965 e a criança em 2003.

No que respeita à avaliação da vinculação, a criança C. apresentou dificuldade em exibir uma estratégia de vinculação organizada para lidar com o stress de desencadeado pela prova de avaliação da vinculação (ASCT; Bretherton, Ridgeway & Cassidy, 1990). Apesar de, em algumas histórias, surgirem representações de tipo ambivalente, a partir da 3.^a história observou-se uma desorganização clara ao nível dos conteúdos. Surgiram interacções agressivas em que as crianças agridem os progenitores e observou-se a incapacidade clara de as figuras adultas proporcionarem protecção e segurança adequadas.

No que concerne aos acontecimentos de vida que durante o último ano afectaram significativamente a família e que podiam constituir fonte de stress adicional, a P. referiu problemas financeiros e dificuldades graves relacionadas com a habitação. A progenitora apresentou sintomatologia depressiva acentuada. Relativamente às relações familiares durante a infância, a P. refere ter sido entregue a uma tia aos três meses de idade, tendo sido os tios paternos a assumir as funções parentais durante a sua infância e adolescência.

Acresce que a partir dos 13 anos de idade foi vítima de maus-tratos físicos (agredida com ramos de árvores) e vítima de negligência alimentar. Admite, ainda, ter sido vítima de experiências sexuais não desejadas aos 16 anos, tendo engravidado do seu primeiro filho. Após ter sido confirmada a gravidez, aos seis meses de gestação, a P. passou a viver com o pai do bebé. Posteriormente tiveram um segundo filho. A avaliação do estilo de Vinculação traduziu-se em Insegura de tipo emaranhado, sendo que se verificou uma dependência acentuada no contexto das relações, acompanhada por raiva, hostilidade e ambivalência. Observou-se, ainda, uma necessidade constante de atenção dos outros. O discurso foi emotivo e pautado pelo exagero ao nível dos conteúdos.

No final da intervenção PIIF foi possível aferir que 85,58% dos cuidadores participaram nas intervenções em grupo do «Escola de Pais», tendo sido verificadas

alterações das representações da vinculação, no sentido da segurança, em 80% das crianças (avaliadas antes e após intervenção).

Salienta-se que apesar do aspecto facilitador relacionado com a proximidade dos técnicos, foi necessário elevar o factor motivação e disponibilidade, dada a especificidade da acção (e.g.: filmagens). A partir do conhecimento ao nível de outras investigações congéneres, a equipa considerou que apesar de terem sido inicialmente previstas 20 sessões, os momentos dinamizados ante-PIIF assumiram um papel majorativo na intervenção.

O facto de algumas prestadoras de cuidados serem profissionalmente activas obrigou a uma contínua e intensa gestão das suas disponibilidades com a execução das acções pré-agendadas. Somos da opinião de que ao longo das intervenções PIIF não estiveram em causa apenas aspectos motivacionais, até porque as prestadoras de cuidados encararam o PIIF como um «momento de partilha importante nas nossas vidas» (*sic*, J.O.), para trabalhar aspectos vinculativos da relação entre as díades e que a relação de proximidade com as famílias terá contribuído adicionalmente para que o «espaçamento» entre algumas sessões não significasse um factor de afastamento/abandono. Por outras palavras, as gestoras de família/caso procuraram manter o contacto e a proximidade, o que partiu, também, das próprias famílias ao contactarem os técnicos no sentido de terem orientações específicas na resolução de situações referentes às crianças. Estes indicadores foram-nos sugerindo a confiança relativamente à equipa, bem como traduziram um sentimento de identificação com o «Escola de Pais».

A avaliação das famílias que participaram no PIIF permitiu-nos concluir que os cuidadores estão mais atentos aos comportamentos e necessidades das crianças, tendo sido desenvolvidas estratégias de maior sensibilidade e responsividade e competências de resolução de problemas adequadas a situações específicas (ex.: maior capacidade de impor limites sem recurso ao castigo físico, adopção de metodologias de negociação para ultrapassar comportamentos de oposição da criança), bem como adquiridos conhecimentos concretos sobre as várias fases do desenvolvimento dos seus filhos e sobre os desafios educativos e emocionais associados a cada uma dessas fases.

Tendo em conta os objectivos definidos em candidatura, concretamente o intuito de promover a aquisição de competências sociais perspectivando a minimização da ocorrência de práticas associadas, verificou-se, relativamente ao número de famílias que cumpriram as medidas aplicadas pela CPCJ (70% no final de 2010), que no decorrer da implementação do projecto não foram redigidos novos acordos de promoção e protecção.

Com o propósito de aumentar a sensibilidade e resposta adequadas do prestador de cuidados aos sinais emitidos pelas crianças, verificou-se que 85,58% de famílias participaram nas sessões (70% para 2010) e que se verificaram, como já referido anteriormente, alterações das representações da vinculação, no sentido da segurança, em 80% das crianças (avaliadas antes e após intervenção). Nas crianças em que não se observou uma mudança de representação verificaram-se alterações positivas nas escalas: expressão dos afectos, reacção à separação e distância simbólica. Constatou-se ainda uma melhoria significativa na qualidade das relações mãe-criança, sobretudo nos casos em que no agregado existia outro filho problemático que até à intervenção do projecto era o centro de todas as atenções e preocupações maternas.

Relativamente às acções de formação parental alargada, salienta-se que foram desenvolvidas, com periodicidade bimestral, 24 acções direccionadas a 126 cuidadores e à comunidade em geral, tendo sido as acções subordinadas aos temas: «Desenvolvimento de Crianças e Jovens – Que necessidades?», «Crescer a Brincar!», «A Escola não é um bicho papão – Como promover o sucesso escolar dos seus educandos», «Gerir as poupanças (Ambiente/Energia/Saúde)», «Primeiros Socorros – Como agir em Situações de Emergência?», «Alimentação Saudável – Como ajudar os nossos filhos?», «Perigos da Internet – Sensibilização e Consciencialização para práticas seguras», «Como gerir (melhor) as suas poupanças!», «Como falar com os seus filhos de sexualidade?», «Gripe A – Mitos e Realidade!», «Drogas e Álcool – Mitos e Realidade», «Efeitos e Consequências de usar Drogas...», «Tuberculose – Uma doença actual...», «Como potenciar as nossas experiências...», «Comunicação Pais – Filhos e as Drogas!», «A vantagem em (re)definir objectivos pessoais!», «A importância da vacinação», «Medidas de Apoio da Segurança Social», «A criança pequena», «Saúde e Bem-Estar dos Pais/Saúde e Bem-Estar dos Filhos», «A criança na Escola», «O Adolescente a Autonomia» e «O Divórcio».

Apesar de as acções serem dirigidas também à comunidade em geral, considerou-se que estas se traduziram em espaços privilegiados de interacção onde se fomentaram relações de proximidade entre a equipa técnica e algumas famílias que se encontravam em risco psicossocial e que poderiam ter perfil para integrar posteriormente o PIIF. Estas actividades permitiram ainda potenciar conhecimentos em áreas que foram desenvolvidas pelas sessões de grupo do PIIF (focalizadas na vinculação e relação da díade), bem como desenvolver relações de proximidade entre prestadores com características comuns, incrementando redes informais de apoio.

De acordo com os instrumentos de avaliação aplicados, questionários de auto-avaliação dos formandos, foi possível constatar que todos os prestadores de cuidados referiram que as acções de formação superaram as suas expectativas, considerando

muito interessantes e ajustados os seus conteúdos programáticos; na sua maioria propuseram a continuidade das formações e solicitaram essencialmente exemplos práticos com os quais se pudessem relacionar. Sugeriram, ainda, a abordagem de temáticas promotoras da melhoria da relação com os seus filhos, bem como questões associadas ao temperamento dos jovens, adolescência e ocupação e dinamização de actividades de tempos livres.

Podemos afirmar que os pais/prestadores de cuidados se encontravam motivados, demonstrando disponibilidade para uma maior regularidade das acções, situação que foi sendo implementada no último ano de intervenção.

Das *nuanças* elencadas, constatamos que, na generalidade, as famílias viram, de forma gradual, apetrechadas as suas estratégias educativas e relacionais, o que se vislumbrou nos cuidados e atenções evidenciados perante as crianças.

A capacidade auto-avaliativa das famílias foi concordante com a percepção da equipa no que diz respeito às potencialidades e limitações que se levantaram ao longo da acção.

Tendo em conta os objectivos a que nos propusemos, e no que concerne ao objectivo referente a apetrechar os principais cuidadores de competências através da dinamização de acções de formação parental e o universo definido de 50 famílias para o período de 01/03/2008 a 31/12/2010 (sendo que 70% das famílias sinalizadas participam nas acções – objectivo do final de 2010), constatou-se que 59 famílias sinalizadas/acompanhadas participaram nas acções. No que se refere a 70 % das famílias não referenciadas participarem nas acções de formação (indicador para o final de 2010), constatou-se que o universo de 67 (famílias não referenciadas) esteve presente nas acções, no decorrer da intervenção.

Dos 126 prestadores de cuidados integrados nesta actividade, podemos constatar que doze famílias, apesar de sinalizadas, não participaram em nenhuma acção (9,52%), em apenas uma acção participaram sessenta e cinco famílias (51,58%), dezanove em duas acções (15,08%), nove em três acções (7,14%), seis em quatro acções (4,76%), quatro em cinco acções (3,17%), duas em seis acções (1,58%), quatro em sete acções (3,17%), uma em oito acções (0,79%), uma em dez acções (0,79%), uma em doze acções (0,79%), uma em treze acções (0,79%) e uma em quinze sessões (0,79%).

Como referido anteriormente, surge como complemento à metodologia do PIIF a intervenção ao nível domiciliário, tendo sido efectivadas 111 visitas domiciliárias às famílias acompanhadas em PIIF, com o objectivo de perceber/identificar as dinâmicas familiares, fomentar a relação terapêutica entre a díade e técnicos, trabalhar competências educativas necessárias ao exercício das responsabilidades parentais, bem como concretizar as filmagens da interacção da díade em contexto natural.

Salientamos ainda, com o propósito de elencar boas práticas, a construção dos instrumentos de avaliação, de acordo com a intervenção e actividades desenvolvidas, nomeadamente o livro de boas-vindas, o panfleto divulgativo do projecto, a criação do *blog* do projecto, a construção do processo social, das declarações de consentimentos, dos instrumentos de registo e da grelha de registo de interacção de filmagens, a disseminação da metodologia e resultados em congressos nacionais e internacionais, bem como a divulgação em meios de comunicação social. Por outro lado, consideramos que a avaliação instrumental se constituiu como um complemento à intervenção, sendo que esta se baseou no conhecimento efectivo das situações, adquirido através das entrevistas e intervenções ocorridas nos diversos *settings*.

Consideramos, ainda, que o «discurso directo das famílias acompanhadas no decurso de (quase) três anos de intervenção espelha a importância da continuidade do Projecto de Formação Parental «Escola de Pais»: «Depois das sessões de grupo percebi que o meu filho precisa de tempo para brincar»; «Depois de ter estado com as outras mães no grupo, passei a considerá-las como amigas. Muitas vezes estamos juntas fora das sessões»; «A minha relação com a minha filha mudou bastante. Agora passamos mais tempo juntas e fazemos coisas as duas»; «Mudei a maneira de impor as regras. Agora não facilito tanto e tento dar mais recompensas em vez de castigos»; «Agora estou mais confiante como mãe. Estou a par da evolução do meu filho».

Avaliação Externa

Foi considerada a avaliação externa do projecto, tendo sido pertinente solicitar a cooperação de uma avaliadora externa em colaboração com a Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Lisboa. A consulta do relatório permite-nos confirmar que foram determinados os impactos da intervenção implementada junto das famílias beneficiárias da intervenção (díades acompanhadas no âmbito do Programa de Intervenção Individualizada com Famílias – PIIF); dos participantes nas sessões de formação alargada; dos representantes das entidades parceiras; das técnicas e da coordenadora do projecto.

Foram utilizados diversos instrumentos de avaliação psicológica para objectivar as mudanças observadas na qualidade da interacção mãe-criança e nas representações da vinculação dos menores abrangidos. No que concerne às outras dimensões estudadas, foram utilizados inquéritos concebidos especificamente para determinar as perspectivas dos respondentes acerca de dimensões como a concepção e o pla-

neamento, o funcionamento do consórcio, parcerias e equipa técnica do projecto, bem como a implementação, resultados e impactos, dos quais se irão destacar alguns.

Relativamente aos efeitos da intervenção sobre as díades que beneficiaram de PIIF, destacam-se, como já referido, as alterações das representações da vinculação, no sentido da segurança, após a implementação do programa.

No que concerne ao envolvimento das entidades parceiras na avaliação final realizada, responderam ao inquérito cinco entidades, sendo que a análise dos dados permitiu concluir a existência de níveis de envolvimento diferentes entre os parceiros na fase de concepção e planeamento do projecto, destacando-se a participação da Junta de Freguesia de Monte Abraão.

Relativamente à apreciação sobre a concepção do projecto (que contemplou 10 dimensões tais como rigor e exaustividade no diagnóstico ou inclusão de referências nacionais e internacionais quanto a estratégias semelhantes de intervenção), destacaram-se a diversidade dos actores envolvidos, a coerência entre objectivos do projecto e actividades propostas, bem como a adequabilidade do mesmo em função das problemáticas.

Todos os parceiros que participaram na avaliação final do projecto afirmaram que a intervenção correspondeu às expectativas iniciais. Destacam-se os pontos fortes do projecto enunciados por três das entidades, merecendo destaque a dinâmica do projecto, o bom relacionamento entre os parceiros, o bom conhecimento das famílias, a existência de mais um recurso na comunidade, o envolvimento dos participantes, o impacto positivo, a metodologia de intervenção inovadora, a intervenção primária/prevenção e o acompanhamento de proximidade junto das famílias.

A percepção dos parceiros quanto ao impacto do projecto traduziu-se como bastante positiva, concretamente ao nível da consolidação das parcerias locais, do incremento das capacidades de inovação e mudança, do aumento da consciência da comunidade para os Direitos das Crianças, da formação de redes de entajuda e da mobilização da comunidade local para a criação de respostas específicas para crianças e jovens. Por fim, os problemas identificados pelos representantes das entidades parceiras associaram-se a dois factores principais, nomeadamente no que se refere à dificuldade de envolvimento dos destinatários e à resistência dos destinatários à intervenção.

No que concerne à análise da perspectiva das técnicas do projecto, o estudo dos inquéritos permitiu concluir que, do ponto de vista do funcionamento da equipa técnica, foram identificadas como dificuldades a cultura de participação pouco desenvolvida, bem como a dificuldade ao nível da competência de gestão do tempo. Quanto aos pontos fortes identificados, destacaram-se a metodologia, a

relação entre os elementos da equipa e as famílias, a necessidade/pertinência da intervenção, a metodologia centrada em modelo teórico de referência, a resposta a necessidades identificadas no contexto de intervenção, o facto de a metodologia ter presente o critério replicabilidade, a articulação entre parceiros e a relação terapêutica dos técnicos com as famílias. A equipa técnica realçou ainda como pontos fracos a disponibilidade/gestão de tempo, a pouca adesão/reconhecimento da importância do projecto (associados ao abandono da intervenção), a sustentabilidade da intervenção pós-projecto e a diversidade das temáticas abordadas no âmbito das formações parentais alargadas, bem como a não mobilização de profissionais diferenciados/diversificados para a dinamização das respectivas acções, a mobilização alargada de participantes para as sessões de formação parental alargada, a escassez de sinalizações por parte do parceiro Comissão de Protecção de Crianças e Jovens e a participação inconstante das famílias nas sessões de formação parental alargada. Das questões relativas ao impacto do projecto, na perspectiva da equipa técnica salientaram-se o efeito significativo ao nível do desenvolvimento de competências no domínio da intervenção em situações de perigo, o desenvolvimento ou aperfeiçoamento de competências específicas no domínio da vinculação e do seu impacto no desenvolvimento dos indivíduos, a troca de experiências e casos de aprendizagem e a melhoria da capacidade de trabalho em parceria.

A análise global dos impactos da intervenção do Projecto «Escola de Pais» foi enunciada como bastante positiva, quer do ponto de vista dos destinatários específicos (famílias que beneficiaram da intervenção) quer dos técnicos participantes (parceiros e técnicos do projecto). Tal como previsto na fase de candidatura, verificaram-se dificuldades na adesão da população-alvo à intervenção, que, apesar dos esforços da equipa técnica, nem sempre foram possíveis de ultrapassar.

Salienta-se ainda que a necessidade de dar continuidade a este tipo de trabalho com famílias é expressiva, tendo sido manifestada por vários elementos do consórcio.

A metodologia do Projecto «Escola de Pais» constituiu uma resposta diferenciada que se adequa a um número considerável de díades e que demonstrou ter um efeito positivo na qualidade das interacções e na diminuição de comportamentos maltratantes ou negligentes por parte do cuidador principal.

Referências bibliográficas

Ainsworth, M., Bell, S. & Stayton, D., «L'attachement de l'enfant à sa mère», in J. Desportes & A. Vloebergh (eds.), *La recherche en éthologie: Les comportements animaux et humains*, Paris, La recherche, 1979.

- Assembleia Geral das Nações Unidas, Relatório para o estudo das nações unidas sobre violência contra crianças, 2002, retirado em Setembro de 2010 de http://www.unicef.org/protection/index_publications.html
- Assembleia Geral das Nações Unidas, Relatório para o estudo das nações unidas sobre violência contra crianças, 2002, retirado em Setembro de 2010 de www.unicef.org/brazil/Estudo_PSP_Portugues.pdf.
- Benavente, R., *Maus tratos e negligência na infância: Efeitos sobre as representações da vinculação em crianças de idade pré-escolar*, Dissertação de Mestrado não publicada, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, Universidade de Lisboa, 2005.
- Bifulco, A., Brown, G. & Harris, T., «Childhood Experience of Care and Abuse (CECA): A retrospective interview measure», in *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 35, 1994, pp. 1419-1435.
- Bifulco, A., Lillie, A., Ball, B. & Moran, P., *Entrevista de estilos de vinculação (A.S.I): Manual de treino, versão 2 (reduzida)*, Royal Holloway, Universidade de Londres, 1998.
- Bowlby, J., «The influence of early environment in the development of neurosis and neurotic character», in *The International Journal of Psycho-Analysis*, 21, 1940, pp. 154-178.
- Bowlby, J., «The nature of the child's tie to the mother», in *The International Journal of Psycho-Analysis*, 39, 1958, pp. 350-373.
- Bowlby, J., *Attachment and Loss, Vol. 1: Attachment*, New York, Basic Books, 1968.
- Bowlby, J., «Pathological mourning and childhood mourning», in R. V. Frankiel (ed.), *Essential papers on object loss. Essential papers in psychoanalysis* (pp. 185-221), New York, New York University Press, 1994. (Reprinted from *Journal of the American Psychoanalytic Association*, 11, pp. 500-541, 1963).
- Bretherton, I., Ridgeway, D. & Cassidy, J., «Assessing internal working models of the attachment relationship: An attachment story completion task for 3 year-olds», in M. Greenberg, D. Cicchetti & E. Cummings (eds.), *Attachment in the preschool years: theory, research, and intervention*, Chicago, The Chicago University Press, 1990, pp. 273-308.
- Brugha, T., Bebbington, P., Tennant, C. & Hurry, J., «The List of Threatening Experiences: a subset of 12 life event categories with considerable long-term contextual threat», in *Psychological Medicine*, 15, 1985, pp. 189-194.
- Catalano, R. & Hawkins, J., «The social development model: A theory of antisocial-behavior», in J. D. Hawkins (ed.), *Delinquency and crime: Current theories*, New York, NY, Cambridge University Press, 1996, pp. 149-197.

- Coie, J., Watt, N., West, S., Hawkins, J., Asarnow, J., Markman, H., Ramey, S., Shure, M. & Long, B., «The science of prevention: A conceptual framework and some directions for a national research program», in *American Psychologist*, 48, 1993, pp. 1013-1022.
- Convenção dos Direitos da Criança, 1989, retirado em Janeiro de 2009 de www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianca2004.pdf.
- Coutinho, M., «Apoio à família e formação parental», in *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 2004, pp. 55-64.
- Dunn, C. W. & Tucker, C. M., «Black children's adaptive functioning and maladaptive behavior associated with quality of family support», in *Journal of Multicultural Counseling and Development*, 21, 1993, pp. 79-87.
- Farrington, D. P., *Understanding and Preventing Youth Crime*, York, Joseph Rowan-tree Foundation, 1996.
- Farrington, D. P., «Predictors, causes, and correlates of male youth violence», in M. Tonry & M.H. Moore (eds.), *Youth Violence (Crime and Justice: A Review of the Research*, Volume 24), Chicago, University of Chicago Press, 1998, pp. 421-475.
- Farrington, D. P., & West, D.J., «The Cambridge study in delinquent development: A long-term follow-up of 411 London males», in H.J. Kerner & G. Kaiser (eds.) *Criminality: Personality, Behaviour and Life History*, Heidelberg, Springer-Verlag, 1990, pp. 115-138.
- Granot, D. & Mayseless, O., «Attachment security and adjustment to school in middle childhood», in *International Journal of Behavioral Development*, 25, 2001, pp. 530-541.
- Graziano, A. & Diament, D., «Parent behavioral training. An examination of the paradigm», in *Behavior Modification*, 16, 1992, pp. 3-38.
- Greenberg, M., Speltz, M. & DeKlyen, M., «The role of attachment in the early development of disruptive behavior problems» in *Development and Psychopathology*, 5, 1993, pp. 191-213.
- Greenberg, M., «Attachment and psychopathology in childhood», in J. Cassidy & P. Shaver (eds.), *Handbook of Attachment – theory, research and clinical applications*, New York, Guilford Press, 1999, pp. 469-496.
- Grych, J., «Interparental conflict as a risk factor for child maladjustment: Implications for the development of prevention programs», in *Family Court Review*, V. 43, n.º 1, 2005, pp. 97-108
- Hoffman, K., Marvin, R., Cooper, G. & Powell, B., «Changing toddlers' and preschoolers' attachment classifications: The circle of security intervention», in *International Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 74, 2006, pp. 1017-1026.

- Knapp, P. A. & Deluty, R. H., «Relative effectiveness of two behavioral parent training programs», in *Journal of Clinical Child Psychology*, 18(4), 1989, pp. 314-322.
- Loeber, R., Farrington, D. P. & Petechuk, D., «Delinquência Infantil: Intervenção e Prevenção Precoces», in *Infância e Juventude*, 1, 2004, pp. 79-116.
- Luthar, S. S. & Zigler, E., «Intelligence and social competence among high risk adolescents», in *Development and Psychopathology*, 4, 1992, pp. 287-299.
- Marujo, H. A., «As práticas parentais e o desenvolvimento socioemocional: propostas para uma otimização de recursos e de resultados», in H. Marchand & H. R. Pinto (eds.), *Família: Contributos da Psicologia e das Ciências da Educação*, Lisboa, Educa, 1997, pp. 129-141.
- Marvin, R., Cooper, G., Hoffman, K. & Powell, B., «The circle of security project: Attachment-based intervention with caregiver-pre-school child dyads», in *Attachment & Human Development*, 4, 2002, pp. 107-124.
- Olds, D., Henderson, C., Kitzman, H. & Cole, R., «Effects of prenatal and infancy nurse home visitation on surveillance of child maltreatment», in *Pediatrics*, 95, 1995, pp. 365-372.
- Olds, D., Henderson, C., Kitzman, H., Eckenrode, J., Cole, R. & Taterlbaum, R., «The promise of home visitation: Results of two randomized trials», in *Journal of Community Psychology*, 26, 1998a, pp. 5-21.
- Olds, D., Henderson, C., Eckenrode, J., Pettitt, L., Kitzman, H., Cole, B., Robinson, J. & Powers, J., «Reducing risks for antisocial behavior with a program of prenatal and early childhood home visitation», in *Journal of Community Psychology*, 26, 1998b, pp. 65-83.
- Olds, D., Robinson, J., O'Brien, R., Luckey, D., Pettit, L., Henderson, C., Ng, R., Scheff, K., Korfmacher, J., Hiatt, S. & Talmi, A., «Home visiting by paraprofessional and by nurses: A randomized, controlled trial», in *Pediatrics*, 110, 2002, pp. 486-495.
- Olsson, C., Coffey, C., Toumbourou, L., Bond, L., Thomas, L. & Patton, G., «Family risk factors for cannabis use: A population-based survey of australian secondary school students», in *Drug and Alcohol Review*, 22, 2003, pp. 143-152.
- Osterieth, P., *A criança e a família*, Coleção Saber, Publicações Europa-América, 1975.
- Pereira, A., Canavarro, M., Mendonça, D., & Cardoso, M., «Validation of a social support evaluation instrument for school-aged children: The Portuguese version of "My family and friends"», in *Revista Iberoamericana de Diagnóstico e Avaliação Psicológica*, 20, 2005, pp. 105-131.
- Pierce, G., Sarson, B. & Sarason, I., «General and relationship-based perceptions of social support: Are two constructs better than one?», in *Journal of Personality and Social Psychology*, 61, 1991, pp. 1028-1039.

- Radloff, L., «The CES-D Scale. A self-report depression scale for research in the general population», in *Applied Psychological Measurement*, Vol. 1, 1977, pp. 385-401.
- Reid, M., & Landesman, R., *Administration Manual: Dialogues about Families*, 1992.
- Reyno, S. M., & McGrath, P. J., «Predictors of parent training efficacy for child externalizing behavior problems – A meta-analytic review», in *Journal of Child Psychology and Psychiatry*, 47(1), 2006, pp. 99–111.
- Soares, I., *Representação da vinculação na idade adulta e na adolescência*, Braga, Serviço de Publicações do Instituto de Educação e Psicologia, 1996.
- Villas-Boas, M., *Escola e família: Uma relação produtiva de aprendizagem em sociedades multiculturais*, Lisboa, ESE João de Deus, 2001.

8.

**NOVA_MENTE. PROGRAMA
DE PRESERVAÇÃO FAMILIAR
E FORMAÇÃO PARENTAL**

**Ana Vaz
Filipa Mesquita
Nuno Fazenda
Kátia Almeida
Patrícia Sarmiento
Raquel Santiago
Rui Lopes
Sofia Silva
Susana Bernardo**

ENTIDADE PROMOTORA: *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*

EQUIPA TÉCNICA

Kátia Almeida, Mestre em Psicologia do Desporto, supervisora

Susana Bernardo, Mestre em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, coordenadora e reeducadora psicossocial

Sofia Silva, Mestre em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, reeducadora psicossocial (2008-2009)

Filipa Mesquita, Mestre em Psicologia Legal, coordenadora e reeducadora psicossocial

Ana Vaz, Licenciatura em Psicologia do Desporto, reeducadora psicossocial (2010-2011)

Nuno Fazenda, Licenciatura em Psicologia do Desporto, reeducador psicossocial (2010-2011)

Raquel Santiago, Licenciatura em Psicologia Clínica, reeducador psicossocial (2010-2011)

Adelaide Cordovil, Licenciatura em Serviço Social, assistente social

Steven Kozak, Mestre em Recursos Humanos e Educação, consultor técnico

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Amadora

Câmara Municipal da Amadora

Junta de Freguesia da Damaia

Associação “A Voz do Amor” (desde 2009)

Equipa de Crianças e Jovens (ECJ) do Instituto de Segurança Social, da Amadora (desde 2009)

Data de início do projecto: 01/02/2008

Data do termo: 30/04/2011

Resumo

A Pressley Ridge é uma IPSS, fundada em 1832 nos EUA. Presta um conjunto de serviços para crianças e jovens com problemas de comportamento e ajustamento, procurando ajudá-los a encontrar a felicidade, tornarem-se saudáveis e encontrar um lugar na sociedade onde possam alcançar o sucesso.

O «Nova_Mente» é um Programa de Formação Parental e Preservação Familiar da Pressley Ridge, cujos objectivos são contribuir para o desenvolvimento de competências parentais e pessoais, diminuir os factores de risco e aumentar os factores de protecção junto de crianças e jovens e diminuir as institucionalizações.

A formação parental contribui para a aquisição de conhecimentos globais sobre a parentalidade, o desenvolvimento da criança e do adolescente e as problemáticas destas idades, através de sessões semanais. Foram realizadas 42 sessões e participaram 36 famílias.

A Preservação Familiar desenvolve competências parentais e capacita a família, através do acompanhamento intensivo principalmente no lar, com um mínimo de quatro horas por semana ao longo de um tempo médio de nove meses. A taxa de sucesso foi de 70% – das 30 famílias acompanhadas 21 foram bem sucedidas na capacidade de reunir condições para responder às necessidades dos filhos, mantê-los em casa e melhorar a relação com a comunidade.

Abstract

Pressley Ridge was funded in the USA in 1832. As a non-profit organization, Pressley Ridge has been helping troubled and troubling children find joy in life, become healthy and find a place in society where they can be a success.

Nova_Mente is a Pressley Ridge parenting training and family preservation program, that aims to develop parenting and personal skills, decrease risk factors and increase protective factors within at risk kids, while preventing out of home placements.

Parenting training is developed through group week sessions, aimed to promote the acquisition of parenting skills; knowledge about child and youth development stages and developmental problems. A total of 42 sessions were held with 36 families participating.

Family preservation strengthens and develops competencies in parents and empowers families through intensive interventions in the family homes, with a minimal of 4 hours of intervention per week during an average time of 9 months. The

success rate was 70% – 21 out of the 30 families in care were successful about making the necessary changes to respond positively to their kid's needs; keeping their kids in the home and improve the relationship with the community.

Introdução

Apresentação da instituição promotora

A Pressley Ridge é uma organização não governamental internacional sem fins lucrativos fundada em 1832 nos EUA e que presta um conjunto de serviços para crianças com problemas de comportamento e de desenvolvimento, procurando mantê-las junto das suas famílias e nas suas comunidades. Em Portugal existe como Instituição Particular de Solidariedade Social de reconhecida utilidade pública.

A Pressley Ridge tem vindo a servir crianças, jovens e famílias há quase 180 anos por duas razões:

1. Acreditar profundamente no seu potencial independentemente das circunstâncias;
2. Ter o conhecimento e competência para intervir com crianças, jovens e famílias promovendo programas com resultados eficazes e duradouros.

Todos os serviços da Pressley Ridge são guiados por uma filosofia de intervenção comum chamada Reeducação (Hobbs, 1994). Esta baseia-se nos pontos fortes de cada criança e família e assenta na crença de que: a competência pode ser ensinada; a mudança é possível; o desenvolvimento de relações de confiança com adultos dedicados e afectuosos é o factor decisivo na mudança da vida de crianças com graves distúrbios.

Os técnicos da Pressley Ridge que trabalham no terreno são designados Reeducadores Psicossociais (REP). Esta terminologia assenta na filosofia da Reeducação (Hobbs, 1994) e na prática dos seus princípios.

A presença da Pressley Ridge em Portugal faz-se sentir de diversas formas há mais de 20 anos através do apoio, formação e supervisão a organizações governamentais e não governamentais; da formação académica (curso de pós-graduação em Intervenção Psicossocial a favor de crianças, jovens e famílias em Parceria com a Universidade Lusófona em 1998/1999; curso de Mestrado em Estudos da Criança com Especialização em Intervenção Psicossocial com crianças, jovens e famílias, em parceria com o Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho – 2004/2007) e do desenvolvimento de programas de competências para crianças, jovens e suas famílias.

Os profissionais da Pressley Ridge têm formação, supervisão, acompanhamento e são desafiados diariamente para que possam fazer o melhor que sabem pelas crianças e jovens em risco e suas famílias.

Internacionalmente a Pressley Ridge serve por ano cerca de 7000 crianças e jovens. Em Portugal, a Associação trabalha com cerca de 300 crianças e jovens e 200 famílias nos concelhos da Amadora, Alcácer do Sal, Sintra e Sines.

Os principais objectivos da Pressley Ridge em Portugal são:

- Promover a adaptação e integração social de crianças e jovens com problemas de comportamento e ajustamento;
- Promover a saúde mental e prevenir comportamentos de risco, através da prevenção selectiva e do treino de competências socioemocionais.

Presentemente, em Portugal, os eixos de actuação da associação são programas comunitários de desenvolvimento de competências socioemocionais, formação parental, preservação e reunificação familiar e formação para profissionais.

Fundamentação da candidatura e linhas gerais do projecto

Existe actualmente no nosso país uma carência de respostas em meio comunitário para o acompanhamento de famílias que enfrentam dificuldades na educação e promoção do desenvolvimento dos seus filhos. Estes ficam expostos a vários factores de risco como o abandono escolar, a gravidez na adolescência, o consumo de substâncias psicoactivas, o suicídio juvenil e a prática de actos delinquentes (*Center for Substance Abuse and Prevention, 2002*).

O relatório anual de avaliação da actividade das comissões de protecção de crianças e jovens relativo ao ano de 2006 revelou que o apoio junto dos pais é a medida de promoção e protecção aplicada na maior parte dos casos, privilegiando a manutenção da criança/jovem no seu meio familiar (79,4% dos casos).

As problemáticas mais detectadas, transversais a todas as faixas etárias, são a negligência, a exposição a modelos de comportamento desviante e os maus-tratos psicológicos e físicos.

Houve a reabertura de 62,2% dos processos em 2006, por reincidência da mesma situação.

Estes dados dão-nos conta de que é necessária a existência de programas de intervenção focados na preservação familiar com um grau de intensidade e frequência elevado relativamente aos acompanhamentos, direccionados para a capacitação dos pais/encarregados de educação, para a diminuição dos factores de risco e promoção dos factores de protecção.

O Programa «Nova_Mente» tem como principal meta contribuir para o desenvolvimento de competências parentais e pessoais, para o aumento dos factores de protecção junto de crianças e jovens em risco e para a diminuição de institucionalizações através da preservação familiar e da formação parental.

O programa contempla duas grandes áreas de intervenção – a formação parental e a preservação familiar:

A **Formação Parental** tem como principais objectivos contribuir para a aquisição de conhecimentos sobre: 1) o papel dos cuidadores e práticas parentais; 2) o desenvolvimento da criança e do adolescente; 3) as problemáticas e desafios característicos destas idades; 4) as principais necessidades dos seus educandos; e 5) competência cultural e integração social.

A **Preservação Familiar** segue o modelo da Pressley Ridge nas intervenções na comunidade com as famílias, sendo o principal objectivo fortalecer as suas competências, com o intuito de evitar a institucionalização das crianças/jovens. As famílias são colaboradoras na identificação dos objectivos e na implementação das intervenções, e são igualmente participantes activos em todas as fases do processo. As metodologias incluem: a) avaliação da família através da identificação dos seus pontos fortes e necessidades; b) realização de uma intervenção/apoio flexível e individualizado de forma a atingir os objectivos estabelecidos pela família, crianças/jovens e equipa; c) integração desta intervenção com outras que possam estar já em curso; d) ajudar a família a desenvolver uma rede de apoios naturais e recursos na comunidade de forma a manter esses apoios após o fim da intervenção.

Enquadramento

Base teórica da intervenção desenvolvida

A intervenção desenvolvida no Programa «Nova_Mente» assentou essencialmente em cinco modelos teóricos: a Abordagem Ecológica de Bronfenbrenner (1979), o Modelo Terapêutico Familiar Estrutural Ecosistémico de Lindblad-Goldberg, Dore e Stern (1998), o Modelo de Reeducação de Nicholas Hobbs (1994) e o Modelo Psicoeducativo de Intervenção na Crise (*Life Space Crisis Intervention*) de Long e Fecser (2001).

De acordo com a Abordagem Ecológica de Bronfenbrenner (1979), o desenvolvimento humano faz-se através da constante interacção de quatro sistemas fundamentais: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema. Assim, e pensando a criança como alvo da intervenção, o microsistema representa

as relações face a face que ela estabelece e que possuam estabilidade ao nível temporal (e.g. família). O mesossistema, segundo Bronfenbrenner (1979) o entendeu, refere-se à interacção que a criança estabelece com os contextos que lhe são mais próximos, bem como às interacções que esses contextos estabelecem entre si (e.g. escola, família, vizinhos). No exossistema não há relações face a face, mas há uma influência indirecta no comportamento e desenvolvimento da criança (e.g. autarquia, organizações do bairro, emprego dos pais). Por fim, o macrosistema diz respeito ao contexto sociocultural no qual a criança se insere e à forma como indirectamente influencia o seu desenvolvimento (e.g. cultura, valores, ideologias, Estado). Para Bronfenbrenner (1979) todos os sistemas são permeáveis e estão em contacto constante. Assim, mesmo que não se intervenha em todos os sistemas, torna-se crucial reconhecer a sua existência e influência para a explicação de qualquer fenómeno, nomeadamente o das dinâmicas familiares, do risco e do perigo.

A teoria ecológica tem vindo a ser actualizada, destacando-se aqui o estudo de Bronfenbrenner e Morris (1998), que propõem um novo construto designado *processos proximais*. Os processos proximais são entendidos pelos autores como formas particulares de interacção entre a criança e o seu ambiente, que não operam no vazio, mas sim num determinado contexto, sobre um determinado processo e ao longo de um determinado tempo. Surgem então quatro aspectos multidireccionais e inter-relacionados (pessoa, processo, contexto e tempo), sendo necessário reconhecer que o contexto de desenvolvimento da criança e da sua família é simultaneamente influenciado e influencia múltiplos elementos que integram um todo social, os quais podem variar ao longo do tempo e do espaço (Bronfenbrenner & Morris, 1998).

Assente na abordagem ecológica, outro modelo que serviu de base ao Programa «Nova_Mente» foi o Modelo Terapêutico Familiar Estrutural Ecosistémico (Lindblad-GoIdberg, Dore & Stern, 1998), cujos objectivos são: a) reduzir os incidentes que podem conduzir à retirada das crianças/jovens do seu ambiente familiar e à institucionalização; b) aumentar as competências da família para lidar com crianças/jovens com distúrbios emocionais graves (conceito de *empowerment*); e c) aumentar a «funcionalidade psicossocial» de todos os membros da família, incluindo as crianças/jovens com distúrbios emocionais. Segundo Lindblad-GoIdberg, Dore & Stern (1998), este modelo assume vários princípios, dos quais destacamos: a) todo o comportamento é uma forma de comunicação dentro de um contexto cultural definido; b) a causalidade é um fenómeno circular e não linear; c) os membros de uma família relacionam-se entre si de uma forma padronizada que é observável e previsível; d) os modelos familiares são replicados nos ecossistemas envolventes;

e) os indivíduos são naturalmente competentes, embora os modelos problemáticos de interação possam inibir a expressão dessa competência; f) a mudança na estrutura familiar contribui para a mudança de comportamento dos membros dessa família; g) a família é o seu próprio melhor recurso para a mudança. Para além dos aspectos referidos anteriormente, este modelo permite observar directamente a criança/jovem e sua família a interagir no seu ambiente natural.

Salienta-se aqui a importância do princípio enunciado acima sobre a competência natural dos indivíduos. De facto, este princípio está presente em todo o trabalho desenvolvido pela Pressley Ridge, pois relaciona-se fortemente com o Modelo de Reeducação de Nicholas Hobbs (1994). A reeducação é uma abordagem baseada não em princípios psicodinâmicos mas em princípios educativos, psicológicos e ecológicos. Procura ajudar as crianças em contextos tão próximos do natural quanto possível, fortalecendo os sistemas de suporte, reduzindo as discordâncias entre os sistemas e ajudando as crianças a aprender a fazer uso de recursos afectivos, formativos e disciplinares normais. Enunciam-se de seguida os doze princípios da reeducação de Nicholas Hobbs (1994, citado por Almeida, 2008):

1. A vida é para ser vivida agora, não no passado e vivida no futuro somente como um desafio do presente;
2. A confiança entre a criança e o adulto é essencial, é o fundamento em que se baseiam todos os outros princípios, o que dá consistência ao ensino e aprendizagem em conjunto, o ponto de partida da reeducação;
3. A competência faz a diferença; as crianças e os adolescentes necessitam de ser ajudados a serem bons em alguma coisa, especialmente nos trabalhos escolares.
4. A adolescência é um período de desenvolvimento em que existem profundas transformações. Neste período o tempo é um aliado, contribuindo para o crescimento individual;
5. O auto-controlo pode ser ensinado e a criança/adolescente ajudados a gerir o seu próprio comportamento, sem o desenvolvimento de profundos conhecimentos psicodinâmicos; os sintomas podem e devem ser controlados directamente, não necessitando de uma terapia formal;
6. As competências cognitivas das crianças/adolescentes podem ser consideravelmente aumentadas: podem aprender competências genéricas na orientação das suas vidas, bem como estratégias para lidarem com a complexa variedade de exigências que lhes são colocadas pela família, pela escola, pela comunidade ou por um emprego. Por outras palavras, a inteligência pode ser estimulada;

7. Os sentimentos devem ser alimentados, partilhados espontaneamente, controlados quando necessário, expressados quando demasiado reprimidos e explorados com os outros em quem confiamos;
8. O grupo é muito importante para o jovem, e pode tornar-se na principal fonte de aprendizagem e crescimento;
9. As cerimónias e rituais dão ordem, estabilidade e confiança às crianças e jovens cujas vidas muitas vezes são uma considerável confusão e desordem;
10. O corpo é a armadura do Eu, o Eu físico em torno do qual é construído o Eu psicológico;
11. Viver em comunidade é muito importante para as crianças e jovens, mas o uso e benefícios desta vivência devem ser experimentados para serem aprendidos;
12. No crescimento, a criança deve sentir alguma alegria em cada dia e olhar para a frente com esperança face aos acontecimentos do amanhã.

O Modelo de Reeducação de Nicholas Hobbs (1994) foi desenvolvido como resposta às necessidades de intervenção terapêutica com crianças e jovens com distúrbios emocionais e problemas de comportamento. Em muitos momentos do trabalho com estas crianças e jovens, assim como com as suas famílias, onde frequentemente se verifica a existência de situações de risco e perigo, é necessário intervir em crise. Assim, a metodologia do Programa «Nova_Mente» assentou também no Modelo Psicoeducativo de Intervenção na Crise de Long e Fecser (2001) – *Life Space Crisis Intervention*.

Este modelo é dirigido a crianças e jovens com um padrão de comportamento autodestrutivo, providenciando-lhes acompanhamento terapêutico individual. O modelo encara os problemas ou incidentes *stressores* como oportunidades para a aprendizagem, crescimento e mudança, utilizando uma abordagem multidisciplinar à gestão do comportamento e resolução de problemas. No âmbito do Programa «Nova_Mente», o Modelo Psicoeducativo de Intervenção na Crise (Long & Fecser, 2001) foi estendido à intervenção com famílias, mantendo os seus objectivos originais:

1. Desenvolver uma relação de confiança entre o terapeuta e a criança/jovem/família (aliança terapêutica);
2. Facilitar o estabelecimento de relações de ajuda entre a criança/jovem/família e outros adultos significativos;
3. Ajudar a criança/jovem/família a compreender o seu padrão de comportamento autodestrutivo, o seu discurso interno e os seus sentimentos;
4. Ajudar a criança/jovem/família no desenvolvimento de competências sociais e pessoais;

5. Ensinar a criança/jovem/família a aceitar a responsabilidade pelos seus comportamentos;
6. Melhorar o ajustamento social da criança/jovem/família, facilitando a transferência das competências aprendidas;
7. Aumentar a estabilidade emocional da criança/jovem/família;
8. Ajudar os adultos que interagem com a criança/jovem/família a ganhar uma maior compreensão dos seus comportamentos, apontando algumas estratégias de intervenção.

Metodologia

O projecto contemplou duas acções, a Formação Parental e a Preservação Familiar, através das quais procurou contribuir 1) para o desenvolvimento de competências parentais e pessoais; 2) para o aumento dos factores de protecção; e 3) para a diminuição de institucionalizações das crianças e jovens.

Mais especificamente, a Formação Parental destinou-se às famílias residentes no concelho da Amadora e teve como objectivo específico que 70% das famílias adquirissem conhecimentos sobre: 1) o seu papel e práticas parentais; 2) o desenvolvimento da criança e do adolescente; 3) as problemáticas e desafios característicos destas idades; 4) as principais necessidades dos seus educandos; e 5) competência cultural e integração social.

A Preservação Familiar seguiu o modelo da Pressley Ridge (PR) de intervenção com comunidades e famílias, sendo o principal objectivo fortalecer as suas competências com o intuito de evitar a institucionalização das crianças/jovens. Os objectivos específicos da Preservação Familiar foram: 1) 70% das crianças e jovens das famílias que participam no programa mantêm-se em casa, sendo a família capaz de reunir grande parte das condições necessárias para a resposta adequada às necessidades dos seus filhos/educandos; 2) 60% das famílias autonomizam-se na sua capacidade para responder às necessidades dos filhos, manter rotinas no lar, gerir as prioridades e recursos e procurar apoio junto dos serviços da comunidade; e 3) 70% das famílias diminuem os seus factores de risco (como a negligência e os maus tratos) e aumentam os seus factores de protecção.

Ao longo do projecto participaram 52 famílias, o que correspondeu a 68 pais/cuidadores e 138 crianças e jovens. As famílias foram sinalizadas para participar no programa por diversas entidades, sendo que a maioria (81%) tinha processo na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) ou na Equipa de Crianças e Jovens

da Segurança Social (ECJ), ambas da Amadora. Para a grande maioria das crianças e jovens pertencentes a estes agregados familiares, as medidas aplicadas na CPCJ ou ECJ foram de apoio junto dos pais ou de outro familiar (93%), enquanto apenas uma minoria (7%) se encontrava com medida de acolhimento institucional.

Considera-se que todas as famílias apoiadas eram famílias carenciadas, apesar de apenas 33% beneficiarem do Rendimento Social de Inserção.

As problemáticas que sustentaram o encaminhamento destas famílias para o projecto foram de diversa ordem, nomeadamente a má ou inexistente relação dos pais/encarregados de educação com a escola, absentismo escolar, problemas de higiene, negligência familiar, pequenos crimes (furtos) e comportamentos disruptivos dos filhos.

No âmbito da Formação Parental as actividades desenvolvidas tiveram uma periodicidade semanal, tendo-se realizado um total de 42 sessões, que corresponderam a 14 sessões de duas horas por ano. As metodologias utilizadas foram muito práticas, privilegiando-se métodos da educação vivencial e *role-playing*, bem como a participação activa das famílias nos conteúdos da formação. Foi igualmente deixado um espaço em aberto para a reflexão, para a dinamização de temas propostos pelas famílias e para o convite a pessoas externas para dinamizar alguns conteúdos específicos. Em cada sessão estiveram presentes um formador (de um total de 16, entre técnicos da PR e de entidades parceiras) e dois reeducadores psicossociais. Todos estes técnicos e profissionais dinamizaram sessões de educação parental, abordando temas como: desenvolvimento da criança/adolescente e desafios e problemáticas características de cada idade, educação dos filhos, relação pais-filhos, estilos parentais, práticas parentais positivas, violência familiar, regras em casa, *bullying*, comportamentos adequados e inadequados, educação para a cidadania, valores morais, competência cultural e adaptabilidade/integração social, relação escola-família, cuidados básicos de saúde, nutrição, saúde infantil, vida no lar, orçamento familiar, planeamento familiar. Realizaram-se ainda sessões lúdicas para valorização pessoal dos pais e mães participantes, bem como sessões lúdicas para pais e filhos.

No âmbito da Preservação Familiar as famílias colaboraram na identificação dos objectivos e na implementação das intervenções enquanto participantes activos em todas as fases do processo. As metodologias incluíram: a) avaliar a família através da identificação dos seus pontos fortes e necessidades; b) intervir de modo flexível e individualizado de forma a atingir os objectivos estabelecidos pela família, crianças/jovens e equipa; c) integrar esta intervenção com outras já em curso; d) ajudar

a família a desenvolver uma rede de apoios naturais e recursos na comunidade de forma a manter esses apoios após o fim da intervenção.

A Preservação Familiar acompanhou um total de 30 famílias e cumpriu determinados requisitos com o intuito de garantir a credibilidade e eficácia da intervenção. Para tal, a) procurou-se formar e preparar equipas multidisciplinares de dois técnicos que visitaram as famílias no seu domicílio numa média de três a cinco vezes por semana (somando um total de quatro a oito horas por família, por semana); b) cada equipa teve a seu cargo quatro a oito famílias de cada vez; c) realizou-se uma reunião mensal com a família no sentido de analisar os progressos segundo o método de formulação de objectivos; d) a intervenção intensiva junto da família durou entre três a nove meses (sendo que duas famílias foram acompanhadas durante cerca de 27 meses).

A equipa técnica, para além de trabalhar com a família em sua casa, fez também visitas à escola, participou com a família em eventos recreativos, culturais e/ou desportivos da comunidade, acompanhou processos a decorrer no Tribunal, supervisionou outras visitas e colaborou com técnicos de outras entidades que trabalhavam com a família ou que eram importantes para o seu processo (CPCJ; ECJ; entre outros). Embora a criança/jovem seja identificada como o principal alvo de intervenção, a equipa trabalhou com a família no seu todo para manter a criança/jovem em casa.

De um modo mais detalhado, a preservação familiar incluiu:

1. *Avaliação das necessidades* numa perspectiva ecológica – identificação das expectativas e desejos da família, dos seus pontos fortes e áreas de competência, da dinâmica e estrutura familiar, do papel de cada um dos elementos do agregado, das dificuldades e estratégias usadas anteriormente para a sua resolução, dos recursos disponíveis e os necessários da família e do meio envolvente, assim como dos factores de risco;
2. *Gestão de caso* – elaboração de planos de intervenção individualizados para cada família (centrados nos pontos fortes, ou seja, a capacidade para reconhecer os pontos fortes da criança e família durante o processo de familiarização, havendo uma sensibilidade dos técnicos em não se centrarem apenas nas necessidades mas no que já está a funcionar no agregado. Esses pontos fortes são canalizados para situações onde se irá promover o sucesso, desenvolver competências e estimular relações positivas); identificação do papel de todos os membros da família; elaboração de contratos comportamentais; identificação de acções necessárias, responsabilidades e método a usar para a sua concretização; elaboração de um cronograma; identificação de formas de avaliação do progresso;

- formulação de objectivos; gestão do funcionamento do lar (higiene, segurança, organização/gestão, alimentação);
3. *Intervenção terapêutica* – terapia focada na solução, terapia cognitivo-comportamental e sistémica; *coaching*; treino da adaptabilidade sociocultural, treino de competências recreativas e de práticas parentais positivas; assertividade; controlo da raiva; competências comunicativas e estratégias de *coping*; e dinâmica familiar (rotinas, papéis, disciplina, relações interpessoais, expectativas, responsabilidades, regras, desejos/ambições);
 4. *Intervenção na crise* – acesso à equipa técnica por telefone 24 horas por dia, sete dias por semana;
 5. *Serviços de apoio à família* – o acompanhamento da família (ou de alguns dos seus elementos) a locais como a escola, o centro de saúde e as finanças; o contacto com todas as outras entidades/organizações (e.g. CPCJ; ECJ; tribunal) que têm o processo da família e um papel determinante nas decisões relativas ao futuro das crianças/jovens;
 6. *Avaliação de resultados* – a avaliação frequente, com a família, da intervenção, para se conhecer os progressos e proceder-se às reestruturações necessárias ao plano de intervenção individualizado.

Com vista à avaliação dos resultados alcançados pelas acções do projecto, procurou-se aceder a dados relativos não apenas à satisfação dos envolvidos, como também das competências desenvolvidas pelas famílias, tendo em conta os objectivos definidos. Assim, e assentando essencialmente na aplicação de questionários e realização de entrevistas/*focus groups*, avaliou-se os índices de satisfação das famílias, dos técnicos e dos parceiros participantes no projecto.

Para avaliação do cumprimento dos objectivos propostos, junto das famílias avaliou-se o impacto do projecto ao nível das competências desenvolvidas pelos pais ou outros cuidadores, assim como pelas crianças e jovens. Seguindo uma metodologia de avaliação longitudinal, aplicaram-se questionários antes e após a intervenção da equipa. Junto dos técnicos realizaram-se *focus groups* para avaliação do projecto e aplicaram-se questionários para avaliação da qualidade da formação e da supervisão recebida, bem como dos estágios de formação realizados na Pressley Ridge norte-americana. Por fim, junto dos parceiros foram aplicados questionários de avaliação da percepção da qualidade e impacto da actividade desenvolvida pela equipa.

Considera-se que o impacto do projecto foi bastante significativo. De facto, todos os objectivos definidos foram alcançados e todas as áreas avaliadas apresentaram resultados positivos.

Considera-se ainda que o sucesso nos resultados alcançados esteve muito directamente ligado ao trabalho em equipa transdisciplinar que foi desenvolvido desde o início da acção. A equipa, constituída por psicólogos, assistentes sociais e psicopedagogos, com experiência e formação em intervenção comunitária com crianças, jovens e famílias em situação de risco, e em articulação interna constante e em parceria com a CPCJ, a ECJ e outras entidades com competência em matéria de infância e juventude, acompanhou e apoiou de muito perto e em permanência as famílias participantes no projecto. O Modelo Terapêutico Familiar Estrutural Ecosistémico (Lindblad-GoIdberg, Dore & Stern, 1998) que esteve na base da acção, apesar de desenvolvido num país estrangeiro de cultura díspar da portuguesa, demonstrou ser muito eficaz na intervenção com as crianças, jovens e famílias participantes no projecto.

Ao longo do projecto os técnicos beneficiaram de oito acções de formação em áreas tão diversas como intervenção na crise (*Life Space Crisis Intervention*), intervenção com crianças e jovens em risco (*Trilhos para a Capacidade de Resposta*), violência doméstica e educação vivencial, entre outras. Todos os técnicos apresentaram índices de satisfação globalmente positivos nas acções de formação e aumentaram os seus conhecimentos sobre os temas abordados no final das acções. Todos os temas/conteúdos abordados se revelaram como sendo de grande importância para o alcance dos objectivos ao nível do trabalho com as famílias.

Para além da formação contínua, a equipa beneficiou de supervisão técnica semanal do seu trabalho ao longo do projecto. A supervisão funcionou essencialmente como um espaço para a organização de conteúdos e conceitos, o crescimento profissional dos técnicos, a orientação das práticas e a consequente melhoria da intervenção. Toda a equipa referiu satisfação com a supervisão e apoio do consultor técnico pertencente à Pressley Ridge norte-americana. Mais especificamente, verificaram-se elevados níveis de satisfação com os conteúdos abordados nas sessões, o desenvolvimento dado às sessões e às dinâmicas realizadas, o desempenho do supervisor, o funcionamento dos profissionais no grupo de supervisão, bem como a postura individual de um dos membros da equipa nas sessões.

Foram ainda realizados três estágios de formação com a duração de dois meses para os técnicos da equipa na Pressley Ridge, nos Estados Unidos da América, no início da implementação do projecto.

Todo este investimento no desenvolvimento de competências da equipa revelou-se crucial para a qualidade do trabalho desenvolvido, tendo sido todos os objectivos de aprendizagem dos técnicos estabelecidos no seu plano profissional individual alcançados no final do projecto.

O trabalho desenvolvido em parceria foi também fundamental para o sucesso da intervenção. Referem-se de seguida as principais parcerias e respectivos objectivos:

- Junta de Freguesia da Damaia – a Pressley Ridge presta um serviço especializado junto da população de âmbito na intervenção da Junta de Freguesia da Damaia (JFD). Estas intervenções acontecem nas instalações da JFD e há um trabalho de equipa ao nível da gestão e partilha de recursos humanos, materiais e financeiros;
- Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Amadora – sinalização de famílias para o projecto; acompanhamento e apoio ao nível de esclarecimento e obtenção de respostas/recursos em situação de emergência;
- Câmara Municipal da Amadora – apoio financeiro para o funcionamento da Loja Social da JFD; apoio na cedência de espaço para a sede da Pressley Ridge;
- Associação A Voz do Amor – apoio financeiro e material para a satisfação de necessidades básicas das famílias; encaminhamento de novas sinalizações; apoio e colaboração em sessões de formação parental;
- Equipa de Crianças e Jovens da Segurança Social da Amadora – sinalização de famílias para o projecto; apoio em termos de aconselhamento dos procedimentos adequados a seguir em situações específicas.

Para além destas entidades, foram também de grande importância para o sucesso da intervenção da PR as parcerias estabelecidas com o Gabinete de Inserção Profissional da Junta de Freguesia da Damaia, o Centro de Saúde da Amadora (extensões da Damaia e Reboleira), o Agrupamento de Escolas Dr. Azevedo Neves, o Hospital Fernando Fonseca (Amadora-Sintra), a PSP da Damaia e da Reboleira (incluindo a equipa da Escola Segura) e o Gabinete de Acção Social da Câmara Municipal da Amadora. A PR integra ainda a Rede Social da Amadora, o que possibilita uma articulação mais eficaz com os parceiros locais.

Apresentação de Resultados

Todos os resultados definidos como objectivos do projecto foram alcançados, tendo inclusivamente alguns sido amplamente ultrapassados.

Relativamente à Formação Parental verificou-se um elevado grau de participação das famílias nas sessões e a criação de uma rede de suporte social. De facto, as relações criadas entre os elementos dos grupos de formação foram bastante fortes, o que permitiu às famílias um apoio mútuo para além dos momentos de formação propriamente ditos. As famílias demonstraram grande interesse na obtenção

de informação e esclarecimentos sobre aspectos da parentalidade, com grande ênfase na relação com a escola (relação com professores e com a Direcção Executiva; disciplina; estratégias educativas parentais; etc.) e no desenvolvimento infantil (características da infância e da adolescência; comportamentos desadequados; etc.).

Houve um investimento da equipa na valorização destes pais e mães, pois considera-se que estes, ao sentirem-se valorizados e compreendidos, vão sentir-se mais confiantes (com melhor auto-estima), e, por sua vez, vão transferir esses sentimentos positivos naquilo que fazem e na forma como comunicam e interagem com os seus filhos. O desenvolvimento desta auto-estima, aliada à relação de confiança criada com os técnicos, permitiu desbloquear pedidos de ajuda das próprias famílias para resolução de problemas existentes: emprego, dificuldades na gestão do comportamento dos filhos, entre outros. Assim, por um lado encara-se como significativo o impacto da intervenção dos técnicos com as famílias, pois criou-se nestes pais e mães a necessidade de informação e apoio. Por outro lado regista-se uma evolução significativa da qualidade de interacção familiar nas famílias acompanhadas, cuja motivação para a mudança, após a criação da necessidade, aumentou e reflectiu-se na implementação de estratégias educativas, discutidas nas sessões, por parte dos pais na gestão doméstica e na relação com os seus filhos.

Ao longo das sessões as famílias foram demonstrando grande interesse e bons índices de participação. Entre outros, consideram-se como indicadores do aumento da qualidade de interacção familiar: (1) o aumento do número de participação de casais; e (2) a satisfação e benefícios referidos pelos participantes ao longo da acção, ao nível da aprendizagem de novas estratégias para lidar com os seus filhos (nomeadamente, uma comunicação positiva com os filhos, evitando a punição física face à indisciplina), da sua valorização pessoal e também do desenvolvimento de uma rede de suporte entre famílias.

Foi sempre deixado um espaço em aberto para a reflexão, para a dinamização de temas propostos pelas famílias através do levantamento de necessidades no início de cada grupo de formação. As sessões foram depois planeadas em função da planificação inicial e das necessidades diagnosticadas. Em cada sessão as dúvidas que as famílias colocavam iam sendo registadas, convidando-se profissionais para dinamizar sessões destinadas a abordar conteúdos específicos solicitados pelas famílias e que se encontravam fora do domínio técnico da equipa, nomeadamente: compras e pagamentos *online*, orçamentos familiares, gestão do tempo, entre outros.

Tal como inicialmente definido na candidatura, as metodologias utilizadas nas sessões de formação foram muito práticas, privilegiando métodos da educação vivencial e *role-playing* e a participação activa das famílias nos conteúdos da for-

mação. Este foi precisamente um dos aspectos que os pais/cuidadores avaliaram positivamente (exercícios práticos e utilidade prática da intervenção).

Como resultado indirecto da acção Formação Parental, procurou-se desde início originar uma rede de suporte social entre as famílias participantes. A frequência e intensidade das 14 sessões de periodicidade semanal permitiram precisamente fortalecer os laços entre as famílias e também entre técnicos e famílias, assim como dar maior continuidade aos temas abordados. Esta dinâmica veio fortalecer os laços entre os diferentes intervenientes, garantir maior assiduidade dos pais/cuidadores e maior sentimento de pertença ao grupo, e também melhorar as práticas educativas e cuidados prestados aos seus educandos.

Na acção Preservação Familiar, verificaram-se resultados positivos relativamente a todos os objectivos propostos, nomeadamente:

- 86% das famílias mantiveram-se na acção até ao final;
- 67,6% das famílias cumpriram o definido nos seus planos de intervenção individualizados;
- 89% das crianças e jovens permaneceram em casa no final da intervenção da equipa (90% no *follow-up*, ou seja, dois meses após a intervenção);
- 89% dos pais ou outros cuidadores reduziram os seus comportamentos de mau trato e negligência.

Em praticamente todas as dimensões avaliadas, as crianças e jovens revelaram melhorias, tanto quando avaliados pelos seus familiares como quando avaliados pela equipa, e até ao avaliarem-se a si próprios. De facto, quando avaliadas pela sua família as crianças/jovens revelaram um aumento de cerca de 22% do seu ajustamento comportamental; quando avaliadas pela equipa, revelaram um aumento de cerca de 24% do seu ajustamento comportamental; e na sua auto-avaliação consideraram um aumento de cerca de 30% desse ajustamento. Mais especificamente, a dimensão em que se obteve uma percentagem mais significativa de aumento de comportamentos considerados pela escala como sendo «dentro da norma» foi a dimensão hiperactividade, ou seja, houve uma diminuição significativa dos comportamentos de hiperactividade das crianças/jovens – sobretudo quando avaliados pela sua família (25%) e por si próprios (75%).

Por outro lado, a dimensão em que se obteve uma percentagem mais significativa de diminuição de comportamentos considerados pela escala como «no limite» ou «fora da norma» foi a dimensão comportamento pró-social, ou seja, houve um aumento significativo do comportamento socialmente adequado por parte destas crianças e jovens – sobretudo quando avaliados pela sua família (80%) e por si próprios (50%).

Figura 1. Número de crianças cujos comportamentos se situam «dentro da norma» (avaliados pelo Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ).

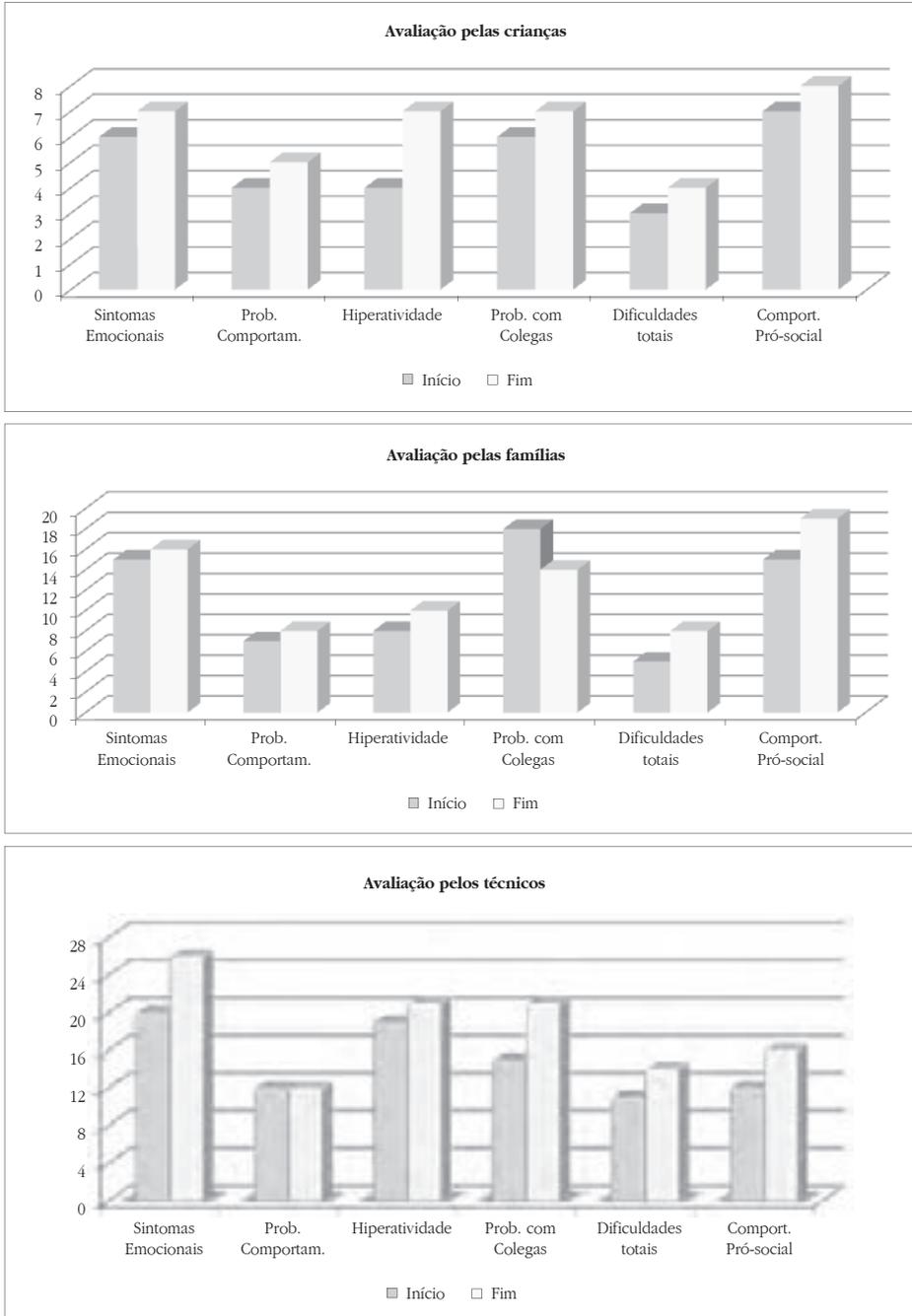
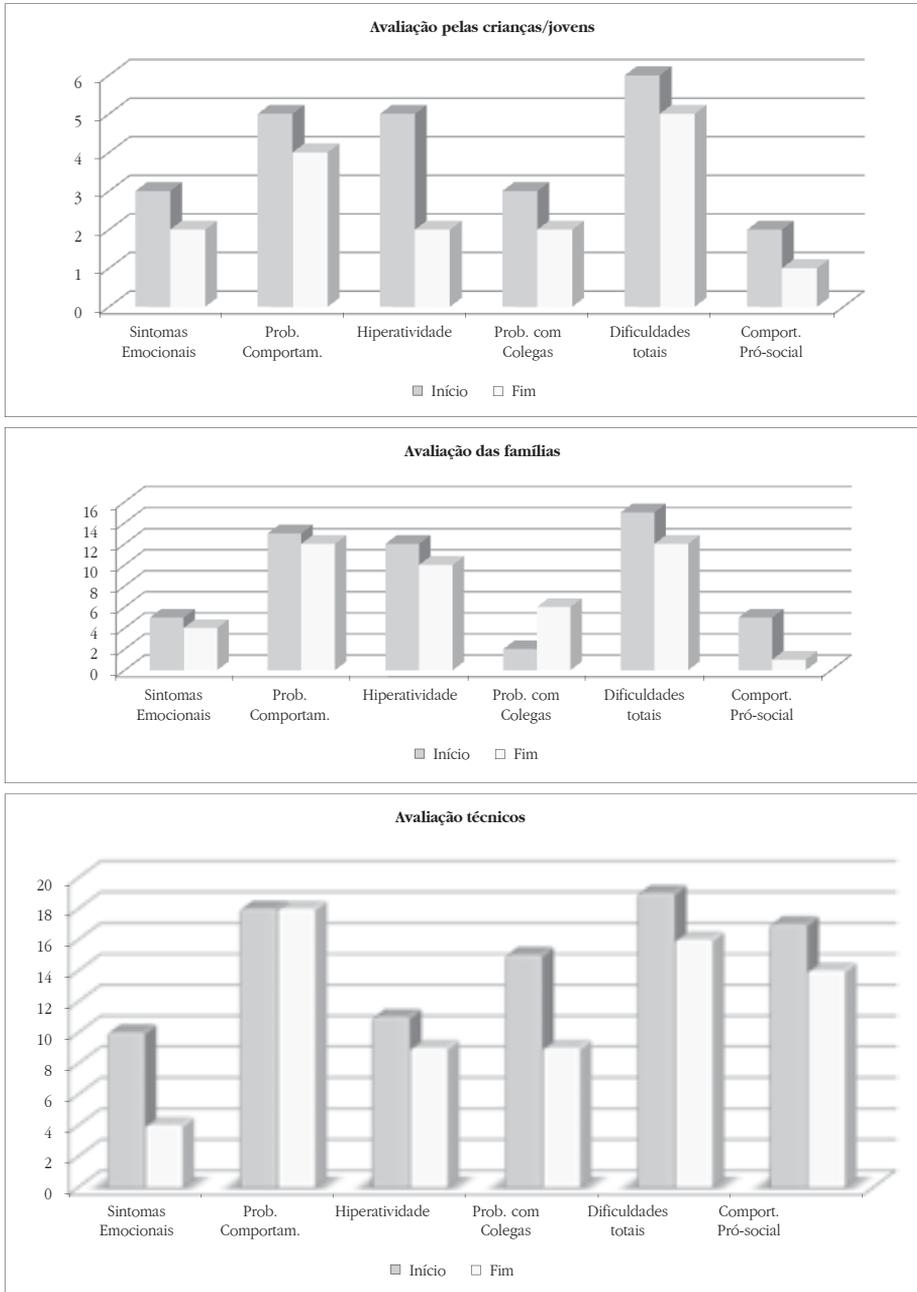


Figura 2. Número de crianças cujos comportamentos se situam «no limite» e «fora da norma» (avaliados pelo Questionário de Capacidades e Dificuldades – SDQ).



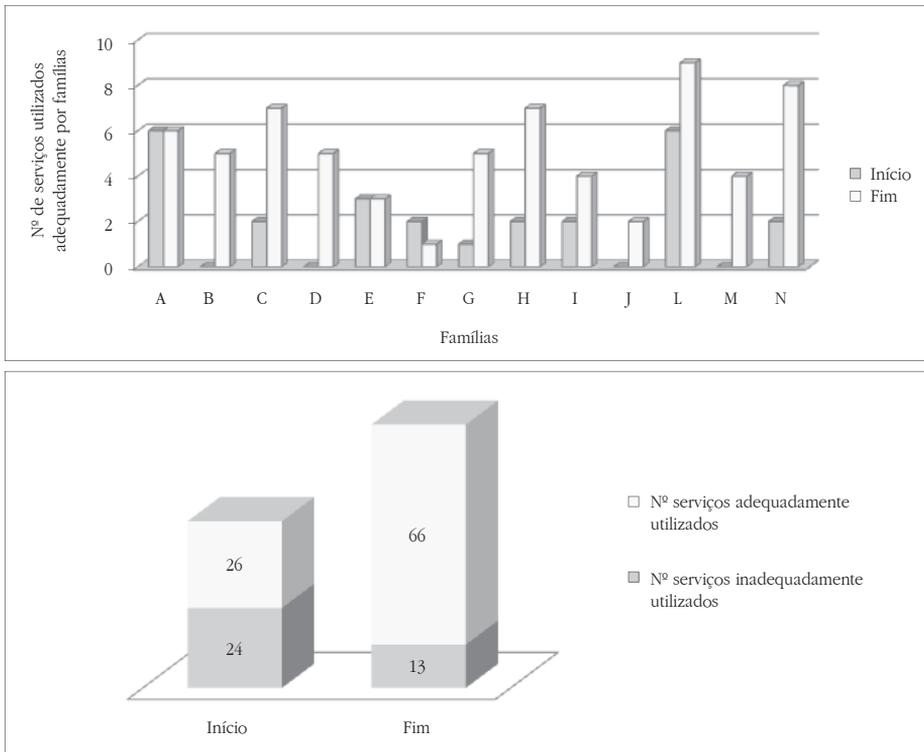
Considera-se que a capacidade de resposta das famílias às necessidades das suas crianças teve uma evolução positiva, uma vez que tanto os dados relativos à permanência das crianças/jovens em casa como os dados relativos à avaliação das próprias crianças/jovens foram bastante positivos. Por um lado, a equipa actuou articuladamente com a CPCJ e a ECJ no sentido da retirada parental nas famílias mais resistentes à mudança que mantiveram as suas práticas parentais negligentes ou maltratantes, pelo que a manutenção das crianças na sua casa parece ser um indicador dessa evidente capacidade. Por outro lado, tendo sido o trabalho da equipa realizado mais directamente com os progenitores ou outros elementos do agregado familiar e mais indirectamente com as crianças e jovens, considera-se que o aumento do ajustamento comportamental das crianças/jovens está muito associado à intervenção realizada.

Efectivamente, verificaram-se melhorias no relacionamento pais/filhos e na promoção dos cuidados de saúde até então negligenciados, houve maior aproximação dos pais ao contexto escolar, maior responsabilização e sensibilidade no que se refere às práticas parentais positivas, e maior consciência da importância da supervisão dos filhos durante o tempo livre e na escola, assim como da definição de rotinas/regras quotidianas para os seus filhos. De entre as diversas competências específicas que a acção ajudou as famílias a desenvolver, enumeram-se as seguintes como tendo sido as que representaram uma mudança mais significativa na evolução global das famílias:

- Autoconfiança;
- Tomada de decisão;
- Concretização e realização de tarefas;
- Identificação dos factores de protecção a ter em conta relativamente ao bom desenvolvimento físico e psicológico dos seus filhos;
- Autoconhecimento;
- Autocontrolo face aos problemas e às situações de crise;
- Autonomização através da valorização pessoal;
- Criatividade;
- Auto-análise;
- Ouvir o outro;
- Analisar os acontecimentos, parar perante as situações e pensar antes de agir;
- Assertividade;
- Empatia, que permitiu a melhoria da comunicação entre pais e filhos;
- Consciência dos pais relativamente ao seu papel educativo, com consequente pró-actividade no acompanhamento do percurso escolar dos filhos.

Para além destes resultados, considera-se ainda muito significativo que no final da acção todas as famílias tenham criado redes de suporte social. De facto, no final da acção todas as famílias tinham pelo menos duas pessoas que as podiam apoiar em situações de crise (ex., pessoas com quem deixar os educandos para ir ao hospital). No início, apenas 77% das famílias tinham este suporte. As famílias utilizavam um total de 50 serviços na comunidade antes da preservação familiar e 79 serviços no final. Antes da intervenção apenas 52% dos serviços eram utilizados de forma adequada, enquanto no final esse valor subiu para 84%. No início da acção, das 41 crianças e jovens pertencentes aos agregados familiares intervencionados, 33 (80%) frequentavam a escola com assiduidade, tendo este número subido para 36 (84%) no final da acção e para 37 no *follow-up* (86%).

Figura 3. Evolução da utilização adequada dos serviços comunitários pelas famílias.



Quanto à avaliação da satisfação, os resultados dão conta de índices muito positivos de satisfação das famílias com o projecto, com todas as famílias a referir

satisfação com o projecto. Todas as famílias referiram também utilidade da acção preservação familiar, nomeadamente: «no apoio às dificuldades»; «fiquei mais atenta ao meu filho»; «ajudou na educação dos filhos»; «ajudou a ser mais fortes como família e melhores pais»; «falar com os netos, que se tornaram melhores alunos»; «indicaram-me o caminho»; «aprendi muito e agora sou uma mãe feliz». Todos os itens de avaliação foram avaliados muito positivamente. De entre as três dimensões avaliadas (família, equipa e intervenção), na escala de avaliação de 5 pontos utilizada, encontrámos resultados médios de 4,5, 4,7 e 4,6, respectivamente. Os itens com resultados mais elevados em cada uma das dimensões foram: «a nossa intervenção foi de encontro às suas expectativas», «aprendi a lidar com as dificuldades» e «aprendi a resolver conflitos» (família); «apoiaram a família nas suas dificuldades», «foram claros nas intervenções», «prestaram os esclarecimentos solicitados», «estabeleceram uma boa relação com a família», «respeitaram as opiniões da sua família» e «foram sensíveis às necessidades da família» (equipa); «dinâmica das actividades», «frequência da intervenção», «tempo dedicado às dificuldades sentidas», «utilidade prática da nossa intervenção» e «nível global da intervenção» (intervenção).

Conclusões

Os resultados foram portanto globalmente muito positivos. No entanto, verificaram-se também alguns constrangimentos que passamos a enunciar, bem como as estratégias desenvolvidas para os ultrapassar.

Relativamente à formação parental o principal constrangimento prendeu-se com a fraca assiduidade de algumas famílias. Verificou-se dificuldade em criar em algumas famílias a necessidade de ir às sessões de Formação Parental e em atribuir-lhes uma importância significativa. Contudo, todas as famílias, incluindo as que apresentaram fraca assiduidade, referiram satisfação com as sessões, estando a sua ausência relacionada não apenas com aspectos relativos às sessões mas também com dificuldades da família em investir duas horas do seu dia para frequentar a acção. Assim, e com vista a um aumento da assiduidade das famílias, adoptaram-se como estratégias: 1) a realização das sessões no bairro, o que contribuiu também para a proximidade às famílias e à sua relação de confiança com os técnicos; 2) a definição do horário das sessões em função das necessidades das famílias; 3) a possibilidade dada às famílias de levar as crianças para as sessões, onde realizavam actividades lúdicas enquanto os seus pais ou outros cuidadores frequentavam a acção; 4) a entrega a todas as famílias de um cartão com as datas das sessões; e 5) o contacto

com as famílias nas vésperas de cada sessão para relembrar a data e convidar à sua participação. As metodologias de educação vivencial utilizadas favoreceram o clima positivo vivido em cada sessão e contribuíram para o estabelecimento de relações mais próximas entre as famílias participantes, o que trouxe também um aumento da motivação das famílias para frequentar com assiduidade a acção.

Considera-se poder ter sido de particular interesse a criação de diferentes grupos de formação, em função de características ou necessidades específicas das famílias. O número de famílias na acção foi significativo, mas ainda assim insuficiente para poder utilizar esta estratégia, que se considera muito importante na eventual continuidade da acção.

Em relação à preservação familiar consideram-se como principais constrangimentos a limitação de recursos para fazer face às necessidades das famílias, a falta de trabalho interinstitucional, a falta de resposta à crise em tempo útil, assim como a dificuldade em concluir a intervenção no prazo inicialmente previsto de seis meses, dificultando o acompanhamento de um maior número de famílias por ano.

De facto, seis meses revelou-se um espaço de tempo demasiado curto para grande parte das famílias modificarem comportamentos e dinâmicas familiares. Isto fez com que em alguns casos o tempo de apoio da equipa tenha sido alargado, mas noutros casos fez com que o apoio tivesse cessado no momento em que a família começou a fazer mudanças e progressos. Nestas últimas situações a equipa, apesar de ter cessado o apoio directo, manteve o contacto com as famílias com vista à continuação do acompanhamento, aconselhamento e *follow-up* da situação.

A grande dispersão geográfica das famílias intervencionadas, trazida com o aumento do número de famílias e com o alargamento da intervenção a todo o concelho da Amadora, dificultou também os tempos da intervenção. A necessidade de dispêndio de tempo em deslocações trouxe consigo uma inevitável perda de disponibilidade da equipa. Porém, o volume processual por técnico dentro dos padrões indicados para a qualidade da intervenção social permitiu dar atenção às famílias e criar relações de confiança que tornaram possível o trabalho efectivo com as pessoas.

A PR providenciou às famílias participantes no projecto apoio técnico, mas não material. Esta falta de recursos financeiros para responder a necessidades específicas das famílias, que necessitavam de obter alguns bens essenciais, tais como bens alimentares, vestuário, ou até camas ou frigoríficos, acentuou a necessidade de articulação com parceiros. Numa lógica de autonomização das famílias e intervenção com vista à sua capacitação e *empowerment*, a intervenção da equipa pas-

sou também pelo acompanhamento das famílias a vários locais e contextos, tais como a escola dos filhos, associações ou centros comunitários, e outras instituições e serviços relevantes para a família. Esta estratégia de acompanhamento, aliada a uma estreita articulação com os parceiros, permitiu evitar a multiassistência e a continuação do multiproblema das famílias intervencionadas. Para além disso, auxiliou-se assim também as famílias a melhorar a sua relação com outros serviços da comunidade, através da aproximação das pessoas, da facilitação dos processos de comunicação e da mediação de conflitos muitas vezes frequentes. Esta estratégia foi fundamental ao longo da intervenção, pois contribuiu para um maior apoio efectivo às famílias e uma sua consequente maior percepção de apoio por parte da equipa, o que se revelou crucial para o estabelecimento de relações muito positivas e próximas com as famílias, e, por sua vez, constituiu sempre a base do sucesso da intervenção.

Para o estabelecimento de relação e alcance de resultados ao nível da modificação das dinâmicas familiares, foi crucial a intervenção através do Modelo Terapêutico Familiar Estrutural Ecosistémico (Lindblad-GoIdberg, Dore & Stern, 1998). Através deste modelo abordou-se as famílias pelos seus pontos fortes e perspectiva constante do que seria o melhor que podiam fazer tendo em conta as suas condições e competências, sublinhando-se aspectos ligados à valorização das pessoas e resistindo a preconceitos por vezes passados pelas entidades sinalizadoras. Através desta abordagem criaram-se necessidades junto das famílias, dando-lhes oportunidade para melhorar aspectos das suas vidas através da negociação e não da imposição, o que permitiu simultaneamente que se sentissem mais apoiadas e mais autónomas (*e.g.* necessidade de ser assíduo na escola; necessidade de desenvolver práticas parentais positivas assentes no diálogo e não na violência, etc.).

Para um apoio efectivo os rácios técnico/família foram sempre mantidos adequados, tendo sido em média de seis famílias por técnico e de três técnicos por família. Os técnicos eram designados em função de critérios como género, idade, disponibilidade de horário da família para as sessões, entre outros, como forma de aumentar a eficácia e eficiência de uma intervenção sempre assente na relação e na valorização do outro. Segundo esta lógica de valorização do outro e das suas necessidades, o horário dos técnicos foi sempre ajustado às necessidades das famílias, com vista a possibilitar as visitas domiciliárias e o acompanhamento aos serviços. A equipa funcionou sempre em permanência 24 horas por dia, sete dias por semana. As visitas domiciliárias foram realizadas sempre por dois técnicos, como forma de garantir a isenção nos processos de avaliação e também a utilização da relação entre si como modelagem de relação às famílias.

Internamente a equipa organizou-se sem a figura do «gestor de caso». O trabalho de gestão de casos era sempre feito em equipa, o que permitiu não apenas uma melhor dinâmica de trabalho em equipa, como também que a família pudessem relacionar-se com vários técnicos, escolhendo o técnico com quem queria relacionar-se mais proximamente em função de empatia ou afinidade, ou até o técnico com quem abordar determinado assunto específico.

Os resultados são muito evidentes. O projecto respondeu a uma grande necessidade da comunidade, tendo a PR prestado um serviço único enquanto entidade com competência em matéria de infância e juventude, crucial à CPCJ, à ECJ e, essencialmente, crucial para a melhoria da qualidade de vida das famílias que dele beneficiaram.

Referências bibliográficas

- Almeida, K., *Aprender a re-educar. 1988-2008 – 20 anos de Pressley Ridge em Portugal*, Lisboa, Fundação Luso-Americana, 2008.
- Brendtro, L. & Du Toit, L., *RAP – Response Ability Pathways – Restoring Bonds of Respect*, Cape Town, Pretext, 2005.
- Bronfenbrenner, U., *The ecology of human development*, Cambridge, Harvard University Press, 1979.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A., «The ecology of developmental processes», in W. Damon & R. M. Lerner (eds.), *Handbook of child psychology: Theoretical models of human development (Vol. 1)*, New York, John Wiley, 1998, pp. 993-1028.
- Cantrell, R. & Cantrell, M., *Helping Troubled Children and Youth*, Memphis, Tennessee, Area, 2007.
- Center for Substance Abuse and Prevention*, 2002.
- Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens, *Relatório anual de avaliação da actividade das CPCJ em 2006*, Lisboa, CNPCJR, 2006.
- Hobbs, N., *The troubled and troubling child*, Cleveland, Ohio, Area, 1994.
- Lindblad-Goldberg, M., Dore, M. M. & Stern, L., *Creating competence from chaos: A comprehensive guide to home-based services*, New York, W. W. Norton and Co., 1998.
- Long, N., Wood, M. & Fecser, F., *Life Space Crisis Intervention, Second Edition – Talking With Students In Conflict*, Austin, Texas, Pro.Ed, 2001.
- Pressley Ridge, *Report: outcomes and results*, 2006 (documento produzido pela Pressley Ridge anualmente, com os dados da avaliação dos resultados de todos os serviços).

9.

**PARA PAIS SOBRE FILHOS
– UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO
COM FAMÍLIAS**

Ana Nascimento Rodrigues

Ana Paula Ribeiro

Clara Castilho

Dolores Gamito

Filipa Poppe

Helena Raposo Lopes

Luís Fernandes

Pedro Morato

ENTIDADE PROMOTORA: *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*

EQUIPA TÉCNICA

Ana Nascimento Rodrigues – Doutoramento em Motricidade Humana na Especialidade de Educação Especial, com funções de formação e avaliação

Ana Paula Ribeiro – Licenciatura e especialização em Educação Especial, com funções de formação

Dolores Gamito – Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação, com funções de formação

Filipa Poppe – Licenciatura em Serviço Social, Terapeuta Familiar, com funções de formação

Helena Raposo Lopes – Licenciatura em Psicologia, com funções de formação

Clara Castilho – Licenciatura em Psicologia, com funções de formação

Luís Fernandes – Licenciatura em Reabilitação Psicomotora, com funções de formação (2010)

Pedro Morato – Doutoramento em Motricidade Humana na especialidade de Educação Especial, com funções de coordenação

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Ocidental

Faculdade de Motricidade Humana

ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada

Jardim de Infância da Associação do Bairro 2 de Maio

Jardim de Infância da Rua Jau

Jardim de Infância da Associação de Protecção da Ajuda

Data de início do projecto: 01/01/08

Data do termo: 31/01/2011

Resumo

«Para Pais sobre Filhos» foi um Projecto de Formação Parental, apoiado pela Fundação Calouste Gulbenkian no âmbito do Programa «Crianças e Jovens em Risco». Decorreu desde 2008 até 2011, tendo sido apoiados cerca de 99 pais/cuidadores. O programa estruturou-se num conjunto de sessões temáticas mensais e fundamentou-se em metodologias de dinâmica de grupo e acção-reflexão.

De uma forma global, a avaliação permitiu verificar diferenças qualitativas na atitude e autopercepção dos pais no que se refere à relação com os filhos, existindo referências a maior capacidade para a delimitação de regras e capacidade de reflexão nas suas acções enquanto pais. Paralelamente aos ganhos das famílias, verificou-se que o projecto constituiu uma mais-valia de experiência profissional para a equipa da instituição, pela possibilidade de formação contínua e evolução técnica no campo da formação parental.

Abstract

For Parents about Children has been a Parent Training Project, supported by the Calouste Gulbenkian Foundation under the program “Children and youth at risk.”. Ran from 2008 until 2011 and was supported around 99 parents / caregivers. The program was structured in a number of thematic sessions monthly and was based on methods of group dynamics and action-reflection. In global terms, the evaluation has shown qualitative differences in attitude and self-perception of parents as regards the relationship with their children, there are references to a greater capacity for defining rules and ability to reflect on their actions as parents. Alongside the earnings of families, it was found that the project was an asset of professional experience to the team of the institution, the possibility of training and technical developments in the field of Parental Education.

«A Criança modela-se. Ajuda-a a modelar-se oferecendo-lhe tudo quanto tenhas de mais autêntico dentro de ti.»

João dos Santos

Introdução

Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia: 30 anos de Pedagogia Terapêutica

O Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia presta apoio psicopedagógico, social e pedopsiquiátrico a crianças, dos cinco aos 12 anos, que se encontram em situações de risco evidente e desvantagem social, por razões de ordem escolar, pessoal ou familiar.

Tem como suporte deste trabalho uma equipa multidisciplinar, composta por educadores, professores, psicomotricistas, psicólogos, pedopsiquiatras e técnicos de serviço social.

A intervenção centra-se no trabalho directo com a criança, com a família e na comunidade através de:

- Apoio pedagógico-terapêutico em grupo ou individual e/ou consultas de psicologia e de pedopsiquiatria às crianças
- Consultas terapêuticas às famílias
- Articulação com outros serviços.

Esta intervenção desenvolve-se numa dinâmica relacional que permite a expressão de sentimentos, emoções e conhecimentos, através de várias formas de linguagem. Procura criar-se uma dinâmica de espaço terapêutico que permita uma mais fácil evolução da criança no plano pessoal e escolar, associada a um bom equilíbrio psíquico (Strecht, 1994).

Ao longo de 30 anos de experiência, temos reforçado a ideia de que a implicação da família é determinante na eficácia da intervenção junto da criança.

Nas famílias das crianças que apoiamos, sentimos cada vez mais que os pais se confrontam com grandes dificuldades e muitas dúvidas quanto à forma adequada de exercer a sua função parental.

A candidatura a este programa foi uma forma de nos ajudar a desenvolver este trabalho, nomeadamente através de um maior conhecimento obtido através da colaboração de especialistas nesta área.

Enquadramento e fundamentação teórica do projecto

Na família aprendem-se as primeiras regras sociais, estabelecem-se as primeiras relações de afecto e apropriação de conhecimentos socioculturais (Mata, 2002). Neste ponto de vista, a família deve ser compreendida como um conjunto de elementos unidos por laços de parentesco e de afinidade que está em permanente

mudança para se adaptar, por um lado, às necessidades dos seus membros, e, por outro, às alterações do contexto que a envolve (Fazenda, 2005).

Na actualidade prevalecem indicadores de mudança social que são espelho de alterações significativas na estrutura familiar e que levam a família a enfrentar uma variedade imensa de novos desafios.

A família tal como a conhecíamos, pai, mãe e filhos, é cada vez menos frequente. A diminuição da taxa de natalidade é uma realidade e as famílias são cada vez mais pequenas, tendo surgido novas constituições familiares a par de diferentes papéis e formas de relacionamento. Aumentaram o número de divórcios, as famílias reconstituídas e a monoparentalidade.

O papel renovado da mulher no mercado laboral, associado à longa distância dos locais de trabalho, levou à diminuição do tempo que pais e filhos passam juntos. Além disso, temos assistido a uma maior distanciação entre as gerações familiares, o que levou à progressiva nuclearização familiar – o apoio da família alargada está hoje menos presente nas respostas às necessidades da família, assim como a desvalorização da comunidade permitiu uma maior independência mas também isolamento familiar.

Vivemos hoje num mundo globalizado em que, apesar do afastamento da vida em comunidade, temos acesso à informação do que se passa na sociedade em geral, o que por vezes provoca movimentos sociais acoplados a um aumento de preocupações que os pais têm com o crescimento e educação dos seus filhos.

O reconhecimento destas mudanças, aliado à importância cada vez maior que se reconhece na família, como agente activo no processo de capacitação e resolução dos problemas quotidianos, no desempenho das suas funções enquanto pais, inspiram a elaboração de programas de formação parental.

Não tem havido muito consenso em relação à definição de formação parental, e em Portugal tem sido uma área de pouco interesse e investimento (Coutinho, 2004), com poucos estudos que demonstrem as suas vantagens.

É, no entanto, consensual que a formação parental consiste num tipo particular de apoio às famílias (Dunst, 1999 *cit. in* Coutinho, 2004) e parece subjacente a todas as definições a existência de uma intenção de acção formal com o objectivo de aumentar a consciência dos pais e o uso das suas aptidões e competências parentais. Bartau *et al.* (2001) refere que a formação parental constitui um «suporte aos pais ou futuros pais para compreenderem as suas próprias necessidades sociais, emocionais, psicológicas e físicas e as dos seus filhos, e para aumentar a qualidade das relações entre eles», e reforça ainda a ideia de que estas acções podem ser um meio de criar um conjunto de serviços de suporte nas próprias comunidades locais e também de ajudar as famílias a utilizarem-nas de forma mais vantajosa.

Ao reforçarmos e valorizarmos o papel dos pais como parceiros activos no processo de intervenção procura-se a capacitação da descoberta de estratégias que melhor favoreçam a comunicação em cada contexto familiar.

A formação parental procura estimular a reflexão pessoal e a partilha com o grupo, com o objectivo de que os pais compreendam e conheçam melhor os seus filhos, optimizando o funcionamento de toda a estrutura familiar.

Vários autores têm desenvolvido trabalhos no sentido de perceber qual a influencia dos diferentes modelos parentais para o desenvolvimento da criança. Segundo Camacho e Matos (2006) continua a ser muito importante também na adolescência, o relacionamento familiar, a influência dos estilos parentais e da comunicação familiar, apesar de sofrerem alterações nesta fase, assumem um papel decisivo no ajustamento psicossocial, na saúde mental, no desenvolvimento de competências psicossociais e em comportamentos de saúde dos jovens.

A Pedagogia Terapêutica, modelo preconizado na intervenção em Saúde Mental Infantil, levada a cabo pelo Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia, pressupõe de forma inequívoca a intervenção com a família. A compreensão da criança e dos seus conflitos individuais não pode ser total nem efectiva se não existir uma compreensão das dinâmicas familiares e dos seus padrões relacionais e afectivos. Efectivamente, as problemáticas comportamentais e emocionais que surgem frequentemente associadas a dificuldades de natureza escolar nas crianças que a equipa da Casa da Praia apoia parecem ter origem, ou pelo menos serem agravadas, pelas dificuldades relacionais no seio familiar.

O actual contexto social nas áreas da intervenção psicológica assume modelos mais integrativos e sistémicos que pressupõem a implicação da família nos projectos terapêuticos dos filhos. Os Modelos Ecológico e Sistémico de Urie Bronfenbrenner tornaram-se base de inúmeras formas de intervenção com as famílias e suportam, obviamente, a intervenção levada a cabo neste projecto. Como refere Coutinho (2004) os modelos de promoção, como os sugeridos pelo conceito de *empowerment*, significam necessariamente mais capacidades, mais responsabilidades e também mais poder para os pais. Do mesmo modo implicam um esbatimento dos papéis hierarquizados entre os técnicos e os participantes nas intervenções. Em Portugal, esta atitude colaborativa é recente nas intervenções familiares, sendo o modelo mais clássico centrado numa posição de especialista por parte do técnico e receptiva por parte dos pais.

«Para Pais sobre Filhos» é um Programa de Formação Parental organizado num conjunto de sessões, realizadas em grupo e dirigidas ao desenvolvimento da capacidade de reflexão e de competências em torno da parentalidade, das situações de conflito do quotidiano e das relações estáveis e saudáveis que estabelecem entre os seus membros.

Segundo Mahoney *et al.* (Coutinho, 2004), a formação de pais inclui uma gama de conteúdos diversificada como: (1) – fornecer informação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança; (2) – apoiar os pais no ensino de determinadas habilidades ou competências aos seus filhos; (3) – gestão de problemas de comportamento.

A formação de pais pode ser então definida como o processo de fornecer aos pais, ou a outros prestadores de cuidados, conhecimentos específicos e estratégias para ajudar a promover o desenvolvimento da criança (Mahoney *et al.*, 1999; McCollum, 1999; Kaiser *et al.*, 1999 in Coutinho, 2004). Refere ainda Coutinho (2004) que este tipo de programas apresenta na generalidade resultados positivos ao nível dos conhecimentos dos pais, da prestação de cuidados, de melhorias na relação pais-criança e da aquisição de habilidades específicas por parte das crianças. Permitem ainda modificações positivas na autoconfiança e satisfação no desempenho das funções parentais.

«Para Pais sobre Filhos» tem como racional de base a ideia de que a parentalidade e as competências parentais se desenvolvem em função da capacidade que as famílias possuem para lidar com e gerir as situações do seu quotidiano. Desta forma podemos afirmar que o que suporta esta intervenção é o desenvolvimento de competências, de promoção de resiliência e de factores de protecção e não a diminuição de problemas e focalização nos défices. Esta abordagem implica uma atitude colaborativa com os pais, daí que não seja pré-estruturado, muito embora se organize com base nos temas que suportam a função parental, nomeadamente, na relação com os filhos e na gestão dos comportamentos do dia-a-dia, na protecção da infância e na promoção de atitudes saudáveis, e na compreensão da função parental enquanto adulto de referência e modelo educativo. Tem como principais objectivos levar os pais a serem capazes de manter a atenção centrada nas forças e recursos da família, nas soluções, nas possibilidades e nos processos de resiliência familiar.

Neste sentido, o programa pretende incidir sobre a autopercepção dos pais no que respeita às suas competências e atitudes parentais, e nas relações entre pais e filhos e entre membros do casal. É assim um programa temático de natureza genérica e no qual as sugestões e necessidades mais específicas dos participantes são incluídas.

Depois de reflectir sobre a nossa experiência no trabalho anterior com os pais, consideramos que este programa poderá ser uma forma mais eficaz de atingir os seguintes objectivos:

- Promover relações positivas entre pais e filhos, favorecendo a sua comunicação;
- Encontrar sugestões para a resolução de problemas familiares e gestão de conflitos, diminuindo riscos de abandono, negligência ou maus tratos;

- Desenvolver nos pais o sentimento de confiança e responsabilidade enquanto pessoas e educadores;
- Ajudar os pais a desenvolver competências pessoais e sociais para melhor cuidarem dos seus filhos;
- Favorecer a autonomia das crianças;
- Contribuir para facilitar a relação família-escola;
- Ajudar as famílias a melhor desempenharem o seu papel educativo, proporcionando-lhes estratégias que possam utilizar com os seus filhos;
- Favorecer a criação de uma rede de ajuda entre famílias numa perspectiva de reforço da comunidade;
- Promover nas famílias maior autonomia face à utilização de serviços e ajudas externas.

População-alvo

A população-alvo do projecto é constituída por 99 pais/cuidadores (80 mães e 19 pais), entre os 23 e os 65 anos de idade, situando-se a maior parte da população entre os 28 e os 36 anos de idade (48,5%). A maioria destes pais possui entre um a dois filhos (67%), encontram-se activos no mercado laboral (78,6%) e apresentam habilitações literárias entre o 3.º ciclo e o secundário (32%).

A intervenção decorreu maioritariamente em grupos que foram organizados em função da sua instituição de origem, ou seja, um grupo de pais utentes da Casa da Praia, (Grupo Casa da Praia – CP) e outro de pais provenientes dos jardins-de-infância parceiros (Grupo Jardim-de-Infância – JI). Excepcionalmente, no ano de 2008, existia ainda um grupo de pais referenciados pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens (Grupo Comissão – CPCJ). Dadas as dificuldades encontradas em manter este último grupo num plano de funcionamento autónomo com um número aceitável de participantes, os pais referenciados pela CPCJ local foram integrados no grupo Casa da Praia a partir de 2009.

Pelos dados da Tabela 1 podemos observar um número de participantes regular ao longo de três anos de projecto, abrangendo uma população de idade média semelhante e igualmente distribuída em termos de idades mínimas e máximas. Este facto remete-nos para a observação de que em quase todos os grupos participaram pais e/ou avós, o que terá permitido alargar a acção formativa a um núcleo familiar abrangente. Esta é também a realidade de grande parte das crianças em causa, o que nos permite reflectir sobre a importância de continuar a abranger quer pais, quer avós neste tipo de acções. De um modo geral foram

sempre participantes mais numerosas as mães (em todos os anos em percentagens superiores a 50%). Relativamente aos pais, enquanto participantes, representaram uma pequena percentagem, mas foi possível manter a sua participação ao longo dos três anos de projecto. No total obtivemos a participação de 19 pais. Não verificamos existir uma relação de contingência ($\chi^2=1,87$, $p=0,50$) entre o grupo de formação (Casa da Praia, Jardim-de-Infância ou Comissão) e a participação da figura paternal. Na verdade, podemos observar que sete dos pais participantes são provenientes do Grupo Casa da Praia e um do Grupo Comissão (2008). No entanto encontramos uma relação de contingência entre o facto de o participante ser pai e a família não estar referenciada para a CPCJ local ($\chi^2=0,04$ $p=0,05$). A grande maioria dos pais participantes não é oriunda das famílias referenciadas.

Tabela 1. Caracterização demográfica dos participantes

	2008		2009		2010	
N.º participantes ¹	32		33		35	
Idade média dos participantes (desvio padrão; min-máx)	36 anos (7,3; 26-65)		38 (7,3; 25-61)		37 (8,1;23-61)	
Relação do participante com a criança-alvo	Mãe	20	Mãe	25	Mãe	28
	Pai	9	Pai	7	Pai	3
	Avó/Avô	2	Avó/Avô	1	Avó/Avô	2
	Madrasta	1	Madrasta	0	Madrasta	0
	Outro	0	Outro	0	Outro	2
Habilitações académicas dos pais	Analfabeto	0	Analfabeto	1	Analfabeto	2
	1.º ciclo	4	1.º ciclo	2	1.º ciclo	2
	2.º ciclo	2	2.º ciclo	7	2.º ciclo	4
	3.º ciclo	9	3.º ciclo	4	3.º ciclo	9
	Secundário	12	Secundário	10	Secundário	10
Superior	5	Superior	9	Superior	8	
Situação emprego	Activo	23	Activo	26	Activo	27
	Desempregado	6	Desempregado	5	Desempregado	8
	Não activo	3	Não activo	1	Não activo	0

¹ O número de participantes aqui referenciados diz respeito a pais que preencheram o protocolo de avaliação.

(cont.)

	2008	2009	2010
Agregado familiar médio	3,5	3,5	4
Idade média dos filhos-alvo	7,5	7	6,5
Número de pais acompanhados pela CPCJ Local ²	4	3	10
Desistências	4	4	0

Ao longo destes três anos foram apoiadas cerca de 76 famílias e um total de 93 crianças (sendo 54 rapazes e 36 raparigas), de idades compreendidas entre os cinco e os 12 anos. Destas, cerca de 23 (17 pais com avaliação) foram referenciadas pela CPCJ local. Das referências podemos listar as seguintes problemáticas:

Tabela 2. Problemáticas mais frequentes de referência

Problemática de referência	Frequência	Frequência e Sexo	
		M	F
Insucesso/abandono escolar dos filhos	17	10	7
Conflitos intrafamiliares	13	4	9
Comportamentos disruptivos dos filhos	11	8	3
Incapacidade física e/ou psicológica	11	3	8
Monoparentalidade	8	4	4
Negligência sobre os filhos	5	2	3
Outra medida judicial ou de apoio social	5	3	2
Maus tratos/abusos sobre os filhos	3	1	2
Alcoolismo dos pais	3	1	2

Estrutura e Metodologia de Implementação

O projecto organizou-se em: (1) Sessões de Grupo para Pais; (2) Sessões Paralelas para Filhos; (3) Sessões Individuais (família ou pais individualmente) e (4)

² Estes dados são referentes a pais que cumpriram o protocolo de avaliação e logo estão referenciados nas bases de dados do projecto, mas a amostra é superior (total de 23 pais referenciados), sendo que alguns não responderam aos questionários de avaliação. Para além da referência pela CPCJ local, o projecto abrangeu ainda quatro famílias com medida de tribunal e 10 com subsídio de Rendimento Social de Inserção (RSI).

Sessões Temáticas. Constituiu-se, já no final do projecto e de forma a estruturar a continuidade e sustentabilidade do mesmo, um grupo de formação cuja população-alvo foram educadoras de infância.

Nas Sessões de Grupo para Pais, a metodologia utilizada englobou a utilização de dinâmicas de grupo, do processo de acção-reflexão-acção, do *role-playing* (dramatização de situações concretas) e de pequenas sínteses teóricas em torno de temas específicos. Cada sessão teve a duração média de duas horas com uma periodicidade mensal. O total de oito sessões por grupo em cada um dos anos do projecto integrou uma sessão «0» – na qual se explicitava o projecto e a metodologia, se decidiam as temáticas, bem como se determinavam os compromissos de participação – e uma sessão de *follow-up* após três meses da realização da última sessão. Desta forma foram realizadas seis sessões temáticas por ano de projecto (18).

Em cada sessão existiu um momento inicial no qual se recordava a sessão anterior ou se introduzia o programa (no caso da primeira sessão). Depois a parte central da sessão era dedicada à vivência e reflexão sobre o tema nuclear da mesma, que foi introduzido na parte inicial. Nesta parte central utilizaram-se dinâmicas de grupo e situações de *role-playing* para a vivência objectiva do tema e posterior discussão em grupo. Na moderação da discussão todos os participantes foram livres de colaborar ou não, na medida das suas motivações e necessidades. A reflexão foi mediatizada pelos orientadores da sessão, no sentido de ir fazendo pequenas sínteses e remetendo para os participantes a continuidade da reflexão. Nesta parte da sessão foi também muito importante fomentar a partilha de experiências e a ajuda mútua entre os pais. As sessões terminavam com uma síntese do tema, moderada pelos orientadores e, em alguns casos, com a apresentação de *slides* ou filmes alusivos. No final de cada sessão procedeu-se a uma avaliação informal pelos participantes através da escolha de uma palavra que sintetizasse o sentimento individual face à sessão e que ficava registada numa «maçã» de papel. Do mesmo modo foi entregue a cada participante uma frase, num cartão plastificado, alusiva às reflexões do dia.

Entre cada sessão, existiu um contacto com as famílias para as lembrar da próxima sessão, bem como para monitorizar aspectos particulares referidos muitas vezes durante as sessões.

De modo complementar decorreram ainda sessões individuais com as famílias sempre que estas necessitavam e sessões temáticas realizadas na própria instituição, em jardins-de-infância ou outras instituições, de forma a abranger novos pais. Estas acções complementares alargam os objectivos do projecto a uma intervenção de carácter mais comunitário, potencializando a acção do mesmo e a sua continuidade. Tanto as acções individuais como as que foram realizadas em jardins-de-infância

seguiram uma metodologia estruturada, embora nas de grupo tenha havido recurso a dinâmicas de grupo, por se referirem a temáticas previamente escolhidas ou motivadas pelos pais. No último ano, foi ainda decidido alargar este tipo de trabalho a acções com educadoras de infância.

Com o grupo de educadores de infância, as sessões foram divididas em dois momentos: um primeiro momento onde se realizava uma dinâmica de grupo com o tema a desenvolver e um segundo momento, de estudo de um caso, proposto por uma educadora, de forma voluntária e discutida por todo o grupo. As dinâmicas de grupo proporcionaram reflexões acerca do papel dos educadores de infância, da dificuldade de distanciar as problemáticas das crianças das dos cuidadores, da necessidade de trabalhar em conjunto com a família e outras temáticas que surgiam das dificuldades colocadas pelo grupo.

Para além das sessões o projecto incluiu a divulgação, numa primeira fase junto dos parceiros com o objectivo de apresentar o projecto e implicar os diferentes serviços, e numa segunda fase junto das famílias.

Avaliação do projecto

O Projecto «Para Pais sobre Filhos» utilizou uma metodologia de avaliação compreensiva, cruzando dados quantitativos e qualitativos.

Foi avaliado, em termos de **Efectividade e Impacto**, em dois momentos, no início da formação e no final ao nível das mudanças nas famílias envolvidas. Para tal foram utilizados questionários e escalas com diferentes objectivos de análise, conforme a Tabela 3.

Tabela 3. Instrumentos e objectivos da avaliação do projecto

Instrumentos	Objectivos
Questionários sobre situações familiares Questionário de Situações Familiares de Russel Barkley (1990)	Tem como objectivo avaliar o número de problemas familiares assinalados para o quotidiano de cada núcleo familiar, bem como a severidade atribuída às situações familiares assinaladas.
Questionário Expectativas de Desenvolvimento – Jesus Jimenez Morago, M. ^a Carmen Moreno, Alfredo Oliva, Jesus Palacios e David Saldana – Departamento de Psicologia Evolutiva e da Educação da Universidade de Sevilha e da Direcção Geral de Atenção ao Niño da Junta de Andalucia.	Tem como objectivo avaliar de forma global o grau de conhecimento dos pais sobre o desenvolvimento infantil.

(cont.)

Instrumentos	Objectivos
Inventário para pais adultos ou adolescentes – « Adult-Adolescent Parenting Inventory » – AAPI 2 Forma A e Forma B – J. Bavolek & R. Keene, (1999)	Destina-se à avaliação da parentalidade e das atitudes educativas dos pais adultos, pais adolescentes ou potenciais pais. Com base no conhecimento da parentalidade, dos comportamentos e cuidados prestados por pais negligentes/maltratantes, as respostas ao inventário permitem identificar um índice de risco para comportamentos e práticas indiciadoras de maus-tratos e negligência para com a criança.
Escala das Funções da Rede de Suporte Social à Família – Construído com base em instrumentos como o Family Support Scale (Dunst, Jenkins e Trivette, 1984) e a Escala de Apoio Pessoal e Social (J.C Martín; M.J Rodrigo; M.L. Máiquez; C. Capote; P. Guimerá e M. Peña, 2002)	Inclui 11 itens com cinco opções de resposta (Nunca a MUITÍSSIMAS VEZES), que identificam as fontes de apoio ou suporte social, bem como a utilidade das mesmas para a família.

O projecto foi também avaliado nas suas dimensões **de Relevância e Eficácia**, utilizando nesta vertente metodologias mais qualitativas e descritivas como as referidas de seguida:

- **Registo da Sessão por Pessoa Externa** – descrição de toda a sessão de forma qualitativa por observador externo. Utilizado em todas as sessões.
- «**Maçãs**» **no Final da Sessão** – utilização de uma técnica de dinâmica de grupo para avaliação final de cada sessão³.
- **Questionário de Avaliação Final** – final da intervenção (apenas nos anos de 2009 e 2010)

Sendo impossível colocar neste texto todos os resultados do processo de avaliação, optámos por resumir de forma mais objectiva a avaliação feita pelos participantes ao nível da Eficácia e Relevância percebidas do projecto – **Questionário de Avaliação Final do Projecto**⁴ – e das mudanças ao nível das suas crenças nas

³ Esta técnica consta da entrega de uma «maçã» de cartão colorido a cada participante da sessão. Pede-se que nela escrevam uma palavra que resuma o seu sentimento face à sessão terminada e que represente o seu estado «emocional» no final da mesma. As maçãs vão sendo colocadas numa «árvore» que foi construída no início das sessões de grupo. Esta técnica permite que o grupo vá monitorizando os seus sentimentos face às sessões e possa de algum modo fazer a «história» do percurso como grupo.

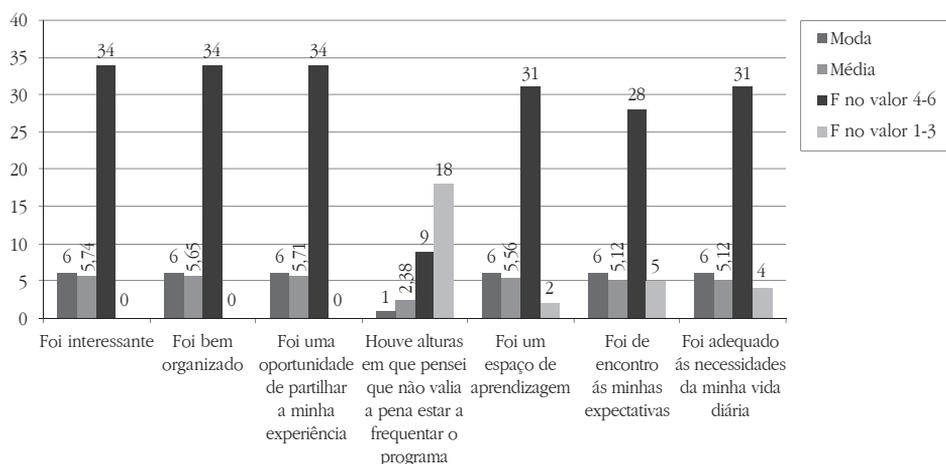
⁴ Este questionário foi construído especificamente para avaliar o projecto de forma mais descritiva.

práticas parentais medidas através das respostas ao inventário para pais adultos ou adolescentes – «**Adult-Adolescent Parenting Inventory**» – **AAPI 2**, J. Bavolek & R. Keene, (1999). Apresentamos ainda dados qualitativos recolhidos através dos **Registos da Sessão por Pessoa Externa**.

A avaliação **da Eficácia e Relevância** baseou-se nas respostas ao Questionário de Avaliação Final do Projecto e ao Registo da Sessão por Pessoa Externa.

De um ponto de vista mais quantitativo podemos verificar que os pais avaliam o projecto de forma muito positiva nas várias dimensões equacionadas no questionário.

Figura 1. Respostas dos pais (N=43)⁵ ao Questionário de Avaliação Final do Projecto (anos de 2009 e 2010) – Generalidades



No que respeita aos aspectos gerais do projecto, podemos referir que foi ao encontro das expectativas dos pais. Foi considerado interessante e bem organizado. No que respeita ao seu funcionamento (Figura 2), podemos também observar que os participantes se consideram satisfeitos nos vários aspectos, desde o horário ao local, e do suporte à família.

De igual forma os participantes fazem uma boa avaliação dos temas abordados, considerando-os úteis na sua vida presente e futura.

⁵ A amostra que respondeu a este questionário é de 43, muito embora a percentagem de valores omissos seja elevada, o que remete para um N.º de respostas efectivas de 34.

Figura 2. Respostas dos pais (N=43)⁶ ao Questionário de Avaliação Final do Projecto (anos de 2009 e 2010) – Funcionamento

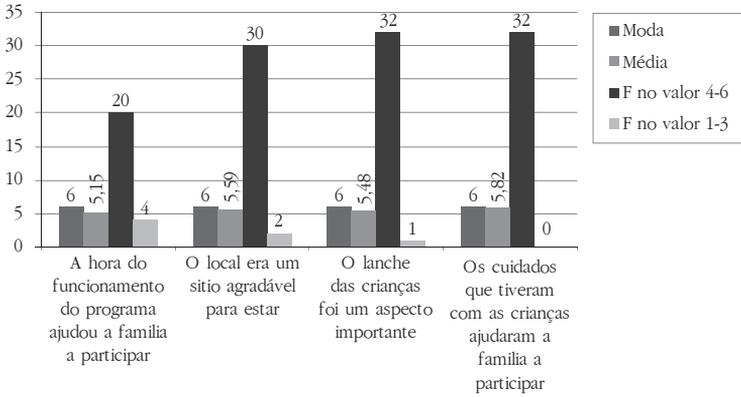
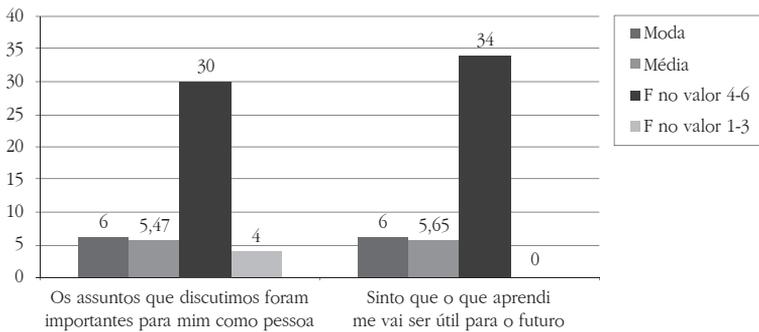


Figura 3. Respostas dos pais (N=43)⁷ ao Questionário de Avaliação Final do Projecto (anos de 2009 e 2010) – Temas



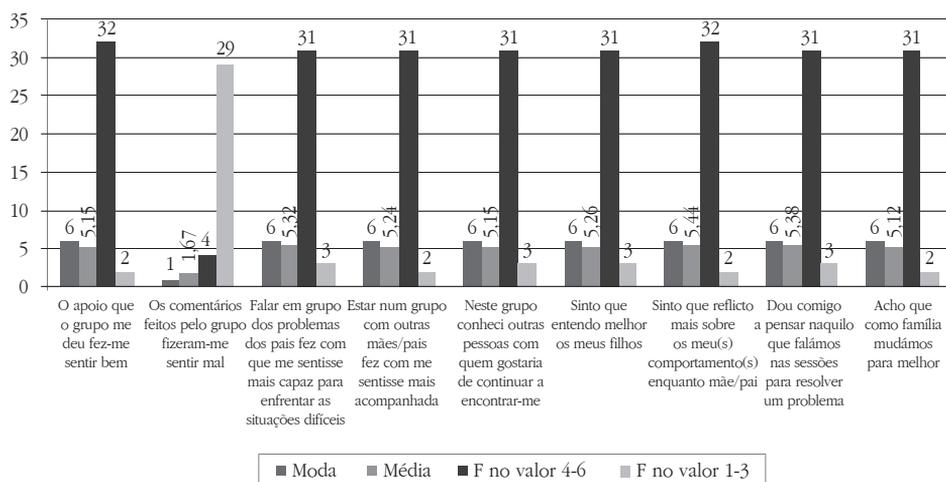
O facto de as sessões terem decorrido em grupo revelou-se para os participantes uma mais-valia, no sentido em que permitiu «sentir apoio» (valor médio de respostas = 5,15), «poder partilhar experiências», «sentir-se mais capaz de enfrentar as dificuldades» (valor médio de respostas = 5,32) e «sentir-se acompanhado» (valor médio de respostas = 5,24). Os participantes referem ainda com elevada frequência que se «sentem mais capazes de reflectir sobre a relação com os filhos», de «enten-

⁶ A amostra que respondeu a este questionário é de 43, muito embora a percentagem de valores omissos seja elevada, o que remete para um N.º de respostas efectivas de 34.

⁷ A amostra que respondeu a este questionário é de 43, muito embora a percentagem de valores omissos seja elevada, o que remete para um N.º de respostas efectivas de 34.

dê-los» (valor médio de resposta = 5,26) e que dão consigo mesmos a pensar sobre as aprendizagens das sessões no dia-a-dia (valor médio de resposta = 5,33). Quase todos os participantes referem que sentem que a sua família «mudou para melhor» (valor médio de resposta = 5,12).

Figura 4. Respostas ao Questionário de Impacto no final do Projecto.



Por fim, as respostas finais ao questionário revelam que todos os pais (N=34) consideram importante a participação em acções desta natureza e recomendariam o programa a outro pai.

A análise de conteúdo realizada com base nos registos das sessões por um observador externo à equipa dinamizadora veio acrescentar dados importantes na avaliação qualitativa do impacto da intervenção sobre as famílias.

Os participantes manifestaram sentir apoio na resposta às suas preocupações, nomeadamente por poderem expressar e partilhar as mesmas com outros pais no clima de aceitação e reflexão criado no grupo.

«Nós aqui, quando expomos alguma coisa, estão a ouvir-nos e nós a ouvir-mo-nos a nós próprios.»

«Foram meses de apoio que nunca tive. Vejo resultados em tudo o que fiz e que ouvi.»

Ao nível da interacção pais/filhos, os participantes identificaram evoluções positivas nos aspectos ligados à capacidade de compreender e dialogar com as crianças, perceber os seus sinais e comportamentos.

«Aprendi que temos que ouvir mais as crianças, dar oportunidade de explicar o que estão a dizer. Aprendi a contar até 100 e a ser mais tolerante, dou mais espaço aos meus filhos e ao que estão a pensar. O diálogo melhorou, ele também está melhor, explica-se melhor.»

«Percebi que os meus filhos não eram assim tão maus, aprendi a pôr-me mais no lado dele e a entendê-lo melhor.»

As sessões tornaram-se também um espaço de descoberta individual e reflexão pessoal sobre o que é ser mãe/pai, o que foi ser filho e as diferenças entre estes estatutos. Neste sentido, os participantes referem ter encontrado um espaço de reflexão pessoal importante, que os ajudou a descobrirem-se e pensarem-se como pais.

«Aqui conseguimos ter uns minutos para falarmos de nós próprios e termos atenção, o que nunca acontece. Chegamos a algumas conclusões sobre como devemos comportar-nos com os outros e com os filhos.»

«Marcou recordarmos todos de onde veio o nosso nome. Achei engraçado. É algo tão pessoal dizermos o nosso nome, mas nunca dizemos como surgiu. Acho que isso serviu para aprofundar o nosso eu, a nossa raiz.»

«Estas coisas parecem que abrem a cabeça para pensar.»

Por último, resta realçar a avaliação qualitativa feita pelos pais ao que foi a periodicidade do programa, notando-se que, na generalidade das opiniões, o mesmo devia ter uma periodicidade quinzenal em vez de mensal, para que os temas abordados pudessem ser consolidados.

«É muito tempo entre as sessões, deviam duas vezes por mês, há temas que são debatidos e depois esquecemo-nos.»

A avaliação da **Efectividade e Impacto** será apresentada pela análise dos resultados da aplicação em dois momentos distintos do inventário para pais adultos ou adolescentes – **«Adult-Adolescent Parenting Inventory» – AAPI 2 Forma A e Forma B**, J. Bavolet & R. Keene, (1999). Este questionário destina-se à avaliação da parentalidade e das atitudes educativas dos pais adultos, pais adolescentes ou potenciais pais. Com base no conhecimento da parentalidade, dos comportamentos e cuidados prestados por pais, as respostas ao inventário permitem identificar um índice de risco para comportamentos e práticas indiciadores de maus tratos e negligência para com a criança (Brandão & Lopes, 2004, documento de trabalho).

As respostas ao AAPI-2 permitem determinar um índice de risco em cinco domínios dos comportamentos e cuidados específicos dos pais em relação aos seus filhos:

1. Expectativas inapropriadas em relação à criança;
2. Baixa empatia relativamente às necessidades da criança;
3. Fortes indicadores de utilização de castigos corporais;

4. Regras incoerentes (inversão de papéis e responsabilidades);
5. Opressão da capacidade de autonomia da criança.

A análise dos resultados deste questionário deve ser interpretada em função dos somatórios brutos obtidos em cada factor ou subescala e depois interpretados em função de tabelas normativas para pais e mães. Ainda que estas tabelas não se encontrem aferidas para a população portuguesa, utilizámos os critérios interpretativos da escala para poder avaliar as dimensões com maior evolução após intervenção. Assim, a interpretação dos valores obtidos em cada factor deve ser vista numa escala de 1 a 10, na qual a maior proximidade de 10 revela um perfil muito adequado de parentalidade, e quanto mais próximo de 1 maior o risco de existirem situações de maus tratos, negligência, etc. Em regra um perfil com valores entre 1 e 4 indica genericamente um elevado risco para o exercício de práticas parentais abusivas; valores entre 5 e 6 indicam a norma, e valores entre 7 e 10 indicam o exercício de práticas parentais não abusivas e muito «nutritivas».

A análise dos resultados das respostas dos participantes a este questionário tem a condicionante de ser fundada numa existência de valores omissos superior ao estatisticamente desejável. Em algumas subescalas a percentagem de respostas omissas é superior a 20% da amostra, pelo que os resultados agora apresentados devem ser equacionados com as devidas cautelas.

De uma forma descritiva e reportando aos resultados do início do projecto, podemos verificar que num total de 97 respondentes⁸ encontramos em cada subescala a seguinte distribuição de valores indicadores de risco:

A análise destes dados permite-nos referir que no início do projecto os participantes apresentavam percentagens elevadas de respostas indicadoras de risco de negligência e maus-tratos aos filhos em todas as dimensões de análise do questionário, especialmente nas dimensões de «Empatia», «Castigos Corporais», «Regras Invertidas» e «Autonomia». Estas percentagens diminuíram em grande parte ao longo do projecto, como pode observar-se na coluna correspondente ao «fim».

Os valores anteriores e posteriores à aplicação do programa são estatisticamente significativos nas subescalas «Empatia», «Castigos Corporais» e «Autonomia», com diminuição do número de casos de risco nas duas primeiras. Na dimensão «Autonomia» os dados apontam para um aumento de casos de pais em que as tarefas de autonomia dos filhos parecem comprometidas. Por outro lado, verificamos que esta escala apresenta valores genericamente muito baixos, sendo que a grande maioria dos pais tem valores de risco elevado. Não nos parece ser uma imagem que retrate

⁸ Valores de respostas válidas para as subescalas entre 65 e 75.

as famílias que acompanhámos, pelo que colocamos a hipótese de ser uma escala que necessita de adaptação cultural para que se possam medir mais efectivamente as tarefas de autonomia e as crenças dos pais portugueses neste plano.

Tabela 4. Frequências e percentagens de indicadores de risco pré e pós-intervenção

Indicador de Risco	Frequência /Percentagens									
	Expectativas Inapropriadas		Empatia		Castigos Corporais		Regras Invertidas		Autonomia	
	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim	Início	Fim
Risco Elevado (1-4)	28 (39,4%)	17 (32,7%)	53 (83,1%)	39 (75%)	52 (69,3%)	6 (6,2%)	50 (67,6%)	32 (62,7%)	62 (83,8%)	61 (92,3%)
Norma (5-6)	33 (46,5%)	27 (51,9%)	9 (13,9%)	6 (11,5)	17 (33,4%)	6 (6,2%)	21 (28,4%)	15 (25,8%)	6 (8,1%) Valor 5	1 (1,9%)
Prática «nutritiva» (7-10)	10 (14,1%) Valores 7 e 8	8 (15,1%)	2 (3,1%) Valor 7	5 (13,5%)	6 (5,1%)	2 (4%)	3 (4,1%) Valor 7	6 (11,5%)	5 (6,8%)	Não há dados

Ao nível dos resultados brutos foi possível verificar diferenças estatisticamente significativas entre o momento inicial e final na subescala de «Castigos Corporais». Entre o momento inicial e final podemos verificar que os valores médios dos resultados brutos nas diferentes escalas aumentam (com excepção para a «Autonomia»), revelando que as crenças, conhecimento e atitudes dos pais evoluíram no sentido positivo, originando melhores resultados nas várias dimensões. Na dimensão «Castigos Corporais» verificamos também uma mudança no nível indicador de risco (em termos médios para todo o grupo).

Conclusões/Resultados

Com base no que foi a experiência vivida durante os três anos deste Projecto de Formação Parental, a discussão e reflexão da equipa técnica possibilitou uma dinâmica de aperfeiçoamento e reactualização das ideias iniciais e das dinâmicas aplicadas. «Para Pais sobre Filhos», tal como foi projectado e realizado, privilegiou uma metodologia centrada na relação pais/filhos, abrindo espaço a que se flexibilizasse o modelo de intervenção com as famílias, respeitando as necessidades dos pais e

as suas expectativas. No balanço destas opções, pensamos ter conseguido um papel mais activo dos pais nas sessões, numa partilha intensa de experiências e ideias que tornou o reflectir e encontrar de soluções conjuntas como um processo natural das dinâmicas propostas nas sessões. Ainda que em algumas situações a gestão do grupo tivesse sido complexa, este funcionamento permitiu promover uma rede de suporte informal entre os participantes, que se mostrou profícua e consistente ao longo do tempo. A importância dada aos pais enquanto pessoas, para além da sua função parental, permitiu espaços de encontro, de uma maior consciencialização das suas atitudes face aos comportamentos dos filhos e do reconhecimento da sua capacidade parental. Assim, o grupo tornou-se um instrumento importante na capacidade de perceber que ser pai/mãe é um processo em crescimento, através da reflexão sobre as experiências desse mesmo papel, desenvolvendo ao mesmo tempo o prazer de ser pais. De uma forma geral, podemos afirmar que pais com modelos e práticas muito negativas de parentalidade mostraram a capacidade de questionar a sua acção enquanto pais e demonstraram receptividade para a ajuda e intervenção.

Os dados mais objectivos de avaliação deste projecto remetem para mudanças concretas no domínio do risco associado à negligência e maus-tratos com alguma evidência para uma diminuição do número de casos de risco e de níveis médios de risco. Ainda que estes dados vão ao encontro do sentimento alargado da equipa técnica e à avaliação mais descritiva e qualitativa feita pelos próprios pais. Realçamos a falta de instrumentos de medida aferidos para a população portuguesa que nos permitissem recolher dados mais fiáveis. Por outro lado, as dificuldades que as famílias participantes revelaram no preenchimento de questionários de medida e o elevado número de respostas omissas não são facto de desvalorizar e poderão ter também influenciado estes resultados.

Importa ainda referir que uma das mais-valias deste projecto para a instituição e para a equipa foi a possibilidade de aferir a metodologia anteriormente utilizada que, baseada na construção de uma relação de proximidade e confiança, permite às crianças, e, agora, aos pais, reflectirem connosco as suas grandes dificuldades e, deste modo, abrir caminho para a intervenção e para a procura de soluções. Foi também uma enorme mais-valia a possibilidade de a equipa fazer formação específica no campo da formação parental, adequando uma linguagem e metodologia específicas a novas abordagens de intervenção, facto que só enriqueceu o anterior conhecimento.

Em suma, a principal conclusão a que podemos chegar em relação às metodologias utilizadas prende-se com a assumpção de que esta forma de intervenção junto das famílias proporcionou um treino de boas práticas e soluções, encontradas pelos próprios pais para os seus problemas na relação com os filhos, muito

mais do que um treino de competências restritas a um determinado âmbito e área da função parental.

O primeiro e mais importante desvio relativamente às intenções da candidatura inicial refere-se ao facto de apenas terem funcionado três grupos de pais (conforme previsto) no primeiro ano de projecto. Efectivamente, o plano seria abranger por ano três grupos, sendo que um deles deveria ser constituído por famílias indicadas pela CPCJ local. Como referido anteriormente, a inclusão destas famílias veio a revelar-se mais eficaz quando realizada em grupos cuja referência não era o facto de existir um processo em avaliação na Comissão de Protecção de Crianças e Jovens. Julgamos que este desvio que acabou por originar apenas dois grupos anuais teve a mais-valia de facilitar a participação destes pais.

O segundo está relacionado com uma actividade extra, desenvolvida no último ano do projecto, referente à formação de um grupo de educadoras de infância para facilitar o apoio que prestam às famílias na gestão do desenvolvimento das crianças. A equipa não previu em candidatura esta forma de intervenção que, posteriormente, se afigurou um modo importante de sustentabilidade e continuidade do projecto. Este grupo de trabalho com as educadoras ainda decorre e não tem ainda uma avaliação formal dos efeitos provocados.

Temos que referir também a crescente importância que passámos a atribuir às sessões simultâneas com as crianças. Passámos de um espaço para ocupação de tempo, cujo objectivo principal era o de permitir a participação das famílias na formação, para um espaço onde se envolviam as crianças nas temáticas trabalhadas com os pais.

Por último, fizemos uma alteração na constituição da equipa, integrando um novo elemento, que nos permitiu concretizar esta actividade com as crianças e a observação feita por elemento externo às sessões.

Além dos aspectos acima referidos, foram encontrados alguns condicionantes durante este trajecto, que levaram a equipa a uma constante discussão e reflexão com vista à sua superação. A dificuldade sentida em que as famílias com risco identificado encaminhadas pela CPCJ aderissem de forma consistente ao programa foi uma preocupação constante. Outro dos obstáculos encontrados teve que ver com a dificuldade em encontrar instrumentos de avaliação quantitativa credíveis que avaliassem o trabalho desenvolvido com as famílias, optando-se por um conjunto de testes que considerámos como mais capaz e reforçando, em grande parte, a avaliação qualitativa das sessões (pelos técnicos, observador externo e participantes). Apesar da constante partilha e discussão entre a equipa, a necessidade da existência de

supervisão tornou-se um sentimento comum para ajudar na capacidade de pensar sobre as diferentes problemáticas com que fomos sendo confrontados.

Materiais construídos

Ao longo do projecto construímos alguns materiais que serviram para a operacionalização das dinâmicas do grupo. Os materiais construídos foram muito importantes nesta vertente e não foram pensados de forma a serem utilizados de forma independente. No entanto, após três anos de aplicação dos mesmos percebemos que a sua utilização poderia ir para além do formato que desenvolvíamos.

Assim, queremos partilhar aqui alguns destes materiais:

«A nossa casa»

Material utilizado para a dinâmica de apresentação do grupo.

Constituído por uma folha de papel de cenário de dimensão dependente do n.º de elementos do grupo (2 metros de altura por 2 metros de largura, com as paredes e o telhado de uma casa desenhados).

Dinâmica – A folha é colocada no chão e cada um dos elementos do grupo diz o seu nome, desenha algo de que goste muito e que queira partilhar com o grupo.

«O que me preocupa»

Material utilizado para a dinâmica de escolha de temas a desenvolver ao longo da formação.

Constituído por algumas folhas brancas e por um conjunto de 18 temas relacionados com a educação, o desenvolvimento da criança a família e a escola. Num placar de 1,5 metros de largura por 1 metro de altura desenham-se quatro colunas com os títulos criança e família.

Dinâmica – Os temas e as folhas brancas são espalhados pelo chão e os participantes escolhem um ou dois temas que mais gostariam de discutir na formação, ou então escrevem um outro tema que não se encontre nos que já estão nos cartões. De seguida, cada um na sua vez coloca o seu tema numa das colunas e explica o porquê da escolha e em qual das áreas do cartaz a enquadra.

Depois de todos os temas colocados, cada um dos participantes põe marcas nos três temas que considera prioritários para discussão.

«Árvore»

Material utilizado para a avaliação no final das sessões.

Uma árvore pintada numa folha de papel de cenário e um conjunto de maçãs cortadas em cartolina.

Dinâmica – Cada um dos participantes escreve numa maçã uma palavra indicativa da forma como se sente no final da sessão. De seguida coloca a maçã na árvore, num local escolhido por si.

«Não interessa o que fizeram de nós, mas aquilo que fazemos do que fizeram de nós.»

Sartre

Referências bibliográficas

- Bartau, I., Maganto, J. & Etxeberría, J., «Los Programas de Formación de Padres: Una experiencia educativa», in *OEI – Revista Iberoamericana de Educación*, 20 de Setembro de 2001, pp. 1-17.
- Camacho, I e Matos, M. G. (2006). Prática parentais, escola e consumo de substâncias em jovens. *Psicologia, Saúde e Doenças*, pp. 317-327.
- Coutinho, M. T., «Apoio à família e formação parental», in *Análise Psicológica*, 2004, pp. 55-64.
- Dias, M. O., «A família numa sociedade em mudança – Problemas e influências recíprocas», in *Gestão e desenvolvimento*, 2000, pp. 81-102.
- Gaspar, M. F., «Mais Família – Um programa grupal de educação parental», 2007, Coimbra.
- Mauro Pimenta, M. V., «O envolvimento paterno de crianças a frequentar o jardim-de-infância», in *Análise Psicológica*, Abril de 2010, pp. 565-577.
- Melo, A. T. & Alarcão, M., «Centros de apoio familiar e aconselhamento parental: proposta de um modelo global de organização», in *Psicologia e Sociedade*, 2009, pp. 55-64.
- Relvas, A. P., *O Ciclo Vital da Família. Perspectiva Sistémica*, Porto, Edições Afrontamento, 1996.

10.

**NOVAS OPORTUNIDADES PARENTAIS.
A FORMAÇÃO PARENTAL PARA
PAIS/CUIDADORES DE CRIANÇAS
E JOVENS EM RISCO**

**Ana Maria Santos
Mónica Santos
Cátia Ribeiro**

ENTIDADE PROMOTORA: *“Questão de Equilíbrio” – Associação de Educação e Inserção de Jovens*

EQUIPA TÉCNICA

Ana Maria Barata Santos, Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação, coordenadora

Cátia Susana Ribeiro Alves, Licenciatura em Psicologia Clínica, psicóloga

Mário Manuel Ferreira Teixeira, Licenciatura em Ciências do Desenvolvimento e Cooperação, funções administrativas

Mónica Alexandra Galantinho dos Santos, Licenciatura em Investigação Social Aplicada, técnica de serviço social

Inês Antunes da Costa Paula, Licenciatura em Serviço Social, estagiária profissional

Ricardo Martinez, Doutoramento em Ciências de Ciências da Educação, investigador

Esperança Nunes, Mestrado em Sistemas Sócio-Organizacionais da Actividade Económica, avaliadora externa

Dina Cardoso, Licenciatura em Organização e Gestão de Empresas, avaliadora externa

Nilufa Mamad, Licenciatura em Serviço Social, técnica de serviço social

Cláudia Vanessa Machado Diogo Froes, 12º Ano, animadora

Sara Alexandra Gomes Cravo, Licenciatura em Psicologia Clínica, mediadora/formadora

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal

Agrupamento Vertical de Escolas Luísa Todi

Escola Secundária Sebastião da Gama

Cáritas Diocesana de Setúbal – Projecto “Saber Viver cada Dia” (desde 2009)

Escola Secundária de Bocage (desde 2009)

Instituto dos Ferroviários (desde 2009)

Direcção Geral da Reinserção Social – Equipa de Setúbal (desde 2009)

Escola Básica 2/3 Aranguez (desde 2009)

Associação Jardim Infância “O Sonho” – Equipa RSI (desde 2010)

Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Setúbal (desde 2010)

Data do início do projecto: 01/02/2008

Data do termo: 30/06/2011

Resumo

Diferentes factores de desfavorecimento recaem em muitas famílias que, tendo herdado práticas de educação pautadas por contextos desfavorecidos e reprodutores de culturas de exclusão, dificilmente ultrapassarão essas barreiras se não lhes forem disponibilizadas novas oportunidades para as suas vidas.

Sendo certo que as dificuldades nas relações entre pais e filhos podem ocorrer em qualquer ambiente e enquadramento social, será sem dúvida mais incisivo em famílias e comunidades fragilizadas onde reinam culturas de sobrevivência e se reproduzem hábitos e experiências nem sempre positivas.

Neste contexto, o apoio de projectos que, pela sua abordagem à problemática da formação parental, contribuam para melhorar situações concretas e, sobretudo, mobilizem atenções e se focalizem nas problemáticas do foro da família deverão destacar-se pela sua relevância.

O Projecto NOP, pelos objectivos que prossegue, pelas actividades e intervenções que mobilizou, apresenta importantes potencialidades de contribuição, que passaremos a apresentar no presente capítulo, para a aquisição e/ou melhoria de competências parentais, contribuindo também, dessa forma, para que crianças/jovens sinalizados como em situação de risco se mantenham na família e na comunidade a que pertencem, evitando-se assim a sua institucionalização.

Abstract

Different factors of disadvantage fall into many families which, having inherited the practice of an education guided by disadvantaged backgrounds and culture exclusion, can hardly surpass these barriers if new opportunities are not available for their lives.

Whilst the difficulties in relations between parents and children can occur in any environment and social framework, these will be, undoubtedly, more assertive in fragile families and in communities where survival culture reigns and breeding habits and experiences are not always positive.

In this context, support of projects which, by their approach to the problem of parental training, help to improve the concrete situation and, above all, to mobilize and focus attention on family issues should stand out for their relevance.

The NOP (Parental New Opportunities) project, by the objectives pursued and the activities and interventions that it mobilized, with a significant contribution to the acquisition and / or improvement of parenting skills, and thereby contribut-

ing to children / young people in a situation marked as risk, to remain in their family and their community, avoiding their institutionalization.

Those contributions are presented in this chapter.

1. Introdução

A Questão de Equilíbrio foi criada em 1994 com o objectivo principal de *promover, entre os jovens¹, actividades desportivas e pedagógico-terapêuticas de descoberta, aventura e risco, como forma de intervenção na modificabilidade comportamental social, bem como actividades culturais e recreativas de apoio à descoberta das suas aptidões e interesses vocacionais*, e de estudar formas possíveis de *reentrada* dos jovens nas suas respectivas famílias, sempre que estas se encontravam acompanhadas por técnicos na área da reinserção.

Nos casos em que tal não foi possível por motivos de insegurança, evidenciada pela existência de violência ou desorganização grave no agregado familiar, foi encontrada uma *solução provisória²*, até ao acolhimento no «Lar da Terroa», instalação cedida pelo Instituto Nacional da Habitação.

Actualmente, a Questão de Equilíbrio multiplicou as suas respostas sociais³ e diversificou os públicos-alvo, os seus objectivos alargaram-se à *criação de respostas adequadas e eficazes para crianças, jovens e famílias em situação de risco e/ou exclusão social, bem como à prevenção de situações de risco e à promoção da inclusão social*.

A intervenção é pautada por estratégias e metodologias adequadas à diversidade dos públicos-alvo e utiliza as *Actividades de Risco Controlado⁴*, como Recurso Técnico Pedagógico.

É parceira activa nas diferentes Redes Sociais Locais e Sectoriais, nomeadamente na CLAS de Setúbal e Palmela, na Comissão Alargada da CPCJ de Setúbal e Palmela, na União Distrital das IPSS e na Confederação Nacional de Instituições de Solidariedade.

¹ Jovens sem abrigo que deambulavam pelas ruas de Setúbal.

² Instalação de tendas no parque de campismo municipal de Setúbal.

³ Acordo de Cooperação, ISS-IP: **Lar de Infância e Juventude 1 de Junho**, desde 2001, situado em Palmela e com capacidade para 12 jovens dos 12 aos 18 anos; **Apartamento de Autonomização**, desde 1995, situado no Bairro da Terroa, em Setúbal, com capacidade para seis Jovens com mais de 16 anos e em situação de autonomia; **Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental (CAFAP)**, desde 2004, em Setúbal, dirigido a crianças e jovens em situação de risco e suas famílias.

⁴ Martínez, R.M., *Marginación y Integración Social: Una experiencia a través del deporte de riesgo*, Tesis Doctoral, Sevilla, Universidade de Sevilla, Departamento de Sociología, Programa de Doctorado Análisis Sociológico de las Sociedades Complejas, 2007.

Para além de respostas sociais com *Acordo de Cooperação*⁵, a Questão de Equilíbrio tem vindo a desenvolver ao longo dos anos, como promotora ou parceira, diversos projectos, nacionais e internacionais.

Neste contexto de permanente preocupação em intervir sempre com metodologias inovadoras e adequadas à diversidade dos problemas sociais que surgem, a Questão de Equilíbrio entendeu que o Programa «Crianças e Jovens em Risco», do Serviço de Saúde e Desenvolvimento Humano da Fundação Calouste Gulbenkian, seria uma oportunidade para alargar a sua intervenção às famílias de crianças/jovens que vivem nos lares de acolhimento de crianças e jovens, que frequentam o Projecto «Escola da Floresta» e/ou são atendidos por entidades das redes nas quais participa activamente nos últimos anos.

Numa perspectiva de que «**Mais vale prevenir que remediar**» e «**Mais vale apoiar a família que institucionalizar a criança/jovem**», a Questão de Equilíbrio concebeu e desenvolveu um Programa de Formação Parental adequado às necessidades no âmbito das competências parentais dos pais e famílias com crianças e jovens em risco sinalizados na CPCJ de Setúbal, mediante um diagnóstico individualizado por *agregado* e a utilização de estratégias formativas que promovessem a articulação entre a formação teórica e a sua aplicação em contexto real, nomeadamente através de estratégias de tutoria, de forma a operacionalizar no quotidiano os conteúdos abordados na formação em sala.

2. Enquadramento

Para a concepção do Programa de Formação Parental NOP, foram consideradas as investigações e estudos efectuados no domínio das competências para a parentalidade e para a saúde, a formação de adultos, o desenvolvimento da criança e a intervenção com famílias multiassistidas.

Dos quais destacamos os trabalhos na área das neurociências que referem que «(...) O curso do desenvolvimento da criança pode ser alterado na primeira infância, através de intervenções eficazes que modifiquem o equilíbrio entre os factores de risco e de protecção alterando desigualdades, em favor de resultados mais positivos e adaptativos (...)»⁶ (Shonkoff & Philips, 2000) e que os programas de intervenção, para serem eficazes, devem ser *compreensivos*⁷, isto é, contemplar a com-

⁵ Despacho Normativo n.º 75/92, de 23 de Abril.

⁶ *Comitee on Integrating the Science of Early Childhood Development – From Neurons to Neighborhoods: The Science of Early Childhood Development.*

⁷ *The Effectiveness of Early Intervention.*

binação de diferentes modelos de prestação de serviços, ser *continuados*⁸ (duração e intensidade), ter *estratégias flexíveis*⁸, promover o *envolvimento activo da família*⁸ nomeadamente dos pais/cuidadores e serem desenvolvidos nos *contextos naturais da criança*⁸ (Guralnick, M., 1997).

Por outro lado, considerando a população-alvo seleccionada, **pais/cuidadores de crianças/jovens em risco**⁸ sinalizadas/acompanhadas pela CPCJ, tornou-se necessário conhecer as características individuais da criança e dos pais/cuidadores, do sistema familiar e do contexto sociocultural, que podem constituir-se como factores protectores ou precipitar situações de risco ou de perigo para a criança/jovem.

Para tal, contribuiu o Modelo Ecológico de Avaliação e Intervenção em Situações de Risco e de Perigo⁹ (DH & DEEHO, 2000), citado no *Guia de Orientações para os Profissionais da Acção Social na Abordagem de Situações de Perigo*, em que a promoção e protecção dos Direitos das Crianças resulta da interacção dos seguintes aspectos:

- *Necessidades de Desenvolvimento da Criança* – saúde; educação; desenvolvimento emocional e comportamental; identidade; relacionamento familiar e social; apresentação social; capacidade de autonomia.
- *Competências Parentais* – cuidados básicos; segurança; afectividade; estimulação, estabelecimento de regras e limites; estabilidade.
- *Factores Familiares Ecológicos* – história e funcionamento familiar; família alargada, condições habitacionais; situação profissional; rendimento familiar; integração social da família; recursos comunitários.

Também, no que diz respeito à Capacidade Parental (*Parenting Capacity*), definida por Daro (2002) como a capacidade de *assegurar* que as necessidades de desenvolvimento das crianças são atingidas adequadamente, refere que esta pode ser ilustrada através de um número amplo de aspectos que incluem as *tarefas parentais* essenciais para assegurar: cuidados básicos; segurança; apoio emocional; orientação e limites; estimulação e estabilidade.

No que diz respeito às aos *factores de risco e protecção* identificados, sabemos que:

- A presença de factores de risco não significa automaticamente estarmos perante uma situação de criança/jovem em risco, sendo para tal necessário analisar cada situação de forma *integrada*;

⁸ «Aquele que pelas suas características biológicas ou enquadramento sociofamiliar apresenta maior probabilidade de ser alvo de dificuldades que comprometem a satisfação das suas necessidades básicas de natureza material ou afectiva e o seu processo de desenvolvimento» Penha (2000).

⁹ Department of Health, Department for Education and Employment and the Home Office, *Framework for the Assessment of Children in Need and Their Families*, London, The Stationery Office, 2000.

- O efeito dos factores de risco é diferente em cada família e *varia* consoante os *recursos* ou factores protectores/compensatórios de que cada uma dispõe.

Por fim, para ser dada continuidade ao nosso objectivo, foi também indispensável conhecer mais sobre os programas de intervenção para pais, tendo contribuído para tal a revisão da literatura efectuada por Coutinho¹⁰, 2004, no âmbito do Estudo sobre Modelos, Programas e Práticas para promoção da Parentalidade Positiva.

Foram identificadas por esta autora as seguintes tipologias¹¹ de programas:

- **Treino de pais**, *Parent Training*, com enfoque mais comportamentalista – em regra filma-se a interacção dos pais/cuidadores com as crianças, analisa-se a filmagem, estabelecem-se objectivos a desenvolver, predominantemente de âmbito individual e frequentemente dirigidos a pais de crianças/jovens com problemas de comportamento;
- **Educação/Formação parental**, *Parent Education* – passagem de informação, sessões em grupo de duração variável (quatro a 12 sessões), organização de temas em função das faixas etárias das crianças e das necessidades do grupo de pais/cuidadores; dirigido a pais de crianças com problemas de desenvolvimento ou, numa dimensão preventiva, dirigido a pais de crianças em risco biológico e envolvental;
- **Suporte parental/familiar**, *Family/Parental suport* – de apoio social, activação de um fluxo de recursos e apoios à família (alimentação, vestuário, rendimento, etc.) de modo a fortalecer o seu funcionamento, sendo frequentemente desenvolvido mediante visitas domiciliárias;
- **Aconselhamento parental**, *Parent counseling* – aconselhamento em regime individual de clínica privada;
- **Grupos de ajuda mútua**, *Self-help* – organizados por pais/cuidadores para pais/cuidadores, tendo por base a discussão e partilha de experiências.

Na generalidade, todos estes programas pretendem *melhorar o conhecimento* (*conhecimento*) dos pais sobre a criança e a função parental; ensinar os pais a gerir o comportamento das crianças, ensinar os pais a lidar (*competência*) com o stress e/ou apoiar os pais na melhoria das suas relações (*atitude*) com os outros (*rede social*).

Genericamente, pode dizer-se que os programas de educação/formação parental, *Parent Education*, na sua maioria têm como objectivos a *aquisição de conhe-*

¹⁰ Encontro Temático «Novas Abordagens das Políticas e Medidas no Ambito da Parentalidade Positiva». Modelos, Programas e Práticas para Promoção da Parentalidade Positiva. Braga, 11 de Novembro de 2008.

¹¹ Coutinho, «Apoio à família e formação parental», in *Análise Psicológica*, 1 (XXII), 2004, pp. 55-64.

cimentos específicos (ex. serviços, legislação, desenvolvimento da criança/jovem), facilitar o *desenvolvimento* e a *competência* dos seus *filhos*, melhorar na prestação de cuidados à criança e promover a interação pais-criança.

Em suma, na capacitação (*empowerment*) de pais/cuidadores para a parentalidade devem ser utilizados os recursos (programas e metodologias) em função das necessidades do grupo-alvo.

Assim, o Programa de Formação Parental NOP deveria:

- Ser organizado e desenvolvido para responder aos problemas concretos evidenciados pelos *agregados-alvo*, mediante a *aproximação real* aos mesmos, que frequentemente se encontra limitada pela insuficiência de recursos disponíveis, «**muitos agregados e poucos técnicos**»;
- Dinamizar e manter *sinergias de articulação* entre os parceiros e entidades locais prestadoras de serviços aos *agregados-alvo*: formação, saúde, acção social e emprego;
- Privilegiar a análise de *situações reais*, que contribuísem para a concepção e utilização de materiais e instrumentos adaptados aos *agregados-alvo*, de modo a garantir a coerência dos conteúdos com as *necessidades e capacidades individuais*;
- Ter como **Referencial** as seguintes competências seleccionadas da bibliografia existente e do conhecimento adquirido pela experiência da Questão de Equilíbrio: gerir o funcionamento da família garantindo o espaço da criança/jovem; saber observar e ouvir, com vista a contribuir para a avaliação das potencialidades da criança/jovem; responder às necessidades básicas da criança/jovem; identificar problemas, inaptações ou carências da criança/jovem; garantir a limpeza corrente do vestuário e da casa; organizar o espaço no sentido do conforto e da segurança; gerir o percurso escolar e formativo; tomar responsabilidade da criança/jovem nos planos: afectivo; higiene corporal, saúde física e psíquica, segurança...; transmitir conhecimentos, valores, experiências que promovam o desenvolvimento da autonomia e da socialização; dar referências, ser assertivo, fixar e manter limites; gratificar e sancionar; ajudar à integração da criança/jovem em todas as suas dimensões; partilhar/intercambiar e jogar com a criança/jovem; assumir-se como modelo de referência para a criança/jovem; desenvolver as condições necessárias para um relacionamento da criança/jovem com o meio social mais alargado; ajudar a criança a ser tolerante e perseverante, capaz de resistir ao imediatismo e a lidar com o insucesso, com vista à ultrapassagem de dificuldades; fa-

cilitar as condições de relacionamento da criança/jovem com o resto da família, professores e técnicos;

- Proporcionar a *participação* dos *agregados-alvo* na concepção de estratégias de *resolução dos problemas* que os afectam mediante *formação de pares*, participação na definição de «*objectivos a atingir*» no plano individual de aprendizagem e colaboração na concepção dos *materiais pedagógicos*;
- Apresentar *coerência* entre os assuntos tratados na formação e a sua *utilidade e aplicabilidade* ao quotidiano, evitando o desperdício de tempo com conceitos de difícil apropriação e de modo a criar um *referencial de competências* e uma *cultura comum* sobre o enquadramento educativo das crianças e jovens destes *agregados-alvo*;
- Assegurar a transição de uma lógica de formação *magistral* ou informativa para uma *lógica participativa e colaborativa*, onde coexistirão *saber, saber fazer e saber estar*;
- Aumentar a adesão dos *agregados-alvo*, prever ao nível da organização e funcionamento da formação diferentes contextos (sala, comunidade e domicílio), estatégias diversificadas, tempos de autoformação, de experiência pessoal, de prática acompanhada, de prática autónoma, de retorno e de avaliação do processo e do desempenho individual, de conciliação das actividades com as responsabilidades profissionais e familiares dos *agregados-alvo* e de motivação e adesão;
- Prever um sistema de *avaliação* que, para além de ajudar a monitorizar o próprio projecto, incentivasse a auto-avaliação dos *agregados-alvo*, num processo de autodescoberta, autoconhecimento e auto-regulação das suas competências parentais.

3. Metodologia

Para concretização do *objectivo geral* do Projecto NOP, **capacitar pais e/ou família de jovens sinalizados como em situação de risco pela CPCJ de Setúbal**, para que possam **responsabilizar-se pelo acompanhamento dos seus mais jovens**, evitando a sua institucionalização ou criando as condições necessárias para um acompanhamento parental efectivo que facilite a sua plena integração social e familiar, se saídos de instituições onde permaneceram por algum tempo, foram identificados os seguintes *objectivos específicos*:

- Capacitar, através de uma formação adequada, os pais e famílias de jovens sinalizados como em situação de risco pela CPCJ de Setúbal, em particu-

lar os que ainda frequentam as escolas Secundária Sebastião da Gama e Básica 2,3 Luísa Todi, no pólo educativo, a Escola da Floresta, onde funcionam Cursos Educação Formação dirigido a jovens que abandonaram o sistema regular de ensino, sinalizados como portadores de perturbações emocionais e de comportamento, com processos judiciais, em alguns casos com aplicação de penas, tendo por base uma intervenção que evite a sua institucionalização, actuando-se assim de forma preventiva;

- Capacitar, através de uma formação adequada e de um acompanhamento técnico próximo, as famílias/agregados dos jovens actualmente acolhidos em instituições, nomeadamente em lares da Questão de Equilíbrio, de forma a garantir as condições necessárias que propiciem o seu regresso à família, em condições de estabilidade, organização, responsabilidade e segurança;
- Potenciar a capacidade de envolvimento e a motivação dos pais e/ou familiares que aderirem ao projecto, para intervirem junto de outros pais e/ou famílias, como estratégia de motivação e adesão de outros, para a mudança de atitudes e comportamentos, tendo em vista a responsabilização e capacitação para o exercício das funções parentais (formação de pares);
- Conceber, organizar e desenvolver um programa de formação parental adequado às características do grupo-alvo, mediante o aprofundamento do diagnóstico e a utilização de estratégias que promovam a articulação entre formação teórica em contexto real, nomeadamente através da formação em domicílio-tutoria, de forma a operacionalizar no quotidiano os conteúdos abordados na formação;
- Promover um sistema de auto-avaliação para promover o desenvolvimento pessoal, contribuindo este objectivamente para o aumento da auto-estima, consolidando os processos de autocontrolo, de responsabilização e de autonomia pessoais.

Durante os três anos de execução do projecto foram recebidas mediante **encaminhamento**¹² 84 famílias/agregados que integravam 211 crianças/jovens e 141 pais/cuidadores com a seguinte caracterização (*Factores Familiares Ecológicos*):

¹² Para sinalizar/encaminhar os pais/cuidadores para a participação no NOP. Primeiro documento onde se recolhem informações básicas do agregado e da criança/jovem. O primeiro contacto é do responsável pela criança. Mediante assinatura, pode entender-se como uma contratualização entre o projecto e o beneficiário. Em alguns casos os parceiros enviavam o documento para ser assinado pelos cuidadores em conjunto com a equipa técnica do NOP, noutros casos o documento era assinado pela família junto dos técnicos de encaminhamento, chegando à equipa já com a aceitação.

- **Género** – 67% de mães/cuidadoras femininas e 33% de pais/cuidadores masculinos;
- **Idade** – 56% dos pais/cuidados têm idades compreendidas entre os 26 e os 45 anos e 20% mais de 46 anos;
- **Nível de Escolaridade** – cerca de 61% dos pais e cuidadores têm escolaridade até ao 2.º Ciclo e 37% têm escolaridade até ao 3.º Ciclo;
- **Situação perante o emprego** – 44% dos pais e cuidadores estão desempregados e 26% activos, sendo desconhecida a situação de cerca de 14%;
- **Apoio Sociais** – 64% dos pais/cuidadores recebem RSI¹³ ou outros apoios sociais (abonos; bolsa formação; subsídio social de desemprego subsequente ao subsídio de desemprego);
- **Número de elementos do agregado familiar** – 65% dos agregados familiares tem quatro a seis elementos;
- **Pais/cuidadores abrangidos por medidas de promoção ou protecção**¹⁴ – 55% dos pais/cuidadores que integram os agregados encaminhados são acompanhados pela CPCJ ou pela EMAT¹⁵;
- **Crianças/jovens com medidas de promoção ou protecção**¹⁴ – 31% das crianças que integram os agregados encaminhados são acompanhadas pela CPCJ ou pela EMAT.

No que diz respeito às problemáticas¹⁶ que suscitaram o encaminhamento dos agregados familiares para a intervenção do NOP, verificou-se que a maioria tinha por fundamento o *insucesso/abandono escolar dos filhos* e a existência de mais do que uma problemática em que nenhuma se destaca só por si (*sem uma problemática específica*).

Perante a caracterização efectuada era indispensável que a intervenção tivesse uma abordagem estimuladora para a aquisição de competências por parte de pais ou outras figuras responsáveis por crianças e jovens que apresentam uma ou várias problemáticas individuais, familiares e socioculturais associadas, contribuindo deste modo para *evitar* ou *reduzir* a institucionalização, bem como favorecendo a preservação da família através da redução dos factores de riscos familiares.

Simultaneamente, através de casos de sucesso, identificar-se-iam *pais de referência*, que contribuísem para aumentar o número de outras famílias, com realidades familiares semelhantes, para participar/beneficiar no projecto.

¹³ Rendimento Social de Inserção. Lei n.º 13/2003, de 21 de Maio.

¹⁴ LPCJP – Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo.

¹⁵ Equipa Multidisciplinar de Apoio ao Tribunal.

¹⁶ Ver Tabela 1.

Tabela 1. Tipo de problemática¹⁷

Tipo de problemática que desencadeou o encaminhamento para o projecto	M	F
Sem problemática específica ¹	17	25
Negligência sobre os filhos	5	11
Conflitos intrafamiliares	3	4
Insucesso/abandono escolar dos filhos	9	18
Comportamentos disruptivos dos filhos	2	5
Gravidez na adolescência	1	1
Incapacidade física e/ou psicológica	2	3
Monoparentalidade	1	14
Medida CPCJ	4	4
Outra medida judicial ou de apoio social	2	3
Outras (coabitação no agregado de jovem sinalizado/parentalidade por abandono da progenitora)	3	12
Sem informação	3	4

No que diz respeito às actividades desenvolvidas, a equipa, após as acções de divulgação e de alargamento da parceria, iniciou o processo de constituição dos grupos-alvo de formação parental.

Para tal, após o *encaminhamento* de um agregado, foi realizado um trabalho de aproximação junto dos indivíduos que constituem as famílias, com o estabelecimento de *relações de confiança* entre os técnicos e os membros das famílias/agregados, indispensáveis para a concretização dos objectivos.

Foi necessário promover a *reflexão* e de *discussão* que permitissem aos indivíduos perceberem as mais-valias que poderiam retirar desta proposta de intervenção. A mobilização dos indivíduos dos agregados/famílias para a de intervenção foi dificultada quando se verificou existir nas famílias/agregados uma certa *confusão* entre *apoio social* e outras acções/intervenções que não tenham *contrapartidas materiais* concretas.

Procurou-se, através das visitas domiciliárias¹⁸, desenvolver um trabalho de preparação e sensibilização para a capacitação parental e, simultaneamente, apoiar na superação de algumas dificuldades materiais existentes (fornecimento de roupa e outros utensílios domésticos, transporte, etc.) e que constituíam, para algumas famílias, uma barreira efectiva à participação na formação.

¹⁷ Existe mais do que uma problemática e nenhuma se destaca só por si.

¹⁸ **Registo de acompanhamento** – instrumento que regista a data e as actividades desenvolvidas nas acções de tutoria no domicílio dos agregados/famílias.

As visitas domiciliárias permitiram identificar as dificuldades na relação dos cuidadores com as suas crianças/jovens e as competências parentais ausentes ou deficientes, e perceber os défices e capacidades educativas dos pais. E, deste modo, sistematizar as competências para a parentalidade já existentes e a desenvolver no âmbito do projecto.

Assim, no decorrer destas visitas de **sensibilização** foi efectuado o preenchimento da **Ficha de Utente**¹⁹ e da **Ficha de Recolha de Dados e de aceitação de participação**, sempre que não tivessem sido completamente preenchidas pelo técnico de encaminhamento.

Com base nesta identificação, foram definidos e desenvolvidos os conteúdos programáticos a aplicar no âmbito da formação parental em sala. A articulação entre a equipa e a entidade formadora foi indispensável para a configuração de um **plano de formação**²⁰ ajustado às reais necessidades dos beneficiários da formação parental.

A natureza do projecto, os seus objectivos e o grupo-alvo implicaram algumas adaptações e ajustamentos às situações familiares que iam surgindo. Foi necessária capacidade de *gestão do imprevisto e de imaginação* no sentido de ultrapassar as dificuldades que foram surgindo no quotidiano das famílias encaminhadas.

Da análise das características dos agregados encaminhados foram definidas as seguintes estratégias:

- *Inclusão de todos os adultos cuidadores do agregado* como beneficiários da intervenção de modo a garantir um contexto de desenvolvimento de competências idêntico a todos os cuidadores da criança/jovem, a promover e a alargar o suporte familiar e social;
- Desenvolvimento da *formação em sala por formadores externos à equipa*, com experiência em formação de grupos desfavorecidos socialmente e com baixos níveis de qualificação para facilitar aos participantes/destinatários da formação em sala a selecção/identificação das suas necessidades formativas e, deste modo, proporcionar à equipa do projecto um contexto real de observação das percepções dos pais/cuidadores, sobre os seus estilos e práticas da parentalidade e dos seus conhecimentos sobre as necessidades das suas crianças/jovens;
- *Facilitar a presença dos cuidadores na formação em sala*, disponibilizando transporte para se deslocarem ao local da formação, organizando e

¹⁹ Para caracterizar os elementos relevantes relativos à situação pessoal, familiar, escolar ou socioprofissional da criança/jovem e do seu agregado familiar.

²⁰ A preencher pela entidade formadora para cada grupo de formação, explicitando-se os objectivos de cada sessão, bem como os conteúdos programáticos, métodos e materiais.

desenvolvendo actividades lúdicas e pedagógicas para os filhos mais pequenos que frequentemente acompanhavam os cuidadores no horário de formação, disponibilizando lanche para todos os presentes. As actividades com as crianças foram programadas de forma a favorecer a sua conciliação com o desenvolvimento de competências dos pais/cuidadores – por exemplo, se os cuidadores tinham abordado o tema da alimentação saudável, a actividade dos filhos poderia consistir na elaboração de uma salada de frutas e, sempre que possível, as crianças/jovens produziam uma *recordação* do trabalho efectuado para levarem para casa ou para oferta aos pais/cuidadores;

- *As actividades lúdicas e pedagógicas* desenvolvidas com as crianças mais jovens, para além de serem muito importantes e apreciadas pelas próprias e pelos pais, foram utilizadas também para discussão e análise em contexto de formação;
- *Organização/Calendarização* da formação em sala de acordo com as *disponibilidades* de cada grupo;
- *Dinamização de actividades de risco controlado* propiciadoras de contextos de observação e promoção das interacções entre pais e crianças;
- *Realização de visitas de tutoria* de acordo com a disponibilidade das famílias e de modo a dar continuidade à formação em sala no contexto natural da criança/jovem.

Foram integrados em grupos de formação cuidadores de 65 agregados envolvendo 110 pais/cuidadores, com *disponibilidades* idênticas, para iniciar a formação parental organizada em 48 horas de formação em sala e 24 horas de tutoria (podendo este número de horas variar sempre que tal se mostrou adequado), num total máximo de 72 horas.

A calendarização da formação em sala foi variável, nos grupos 1 (20 indivíduos) e 2 (25 indivíduos) teve uma frequência quinzenal (sábados), no grupo 3 (37 indivíduos) foi semanal (2.^a feira) e no grupo 4 (28 indivíduos) foi bissemanal (2.^a e 5.^a feira).

A formação em sala não teve conteúdos exactamente iguais para todos os grupos, uma vez que o Referencial de Competências Parental definido foi sendo adaptado às características e necessidades identificadas pela equipa e pelos formandos/cuidadores.

Os temas abordados nas sessões dos diferentes grupos foram: desenvolvimento da criança e do adolescente; vinculação; funções da parentalidade; diferentes estilos de educação; educação com afecto; comunicação; agressividade

infantil; condutas aditivas e de risco; habilidades sociais; segurança das crianças; satisfação das necessidades básicas; higiene habitacional e pessoal; higiene alimentar, alimentação saudável e necessidades nutricionais; saúde – problemas mais comuns na infância; doenças psicossomáticas; criança hiperactiva; direitos da criança; hábitos de estudo; autocontrolo, incentivo à curiosidade e cidadania; participar na vida colectiva transmitindo um modelo positivo; gestão de tempo; direitos das crianças.

Foram utilizadas metodologias de dinâmicas de grupo, de estudos de caso, de visualização de filmes e de discussão de problemáticas, sugeridas pelos próprios participantes e estruturadas de acordo com os objectivos definidos.

Nos segundo, terceiro e quarto grupos de formação, foi entregue aos participantes um Manual de Formação, com os vários temas abordados e sugestões para lidar com questões relacionadas com a educação das suas crianças/jovens, e um **Certificado de Participação**²¹.

A formação em sala foi reforçada e consolidada por uma **formação em contexto real**, que se traduziu num acompanhamento regular e efectivo das famílias/agregados nos respectivos domicílios, denominada **tutoria**.

A *tutoria* foi efectuada por duas técnicas a cada família/agregado. Não obedeceu a um agendamento rigoroso, mas procurou responder às necessidades e disponibilidades de cada agregado, ao seu nível de autonomia e capacidade demonstrada, na resolução de problemas mediante transferência das aprendizagens efectuadas.

Aos agregados com menor presença nas sessões em sala foi feito um maior número de tutorias, de forma a compensar a ausência de participação naquelas sessões.

A *tutoria* procurou trabalhar²² comportamentos menos adequados, ultrapassar situações menos boas e identificar e trabalhar competências ausentes, deficientes ou mais frágeis, tendo sido construído para o efeito um instrumento de trabalho que identifica as competências parentais a trabalhar e a (re)construir no **Plano Individual de Aprendizagem**²³.

Para uma melhor articulação entre os conceitos apreendidos na formação em sala e a aplicabilidade em contexto da vida quotidiana, a equipa técnica responsá-

²¹ Entregue a todos os indivíduos que concluíram as acções de formação (Sala e Tutoria).

²² **Competências parentais** – Tutoria – para recolher regularmente informação no que respeita às competências a desenvolver/adquiridas face ao referencial. Adaptado do *Questionário de Competências Parentais*.

²³ Onde se identificam os objectivos a alcançar com a intervenção na família e as actividades a desenvolver com vista à concretização dos mesmos.

vel pela tutoria informou-se sobre os conteúdos desenvolvidos em sala e, sempre que se considerou necessário, assistiu a sessões em sala.

Ao longo da formação em sala e da tutoria, foram sendo compilados e construídos materiais que integram a **Maleta Pedagógica NOP**.

O processo de avaliação das famílias/agregados foi efectuado de acordo com a seguinte metodologia:

- Após as primeiras visitas de diagnóstico a equipa preenchia a grelha com o **referencial de competências parentais**²⁴, situando a situação da família em relação a cada item do referencial e registando-o no respectivo **Plano Individual de Aprendizagem**;
- No início da formação em sala os cuidadores preenchiam o mesmo referencial, o **Questionário de Competências Parentais**²⁵, auto-avaliando-se (excepto o grupo 1). Alguns agregados não o preencheram por não terem frequentado nenhuma sessão de formação. O preenchimento foi feito em contexto de sala com o objectivo de afastar a situação de avaliação das visitas de tutoria e evitar, assim, maiores resistências à mesma.
- Para a monitorização da evolução de cada um dos agregados/famílias envolvidos, com intervalo de 3/4 visitas domiciliárias, foi registada em **fichas de acompanhamento**¹⁹ a evolução dos mesmos de acordo com o conjunto de indicadores definidos, permitindo comparar as alterações que foram ocorrendo no contexto familiar do agregado e efectuar alterações e/ou ajustamentos de modo a atingir os melhores resultados possíveis.
- No final da tutoria, os agregados preenchem a **Ficha de Competências Parentais – Auto-avaliação**²⁵ relativa ao referencial de competências parentais, onde se posicionavam em relação ao que haviam adquirido com a formação em sala e tutoria, fazendo a avaliação de todo o processo desenvolvido, onde poderiam salientar o que lhes tinha sido mais útil, bem como o que modificariam na intervenção. À equipa técnica cabia a avaliação final, com a evolução de cada competência constante no referencial, bem como a informação sobre os objectivos individuais de aprendizagem traçados e seu grau de concretização.

²⁴ **Questionário de Competências Parentais** (Técnico/Cuidador) – para assegurar a avaliação contínua das competências parentais, bem como a evolução das mesmas. O questionário de auto-avaliação a preencher pelos agregados no final da intervenção foi igual, mudando apenas as opções de resposta que eram «aprendi bastante», «aprendi», «aprendi pouco» e «não sei/não respondo».

3.1. Impacto

Dos 84 agregados que foram sinalizados/encaminhados, 95,2% assinaram acordo de intervenção, e destes, 81,3% iniciaram a formação/tutoria. Ultrapassou-se, desta forma, os valores estimados inicialmente de 80% de adesão do grupo-alvo sinalizado.

Realça-se que integraram grupos de formação (que incluem a formação em sala e a tutoria) 65 agregados, mais 10 que os previstos inicialmente, significando que tal objectivo foi atingido em 118,2%.

Ao longo do projecto foram constituídos quatro grupos de formação, envolvendo 65 agregados/famílias, 110 cuidadores e 175 crianças/jovens.

No que diz respeito às qualificações escolares²⁵ dos 110 pais/cuidadores envolvidos, cerca de 14% eram analfabetos, 56% detinham escolaridade até ao 2.º Ciclo e 22% tinham o 3.º Ciclo, isto é, cerca de 70% dos indivíduos envolvidos na formação não possuíam mais do que o 2.º Ciclo do Ensino Básico.

Tabela 2. Nível escolaridade dos cuidadores

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
Analfabeto	3	4	2	6	15
1.º Ciclo	8	6	18	6	38
2.º Ciclo	3	7	8	6	24
3.º Ciclo	6	7	8	3	24
Secundário	0	1	0	3	4
Sem informação	0	1	0	4	5

O grupo etário²⁶ mais frequente dos indivíduos envolvidos foi o 36-45 e, em termos médios, os agregados tinham cinco elementos.

Dos 110 pais/cuidadores que ingressaram os grupos de formação, 60 pais/cuidadores encontravam-se em acompanhamento pela CPCJ de Setúbal e 50 crianças/jovens com medidas da CPCJ ou da EMAT.

Considerando os dados relativos a 31 de Dezembro de 2010, dos 65 agregados que ingressaram nos grupos de formação, quatro desistiram formalmente, logo, a **taxa de permanência** (n.º que iniciou/n.º que desistiu) foi de **93,9%** e, somando-se os seis agregados aos quais a equipa não conseguiu realizar tutoria/fazer acompanhamento

²⁵ Ver Tabela 2.

²⁶ Ver Tabela 3.

contínuo durante mais de seis meses, concluiu-se que a **taxa de permanência efectiva no projecto** (n.º que iniciou/n.º que desistiu e/ou foi excluído) foi de **90,2%**.

Tabela 3. Os Grupos de Formação

	Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3	Grupo 4	Total
N.º de agregados/famílias	10	15	20	20	65
N.º de cuidadores	20	25	37	28	110
Grupo etário mais frequente dos cuidadores	36-45 (11)	36-45 (9)	26-35 (11) 36-45 (11)	26-35 (11)	

Relativamente à participação dos agregados na *tutoria*, até 31 de Dezembro de 2010, 76,9% dos agregados e 78,2% dos cuidadores envolveram-se nesta acção, no entanto, apesar de a intervenção se alargar a todos os elementos do agregado com contacto com a criança/jovem, nem todos os cuidadores do mesmo agregado se envolveram da mesma forma na *tutoria*.

A formação de pares projectada em candidatura não se desenvolveu conforme o esperado. Percebeu-se, ao longo do desenvolvimento do projecto, que, pelas características dos agregados com que se realizou a intervenção, os indivíduos não eram *receptivos* à execução do planeado.

Assim, optou-se por convidar alguns cuidadores envolvidos nas acções anteriores, para motivar os que se encontravam na fase inicial de formação parental das acções seguintes, delineando-se *objectivos de partilha* de experiência em detrimento dos inicialmente definidos de *formação de pares*.

Assim, duas cuidadoras pertencentes ao grupo 1 foram dar o seu testemunho numa sessão do grupo 2; uma cuidadora pertencente ao grupo 1 e outra pertencente ao grupo 2 participaram numa sessão do grupo 3; e uma cuidadora do grupo 2 foi dar o seu testemunho a uma sessão de formação do grupo 4.

Com esta participação, os pais/cuidadores com mais tempo de intervenção, mas ainda em *tutoria*, motivaram os cuidadores *recém-integrados*, partilhando as expectativas e resultados da sua participação no projecto.

Assim, estiveram envolvidos três cuidadores, representando três agregados/famílias, não tendo sido alcançado o impacto esperado de 25% de participantes na formação de pares, mas sim 2,7% dos cuidadores, o que se reflectiu em 4,6% do total das famílias.

No que diz respeito à prevenção da institucionalização de crianças/jovens ou à aplicação de medidas de reclusão, todas as 50 crianças/jovens sinalizadas na

CPCJ de Setúbal, cujos pais/cuidadores aceitaram participar na formação parental, mantiveram-se na família. À excepção de duas jovens que foram institucionalizadas *imediatamente após a mãe assinar o acordo de aceitação*, mas antes de ingressar no respectivo grupo de formação.

Dos beneficiários encaminhados, uma jovem foi retirada a uma família que tinha recusado a participação no NOP. Esta família foi-nos novamente reencaminhada no último semestre de 2010, mantendo-se a jovem institucionalizada.

A situação de dois agregados que assinaram a aceitação de participação no NOP, integrados no 3.º grupo, e que tinham quatro crianças institucionalizados (uma pela CPCJ e três pela EMAT), é anterior à sinalização/encaminhamento das famílias para o projecto. Destes, no 5.º semestre um dos jovens regressou à família e no 6.º semestre os dois irmãos também, mantendo-se uma criança institucionalizada, pertencente à outra família.

Pode concluir-se que o Programa de Formação Parental NOP contribuiu positivamente para a prevenção da institucionalização de crianças/jovens em risco e para o regresso à família/agregado de 75% das crianças/jovens institucionalizadas.

3.2. Equipa Técnica

Para a constituição da equipa técnica foram privilegiados técnicos com formação inicial em Ciências Sociais e Humanas das áreas da Educação, Serviço Social, Psicologia e Animação, com experiência de trabalho junto de grupos desfavorecidos socialmente (crianças, jovens e adultos).

Definiu-se que à equipa técnica caberia assegurar as actividades de divulgação e captação de beneficiários junto de grupos-alvo; diagnóstico de necessidades dos indivíduos a envolver; caracterização dos beneficiários; reforço da formação parental no domicílio dos participantes; *follow-up*; avaliação; intervenção em situação de crise; articulação com entidades parceiras; bem como outras que pudessem ser necessárias com o decorrer do projecto, nomeadamente administrativas e financeiras.

De modo a assegurar o adequado funcionamento das actividades previstas, foi considerado ser indispensável que todos os técnicos envolvidos possuíssem competências comportamentais de trabalho de equipa, auto-controlo emocional, empatia, liderança, técnicas de motivação, assertividade, facilidade de comunicação, voluntarismo, gestão de conflitos e conhecimentos de informática na óptica do utilizador (Pack Office).

De modo a otimizar os recursos financeiros disponíveis, ao longo do projecto a equipa foi sendo adaptada em função das actividades e necessidades, no que diz respeito ao número de técnicos envolvidos e às respectivas competências técnicas.

A equipa técnica participou em diferentes encontros relacionados com as actividades em desenvolvimento, como forma de reflectir sobre a prática e adquirir maior conhecimento.

Foram realizadas reuniões mensais de coordenação, validação de instrumentos e planificação, que permitiram aferir as dúvidas dos diferentes técnicos e pensar em conjunto nas formas de intervenção mais adequadas.

3.3. Parceiros

No momento da candidatura foram projectados como parceiros a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Setúbal, a E.B 2,3 Luísa Todi e a Escola Secundária Sebastião da Gama, por articularem com a «Questão de Equilíbrio» no âmbito das suas valências e projectos.

Foi formalizado protocolo com a CPCJ de Setúbal e efectuadas reuniões para análise de listagens de famílias (encaminhadas por outras entidades) para averiguação de estado de processo (activo/arquivado/inexistente). A CPCJ de Setúbal encaminhou alguns processos e mantiveram-se contactos para informar o parceiro de algumas alterações, esclarecimento de questões ou partilha de informação para otimizar estratégias de intervenção.

Inicialmente o projecto teve dificuldade em que as parcerias planeadas resultassem num número significativo de encaminhamentos para intervenção. Existiu a necessidade de alargar as parcerias informais a outras entidades, como foi o caso da Cáritas Diocesana de Setúbal – Projecto «Saber Viver cada Dia», Escola Secundária de Bocage, E.B. 2,3 Aranguez e Associação Jardim-de-Infância «O Sonho» – Equipa de acordos de Rendimento Social de Inserção.

Existiram entidades que encaminharam utentes para o NOP, por terem tido conhecimento da intervenção através de entidades parceiras, como foi o caso do Instituto dos Ferroviários, da Direcção Geral da Reinserção Social – Equipa de Setúbal e da Equipa Multidisciplinar de Assessoria ao Tribunal de Setúbal.

Articulou-se com os técnicos das entidades parceiras (formais e informais) sempre que houve necessidade de partilhar informação para potenciar a intervenção de ambas as partes.

Foi criado um instrumento²⁷ para partilha de informação relativa a beneficiários do NOP, com as entidades parceiras, que incluía os objectivos traçados para cada família/agregado encaminhado e o grau de concretização dos mesmos.

²⁷ **Avaliação Técnica** – Partilha entre Instituições – preenchido pela equipa, após a conclusão da intervenção com a família, dando conta do envolvimento da mesma, objectivos delineados.

Este documento foi preenchido após a conclusão da intervenção com cada família/agregado pela equipa do NOP e enviado às entidades que sinalizaram a família. Assim, os parceiros ficariam com informação sobre o trabalho específico com cada família.

3.4. Materiais Construídos

Ao longo da execução do projecto foram construídos diferentes instrumentos e produtos em função das actividades e necessidades previstas e detectadas, tendo por base a pesquisa bibliográfica efectuada em torno dos programas de formação parental e a experiência da Questão de Equilíbrio em intervenção psicossocial.

Na fase inicial de funcionamento foi privilegiada a concepção ou adaptação de instrumentos que facilitassem o registo de contactos para divulgação das actividades e o encaminhamento e aprofundamento do diagnóstico de necessidades do grupo-alvo, dos quais destacamos: **Ficha de Registo**²⁸, **Registo de Reunião Técnica**²⁹, **Ficha de Recolha de Dados – Aceitação Participação** e **Ficha de Utente**.

De modo a facilitar a identificação, o desenvolvimento e a avaliação das famílias/agregados envolvidos face ao **Referencial de Competências Parentais**³⁰ que foram definidos no enquadramento da intervenção, foram concebidos: **Questionário de Competências Parentais**²⁵ **para Agregado (inicial e final) e para Técnico**²⁵, **Plano de Formação**²¹, **Plano Individual de Aprendizagem**²⁴, **Plano de Acompanhamento**³¹ (**Sessões de Formação**), **Registo de Acompanhamento**¹⁹, **Certificado de Participação**²² e uma **Maleta pedagógica** com os materiais da formação utilizados, que foram continuamente valorizados e aumentados com o envolvimento dos próprios formandos.

Por fim, tendo em vista proceder à avaliação de processo e de resultados foram concebidos os seguintes instrumentos: **Ficha de Avaliação do Projecto**³², **Fi-**

dos e grau de concretização. O documento é enviado às instituições que sinalizaram as famílias para o projecto.

²⁸ Para registar todos os contactos estabelecidos, mais concretamente contactos telefónicos e reuniões informais.

²⁹ Para registar as reuniões de parceria e o conteúdo das mesmas.

³⁰ Ver ponto 2 – Pág. 255.

³¹ Para sistematizar e organizar os objectivos e conteúdos abordados nas diferentes sessões e individualizá-los face a cada agregado.

³² A preencher pelos agregados na última visita de tutoria, como balanço do percurso desenvolvido ao longo da sua participação do projecto (formação e tutoria).

cha de Avaliação Final – Apreciação Técnica³³ e Ficha de Avaliação Técnica – partilha com instituições³³.

Destacamos que com a operacionalização do projecto e após os três anos de execução, alguns destes instrumentos deveriam ser alterados de forma a melhorar a obtenção da informação que se pretendia recolher e evidenciar. Genericamente, uns poderiam ser simplificados, reduzindo a diversidade de informação, e outros poderiam ser ampliados, de modo a contemplar diferentes dados e informações.

3.5. Principais Desvios

Inicialmente pensou-se na população-alvo como sendo os pais e famílias de crianças e jovens sinalizadas como em situação de risco na CPCJ de Setúbal. Com o evoluir do projecto, alargaram-se as parcerias como forma de abranger maior número de agregados, pelo que a população-alvo foi constituída por pais com necessidades no âmbito da parentalidade e/ou sinalizados como em situação de risco por diferentes entidades, tendo sido confirmados, após encaminhamento, os respectivos acompanhamentos pela CPCJ.

Não foram incluídos na intervenção pais com jovens institucionalizados nos lares da «Questão de Equilíbrio», porque estes jovens não eram acompanhados pela CPCJ de Setúbal.

Foi previsto que cada grupo receberia 72 horas de formação e, atendendo às características das famílias, a equipa dividiu a formação em 48 horas de formação em sala e 24 horas de tutoria.

O elevado número de horas/visitas de tutoria e o atraso na constituição dos grupos resultou num atraso nas acções de tutoria, pelo que só no 5.º semestre de implementação se iniciou a finalização da intervenção, com algumas famílias do 1.º grupo de formação.

Outro desvio relativo ao planeado foi a não constituição de grupos com as características pensadas na memória descritiva (1.º grupo – famílias dos jovens acolhidos nos lares da QU que frequentam o Projecto Escola da Floresta; 2.º Grupo – famílias dos jovens sinalizados pela CPCJ a frequentarem a Escola Sebastião da Gama; 3.º Grupo – famílias de jovens sinalizados pela CPCJ a frequentarem a Escola Luísa Todi; 4.º Grupo – famílias de jovens sinalizados pela CPCJ no âmbito da Lei de Protecção).

³³ Preenchido pelos técnicos de acompanhamento à família, onde se avalia a evolução de cada competência parental, bem como o nível da participação e envolvimento do agregado.

Tal deveu-se aos reduzidos encaminhamentos para o projecto nos dois primeiros anos de implementação. Os grupos foram constituídos com os agregados quando já existia um número aceitável de encaminhamentos, no caso dos dois primeiros, ou consoante a disponibilidade das famílias, no caso dos dois últimos.

4. Resultados

Para além dos impactos apresentados anteriormente, porque o projecto ainda se encontra em fase final de conclusão das suas actividades, sendo reduzido o número de agregados que concluíram integralmente todo o programa de formação previsto (sala e tutoria), não é possível apresentar os resultados totais alcançados por cada agregado no domínio das competências parentais.

No entanto, da análise efectuada das respostas dos cuidadores que já terminaram a intervenção até Fevereiro de 2011 e que responderam ao **questionário de avaliação do projecto**, foram identificados os temas relativos às fases de **desenvolvimento da criança**, à **importância da família no desenvolvimento da criança** e ao **papel dos pais na educação das crianças** como importantes em relação à **formação em sala**. A maioria dos indivíduos refere ter gostado de tudo, sendo que alguns realçaram a prestação das formadoras e os temas abordados.

No que diz respeito à **tutoria**, a maioria dos indivíduos referiu que o acompanhamento das técnicas do projecto no domicílio **foi mais útil** pelo **relacionamento com as mesmas** e pelo **reforço dos temas** das sessões e discussão de temas relativos aos filhos; referem ainda que o que mais gostaram foi da **partilha com as técnicas**, bem como do **esclarecimento e aconselhamento em assuntos dos filhos**, referindo não existir nada que não tenham gostado.

Relativamente à **avaliação global da intervenção**, a maioria considera que a **participação foi útil para si**, por terem **adquirido maior conhecimento sobre novos assuntos**, maior informação sobre assuntos que já conheciam e pela **partilha com técnicos**; a maioria reconheceu mudanças em si no que respeita à sua relação com os filhos; quanto às alterações que recomendavam ao projecto, a maioria não mudaria nada, havendo alguns indivíduos a assinalar que a formação deveria ser mais longa; todos os indivíduos disseram ter notado diferenças no funcionamento da sua família, antes e depois da intervenção; todos se posicionaram como muito satisfeitos com a participação no projecto; a maioria repetia a participação; todos aconselhavam o projecto a amigos e familiares.

Gostaríamos também de partilhar algumas das observações/comentários feitos por pais/cuidadores que já finalizaram a sua intervenção:

«Tenho um melhor relacionamento com o meu filho.» (Junho 2010)

«Aprendi a ter mais paciência e confiar mais nos meus filhos e insistir nas regras estabelecidas, para mim e para eles.» (Julho 2010)

«Antes não cumpriam [filhos] as obrigações, agora já cumprem. Têm cumprido as regras e os horários.» (Setembro 2010)

«Aprendi a partilhar mais com as minhas filhas.» (Novembro 2010)

«Mudou o facto de estar mais atenta para perceber as razões por detrás de determinadas atitudes. Se não participasse no curso, ter-me-ia sido mais difícil a convivência com o meu filho e até mantê-lo em casa.» (Dezembro 2010)

«(...) com as aulas e as visitas a casa já me senti uma boa mãe. Às vezes não me dava valor e as técnicas ajudaram-me muito nesse aspecto.» (Fevereiro 2011)

Verifica-se uma opinião generalizada de que ocorreram mudanças ao nível das atitudes e da valorização da função parental nos beneficiários do Programa NOP, e que o acompanhamento próximo, através das acções de tutoria, foi a forma privilegiada para a capacitação parental.

Existiu maior participação dos cuidadores nas acções de tutoria do que na formação em sala. Percebemos que tal ocorreu devido às características do grupo constituído (baixa escolaridade, dificuldade em manter a atenção de alguns pais) e pela dificuldade em, numa fase inicial, se envolverem na intervenção, por não sentirem como útil a participação em sala e existirem preconceitos associados à mesma (associação com o contexto escolar – aprender a ser pais), apesar do trabalho prévio de sensibilização para a participação e para as características da intervenção.

O preconceito relativo à intervenção no domicílio (associando a equipa, por exemplo, a alguém que iria «retirar» as crianças) foi sendo atenuado com as visitas de tutoria seguintes. Foi feita uma aposta na tutoria, mesmo nos agregados que nunca se mostraram disponíveis para assistir às sessões em sala, sendo este o meio privilegiado para trabalhar competências parentais, na perspectiva da equipa.

Assim, conclui-se que a intervenção mais individualizada tem bons resultados com as características das famílias acompanhadas, no entanto é indispensável, à medida que a intervenção se desenvolve, evitar a demissão da família do seu papel e evitar a dependência (ou continuação da mesma) com a equipa de intervenção.

A reflexão feita pela equipa técnica, em contexto de avaliação de processo, destacou os seguintes aspectos:

- Permanente *adaptação* do projecto/actividades às características das *famílias/agregados*, possibilitada pelo facto de estar a ser testada uma metodologia e de, com a experiência de operacionalização da prática, ter sido possível ir introduzindo acções de melhoria na mesma (investiga-

ção-acção). No entanto a flexibilização no que diz respeito ao número de horas de tutoria e de formação em sala, até que os objectivos do Plano Individual de Aprendizagem de cada família estivessem consolidados, originou períodos de intervenção muito longos;

- As *estratégias* de estimulação da *motivação* para participar na formação, tais como o transporte, o lanche, as actividades para as crianças e as actividades de risco controlado, foram muito importantes, dado que sem estas estratégias, muitos cuidadores não teriam disponibilidade para participar ou não se teriam mantido em formação. As actividades para as crianças constituíram-se também como potenciadoras da frequência dos pais/cuidadores, porque alguns jovens solicitavam aos pais que não faltassem à formação, para poderem participar nas actividades planeadas. Tal facto foi percebido principalmente nos grupos 1 e 2, uma vez que a formação era realizada ao sábado à tarde, preenchendo esse espaço de forma útil e divertida para as crianças e jovens;
- A organização dos grupos para formação em sala em função das respectivas disponibilidades evidenciou a *heterogeneidade* das famílias/agregados de crianças em risco. Num mesmo grupo em formação poderiam existir agregados com crianças sinalizadas na CPCJ (encaminhados pela própria CPCJ de Setúbal ou não), com jovens com processo em tribunal, com obrigatoriedade de frequentar a formação por imposição de outra instituição, com acordos de Rendimento Social de Inserção e sem crianças sinalizadas. Também as dificuldades e competências das famílias eram diversificadas, bem como a faixa etária dos seus filhos, fazendo com que a formação em sala tivesse que abordar questões gerais que poderiam ter interesse para uns, mas não para outros (ex. higiene do bebé para pais que já só tinham filhos adolescentes). Esta heterogeneidade era dissipada na tutoria, por ser individual para cada agregado e baseada no respectivo **Plano Individual de Aprendizagem;**
- As *competências parentais* potenciadas pelas *actividades* com as crianças (ex. treino do elogio, mediante a oferta que as crianças fizeram aos pais, a elaboração de salada de fruta para a alimentação saudável, etc.);
- A integração de *todos os elementos* do *agregado* na intervenção (ex. tios, avós), considerando-se deste modo que todos os indivíduos que co-habitam com a criança/jovem se podem constituir como alianças ou ameaças ao exercício da parentalidade, tornando-se deste modo indispensável intervir com todos;

- Quanto à avaliação da intervenção junto das famílias, foi notado por parte da equipa que, com o *evoluir das acções de tutoria*, os agregados iam revelando maior confiança em partilhar com as técnicas as suas dúvidas/dificuldades, permitindo que a formação individual/tutoria fosse mais *próxima* da prática/necessidades do agregado, adequando desta forma o processo de capacitação parental.
- Na maioria dos agregados, foram evidenciadas evoluções no Referencial de Competências Parentais (preenchido pela equipa no início da intervenção), consoante o ponto de partida de cada um.
- A análise efectuada a 31 de Dezembro de 2010, à evolução dos agregados que já concluíram a intervenção, permite verificar que a maioria destes atingiu, pelo menos parcialmente, os objectivos delineados no seu Plano Individual de Aprendizagem.
- *Obrigatoriedade vs Participação* – a forma como os pais/cuidadores viam o seu encaminhamento para integrarem a formação parental do NOP parecia em alguns casos influenciar a forma como participavam no mesmo. Alguns cuidadores que se sentiam obrigados a participar, por exemplo por terem acordo de RSI, inicialmente frequentavam a formação, mas envolviam-se menos. No entanto, outros, mesmo com alguma obrigação, mostravam-se empenhados, e outros sem obrigação de participação não se envolviam activamente na intervenção (formação em sala e tutoria). Na generalidade dos agregados a resistência à participação activa nas actividades (sala e tutoria) dissipou-se com a relação com a equipa, tendo sido reduzidas as situações em que os agregados se revelaram *incontactáveis* ou desistiram da intervenção após deixarem de colaborar com a instituição encaminhadora (ex. suspensão de acordo de rendimento social de inserção), não sendo por isso possível determinar se a variável *obrigação* foi determinante no tipo de *participação* evidenciada por cada beneficiário.
- Para a motivação e envolvimento mais ou menos activo na intervenção não foi relevante a instituição responsável pelo encaminhamento, ou a existência ou não de processo na CPCJ ou tribunal.
- *Preconceito* face a este tipo de projectos demonstrado por alguns cuidadores que inicialmente apresentavam reservas à participação, por considerarem não ter necessidades ao nível da parentalidade, ou por confundirem o projecto com outras instituições e percepcionarem nele alguma ameaça (ex. se me encaminharam é porque acham que cuido mal dos meus filhos e vão tirar-mos).

- *Sobrevalorização de competências* – na fase de diagnóstico inicial, em algumas famílias, a equipa percebeu que em alguns dos diagnósticos efectuados foram sobrevalorizadas certas competências pelos beneficiários. Nos contactos iniciais, a família não possuía confiança com a equipa para não falar abertamente sobre as suas necessidades.
- Outros pontos de reflexão prendem-se com alguns aspectos de enviesamento. O primeiro relaciona-se com a avaliação de competências, uma vez que era difícil avaliar determinada competência sem ter em conta as características do agregado familiar. Outro relaciona-se com a avaliação final, uma vez que têm que ter em conta os pontos de partida de cada família, isto é, numa família a competência colocada em objectivo pode não ter sido conseguida, mas ainda assim ter existido uma grande melhoria (ex.: integrar filho em equipamento de ensino – não estar integrado no final, mas ter existido reconhecimento da importância e esforço para o conseguir).

4.5. Principais Conclusões

Consideramos que o objectivo geral que serviu de base ao desenvolvimento do Projecto NOP foi concretizado globalmente, porque das 50 crianças acompanhadas pela CPCJ e EMAT que integravam as 65 famílias/agregados que beneficiaram do Programa de Formação Parental NOP, nenhuma foi institucionalizada após o início da participação dos respectivos pais/cuidadores nas actividades do projecto, e 75% das crianças institucionalizadas à data de início da intervenção com os respectivos pais/cuidadores foram desinstitucionalizadas durante a intervenção.

Relativamente ao objectivo específico de potenciar a capacidade de envolvimento e motivação dos pais/cuidadores que aderiram ao projecto, para intervirem junto de outros cuidadores, como estratégia de motivação e adesão de outros (formação de pares), alguns cuidadores envolveram-se na formação em sala, participando em sessões de formação de outros grupos em fase inicial. No entanto, apesar de recomendarem a formação a amigos e familiares, não existiram encaminhamentos para o projecto por parte de beneficiários do mesmo, nem estes se constituíram como potenciadores das competências parentais de outros cuidadores, de modo formal (formação de pares).

Consideramos que foi concebido um programa de intervenção adequado às características do grupo-alvo, mediante o aprofundamento de diagnóstico e a utilização de estratégias que promoveram a articulação entre formação teórica e contexto real, com vista a operacionalizar no quotidiano os conteúdos da formação em sala.

O programa contemplou *diferentes modelos de prestação de serviços* (formação em sala, tutoria, apoio social e aconselhamento), a intervenção da equipa foi adequando o inicialmente previsto, sem nunca deixar de considerar as características e as necessidades das famílias acompanhadas (*flexível e envolvimento activo da família*), e privilegiou a intervenção no *contexto natural da criança/jovem* (tutoria no domicílio).

A formação em sala, foi desenvolvida por uma entidade formadora externa que, por não ter conhecimento das problemáticas de cada família, desenvolveu as sessões sem preconceito e de modo isento, mas tendo em conta as questões que eram levantadas pelos cuidadores/participantes. Isto permitiu que os conteúdos propostos fossem percebidos pelos participantes como *distantes* da situação real de cada família/agregado, fazendo com que não sentissem que estavam a ser postas em causa as respectivas *tarefas parentais essenciais*.

Na fase inicial da formação em sala, foram abordados com os pais/cuidadores os conteúdos teóricos e teórico-práticos relacionados com as necessidades de desenvolvimento da criança/jovem e com as respectivas competências parentais, numa perspectiva de discussão e partilha. Para além da partilha de experiências, a presença em sala de vários pais/cuidadores facilitou a compreensão de que as suas dificuldades eram comuns a outros e permitiu uma reflexão partilhada sobre a sua prática e outros modos diferentes de agir.

A coesão do grupo foi facilitada nas sessões com menor espaço de intervalo (semanais e bi-semanais). Verificou-se um ritmo maior e maior retenção dos conteúdos abordados entre uma e outra sessão.

Simultaneamente a *tutoria* permitiu desenvolver individualmente os conteúdos em domicílio e adaptá-los às necessidades e características de cada família. Assim, com esta acção individualizada, foi facilitada a (re)aprendizagem, reflexão, validação e treino de diferentes formas de actuação.

Frequentemente, as características dos *grupos* como baixa escolaridade, dependência de instituições, carência económica, desviavam a atenção dos indivíduos das questões relacionadas com a parentalidade, por estas necessidades lhes surgirem como prioritárias.

Assim, alguns dos apoios disponibilizados permitiram a alguns pais/cuidadores frequentarem a formação, nomeadamente o transporte, o lanche e actividades complementares para as crianças e jovens que acompanhavam os cuidadores, e assumiram-se como determinantes para a respectiva participação de pais/cuidadores.

Consideramos que para este tipo de grupos-alvo, em que já existem crianças em risco, devido à interacção de diferentes factores de risco (*necessidades de de-*

envolvimento da criança/competências parentais/factores familiares ecológicos), a combinação de diferentes modelos de formação parental é indispensável (formação parental/suporte parental/aconselhamento parental) de modo a ser concretizada a efectiva capacitação parental dos pais/cuidadores e deste modo potenciar os factores protectores das crianças/jovens em risco.

Relativamente ao objectivo relacionado com a promoção do sistema de auto-avaliação como processo de desenvolvimento pessoal, de forma a potenciar a auto-estima e a consolidar os processos de autocontrolo, responsabilidade e autonomia pessoal, dadas as características das famílias acompanhadas, não se conclui que o sistema de auto-avaliação implementado tenha contribuído para o desenvolvimento de tais processos nos cuidadores.

Assim, concluímos que a forma como foi desenvolvido o projecto foi útil às famílias acompanhadas, dado que os participantes o sentiram como tal e perceberam mudanças na sua relação com os filhos. Também a equipa técnica é da opinião de que, no final da intervenção, a maioria dos agregados estava mais atenta para as questões da parentalidade identificadas no referencial de competências.

Referências bibliográficas

- Alarcão, M., *(Des)Equilíbrios Familiares*, Coimbra, Quarteto Editora, 2000, pp. 314-334.
- Arruabarrena, M.^a I. & Paul, J. de., «El concepto de malos tratos a la infancia», in *Maltrato a los niños en la familia: evaluación y tratamiento*, 1999, acessido a 1 de Outubro de 2008 em <http://www.inau.gub.uy/biblioteca/arruabarrenacorregido.pdf>.
- Ballenato, G., «Faltam regras na educação das crianças», in *Expresso*, 2009 acessido em <http://aeiou.expresso.pt/faltam-regras-na-educacao-das-criancas=f508483>.
- Barbosa, A. J. G., Rosini, D. C. & Pereira, A. A., «Atitudes parentais em relação à educação inclusiva», in *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 13, n.º 3, 2007, pp. 447-458, acessido a 20 de Fevereiro de 2008 em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-65382007000300010&script=sci_arttext
- Benavente, R., «Formação Parental – Interrupção do mau trato e da negligência», in *Pretextos*, 32, 2008, pp. 4-6.
- Bernardo, R. & Matos, M. G., «Competências pessoais e sociais, auto-estima e desportos de aventura e risco», in M. G. Matos (ed.), *Comunicação, Gestão de conflitos e saúde na escola*, 2008, acessido a 1 de Outubro de 2008 em: <http://clip2net.com/clip/m9982/1219013729-8755e-2414kb.pdf#page=56>
- Camacho, I. & Matos, M. G., «Práticas parentais educativas, fobia social e rendimento académico», in M. G. Matos (ed.), *Comunicação, Gestão de conflitos e saúde*

- de na escola*, 2008, acessido a 1 de Outubro de 2008 em: <http://clip2net.com/clip/m9982/1219013729-8755e-2414kb.pdf#page=56>.
- Coelho, M. V. & Murta, S. G., «Treinamento de pais em grupo: um relato de experiência», in *Estudos de Psicologia*, Campinas, vol. 24, n.º 3, 2007, pp. 333-341, acessido a 20 de Fevereiro de 2008 em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S0103-166X2007000300005&lng=en&nrm=iso&tng=pt
- Coutinho, M. T., «Apoio à família e formação parental», in *Análise Psicológica*, 2004, acessido em http://www.scielo.oces.mctes.pt/scielo.php?pid=S087082312004000100006&script=sci_pdf
- Cruz, H. & Pinho, I., *Pais, uma experiência*, Porto, LivPsic Editora, 2008.
- Faria L., Taveira M. C. & Pinto J., *II Congresso Família, Saúde e Doença: Modelos, Investigação e Prática em Diversos Contextos de Saúde – Família e aconselhamento parental: trajetórias de carreira saudáveis*, 2007, pp. 1-13, acessido a 20 de Fevereiro de 2008 em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/7442/1/Fam%C3%ADlia%20e%20aconselhamento%20parental%20traject%C3%B3rias%20de%20carreira%20saud%C3%A1veis.pdf>
- Lapa, S. & Matos, M. G., «Promoção de competências para a saúde», in M. G. Matos (ed.), *Comunicação, Gestão de conflitos e saúde na escola*, 2008, acessido a 1 de Outubro de 2008 em: <http://clip2net.com/clip/m9982/1219013729-8755e-2414kb.pdf#page=56>
- Martínez, R. M., *Marginación y Integración Social: Una experiencia a través del deporte de riesgo*, Tesis Doctoral, Universidade de Sevilla, Departamento de Sociología, Programa de Doctorado «Análisis Sociológico de las Sociedades Complejas», Sevilla, 2007.
- Martins, P. C. M., *Protecção de crianças e jovens em itinerários de risco – representações sociais, modos e espaços*, Tese de Doutoramento, Instituto de Estudos da Criança, Universidade do Minho, 2004, acessido a 15 Fevereiro de 2008 em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/3238/1/1.%20Parte%20te%C3%B3rica.pdf>
- Preto, N.G., «Transformation of the Family System in Adolescence», in Mcgoldrick & Carter (eds.), *The Changing Family Life Cycle*, Ally & Bacon, 1989, pp. 255-282.
- Ramos, M. F., «Novas Famílias – Um desafio ao exercício da parentalidade», in *Pretextos*, 32, 2008, pp. 7-8.
- Sampaio, D., *Inventem-se novos pais*, Lisboa, Caminho, 2003.
- Wilson, J., «The Incredible Years Training Series», in *Juvenil Justice Bulletin*, Office of Juvenile Justice and Delinquency Prevention Buletin, 2000, pp. 1-23.

11.

**SAFER – SERVIÇO DE APOIO
A FAMÍLIAS EM RISCO**

**Carmelita Dinis
Maria da Graça Mira Delgado
Patrícia Chaleira**

ENTIDADE PROMOTORA: *Movimento de Defesa da Vida*

EQUIPA TÉCNICA

Maria da Graça Mira Delgado, Licenciatura em Educadora de Infância, coordenadora
Isabel Malheiro do Vale, Licenciatura em História, supervisora
Carmelita Dinis, Licenciatura em Psicologia, psicóloga/formadora
Patrícia Chaleira, Licenciatura em Psicologia, psicóloga/formadora
Daniela Paradinha, Licenciatura em Educação Social, assistente familiar
Rita Andrade, Licenciatura em Integração e Reinserção Social, assistente familiar
Sarah Monte Alto, frequência na Licenciatura de Psicologia, em estágio académico (2009-2010)
Rita Ferreira da Costa, Licenciatura em Psicologia, psicóloga (2009-2010)
Graça Rodrigues, Licenciatura em Direito, consultora jurídica (2009-2011)
Raquel Gonçalves, Licenciada em Sociologia, assistente familiar
Elisabete Fonseca, Licenciatura em Psicologia, assistente familiar (2008)
Inês Poeiras, Licenciatura em Direito, assistente familiar (2008-2009)
Marta Mendonça, Licenciatura em Psicologia, assistente familiar (2008-2009)

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental
Lar de Infância e Juventude Obra do Padre Gregório
Hospital Fernando da Fonseca
Junta de Freguesia de Rio de Mouro
Cruz Vermelha Portuguesa
Escola Maria Alberta Meneres na Tapada das Mercês
Junta de Freguesia de Montelavar (desde 2009)
Junta de Freguesia de São Pedro de Penaferrim (desde 2009)
ACAS – Associação Luso Cabo-Verdiana de Sintra (desde 2009)
Equipa de Crianças e Jovens (ECJ) da Segurança Social, de Sintra (desde 2009)

Data do início do projecto: 15/02/2008

Data do termo: 31/01/2011

Resumo

O Movimento de Defesa da Vida (MDV) é uma IPSS que desenvolve actividade em várias áreas, nomeadamente na intervenção com famílias com crianças e jovens em risco.

Com algum trabalho em intervenção com pais, o MDV candidatou-se ao Programa «Crianças e Jovens em Risco» – Projecto de Formação Parental financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian. O Projecto SAFER, Serviço de Apoio a Famílias em Risco, foi aprovado por três anos no território de Sintra Ocidental com o objectivo de, com uma intervenção inovadora, intensiva e focalizada junto de famílias com crianças e jovens em risco, aumentar as competências dos elementos das famílias contribuindo para gerar alternativas na família. Com este projecto pretende-se evitar a institucionalização desnecessária de crianças e jovens, respeitando-lhes o direito que têm de viverem com a sua família de origem desde que não corram perigo, e ainda intervir junto de famílias cujos filhos estejam institucionalizados mas previsto o seu regresso a curto/médio prazo.

A família é a unidade fundamental da sociedade e o espaço onde a vida nasce, cresce e se desenvolve até à plena realização de cada um dos seus membros. Para o MDV, o importante é acreditar nelas e ajudá-las a encontrar as suas potencialidades.

Abstract

The Movimento de Defesa da Vida (MDV) is an IPSS, which develops its activity in several areas notably in assisting families with children and youth at risk.

With some work on intervention with parents, the MDV ran for Children and Youth at Risk Parental Training Projects funded by the Calouste Gulbenkian Foundation. The SAFER project, Family at Risk Support Service, was approved for three years in the Sintra's west territory, with an innovative intervention, intensive and focused with families with children and youth at risk, increasing the powers of the elements households contributing to generate alternatives in the family. With this project, it is intended to prevent the unnecessary institutionalization of the minors, respecting their right to live with their own original family, when their safety isn't at risk, and to intervene with families whose children are institutionalized but set their return to short / medium term.

Family is the fundamental unit of society and the space where life is born, grows and develops until the full accomplishment of each one of its members. For MDV, the important thing is to believe in them and help them find their potential.

Às famílias que fizeram esta viagem connosco.

«... as intervenções realizadas no âmbito do Projecto Família consideram, efectivamente, a família como o espaço privilegiado para a elaboração e aprendizagem de dimensões significativas da interacção, como o espaço da vivência de relações afectivas profundas e uma importante base da vida social.»
(M.^a Teresa Ribeiro, 2005, Cada Família...uma história)

Introdução

O Movimento de Defesa da Vida (MDV) é uma IPSS, Instituição Particular de Solidariedade Social, que desenvolve desde há vários anos ampla actividade em diversas áreas. Como entidade formadora tem organizado vários cursos, em áreas como: a educação da sexualidade humana, a formação de professores, o planeamento familiar e a orientação conjugal e familiar. Este trabalho é desenvolvido trabalhando com pais, crianças, adolescentes e professores, procurando um envolvimento de todos.

Desenvolve também trabalho com crianças, jovens, casais e famílias através de um acompanhamento personalizado, nas áreas da educação sexual e planeamento familiar, psicologia e orientação conjugal e familiar.

Na procura de novas respostas na área da formação parental surgiu o Projecto SAFER, Serviço de Apoio a Famílias em Risco, que pretende, com uma intervenção inovadora, intensiva e focalizada junto de famílias com crianças e jovens em risco, aumentar as competências dos elementos das famílias (progenitores e filhos), contribuindo para gerar alternativas na (e com a) família.

Com este projecto pretende-se ainda evitar a institucionalização desnecessária dos menores, respeitando-lhes o direito que têm de viverem com a sua família de origem desde que não corram perigo.

É também objectivo deste projecto intervir junto de famílias cujos filhos estejam institucionalizados mas previsto o seu regresso a curto/médio prazo.

O MDV acredita que a família é a unidade fundamental da sociedade e o espaço onde a vida nasce, cresce e se desenvolve até à plena realização de cada um dos seus membros. Nas diferentes fases do ciclo de vida das famílias o importante é acreditar nelas e ajudá-las a encontrar as suas potencialidades.

Numa perspectiva de prevenção e desenvolvimento, o MDV pretende continuar a desenvolver várias actividades de orientação e apoio às famílias, nomeadamente

através da intervenção individualizada e em casa da família com pais com crianças e jovens em risco (segundo o Modelo do Projecto Família) e da dinamização de acções de sensibilização e formação com grupos de pais/educadores.

Esta candidatura teve como base teórica um modelo norte-americano, FAMILIES FIRST (Homebuilders), implementado em Michigan, em 1974. O primeiro contacto do Movimento de Defesa da Vida com este projecto aconteceu em 1996, com a formação das duas actuais supervisoras, e logo de seguida iniciou-se a sua implementação e registo da respectiva patente em Portugal, com o nome de Projecto Família.

A intervenção deste projecto faz-se em famílias em crise onde existem menores em situação de risco e caracteriza-se por ser uma intervenção imediata, na medida em que a resposta intensiva é dada num prazo de tempo muito curto. O técnico deverá fazer um trabalho com a família de cerca de 15 horas semanais, em casa da própria família, o que exige, mais do que em qualquer outro projecto, um envolvimento muito grande por parte desta.

Uma das premissas fundamentais em que assenta a filosofia deste projecto é acreditar que a família é capaz de resolver os seus problemas quando tem possibilidade de adquirir novas ou desenvolver competências já existentes. A intervenção decorre num período de quatro a seis semanas, em casa da família e nos espaços da comunidade em que esta se insere, tempo apontado pelos norte-americanos responsáveis pelo projecto original como o necessário para criar condições que permitam à família ultrapassar a crise. Após as seis semanas, durante o período de um ano existirão, pelo menos, mais quatro visitas do Assistente Familiar, que correspondem aos quatro *follow up* previstos após o final da intervenção, que se realizarão passando um mês, três meses, seis meses e um ano.

O Projecto Família acredita que todas as crianças têm o direito de viver junto da sua família, desde que esta esteja disponível para ser ajudada a ultrapassar os seus problemas; defende que a segurança das crianças está em primeiro lugar; acredita que todas as famílias têm potencialidades, ainda que à primeira vista se destaquem apenas os constrangimentos; acredita que um momento de crise assumida proporciona uma óptima oportunidade de mudança e – acima de tudo – é um projecto que trabalha tendo sempre em atenção que cada família tem as suas regras e os seus valores, e que estes merecem todo o nosso respeito.

Com base na premissa de que diminuindo os factores de risco (desorganização, desestruturação familiar) e aumentando os factores de protecção (forte vinculação familiar e envolvimento/implicação parental) é possível melhorar significativamente a autonomia e a competência das famílias.

Segundo o modelo do Projecto Família, a intervenção com os pais é realizada no ambiente em que a família vive – a sua casa e a sua comunidade. Pretende-se dar às famílias um acompanhamento individualizado, intensivo e limitado no tempo. Durante seis semanas um assistente familiar (um técnico superior com formação específica adequada e ministrada no MDV) trabalha com a família na promoção de competências sociais e pessoais e do relacionamento entre pais e filhos. Estabelecem-se objectivos que são identificados e definidos em conjunto com a família. O assistente familiar do Projecto Família intervém logo após a sinalização de crise familiar e fica ao serviço da família durante seis semanas, 24 horas por dia, sete dias por semana no mínimo de 15 horas semanais. Quando uma família está sob a ameaça de ficar sem os filhos por não lhes garantir a prestação de cuidados básicos, não precisa que a ajudem às segundas, quartas e sextas, num período do dia. Precisa que a ajudem todos os dias e a qualquer momento do dia e da noite, na sua própria casa, onde os dramas acontecem e as situações de risco se multiplicam.

Segundo o modelo da competência (SLOT, 1988) que está na base do Projecto Família, existem tarefas de desenvolvimento associadas às várias fases do ciclo de vida das famílias. Assim, o cumprimento ou não destas tarefas aumenta ou diminui a probabilidade de adopção de comportamentos que ponham os menores em risco.

Este modelo teoriza que um comportamento adequado habilita a pessoa a funcionar bem no seu contexto de vida. Um comportamento não adequado prejudica não só a pessoa que dele é responsável como o meio envolvente. Um indivíduo é considerado competente quando consegue equilibrar tarefas com as quais se depara no seu dia-a-dia com as aptidões que possui para as executar.

Existem factores que exercem uma influência positiva nas competências individuais (a flexibilidade, os factores de protecção) e existem factores igualmente que as influenciam negativamente (stress, patologias...).

Nesta intervenção, e entendendo a família como um todo, convergem vários processos que têm como objectivo principal o aumento das competências dos elementos de uma família: a facilitação da tarefa, a introdução de tarefas adicionais ou novas tarefas, a aprendizagem de aptidões, a redução ou eliminação da influência de stressores, a diminuição da influência de uma patologia ou ensinar a lidar com ela, o reforço da flexibilidade e a criação e rentabilização de factores protectores.

A realização destes processos pressupõe a aprendizagem de comportamentos novos e diferentes (teoria da aprendizagem). Estas técnicas incluem os conceitos de aprendizagem activa e social e de autodeterminação. Desta forma consegue-se, através de um aumento das competências pessoais, diminuir factores de risco e promover um aumento e optimização de factores protectores. Estando o assisten-

te familiar disponível para trabalhar com a família e actuando como catalizador da mudança, pretende ajudar os elementos a ultrapassar dificuldades, aumentando a sua autonomia e facilitando a adaptação desta às várias tarefas de desenvolvimento dos seus elementos.

Acreditando que os pais e as mães são a melhor fonte de protecção para as crianças e adolescentes e o recurso normal para colmatar as suas necessidades, cada vez mais eles próprios necessitam de apoios formais e informais para levar a cabo a sua função, sobretudo em situações de adversidade psicossocial.

Em complementaridade com esta forma de intervenção *in loco* e porque a nossa perspectiva é também a de que a partilha de experiências, nomeadamente em grupo, favorece nas famílias a normalização das suas preocupações e necessidades específicas, organizamos encontros periódicos (normalmente quinzenalmente) com pais onde se promove a partilha de experiências, levando-os a experimentar novos padrões comportamentais. Os encontros *com e para os pais* são desenhados numa perspectiva de acentuar as forças positivas e ajudar as famílias a descobrirem novas maneiras de se relacionarem uns com os outros e com as situações decorrentes das transições no ciclo da sua vida.

A criação deste tipo de oportunidades parece-nos extremamente útil e importante para os pais, permitindo-lhes sentirem-se mais informados e, eventualmente, mais competentes em matérias que lhes interessam particularmente. No entanto, a nossa postura não é a de professor/educando, mas uma perspectiva de co-construção com os pais, «caracterizada pela assumpção central de que, com os recursos adequados, os pais de todos os tipos e meios sociais e educacionais podem desenvolver e maximizar as suas competências como pais, resolver ou lidar com os seus problemas e serem auto-suficientes» (Wolfendale *cit. in* Gaspar, F., 1999, p. 63).

Ao analisarmos a literatura disponível, constatamos que as estratégias de intervenção para pais, designadas como Treino de Competências Parentais (Baker, 1989; Hornby, 1992b; Niccols & Mohamed, 2000 *cit. in* Coutinho, 2004, p. 57) ou Formação de Pais (Boutin & Durning, 1994; Dunst, 1999; Mahoney *et al.*, 1999, Coutinho, 2004, p. 57), são definidas como modelos estruturados nos quais os objectivos se relacionam directamente com a modificação das competências parentais e indirectamente com o comportamento e o desenvolvimento da criança, parecendo-nos detentoras de um enorme potencial, ainda por explorar.

A formação de pais pode ser então definida, segundo Coutinho (2004), como o processo de fornecer aos pais, ou a outros prestadores de cuidados, conhecimentos específicos e estratégias para ajudar a promover o desenvolvimento da criança

(Mahoney *et al.*, 1999; McCollum, 1999; Kaiser *et al.*, 1999). Segundo Mahoney *et al.* (*cit. in* Coutinho, 2004, p. 57), a formação de pais inclui uma gama de conteúdos diversificada, como fornecer informação sobre os processos de desenvolvimento e aprendizagem da criança, apoiar os pais no ensino de determinadas habilidades ou competências aos seus filhos e na gestão de problemas de comportamento.

Como referem Melo e Alarcão (2009), os programas de treino de competências parentais centram-se em diferentes dimensões da capacidade parental associadas a uma melhor prestação de cuidados às crianças, seja nas dimensões relacionadas com os cuidados básicos, com a supervisão ou com a dimensão afectiva, seja na orientação e estabelecimento de limites (Barlow, Johnston, Kendrick, Polnay & Stewart-Brown, 2006; Taylor & Biglan, 1998), enquanto o enfoque de outros programas é feito na qualidade da interacção pais-filhos (Eyberg, 2003).

Os programas de educação parental e treino de competências parentais ou familiares (Bunting, 2004, *cit. in* Melo Alarcão, 2009, p. 57) partilham muitos dos princípios da terapia multifamiliar, com maior ênfase ora no ensino e treino de competências ora na partilha de experiências e no suporte emocional e social. Regra geral, estas intervenções têm efeitos positivos adicionais ao nível da redução do isolamento das famílias e *stress* parental. Com o objectivo de contribuir para o esclarecimento do conceito de «educação de pais», Doherty em 1995 (Gaspar, 2003, p. 4) elaborou um modelo (*Levels of family involvement model*) de cinco níveis, que pretende situar os vários níveis possíveis de intervenção com pais:

- Nível 1: A ênfase na família é mínima. De tipo informativo, centrado no profissional.
- Nível 2: Informação e orientação, mas com envolvimento das famílias. Parceria.
- Nível 3: Emoções e suporte. Envolve os domínios afectivo e experiencial, utilizando as experiências pessoais dos pais como parte do processo educacional.
- Nível 4: Intervenções breves com famílias com necessidades especiais que estão em situações de risco: pais adolescentes; pais com crianças colocadas em serviços de protecção de menores ou de saúde mental; pais de crianças com doença crónica ou deficiência; pais na prisão. É a fronteira superior entre a educação familiar ou de pais e as intervenções de tipo terapêutico.
- Nível 5: Terapêutico. Fora do âmbito da educação de pais. Os participantes sabem que estão num tratamento e não num programa educacional, apesar de poder ocorrer educação.

Pela combinação dos domínios afectivo e cognitivo de uma forma não intrusiva, o nível 3 torna-o no nível ideal de intensidade para a maioria das actividades de educação de pais, segundo Doherty (Gaspar, 2003, p. 4).

Os autores Trivette & Dunst (2005) afirmam que o objectivo principal dos programas de apoio dos pais deve ser fornecer apoio e informações, formas de ajuda para que os pais se tornem mais capazes e competentes (p. 1). A par disto é necessário que as práticas de intervenção sejam centradas na família, em oposição às centradas nos profissionais, e ainda num reforço da capacidade, em oposição à dependência.

É assente nestes últimos pressupostos que a nossa intervenção com pais foi implementada. Mais do que o carácter educativo formal, a criação de grupos de pais pressupõe, no nosso ponto de vista, reconhecer e respeitar as especificidades de cada família, a sua diversidade cultural, as competências, experiências e conhecimentos anteriores.

Metodologia

Os principais objectivos do Projecto SAFER são a implementação de respostas inovadoras de apoio e acompanhamento intensivo a crianças e jovens em risco e às suas famílias. Pretende-se com este projecto potenciar as capacidades das famílias no sentido da aprendizagem de estratégias para fazerem face às alterações (normativas e não normativas) ao longo do seu ciclo de vida enquanto famílias, bem como as necessidades específicas com que se deparem de forma a suplantarem os riscos a que as crianças e jovens se encontram expostos e assim evitar a sua institucionalização.

Especificamente o acompanhamento é intensivo, focalizado e limitado no tempo, nas famílias em situação de crise – mudanças encaminhadas pelos parceiros. É outro objectivo promover uma colaboração estreita e permanente com as CPCJ parceiras de forma a actuar junto das famílias com crianças e jovens com Processo de Promoção e Protecção, e capacitar (dando-lhes o necessário *empowerment* para a sua autonomia) as famílias das crianças institucionalizadas cujo regresso está previsto a curto prazo, contribuindo para a supressão de riscos/ factores de exclusão. Ficou definida a organização de acções/encontros para progenitores, para a promoção das competências parentais, focando vários aspectos (dinâmica familiar, desenvolvimento infantil, sexualidade, etapas do ciclo de vida, relações interpessoais, comunicação, organização doméstica e higiene pessoal e habitacional, fomentando a partilha de experiências entre pais/educadores; sensibilizar os pais/educadores para a importância dos cuidados precoces na prevenção de compor-

tamentos de risco; criação e desenvolvimento de parcerias, para implementação no terreno de novos modelos de actuação mais adaptados à realidade actual das crianças, jovens e suas famílias.

Desde o início, a população a atingir com este projecto eram famílias com crianças e jovens em risco.

As áreas de trabalho do projecto eram distintas, contudo, completavam-se, pois o objectivo era existir uma continuidade com toda a equipa que trabalhou com as famílias acompanhadas.

O acompanhamento do Projecto Família era uma das principais actividades do projecto que foi aprovado pela Fundação. Este tratava-se de um acompanhamento de pais em modalidade individual, pois é uma intervenção intensiva na casa das famílias e nos espaços da comunidade. Procurou-se apoiar crianças em risco, evitando que fossem retiradas das suas famílias e institucionalizadas, bem como intervir junto das famílias em crise ajudando-as a mudar comportamentos que pudessem levar ao afastamento das crianças. A sua metodologia baseou-se numa intervenção em famílias em crise com menores em situação de risco num curto espaço de tempo (seis semanas), seguindo-se *follow-ups* um, três, seis e 12 meses depois. O sucesso da intervenção foi avaliado quando ao fim de um ano os menores permaneceram em casa com a família.

Outra actividade abrangida pelo Projecto SAFER foram os Encontros com Pais numa metodologia de formação parental em grupo. Estes foram baseados na perspectiva de que a partilha de experiências, nomeadamente em grupo, favorece nas famílias a normalização das suas preocupações e dificuldades específicas, levando-as a experimentar novos padrões comportamentais. O principal objectivo é potenciar todos os seus elementos de competências sociais e pessoais necessárias para o melhor desempenho possível, contribuindo para gerar alternativas com (e na) família. O trabalho com os grupos de pais começou por partir do conceito de parentalidade com temas muito focalizados, iniciando-se pela vivência do que é ser pais e passando por tentar perceber os seus próprios papéis enquanto filhos. Os temas trabalhados foram:

- Quem sou eu?
- Fomos filhos... Somos pais
- Educação – Projecto e Realidade (Estilos parentais)
- Nascimento do primeiro filho
- Relação entre irmãos
- Diferentes etapas do desenvolvimento infantil
- Comunicação e expressão de sentimentos

- Como lidar com situações difíceis
- Educar para o optimismo
- Vamos brincar (sessão com pais e filhos)

Estes encontros começaram por ser feitos quinzenalmente e passaram posteriormente a semanais, o que favoreceu o estreitamento da relação entre pais e monitor, levando a uma maior assiduidade e, inevitavelmente, a uma maior participação.

As técnicas das actividades abrangidas pelo projecto, nomeadamente o Projecto Família e os Encontros com Pais, foram percebendo que sobressaía a necessidade de existir um acompanhamento complementar, encaminhando muitas situações para o acompanhamento psicológico, tendo esta actividade, por isso, atingido uma proporção mais significativa do que previsto. Houve, porém, casos encaminhados pelas actividades parceiras. Estes eram realizados em espaços cedidos pelos parceiros consoante o local de residência das pessoas, de modo a facilitar a deslocação e a assiduidade nas consultas.

Toda a metodologia é baseada na diminuição dos factores de risco e aumento dos factores protectores através de treino de competências que permitem à família ultrapassar a crise, pois este projecto acredita que as famílias, independentemente da sua situação económica, estatuto social, etnia e crença religiosa, têm potencialidades para mudar os seus comportamentos.

Dada a natureza predefinida de projecto-piloto, a avaliação esteve presente em todos os momentos desde a implementação.

Uma vez que o projecto terminou em Janeiro e esta avaliação está a ser elaborada em parceria com a Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, na pessoa da Professora Doutora Maria Teresa Ribeiro, estamos ainda na fase de análise de dados.

A avaliação quantitativa é referente aos dados obtidos, por um lado, do acompanhamento intensivo de famílias, segundo metodologia do Projecto Família, e por outro, das grelhas e instrumentos passados aos pais e mães que frequentaram as sessões de grupo.

Com este projecto conseguimos acompanhar 94 famílias envolvendo 98 pais/cuidadores. Este trabalho foi feito maioritariamente com elementos do sexo feminino abrangidos por acções da Comissão de Protecção de Crianças e Jovens em Risco e Equipa de Crianças e Jovens de apoio ao Tribunal de Família e Menores de Sintra.

Estes acompanhamentos abrangeram 156 crianças e jovens cuja medida de Apoio Junto dos Pais era a que prevalecia, seguida da medida de Acolhimento Institucional. As características comuns verificadas em todas as famílias acompanhadas foram a grande desestruturação no agregado, o elevado número de elementos a co-

abitar no mesmo espaço, o reduzido nível de habilitações escolares e a dependência de subsídios e apoios sociais.

As problemáticas destas famílias sentidas pelas entidades sinalizadoras, que desencadearam o encaminhamento para a intervenção do projecto, são principalmente a negligência sobre os filhos, conflitos entre os elementos do agregado, pais com problemas de alcoolismo, violência familiar e uma incidência maior em casos com medida na CPCJ.

Dois dos critérios utilizados para avaliação do sucesso da intervenção (que também são utilizados pelos serviços sociais americanos para avaliar o Projecto Homebuilders) são o preenchimento de questionários por parte das famílias e dos técnicos que avaliam a intervenção terminada (exemplo: NCFA's – North Carolina Family Assessment Scale Reunification; KISIT A.C.P.), e posteriormente, se no momento do último *follow-up*, que ocorre um ano após o início da intervenção, as crianças ou jovens ainda permanecem em casa, em segurança. Em 58 famílias das que foram acompanhadas neste projecto as crianças e jovens permaneceram em casa ao fim de um ano.

Nas sessões de grupo com pais, além de questionário sociodemográfico, os participantes responderam ao questionário APGAR.

O APGAR Familiar foi desenvolvido em 1978 como uma resposta à necessidade de avaliar a função da família e pretende quantificar, através de um questionário, a percepção que o indivíduo tem do funcionamento da sua família, sendo capaz de revelar dados que indiquem a integridade dos componentes da função familiar (adaptação, participação, crescimento, afeição, resolução). O questionário é constituído por cinco perguntas relativas aos componentes da função familiar já citado, com três possibilidades de respostas cada uma e pontuação que varia de zero a dois pontos. O somatório poderá ser de zero a dez pontos e as famílias poderão ser caracterizadas como: família funcional (pontuação entre sete e dez) ou família disfuncional (pontuação igual ou menor que seis). A família disfuncional ainda pode ser classificada em leve (pontuação maior que dois e menor que sete) e disfuncional grave (pontuação igual ou menor que dois). Segundo Smilkstein (1978), famílias disfuncionais são aquelas que não cumprem as suas funções de acordo com a etapa do ciclo de vida e as alterações que possam ocorrer. Qualquer mudança no papel de algum dos seus elementos pode provocar confusão e desestruturação do sistema familiar, considerando-se disfuncional quando não tem a capacidade de lidar com as mudanças e, principalmente, quando a rigidez das suas próprias regras a impedem de se ajustar ao seu ciclo e ao desenvolvimento dos seus elementos. Esta disfuncionalidade está relacionada com

as funções que possam não ser concretizadas e que são inerentes às cinco questões do questionário.

No quadro seguinte, é possível verificar os resultados esperados com este projecto (indicadores e sua quantificação) aquando da candidatura, considerando-os alcançados durante os três anos de projecto:

Tabela 1. Resultados

Resultados esperados	Indicadores	Resultados obtidos
Aumentar o número de famílias acompanhadas Projecto Família (PF).	Número de famílias acompanhadas (média anual prevista é 14 famílias/ano/ assistente).	Foram acompanhadas 28 famílias.
Aumentar o número crianças e jovens, com Medida de Promoção e Protecção nas Comissões parceiras, acompanhadas pelo PF.	Número de crianças com Medida de Promoção e Protecção acompanhadas (Medidas com apoio junto dos pais, junto de outro familiar ou pessoa idónea).	Foram acompanhados 156 crianças e jovens.
Diminuição do tempo de aplicação das medidas pelas CPCJ.	Número de crianças sinalizadas pelas CPCJ inicialmente, e dessas, as seguidas com sucesso.	Foram sinalizadas 51 famílias para o Projecto Família e acompanhadas 28 famílias.
Fomentar e consolidar competências pessoais e parentais de modo a otimizar as relações familiares.	Número de acções realizadas e assiduidade dos participantes. Número de desistentes das acções.	Foram realizadas 40 acções que atingiram um total de 29 pais/mães. Ao longo das acções desistiram dois pais/mães.
Diminuição do número de crianças e/ou jovens institucionalizados.	Número de famílias acompanhadas pelo PF oriundas de Centros de Acolhimento.	Foram acompanhadas cinco famílias de centros de acolhimento.
Diminuição do tempo de institucionalização.	Contabilização do tempo médio de permanência na instituição.	As crianças/jovens que regressaram a casa estiveram institucionalizados em média um ano e meio.
Possibilitar a integração de crianças em situação de acolhimento, no seu meio natural, promovendo capacidades existentes na família, aumentando competências parentais.	Número de crianças que regressaram ao seu meio natural, após trabalho com famílias.	Regresso a casa de seis crianças/jovens.

Para além desta avaliação quantitativa e relativa aos resultados iremos proceder a uma avaliação do processo recorrendo a entrevistas com dois dos técnicos que intervieram (um no Projecto Família e outro nos grupos de pais) desde a implementação até ao final do SAFER e com duas famílias intervencionadas pelas diferentes actividades. Com esta avaliação de natureza qualitativa pretendemos atingir não só o método e os procedimentos como o impacto sentido pelos técnicos e famílias.

Relativamente à equipa técnica que acompanhou o Projecto SAFER, esta sofreu algumas alterações ao longo dos três anos, inicialmente por duas técnicas terem saído da instituição e posteriormente devido à integração de técnicos residentes no concelho de Sintra facilitar o trabalho com as famílias com quem trabalhámos. Foi-se sentindo ao longo dos três anos uma elevada procura para o acompanhamento psicológico relativamente à capacidade de resposta, o que nos levou também a integrar mais uma psicóloga na equipa. Todos estes elementos, além de licenciados em História, Educação de Infância, Psicologia, Educação Social, Integração e Reinserção Social, Sociologia, têm formação específica do Projecto Família e estavam preparados para trabalharem com as famílias. Por estas famílias apresentarem alguns problemas legais necessitámos que também entrasse para a equipa um elemento com formação jurídica.

Em candidatura foi formalizada uma parceria privilegiada com a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental. Contudo, e inicialmente, verificaram-se algumas dificuldades em articular com a mesma nos encaminhamentos de famílias para o projecto por haver necessidade de centralizar o envio das mesmas e este processo se tornar demasiado moroso. Houve, então, necessidade de procurar e alargar as parcerias e formar uma rede de trabalho coesa e consistente. Pelo facto de o MDV ser sediado em Lisboa e não dispor de espaço físico no território da intervenção, estas parcerias passaram não só pelo encaminhamento de famílias para intervenção do projecto mas também pela cedência de instalações onde pudemos prestar o acompanhamento psicológico e realizar os Encontros com Pais. Formalizaram-se então parcerias com as Juntas de Freguesia de Rio de Mouro, São Pedro de Penaferrim e Montelavar, e com a Cruz Vermelha Portuguesa na delegação de Amadora-Sintra, que nos facultaram locais para as actividades do SAFER.

Assim, as entidades com as quais assinámos protocolo formal foram: CPCJ Sintra Ocidental, Lar Obra do Padre Gregório, Hospital Fernando da Fonseca, Equipa de Crianças e Jovens de Sintra de apoio ao Tribunal de Família e Menores de Sintra, Associação Luso-Caboverdiana de Sintra (ACAS) e Escola Maria Alberta Menéres, bem como as juntas de freguesia e Cruz Vermelha Portuguesa referidas anteriormente.

Através desta rede alargada de parceiros foi-nos permitido, durante os três anos de concretização do projecto, trabalhar e acompanhar intensivamente famílias em crise sinalizadas pelas entidades do concelho.

Outro trabalho importante feito com a rede parceira foi a realização de um encontro organizado com o Projecto Escola de Pais da Associação Margens (entidade com projecto aprovado pela Fundação) que teve como tema «Pensar na Criança, Agir com a Família», com o objectivo de divulgar metodologias, resultados e boas práticas de ambos os projectos à rede parceira, ou seja, todo o trabalho desenvol-

vido com estes. Estiveram presentes representantes de várias entidades, entre elas a Câmara Municipal de Sintra, a Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (CNPCCJR), a Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Sintra Ocidental, as juntas de freguesia locais, a Equipa de Crianças e Jovens do Instituto da Segurança Social de apoio ao Tribunal de Família e Menores de Sintra.

Durante os três anos de projecto, e a par da dinamização dos grupos de pais, foram construídos folhetos que no final de cada acção eram entregues aos pais com síntese/resumo dos temas tratados nesse mesmo dia.

Conclusões e Apresentação de Resultados

Dada a natureza de ser projecto-piloto surgiram alguns incidentes críticos inerentes às actividades do projecto. No Projecto Família, as principais contrariedades sentidas foram, por um lado, a dificuldade inicial de sinalização por parte da CPCJ e, por outro, os critérios de elegibilidade próprios da metodologia do projecto onde muitas vezes não se verificava receptividade das famílias, pela não consciencialização da necessidade de mudança e por não se encontrarem em crise. Esta sempre foi uma questão de avaliação interna que nos leva a concluir que este projecto não se adequa a todas as famílias. Contudo, algumas situações foram ultrapassadas em reuniões de supervisão com a equipa onde foram discutidas as estratégias caso a caso.

Relativamente aos Encontros com Pais, o principal constrangimento, que levou a que esta fosse a última actividade a começar, foi a inexistência de espaço físico para a concretização dos mesmos. Esta situação foi ultrapassada pelo estabelecimento de uma rede de parceiros que facilitou a cedência de local para a realização das acções. Ao longo dos três anos, fomos sentindo pouca assiduidade dos pais aos encontros, acabando por haver desistência de alguns e a pouca adesão dos elementos do sexo masculino, tendo sido a principal presença marcada pelas mães. Conseguimos superar estes constrangimentos passando de sessões quinzenais para semanais, levando a um estreitamento da relação entre os pais e o monitor, o que inevitavelmente conduzia a uma maior confiança e à-vontade da partilha de experiências e da aquisição de novos padrões comportamentais.

No que diz respeito ao acompanhamento psicológico, as principais adversidades sentidas estavam relacionadas, inicialmente, com ausência de local e, posteriormente, com a elevada procura do serviço face à capacidade de resposta. Isto devia-se ao facto de só existir um recurso humano para fazer face ao acompanhamento psicológico e aos Encontros com Pais, o que inviabilizava a execução das actividades quando os elementos da família estavam numa das acções.

De uma maneira geral, o maior incidente crítico sentido ao longo do desenrolar do projecto foi a articulação e trabalho directo com o parceiro privilegiado, a CPCJ Sintra Ocidental. Após algumas reuniões com a equipa técnica de acompanhamento dos projectos da Fundação, optou-se por alargar a rede de parceiros com entidades dentro do território de intervenção de forma a ultrapassar este constrangimento, construindo-se uma estreita relação e boa articulação entre todos. Esta situação despoletou a realização de dois encontros com entidades que desconheciam o projecto e nunca tinham sinalizado famílias para intervenção, com o objectivo de dar a conhecer o projecto como processo inovador de intervir de forma intensiva junto de famílias com crianças em risco. Na mesma tónica, organizaram-se também encontros entre os parceiros no sentido de se reflectir sobre o trabalho realizado e as dificuldades sentidas por ambas as partes na sua prossecução, bem como recolher e dar sugestões para optimização do mesmo, tendo sempre em vista a segurança e a melhoria de vida dos menores e respectivas famílias.

Porém, estas dificuldades foram sendo ultrapassadas e à medida que o número de encaminhamentos ia aumentando e se ia sentido que o trabalho realizado era uma boa prática, fomos recebendo o *feedback* de que este projecto podia ser uma mais-valia no território que estávamos a acompanhar.

Ao fim dos três anos de realização foi possível verificar um trabalho positivo ao nível das três actividades abrangidas pelo projecto: a intervenção do Projecto Família, os Encontros com Pais e o acompanhamento psicológico.

Relativamente ao Projecto Família foi possível evitar retiradas de crianças e jovens do seu meio natural de vida e permitir o regresso destas às suas casas das instituições onde se encontravam. Citando a metodologia referente à questão da avaliação, houve permanência em casa, em segurança, de crianças ou jovens um ano após o início da intervenção, demonstrando o sucesso do Projecto Família. De modo geral, foi possível verificar uma diminuição dos conflitos intrafamiliares e um aumento da capacidade de resolução de problemas.

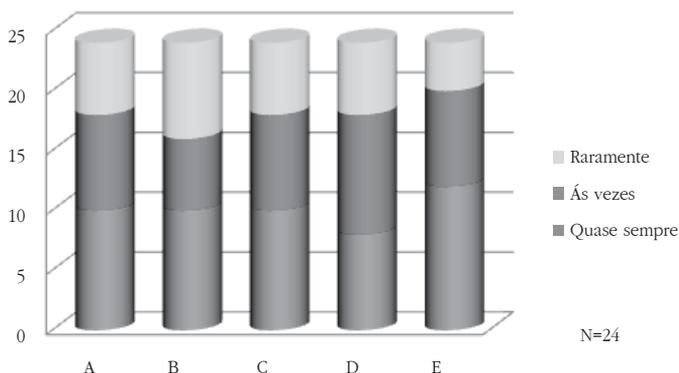
No que diz respeito aos Encontros com Pais, constituíram-se grupos de formação parental onde foi possível constatar, com a superação das adversidades iniciais, um aumento da assiduidade, participação e envolvimento com os grupos na partilha de experiências. No início e no fim do conjunto das acções realizadas, passava-se aos pais o Questionário de APGAR que tem como objectivo perceber a avaliação que o próprio faz da função da sua própria família. É constituído por cinco questões colocadas na forma afirmativa, cujo conteúdo está relacionado com a maneira como as pessoas se sentem na sua família em diferentes dimensões.

Chegaram-se a algumas conclusões, tendo em conta a seguinte legenda:

- A – Estou satisfeito(a) com a atenção que recebo da minha família quando alguma coisa me incomoda.
- B – Estou a satisfeito(a) com a maneira como na minha família se discutem as questões de interesse comum e como é compartilhada comigo a resolução dos problemas.
- C – Sinto que a minha família aceita os meus desejos de iniciar novas actividades e/ou de realizar mudanças no meu estilo de vida.
- D – Estou satisfeito(a) com a maneira como a minha família expressa afeição e reage em relação aos meus sentimentos de raiva, tristeza e amor.
- E – Estou satisfeito(a) com a maneira como na minha família passamos o tempo juntos.

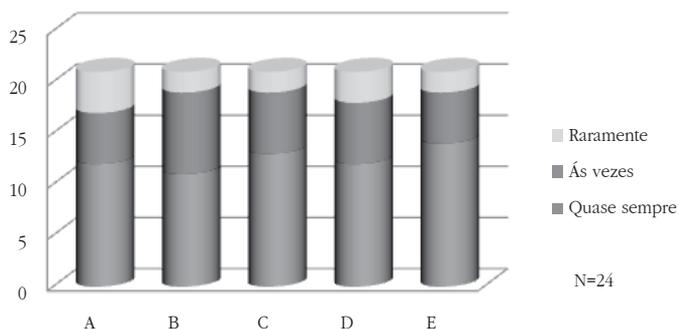
Questionário de APGAR (início das sessões)

1º Momento – Figura 1



Questionário de APGAR (final das 10 sessões)

2º Momento – Figura 2

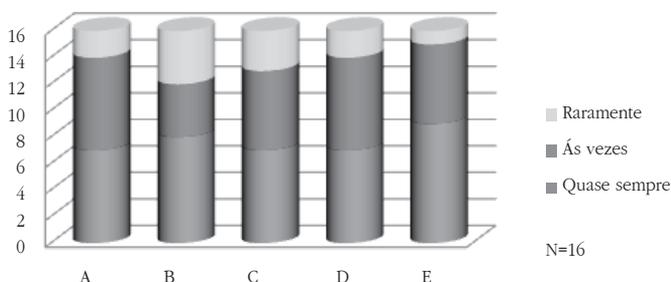


É possível verificar que ao fim das dez sessões, a categoria «Quase sempre» relativamente a uma dimensão do questionário predomina comparada com as restantes. Isto pode indicar que, com a partilha de experiências e com a tomada de consciência de algumas disfuncionalidades, a maioria dos elementos dos grupos poderá ter adoptado novos padrões comportamentais que lhe proporcionaram uma maior satisfação perante as suas próprias famílias.

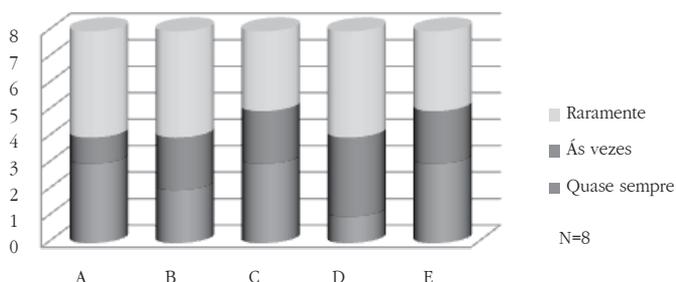
Foi também possível perceber, através das seguintes figuras, uma grande resistência na adesão dos pais encaminhados da CPCJ Sintra Ocidental e da ECJ Sintra relativamente aos pais encaminhados por outras entidades.

Questionário APGAR

1º Momento – Figura 3
CPCJ/ECJ



1º Momento – Figura 4
Outras Entidades

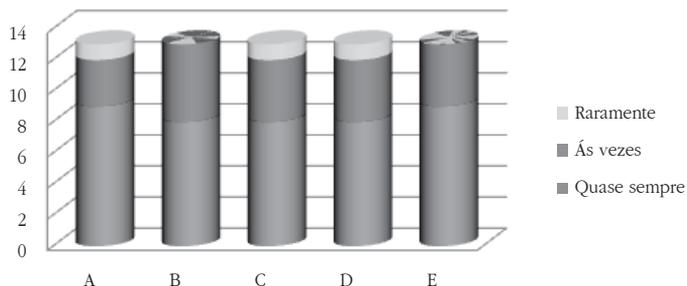


Pode concluir-se com estas figuras que os grupos cujos elementos eram encaminhados por entidades que tinham algum poder de decisão sobre a permanência dos seus filhos em casa ou o regresso dos mesmos das instituições onde estavam acolhidos mostravam uma maior satisfação nas várias dimensões do questionário,

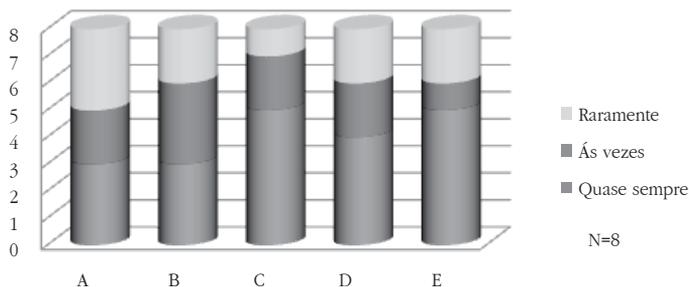
comparativamente aos grupos encaminhados por outras entidades e, claramente, verbalizavam a incompreensão por pertencerem ao grupo.

Questionário APGAR

2º Momento – Figura 5
CPCJ/ECJ



2º Momento – Figura 6
Outras Entidades



Com o estreitamento da rede parceira foram surgindo muitos encaminhamentos e sinalizações para os acompanhamentos psicológicos, o que demonstrou o trabalho positivo e a imensa necessidade de apoio a este nível.

Confrontado com as fragilidades e ambiguidades de um concelho que requer uma rede de entidades que trabalhem num caminho e sintonia mútuos, o Projecto SAFER privilegiou as potencialidades minimizando as situações de vulnerabilidade que colocavam desafios permanentes às famílias. Foi então possível identificar boas práticas e princípios orientadores para a optimização de intervenções com famílias com crianças e jovens em risco provenientes do concelho de Sintra Ocidental.

Referências bibliográficas

- Coutinho, M. T. B., «Apoio à família e formação parental» in *Análise Psicológica*, 1, 2004, pp. 55-64.
- Dunst, J. C. & Trivette, C., «Community-Based Parent Support Programs», in *Journal of Cognitive Psychotherapy: An International Quarterly*, V. 20, n.º 4, 2006, pp. 1-7.
- Melo, A. M. & Alarcão, M., «Centros de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental: proposta de um modelo global de organização», in *Psicologia & Sociedade*, 2(1), 2009, pp. 55-64
- Hoghugi, M., «Parenting: An Introduction», in Hoghugi, M. & Long, N. (eds.) *Handbook of Parenting: Theory and Research for Practice*, Thousand Oaks, Sage Publications, 2004.
- Smilkstein G., «The family APGAR: a proposal for a family function test and its use by physicians», in *Journal of Family Practice*, 6 (6), 1978, pp. 1231-1239.

12.

**LAÇOS, AFECTOS E METODOLOGIAS:
DESCRITIVO DE UM PROJECTO
DE FORMAÇÃO PARENTAL
– O PROJECTO LAÇO NO BAIRRO
DE SANTA FILOMENA (AMADORA)**

Ana Carreira d'Espiney

Ana Cristina Oliveira

Sónia Vaz Borges

ENTIDADE PROMOTORA: *Instituto das Comunidades Educativas*

EQUIPA TÉCNICA

Alcides Mendes, 9º ano, mediação cultural, coordenação das actividades “Escuta, Olha, Troca Comigo”, “Saídas do Bairro” e “Acompanhamento Individual, colaboração na gestão do projecto e na animação das restantes actividades. (2008-2009)

Ana d’Espiney, Licenciatura em Sociologia, coordenação geral do projecto e das actividades “Roda de Pais” e “Um Dia Com...”

Ana Cristina de Oliveira Gomes, Licenciatura em Educação de Infância, acompanhamento educativo, coordenação das actividades “Skola Pa Nós”, “Espaços Cruzados”, “Escuta, Olha, Troca comigo”, colaboração na gestão do projecto e na animação das restantes actividades.

Nuno Oliveira, 12º ano, mediação comunitária, coordenação das actividades “Saídas do Bairro” e “Um Dia Com...”, colaboração na gestão do projecto e na animação das restantes actividades. (desde 2010)

Odete Cruz, 12º ano, apoio administrativo e gestão financeira do projecto

Rui d’Espiney, Equiparado a Doutoramento pela FPCEP, acompanhamento metodológico e participação na avaliação.

Sónia Vaz Borges, Mestrado em História de África, mediação cultural, coordenação das actividades “Clube do Património” e “Oficina de Imprensa”, colaboração na gestão do projecto e na animação das restantes actividades.

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens da Amadora

Agrupamento dos Centros de Saúde da Amadora

Agrupamento de Escolas Cardoso Lopes

Associação dos Amigos da Encosta Nascente

Associação Encontros

Associação Espaço Jovem de Santa Filomena

Associação de Jovens Promotores da Amadora Saudável

Câmara Municipal da Amadora

Escola Superior de Enfermagem de Lisboa

Junta de Freguesia da Mina

Santa Casa da Misericórdia da Amadora

Associação Olá Jovem (2010)

Data do início do projecto: 01/01/2008

Data do termo: 31/12/2010

Resumo

O Laço é um Projecto de Formação Parental que se desenvolveu no Bairro de Santa Filomena, na Amadora, e de que foram beneficiários directos 70 pais/cuidadores e à volta de 100 crianças, abrangendo-se um número superior de pais/cuidadores e crianças em contactos mais indirectos. A formação conjugou as dimensões formais e informais e foi assumida como parte de um processo de desenvolvimento local, territorializado e integrado, tendo sido definida uma dupla intencionalidade: proporcionar a desocultação e desenvolvimento, pelos pais, das competências necessárias ao acompanhamento dos filhos, nos contextos adversos em que estes vivem e no processo de criação de um novo estar e ser; e favorecer uma nova relação das crianças e dos jovens consigo e com o quotidiano que os cerca.

Inserida num paradigma enformado pelo imperativo de formar numa lógica de alternativa, e na perspectiva da emancipação dos visados e da reconfiguração da imagem das instituições que com eles lidam, a formação saldou-se por um conjunto significativo de mudanças de que se destaca, em particular, a alteração das relações existentes no interior de várias famílias onde imperava a violência e a não comunicação.

Abstract

The Laço is a parental training project that had been developed in the neighborhood of Santa Filomena, in Amadora, and those beneficiaries were about 70 parents/carees and 100 children.

The training has combined formal and informal education, and was taken as part of a local development process, that should be integrated and territorialized, having been set a double intentionality: To provide the acquisition, by the parents, of the necessary skills to monitor children in adverse environments in which they live, and in the process of creating a new being; to facilitate a new relationship of children and young people with themselves and the everyday life around them;

Considered within a molded by the imperative of forming in an alternative way, for the emancipation of beneficiaries and the reconfiguration of the image of the institutions that deal with them, the training had resulted in a significant set of changes, that stand out, in particular, the modification of relationships within families where violence and no communication prevailed.

1. Introdução

O contexto de partida

No cimo do monte, ainda podemos ouvir o badalo das ovelhas de um pastor. Ali ainda resistem os antigos moinhos de vento, utilizados em tempos antigos para moer o trigo com que se fazia o pão que alimentava a pequena vila rural (agora cidade) da Amadora.

A caminho da Encosta Nascente e Casal de Vila Chã, numa estrada de terra batida coberta com gravilha que abre fissuras enormes quando chove, somos acompanhados pelo som de uma pequena ribeira mesmo ao lado de alguns resquícios do Aqueduto das Águas Livres.

Numa rua, encontramos um poço antigo já tapado como medida de protecção. Encontramos também um antigo reservatório de água, vestígios do trabalho de uma população antiga de trabalhadores agrícolas, padeiros e lavadeiras e alguns operários.

O nome Bairro de Santa Filomena foi dado por um padre que, durante o final dos anos 70 e inícios dos anos 80 do século XX, ordenou na Igreja Matriz da Amadora.

As ruas ganharam as letras do alfabeto, de A a Z, sendo, no entanto, muitas vezes identificadas pelos nomes de quem ali mora. Os números das portas seguiram uma ordem desordenada, consoante os residentes iam chegando ou indo, por exemplo, do n.º 1 ao n.º 28, passando pelo 33 e pelo 40.

O bairro, também conhecido por Casal de Santa Filomena, começou a ser construído nos anos 60, por famílias portuguesas vindas do interior do país. Na década de 1970, começaram a chegar os retornados e os imigrantes cabo-verdianos, trabalhadores na sua maioria da construção civil nas empresas J. Pimenta e Edifer.

Com um ou outro amigo das «casernas onde os homens viviam», com uma e outra família vinda de Cabo Verde e com a ajuda de todos, Santa Filomena começou a crescer e a desenvolver-se. De casas de tábuas e ruas de terra batida, o bairro foi-se ampliando e as famílias foram aumentando e melhorando as casas.

Situado na freguesia da Mina, no concelho da Amadora, o Bairro de Santa Filomena, também conhecido pela população como BSF, é habitado por uma população maioritariamente de origem africana (em particular cabo-verdiana) mas também de origem portuguesa.

Os dados recolhidos em 1993 pelo Programa Especial de Realojamento – PER (<http://www.cm-amadora.pt/files/2/documentos/20080923154804281527.pdf>) davam conta de que residiam neste território 1926 indivíduos, número este que, nos dias de hoje, deve ser mais elevado. Actualmente existem no terreno cerca de 374 casas degradadas.

Santa Filomena ombreia com a Cova da Moura, o Bairro Seis de Maio e o Bairro da Damaia na estigmatização de que é objecto, nomeadamente por parte dos meios de comunicação e dos técnicos que nela intervêm.

Como os demais, ressentem-se da agressividade com que, por regra, as suas gentes são tratadas pelas forças policiais e da incapacidade/dificuldade das várias instituições presentes, nomeadamente as escolas, em lidar com as diferenças culturais e os problemas sociais com que se deparam. A sua população vive atingida pela precariedade do emprego, onde as profissões de risco e o abandono quotidiano dos jovens e crianças surgem como solução.

Estas são condições férteis, por um lado, para a emergência de fenómenos como o tráfico de drogas e a consequente marginalidade e, por outro, para a prevalência de um clima de tensão e, mesmo, de violência que se manifesta acima de tudo nas relações que a população do bairro, e em particular os jovens, estabelecem com as entidades que o enquadram e que nele intervêm... Fenómenos e clima que, naturalmente, se reflectem dentro das famílias que nele habitam – tornando os pais, e de uma forma geral os adultos, incapazes de lidar com o mal-estar, o inconformismo e a zanga das crianças e jovens – criando dentro dele duas realidades:

- Por um lado, a realidade de uma comunidade de jovens e crianças em situação de exclusão, marginalidade, risco e/ou perigo;
- Por outro, a realidade de uma comunidade de adultos, em particular pais, que se mostraram e, por vezes, dizem indisponíveis para acompanhar o dia-a-dia das crianças e jovens.

Pelas culturas e saberes que abrigam e pelos laços que se entretecem entre as suas gentes são, no entanto, e simultaneamente, fontes potenciais de energia e de promoção de dinâmicas emancipatórias.

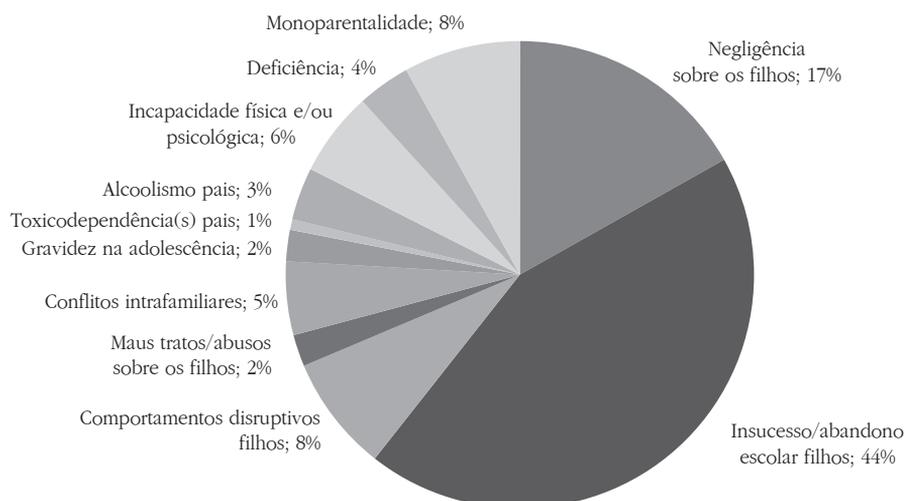
A resposta que se projectou

É no contexto sociocultural atrás descrito que o Instituto das Comunidades Educativas (ICE) se propôs intervir com o Projecto Laço¹, beneficiando da oportunidade que constituiu a abertura do Programa «Crianças e Jovens em Risco» pela Fundação Calouste Gulbenkian.

¹ ICE – Associação com dezanove anos de trabalho intenso em zonas periféricas, detentora de uma reflexão e de uma experiência significativas no que respeita a processos de requalificação comunitária, de iniciativas de relações intergeracionais e de formação de adultos e de projectos com jovens, nomeadamente de inserção e de prevenção da toxicodependência.

O projecto teve por grande intencionalidade requalificar² 40 a 50 pais/cuidadores (e ainda 40 a 60 crianças), pais e mães que identifica e selecciona no quadro das problemáticas críticas de que a Figura 1 dá conta.

Figura 1. Motivos da sinalização



Tal intencionalidade desdobrou-se numa dupla finalidade:

- Proporcionar o desenvolvimento e/ou reforço, pelos pais, das competências necessárias ao acompanhamento dos filhos, nos contextos adversos em que estes vivem e no processo de criação de um novo estar e ser;
- Favorecer uma nova relação das crianças e dos jovens consigo e com o quotidiano que os cerca.

Propôs-se, assim, agir, por um lado, junto das crianças e dos jovens e, por outro, junto dos pais, embora de forma não dicotómica mas interactiva – o que se traduziu na prossecução de um conjunto de objectivos gerais e específicos do projecto.

Concretamente, definiram-se como objectivos gerais:

- Desenvolver competências parentais que requalifiquem¹ os pais para o acompanhamento do desenvolvimento social, afectivo e, mesmo, cognitivo dos filhos;

² O conceito de «requalificação» contrapõe-se, para nós, ao de qualificar. Quer-se significar uma reconstrução de qualidades de «dentro para dentro» e não de «fora para dentro».

- Contribuir para a construção da auto-estima e da identidade das crianças e jovens, enquanto forma de estruturação de uma sua nova relação com a vida;
- Despistar e superar factores e práticas de violência ao nível das crianças, jovens, famílias e contexto;
- Prevenir e/ou resolver situações de risco e de marginalidade que se detectem.

Já como objectivos específicos definiram-se:

- Favorecer o diálogo e a cooperação intergeracional;
- Possibilitar a estruturação de projectos de vida individuais e colectivos pelas crianças, jovens e pais;
- Despistar e ajudar a resolver problemas emergentes no domínio da saúde, da educação e da acção social;
- Sensibilizar as entidades que intervêm no bairro para a premência e urgência de uma relação baseada na compreensão e na solidariedade;
- Desocultar e valorizar os saberes e valores, nomeadamente éticos, que se abrigam nas crianças, jovens, famílias e comunidade.

Em ordem à prossecução desses objectivos desenvolveram-se as seguintes actividades: «Roda de Pais», «Skola Pa Nós», «Acompanhamento Individual», «Espaços Cruzados», «Escuta, Olha, Troca Comigo!», «Saídas do Bairro», «Oficina de Imprensa», «Clube do Património» e «Um Dia Com...» (referidas e descritas a propósito dos eixos estratégicos e dos obstáculos enfrentados, irá dar-se conta do caminho que se percorreu através destas actividades para se chegar à concretização dos objectivos).

Impactos esperados e plano de avaliação

O que move o ICE, com este projecto, é o propósito de mudar uma realidade crítica, mudança encarada na perspectiva que lhe dão Watzlavick, Weakland e Fisch (1975), isto é, tendo em vista a «mexida» na estrutura profunda das pessoas e das relações no seio da comunidade. Tal mexida traduz-se, naturalmente, num conjunto de efeitos (de resultados). A saber (ver também Quadro 1):

- O envolvimento, nas iniciativas do projecto, de 30 a 50 pais e de 40 a 60 crianças, com prioridade para as sinalizadas pela Comissão de Protecção de Crianças e Jovens.
- Pelo menos 90% do universo total de crianças e jovens abrangidos pelo projecto continuarem integrados nas famílias no final do projecto.

- O reforço de diversas competências parentais, como fruto das acções realizadas nos vários domínios.
- O desenvolvimento de maior disponibilidade dos pais para o acompanhamento dos filhos.
- Mudanças de atitudes das crianças e dos jovens, através de aprendizagens realizadas, ao nível afectivo, cognitivo e social.
- A redução do absentismo escolar, através de um trabalho articulado com a escola, das crianças que participam nas actividades do projecto.

Figura 1. Resultados esperados, seus indicadores, métodos e técnicas de avaliação

Resultados Esperados	Indicador(es)	Métodos e Técnicas
A. Envolvimento nas iniciativas do projecto de 30 a 50 pais e de 40 a 60 crianças	<ul style="list-style-type: none"> • N.º de Pais/Cuidadores por Semestre • N.º de Crianças/Jovens por Semestre • Motivos da Sinalização • Medidas Aplicadas CPCJ 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa das fichas de acompanhamento individual
B. 90% de crianças e jovens continuarem integradas nas famílias	<ul style="list-style-type: none"> • Estar integrado 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa das fichas de acompanhamento individuais
C. Reforço de competências parentais	<ul style="list-style-type: none"> • Qualidade do acompanhamento físico, biológico, emocional, social e cognitivo • Expectativas pessoais • Adesão activa às actividades 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa das grelhas de acompanhamento qualitativo individuais • Análise de conteúdo de entrevista aberta • Diário de bordo
D. Mudanças de atitudes das crianças e dos jovens	<ul style="list-style-type: none"> • Adesão activa às actividades • Projectos de vida iniciados 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa de registos e das fichas de acompanhamento individual • Diário de bordo
E. Minorar o absentismo escolar	<ul style="list-style-type: none"> • Frequência do equipamento escolar 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa das grelhas de acompanhamento qualitativo individuais • Diário de bordo
F. Visibilidade dos saberes e práticas culturais	<ul style="list-style-type: none"> • Projectos nas escolas • Materiais produzidos • Temáticas exploradas pelos vários ateliês 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise documental de materiais produzidos
G. Laços de colaboração entre instituições	<ul style="list-style-type: none"> • Contactos • Presenças e conselhos de parceiros • Qualidade e intensidade das relações 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise quantitativa de registos • Diário de bordo
H. Satisfação dos participantes	<ul style="list-style-type: none"> • Mudanças atribuídas ao projecto • Satisfação vs Insatisfação • Aconselhava a terceiros 	<ul style="list-style-type: none"> • Análise de conteúdo de entrevista aberta • Diário de bordo

Plano de avaliação

O desenvolvimento do processo desencadeado pressupôs, naturalmente, a introdução de uma dimensão avaliativa transversal e contínua.

Tal avaliação fez-se ao nível de quatro instâncias:

Em primeiro lugar, ao nível dos participantes junto de quem se inquiriu sobre o grau de satisfação com o projecto e sobre a relação com o contexto de pertença, através da análise de conteúdo de entrevistas abertas realizadas anualmente, escritas ou orais (no caso dos iletrados). A este nível se propôs e realizou uma reflexão semestral sobre as aprendizagens realizadas, através da análise de índices de competências parentais revelados e de mudança de atitudes das crianças e jovens, índices gerados a partir de uma grelha de acompanhamento qualitativo individual, preenchida, também semestralmente, por recurso à análise de um «Diário de Bordo», escrito numa prática de método da observação participante ou pelo menos de «observação com presença» (Magano, 2004).

Inicialmente, havia a intenção de preencher as grelhas no final de cada actividade, mas concluiu-se não haver diferenças significativas de uma actividade para a outra: as diferenças, evoluções e recuos só podiam ser percebidos a médio/longo prazo, pelo que se espaçou a sua utilização. O que houve de significativo, neste ou naquele momento, foi anotado no «Diário de Bordo» dos técnicos, o qual se revelou fonte de informação muito rica e pertinente.

Em segundo lugar, ao nível dos técnicos que, funcionando como uma equipa, reuniram uma tarde todas as semanas para reflectir sobre o andamento da actividade. Mediante a análise dos diários de bordo, foram redefinidos procedimentos e conteúdos das próximas actividades (e aqui refira-se o facto de se utilizar como instrumento o diário de bordo e não as grelhas, outra inflexão em relação à candidatura). Semestralmente foi elaborado um relatório que funcionou como um ponto de situação crítico do projecto, medindo resultados, explicitando adquiridos e redefinindo estratégias.

Em terceiro lugar, ao nível das instituições implicadas – designadamente as da rede da parceria de proximidade –, com as quais se procedeu a um regular e frequente balanço avaliativo do caminho percorrido, tomando por base os adquiridos/potencialidades/obstáculos que se foram obtendo/levantando no desenvolvimento do projecto.

O plano de avaliação inicial previa conselhos de parceiros semestrais que avaliassem o projecto, tomando por base relatórios críticos elaborados pela sua equipa e pelo consultor/avaliador. A dificuldade de se encontrar uma data conveniente para todos os parceiros (a grande maioria com agendas sobreocupadas) levou a que se

optasse pela realização dos já referidos balanços regulares, mas com cada um dos parceiros individualmente.

Em quarto lugar, ao nível do projecto como um todo, por mediação de um avaliador que se apoiou nas avaliações e pontos de situação realizados nos três níveis anteriores para proceder, em reuniões com a equipa, à avaliação do desenvolvimento do projecto no termo de cada ano do seu funcionamento. Para além disso, e tendo em conta as necessidades demonstradas pela equipa técnica, de reflexão sobre a riqueza de informação que ia surgindo com o desenvolvimento do projecto, realizou-se uma reunião quase trimestralmente, com o avaliador/consultor, para (re)definição de estratégias.

Tendo presente o facto de se tratar de uma intervenção orientada para a requalificação de pessoas e contextos, em que sobressai a importância estratégica dos processos que conduzem a essa requalificação, privilegiou-se, em quaisquer dos níveis referidos, uma avaliação qualitativa que não negou o recurso a dados quantitativos.

2. Paradigmas de partida

Quando o ICE concebeu o Projecto Laço, existia há já 16 anos, com uma intensa e ampla intervenção a nível nacional, em territórios periferizados e, nomeadamente, nos chamados bairros críticos. Através dessa intervenção, mas também da experiência que acumulara nas dinâmicas de cariz comunitário que estiveram na sua origem e que datam dos inícios dos anos 80, foi definindo e aprofundando um conjunto de pressupostos/princípios que passaram a orientar *paradigmaticamente* a sua acção, em ordem à requalificação e promoção das populações atingidas por alguma forma de vulnerabilidade.

De entre esses pressupostos/princípios destacam-se os que se seguem, pela pertinência que tiveram na abordagem prevista para Santa Filomena.

Uma abordagem desenvolvimentista e sistémica

Sobressai desde logo a noção que se defende de que toda a intervenção deve implicar uma aposta no desenvolvimento local, de que não há promoção de um sector da população, nomeadamente as famílias, que se possa fazer sem ser no quadro de uma abordagem desenvolvimentista sistémica e integrada.

A abordagem desenvolvimentista resulta directamente da percepção de que as pessoas de um dado território só se transformam na medida em que o próprio território se requalifique (Amaro, 1991). O auto-isolamento, o individualismo e os

eventuais traços de falta de solidariedade podem ser características evidenciáveis, designadamente num bairro periférico: assim o dita a luta desesperada pela sobrevivência em que cada um se encontra. Tal não significa, no entanto, que não haja interdependências e que, no fundo, cada um tenha por limite da sua requalificação, as condições objectivas que o contexto lhe oferece. Tais condições constituem, nomeadamente, obstáculos à mudança na sua forma de estar e de ser.

Daí que se tenha de investir em cada um, assegurando-se, em simultâneo, a «mexida» nas condições de inserção na comunidade e a promoção de iniciativas multidimensionais e diversificadas. No Bairro de Santa Filomena este pressuposto teria de significar, e significou, trabalhar não apenas com os pais ou com as crianças, mas com dimensões culturais, sociais, políticas e até económicas da sua população.

Associado a esta perspectiva de desenvolvimento sistémico está o do propósito de se alcançar uma ressocialização dos actores do bairro, conceito que, à semelhança do de requalificação, não significa uma desvalorização desses actores, mas aponta, pelo contrário, para a reconstrução de novos relacionamentos e sinergias a partir dos próprios actores.

A aposta na intergeracionalidade da intervenção

Sobreleva-se, também, a noção de que se impõe assegurar uma abordagem intergeracional, isto é, que potencie as interacções entre crianças, jovens, adultos e idosos.

Filhos e pais têm, nos bairros periféricos, vidas paralelas. É na rua que os primeiros passam a maior parte do dia, encontrando-se com os pais à noite, quando estes regressam a casa. O desconhecimento é mútuo e, num ou noutro caso, o relacionamento que se estabelece é marcado pela tensão, quando não mesmo pela violência, as quais surgem, de facto e em última análise, como uma forma de não comunicação entre ambos.

Mas se forem estimulados a relacionar-se com os adultos e, nomeadamente, com os pais, avós e outros familiares em diferentes contextos, a ver neles estímulos potenciais para os seus projectos de vida, crianças e jovens segurizam-se, encontram referenciais que lhes servem de suporte, tendo em acréscimo a oportunidade de desocultar valores e saberes que lhes podem dar identidade. Por seu lado, os pais em contacto com os filhos e o seu quotidiano, acompanhando-os nas suas iniciativas e brincadeiras, sensibilizam-se não apenas para as contingências em que se debatem os filhos, como para as potencialidades que nestes se abrigam e que por eles podem ser acarinhadas.

É nesta interacção com os filhos que os pais se tornam permeáveis à descoberta em si mesmos (e ao desenvolvimento) de competências que os promovem como educadores. As interacções realizadas, as trocas de conhecimento proporcionadas, encaminham para um processo de mudança.

A importância de diversificar os espaços e os tempos da formação

De realçar, igualmente, a noção de que a formação deve ser entendida não como uma mera transmissão de competências e conteúdos realizada em espaço formal, mas sim como um processo de aprendizagem construído nos vários espaços e nos vários tempos vividos pelas pessoas.

É, de facto, entendimento do ICE que a formação clássica centrada no formador que ensina tende a reproduzir as relações de poder pré-existentes. Colocado numa relação formal, o formando depende do e enforma-se pelo saber do formador, saber que intervém, de modo efectivo e afectivo, como uma fonte de poder na relação que entre ambos se estabelece.

Daí a necessidade de criar as condições para que as aprendizagens sirvam um processo de emancipação, o que só é possível se tais aprendizagens se inscreverem num quadro de pertinência (o que pressupõe a potenciação de espaços que façam sentido), enriquecendo-se pela rentabilização dos acasos que a informalidade das relações torna possíveis.

Não se enjeitam os espaços formais, mas desde que geridos de modo a garantir a participação dos formandos e, acima de tudo, desde que complementados e enriquecidos pela produção de aprendizagens em tempos e espaços informais.

A assumpção do acaso como ferramenta metodológica

Relevante, ainda, a noção de que toda a intervenção se faz necessariamente por mediação de uma «navegação à vista», contornando escolhos, descobrindo caminhos, reperspectivando futuros.

Como defende Bravo Nico (2001), toda a realidade social é espessa, abrigan-do dentro de si aspectos ocultos que nenhum diagnóstico formal consegue revelar – na precisa medida em que nos remete para o mundo de subjectividades que pautam as relações humanas (Correia, 1998). Significa isto que toda a intervenção, orientada para a mudança, tem necessariamente de confrontar-se, a cada momento, com a emergência de situações e factos novos, para os quais se impõe a definição de estratégias adequadas.

É nesse sentido que se fala de uma «navegação à vista», com o que se pretende significar, agir não prisioneiros de uma cartografia que monitorize e pilote as acções, mas atentos ao que se revele e capazes de produzir respostas específicas e adequadas.

O recurso à Pedagogia do Superavit

Finalmente, elege-se a noção de que toda a intervenção se tem necessariamente de apoiar naquilo que **há** nas pessoas e não naquilo que nelas **não há**.

Em certa medida subsidiária da anterior, pretende-se, com esta noção, defender que toda a intervenção visa, no fundo, a alteração das relações de poder, o que obriga a que se trabalhe na perspectiva não de qualificar mas de requalificar as pessoas. Ora, tal só é possível se o ponto de partida para a mudança que se quer for as próprias pessoas, o que nelas há de forte e positivo e que possa funcionar como «muletas» no processo da sua emancipação.

É esta abordagem que se designa por Pedagogia do Superavit, conceito importado da economia e que traduz, no fundo, o «mais valor» que se abriga em todas as pessoas, grupos e sociedades locais. Ao contrário da abordagem pelo défice – corrente e recorrente – que parte da noção de que as pessoas, os grupos e as sociedades locais têm lacunas que se impõe preencher, a abordagem pelo *superavit*, em todos os processos, propõe que se parta dos saberes, competências, valores e expectativas que se abrigam em todos. Apoiados no *superavit*, não há um poder que fica em quem «dá» ou «promove»; distribui-se por quem «recebe», sendo por isso fonte de energia permanente.

3. Eixos estratégicos

As várias actividades desenvolvidas e acções definidas obedeceram a nove eixos estratégicos que enformaram o desenvolvimento do Projecto Laço no Bairro de Santa Filomena.

A criança como «porta de entrada» do processo de mudança

Na comunidade de Santa Filomena, o nosso trabalho começou na rua, o espaço comum de toda a população. Aqui conhecemos os moradores, os que estão de passagem, os amigos e os familiares, o caminho para casa e os lugares preferidos para brincar.

Em todo este processo de conhecimento do território, estão presentes as crianças e foram elas, individualmente, que nos apresentaram as pessoas mais velhas e as mais «importantes». Foram e são elas que nos contam as histórias de cada família. Foram e são elas que nos convidam a entrar nas ruas do bairro e a tomar contacto com o quotidiano de cada família e da comunidade. Durante as apresentações, desabafam os seus medos e sonhos e informam-nos sobre os seus planos para o futuro.

Depois da rua, o espaço preferido – e onde se interagiu e interage com os amigos e alguns familiares –, chegamos ao espaço da casa e à família da casa. Após algumas conversas, apercebemo-nos das principais preocupações daquela casa, daquela família, dos seus sonhos e planos para o futuro dos filhos.

Se, para os pais e avós, a resposta para o futuro está na escola (embora também na preservação da identidade, pelo menos nas famílias menos problemáticas³), para as crianças esta resposta encontra-se na oferta de um conjunto de actividades realizadas dentro da comunidade e que valorizem a sua identidade e forma de estar.

É precisamente nestes sonhos e projectos para o futuro, e propostas de actividades, que o trabalho de formação parental teve início na comunidade de Santa Filomena.

A potenciação da afectividade pelo reforço da intercomunicação

Como nos mostra Damásio (2010), os sentimentos, as subjectividades são parte do processo de construção do eu e da consciência. Foi nesta ordem de ideias que o projecto potenciou todas as oportunidades que criou de favorecer intersubjectividades passíveis de promover afectos.

Foi assim que a co-responsabilização de pais e filhos na superação dos problemas apareceu como impulsionadora de mudanças ao nível das relações de afectividade entre uns e outros. A produção conjunta de soluções tornou-se o processo através do qual pais e filhos se (auto) estimam e caminham para a emancipação.

Para a construção deste clima de maior compreensão mútua contribuiu, nomeadamente, o facto de o tema do afecto e da auto-estima ter sido abordado transversalmente e de forma continuada a partir de uma das acções em que se utilizou, com as famílias, o método da árvore dos problemas, causas e soluções para se diagnosticar o posicionamento dos pais/cuidadores: ultrapassando-se a tendência inicial dos pais

³ O uso da expressão «família problemática» não quer significar que haja uma desvalorização das famílias abrangidas por esse conceito. A desestruturação e até a marginalidade que caracterizam o quotidiano de algumas famílias em nenhuma circunstância quer dizer que nelas não haja potencialidades e que não sejam elas a produzir a própria mudança.

para só identificarem problemáticas que lhes eram exteriores, conseguiu-se levá-los a reflectir sobre as suas próprias práticas e a perceber o papel dos afectos e da partilha.

Importantes foram também as acções «Saídas do Bairro», na medida em que os pais deixaram de delegar a responsabilidade pelos filhos na equipa técnica, tendo feito questão de acompanhar as crianças. As interacções vividas de forma intensa favoreceram a proximidade afectiva.

Da mesma forma, as conversas informais, estabelecidas no âmbito das acções «Acompanhamento Individual», «Oficina de Imprensa», «Um Dia Com...», «Espaços Cruzados», «Skola pa Nós», «Clube do Património» e «Roda de Pais» sobre vários assuntos, em casa, na rua ou mesmo durante as actividades, permitiram que pais e filhos passassem mais tempo juntos, que estivessem mais próximos e sobretudo que se conhecessem melhor.

Como seria de esperar, deparou-se a equipa do projecto com obstáculos na comunicação entre pais e filhos, entre cônjuges e entre crianças, comunicação muitas vezes substituída pela prática (a que assistimos) da violência. A verdade é que as situações de extrema dificuldade em que algumas famílias vivem as indisponibiliza, muitas vezes, para se centrarem no que as reconcilie com a vida.

Ultrapassar tais obstáculos passou por investir no desenvolvimento de competências de comunicação, pela utilização de metodologias mais participativas nas iniciativas promovidas. A dinamização de duas das sessões que tiveram por base a adaptação da metodologia do Teatro-Fórum, por exemplo, para abordar o tema da «violência juvenil», foi decisiva na gestação da predisposição dos pais para partilharem as suas verdadeiras preocupações e vivências, tomando consciência, tanto da importância de prestarem mais atenção aos filhos, às suas queixas e a todos os pormenores que poderão indiciar que são vítimas de violência ou agressores, bem como da dimensão da necessidade de articularem com todos os técnicos que integram com filhos.

Aposta na produção de conhecimento

Como nos mostra a experiência de Paulo Freire (Moura, s/d), é pelo conhecimento construído e explicitado que as pessoas se conscientizam. Foi nesta crença que a intervenção do Laço apontou para a importância de associar a diversas das suas acções a preocupação de dar corpo e visibilidade (enriquecendo-os) aos saberes que se abrigavam nas pessoas implicadas e, nomeadamente, nas suas memórias.

A partir, por exemplo, das acções «Clube do Património», «Oficina de Imprensa» e «Skola pa Nós» foi possível a explicitação, recolha e partilha de histórias e experi-

ências de vida em família, de práticas culturais e de conhecimento, o que contribuiu para a conscientização de crianças, jovens e adultos.

Particularmente determinante e decisiva neste domínio foi a recolha junto das famílias – feita no âmbito da «Oficina de Imprensa» – de vários materiais e outras informações para a organização/produção de revistas, de uma foto-reportagem e de uma vídeo-reportagem sobre a comunidade. A reactivação da memória histórica e cultural das famílias envolvidas e restante comunidade assim viabilizada teve, sem dúvida, um significativo papel no reforço das competências cognitivas, funcionando mesmo, em dois casos, como motivação para a construção de novos projectos de vida, a partir da sua nova postura perante o quotidiano comunitário.

Naturalmente, estas iniciativas beneficiaram crianças, jovens, adultos e idosos que viram, nos conteúdos destes materiais, um factor de orgulho nas práticas culturais, suas e das suas famílias.

Um esforço de gestão de tempos, ritmos e práticas diferenciados: os tempos das famílias e os tempos dos técnicos

Com o desenvolvimento do Projecto Laço, teve-se a noção de que a intervenção seria limitada no tempo: tornou-se necessário não perder de vista que o trabalho de acompanhamento, nas exactas condições em que se realizava, iria terminar num dado momento.

Tal não impediu que a equipa técnica trabalhasse numa lógica de construção do projecto do outro, o que é sempre um processo lento, resolvendo a tensão (sempre existente) entre o projecto de quem acompanha e o projecto de quem é acompanhado, a favor da identidade, da autonomia e do empoderamento das famílias, jovens e crianças.

Como ressalta do paradigma do ICE, a intervenção pressupõe actuar em algo que já existe, pressupõe ter a noção de que a nova realidade que se deseja criar é um projecto não dos técnicos mas dos que a vão vivenciar.

Nesse sentido foi importante o tempo que se deu à exploração das diferentes temáticas, emergidas a partir das questões/preocupações das famílias e jovens, nas sessões de «Rodas de Pais», no «Acompanhamento Individual», nas «Saídas do Bairro», na «Oficina de Imprensa», no «Clube do Património» e nos «Espaços Cruzados».

Importante também se revelou o cuidado que os técnicos tiveram de eleger momentos e lugares de encontro onde se procurou, por um lado, implicar os grupos de famílias de acordo com a sua disponibilidade de horário e, por outro, não desistir dos pais que não apareciam, recorrendo a visitas domiciliárias e a contactos telefónicos.

A conjugação entre educação formal e não formal

As sucessivas estratégias que foram sendo definidas para as acções de formação propriamente ditas – esforço de adequação de horários à ocupação das famílias; exploração de um mesmo tema ao longo de várias sessões, tema seleccionado pelas famílias ou por necessidades diagnosticadas no «Acompanhamento Individual»; eliminação do pendor expositivo de algumas sessões iniciais; etc. – permitiram que os momentos mais formais tivessem resultados positivos na desocultação e reforço das competências parentais.

A verdade, no entanto, é que as mudanças que se verificaram só foram possíveis mercê, por um lado, da tónica na informalidade que cada vez mais enformou os momentos formais de formação e, por outro, da aposta que se fez na complementaridade entre educação formal e informal.

As actividades lúdicas, por exemplo, revelaram-se especialmente propícias à construção colectiva de competências parentais: pais/cuidadores tiveram oportunidade, numa relação «inter-pares», de aconselhar e serem aconselhados e de assistir a outras formas de relacionamento que os fizeram orgulhar-se – ao considerarem a sua forma melhor – ou reflectirem sobre a sua – se acharam que a sua não foi tão correcta.

Em última análise, pode dizer-se que a aprendizagem informal foi acima de tudo assegurada na forma como se potenciou o «Acompanhamento Individual» – orientado para a reflexão e produção de soluções – ou os momentos de partilha intergeracional proporcionados pelas diversas actividades do Laço – «Clube do Património», «Skola Pa Nôs», etc.

No caso do «Acompanhamento Individual», o facto de ele se fazer em contexto e situação ajudou a que se evidenciassem os problemas realmente enfrentados pelas famílias, favorecendo a criação de condições para uma reflexão feita a partir do que é pertinente e, portanto, mais propício a favorecer aprendizagens estruturantes.

A aposta no trabalho em parceria

Até à nossa intervenção, a formação dirigida à população do Bairro de Santa Filomena, nomeadamente às famílias com crianças e jovens em risco, acontecia em espaços formais/institucionais e fora do bairro.

O Projecto Laço optou por privilegiar a utilização de espaços existentes no Bairro de Santa Filomena, uma vez que considerou ser essa uma forma de assegurar a contextualização das aprendizagens a promover e de, em simultâneo, se contribuir para o reforço das relações entre as instituições locais e as comunidades.

Esta opção – que reflecte a priorização dada às parcerias de acção⁴ – não significa que não se tenha, em simultâneo, apostado na interacção e cooperação com os parceiros institucionais, que de alguma forma intervêm no bairro, mas que a eles são exógenos. Para o Laço, o sucesso de um projecto de intervenção social passa, também, pela construção de uma parceria de enquadramento³. E isso por três ordens de razões.

Em primeiro lugar, porque alguns desses parceiros são, no bairro, portas que se abrem para muitas das crianças e famílias, e facto é que o seu envolvimento no projecto contribuiu para viabilizar a intervenção, como foi, sem dúvida, o caso da Associação dos Amigos da Encosta Nascente e da Associação Espaço Jovem.

Em segundo lugar, porque muitos deles podem funcionar como legitimadores, validadores das dinâmicas implementadas. A noção de que o bairro e as suas gentes são desvalorizados pelas instituições/entidades que nele trabalham está bem espelhada na frase de um jovem pai: «...o objectivo deles é educar os selvagens para ir viver para a sociedade...». Tal torna imperativo que se reconfigure o olhar dessas instituições, o que não se consegue sem com elas interagir.

Em terceiro lugar, porque se tem presente que a partilha de experiências e a reflexão conjunta com parceiros é essencial à construção de um pensamento estratégico sistémico e sistemático (Amaro, 2009).

Uma animação feita de participação e por um animador de estilo novo

Como ressalta das palavras de António Cardoso Ferreira recolhidas por Lígia Gomes (2000), animação rima com desenvolvimento. «Agir em ordem a dar corpo e visibilidade aos embriões de cultura que se ocultam numa comunidade vulnerável é, sem dúvida, uma forma de contribuir para a reorientação da identidade e da auto-estima das pessoas que a compõem.»

A animação que se quer pressupõe, no entanto, duas opções de cariz metodológico e estratégico.

Em primeiro lugar, a aposta na participação activa da própria comunidade, dos seus membros, uma participação efectivada a todos os níveis e momentos – desde a concepção de eventos à gestão dos seus efeitos, passando pela sua organiza-

⁴ Os conceitos de parceria de acção (formada pelos sujeitos que interagem a partir do projecto) e de parceria de enquadramento (tendencialmente interinstitucional e exterior ao projecto) justificariam uma explanação fundamentada. Os limites que temos de espaço levam-nos a remeter para o texto de Rui d'Espiney, «Parcerias como? Pistas para uma reflexão», in *ICELmfor*, n.º 33, Setúbal, ICE, 2003, pp. 4-5.

ção. Só assim as culturas trabalhadas se tornam fonte de empoderamento de quem as possui, embora ocultas.

Em segundo lugar, o recurso à figura de um técnico-animador com um perfil de tipo novo. A abordagem institucional, que tem implícita a reprodução e não a produção de processos, habituou-nos à figura de um técnico/animador definido por uma atitude fiscalizadora e/ou protectora, na maioria das vezes configurada pelo mandato da instituição de pertença – de que resulta, com frequência, um diálogo de surdos entre ele e os que se deseja «animar».

As realidades existentes implicam e tornam urgente a construção de uma abordagem completamente diferente, onde haja disponibilidade para ouvir as famílias, se criem hábitos de respeito mútuo e partilha/reflexão sobre as experiências vividas, onde se definam objectivos de intervenção não a partir de nós mas a partir dos que desejamos ver empoderados e onde a necessidade de trabalhar com as pessoas (crianças, jovens, adultos e idosos) aconteça numa lógica de emancipação – não receando que o projecto definido pelo que se deseja ver emancipado possa divergir das intenções, dos projectos, do animador. É fundamental que os conflitos que emergem, fruto de naturais diferenças de interesses, sejam vistos, não como factores de perturbação, mas como uma possibilidade de transformação que responde à heterogeneidade que marca territórios e pessoas.

À lógica da semelhança que prevalece no quotidiano das escolas ou do serviço social, foi preciso contrapor a lógica da diferença, na procura de soluções.

Um apoio às famílias flexível e multivariado

Foram de dois tipos os apoios prestados às famílias acompanhadas pelo projecto: o apoio à concretização de objectivos de alcance a curto prazo e o apoio à concretização de objectivos de alcance a médio/longo prazo.

Foi interessante verificar que o primeiro tipo de apoio era prestado a famílias que José Machado Pais (2001) retrata como tendo uma estrutura de organização idêntica à das cigarras e que o segundo tipo de apoio era mais dirigido às famílias que se assemelhavam, na sua organização, às formigas, mais uma vez recorrendo à metáfora de Machado Pais.

O primeiro era dirigido a famílias que geriam o seu dia-a-dia na busca de soluções imediatas, muitas delas em situações de emergência, como a falta de habitação ou alimentação, enquanto o segundo era dirigido a famílias que se procuravam organizar para ultrapassar as suas condições de existência precária, ainda que num futuro mais longínquo. A falta de vontade demonstrada por uma mãe em que os fi-

lhos continuassem a estudar, empurrando-os para o trabalho, ilustra o primeiro tipo de situações apoiadas, enquanto os sacrifícios e a incapacidade de alguns em participar nas actividades do projecto, porque tinham de trabalhar para pagar os estudos do filho, ilustram o segundo tipo de situações apoiadas.

O que é facto é que quando o apoio foi de primeira linha, de solução de situações de emergência, as pessoas participaram muito mais nas actividades, parecendo até que se sentiam na obrigação de retribuir o apoio que os técnicos lhes davam na resolução dos seus problemas do quotidiano. Quando as necessidades de primeira linha, como a aquisição de documentação e procura de emprego, eram resolvidas, então verificou-se quase sempre um decréscimo da participação: mais atentas e mais solidárias aos (com os) quotidianos das famílias – porque mais reconciliadas consigo próprias –, voltavam-se para as rotinas da casa, afastando-se do projecto.

Desta realidade resultou naturalmente um apoio de 1.^a linha e outro de 2.^a linha, tornando nomeadamente indispensável, em especial no segundo caso, conceber actividades e momentos em que se tornasse evidente a importância da participação para o sucesso escolar e social dos filhos – destacando-se, de entre as actividades e momentos, os que passavam pela colaboração de pais e filhos em iniciativas que trouxessem a estes mais-valias.

4. Os obstáculos enfrentados

No seu desenvolvimento, o projecto deparou-se com obstáculos de diferente natureza que, no entanto, se procuraram enfrentar como desafios... sem se negar que tal implicou, nas pessoas da equipa, desânimos e desalentos só ultrapassados pela coesão desta e a distanciação conseguida nos momentos de reflexão descentrados realizados semanalmente (e/ou trimestralmente, com o consultor/avaliador).

Carácter restritivo dos objectivos e das respostas do projecto e as expectativas de futuro de muitas pessoas

Tendo como objectivos «Proporcionar o reforço e/ou desenvolvimento, pelos pais, das competências necessárias ao acompanhamento dos filhos, nos contextos adversos em que estes vivem e no processo de criação de um novo estar e ser» e «Favorecer uma nova relação das crianças e dos jovens consigo e com o quotidiano que os cerca», foi preocupação, desde o início, explorar/desocultar e acarinhar projectos de vida que os pais/cuidadores e crianças/jovens tinham para si e uns para os outros. É na construção dos seus projectos que os indivíduos dão corpo ao seu

processo de formação, razão pela qual esse acarinamento foi, sem dúvida, uma marca de identidade do Laço.

Como é evidente, teve-se a percepção de que «o apoio é muito importante, mas (...) tem de ser o *tipo certo de apoio*, não preconceituoso e não estigmatizante, enquadrado nos valores que eles consideravam importantes (confiança, reciprocidade, informalidade e respeito mútuo) e englobando a diversidade de experiências» (Williams, 2010, p.99).

Pode dizer-se até, porque à equipa técnica o disseram, que se não fosse esta forma aberta e preocupada com os interesses reais das pessoas com que o projecto abarcou a causa, não nos teriam recebido pura e simplesmente. O comentário «Porque é que acham que conseguiram entrar aqui assim? Porque quiseram saber o que nós queríamos. Puseram-nos a falar e deixaram-nos falar sobre o que vocês deviam fazer», ilustra a importância de dar voz aos desejos e aspirações das pessoas quando se pretende iniciar um processo de mudança.

Mas se, neste facto, está contido um sucesso do projecto, a realidade é que por detrás dele se esconde um obstáculo que tem a ver com as limitações inerentes aos objectivos por ele definidos e ao seu tempo formal de vigência.

No que a este último aspecto diz respeito, há que dizer que nos três anos de existência do Laço muitos dos «visados» explicitaram expectativas e forjaram projectos de vida, iniciando mesmo a sua concretização. Mas o certo é que a construção e explicitação de sonhos, de expectativas, não é imediata nem simultânea em todos os indivíduos, e o facto é que muitos desses «visados» – assim nos mostrou o que se registou nos Diários de Bordo – se ficaram pela constatação de que algo precisava de mudar ou, até mesmo, só por uma mera manifestação de mal-estar pelo que são. Quer isto dizer que os três anos de Laço se revelaram insuficientes para uma resposta plena e, uma vez que a possibilidade de haver um investimento posterior das instituições vocacionadas para o fazer – caso da autarquia –, nesta questão, é muito remota (tendo em conta a prioridade que estão a dar às políticas de realojamento), a equipa não pode deixar de ficar apreensiva quanto ao acompanhamento que estas famílias terão daqui em diante.

Por seu lado, a verdade é que muitas das aspirações manifestadas foram além do âmbito do Laço. Mesmo tendo presente que a acção da equipa foi, nos propósitos explicitados, além de mera formação parental – pela noção de que a requalificação de competências parentais não se faz sem o reforço de competências sociais de todos os que interagem com os pais –, o facto é que, com frequência, nos confrontámos com iniciativas e práticas que não poderiam ser apoiadas pelo Projecto Laço: como foi o caso de eventos culturais (o Carnaval, o Sto. António, etc.) que

jovens e pais/cuidadores quiseram organizar, em que comercializaram bebidas alcoólicas, ao que um projecto de formação parental, que tem o alcoolismo como «inimigo», não se pode associar.

No entanto, para que não fosse entendido que a equipa técnica recorria a opiniões valorativas e morais, sempre se incentivou os jovens a prosseguir os seus ímpetos para a mudança e ainda houve disponibilidade da nossa parte para algumas conversas e conselhos ao nível da organização desses eventos.

A profunda desmotivação e baixa autoestima

O sentimento de inutilidade e de abandono de muitas pessoas do bairro – com que nos confrontámos amiúde – deu origem a um dos primeiros incidentes críticos do percurso do Projecto Laço. Foi na realização de uma actividade, «Um Dia Com...», que com ele se deparou. Os jovens, alguns já pais, outros ainda apenas filhos, ao tomarem conhecimento desta actividade aproximaram-se do projecto, tentando perceber quais as suas intenções. Para vários, não abonava a favor do projecto o facto de ser animado em parceria com a Associação Espaço Jovem, que os desalojara do espaço onde desenvolviam as suas actividades para o destinar apenas a crianças e não às realidades dos jovens do bairro. Para eles, não era compreensível porque não eram os seus interesses atendidos também.

Estes jovens, que na infância não tinham tido acesso a creches, que se viram sem sítio para ficar quando eram bebés e enquanto as mães iam trabalhar (ou porque as mães não tinham dinheiro para pagar amas ou creches no exterior, ou porque os suportes dentro do bairro eram fechados por falta de condições), viam-se agora também despojados do sítio onde finalmente podiam realizar actividades tão simples como ver um vídeo ou jogar num computador, coisas que grande número de jovens da estrutura societária geral tem todos os dias à sua disposição (na sua casa), mas que a estes sempre tinha sido negada.

Foi após algumas conversas e partilha de momentos mais informais, em que os jovens puderam falar, por um lado, dos seus percursos, angústias, desejos e condicionamentos e, por outro, da percepção que tinham das intervenções de que eram alvo, que houve espaço para os técnicos darem a conhecer as intencionalidades da intervenção do Laço, bem como os seus modos de fazer.

Foi a informalidade estratégica que acima se referiu que criou a oportunidade e a possibilidade de trabalhar a percepção destes jovens sobre a intervenção das associações locais e sobre os obstáculos e decisões estratégicas que se levantam na sua acção. Só então os jovens se abriram à participação nas actividades do projec-

to, só então os jovens perceberam que estavam perante um proposta que pretendia unir todos os esforços, nomeadamente os deles, no sentido de fazer valer os seus interesses.

Como seria de esperar, este incidente crítico não ficou logo totalmente ultrapassado. A banalização do futuro de que nos fala Machado Pais (2001), e que diz dever-se «quer a um relativo despovoamento de um horizonte temporal de projectos enraizados no presente, quer a um presente povoado de estigmas que não se deseja projectar no futuro» (p. 422), está fortemente patente nas pessoas que acompanhamos e fez-se sentir em vários momentos. Perante os obstáculos que se iam levantando e as dificuldades que iam sentindo em se organizarem, as crianças, jovens e pais/cuidadores eram impelidos a sentirem-se incapazes e a interpretar os obstáculos como mais uma derrota, a comprovarem que não adianta tentarem mudar as suas condições sociais, condenados que estão à sua submissão e a caírem numa desmotivação carregada de falta de auto-estima e caracterizada pelo estigma e preconceito.

Este obstáculo sentiu-se muito ao nível do «Acompanhamento Individual», em que se verificou uma forte tendência para a desmobilização. Defende Fiona Williams (2010) que «as políticas que proporcionam tempo, espaço e segurança financeira para que se possa conciliar o trabalho e as responsabilidades de prestação de cuidados e para que as crianças possam desenvolver, são cruciais. Estas políticas podem ajudar a derrubar as velhas desigualdades e a proporcionar um contexto no qual as pessoas possam satisfazer os compromissos de assistência» (p. 102). Concordando com esta perspectiva, a verdade é que nos confrontámos com a inacessibilidade a estas políticas de várias das famílias que se acompanhavam, tornando-se complicado trabalhar as competências parentais e, muito mais ainda, apoiar pessoas na construção de projectos de vida. Sem tempo e espaço, e preocupadas na busca de soluções para a insegurança financeira em que vivem, as famílias sentiam-se muitas vezes incapazes de abraçar as iniciativas do projecto, pelo menos com a intensidade que se desejaria.

A aposta no «Acompanhamento Individual», e em outras acções do projecto como as sessões de formação ou os «Um Dia Com...», foi explorar os problemas numa lógica de produção de soluções que favorecessem as famílias a pensar num futuro recriado.

O generalizado fraco domínio da língua portuguesa

As dificuldades identificadas a nível da expressividade resultam, provavelmente, do predomínio do crioulo nas famílias de pertença, comuns aos diferentes níveis

etários, patentes essencialmente no vocabulário (relativamente pobre), na expressão oral, nomeadamente na articulação da palavra, na construção frásica que fica abaixo da esperada para a idade, no desinteresse pelo livro e na pouca receptividade em ouvir e contar histórias.

Como é evidente, o facto de o português ser, para muitos dos «destinatários», uma língua estrangeira só é um obstáculo na medida em que dificulta (e dificultou) o acesso às oportunidades eventualmente oferecidas pela sociedade ou a resolução de problemas que tenham e tiveram a ver com o quotidiano em que se interage com a sociedade. O não domínio de uma língua não materna não põe em causa o valor cultural, moral e identitário das pessoas. Mas o facto é que para um emigrante, tal funciona como uma desvantagem social.

Face ao panorama existente decidiu-se, nomeadamente no âmbito das actividades desenvolvidas no «Skola pa Nô» para pais e filhos, dar especial enfoque, nos últimos semestres, ao domínio da linguagem oral/escrita, estimulando-se na criança, na família e na comunidade em geral, a utilização do livro enquanto instrumento do processo de aprendizagem, bem assim como o desenvolvimento de capacidades no acto da escrita. Acreditou-se e acredita-se que o prazer de ler está ancorado nestas duas vertentes e que a partir da partilha dos saberes das famílias se reforça a auto-estima da criança e dos pais.

Foi nesta ordem de ideias que desenvolvemos com as famílias o «Atelier do Livro» onde todas as semanas, e de forma regular e contínua, as famílias e as crianças puderam frequentar a Biblioteca Itinerante, requisitando livros para levar para casa e serem lidos por pais e filhos.

Contribuiu também para a superação deste escolho a circunstância de a equipa incluir uma técnica que domina o crioulo, o que ajudou, sem dúvida, não só a identificar aspirações e a resolver problemas surgidos no seio das famílias (documentação, relações com a escola, etc.) como a permitir um melhor acesso à língua portuguesa.

Os sucessos alcançados não retiram o facto de a língua não ter facilitado a intercomunicação com as instituições e a apreensão de aprendizagens veiculadas em português.

A falta de um espaço Laço

Há a ideia de que o recurso a espaços já institucionalizados dá credibilidade aos projectos, bem como a de que as pessoas aderem a actividades que se desenvolvem em locais que já frequentam com mais facilidade do que o fazem num local retirado das suas rotinas.

A nossa experiência foi, no entanto, outra. Neste bairro, habituados que estão a estar sem voz e despojados de locais que recebam as suas lógicas informais – seja na prestação de cuidados seja na formação de identidade –, os residentes recorrem às respostas formais na lógica do «toque e fuge» que define a figura de utente: para deixarem as crianças, pedirem ajuda na documentação, obterem um serviço e nada mais.

Numa das associações locais a que se recorreu, por exemplo, muitas vezes sentiam-se quase que apanhados, se ao deixar o filho eram convidados a ficar nas sessões de formação de grupo que se estavam a dinamizar. Quem ficava, quem participava, fazia-o porque ia lá de propósito para a sessão, ou por se sentir em dívida com os técnicos, ou por ter sido convidado a partilhar uma sua qualidade, ou porque achava que precisava de trabalhar uma dada competência parental em discussão na sessão; não porque ocorria no espaço onde por acaso ia fazer outras coisas.

Acresce que os espaços disponíveis se revelavam/revelaram inadequados: no auditório da sede do Agrupamento havia demasiada formalidade, na associação (devido ao facto de ser no refeitório, com focos de distração constantes) havia demasiada dispersão. Isto é, ou se estava constringido ou desatento.

No «Acompanhamento Individual» a situação não era diferente. O contacto no lar, na rua, revelou-se, sem dúvida, útil à promoção de aprendizagens informais... Mas faltou um espaço que funcionasse como um factor de promoção de intencionalidades para a aprendizagem.

Não por acaso, foram as «Saídas do Bairro» que mais serviram o aprofundar de reflexões: descentradas do contexto de vida, as pessoas dispuseram de um tempo e de um espaço em que se debruçaram exclusivamente sobre os seus problemas, na perspectiva da produção de soluções.

Enfim, é, com efeito, nossa convicção que a ausência de um espaço Laço – onde a própria equipa se «aconchegasse» – se revelou um obstáculo de peso, tendo-se a noção de que um tal espaço contribuiria, em acréscimo, para credibilizar o projecto, tornando-o um recurso visível e mais acessível à comunidade.

Urgência do apoio imediato e tempo lento das respostas

No primeiro dos obstáculos referidos, apontou-se para a dificuldade resultante do tempo lento das respostas. Retomamo-lo agora a propósito, não já do tempo de vida do Laço, mas dos processos lentos e burocráticos que se impôs enfrentar nas relações com as instituições que os passos para a mudança das famílias implicavam.

Com efeito, o certo é que com muita frequência a lentidão da burocracia, o seu mau funcionamento e a deficiência das respostas funcionaram como um factor de desmobilização/desmotivação.

Muitas vezes, o projecto conseguiu que um jovem ou mesmo um adulto se predispusesse a enfrentar a sua «má sorte» e a tentar romper com a sua condição, planificando passos e estratégias a tal conducentes. Mas o facto é que os tempos de espera na obtenção de um qualquer benefício, ou a demora na concessão de documentos em falta (ou bloqueados por outros documentos também em falta), tiveram por efeito levar muitas das pessoas, que viveram essa dificuldade, a perder de vista o projecto de vida inicial que as movera, desmobilizando-as.

Os exemplos concretos de que dispõe o Laço são imensos: desde a jovem que, abandonada pela mãe mas animada com o apoio do Laço, projectou abraçar uma carreira de futuro pois descobriu talentos (musicais) que desconhecia e que, mercê dos oito meses que ficou sem apoio, inclusive para comer, pois os subsídios levam tempo a serem pagos, deixou de estudar (tendo eventualmente criado condições para se perder), até ao jovem pai em situação de clandestinidade que, tendo projectado prosseguir os estudos, se veio a sentir desanimado e sem perspectivas por não conseguir obter a documentação necessária à legalização da sua situação, inviabilizando a prossecução dos estudos.

A burocracia, a falta de elasticidade das instituições, contribui para mantê-los, como diz um outro jovem que aguarda resposta formativa, com «a vida parada», ou como muito bem descreve Karina Ismael (2008) citando Sousa (2002), no seu estudo sobre as dinâmicas familiares e intergeracionais das mulheres africanas em contexto de bairro, «mantêm-se bloqueados, paralisados por este *décalage* entre o ressentido e o que projectam para o exterior, desenvolvendo uma raiva surda, sufocada e até mesmo uma certa agressividade» (pp. 8-9).

As conflitualidades e os diferentes níveis de envolvimento dos parceiros

Como resulta dos paradigmas que orientam a abordagem do ICE e do Laço, defendeu e defende o projecto que, de entre os parceiros institucionais, se podem e devem destacar, pelo papel que desempenham no reforço da identidade da comunidade, as associações locais. Têm estas todas as condições para fazerem parte daquilo a que chamamos as parcerias de acção, isto é, as que tendem a pautar a sua acção pelos interesses e perspectivas dos directamente implicados/«mexidos» pelo projecto/processo e não pelo «mandato» da sua instituição, como tendencialmente o fazem os parceiros de enquadramento.

Não deixando isto de ser verdade, o facto, no entanto, é que também as associações locais e grupos informais existentes no bairro, em vez de contribuírem para a construção de uma identidade comum, vivem de costas voltadas, dando mesmo origem a alguns episódios de conflitualidade. A equipa do projecto agiu com prudência e conseguiu, ao longo da sua existência, interagir com uns e outros, com resultados assinaláveis, marcados pelo empenhamento efectivo de muitos deles, mas nunca alcançando juntar as partes no mesmo espaço.

Neste aspecto revelou-se, também, como obstáculo, a já aludida posição de algumas das entidades com acção no bairro que deram prioridade às políticas de realojamento, deixando, na prática, de se implicar nas iniciativas tendentes a gerar identidades e projectos de futuro.

O distanciamento de alguns serviços (parceiros do projecto) em relação às problemáticas das famílias – ditando a incapacidade de encontrar respostas pertinentes e adequadas – revelou-se igualmente como um factor negativo na criação de sinergias.

Como é evidente – e já o dissemos noutros lugares deste texto –, houve parceiros, mesmo de enquadramento, que agiram adequada e correctamente, mas devemos dizer que os procedimentos dos que o não fizeram, nem fazem, tiveram e têm efeitos nas pessoas da comunidade que olham com desconfiança muitas das entidades que as procuram.

Os próprios grupos informais não se sentem compreendidos e reconhecidos pelas redes formais.

A presença de manifestações de caciquismo

Uma intervenção que se realize em comunidades perifерizadas, tendo em vista o desencadeamento de processos de emancipação auto-sustentados, passíveis inclusive de gerar soluções alternativas a uma estrutura societária que se revela opressora e sem saídas, elege como uma das prioridades desocultar e/ou contribuir para a construção de líderes dotados de prestígio e capacidade de condução e organização de pessoas. E no Bairro de Santa Filomena, ao longo do desenvolvimento do projecto, emergiram ou forjaram-se tais líderes, estando na base das tentativas que fizeram, nomeadamente os jovens, de organização de uma associação e de implementação de uma comissão de moradores.

Mas uma coisa, no entanto, são os líderes que, como mostra Giddens (1997), apoiado em Smelser, podem inclusive tornar-se condição suficiente à «existência de um movimento social» (p. 759) e outra são os caciques que surgem, nestes proces-

sos, como travões da autonomia dos outros, nos quais vêem uma ameaça para o seu poder e autoridade, surgindo com frequência a distribuir favores com o propósito de reforçarem o seu ascendente (Joll, 1977).

Também Hobsbawm, num antigo texto (de 1976) em que se debruça sobre a realidade do caciquismo nas comunidades camponesas, o caracteriza como correspondendo a alguém que quando fala «para fora» (para a estrutura societária circundante) o faz em representação da sua comunidade, mas que quando interage com esta surge de facto como porta-voz da estrutura societária.

Na acção que desenvolveu, a equipa do Projecto Laço deparou-se – dizemo-lo sem subjectivismo – com um ou outro cacique: pessoas com poder efectivo no bairro, reforçados pelo apoio explícito dos poderes instituídos, que não partilhavam as decisões com as pessoas da comunidade com que interagiam e que se mostraram opositores activos de todas as dinâmicas a que se quis dar corpo, mas que escapavam ao seu controlo (como as que surgiram a partir da acção dos jovens).

A este caciquismo individual, não podemos deixar de adicionar o que chamaremos de «caciquismo institucional», isto é, aquele que é exercido por algumas pessoas que interagem em nome de uma instituição e cujo discurso e práticas estão marcados pelas lógicas do «centro», agindo de facto como instrumento do «mandato» da instituição ou do projecto de pertença (do que resulta uma postura rígida, não flexível face às iniciativas criativas da comunidade).

De referir, contudo, que assumindo estes obstáculos como realidades do contexto onde intervinha, a equipa do Projecto Laço não deixou de procurar criar pontes, tentando, pela persuasão, pelo menos minorar os efeitos disruptivos da actuação dessas instituições e não deixando de interagir com os que a própria população ou parte dela via como «chefões».

O estar e o ser das famílias acompanhadas

«Em casa em que não há pão, todos ralham e ninguém tem razão» – este é, sem dúvida, o universo de várias famílias do Bairro de Santa Filomena. Desde comida e roupa a sítio para dormir, tudo obedece a cálculos e «jogos de cintura» que os seus membros lá vão fazendo para se ajeitarem dentro das mesmas casas. Nesta realidade de sobrevivência, as redes de interajuda circunscrevem-se a pequenos círculos e dão origem, por um lado, a um afastamento e um maior isolamento de algumas famílias que ainda se encontram em piores condições, e por outro a um fechamento sobre si próprios, que os leva a distanciarem-se das estruturas locais passíveis de intervir como seus suportes.

Confirmou-se, de facto, que Ismael (2008) tem razão quando afirma que «as relações de interajuda e solidariedade são marcadas por uma série de carências económicas agregadas a pequenos ambientes de tensão e conflitos gerados pelos constrangimentos da integração social» (p. 62) de que resulta, muitas vezes, a desconfiança em prol da cooperação com o outro. Neste clima e nesta realidade, com dificuldade se sonha o sucesso individual e colectivo, o que, naturalmente, provoca uma desmotivação de partida a toda a oferta que surja em ordem a uma mudança nas suas vidas.

A estas características socioeconómicas, responsáveis – repita-se – pelas dificuldades de se despoletarem processos colectivos de requalificação, junta-se, da parte de algumas famílias, a resistência que oferecem à ideia de reconhecerem (as suas) limitações. A reacção ao estigma que vimos nas famílias acompanhadas está de facto patente na reflexão de Williams (2010) quando diz «muitos pais sentiam-se avaliados como maus pais. Isto é particularmente evidente em grupos de apoio para pais de filhos que não correspondiam ao ideal de auto-responsabilidade, bom comportamento e orientação» (p. 96).

Perante este estar e este ser de várias das famílias com que comunicou, a estratégia da equipa do projecto passou, como se diz noutra parte, pelo esforço de as levar a agir a partir dos «pontos luminosos» que nelas se abrigavam, estratégia que teve frutos, embora se tenha confrontado com casos de total recusa em se deixarem acompanhar (6% dos familiares não se identificaram com o projecto).

5. Considerações finais

Sustenta Goguelin (1991) que todo o processo de mudança de uma comunidade em situação de periferização implica, para ser profunda e permanente, um período nunca inferior a cinco, dez anos. Não temos, pois, ilusões quanto à limitação das mudanças que favorecemos com o Projecto Laço, nos curtos três anos da sua existência.

O ICE tem por cultura e prática não restringir o seu apoio a processos que ajudou a desencadear ao tempo de duração dos financiamentos que consiga, e é seu propósito (e da equipa Laço) continuar a intervir, investindo na consolidação dos processos de mudança iniciados. Mas tem, neste caso, consciência dos limites que advêm de o Bairro de Santa Filomena ser alvo de um PER.

Em quaisquer circunstâncias, não lhe restam dúvidas em afirmar que os três anos de presença se saldaram por resultados francamente positivos que configuram um sucesso.

O paradigma de que se partiu, inerente à linha de pensamento do ICE, as estratégias que a equipa definiu e a capacidade que esta teve de caracterizar os obstáculos

na perspectiva de, sempre que possível, os transformar em recursos de intervenção, explicam o balanço que fazemos aos resultados obtidos.

Desde logo, e em primeiro lugar, há a registar a mudança qualitativa da relação hoje existente entre muitos pais e seus filhos, patente no acompanhamento que pais/cuidadores passaram a dar à vida escolar dos filhos, bem como às suas actividades extracurriculares, traduzida quer na atenção aos estudos, quer na crescente participação nas reuniões com os professores e nas actividades desenvolvidas pelo projecto.

Em segundo lugar – ver Figuras 2 e 3 – há a referir o facto de se ter conseguido envolver três a quatro vezes mais beneficiários do que inicialmente se previu: tanto pais/cuidadores como crianças.

Figura 2. Total de pais/cuidadores

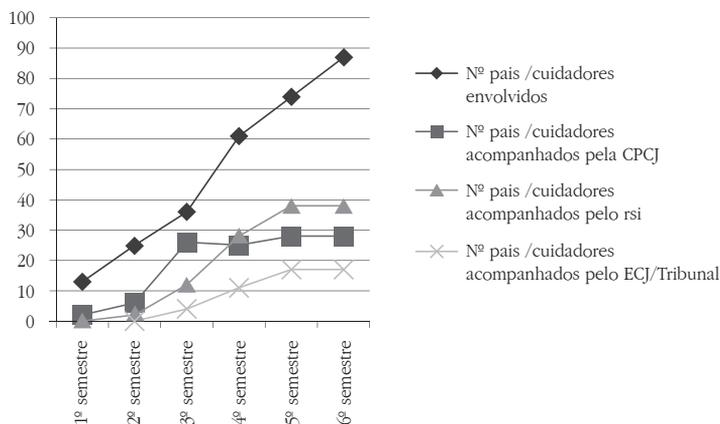
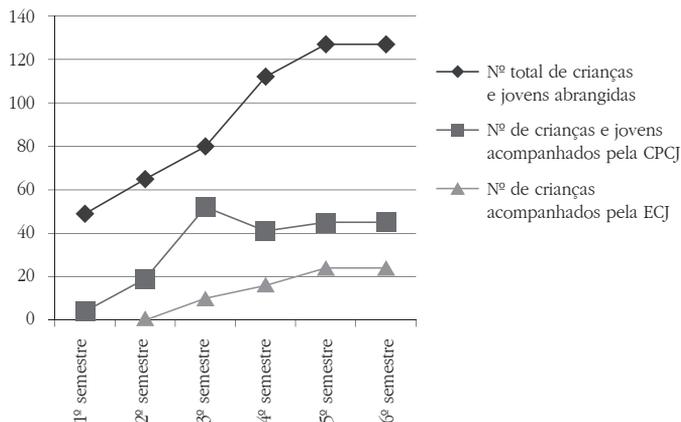
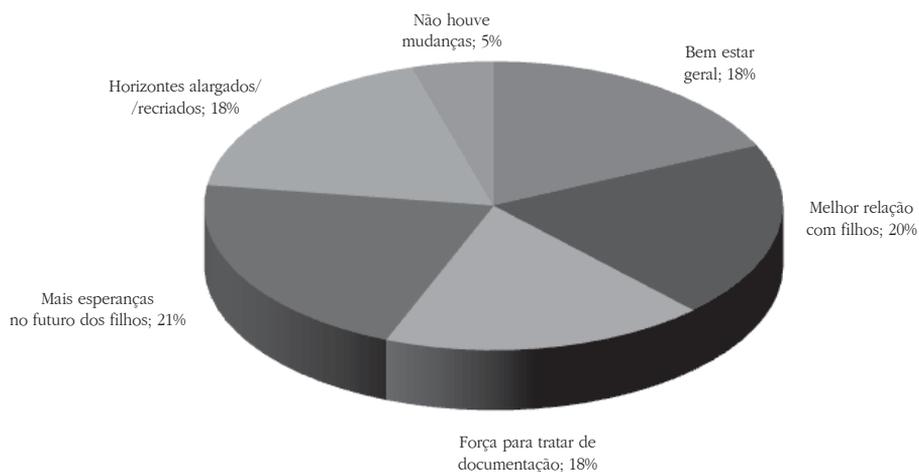


Figura 3. Total de crianças/jovens



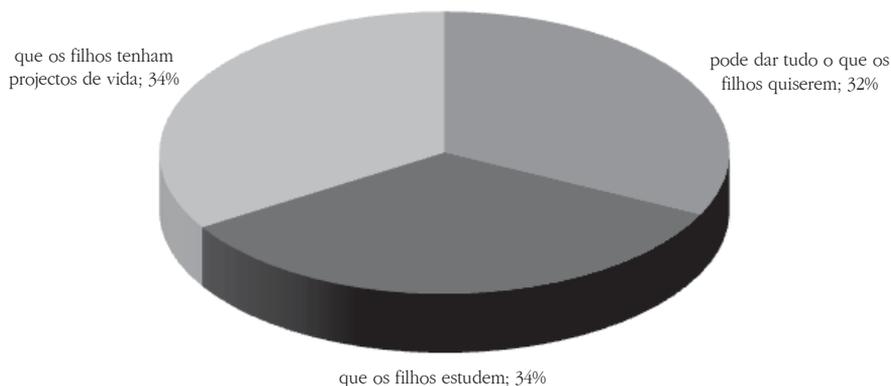
Em terceiro lugar, o facto de o trabalho com pais/cuidadores e crianças ter produzido mudanças nestes, de que os próprios têm consciência – ver Figura 4. (A consciência de uma mudança, pelo próprio que a vive, indicia uma mexida na estrutura interna, profunda.)

Figura 4. Mudanças atribuídas ao projecto



Em quarto lugar, o facto de, como efeito do trabalho desenvolvido em ordem a uma maior atenção dos pais para com os filhos, eles aparecerem a formular sonhos e expectativas (não deixando de ser relevante o desejo de muitos, de que os filhos tenham projectos de vida – Figura 5).

Figura 5. Sonhos e expectativas dos pais/cuidadores



Em quinto lugar, o facto de o projecto ter trazido mais-valias às crianças a nível físico e biológico, emocional, social e cognitivo (ver Figuras 6, 7 e 8), mais-valias, acrescente-se, percebidas pelos pais.

Figura 6. Satisfação das necessidades físicas e biológicas da criança

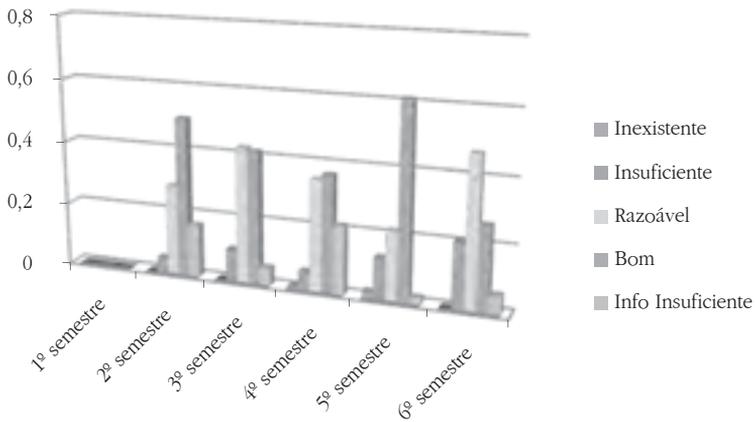
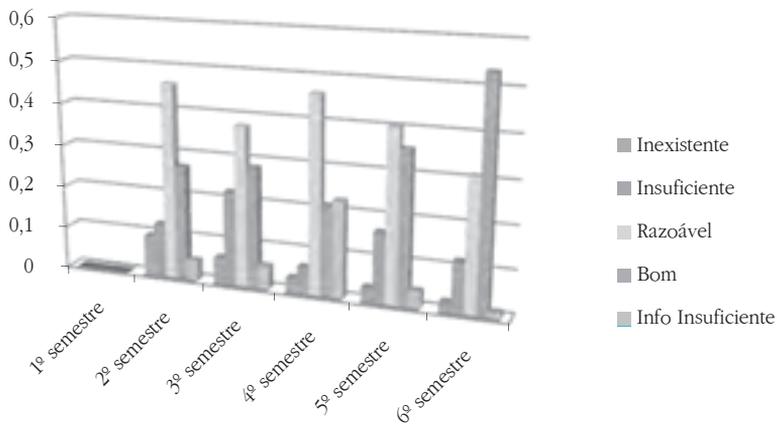
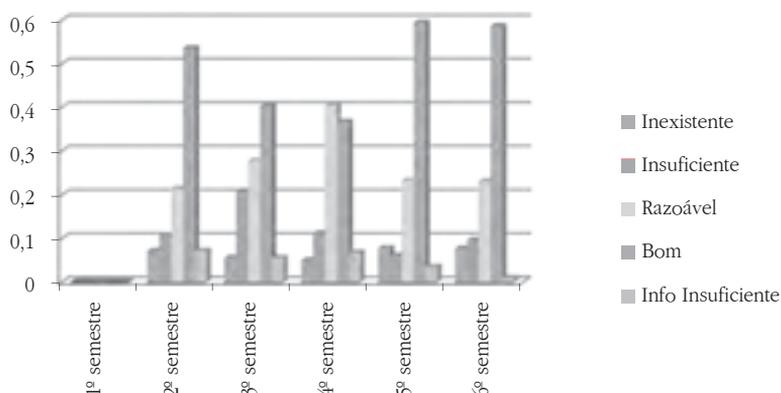
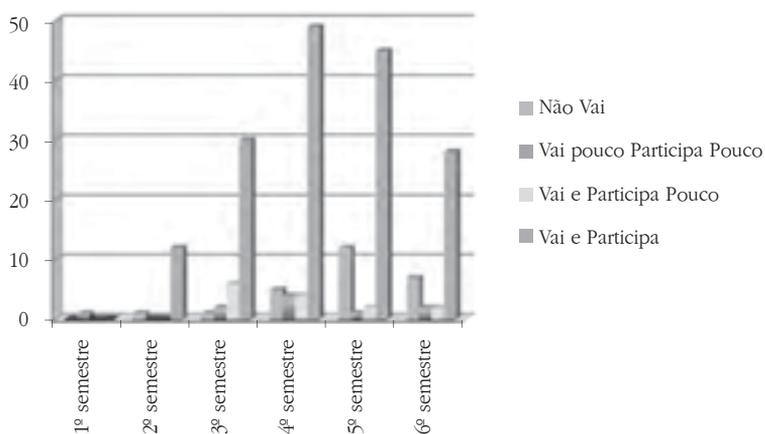


Figura 7. Satisfação das necessidades emocionais e sociais



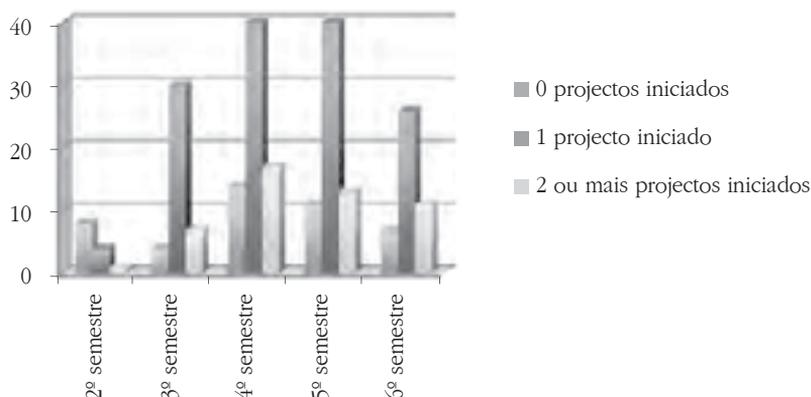
Em sexto lugar, a capacidade havida de contribuir para a reinserção dos jovens na vida escolar – ver Figura 9 –, aspecto particularmente relevante num bairro que, como avançamos na caracterização inicial, se pauta por uma resistência a toda e qualquer forma de interacção com as instituições do centro.

Figura 8. Satisfação das necessidades cognitivas**Figura 9. Adesão às actividades escolares**

Em sétimo lugar, o facto de se haver conseguido que muitas das crianças e jovens passassem a ter projectos de vida – Figura 10 –, contrariando-se assim o «estar» desmotivado que o contexto proporcionava.

Em oitavo lugar, o facto de, trabalhando-se numa comunidade com muitas famílias «desestruturadas» e crianças abandonadas na rua, se ter contrariado a tendência do centro para responder a esta realidade recorrendo à institucionalização: mais de 94% continuaram integradas nas famílias.

Em nono lugar o facto de – como mostra o Tabela 2 – se terem desocultado saberes e práticas culturais, dando-lhes a forma de produtos comunicáveis que consubstanciam processos participados de explicitação e construção de conhecimento.

Figura 10. Projectos de vida iniciados pelas crianças/jovens**Tabela 2. Materiais produzidos e temáticas exploradas**

1.º Indicador – Projectos nas Escolas	2.º Indicador – Materias Produzidos	3.º Indicador – Temáticas Exploradas
Dia de Cabo Verde	Fotografias do Evento de Celebração do dia da Independência de Cabo Verde	História de Cabo Verde e da Independência
Ateliê do Brinquedo	Brinquedos tradicionais	«Brinquedos de ontem» – Modos de brincar dos países de origem
Ateliê de Música	Instrumentos musicais tradicionais	Música tradicional dos diferentes países de origem
Ateliê de Som	Álbum «Sabes que És Capaz»	Cultura Hip Hop
Oficina de Fotografia	Fotorreportagem «BSF Luta pelos teus direitos»	Os lugares de BSF
Oficina de Vídeo	Videorreportagem «BSF»	Histórias de vida e o quotidiano dos habitantes do Bairro de Santa Filomena
Oficina de <i>T'shirts</i>	<i>T'shirts</i> estampadas com grafítis do Bairro de Santa Filomena	Arte e estética no Bairro de Santa Filomena/ auto-estima e valorização do património
Campanha sobre hábitos de vida saudáveis	Autocolantes com mensagens dos alunos do Agrupamento Cardoso Lopes sobre hábitos de vida saudáveis	Educação para a saúde

(cont.)

1.º Indicador – Projectos nas Escolas	2.º Indicador – Materias Produzidos	3.º Indicador – Temáticas Exploradas
Oficina de Imprensa	Revista LAÇO n.º 1-5	Direitos das Crianças; Primeiro dia de aulas, dicas para os pais para o acompanhamento escolar dos filhos/as; Questões sobre a higiene, troca de experiências entre vizinhos e mães e filhas; Abertura do ano de 2010/ Histórias sobre penteados tradicionais/ higiene; «Família, estamos de férias»/Dicas para as famílias da importância das férias e de actividades que podem ser feitas
	Carta à Família	Reflectir sobre o conceito família, a sua construção e importância na formação do indivíduo

Em décimo lugar, o facto de se ter proporcionado, com a existência do projecto, a sensibilização de pelos menos algumas instituições para a necessidade de uma abordagem de tipo novo com famílias da natureza das que se acompanharam no bairro.

Em décimo primeiro lugar, o facto de se terem tecido laços de afecto, solidariedade e confiança entre as famílias e os técnicos, laços que constituem, sem dúvida, um capital precioso (ainda que potencial) para a prossecução do processo desenvolvido... E que só o desalojamento pode vir a desaproveitar.

Em décimo segundo e último lugar, o facto de a intervenção, pela reflexão que implicou, ter trazido consigo o crescimento não só dos técnicos envolvidos, como dos técnicos de outros projectos do ICE que, de forma regular e aprofundada, partilharam experiências, preocupações e sonhos.

A propósito deste último efeito, será oportuno reconhecer que na elaboração do presente texto pouco falámos de nós, aparecendo em certa medida a equipa Laço como uma entidade exógena ao processo.

O esforço que fizemos para, com objectividade, retirar do processo os pressupostos, as estratégias e os obstáculos que caracterizaram o projecto, acabou por fazer perder de vista o facto de termos sido também actores. A verdade, no entanto, é que:

1.º – A interacção com as crianças, os jovens e os pais foi interpessoal e marcada pela subjectividade, procedendo nós, com frequência, movidos pelo instinto... com procedimentos que nem sempre contribuíram para os melhores resultados (as reuniões de equipa tiveram muitas vezes por propósito desocultar estratégias que servissem à rectificação de erros cometidos).

2.º – Fomos um nó nas redes de parceria e não um tecelão, ao contrário do que pode surgir o que se escreve a propósito de obstáculos surgidos no trabalho em parceria.

3.º – Não nos limitámos a tentar que pais, crianças e jovens dessem o que tinham a dar, a tentar que estes se implicassem na desocultação das mais valias que neles se abrigavam... A verdade é que também nós, na interacção com os pais, crianças e jovens deixámos que o que tínhamos «escondido» em nós desabrochasse, mostrando facetas que desconhecíamos, até então.

Estes factos – que ajudam a melhor ver como, na verdade, fomos também aprendentes do Projecto Laço – não negam a validade das conclusões que sistematizamos. A realidade é que, se escrevemos com a preocupação de explicitar os ensinamentos que retirámos do projecto/processo vivido – e não tanto com a de contar uma estória –, isso se deve à possibilidade que tivemos de contar, ao longo do projecto, com um espaço descentrado de reflexão, animado pelo nosso consultor e orientado para a conceptualização e a aprendizagem: Foi esta conceptualização e esta aprendizagem que explicitámos no presente texto.

Referências bibliográficas

- Amaro, R., «Apresentação do Desenvolvimento Local e Regional», in *Sociologia Problemas e Práticas*, 10, 1991, pp. 157-159.
- Amaro, R., Intervenção na sessão de assinatura do protocolo do projecto Laço, Notas pessoais, 2009.
- Correia, J. A., *Para uma teoria crítica em educação. Contributos para uma reorientação do campo educativo*, Porto, Porto Editora, 1998.
- Damáso, A., *O livro da consciência. A construção do cérebro consciente*, Lisboa, Círculo de Leitores, 2010.
- Espiney, R. d', «Parcerias como? Pistas para uma reflexão», in *ICEInfor*, Setúbal, ICE, 2003.
- Giddens, A., *Sociologia*, Lisboa, Gulbenkian, 1997.
- Goguelin, P., *La Formation-Animation: Une Vocation*, Paris, ESF Editeurs, 1991.
- Gomes, L., *Animação: Palavra Chave*, s/l, GAF, 2000.
- Hobsbawm, E. J., *Los campesinos y la política*, Barcelona, Anagrama, 1976.
- Ismael, K., *Afrikikis: Dinâmicas familiares e intergeracionais das mulheres africanas em contexto de bairro*, Lisboa, ISCTE, 2008.
- Joll, J., *Anarquistas e Anarquismo*, Lisboa, Dom Quixote, 1977.
- Magano, O., «Observação “com presença” junto de um grupo de etnia cigana», in *Actas dos ateliers do V Congresso da Associação Portuguesa de Sociologia «So-*

iedades Contemporâneas: Reflexividade e acção, teorias e metodologias de investigação», Universidade do Minho, Braga, 2004.

Moura, M., *O Pensamento de Paulo Freire*, Lisboa, Multinova, s/d.

Nico, B., *Intervenção na Manifesta de Tavira*, Notas pessoais, 2001.

Pais, J. M., *Ganchos, Tachos e Biscates*, Porto, Ambar, 2001.

Watzlavick, P., Weakland, J. & Fisch, R., *Changements paradoxes et psychotherapie*, Paris, Editions du Seuil, 1975.

Williams, F., *Repensar as Famílias*, Cascais, Principia, 2010.

Câmara Municipal da Amadora, informação sobre o concelho <http://www.cm-amadora.pt/files/2/documentos/20080923154804281527.pdf>

13.

**REDE DE INTERVENÇÃO NA FAMÍLIA
(RIF). UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO
DE MAUS-TRATOS E NEGLIGÊNCIA
INFANTIL (MNI) ATRAVÉS DA PROMOÇÃO
DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS EM
CONTEXTO COMUNITÁRIO**

**Hélder Soares
Bruno Ferreira**

ENTIDADE PROMOTORA: *ARISCO – Instituição para a Promoção Social e da Saúde*

EQUIPA TÉCNICA

Hélder Soares, Licenciatura em Psicologia, responsável técnico e coordenador de equipa (desde o final de 2008) e psicólogo do Gabinete de Apoio Parental

Carla Sampaio Licenciatura em Psicologia, coordenadora financeira, responsável e psicóloga nos Laboratórios Pais e Filhos

Bruno Ferreira, Licenciatura em Psicologia, responsável técnico e coordenador da equipa (2008), responsável pela monitorização e investigação

Patrícia Borges, Licenciatura em Psicologia, responsável pela comunicação (desde 2009)

Elsa Couchinho, Licenciatura em Psicologia, responsável e psicóloga na Intervenção Precoce

Dora Lourenço, Licenciatura em Psicologia, responsável e psicóloga na Formação Parental

Joana Coelho, Licenciatura em Psicologia, psicóloga na Intervenção Precoce e Formação Parental

Sara Melo, Licenciatura em Psicologia, psicóloga na Formação Parental e Laboratórios Pais e Filhos, responsável do Gabinete de Apoio Parental

Leonor Silva, Licenciatura em Serviço Social, assistente social do Gabinete de Apoio Parental

Vera Silva, Licenciatura em Psicologia, psicóloga na Formação Parental (desde 2009)

Ana Pereira, Licenciatura em Psicologia, psicóloga nos Laboratórios Pais e Filhos

Rute Sousa Ribeiro, Licenciatura em Psicologia, coordenadora de equipa e coordenadora financeira (2008)

Catarina Ferreira, Licenciatura em Psicologia, psicóloga na Formação Parental (2008-2009)

Ana Moreira, Licenciatura em Psicologia, psicóloga na Formação Parental (2008-2009)

Bruno Caldeira, Licenciatura em Psicologia, responsável pela Mediação Familiar (2008)

Sara Duarte, Licenciatura em Psicologia, responsável e psicóloga na Formação Parental (2008)

Inês Mena, Mestrado Integrado em Gestão, responsável e psicóloga na Formação Parental, assistente social no Gabinete de Apoio Parental

PRINCIPAIS PARCEIROS

Comissão de Protecção de Crianças e Jovens de Lisboa Centro; Junta de Freguesia do Socorro / Espaço Ambijovem; Junta de Freguesia da Pena / Componente de Apoio à Família (CAF); Comissão Social de Freguesia da Pena; Centro de Dia de N.ª Sr.ª Socorro; Escola Básica n.º 1 (Pena); Associação Pró-Infância da Mouraria; Centro Social e Paroquial da Pena; Associação Renovar a Mouraria (desde 2009); Casa da Achada – Centro Mário Dionísio (desde 2009); ISPA – Instituto Superior de Psicologia Aplicada; Creche Encosta do Castelo (St.ª Casa da Misericórdia); Junta de Freguesia de Santos-o-Velho / Gabinete de Apoio à Família; Agrupamento de Escolas Baixa-Chiado (desde 2009); Grupo de Formação Parental da Comissão Social de Freguesia de Santos-o-Velho (desde 2009); Museu da Marioneta (desde 2009); CAI de São José (St.ª Casa da Misericórdia) (desde 2009); Equipa de Apoio a famílias com crianças e jovens em risco – Equipa 1 (St.ª Casa da Misericórdia) (desde 2009); Casa da Boavista – estabelecimento integrado de acolhimento de crianças e jovens do Instituto de Segurança Social, IP (desde 2009)

Data de início do projecto: 01/02/2008

Data do termo: 31/01/2011

Resumo

Entre 2008 a 2010, a Arisco desenvolveu a Rede de Intervenção na Família (RIF), um Programa de Formação Parental em contexto comunitário. Baseada nas perspectivas ecológico-transaccionais, a RIF promoveu as competências parentais em contexto individual/familiar e em grupo. Os grupos de pais tiveram lugar em oito instituições de apoio à infância de duas freguesias de Lisboa e foram co-construídos com técnicos locais. A intervenção revelou ter efeitos positivos ao nível do sentimento de eficácia, bem como da satisfação e interesse parental, resultados que suportam a ideia de que o programa tem um efeito positivo na melhoria da competência parental.

Abstract

Between 2008 and 2010, *Arisco* has developed a Parental Education Program in community setting named RIF. Based in the ecological transactional perspectives, RIF promoted the parenting skills in individual, family and group settings. The parental groups took place in 8 children-care institutions of 2 Lisbon districts and were co-constructed with local child care professionals. The positive outcomes in parent's self-efficacy, satisfaction and investment support the belief that the program has a positive effect in the improvement of parenting competence.

Introdução

A RIF é um programa de promoção de competências parentais em contexto comunitário que visa a prevenção de maus-tratos e negligência infantil (MNI), desenvolvido pela Arisco entre Fevereiro de 2008 e Dezembro de 2010 em duas freguesias de Lisboa (Pena e Socorro; e em 2010 também Santos-o-Velho).

A Arisco é uma IPSS que, desde 1993, tem levado a cabo projectos de promoção da saúde e desenvolvimento de competências pessoais e sociais.

A RIF surgiu como uma forma complementar do trabalho das componentes de apoio a famílias e jovens das juntas de freguesia, implementando respostas de formação parental nos territórios cuja população apresenta factores de risco associados aos MNI de crianças.

Com base na evidência empírica sobre programas de intervenção neste domínio (Azar, Povilaitis, Lauretti & Pouquette, 1998; Brookins 1991; Gershater-Molko, Lutzker & Wesch, 2003; Bunting, 2004; Johnson, Stone, Lou, Ling *et al.*, 2006; Burchart & Harvey, 2006; Sanders, 2008), nas perspectivas ecológicas do desenvolvi-

mento (Bronfenbrenner & Morris, 2006), da parentalidade (Belsky & Jaffee, 2006) e da etiologia dos MNI (Cicchetti & Valentino, 2006), a RIF procurou desenvolver o seu trabalho em dois eixos fundamentais:

- Intervenção directa com famílias: apoiar e reforçar o papel dos pais ou figuras parentais na educação das crianças e jovens, respeitando e valorizando as diferentes formas de ser de cada família na comunidade.
- Intervenção nas redes comunitárias: promover a discussão sobre a parentalidade, contribuir para um acréscimo de formação e capacitação dos técnicos locais (interventores directos e diários com as crianças e as famílias), promover o trabalho conjunto dos agentes locais.

Considerou-se fundamental documentar e produzir evidência empírica sobre a aplicação do programa e seus resultados em contexto real, tendo para esse efeito protocolado com uma entidade externa, UPCDE-ISPA, o suporte à monitorização do programa e avaliação de efectividade dos Grupos de Formação Parental (GFP) da RIF.

Desenvolvimento, parentalidade e MNI. Uma perspectiva ecológica

Ao longo dos anos, a evidência científica mostra que as práticas parentais são uma das fontes mais importantes para o desenvolvimento das crianças (Collins, Maccoby, Steinberg *et al.*, 2000), suportando a crença de que as primeiras relações no contexto da família cumprem um papel fundamental no desenvolvimento.

Contudo, a compreensão moderna sobre o desenvolvimento humano (Bronfenbrenner & Morris, 2006), a parentalidade (Belsky & Jaffee, 2006) e os MNI (Cicchetti & Valentino, 2006) reconhece a influência directa ou indirecta de múltiplos factores contextuais, prestando também uma maior atenção às características pessoais dos pais e crianças. Com um modelo de epigénese probabilística (Gottlieb & Willoughby, 2006), procura-se compreender a função conjunta das influências – na sua bidireccionalidade e na transaccionalidade dos factores sobre o desenvolvimento ontogenético das crianças (Sameroff & Fiese, 2000).

Factores individuais e relacionais, contextuais e características da criança influenciam a parentalidade e, por consequência, a promoção do desenvolvimento ou o risco de ocorrência de MNI.

O modelo dos determinantes da parentalidade (Belsky, 1984; Belsky & Jaffee, 2006) considera que esta é multideterminada por factores socioeconómicos, culturais, comunitários, familiares, desenvolvimentais, genéticos e biológicos. Estes factores podem influenciar-se mutuamente e têm importância crescente consoante o seu peso e proximidade face à interacção entre os pais e os filhos. Por exemplo,

o percurso desenvolvimental de cada pai surge como factor de influência na personalidade e bem-estar psicológico do mesmo, influenciando o seu funcionamento parental e, conseqüentemente, o desenvolvimento da criança.

Com base numa compreensão ecológica e numa visão probabilística do desenvolvimento, o modelo ecológico-transaccional dos MNI (Cicchetti & Valentino, 2006) tem contribuído para o conhecimento da etiologia dos MNI mas também para uma mais ampla compreensão da parentalidade, identificando um conjunto de características passível de ser denominado «ambiente médio esperado» (promotor do desenvolvimento), características estas que abrangem o temperamento, a qualidade da vinculação, a adequação dos estilos parentais, as estratégias de socialização, a cultura ecológica, o suporte social e acesso a serviços de saúde, etc.

A parentalidade (e os MNI) é entendida na sua dinâmica interactiva, envolvendo as características dos pais, da criança e do(s) contexto(s) onde a família se insere (comunidade, cultura, país). Os MNI têm, assim, uma natureza multicausal e devem ser considerados como uma disfunção dos diversos sistemas. O modelo considera a existência de quatro níveis ecológicos: 1) Macrossistema: aspectos sociais, económicos e culturais de um país ou região que influenciam o problema; 2) Exossistema: aspectos da comunidade envolvente (bairro, por exemplo) que contribuem para a incidência do problema; 3) Microssistema: factores dentro da família; variáveis envolvidas nos comportamentos dos membros da família; interacções do sistema familiar e parental; 4) Desenvolvimento Ontológico: factores no indivíduo que estão associados com o ser perpetrador ou vítima de MNI.

Cada nível ecológico interage com os outros, influenciando ou não a ocorrência de MNI.

Um outro aspecto relevante deste modelo é a proposta de quatro classes de determinantes da ocorrência de MNI: factores vulneráveis duradouros (riscos), desafios transitórios (riscos), factores protectores duradouros, atenuantes transitórios (protectores). Os autores referem também que a possibilidade de ocorrência de MNI é determinada pelo equilíbrio entre os factores de risco e protectores e pelo balanço ao longo do tempo. O modelo explica também a adaptação positiva de algumas crianças que, apesar de experienciarem situações de MNI, desenvolvem a capacidade de resiliência devido à presença de factores protectores duradouros.

Parentalidade eficaz

A parentalidade envolve as crianças e os pais numa interacção ao longo da vida e pode ser definida pelas actividades, áreas funcionais e pré-requisitos que sus-

tentam a sobrevivência, o desenvolvimento e o bem estar das crianças (Hoghughi, 2004). Esclarecer em que consiste a parentalidade eficaz torna-se uma tarefa importante, sendo necessária mais investigação orientada para a prática e intervenção, que dê suporte às características da parentalidade enquanto actividade multifacetada e complexa (Hoghughi, 2004).

Quatro corpos de investigação informam a compreensão acerca da parentalidade: (a) estudos que examinam os efeitos dos estilos e práticas parentais nos resultados das crianças; (b) estudos que examinam as características afectivas e comportamentais das relações entre pais e filhos (personalidade, vinculação, estilos comunicacionais); (c) estudos que examinam factores contextuais e estratégias parentais associadas à resiliência da família (Johnson *et al.*, 2006) e (d) estudos que examinam as cognições sociais e a sua associação à parentalidade eficaz (Okagaky & Bingham, 2005; Bugental & Johnston, 2000).

Os pais devem possuir conhecimentos, competências, atitudes e habilidades interpessoais que consubstanciam a eficácia parental. A qualidade da interacção entre pais e filhos é maior quando os pais mostram qualidades de sensibilidade, responsividade, reciprocidade e suporte à exploração do mundo (Ainsworth, Blehar, Waters & Wall, 1978; Marvin, Cooper, Hoffman & Powell, 2002). Estas competências parentais básicas parecem ser universais e atravessar etnias e classes económicas (Bowlby, 1982). No entanto, deve reconhecer-se que a forma como os pais de diversas origens aprendem e praticam a parentalidade é altamente individualizada e está associada a factores socioculturais e económicos (Pukering, 2004; Pachter & Dumont-Mathieu, 2004), traduzindo-se numa diversidade de práticas parentais cultural e contextualmente imbuídas que estruturam estilos ou atitudes globais face à educação das crianças (Darling & Steinberg, 1993; Chao & Tseng, 2002; Keller, Voelker & Yovsi, 2005). O mesmo vale para os objectivos, valores e cognições parentais (Okagaky & Bingham, 2005), o que tem implicações importantes para a intervenção. Portanto, compreender a forma como as ideias acerca da parentalidade são formuladas e organizadas (e como estão associadas aos comportamentos e práticas parentais) contribui para uma compreensão da natureza da parentalidade e das suas influências sobre o desenvolvimento das crianças, uma vez que a avaliação dos pais sobre a sua parentalidade e a forma como fazem apreciações sobre o seu comportamento desempenha um papel directo e indirecto no desenvolvimento da criança (Bornstein, Hendricks, Hahn *et al.*, 2003).

A percepção que os pais têm acerca da sua parentalidade abrange múltiplos atributos, sendo os mais relevantes o sentimentos de eficácia parental, o investimento e a satisfação parental (Bornstein *et al.*, 2007). A investigação indica que a eficácia percebida pelos pais afecta as respostas emocionais, motivacionais, cognitivas e com-

portamentais durante o desempenho do papel parental (Coleman & Karraker, 1997) e encontra-se associada às práticas parentais e ao desenvolvimento da criança (Shumow & Lomax, 2002; Jones & Prinz, 2005), bem como ao uso de estratégias eficazes pelos pais (Johnston & Mash, 1989; Bornstein *et al.*, 2003). Coleman e Karraker (1997) concluíram que a investigação suportava uma ligação entre elevadas percepções maternas de eficácia e comportamentos parentais positivos, tais como responsividade, estimulação e prestação de cuidados não baseada em castigos. O sentimento de competência parental pode igualmente influenciar as percepções dos pais sobre os comportamentos dos seus filhos (Bornstein *et al.*, 2003) e os pais que se sentem mais competentes tendem a envolver-se de forma mais activa no papel parental (Bugental, Blue & Cruzcosa, 1989). Coleman e Karraker (1997) e Gilmore e Cuskelly (2008) descreveram a forte relação entre a satisfação e a eficácia parental, referindo a dificuldade em obter-se satisfação numa actividade na qual não se é competente. A satisfação sobre a parentalidade das mães está associada a factores como o comportamento da criança, depressão, satisfação no casamento, interacção familiar, tempo para as crianças e stresse (Bornstein *et al.*, 2003). Johnston e Mash (1989) e Ohan, Leung e Johnston (2000) verificaram que os problemas de comportamento das crianças estavam associados a níveis de satisfação mais baixos tanto nas mães como nos pais. De acordo com vários autores, o sentimento de competência parental parece representar um importante factor protector na mediação dos efeitos negativos de factores de risco como a depressão materna e o temperamento difícil das crianças (Teti & Gelfand, 1991; Gondoli & Silverberg, 1997). Outros autores reportam que o sentimento de competência parental pode funcionar como um amortecedor dos efeitos adversos e acontecimentos stressantes na vida das famílias (Jones & Prinz, 2005; Gilmore & Cuskelly, 2008). A promoção do sentimento de competência parental tem sido um dos focos mais salientes dos programas de formação parental (Miller-Heyl, MacPhee & Fritz, 1998; Hudson, Campbell-Grossman & Fleck, 2003; Peterson, Tremblay, Ewigman & Saldana, 2003) e um dos *outcomes* parentais mais solidamente reportados.

Intervenções na parentalidade e GFP

Apesar do reconhecimento da importância das relações familiares e da qualidade de vida das famílias no bem-estar psicológico, físico, social e económico das crianças, muitos pais recebem pouca preparação para a parentalidade, para além das suas próprias experiências enquanto filhos.

A disponibilização de programas parentais pretende preencher esta lacuna, providenciando um processo estruturado de educação, formação, treino ou suporte

parental, de forma a potenciar as capacidades parentais dos participantes. A formação parental baseia-se na disponibilização aos pais, de conhecimentos e capacidades específicas para a educação e promoção do desenvolvimento dos filhos. Os esforços da formação parental podem concentrar-se em capacidades específicas para potenciar a interacção pais-criança e práticas disciplinares adequadas, ou em temas mais gerais, como a compreensão do crescimento, ou ainda, no modo de promover a saúde física e emocional da criança. As metas e objectivos dos programas de formação parental podem envolver uma grande variedade de resultados para pais e filhos, consoante as filosofias, metodologias e necessidades da intervenção. A formação parental envolve também diversos locais e profissionais (em diferentes níveis) (Zepeda *et al.*, 2004) e vários serviços que visam o cuidado e o bem-estar das crianças, enquanto medida preventiva para fortalecer e preservar famílias em risco ou como resposta para prevenir a recorrência de MNI em famílias cujas crianças lhes tenham sido retiradas e colocadas em instituições.

De modo explícito ou implícito, os programas de formação parental têm uma teoria de acção subjacente, supondo que a intervenção directa com os pais pode melhorar ou potenciar (a) competências e capacidades parentais, (b) determinados resultados por parte das crianças e, em última análise, (c) pode reduzir o risco futuro de maus tratos (Johnson *et al.*, 2006). No que diz respeito ao desenvolvimento de competências parentais específicas, a literatura mais recente tem sugerido modelos de intervenção que contemplem os aspectos comportamentais, cognitivos e afectivos da parentalidade (Cruz, 2005). A evidência sobre os programas parentais demonstra que estes podem ter um impacto benéfico tanto no bem-estar das crianças como no dos pais, incluindo melhorias no comportamento e desenvolvimento da linguagem das crianças, aumento da auto-estima materna e sentimento de competência, aumento do conhecimento, ajustamento relacional das interacções mãe-criança e diminuição da depressão e stress nas mães (Bunting, 2004).

Algumas intervenções dedicam-se exclusivamente a aspectos da interacção ou relação entre pais e crianças, como é o caso do comportamento de vinculação, e envolvem técnicas semiterapêuticas que visam desenvolver a capacidade reflexiva ou mentalização, reportando efeitos positivos (Marvin *et al.*, 2002). Por outro lado, numa revisão de avaliações a programas de formação parental, Zepeda *et al.* (2004) sublinham que os programas de educação parental genéricos têm também efeitos positivos a curto prazo e as famílias com maiores necessidades parecem beneficiar mais do que as outras. A literatura tem reforçado a necessidade de adequar as técnicas de promoção de competências parentais às características das populações (Gershater-Molko *et al.*, 2003). O uso plural de técnicas é considerado um factor facilitador dos

GFP e, em particular, as técnicas lúdico-experienciais de trabalho em grupo, o *modeling*, a experimentação e *feedback*, o uso de *video feedback*, a reflexão e discussão são técnicas cuja eficácia tem sido demonstrada (Campbell & Palm 2004). Os pais que recebem uma intervenção mais intensiva demonstram também maiores benefícios a longo prazo (Bunting, 2004). A evidência preliminar mostra que os resultados positivos se mantêm ao longo do tempo nos programas orientados para o comportamento das crianças, em abordagens de grupo, tendendo a ser mais eficazes que outros tipos de programas (Bunting, 2004). De acordo com Brookins (1991), as intervenções devem privilegiar uma abordagem ecológica e ser de base comunitária, sensíveis às necessidades locais e recursos, e providenciar serviços de suporte em três domínios: a) prestação de informação; b) apoio emocional e capacidade reflexiva; e c) instrumental. Estes programas devem procurar enfatizar a prevenção primária e secundária, para vários problemas das famílias e crianças, desenvolver modalidades complementares de respostas e promover o reforço das redes de informação a nível comunitário. O autor sublinha a importância da relação estreita entre família e comunidade, reforçando o respeito pelo papel único das famílias no desenvolvimento dos filhos.

Objectivos gerais e específicos da RIF

A RIF teve como objectivos gerais a promoção das competências parentais, a melhoria da utilização do suporte social e o reforço do contexto comunitário, como estratégias que visam a prevenção de MNI. De entre os objectivos específicos destacam-se: disponibilizar suporte directo e de proximidade a problemáticas psicossociais da família; promover e fortalecer a inserção das famílias, pais e crianças nas redes sociais formais/informais e na comunidade; intervir nas problemáticas em contexto familiar consideradas como factores de risco para MNI; desenvolver competências parentais reconhecidas como factores protectores de MNI, atendimento individual/familiar ou em GFP; assegurar a continuidade de respostas específicas de promoção de competências parentais (sensibilização da comunidade para o tema e capacitação de técnicos locais para futuras intervenções).

População-alvo

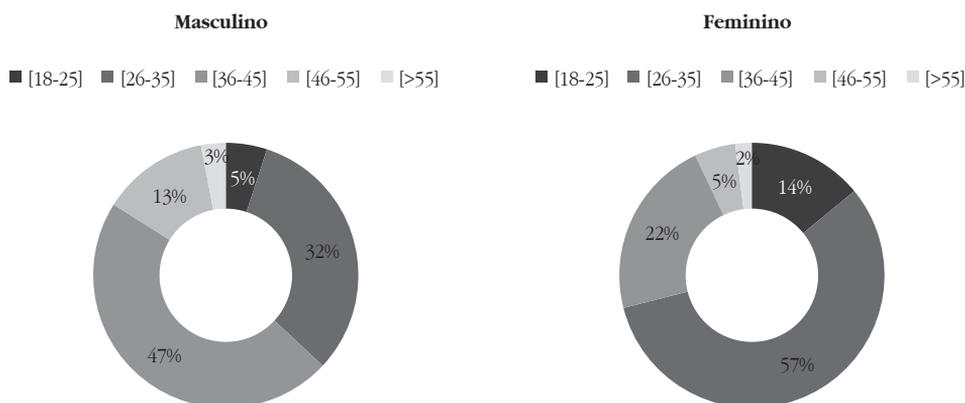
Nos três anos de intervenção a RIF realizou 211 intervenções (individuais e de grupo) com pais, sendo os níveis de envolvimento das famílias distintos. O 1.º nível de intervenção RIF corresponde a intervenções lúdicas de âmbito comunitário para pais e filhos, o 2.º nível envolve intervenções de sensibilização (para pais) à

temática da parentalidade e o 3.º nível traduz intervenções específicas de formação parental ou no âmbito do suporte à parentalidade, em grupo ou individual. A caracterização inclui apenas dados dos participantes de 3.º nível.

Caracterização dos participantes adultos em intervenções de 3.º Nível

De um total de 360 pais participantes em intervenções GFP ou individual/familiar, foram caracterizados 289, o que corresponde a 80% dos sujeitos caracterizados. Os restantes 20% de sujeitos não foram caracterizados devido, em alguns casos, a perda de dados, mas fundamentalmente ao facto de a caracterização dos sujeitos apenas ter sido garantida a partir de 2009. Participaram nas intervenções 77 (27%) pais e 211 (73%) mães. A média de idades é de 34 anos (DP=8,30), estando as percentagens de idades por escalões etários representados na Figura 1.

Figura 1. Percentagens de idades por escalões etários.



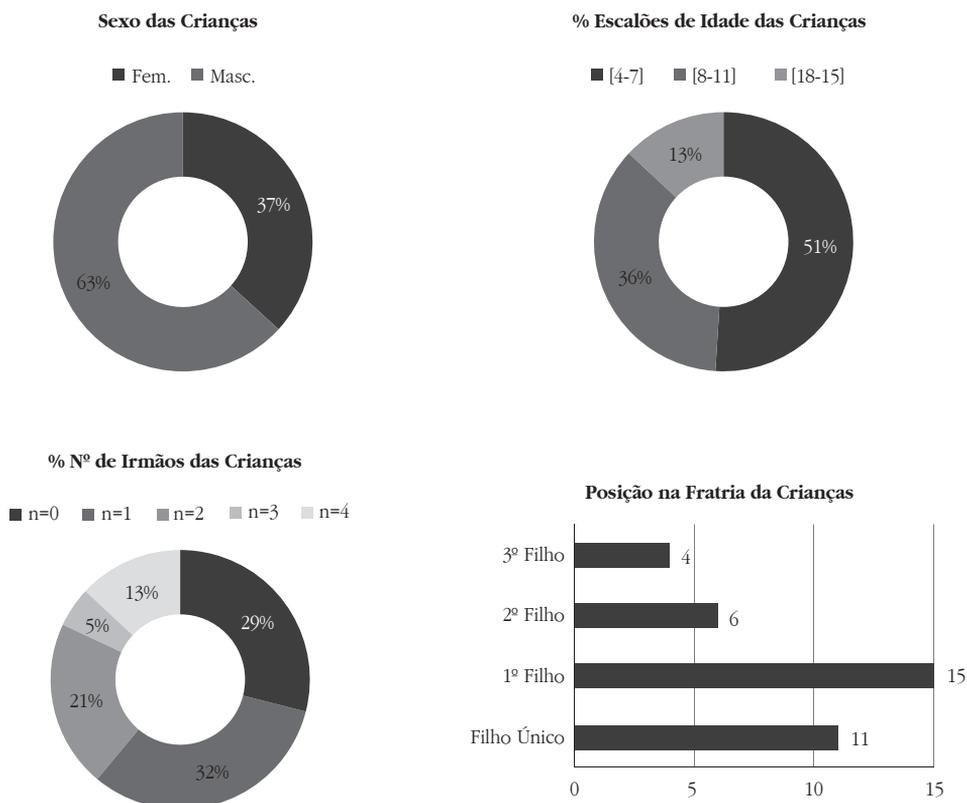
No que diz respeito às habilitações literárias dos pais, 12 (17%) têm instrução superior, ao passo que a grande maioria se situa ao nível do ensino secundário, 23 (32%), ou inferior. É de destacar que 13 sujeitos (18 %) têm instrução primária (1.º ciclo). Para as mães (Figura 3), a situação não difere muito, sendo que: 38 (19%) mães têm o ensino superior, 57 (28%) o ensino secundário e (46) 23% o 3.º ciclo de escolaridade. Contudo, a percentagem de mães com escolaridade ao nível do ensino primário ou inferior aumenta em relação aos pais. No que diz respeito à situação de emprego dos pais participantes, 81% encontram-se empregados e 19% desempregados. Com efeito, na população que participou em intervenções RIF, mais do que o

desemprego, as problemáticas laborais que encontramos são a precariedade, o subemprego (baixas remunerações e acumulação de dois e três empregos) e uma carga excessiva de horas de trabalho e/ou de deslocações diárias, com naturais reflexos noutras áreas da vida – parentalidade incluída. Contudo, o número de pais abrangidos por acção da CPCJ, ECJ ou Tribunal corresponde a sete e no caso das mães a 30.

Caracterização dos participantes crianças em intervenções de 3.º nível

Através da acção LPF (em que participavam pais e filhos), foram alvo de intervenção directa 52 crianças, das quais foi possível caracterizar 38. Catorze (37%) crianças eram do sexo feminino e 24 (63%) do sexo masculino, sendo a idade média de 8,16 (DP=2,49) anos. Contudo 51% das crianças encontravam-se entre os quatro e os sete anos. Pode ser observado na Figura 2 o número de irmãos e a posição na fratria.

Figura 2. Sexo, idade, número de irmãos e posição na fratria.



Problemáticas familiares identificadas e que sustentaram a participação em intervenções de formação parental

A participação nas intervenções de formação parental RIF ocorreu mediante inscrição voluntária, na quase totalidade dos sujeitos. A exceção foram os casos enviados para o Gabinete de Apoio aos Pais por técnicos de instituições locais ou por técnicos da CPCJ (ao abrigo de acordos de promoção e protecção).

A análise das problemáticas que motivaram os pais a participar divide-se em *problemáticas específicas* e *desenvolvimento de competências parentais e/ou activação de recursos da família*, não sendo mutuamente exclusivas e podendo aglomerar mais que uma problemática. Os conflitos familiares são a problemática específica com maior frequência (85), presente em 29,5% dos sujeitos. Segue-se a monoparentalidade, presente em 68 casos (23,6%). Em 21% dos participantes (61) existem comportamentos disruptivos dos filhos. Em 58 situações (20%), encontramos uma medida judicial ou de apoio social. A necessidade de apoio social é referida por 12% (34 sujeitos). Em 9,7% (28 sujeitos) é assinalada a situação de negligência infantil. Sessenta e sete sujeitos não apresentam qualquer tipo de problemática específica, estando estes porém no conjunto de indivíduos com necessidades de desenvolvimento de competências parentais e/ou activação de recursos da família, onde 79% são do sexo feminino e 21% do sexo masculino.

Tipologia e formato das actividades desenvolvidas

Grupos de Pais e Pais-Filhos

Os GFP foram promovidos por 3 equipas RIF:

- Intervenção Precoce (IP) – pais de crianças 0-3 anos
- Formação Parental (FP) – pais de crianças 3-10 anos
- Laboratórios da Relação Pais-Filhos (LPF) – pais e filhos 3-10 anos

Em comum, os GFP tinham o enfoque no desenvolvimento infantil (necessidades, competências, tarefas), nas representações e cognições parentais, nas funções e competências parentais, na relação e comunicação pais/filhos, nos factores contextuais da parentalidade (incluindo a diversidade cultural e étnica).

O método apresentava também muitas características comuns: desenvolvimento de capacidades reflexivas e empáticas pela integração de novos significados da experiência emocional dos pais; adequação da observação, sensibilidade e responsividade contingente ao comportamento das crianças; gestão da dinâmica de grupo de forma a reforçar a partilha e o suporte entre os pais.

Quanto às técnicas, existia maior variação. Na FP, predominavam as técnicas de dinâmica de grupo que promovessem a vivência emocional, a discussão em grupo e a elaboração de sínteses. O referencial das técnicas psicodramáticas estava muito presente. Nos grupos IP, após o aquecimento de grupo, trabalhavam-se conteúdos emergentes (de acordo com o tema) e, num clima de suporte cognitivo e emocional (com neutralidade técnica e técnicas semiterapêuticas), criava-se um «facto seleccionado» para reelaboração e abertura a novos significados. O referencial predominante era a Psicanálise. Os LPF aplicavam um jogo estruturado (*No Reino das Histórias*), com dinâmicas de grupo, *role play*, tarefas de acordo com o foco e uma reflexão orientada.

Na realização destes grupos estiveram envolvidas directamente 12 instituições, sendo este grau de envolvimento variável.

Apoio individual ou familiar

Esta abordagem destinava-se a famílias que apresentassem uma ou mais destas características: MNI; factores de risco de nível pessoal ou familiar (psicopatologia grave, toxicodependência ou alcoolismo, crise familiar); filhos que não frequentassem as instituições onde decorriam os GFP; necessidade de activar outros recursos (próprios ou da rede) que não as competências parentais.

Estas intervenções, asseguradas por psicólogo e/ou assistente social, tiveram grande variação, consoante as necessidades das famílias: desde o apoio simples de carácter instrumental (informações sobre recursos da rede comunitária) até formação parental. A extensão e a periodicidade foram também variáveis: de uma a 30 sessões; de trimestral a semanal.

Tabela 1. Características da Intervenção Individual/Familiar.

	Objectivos	Modalidades de Intervenção	Técnicas
GAP	<ul style="list-style-type: none"> • Informação de questões específicas ligadas à parentalidade • Preparação para GFP • Encaminhamento (com preparação e <i>follow-up</i>) para apoio da rede de suporte social • Acompanhamento em formação parental 	<ul style="list-style-type: none"> • Entrevista de diagnóstico de necessidades e recursos da família • Entrevista motivacional • Visita domiciliária • Contactos por telefone (sempre disponível) com a família • Articulação técnica com outras entidades 	<ul style="list-style-type: none"> • Escuta activa e neutral • Reformulação do problema • Foco nos recursos da família • Priorização de problemas • Suporte emocional • Recurso a materiais («eco-mapa», «relógio de rotinas», etc.) • Técnicas de <i>role play</i>

Fortalecimento da rede comunitária

Destaca-se o trabalho conjunto com os parceiros na viabilização e construção de acções e a discussão de casos com técnicas das instituições (análise de problemas e estratégias para compreender e ajudar crianças e famílias), designadamente famílias identificadas como tendo necessidades específicas ao nível de competências parentais. No âmbito do fortalecimento da rede, destacam-se ainda as actividades de promoção da reflexão sobre a parentalidade e o desenvolvimento de competências parentais como estratégia preventiva: organização de encontros formativos para técnicos da rede local; realização de *workshops* (com técnicos parceiros ou integrados em iniciativas dos mesmos), integração na CPCJ – Lisboa Centro, nas comissões sociais de freguesia e em grupos locais de reflexão.

Por fim, saliente-se o elevado número de horas com actividades de retaguarda (preparação das intervenções, construção de materiais, análise, reuniões de equipa), a que não será alheio o facto de a RIF ser uma intervenção construída de raiz. Com efeito, somente 7% do tempo foi despendido com famílias e os restantes 93% em actividades de retaguarda, articulação ou parceria e supervisão.

Avaliação dos GFP

Metodologia

Os GFP são uma resposta de intervenção no desenvolvimento de competências parentais, cuja validade dos propósitos, métodos e resultados deve ter uma base científica sólida e a sua integração em programas de prevenção de MNI em contexto comunitário deve ser documentada (Azar *et al.*, 1998). Na adopção de uma estratégia preventiva que integra a formação parental no contexto de respostas multidimensionais, várias modalidades de prestação da resposta, tais como grupos de pais ou visitas domiciliárias, têm sido reconhecidas como relevantes (Butchart & Harvey, 2006) e podem ser integradas numa perspectiva ecológica de prevenção e saúde pública (Sanders, 2008). Os GFP dirigidos por técnicos especializados são aqueles que melhores resultados de eficácia/efectividade têm obtido (Gershater-Molko *et al.*, 2003; Butchart & Harvey, 2006), contudo, apesar do amplo desenvolvimento e de alguns resultados promissores, ainda pouco se sabe acerca da eficácia destas estratégias na prevenção de MNI (Johnson *et al.*, 2006). Tradicionalmente, a eficácia é a medida em que uma intervenção tem mais benefícios do que danos quando realizada em condições óptimas de experimentação (Flay, 2005). Com a proliferação de múltiplas abordagens (conteúdos, métodos, intensidade e duração, destinatários,

tipo de prestação) tornou-se difícil produzir generalizações dos resultados (Cowan, Powell & Cowan, 1998). Paralelamente, as perspectivas ecológicas sobre a parentalidade lançaram a atenção para diferenças contextuais em grupos populacionais-alvo (Belsky & Jaffee, 2006; Bronfenbrenner & Morris, 1998), dando gradualmente lugar à adequação das intervenções, às circunstâncias e características dos destinatários – sensibilidade ecológica (Powell, 2005). Nas últimas décadas, existe uma maior preocupação para esclarecer: «em que medida as intervenções são eficazes?», «como funcionam?», «em quê?», «com quem?», e «em que circunstâncias?» (Guralnick, 1997; Powell, 2005). Regista-se uma mudança do paradigma clássico para uma segunda geração de estudos preocupados em compreender em que medida as intervenções na parentalidade são efectivas nas condições do «mundo-real».

Johnson *et al.* (2006) identificaram vários factores responsáveis pela variação nos resultados: a) *implementação da intervenção* (ex.: aderência ao modelo conceptual, pequenas modificações, alteração de componentes); b) *características dos técnicos* (ex.: formação, preparação, experiência, supervisão); c) *características dos participantes* (ex.: idade das crianças e pais, problemáticas, cultura dos pais, contexto familiar, participação noutros programas); d) *características da prestação do serviço* (ex.: localização física das sessões, cultura organizacional, recursos humanos); e) *características do sistema de serviços* (ex.: métodos de financiamento, relações de trabalho e cooperação entre agências). Recentemente, numa revisão e sistematização da investigação sobre intervenções na parentalidade, Powell (2005) sublinhou três grandes domínios de variáveis, propondo um modelo compreensivo: a) características do contexto de intervenção; b) características do programa; e c) características do processo. A aplicação deste modelo de investigação foi adoptada na avaliação externa da RIF e procurou documentar a natureza e o processo de execução do programa, o contexto de intervenção, o processo de prestação de respostas GFP e a efectividade das mesmas.

Resultados

A RIF realizou 211 intervenções que envolveram 916 famílias. Os níveis de intervenção foram distintos. O primeiro nível de intervenção RIF envolveu o maior número de famílias (519). No segundo nível participaram 98 famílias. No terceiro nível foram abrangidas 299 famílias. O número total de pais abrangidos por intervenções na parentalidade foi de 459. Participaram em intervenções individuais ou em GFP 360 pais, e em actividades de sensibilização e envolvimento face à parentalidade, 98 pais.

No que diz respeito ao formato de intervenções na parentalidade em grupo foram realizadas sete sessões temáticas de sensibilização à parentalidade e desenvolvimento infantil (2.º nível), 19 GFP longos e sete GFP curtos (3.º nível).

Tabela 2. Número de Intervenções na Parentalidade 2.º e 3.º Níveis.

Acções	2.º Nível Sessões temáticas de sensibilização à parentalidade e desenvolvimento infantil	3.º Nível GFP Longos (6-12 sessões)	3.º Nível GFP Curtos (2 sessões)
FP	4	6	-
IP	-	6	7
LPF	3	7	-
Totais	7	19	7

A análise quantitativa de actividade do processo e contexto de intervenção permitiu identificar um conjunto de factores salientes no planeamento e implementação da intervenção, assim como no contexto de intervenção. À fase inicial da RIF corresponde um maior volume de actividades, o que pode indicar que as fases de implementação de programas são mais exigentes. Também se identifica um ciclo de intensidade que corresponde aos períodos de actividade das estruturas parceiras onde se realizaram as intervenções (infantários, creches, A.T.L.) – o calendário escolar. A análise qualitativa revelou que as fragilidades e incidentes críticos se situaram mais ao nível do contexto de intervenção e das características da RIF, com os recursos e articulações institucionais a suscitarem maiores dificuldades, o que provocou ambiguidades ao nível da intervenção e medidas de implementação. Contudo, as medidas, estratégias e adequação dos modelos de resposta ao nível da intervenção foram sentidas como potencialidades para fazer face às circunstâncias. Esta análise pôs em evidência a importância de suportar, através de recursos humanos, materiais e financeiros, um amplo leque de actividades que vão para além das intervenções propriamente ditas e a necessidade de reforçar as condições do contexto de intervenção, em particular no âmbito da fragilidade das instituições nos territórios. A população dos territórios de intervenção da RIF possui características referidas na literatura como factores de risco de MNI (Azar *et al.*, 1998; Belsky, 1984; Belsky & Jaffee, 2006; Cicchetti & Valentino, 2006; Gershater-Molko *et al.*, 2003), nomeadamente baixo estatuto socioeconómico; habitação degradada com condições precárias de higiene; baixa escolaridade, iliteracia; precariedade laboral e desemprego; tráfico de droga e outras actividades ilícitas;

dificuldades de integração na comunidade; stress familiar e dificuldades de comunicação; dificuldades na interacção pais-filhos; baixa consciência das necessidades das crianças e pouca motivação para a monitorização das mesmas. Com base no Questionário de Factores Protectores e Factores de Risco do Grupo de Participantes (Ferreira, Fernandes, Veríssimo & Santos, 2011), que avalia a percepção que os técnicos têm sobre os factores protectores e de risco do grupo de intervenção, observou-se a identificação de factores de risco ao nível dos sistemas exteriores à família. As variáveis da comunidade (meso e exossistema) parecem funcionar mais como factores stressantes da família.

No que concerne ao processo de intervenção dos GFP, a prestação da resposta, o acesso, os conteúdos, as técnicas e materiais, aspectos da relação técnicos-utentes (estilos comunicacionais, empatia, etc.), a gestão do grupo e condução das intervenções, e sentimentos de utilidade e necessidade influenciam os resultados de efectividade das intervenções (Campbell & Palm, 2004; Naud & Sinclair, 2003). A participação nos GFP foi voluntária e dirigida a pais cujos filhos frequentavam os serviços das instituições parceiras. O tipo de divulgação adoptado foi a comunicação escrita e verbal, realizada de modo presencial com os pais ou formal entre actores sociais da comunidade, sendo a média dos períodos de divulgação de 22 dias.

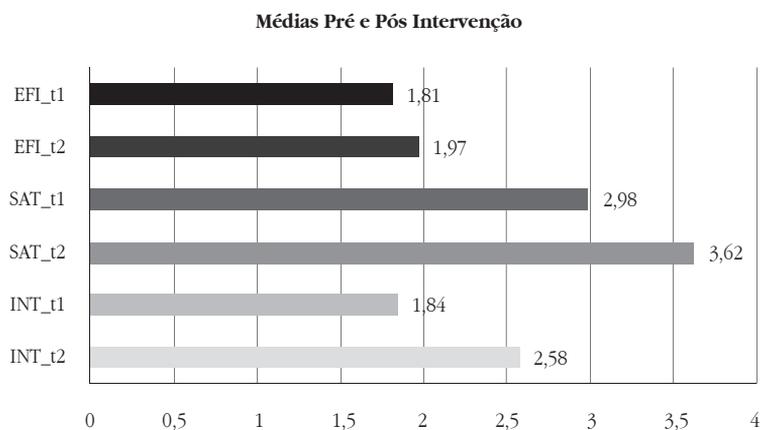
Os GFP visavam o aumento do sentimento de eficácia, auto-estima e a melhoria da qualidade da relação pais-filhos e o aumento do sentimento de pertença entre pais.

A evidência tem mostrado que a qualidade da participação está relacionada com os resultados das intervenções (Powell, 2005). Segundo Campbell e Palm (2004), três factores parecem estar intimamente associados à qualidade da participação: a) a escolha dos conteúdos sobre a parentalidade; b) a qualidade das relações estabelecidas no GFP; e c) a qualidade das relações estabelecidas com os técnicos. No que diz respeito aos parâmetros de intensidade dos GFP, estes revelam adequação. Nas intervenções curtas, centradas sobre temas específicos, tais como a adaptação à escola, constatou-se o n.º médio de duas sessões. Nas intervenções de GFP longos, cujas temáticas eram mais abrangentes no âmbito da parentalidade, o percurso formativo médio foi de oito sessões (max.= 12 e min.= 5). As sessões tinham a duração de 1h30. O alcance e adesão à resposta revelam indicadores médios adequados (inscrições $m=13,42$ e participantes $m=13,35$). No processo de intervenção constatou-se um baixo número médio de abandonos ($m=3,92$), o que é um bom indicador, mas com elevados valores médios de programa incompleto ($m= 7,64$). Este facto pode ser compreendido pelas dificuldades horárias, reportadas pelos pais, em conciliar os papéis parentais com as actividades propostas. Por

outro lado, algumas intervenções relataram dificuldades em assegurar a estabilidade do espaço físico e dos horários de disponibilidade dos mesmos, facto que pode ter contribuído para oscilações na participação. Ainda assim, a percentagem de participação global por acção (FP= 59%; IP=71%; LPF=80%) reportada pelos técnicos é bastante positiva, com valores elevados para intervenções em contexto comunitário relativamente a outras intervenções reportadas na literatura (*e.g.* Gershater-Molko *et al.*, 2003; Huebner, 2002).

A avaliação de satisfação dos participantes é positiva, quando avaliada pela Escala de Avaliação de Satisfação dos Participantes (EASP – Naud & Sinclair, 2003; adaptada para português por Ferreira, Fernandes, Mena & Silva, 2008), revelando que o sentimento de utilidade e satisfação, a condução e animação das sessões e a gestão do clima no grupo são positivos. A avaliação técnica das sessões (Escala de Avaliação Técnica de Sessões – Ferreira, Silva, Sampaio *et al.*, 2011) foi positiva, embora os técnicos tendam a considerar a abertura aos temas e elaboração dos pais como um aspecto mais frágil, ainda que positivo. As correlações das dimensões estudadas na avaliação técnica permitiram compreender que, quando o planeamento e a execução se encontram associados a uma clara metodologia e articulação técnica, a resposta dos pais é mais positiva ao nível da abertura a temas, elaboração e atitude dos sujeitos, resultando num reforço da rede de suporte dos pais, o que permite a expressão de emoções negativas associadas a activação de experiências passadas na esfera da parentalidade. No seu conjunto, a avaliação dos técnicos e participantes permitiu constatar um elevado sentimento de pertença ao grupo, entre os pais.

O sentimento de eficácia, satisfação e interesse parental foi estudado para avaliar os efeitos positivos dos GFP-RIF através da Escala de Sentimento de Competência Parental (ESCP – Johnston & Mash, 1989; adaptado por Ferreira, Fernandes, Santos *et al.* 2011). Recorreu-se a um desenho *quasi*-experimental, com duas amostras populacionais por convivência e independentes que formaram dois grupos: o grupo experimental sujeito a intervenção e o grupo de comparação sem intervenção. Todos os sujeitos foram avaliados com medidas repetidas em dois momentos: *t1* – pré intervenção e *t2* – pós intervenção. Observou-se uma elevada percentagem de mortalidade na amostra (69,1%), entre o primeiro e o segundo momento; por este motivo apenas foram aceites na análise final 46 sujeitos ($n_{\text{GEXP.}} = 26$; $n_{\text{GCOMP.}} = 17$) que devolveram os questionários completamente preenchidos em ambos os momentos. O teste *t*-student para medidas repetidas revelou, como esperado, que as diferenças positivas de médias observadas entre *t1* e *t2* foram apenas significativas para o grupo alvo de intervenção.

Figura 3. Medidas EFIC, SAT, INT antes e depois da intervenção.

A Eficácia Parental [$t = -2.10$, $PUD = 0.02 < \alpha = 0.05$; $d = -0.62$ (-0.81, -0.39)] e o Interesse Parental [$t = -2.19$, $PUD = 0.03 < \alpha = 0.05$; $d = -0.62$ (-0.89, -0.13)] apresentam efeitos positivos e significativos, com magnitude dos efeitos de mudança (ES – *Effect Size*) para medidas repetidas elevado (Cohen, 1988). A Satisfação Parental [$t = -1.97$; $PUD = 0.02 < \alpha = 0.05$; $d = -0.58$ (-1,10, -0.09)] apresenta também efeitos positivos significativos e ES moderado. No que diz respeito à magnitude do impacto dos GFP, observamos que a percentagem de indivíduos com efeitos positivos é de 68% para o sentimento de Eficácia, de 63% para a Satisfação e de 58% no Interesse pelo papel parental.

Equipa técnica

Passaram pela RIF 17 técnicos, em *part-time* (em média a equipa foi composta por 12 pessoas). A maioria dos técnicos tinha entre 35 e 40 anos e mais de 10 anos de experiência profissional como psicólogo, com grupos e em trabalho com crianças e adolescentes ou com pais (em grupo ou em contexto individual), embora somente um dos elementos tivesse experiência em GFP.

A equipa teve supervisão mensal e as equipas de acção IP e LPF tiveram também supervisões específicas.

Os critérios de selecção adoptados tiveram em conta a experiência e a motivação para participar numa intervenção deste tipo. Procuraram-se técnicos perseverantes e com capacidade de autonomia. Foram tidas em conta características que facilitassem o trabalho com pais e com técnicos parceiros: empatia, disponibili-

de e neutralidade não-julgadora; capacidade de promover a interação, estimular a curiosidade e aproveitar o potencial (do grupo, da diferença, da instituição, etc.); capacidade de acolher e propiciar um ambiente seguro de partilha e reflexão; ter conhecimentos sólidos sobre o desenvolvimento infantil e compreender as dinâmicas de grupo, da comunidade e dos sistemas familiares.

Parceiros envolvidos – o trabalho em rede

As parcerias inicialmente projectadas incluíam as juntas de freguesia, a CPCJ-Lisboa Centro e o ISPA. Para além de iniciais, seriam também parceiros estratégicos, ajudando a construir pontes com as instituições locais, sobretudo as de apoio à infância.

Passo a passo foi-se construindo uma rede de parcerias com 19 instituições que trabalharam em conjunto com a RIF. Muitas outras foram contactadas, mas por diversas razões não foram constituídas parcerias (com outras, não faria sentido estabelecer uma parceria mas sim construir uma articulação eficaz).

A construção de um instrumento que avaliasse o nível de envolvimento e a prontidão para actividades de prevenção (Grelha de Caracterização de Parceiros e Níveis de Envolvimento) permitiu adequar objectivos, estratégias e planos de acção realistas com os parceiros.

No que respeita à formalização de parcerias por um protocolo escrito, não se registou diferença positiva: a formalização assinada nem por isso significou o cumprimento do que havia ficado acordado por escrito. No sentido inverso, 13 parcerias sem acordo assinado decorreram sem problemas.

O impacto da RIF na rede formal e o envolvimento de parceiros nos territórios de intervenção pode ser avaliado também através do crescimento de parceiros entre o início e o fim do projecto.

Materiais

Em três anos, a RIF e o ISPA produziram materiais diversos: divulgação; suporte à acção técnica (questionários, fichas de encaminhamento, fichas de registo, grelhas de caracterização – acção, actividades, parcerias – etc.); investigação (escalas, questionários); intervenção com pais (jogos e dinâmicas de grupo, eco-mapa, relógio de rotinas, modelo de sessões temáticas, etc.); apoio à intervenção (caderno para pais e filhos «No Reino das Histórias», manual «Finca Pé» – versão pais e versão técnicos – etc.); e comunicação (*workshops*, comunicações e pósteres).

Conclusões

Um dos maiores desafios com que se deparam os projectos no decurso da sua implementação é a necessidade de alterar estratégias e mesmo parte do desenho da intervenção como forma de cumprir os objectivos a que se propõem. No caso da RIF, em parte esta necessidade adveio de um diagnóstico inicial que se revelou incompleto, a partir do qual se construíram expectativas e se desenharam passos iniciais da implementação que se revelaram insuficientes ou inconsequentes. Com base nos pressupostos de que os parceiros iniciais tinham forte implantação nas comunidades e de que conheciam os recursos e as necessidades das famílias, o GAP seria o espaço de acolhimento para pais que fossem encaminhados, fazendo a triagem e posterior encaminhamento para GFP ou para a rede de suporte social. Ainda que os modelos comunitários e ecológicos estivessem presentes, o «desenho» da RIF obedecia a uma estrutura de tipo «serviço», em tudo semelhante a outras de atendimento na área da saúde ou do apoio social (com vários níveis e filtros).

No final de Maio de 2008, a equipa RIF constatou que o número de casos era muito reduzido face ao esperado, a maioria das famílias encaminhadas tinha uma boa utilização da rede de suporte social e grande parte da população tinha pouco contacto com os nossos parceiros. Assim, para além de alterações no sentido de aumentar a eficácia da comunicação e divulgação da RIF, a estratégia de implementação foi modificada:

- em cada freguesia foram identificadas instituições de apoio a crianças e jovens que pudessem vir a ser parceiros estratégicos na implementação de GFP;
- as actividades realizar-se-iam (idealmente) nessas instituições e não nos espaços previstos no desenho inicial (as sedes RIF nas freguesias);
- as equipas RIF trabalhariam em conjunto com técnicos das instituições na construção das actividades.

Esta mudança estratégica permitiu aprofundar o conhecimento do contexto de intervenção e desenvolver as acções previstas, com excepção da acção Mediação Familiar (MF). A fraca adesão a esta acção e a crescente procura de formação parental para pais de crianças até aos três anos ditaram um reajustamento no final de 2008: a acção MF foi substituída pela autonomização da equipa de Intervenção Precoce, a qual deixou de fazer parte da acção Formação Parental e passou a constituir ela própria uma acção.

A opção de construir os GFP em conjunto com os técnicos das instituições e realizar os grupos nessas mesmas instituições justifica algumas considerações adicionais. Em primeiro lugar, parece uma estratégia adequada do ponto de vista «eco-

lógico»: pais e filhos são «cuidados» pela comunidade, a relação das famílias com as instituições sai fortalecida, a relação entre instituições também, conteúdos e metodologias podem ser pensados em conjunto, etc.

Acarreta todavia algumas fragilidades, as quais devem ser consideradas. Os GFP passam a estar expostos às fragilidades, dificuldades e turbulência das instituições (o modelo «serviço de atendimento», nestes aspectos, estará mais preservado). A título de exemplo, ao longo dos três anos e olhando somente para os oito parceiros em cujas instalações se realizaram GFP: uma instituição encerrou, quatro sofreram mudanças significativas nas equipas, em quatro houve mudança de líderes.

Uma parte desta turbulência pôde ser superada com o esforço dos técnicos RIF e dos parceiros, conduzindo, por vezes, a reformulações no planeamento e na metodologia de trabalho. Contudo, é de crer que uma parte desta turbulência terá afectado a participação dos pais e a efectividade das intervenções. Com efeito, chega a ser paradoxal a fragilidade e a falta de estabilidade que caracteriza um elevado número de instituições cuidadoras no nosso país. Um outro aspecto relevante prende-se com a discrepância no envolvimento e prontidão entre técnicos e líderes (aqueles muito mais conscientes do problema e interessados no trabalho conjunto para a construção de soluções). Ainda que fosse um aspecto em que a RIF investiu particularmente, o envolvimento dos líderes (presidentes, coordenadores, etc.) foi claramente uma área em que mais (ou melhor) trabalho deveria ter sido feito. De resto, confirmou-se o que é referido regularmente na literatura: quanto maior o envolvimento dos líderes, mais fácil o trabalho dos técnicos e melhores os resultados. Ainda assim, no caso da RIF, o facto de terem decorrido GFP em oito instituições de apoio à infância e de em quatro delas as intervenções terem sido construídas em conjunto com as técnicas locais pode ser considerado um resultado positivo de envolvimento da comunidade e um factor promotor de futuras intervenções.

Podemos considerar, tendo em conta a avaliação de satisfação de participantes e a avaliação técnica das intervenções, que a RIF foi de encontro às necessidades das populações-alvo no que concerne ao suporte e formação parental. Em particular, o elevado grau de satisfação global, o sentimento positivo de utilidade e o sentimento de reforço da rede de suporte entre pais são indicadores de que a RIF foi capaz de construir a sua acção com base em critérios de avaliação da realidade adequados. Este aspecto não é certamente alheio à escolha de estratégias de envolvimento comunitário na elaboração e adequação das intervenções.

Como em todos os projectos que se dirigem a famílias com presença de factores de risco elevado na comunidade, o processo de implementação teve alterações, sem contudo impedir que a fidelidade na prestação de respostas fosse posta

em causa. Com uma excepção, as acções souberam adequar as medidas para lidar com as adversidades e redefinir modelos de intervenção sem pôr em causa os objectivos, métodos e técnicas de intervenção.

Em particular, a análise de processo das intervenções de GFP dá conta de indicadores positivos no número de sessões realizadas, população abrangida, adesão e atrito. Contudo, sublinham-se as dificuldades sentidas pelos pais ao nível da disponibilidade de tempo (encargos laborais ou familiares) para participarem em todas as sessões planeadas por intervenção e a dificuldade de assegurar espaços de intervenção estáveis e de referência. Apesar dos esforços de adequação de horários, estas dificuldades do contexto de intervenção determinaram o número significativo de participantes com o programa incompleto. A este respeito, as respostas na parentalidade RIF não se distinguem de outras intervenções na parentalidade reportadas na literatura (Zepeda *et al.*, 2004; Johnson *et al.*, 2006).

No que concerne à efectividade dos GFP, os resultados demonstram evidência empírica relevante sobre o efeito da intervenção em produzir mudanças significativamente positivas no sentimento de Eficácia parental, Satisfação e Interesse parental, em cerca de 60% dos sujeitos, com magnitudes de efeito de mudança elevados e moderados, o que é um dado bastante positivo quando comparado com outras intervenções reportadas na literatura (Bunting, 2004).

Deste modo, podemos concluir que os modelos de intervenção na parentalidade definidos para os GFP-RIF mostram-se, de forma geral, promissores e susceptíveis de disseminação, necessitando contudo de replicação de estudos de efectividade que validem os resultados obtidos. No seu conjunto, os resultados reforçam a ideia defendida na literatura de que estas intervenções têm efeitos benéficos para os pais ao nível do sistema de cognições parentais.

Tomados em conjunto, estes elementos dão suporte aos princípios orientadores da RIF enquanto projecto de prevenção e redução de factores de risco de MNI.

Referências bibliográficas

- Ainsworth, M. S., Blehar, M. C., Waters, E. & Wall, S., *Patterns of attachment: A psychological study of the strange situation*, Hillsdale, NJ, Erlbaum, 1978.
- Azar, S. T., Povilaitis, Y., Lauretti, A. F. & Pouquette, C. L., «The current status of etiological theories in intrafamilial child maltreatment», in J. R. Lutzker (ed.), *Handbook of Child Abuse Research and Treatment*, Wiley, New York, 1998, pp. 3–30.
- Belsky, J., «The determinants of parenting: A process model», in *Child Development*, 55, 1984, pp. 83–96.

- Belsky J, & Jaffee S., «The multiple determinants of parenting», in D. Cicchetti & D. Cohen (eds.), *Developmental psychopathology*, 2nd ed., Hoboken, NJ, John Wiley & Sons, 2006.
- Bowlby, J., *Attachment and loss: Vol. 1. Attachment*, New York, Basic Books, 1982.
- Bornstein, M. H., *Parenting: Science and Practice*, Vol. 1, N 1 and 2, (1-4), 2001.
- Bornstein, M. H., Hendricks, C., Hahn, C.-S., Haynes, O. M., Painter, K. M. & Tamis-LeMonda, C. S., «Contributors to self-perceived competence, satisfaction, investment, and role balance in maternal parenting: A multivariate ecological analysis», in *Parenting: Science and Practice*, 3, 2003, pp. 285-326.
- Bornstein, M. H., Hahna, C., Haynesa, O. M., Belsky, J., Azumac, H., Kwak, K., Maitale, S., Painter, K. M., Varronf, C., Pascualg, L., Todah, S., Venutii, P., Vytj, A. & de Galperínk, C. Z., «Maternal personality and parenting cognitions in cross-cultural perspectives», in *International Journal of Behavioral Development*, 31(3), 2007, pp. 193-209.
- Bronfenbrenner, U. & Morris, P. A., «The bioecological model of human development», in R. M. Lerner (ed.), *Theoretical models of human development*, Volume 1 of *Handbook of Child Psychology* (6th ed.), Editors-in-chief: W. Damon & R. M. Lerner, Hoboken, NJ, Wiley, 2006.
- Brookins, C. C., «A Conceptual Re-Examination of Support and Education Programs», Paper presented at Annual Conference of the Southeastern Psychological Association [37th, New Speeches/Conference Papers (159)], 1001. (Url: <http://www.eric.ed.gov/PDFS/ED341012.pdf>)
- Bugental, D. B., Blue, J. & Cruzcosa, M., «Perceived control over caregiving outcomes: Implications for child abuse», in *Developmental Psychology*, 25, 1989, pp. 532-539.
- Bugental, D. B. & Johnston, C., «Parental and child cognitions in the context of the family», in *Annual Review of Psychology*, 51, 2000, pp. 35-344.
- Butchart, A. & Harvey, A. P., *Preventing Child Maltreatment: A Guide to Taking Action and Generating Evidence*, ed. WHO Library Cataloging-in-Publication Data, 2006. (Url: http://www.who.int/topics/child_abuse/en/)
- Bunting, L., «Parenting Programmes: The Best Available Evidence», in *Child Care in Practice*, Vol. 10, No. 4, 2004, pp. 327-343
- Campbell, D. & Palm, G. F., *Group Parent Education-Promoting Parent Learning and Support*, Thousand Oaks, CA, Sage Publications, 2004.
- Chao, R. & Tseng, V., «Parenting of Asians», in M. H. Bornstein (ed.) *Handbook of parenting: Vol. 4. Social conditions and applied parenting*, 2nd ed., Mahwah, NJ, Erlbaum, 2002, pp. 59-93.

- Cicchetti, D. & Valentino, K., «An Ecological Transactional Perspective on Child Maltreatment: Failure of the Average Expectable Environment and Its Influence upon Child Development», in D. Cicchetti & D. J. Cohen (eds.), *Developmental Psychopathology (2nd ed.): Risk, Disorder, and Adaptation* (Vol. 3), New York, Wiley, 2006, pp. 129-201.
- Cohen, J., *Statistical power analysis for the behavioral sciences*, Hillsdale, NJ, Lawrence Erlbaum, 1988.
- Coleman, P. K. & Karraker, K. H., «Self-efficacy and parenting quality: Findings and future applications», in *Developmental Review*, 18, 1997, pp. 47-85.
- Collins, W. A., Maccoby, E. E., Steinberg, L., Hetherington, E. M. & Bornstein, M. H., «Contemporary research on parenting: The case for nature and nurture», in *American Psychologist*, 55(2), 2000, pp. 218-232.
- Cowan, P. A., Powell, D. R. & Cowan, C. P., «Parenting interventions: A family systems perspective», in W. Damon (series ed.), I. E. Sigel & K. A. Renninger (vol. eds.), *Handbook of child psychology, Vol. 4: Child psychology in practice* (4th ed.), New York, Wiley, 1998, pp. 3-72.
- Cruz, O., *Parentalidade*, Lisboa, Edições Quarteto, 2005.
- Ferreira, B. Fernandes, C., Veríssimo, M., Santos, A.J. & Cardoso, J., «O Sentimento de Competência Parental: Uma Análise Factorial Confirmatória do Modelo de Medida, [Poster Communication] I Congresso de Psicologia do Desenvolvimento, Lisboa, ISPA, Fev. 2011.
- Ferreira, Fernandes, Veríssimo & Santos, «Índice de Resiliência dos Participantes nas Intervenções», in B. Ferreira *et al.* (eds.), *Relatório Final de Avaliação Externa do Projecto RIF, Parte IV, Linha 1 – Psicologia do Desenvolvimento*, Lisboa, UIP-CDE, ISPA-IU, 2011, pp. 101-104.
- Ferreira, Silva, Sampaio, Duarte & Couchinho, «Avaliação Técnica de Sessões», in B. Ferreira *et al.* (eds.), *Relatório Final de Avaliação Externa do Projecto RIF, Parte IV, Linha 1 – Psicologia do Desenvolvimento*, Lisboa, UIPCDE, ISPA-IU, 2011, pp. 120-126.
- Flay, B. R., Biglan, A., Boruch, R. F., Castro, F. G., Gottfredson, D., Kellam, S., Mósicki, E. K., Schinke, S., Valentine, J. C. & Ji, P., «Standards of evidence: criteria for efficacy, effectiveness and dissemination», in *Prevention Science*, 6 (3), 2005, pp. 151-175.
- Gershater-Molko, R. M., Lutzker, J. R. & Wesch, D., «Project SafeCare: Improving Health, Safety, and Parenting Skills in Families Reported for, and At-Risk for Child-Maltreatment», in *Journal of Family Violence*, Vol. 18, n.º 6, 2003.
- Gilmore, L. e M. Cuskelly, M., «Factor structure of the Parenting Sense of Competence scale using a normative sample», in *Child: care, health and development*, 35, 1, 2008, pp. 48-55.

- Gondoli, D. M. & Silverberg, S. B., «Maternal emotional distress and diminished responsiveness: the mediating role of parenting efficacy and parental perspective taking», in *Developmental Psychology*, 33, 1997, pp. 861-868.
- Gottlieb, G. & Willoughby, M. T., «Probabilistic epigenesis of psychopathology», in D. Cicchetti & D. J. Cohen (eds.), *Developmental psychopathology: Theory and method*, Vol. 1, 2nd ed., New York, Wiley, 2006.
- Guralnick, M. J., «Second generation research in the field of early intervention», in M. J. Guralnick (ed.), *The effectiveness of early intervention*, Baltimore, Brookes, 1997, pp. 3-22.
- Hoghughli, M., «Parenting. An Introduction», in M. Hoghughli & N. Long (eds.), *Handbook of Parenting: Theory and Research for Practice*, London, Sage Publications, Ltd., 2004, pp. 1-18.
- Hudson, D. B., Campbell-Grossman, C. & Fleck, M. O., «Effects of the New Fathers Network on first-time fathers' parenting self-efficacy and parenting satisfaction during the transition to parenthood», in *Issues in Comprehensive Pediatric Nursing*, 26, 2003, pp. 217-229.
- Huebner, C. E., «Evaluation of a Clinic-Based Parent Education Program to Reduce the Risk of Infant and Toddler Maltreatment», in *Public Health Nursing*, Vol. 19, No. 5, 2002, pp. 377-389.
- Keller, H., Voelker, S. & Yovsi, R. D., «Conceptions of Parenting in Different Cultural Communities: The Case of West African Nso and Northern German Women», in *Social Development*, Vol. 14, 1, 2005, 158-180.
- Johnston, C. & Mash, E. J., «A measure of parenting satisfaction and efficacy», in *Journal of Clinical Child Psychology*, 18, 1989, pp. 167-175.
- Johnson, M. A., Stone, S., Lou, C., Ling, J., Claassen, J. & Austin, M. J., «Assessing Parent Education Programs for Families Involved with Child Welfare Services: Evidence and Implications», Full Report: Bay Area Social Services Consortium at the Center for Social Services Research, University of California at Berkeley, 2006.
- Jones, T. L. & Prinz, R. J., «Potential roles of parental self-efficacy in parent and child adjustment: a review», in *Clinical Psychology Review*, 25, 2005, pp. 341-363.
- Marvin, R. S., Cooper, G., Hoffman, K. & Powell, B., «The Circle of Security project: Attachment-based intervention with caregiver–preschool child dyads», in *Attachment & Human Development*, 4, 2002, pp. 107-124.
- Miller-Heyl, J., MacPhee, D. & Fritz, J. J., «DARE to be you: a family-support, early prevention program», in *Journal of Primary Prevention*, 18, 1998, pp. 257-285.

- Naud, J. & Sinclair, G., *Écofamille : Programme de valorisation du développement du jeune enfant dans le cadre de la vie familiale, Guide d'animation*, Montréal, Chenelière/Mcgraw-Hill, 2003.
- Ohan, J. L., Leung, D. W. & Johnston, C., «The Parenting Sense of Competence Scale: evidence of a stable factor structure and validity», in *Canadian Journal of Behavioral Science*, 32, 2000, pp. 251-261.
- Okagaky, L. & Bingham, G. E., «Parent's Social Cognitions and Their Parenting Behaviors», in T. Luster, T. & L. Okagaky (eds.), *Parenting: An Ecologic Perspective. Monographs in Parenting Series*, 2nd ed., New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2005, pp. 3-33.
- Pachter, L. M. & Dumont-Mathieu, T., «Parenting in culturally divergent settings», in M. Hoghughi & N. Long (eds.), *Handbook of Parenting: Theory and Research for Practice*, London, Sage, 2004, pp. 88-97.
- Peterson, L., Tremblay, G., Ewigman, B. & Saldana, L., «Multilevel selected primary prevention of child maltreatment», in *Journal of Consulting and Clinical Psychology*, 71, 2003, pp. 601-612.
- Powell, D. R., «Searches for With Works in Parenting Interventions», in T. Luster e L. Okagaky (eds.), *Parenting: An Ecologic Perspective*, Monographs in Parenting Series, 2nd ed., New Jersey, Lawrence Erlbaum Associates, Inc., 2005, pp. 343-373.
- Sameroff, A. J. & Fiese, B. H., «Transactional Regulation and Early Intervention», in S. Meisels & Jack Shonkoff (eds.), *Handbook of Early Childhood Intervention*, Cambridge University Press, U.S.A, 2000.
- Sanders, M., «Triple P-Positive Parenting Program as a Public Health Approach to Strengthening Parenting», in *Journal of Family Psychology*, Vol. 22, No. 3, 2008, pp. 506-517.
- Soares, H., «Comunidade e Prevenção», Comunicação apresentada no *Encontro Parentalidade e Comunidade*, Organização RIF/ISPA, Lisboa, 2010.
- Shumow, L. & Lomax, R., «Parental self-efficacy: predictor of parenting behaviour adolescent outcomes», in *Parenting, Science and Practice*, 2, 2002, pp. 127-150.
- Teti, D. M. & Gelfand, D. M., «Behavioral competence among mothers of infants in the first year: the mediational role of maternal self-efficacy», in *Child Development*, 62, 1991, pp. 918-929.
- Zepeda, M., Varela, F. & Morales, A., «Promoting Positive Parenting Practices Through Parenting Education», in N. Halfon, T. Rice & M. Inkelas (eds.), *Building State Early Childhood Comprehensive Systems Series*, No. 13, National Center for Infant and Early Childhood Health Policy, 2004.

IV PARTE

REFLEXÕES FINAIS

REFLEXÕES FINAIS

Daniel Sampaio
Maria João Leote de Carvalho
Hugo Cruz

Esta publicação teve como ponto de partida o objectivo de compilar, apresentar e discutir o trabalho desenvolvido ao longo dos últimos três anos no âmbito da componente de Projectos de Formação Parental, do Programa «Crianças e Jovens em Risco», integrado no Programa Gulbenkian de Desenvolvimento Humano (PGDH), da Fundação Calouste Gulbenkian. Pretende-se dar a conhecer os traços gerais da implementação dos oito projectos seleccionados em 2007, salientando a diversidade metodológica e as potencialidades das várias intervenções, num processo que tem por pano de fundo a análise, interpretação e discussão dos indicadores globais de execução desta componente.

O caminho percorrido foi longo, por vezes acidentado, como se foi dando conta nos capítulos anteriores, mesclado de avanços e recuos que conduziram a uma profunda reflexão partilhada entre os diversos intervenientes, num processo que espelha a multidimensionalidade de qualquer intervenção no campo da parentalidade. Perante a complexidade das famílias, das suas funções e práticas, num denso entrecruzamento com os factores que as afectam no quotidiano, exige-se cada vez mais o desenvolvimento de intervenções sistematizadas, rigorosas e cientificamente sustentadas que promovam a eficácia desejada.

Com base no património adquirido nos três anos de intervenção dos Projectos de Formação Parental (2008-2011), procede-se de seguida, e sem preocupação de exaustividade, a uma reflexão em torno de alguns dos pontos que se destacaram na avaliação desta iniciativa e que se espera possa vir a constituir um contributo para a construção futura de intervenções neste âmbito de acção. Centra-se o olhar nas principais áreas que sustentaram a organização do acompanhamento técnico, recolha e tratamento da informação obtida no decorrer deste Programa, enunciando-se alguns dos constrangimentos e desafios que foram sendo colocados durante a sua implementação. Termina-se com a apresentação de uma proposta de enquadramento para o desenvolvimento de acções de formação parental, sustentada num leque de princípios de intervenção que sistematizam as mais importantes orientações resultantes da avaliação efectuada.

Processos e instrumentos de acompanhamento técnico

1. Desde o primeiro momento, o processo de acompanhamento técnico por parte da Fundação Calouste Gulbenkian foi assumido na perspectiva de uma co-construção entre a equipa responsável pelo mesmo e as equipas e entidades promotoras dos projectos no terreno, tendo por

objectivo primordial as funções de suporte, apoio e mediação em detrimento de uma visão redutora centrada exclusivamente numa prática tradicional de fiscalização e controlo externo. Da parte da maioria dos projectos houve um bom acolhimento a esta opção e a articulação concretizada ganhou, em vários casos, um carácter espontâneo e muito profícuo.

2. Relativamente aos instrumentos desenhados para este processo, salienta-se que o modelo de relatório semestral e final foi ao encontro dos objectivos delineados, enquanto o relatório de incidentes críticos acabou por não ser realizado por algumas equipas, o que denota uma certa desvalorização do papel deste instrumento reflexivo de apoio à avaliação. Entre os relatórios apresentados pareceram existir também algumas noções bastante diferenciadas sobre a sua função e importância na acção, algo que pode dever-se ao facto de não ter sido definido um modelo por parte da equipa técnica de acompanhamento. Pretendia-se que o relatório de incidentes críticos, independentemente do tipo que cada equipa quisesse adoptar, constituísse um instrumento de registo sintético sobre as situações críticas vivenciadas pelos projectos ao longo da intervenção e sobre as formas como estas foram sendo ultrapassadas. O objectivo era que em situações idênticas futuras se pudessem vir a reproduzir procedimentos, previamente validados, para que se considerasse a possibilidade da sua disseminação junto de outros projectos do Programa ou noutros territórios onde decorram acções de natureza semelhante.
3. Ao longo das visitas de acompanhamento, a maior parte das equipas técnicas revelou o interesse em conhecer e perceber como estavam a ser concretizados os outros projectos. Passado o primeiro momento da implementação foi possível passar a uma fase de maior partilha sobre as intervenções em curso, de forma presencial e virtual, reforçando-se a troca de experiências nos respectivos territórios.
4. A plataforma informática, que foi criada especificamente para este Programa, revelou-se um instrumento central para este processo de difusão da informação. A dinamização desta plataforma foi da responsabilidade e iniciativa de todos os envolvidos neste Programa, não tendo sido alcançado o grau de interacção que inicialmente se pretendia, havendo claros desfasamentos na introdução de conteúdos e materiais entre as diferentes equipas.

Equipas, acções e práticas no terreno

1. Observou-se, na quase totalidade das equipas, um grande envolvimento e uma aposta clara na execução dos projectos nos respectivos territórios.
2. Confirmou-se a expectativa inicial da existência de um leque diversificado de metodologias, estratégias e técnicas de intervenção no âmbito da formação parental, o que veio a constituir um factor de enriquecimento do Programa.
3. No que se refere à identificação de práticas com sucesso e de construção de instrumentos evidenciaram-se resultados positivos, não sendo de descurar que este aspecto não devia sobrepor-se ao objectivo prioritário de desenvolvimento de acções de formação parental no terreno. O objectivo primordial deste Programa era a promoção de uma intervenção directa com famílias, visando dar-se uma resposta em áreas onde as carências a este nível mais se faziam sentir, não se tendo centrado o interesse exclusivamente no campo da investigação. Assim, foi necessário estabelecer um equilíbrio entre a presença de componentes de acção e de investigação, de modo a que funcionassem de uma forma complementar e eficaz. Porque este não é um equilíbrio fácil de concretizar, estimulou-se sistematicamente junto das equipas a realização de pontos de situação relativamente a esta orientação.
4. A divulgação pública dos projectos foi sendo amplamente realizada em todos, sob as mais diversas formas, potenciando um conhecimento mais vasto que foi além dos territórios e concelhos onde foram postos em prática. Esta divulgação assumiu as mais variadas formas e visou os mais diferentes públicos, tendo algumas equipas concretizado a apresentação de comunicações a nível internacional, em iniciativas de carácter científico e institucional.

Parcerias

1. No decorrer dos três anos de intervenção foram identificados diferentes graus de envolvimento das parcerias, bem como de percepção dos técnicos sobre a importância do papel da rede social e das próprias entidades parceiras.
2. É de salientar a importância que a maioria das equipas assumiu no trabalho de dinamização da rede social que integravam e o seu impacto na execução, numa resposta mais eficaz às necessidades das famílias

e em função da sustentabilidade futura do respectivo projecto. Meramente a título de exemplo, tem-se o caso do Instituto das Comunidades Educativas, cuja acção se estruturou em torno de um Protocolo, que foi construído nos primeiros meses do projecto envolvendo dez parceiros, e a Associação Margens que promoveu a constituição de um Consórcio designado por «Escola de Pais», que teve o envolvimento das instituições parceiras, tornando-se este o espaço facilitador das actividades do projecto.

3. Contrariamente ao apresentado em sede de candidatura, nem todas as entidades ou serviços mencionados por algumas entidades promotoras como parceiros tinham conhecimento dessa situação, o que, naturalmente, veio a constituir um obstáculo à execução de várias acções no terreno.
4. Verificou-se a existência de um ou outro projecto que haviam sido delimitados de um ponto de vista mais conceptual, sem a devida adequação às reais necessidades do território em causa, pelo escasso conhecimento que os técnicos possuíam sobre o(s) mesmo(s). Naturalmente, e como seria de esperar, essas equipas tiveram maiores dificuldades na implementação da intervenção e os respectivos projectos sofreram maiores desvios relativamente ao que tinham proposto. O não envolvimento dos parceiros no desenho de qualquer projecto atrasa inevitavelmente o início da sua execução e a construção da relação de parceria acaba por partir de pressupostos diferentes que podem inclusivamente inviabilizar o desenvolvimento das acções inicialmente previstas.
5. Como se depreende na discussão dos pontos anteriores, apesar de se estar perante um universo muito reduzido, de somente oito projectos, a concepção de parceria assumida foi bastante diferenciada entre uns e outros. De notar que para uma ou outra equipa, a designação das parcerias mais pareceu confundir-se com uma lista de contactos do que com uma efectiva rede que interage e que actua num mesmo patamar e num mesmo território, tendo em vista metas comuns. Até certo ponto, daqui resultou um significativo número de situações em que não houve protocolos assinados.
6. Em alguns casos, mais frequentemente do que seria desejável, as perturbações nas relações e comunicação com os parceiros foram apontadas como factor responsável pelo atraso na implementação de acções dos projectos. A dinamização da rede de parceiros referente aos projectos deve ter a liderança das equipas dos mesmos, sendo esta uma acção fun-

damental que constitui os alicerces para a implementação das diferentes acções desenhadas em cada um.

7. Perante estas dificuldades identificadas, houve a necessidade de promover na Fundação reuniões por cada território concelhio, colocando em presença equipas e os respectivos parceiros por elas indicados, num processo que contou ainda com a presença dos responsáveis da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco. Esta iniciativa foi avaliada pela quase totalidade dos envolvidos como muito positiva, dela tendo resultado importantes desbloqueios e avanços, nomeadamente na articulação das equipas com a maioria das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais. Deste modo, em tempo útil, foi possível dar visibilidade e potenciar o papel que cada um podia desempenhar no território onde intervinha.

Da intervenção com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)...

1. Para a maioria das equipas, a articulação com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens foi dos pontos que mais dificuldades suscitaram ao longo do primeiro ano de execução desta componente do Programa “Crianças e Jovens em Risco. Em parte, houve algumas situações em que as Comissões não tinham sido totalmente envolvidas no processo de elaboração do projecto, pelo que se sentiu a necessidade de prolongar uma fase de conhecimento mútuo entre a entidade promotora, parceiros e Comissão visando a definição conjunta dos processos de trabalho nesta área.
2. Noutros casos, mudanças internas nas estruturas das Comissões, aliadas ao elevado volume processual, a identificação de diferentes interpretações da Lei de Protecção de Crianças e Jovens em Perigo no que diz respeito à implementação de formação parental e a existência de determinados procedimentos específicos constituíram obstáculos de monta neste processo de articulação e estiveram associados a alguns atrasos ocorridos em determinados territórios.
3. Como mencionado anteriormente, este aspecto foi ultrapassado e a maioria das equipas conseguiu estabelecer uma regular e profícua articulação com as Comissões de Protecção locais, daqui resultando um crescente número de intervenções com famílias com aplicação de medida de promoção e protecção.

... à articulação com as Equipas de Crianças e Jovens (ECJ)

1. Pouco a pouco, alguns projectos foram procurando ou foram procurados para colaborar nas respostas em processos judiciais de promoção e protecção cuja execução e acompanhamento cabe às Equipas de Crianças e Jovens, do Instituto de Segurança Social, do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social. O número destes casos foi crescendo ao longo do tempo, mais associado aos projectos localizados em Sintra e na Amadora, configurando uma intervenção sustentada mediante as necessidades do terreno e no alargamento do campo de acção.

A sustentabilidade futura das intervenções de formação parental

1. A perspectiva de sustentabilidade destas acções numa fase pós-financiamento da Fundação Calouste Gulbenkian foi um ponto-chave trabalhado com todos os projectos desde o início do Programa e ao longo dos três anos de execução.
2. Neste campo, é de assinalar que, à data da redacção deste documento, a maioria das oito equipas tinha assegurada uma continuidade no desenvolvimento de acções de formação parental nos contextos onde intervieram, ainda que em diferentes moldes e dimensões, e aparentemente mais direccionadas para determinados perfis e um número mais reduzido de famílias, envolvendo sobretudo os respectivos parceiros. Só duas equipas cedo assumiram não ir dar continuidade além do inicialmente previsto, passando uma delas a centrar-se noutros concelhos onde já desenvolve outro tipo de intervenção.
3. O recurso à Rede Social, entre outras possibilidades de cariz mais local, parece ser a opção mais abordada em diversos territórios, a par da candidatura a financiamento junto de outras entidades oficiais e particulares, com resultados positivos em alguns casos.
4. Também a opção pela optimização de recursos internos das entidades promotoras, nomeadamente pela redefinição das funções do respectivo CAFAP ou da proposta para a sua constituição, é outra das soluções identificadas neste processo¹.

¹ O CAFAP – Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental é uma resposta social que visa o estudo e prevenção de situações de risco social, assim como o desenvolvimento de acções de apoio a crianças e jovens em situações de perigo e suas famílias. É concretizado na comunidade, através de equipas multidisciplinares, por meio de um serviço próprio.

5. No panorama relativo ao que é habitual em termos de execução de projectos na área social em Portugal, mais ainda num tempo de acentuadas dificuldades para encontrar novos financiamentos, considera-se que esta preocupação e conquista por parte das equipas relativamente ao futuro desenvolvimento de acções de formação parental constitui um sinal muito positivo não só de capacitação das mesmas como do dinamismo das redes e contextos onde se integram.

UMA PROPOSTA: PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO EM FORMAÇÃO PARENTAL

Nunca é de mais referir que a concepção e implementação de uma intervenção no quadro da formação parental deve obedecer a um conjunto de princípios necessários a uma actuação com maiores probabilidades de sucesso. Esta orientação está bem clara na Recomendação Rec(2006)19, do Conselho de Europa, de 13 de Dezembro, que constitui um instrumento fundamental de enquadramento de acções nesta área e que importaria ter presente na sua realização.

Em função do desenvolvimento deste Programa, e na perspectiva de se constituírem como possíveis orientações, apresenta-se de seguida uma síntese de princípios de intervenção em formação parental que esta experiência suscitou e que se passa a sistematizar.

1. **Valorização do papel parental:** é fundamental atender ao papel essencial dos pais no desenvolvimento e educação dos filhos considerando as suas características pessoais e as do contexto sociocultural onde se encontram inseridos;
2. **Confiança e privacidade:** é fundamental a criação de espaços geradores de relações de informalidade e de confiança, que funcionem como bases seguras para o questionamento e a reflexão sobre as práticas parentais e que garantam a privacidade dos envolvidos, no respeito e reserva da sua vida privada;
3. **Co-construção do processo:** o desenvolvimento da parentalidade deve ser encarado como um processo co-construído em que não é apenas o acesso à informação, ou a mais informação, que permite alcançar comportamentos mais adequados, pelo que as dinâmicas a pôr em prática devem implicar uma reflexão sobre si próprio, para que cada um se possa confrontar com as dificuldades de ser pai/mãe. Estimular a colaboração

como um trabalho em conjunto e com a família afigura-se decisivo em qualquer acção desta natureza. A adequação deve ser constante aos pais e às suas necessidades e também dos materiais utilizados na intervenção. De igual modo, deve ter-se em atenção o potencial de intervenções concertadas e paralelas com objectivos concorrentes com pais e filhos;

4. **Responsabilidade parental:** conquistar a motivação dos pais para a intervenção é tarefa primordial; mais do que a sua mera participação deve procurar promover-se a sua colaboração e a sua co-responsabilização no desenvolvimento de todo o processo, o que só será possível através de uma criteriosa identificação e, conseqüente, resposta às suas reais necessidades;
5. **Capacitação:** descentrar a visão além de uma ideia de falta de competência, passando a tomar como ponto de partida as experiências, os saberes e as competências que os pais tenham oportunidade de desenvolver, para que o impacto da intervenção seja, de facto, significativo para os próprios. Evitar a atribuição de rótulos às famílias do tipo «resistência», «manipulação» e «desmotivação», substituindo-as por «falta de informação», «necessidade de confiança» e «estratégias legítimas» tal como o profissional as tem (Ausloos, 1996). O modelo a seguir deve ser um modelo de capacitação ao invés de um modelo baseado na lacuna, ou seja, centrado no uso da técnica da devolução das capacidades de cada um potenciando a valorização que pode conduzir à transformação da angústia em novas soluções;
6. **Autonomia:** a intervenção em formação parental deve ter como meta a promoção da autonomia das famílias e dos seus membros; esta autonomia está também muito relacionada com o grau de consciência e a percepção que as famílias têm relativamente aos seus próprios recursos;
7. **Diversidade de famílias:** é fulcral ter em atenção a grande diversidade de situações familiares, procedendo a uma cuidadosa identificação dos factores de risco e dos factores de protecção para cada família, bem como dos diferentes níveis em que actuam relativamente à criança, procurando potenciar os factores de protecção e anular ou diminuir os factores de risco;
8. **Especialização:** a intervenção deve ser específica no âmbito da educação parental, clara nos objectivos, continuada, próxima e sistemática, e sustentada numa base conceptual e metodológica que oriente as opções relativas ao plano de implementação e respectiva avaliação. Deve

também relevar-se a importância da formação diversificada e contínua, o perfil e a postura dos profissionais responsáveis pela dinamização das intervenções, destacando-se a necessidade de se pensar na existência de um profissional especializado que assegure («educador parental»). É fundamental que o profissional tenha presente que só se consegue motivar e entusiasmar as famílias para uma intervenção, se também se está motivado e entusiasmado e se ele próprio acredita na implementação e eficácia da mesma.

9. **O papel do género na constituição das equipas:** de referir também a necessidade de passar a haver um maior equilíbrio nas equipas técnicas que asseguram este tipo de acções em função da sua distribuição por género. A influência desta variável no início da relação com as famílias pode ser determinante do ponto de vista da identificação e adesão dos pais e cuidadores à luz da experiência sentida em todos os projectos aqui colocados em análise pelas maiores dificuldades em motivar os pais (homens) para este tipo de intervenção, em alguns casos ultrapassadas pela entrada de técnicos e formadores do género masculino nas respectivas equipas;
10. **Intervenção integrada:** a intervenção deve ser articulada com a rede de recursos existentes na comunidade, promovendo-se uma abordagem sistémica que potencie a optimização dos recursos existentes e garanta a sua continuidade no tempo, de modo a assegurar resultados efectivos e duradouros;
11. **Prevalência da intervenção em grupo:** sempre que existam condições, a intervenção centrada em colectivos permite a reunião de vários discursos, a promoção da descentração, o confronto com perspectivas e níveis de desenvolvimento diferentes assim como um maior envolvimento psicossocial, a economia de energias em benefício da eficiência do grupo (Cruz & Pinho, 2008). Esta orientação não invalida a complementaridade com o desenvolvimento de acções individuais decorrentes das necessidades reais das famílias e dos pais em causa;
12. **Valorização da rede social de suporte das famílias** a promoção de redes formais e informais de apoio às famílias é fundamental; intervenções com famílias centradas exclusivamente nelas próprias são acções que desperdiçam o enorme potencial de desenvolvimento das redes de suporte social;
13. **Supervisão e avaliação:** a intervenção deve ser objecto de supervisão e de avaliação dos processos e da equipa técnica num acompanhamento

que tenha por fim o desenvolvimento de uma acção cada vez mais qualificada e, conseqüentemente, com resultados mais positivos;

- 14. Sustentabilidade da intervenção:** de realçar que, desde a primeira fase, ao nível da sua concepção, projectos desta natureza devem perspectivar uma linha de inovação, transmissibilidade e impacto positivo na comunidade, num processo que defina as práticas de participação dos parceiros nos processos de decisão, co-responsabilizando todos os actores e intervenientes, de modo a reforçar o envolvimento de outros elementos e entidades da comunidade;
- 15. Da necessidade de desconstrução da invisibilidade de intervenções desta natureza nas políticas sociais:** de extrema importância valorizar o trabalho de apoio às famílias e tornar público o seu impacto na qualidade de vida das mesmas e das próprias comunidades onde se integram, para que desta forma se reforcem as políticas sociais no campo da parentalidade, mais adequadas ao que são hoje os contornos e realidade das famílias na sociedade portuguesa, prevenindo e combatendo as desigualdades sociais;
- 16. Enfoque no trabalho de prevenção e de investimento na infância e juventude:** tornar claro que o trabalho realizado com as famílias tem um papel fulcral na qualidade de vida das crianças e jovens no presente, no seu futuro e no das comunidades que integram, factor essencial de promoção da confiança entre indivíduos, grupos sociais e instituições, indissociável da promoção da coesão social. É fundamental reforçar a ideia de que a aposta na formação parental e noutros tipos de intervenção sobre a parentalidade é uma aposta no aqui e agora, em cidadãos de pleno direito a uma efectiva realização individual e colectiva numa sociedade que se deseja participativa e democrática (Williams, 2010).

Referências bibliográficas

- Ausloos, G. (1996). *A competência das famílias – tempo, caos, processo*. Lisboa: Climepsi Editores.
- Cruz, H. & Pinho, I. (2008). *Pais, uma experiência*. Porto: LivPsic Editora.
- Williams, F. (2010). *Repensar as Famílias*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian e Principia.
- Golombok, S. (2006). *Modelos de Família – qué es lo que de verdad cuenta?*. Barcelona: Editorial Graó.

POSFÁCIO

O DIREITO DA CRIANÇA A UMA PARENTALIDADE POSITIVA. A FORMAÇÃO PARENTAL COMO APOIO À FAMÍLIA ENQUANTO AGENTE E RESPONSÁVEL CENTRAL DA REALIZAÇÃO DESSE DIREITO*

* Texto escrito a propósito dos Projectos de Formação Parental apoiados pela Fundação Gulbenkian no quadro do seu Programa «Crianças e Jovens em Risco».

1. À recente mais valia civilizacional, relevantíssima, que resulta do reconhecimento, já ao nível jurídico, internacional e nacional, da criança como Sujeito autónomo de direitos humanos, fundados na sua inquestionável dignidade como pessoa, alia-se a actual aquisição, alicerçada na ciência e na experiência, de que a qualidade da infância é fundamental à qualidade humana, a qual, por sua vez, é requisito insubstituível da qualidade do desenvolvimento, em qualquer dos seus domínios – ético, espiritual, cultural, social, ambiental, político, jurídico, económico.

Aquele reconhecimento e esta aquisição implicam o carácter de eminente interesse público da prossecução do superior interesse da criança e a consequente exigência, para o Estado e para a Sociedade, de, em colaboração com a família e a criança, como actores fundamentais do seu próprio destino, colocar entre os seus objectivos e opções estratégicas essenciais o fomento das melhores condições possíveis para que os direitos das crianças, ancorando-se na nossa afectividade, na nossa consciência e na nossa acção, se densifiquem constantemente e se efectivem na pessoa de todas e cada uma das crianças. Sempre numa perspectiva não autoritária nem assistencialista, mas conforme ao actual *paradigma dos direitos* (a que correspondem, naturalmente, deveres/responsabilidades).

Entre esses direitos da criança está, como direito fundamental em si mesmo e como instrumento essencial da realização de vários outros, o direito a uma família, não no mero sentido de progenitura, mas como fonte e sede de uma parentalidade positiva, correspondente ao conjunto de poderes/deveres que caracterizam essa maravilhosa expressão humana de afectividade e de co-responsabilidade na ajuda ao projecto, sempre único, de desenvolvimento integral de um ser em busca de uma autonomia feliz, do ponto de vista pessoal, familiar e cívico.

Nesta perspectiva, assume particular relevância a actuação, nestes domínios, da Fundação Gulbenkian. Com o seu ideal humanista, permanente preocupação ética, excepcionais sentido cultural e científico de intervenção, alta qualidade e rigor na concepção, efectivação e avaliação dos projectos que, de forma inovadora e com objectivos estruturantes, desenvolve ou apoia, avoluma na sua actuação concreta os efeitos culturais e sociais, muito positivos e estimulantes, do elevadíssimo prestígio de que goza, justificada e generalizadamente.

É o que também se verifica com a primeira componente, incidindo na área da *formação parental*, do seu excelente e oportuno Programa «Crianças e Jovens em Risco».

2. No presente circunstancialismo de elevadas complexidade, heterogeneidade e multiculturalidade, e de acentuada mutação, que caracteriza o actual contexto

das situações das crianças e das famílias em condições de vulnerabilidade, assume efectivamente grande relevância a formação parental, no sentido de um recurso psicoeducativo caracterizado por uma intervenção centrada nas famílias visando auxiliar a promoção e capacitação dos pais, com activa reflexão e participação destes e, sempre que conveniente, dos filhos, para o exercício de uma parentalidade positiva, aos níveis, nomeadamente, da satisfação, com qualidade, das necessidades fundamentais de manutenção e desenvolvimento de vida dos filhos, dos afectos e qualidade da relação, e das funções educativas, nas suas várias vertentes, incluindo a da interiorização (entendida como direito dos filhos) de valores, regras e limites, por meios pedagógicos adequados ao estágio real do desenvolvimento de cada criança ou jovem.

Com os objectivos de estímulo e de aprofundamento e avaliação da qualidade desta resposta, a Fundação Gulbenkian lançou, em boa hora, o programa-piloto em apreciação, seleccionando, apoiando e avaliando, de 2008 a 2011, oito projectos de formação parental desenvolvidos nos concelhos de Lisboa, Amadora, Sintra e Setúbal, tendo em conta, designadamente, o elevado número de processos instaurados nas oito Comissões de Promoção e Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ) sediadas naqueles concelhos.

Numa perspectiva muito feliz e adequada aos objectivos do Programa, considerando a natureza e a centralidade do papel das CPCJ no Sistema de Promoção e Protecção dos direitos das crianças, cada uma daquelas oito Comissões integrou o conjunto de parceiros de cada um dos projectos desenvolvidos no respectivo concelho.

A propósito da pertinência do critério de articulação dos projectos com as CPCJ, é de salientar, desde logo, que os dados relativos à sua execução revelam que os encaminhamentos para a formação parental relacionados com a aplicação de medidas pelas referidas oito CPCJ representam uma das percentagem mais elevadas (13,4%) do total dos encaminhamentos, atingindo o total de 143; e ainda que das crianças e jovens das famílias abrangidas pelos projectos uma das maiores percentagens (34,7%) é a das crianças e jovens acompanhados pelas CPCJ, totalizando 371.

Também a especificação das problemáticas que desencadearam o encaminhamento para os projectos de formação parental desenvolvidos mostra que coincidem em grande parte com as problemáticas que suscitam a intervenção das CPCJ.

É perfeitamente compreensível e justificada esta prevalência da ligação dos Projectos às problemáticas e intervenções das CPCJ.

Na sua missão de prevenção terciária ou reparadora das situações de perigo, as CPCJ têm como objectivos prioritários o afastamento do perigo, a garantia

da segurança da criança ou do jovem e a superação das consequências do perigo, visando que seja assegurada a sua saúde, formação educação, bem-estar e desenvolvimento integral.

Na prossecução destes objectivos, as CPCJ privilegiam as *medidas em meio natural de vida*², sempre que adequadas, com especial predominância da medida de *apoio junto dos pais*³, em harmonia com a filosofia de todo o Sistema e em obediência aos princípios, hoje já também juridicamente vinculativos, que orientam toda a intervenção, especificados no art. 4.º da Lei de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens em Perigo, aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1/9, nomeadamente os princípios da *responsabilidade parental* e da *prevalência da família* (als. f) e g) do citado art. 4.º], iluminados pelo princípio dominante do *interesse superior da criança e do jovem* [al. a) do mesmo artigo].

Ou seja, a grande maioria das medidas aplicadas pelas CPCJ, como aliás também as que os Tribunais decidem, são as que mantêm a criança no seu meio natural de vida, visando, em primeira linha, a aquisição, recuperação ou melhoria, em tempo útil para a criança, do exercício de uma parentalidade positiva pelos seus pais.

Igualmente a medida de colocação *acolhimento familiar* visa esse fim de recuperação da parentalidade positiva pelos pais, finalidade que é mesmo fundamental à caracterização dessa medida, cuja aplicabilidade pressupõe a previsibilidade do regresso da criança ou do jovem à sua família, a exigir a co-responsabilidade dos pais, criança ou jovem, família de acolhimento e técnicos que acompanham a execução da medida, na contribuição para que a família de origem seja capaz de garantir a promoção dos direitos da criança ou do jovem e a sua protecção.

Também a medida de *acolhimento em instituição* deve contemplar como objectivo prioritário, no imprescindível projecto de vida de cada criança ou jovem, a promoção da possibilidade de regresso à família, com a maior brevidade possível, garantido que seja o exercício por esta de uma parentalidade suficientemente positiva.

O objectivo de tornar viável uma parentalidade positiva, como direito fundamental da criança e do jovem, é também central nas medidas que visam a futura *adopção*, que é fonte de relação familiar de filiação e de paternidade, equivalente

² Em confirmação de uma tendência constante, o Relatório de Avaliação da Actividade das CPCJ no ano de 2010 revela que essas medidas em meio natural de vida (apoio junto dos pais, apoio junto de outro familiar, confiança a pessoa idónea, apoio para autonomia de vida) correspondem a 90,6% das 28 500 medidas de promoção e protecção aplicadas pelas CPCJ.

³ Em 2010, também confirmando a tendência sempre verificada nos anos anteriores, a aplicação da medida de apoio junto dos pais atingiu a percentagem de 76,8% do total das medidas aplicadas.

à da filiação biológica⁴. O objectivo de garantia de exercício do conteúdo de uma parentalidade positiva está também presente no novo instituto jurídico do *apadrinhamento civil*, que importa divulgar e promover.

3. Este objectivo de garantir à criança ou ao jovem o exercício de uma parentalidade positiva atravessa, assim, todo o Sistema de Promoção e Protecção dos Direitos das Crianças, na sua vertente de prevenção terciária ou reparadora.

Ora, sendo a formação parental, como a investigação e a experiência vêm demonstrando, um poderoso instrumento de promoção dessa parentalidade, constitui intervenção de relevante interesse público a promoção, acompanhamento, avaliação e disponibilização de projectos de formação parental, quando promovidos em condições que garantam a sua pertinência e adaptabilidade às situações concretas e que, sem prejuízo da razoável flexibilidade, respeitem as aquisições científicas, técnicas e experimentais relativas à sua qualidade, no que toca, nomeadamente, aos objectivos, conteúdos, metodologias e formas de organização.

Isso mesmo é de certo modo indiciado por outros dados relativos aos Projectos de Formação Parental apoiados pela Fundação Gulbenkian, dos quais destacamos: o total de famílias abrangidas (899), que excedeu significativamente o número previsto (560 a 616); o número total de pais/ cuidadores envolvidos (1068); a amplitude dos vários escalões etários abrangidos [18 aos 25 anos, 26 aos 35, 36 a 45, 46 a 55 e mais de 55 anos, sendo de notar, porém, o número reduzido (cinco) de pais com menos de 18 anos]; o confronto do número de parcerias previstas na candidatura dos projectos (29) com o número de parcerias activas (82); bem como o número das parcerias projectadas para cada acção que foram concretizadas (30) com o daquelas cuja concretização não se verificou (duas); e ainda a realização de todas as acções previstas nas candidaturas (35).

Justificada está, pois, a ênfase que a referida Lei de Promoção de Protecção de Crianças e Jovens dá, no seu art. 41.º, à «educação parental», prevendo que, quando sejam aplicadas as medidas previstas de apoio junto dos pais e de apoio junto de outro familiar com quem a criança ou o jovem resida ou a quem seja entregue, os pais ou esse familiar possam beneficiar de formação visando a melhoria das funções parentais, segundo programas de conteúdo e duração objecto de regulamento.

⁴ Cfr., em corroboração desta equivalência (embora, naturalmente, só quando decretável a adopção), o conteúdo do acima citado princípio da *prevalência da família*, plasmado na al. g) do art. 4.º da Lei de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens em Perigo (aprovada pela Lei n.º 147/99, de 1/9) – «na promoção dos direitos e na protecção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou promovam a sua adopção».

4. Mas não é só ao nível da intervenção reparadora do perigo que a formação parental pode constituir relevante recurso para a efectivação dos direitos das crianças.

A formação parental pode desempenhar um papel muito significativo no âmbito da prevenção primária (universal) e, sobretudo, da prevenção secundária (selectiva/específica) do risco e do perigo, esta visando a melhoria do exercício da parentalidade por famílias com menor capacidade neste domínio e com outras vulnerabilidades que se repercutem negativamente nessa capacidade.

Poderá, para além da superação ou diminuição significativa de situações de risco, contribuir para que não se desencadeiem situações de perigo grave, em que, por vezes, a formação parental não é já adequada ou é de difícil êxito, pelo menos antes de intervenções individualizadas profundas, nomeadamente de natureza especificamente mais terapêutica.

A divulgação e a promoção das possibilidades de utilização de programas de formação parental naquelas situações é, por isso, um dos objectivos a ter em conta no projecto, em desenvolvimento pela Comissão Nacional de Protecção das Crianças e Jovens em Risco (CNPJCJR), de aprofundamento pelas CPCJ, na sua modalidade alargada, do exercício da suas atribuições de prevenção primária e secundária.

5. As vantagens da formação parental, centrada na conjugação das necessidades das crianças com objectivos de promoção e capacitação dos pais para as satisfazer de forma positiva e com resultados benéficos, vêm sendo, felizmente, objecto de mais abrangente e cuidada atenção, nomeadamente ao níveis da investigação/acção, da promoção de projectos de formação, concebidos à luz das evidências já disponíveis, e da avaliação da sua qualidade no âmbito da sua pertinência, execução e resultados.

Assim, a partir de 2007 e até 2010, em execução de protocolo celebrado entre a Comissão Nacional de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens em Risco, o Instituto de Segurança Social, a Direcção Geral de Segurança Social e cinco instituições universitárias portuguesas⁵, estas instituições procederam à cuidada avaliação de 68 intervenções de educação parental, todas na modalidade grupal, que, na globalidade, abrangeram 609 adultos.

⁵ As referidas instituições são as seguintes: Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra, Instituto de Estudos da Criança da Universidade do Minho e Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico do Porto.

Foi apresentado, em 2010, pelas cinco instituições, excelente relatório, que, além dos importantes contributos e recomendações, produziu sugestões que foram consideradas em projecto de regulamentação da resposta de formação parental, prevista no citado art. 41.º da Lei de Promoção e Protecção das Crianças e Jovens em Perigo.

Já em 2011, as referidas instituições apresentaram desenvolvido Projecto de Pós-graduação Inter-Universitária de Formação de Educadores Parentais, que está em apreciação.

Afigura-se-me que da possível reflexão conjunta e da articulação das iniciativas em curso neste domínio poderiam surgir ensinamentos e propostas, ao nível das políticas, das estratégias e das acções, adequadas a propiciar projectos de formação parental de qualidade devidamente certificada e regularmente avaliada, como recurso ao dispor das entidades e serviços locais que têm responsabilidades na promoção e protecção dos direitos das crianças. Esse recurso seria enquadrado correctamente no leque das várias respostas de apoio formal e informal que as redes de suporte social podem inventariar e disponibilizar, assim se potenciando uma visão verdadeiramente integradora.

6. Termino com uma sentida homenagem e agradecimento à Fundação Gulbenkian pela relevantíssima iniciativa em favor das crianças, jovens e famílias, e pelo cuidado em garantir a sua muita qualidade, assegurada desde logo pela excelência da coordenação científica, da Equipa Técnica e dos elementos da Fundação que acompanham o Programa, e prosseguida pelas entidades promotoras dos projectos e seus colaboradores, que também felicito calorosamente.

Lisboa, Julho de 2011

Armando Leandro
Juiz Conselheiro, Presidente da Comissão
Nacional das Crianças e Jovens em Risco

POSFÁCIO

INTERVENÇÃO NA PARENTALIDADE

A família mudou. Com ela, mudaram também as relações interpessoais.

Ao longo da minha vida clínica constatei que me foi necessária uma progressiva adaptação reflexiva face às novas evidências sociológicas repercutidas na família.

A pluralização de novas formas de convivência, nomeadamente condicionadas pelo divórcio e pelos consequentes novos rearranjos familiares, determinou, para os profissionais, a aquisição de novas competências capazes de viabilizar a aquisição de novos modos de intervenção junto das também novas fórmulas de família.

As mudanças operadas implicam a responsabilidade, nos da minha geração, de passar um testemunho suficientemente rigoroso para fazer entender as repercussões da mudança, fundamentalmente no bebé, na criança e no jovem.

Temos sido confrontados com sucessivos ritos de passagem patentes nas novas reorganizações familiares.

As uniões de facto ou as «LAT» (*living apart together*), sem rituais litúrgico-sociais, alteraram o panorama da organização social e as normas de aceitabilidade cultural.

Entretanto, não obstante as novas evidências sociais, fomos alicerçando a convicção que é no túnel interior das representações que se opera o sentido de pertença e de coerência familiar, quiçá representado nas «heranças» transgeracionais.

Qualquer que seja a construção familiar, o que faz, de facto, a diferença será o mistério de cada vínculo.

Na organização dos vínculos de cada bebé e de cada criança, é notória a influência das representações parentais, sendo que na evolução das atitudes parentais será determinante a própria evolução histórica das culturas circunstanciais.

O desafio de cada constructo da coerência projecta-se hoje na parentalidade e é, assim, que sobrelevamos hoje esta parentalidade, ao invés da família.

Nos dicionários portugueses tradicionais, não se encontra o termo parentalidade. Trata-se de um neologismo –*parenthood*– criado pelo psicanalista canadiano Thomas Benedekt (1) nos anos 50 que tenta definir o processo psicológico do tornar-se «pai». A paternidade e a maternidade representaram, para o autor, fases da maturação do adulto projectadas nas novas responsabilidades quando do nascimento de um bebé.

Curiosamente, foi outro psicanalista – Paul-Claude Racamier (2) – que introduziu, em 1961, em França, o termo *parentalité* a partir de escutas interactivas da relação mãe-bebé.

A parentalidade passou, também, a fazer parte de um discurso político decorrente da pulverização das bases familiares da sociedade. O apoio aos novos cons-

tructos familiares passou a fazer parte das estratégias de intervenção conducentes a uma melhor competência parental.

Decorreram desta evidência múltiplas propostas de «escolas de pais», bem como todo um espectro alargado de projectos de formação parental.

A Fundação Calouste Gulbenkian, como sempre atenta e apoiante de uma actualização científica decorrente de novos modelos sociais, criou o Programa «Crianças e Jovens em Risco», viabilizando, assim, uma selecção de oito Projectos de Formação Parental envolvendo a participação activa de 75 profissionais.

A realidade determinante de uma efectiva intervenção parental é fundamentada pela realidade estatística.

De acordo com o Censos de 2001, em cada cinco casamentos ou «uniões de facto» mais de dois estão condenados à ruptura, ou seja, uma relação conjugal em cada três termina em divórcio, o que é por sua vez determinante de uma recomposição familiar.

Um terço dos bebés em Portugal nasce fora do casamento.

Em cada dez crianças que vemos pular nos recreios das nossas escolas, três vivem em famílias não tradicionais.

O conceito de ciclo de vida familiar explica o percurso natural dos casais através dos tempos.

A transição para a parentalidade – passagem do estádio de casal para o de «família com primeiro filho» – faz assim, de cada pai e de cada mãe um efectivo progenitor de uma nova família.

As intervenções propostas por vários autores em função desta mudança têm pretendido, tão só, que se viabilize uma preservação da conjugabilidade face à transição para a parentalidade.

Portugal é um país com uma média de 1,32 filhos por mulher, o que faz implicar que cada bebé é um bebé de ouro para os seus pais. É este ouro que os pais entendem ser preciso estimar e fazer brilhar em cada família.

O sentido de felicidade configurado hoje nas evidências da Neurociência preenche muitas das conclusões dos estudos mais recentes sobre parentalidade (3).

Passar a ser pai ou mãe pode estar associado a alterações da personalidade e das relações interpessoais em função de uma parentalidade emergente que desafia o contexto familiar pré-estabelecido.

O que constato na consultas pré-natais, e que são hoje uma rotina na minha actividade clínica pediátrica, é uma preocupação ansiosa face aos cuidados

e papéis que pai ou mãe vão desempenhar na sua intervenção parental, o que é sobreponível aos achados de outros autores (4).

Nos EUA, 81% das mulheres têm um filho qualquer que seja o *touchpoint* das suas vidas, o que vai influenciar (em várias dimensões) o seu sentido de coerência e de felicidade.

Uma meta-análise efectuada em 2009 por Mitnick e col. (5) demonstrou, entre outras evidências, que as «aulas» pré-natais podem influenciar os sentimentos de felicidade quando da transição para uma parentalidade emergente.

As influências da condição parental não só no casal entendido como unidade, mas também em cada um dos membros do casal, individualmente, chamam hoje a atenção para o significado de uma intervenção atempada por parte dos profissionais de Saúde e de Educação face ao *touchpoint* da transição para a parentalidade, a que se associa, sempre, um ajustamento emocional, por vezes complexo (6).

A intervenção clínica face à parentalidade tem de ser equacionada numa perspectiva cultural.

A fusão das culturas individuais de cada cônjuge interage com a macrocultura do ambiente em que vive cada casal.

Em termos ainda culturais, torna-se cada vez mais imperioso centrar qualquer das intervenções clínicas planeadas na projecção real de cada bebé porventura ainda não nascido.

Temos provado que a resiliência de cada casal deriva do modo como se vai envolvendo na descoberta personalizada do seu bebé, num assimilar progressivo dos mistérios que envolvem toda uma personalidade e um comportamento que emergem de uma descoberta partilhada (pais e profissional) feita paixão contingente (7).

O modelo «Touchpoints» consubstancia o pressuposto desta potenciação de paixão readaptada em cada novo ponto de viragem do desenvolvimento infantil.

A construção de um sentido de coerência na criança e em cada um dos pais é um primado da relação, relação esta que é preciso reforçar nos primeiros *touchpoints* da vida, designadamente no período perinatal, quando se modela o sentido de pertença de cada bebé e, com ele, o reforço do sentido de felicidade em cada nova família.

O modelo «Touchpoints» visa potenciar a competência parental e a identidade familiar criando, entre outras evidências, uma aliança entre pais e profissionais.

A consulta pré-natal (1.º *touchpoint* da vida) e, posteriormente, a observação neurocomportamental do bebé (NBO) permitem assegurar e fazer desenvolver uma relação que se projecta no conceito de coerência de cada pai e de cada mãe (8).

Uma parentalidade exigente obriga a que se aproveite cada período sensível do ciclo de vida para assegurar o reforço do vínculo tornado hoje frágil em função do stress que espreita, em cada passo, uma sociedade vulnerabilizada por múltiplas condicionantes.

Aceita-se hoje que a resiliência de cada bebé catapultada para cada novo *touchpoint* do ciclo de vida é fortalecida por cada novo micro-stress que ocorre num quotidiano relacional.

Em cada interação será operante um modelo de regulação mútua (MRM) que proporciona uma espécie de *endurance* para a vida, resultante de uma espécie de treino que cada bebé experimenta como um stress que decorre de eventuais equívocos na referida regulação, ficando cada bebé como mais preparado para outras não contingências da vida em sucessivas experiências relacionais cada vez mais elaboradas.

Andamos, desde há muito, a tentar desafiar, enquanto Pediatras, os fundamentos e os efeitos de uma intervenção clínica coerente face ao ser e ao pertencer de cada bebé.

Acreditamos que intervir nos dois primeiros *touchpoints* de vida (pré-natal e nascer) e, designadamente, partilhar com a família a paixão da descoberta do «quem é quem» esse bebé mágico para cada membro parental, poderá fazer a diferença no destino de cada um.

Esta diferença cresce em progressão geométrica quando, porventura, um bebé se sente menos «pertencido» em muitas parentalidades fragilizadas.

Temos dados da nossa intervenção sobre esta tal diferença em que sempre sustentámos a nossa intervenção clínica.

Aos nove anos de um *follow-up* de um dos nossos estudos, as mães do nosso grupo experimental (pressupostamente reforçadas no seu vínculo através da nossa intervenção) lembravam-se mais e melhor das palavras que ouviram do pediatra com quem conversaram durante apenas sete minutos no terceiro dia de vida dos seus bebés (9).

Esta memória límbica ficou provada quando numa avaliação sequencial reconhecemos a referida diferença, operada numa curta intervenção, nove anos atrás.

Numa meta-análise elaborada por Eiden e Peifman (10), é referenciado o valor dos estudos que usam a avaliação neurocomportamental de bebé (NBAS) enquanto intervenção.

Intervir adequadamente na parentalidade pressupõe juntar as evidências científicas da resiliência, as expressões da modelação diádica da consciência, as revelações da neurociência do vínculo, as «leiturais» partilhadas do neurocomportamento do bebé, nomeadamente do seu stress, e, em função deste todo global, pressupõe cumprir a mediação que cabe a cada clínico: fomentar felicidade em cada outro.

Referências bibliográficas

- (1) Benedekt, T., «Parenthood as a developmental phase», in *Journal of American Psychology Association* 7, 1959.
- (2) Racamier, P. C., Sens, C.. & Carretier, L., «La mère et l'enfant dans les psychoses du postpartum», in *L'évolution Psychiatrique* 4, 1961, pp. 525-557.
- (3) Galatzer-Levy, Mazursky, H., Mancini, A. & Bonanno, G., «What we don't expect when expecting: evidence for heterogeneity in subjective well-being in response to parenthood», in *Journal of Family Psychology*, Vol. 25, No. 3., 2011, pp. 384-392.
- (4) Katz-Wise, S., Priess, H. A., Hyde, J. S., & Gunder-Role, «Attitudes and behaviour across the transition to parenthood», in *Dev Psychology*, 46,1, 2010, pp.18-24.
- (5) Mitnick, D. M., Heyman, E. & Slep, A. M., «Changing in relationship satisfaction across the transition to parenthood: a meta-analysis», in *Journal of Family Psychology*, 23, 6, 2009, pp. 848-852.
- (6) Hernandez, J. A. & Hutz, C. S., «Transição para a parentalidade: ajustamento conjugal e emocional», in *Psico*, 40, 4, 2009, pp. 414-421.
- (7) Gomes-Pedro, J., Patrício, M., Carvalho, A., Goldschmidt, T., Torgal-Garcia, F. & Monteiro, M. B., «Early Intervention with Portuguese Mothers: A 2-Year Follow up», in *Journal of Development and Behavioral Pediatrics*, nº. 1; Vol.16, 1995, pp. 21-28.
- (8) Gomes-Pedro, J., «The Newborn as a Touchpoint: Training Pediatricians in Portugal», in Nugent, K., Petrauskas, B. & Brazelton, T.B., *The Newborn as a Person: Enabling Healthy Infant Development Worldwide*, New Jersey, John Wiley & Sons, Inc., 2008, pp. 171-182.
- (9) Gomes-Pedro, J., «The Child in the Twenty-First Century», in Gomes-Pedro, J., Nugent, K., Young, J. G. & Brazelton T. B. (eds.), *The Infant and Family in the Twenty-First Century*, New York, Brunner-Routledge, 2002, pp. 3-21.
- (10) Eiden, R. D. & Reifman, A., «Effects of Brazelton demonstrations on later parenting: A meta analysis», in *Journal of Pediatric Psychology*, 21, 6, 1996, pp. 857-868.

João Gomes-Pedro
Professor Catedrático de Pediatria (Jubilado),
da Faculdade de Medicina de Lisboa

ANEXO 1

**INDICADORES DEMOGRÁFICOS
DOS CONCELHOS SELECCIONADOS**

No ano de 2007, residiam em Portugal 1 974 849 crianças e jovens, com idades compreendidas entre os 0-18 anos, valor correspondente a 18,5% do total da população residente no território nacional. Deste número, 51,2% eram do sexo masculino e o restante do sexo feminino. Inversamente ao que se regista nos restantes escalões etários da estrutura demográfica da população portuguesa, até aos 18 anos a prevalência de crianças do sexo masculino relativamente às do sexo feminino é um facto que vem a ocorrer desde há muito. A diferença é mais acentuada no escalão «3-5 anos» (variação de 10 477 indivíduos) e menor no escalão dos mais novos, «0-2 anos» (8954 indivíduos). Numa linha de continuidade, esta diferença vai-se esbatendo à medida que a idade avança. Globalmente, em Portugal o escalão etário mais representado nestes escalões é o dos «6-10 anos» (27,6%), seguido a uma certa distância do grupo dos «11-14 anos» (21,9%). Só depois surgem os restantes: «15-17 anos» (17,5%), «3-5 anos» (16,8%) e «0-2 anos» (16,0%).

De acordo com a análise dos dados oficiais mais recentes (INE, 2008), as tendências demográficas identificadas a nível nacional mencionadas no Capítulo 2 estão presentes nos quatro concelhos seleccionados para a execução dos oito Projectos de Formação Parental: Amadora, Lisboa, Setúbal e Sintra. As variações correspondem às diferentes dinâmicas da natalidade e à natureza dos fluxos migratórios, estes últimos especialmente centrados na Área Metropolitana de Lisboa, onde se localizam estes quatro concelhos. De salientar que, no final do ano de 2007, no seu conjunto apresentavam um registo oficial de 1 234 148 indivíduos residentes, representativos de 11,6% do total de população a nível nacional.

Relativamente ao valor percentual de crianças e jovens até aos 18 anos neles residentes, patenteavam um número similar, ou seja, de 11,6% do total da população infanto-juvenil portuguesa. Naturalmente, estes números reflectem a realidade oficial, não se encontrando aqui contemplados os casos de não documentados ou de permanência ilegal no país, que se sabe poderem atingir um valor significativo nesta Área Metropolitana e, de modo muito particular, alguns dos concelhos em causa.

Como se pode observar na Tabela A.1, o comportamento dos vários escalões etários nos concelhos seleccionados segue ritmos diferenciados, embora para todos o grupo mais representado seja o dos «6-10 anos». O concelho de Sintra destaca-se por apresentar o mais elevado valor percentual neste escalão, enquanto o de Lisboa fica no pólo inverso, inclusivamente abaixo do valor nacional.

Para todos os concelhos, com excepção de Lisboa, o grupo dos «11-14 anos» surge em segundo lugar e com uma representatividade próxima do valor nacional. As maiores diferenças dizem respeito aos restantes escalões etários, com Lisboa a destacar-se nos mais novos («0-2» e «3-5 anos»), logo seguida de Setúbal, ao passo

que a Amadora tem uma maior expressão nos mais velhos («15-17 anos»). Digno de registo que, no escalão «0-2 anos», apenas Sintra apresente um valor abaixo do valor nacional, mesmo que muito ligeiro, tendo os restantes escalões uma percentagem superior. No grupo «3-5 anos», estes concelhos apresentam valores superiores, num registo inverso ao que é observável no grupo dos «15-17 anos», com valores inferiores à média nacional.

Tabela A.1. População residente em Portugal e nos concelhos seleccionados, segundo os grandes grupos etários até aos 18 anos, em 31/12/2007

	POPULAÇÃO RESIDENTE EM PORTUGAL											
	Total População Residente	Grupos etários até aos 18 anos										
		0-2 anos		3-5 anos		6-10 anos		11-14 anos		15-17 anos		TOTAIS
		N	%	N	%	N	%	N	%	N	%	N
Portugal	10 617 575	316 428	16,1	333 439	16,8	546 321	27,6	432 664	22,0	346 042	17,5	1 974 849
H	5 138 807	162 691		171 958		279 541		221 301		176 370		1 011 861
M	5 478 768	153 737		161 481		266 780		211 363		169 672		963 033
Amadora	173 413	5273	16,8	5331	17,1	8634	27,6	6648	21,3	5389	17,2	31 275
H	82 793	2684		2718		4387		3408		2670		15 867
M	90 620	2589		2613		4247		3240		2719		15 408
Lisboa	499 700	16 338	20,2	15 721	19,5	20 709	25,7	15 519	19,2	12 473	15,4	80 760
H	227 262	8344		7954		10 467		7778		6333		40 876
M	272 438	7994		7767		10 242		7741		6140		39 884
Setúbal	123 564	4332	18,3	4282	18,2	6530	27,7	4718	20,1	3690	15,6	23 552
H	60 487	2208		2211		3328		2398		1897		12 042
M	63 077	2124		2071		3202		2320		1793		11 510
Sintra	437 471	14 894	15,8	16 258	17,3	28 279	30,2	19 922	21,3	14 535	15,4	93 888
H	215 044	7668		8557		14 597		10 235		7453		48 510
M	222 427	7226		7701		13 682		9687		7082		45 378
TOTAIS	1 234 148	40 837	17,7	41 592	18,1	64 152	27,9	46 807	20,3	36 087	15,7	229 475

Fonte: *Estimativas Anuais da População Residente em Portugal a 31/12/2007*, INE (2009).

Para todos os concelhos, com excepção de Lisboa, o grupo dos «11-14 anos» surge em segundo lugar e com uma representatividade próxima do valor nacional. As maiores diferenças dizem respeito aos restantes escalões etários, com Lisboa a destacar-se nos mais novos («0-2» e «3-5 anos»), logo seguida de Setúbal, ao passo que Amadora têm uma maior expressão nos mais velhos («15-17 anos»). Digno de

registo que, no escalão “0-2 anos”, apenas Sintra apresente um valor abaixo do valor nacional, mesmo que muito ligeiro, tendo os restantes escalões uma percentagem superior. No grupo “3-5 anos”, estes concelhos apresentam valores superiores, num registo inverso ao que é observável no grupo dos “15-17 anos”, com valores inferiores à média nacional.

Em suma, nos quatro concelhos seleccionados regista-se uma presença significativa e superior ao valor nacional de crianças entre os «0-5 anos»; a partir dessa idade, e à medida que esta vai sendo mais elevada, os valores começam a apontar para um decréscimo, registando-se maiores variações entre os concelhos.

ANEXO 2

A INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NOS CONCELHOS SELECIONADOS

O concurso para Projectos de Formação Parental promovido pela Fundação Calouste Gulbenkian destinou-se, nesta primeira fase, a entidades cuja intervenção estivesse a ser desenvolvida num dos quatro concelhos seleccionados – Amadora, Lisboa, Setúbal e Sintra –, abrangendo-se, assim, dois distritos, o de Lisboa e o de Setúbal. Esta opção decorreu do facto de as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens locais terem apresentado, nos últimos anos, alguns dos mais elevados valores de volume processual registados a nível nacional.

De acordo com os dados da Comissão Nacional de Protecção de Crianças e Jovens em Risco (2010), no distrito de Lisboa estão instaladas 20 CPCJ e em Setúbal estão 13¹, o que corresponde a coberturas concelhias de 100%. Pela dimensão territorial e número da população residente, o concelho de Lisboa apresenta a especificidade de ter quatro Comissões de Protecção instaladas e o de Sintra tem duas². Em 2008, ano em que as oito equipas seleccionadas iniciaram a execução dos projectos-piloto de Formação Parental, as CPCJ do distrito de Lisboa tiveram a cargo o acompanhamento de 15 128 processos de promoção e protecção, envolvendo 15 156 crianças e jovens, enquanto as de Setúbal seguiram 6427 processos, abrangendo 6378 crianças e jovens.

No que diz respeito ao volume processual global nesse ano, no distrito de Lisboa destacaram-se as CPCJ de Lisboa Centro, Sintra Ocidental, Lisboa Norte,

¹ No distrito de Lisboa, estão em funcionamento as CPCJ de Alenquer, Amadora, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Cadaval, Cascais, Lisboa Centro, Lisboa Norte, Lisboa Ocidental, Lisboa Oriental, Loures, Lourinhã, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra Ocidental, Sintra Oriental, Sobral de Monte Agraço, Torres Vedras e Vila Franca de Xira. No distrito de Setúbal estão as CPCJ de Alcácer do Sal, Alcochete, Almada, Barreiro, Grândola, Moita, Montijo, Palmela, Santiago do Cacém, Seixal, Sesimbra, Setúbal e Sines.

² À data da intervenção realizada no âmbito dos Projectos de Formação Parental, a CPCJ Lisboa Centro abrangia as freguesias de Alvalade, Anjos, Alto do Pina, Campo Grande, Castelo, Encarnação, Graça, Madalena, Mártires, Mercês, Nossa Senhora de Fátima, Pena, Penha de França, São Cristóvão/São Lourenço, São João, São João de Brito, São João de Deus, São Jorge de Arroios, Santa Engrácia, São José, São Mamede, São Miguel, São Nicolau, São Paulo, São Sebastião da Pedreira, São Vicente, Sacramento, Sagrado Coração de Jesus, Santiago, Santo Estêvão, Sé, Socorro, Santa Justa e Santa Catarina; a CPCJ Lisboa Ocidental englobava as freguesias da Ajuda, Alcântara Campolide, Lapa, Prazeres, Santa Isabel, Santa Maria de Belém, Santo Condestável, Santos-o-Velho e São Francisco de Xavier; a CPCJ Lisboa Norte integrava as freguesias da Ameixoeira, Benfica, Carnide, Charneca, Lumiar e São Domingos de Benfica; e a CPCJ Lisboa Oriental abrangia as freguesias do Beato, Marvila e Santa Maria dos Olivais. No que diz respeito ao concelho de Sintra, a CPCJ Oriental contemplava as freguesias de Belas, Queluz, Casal de Cambra, Massamá, Monte Abraão, Mira Sintra, Cacém, São Marcos e Agualva, num total de nove, e a CPCJ Sintra Ocidental abrangia 11 freguesias: Almargem do Bispo, Colares, Montelavar, Pero Pinheiro, São João das Lampas, St.^a Maria e S. Miguel, S. Martinho, S. Pedro de Penaferrim, Terrugem, Algueirão-Mem Martins e Rio de Mouro.

Amadora, Sintra Oriental, Lisboa Oriental e Loures, todas com um número acima dos 1000 processos. No distrito de Setúbal, as CPCJ de Setúbal e Almada estavam na mesma condição, com um volume processual acima desse valor, registando ambas um expressivo aumento de casos de 2007 para 2008, com maior relevância para a primeira.

Nos quatro concelhos seleccionados para a execução dos Projectos de Formação Parental há oito Comissões de Protecção: Amadora, Lisboa Centro, Lisboa Norte, Lisboa Oriental, Lisboa Ocidental, Sintra Ocidental, Sintra Oriental e Setúbal. Em 2007, estas CPCJ acompanharam um total de 9862 processos de promoção e protecção, número que subiu para 10 819 processos em 2008 e desceu para 10 502 processos em 2009. A situação específica de cada uma no período compreendido entre 2007 e 2009 é a que se apresenta na Tabela 8, na página seguinte³.

Tabela A.2 Projectos de Formação Parental: volume processual das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens concelhias, entre 2007 e 2009

CPCJ	ANO	N.º DE PROCESSOS						VOLUME PROC. GLOBAL/ ANO
		TRANSITADOS	INSTAURADOS	REABERTOS	ARQUIVADOS			
					Arquivados liminarmente	Arquivados	Total arquivados	
Amadora	2007	481	649	1	18	621	639	1131
	2008	637	687	15	44	482	526	1339
	2009	647	673	10	67	387	454	1330
Lisboa Centro	2007	851	739	33	0	550	550	1623
	2008	1.067	668	88	250	581	831	1823
	2009	982	690	43	329	797	1126	1715
Lisboa Norte	2007	643	617	76	486	152	638	1336
	2008	745	578	57	496	193	689	1380
	2009	726	575	83	475	154	629	1384
Lisboa Ocidental	2007	210	374	51	45	341	386	635
	2008	249	432	29	114	298	412	710
	2009	211	323	12	73	181	254	546
Lisboa Oriental	2007	787	554	51	175	597	772	1392
	2008	605	609	45	186	399	585	1259
	2009	647	526	84	294	399	693	1257

³ À data da elaboração deste documento não se encontravam disponíveis os dados do ano de 2010.

(cont.)

CPCJ	ANO	N.º DE PROCESSOS						VOLUME PROC. GLOBAL/ ANO
		TRANSITADOS	INSTAURADOS	REABERTOS	ARQUIVADOS			
					Arquivados liminarmente	Arquivados	Total arquivados	
Setúbal	2007	666	532	213	92	294	386	1411
	2008	1075	395	47	92	315	407	1517
	2009	1100	310	36	116	340	456	1446
Sintra Ocidental	2007	684	658	27	288	225	513	1369
	2008	857	608	36	190	355	545	1501
	2009	936	552	45	100	559	659	1533
Sintra Oriental	2007	430	496	39	70	313	383	965
	2008	643	624	23	89	537	626	1290
	2009	642	600	39	160	350	510	1281
TOTALS	2007	4312	4619	491	1174	3093	4267	9862
	2008	5878	4601	340	1461	3160	4621	10819
	2009	5891	4249	352	1614	3167	4781	10492

Fonte: *Relatórios Anuais de Actividades das Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (2007-2009)*, CNPCJR/ISS, IP

Relativamente às que se situam no distrito de Lisboa (sete), é de salientar que, nestes anos em análise, as autoridades policiais foram as entidades que mais referenciaram situações de perigo às Comissões, seguidas dos estabelecimentos de ensino e de outras CPCJ, o que constitui uma tendência diferenciada da que prevalece a nível nacional e que pode também ser identificada no distrito de Setúbal, com os estabelecimentos de ensino em primeiro lugar, seguidos dos pais e dos estabelecimentos de saúde.

De igual modo, identificam-se algumas diferenças em relação às situações de perigo mais referenciadas na instauração de processos em 2008 neste universo, que apesar de incidirem nos dois distritos no mesmo grupo de cinco categorias, apresentam alguns posicionamentos divergentes. Em ambos os distritos, a negligência é a problemática mais significativa no total das referenciações, tal como sucede em todo o território nacional. Nas CPCJ do distrito de Lisboa, surge a seguir, por ordem crescente do valor percentual manifesto, a exposição a modelos de comportamento desviante, os maus-tratos psicológicos/abuso emocional, o abandono escolar e os maus-tratos físicos, enquanto nas CPCJ do distrito de Setúbal, aparece em segundo lugar o abandono escolar, e só depois a exposição a modelos de comportamento desviante, os maus-tratos físicos e os maus-tratos psicológicos/abuso emocional.

Tendências diversas que sugerem quadros sociais onde emerge o mesmo tipo de problemáticas, mas com uma expressão estatística diferenciada.

Nas Comissões do distrito de Lisboa, existe um maior volume processual nos escalões etários dos «6-10 anos», seguido dos «11-14 anos» e dos «15-17 anos», para ambos os sexos. Só até aos dois anos de idade é que existe uma maior prevalência de raparigas. Nas Comissões do distrito de Setúbal, o escalão mais representado é o dos «11-14 anos», seguido dos «6-10 anos» e dos «15-17 anos», para ambos os sexos. Globalmente, neste distrito há sempre mais casos do sexo masculino nas CPCJ do que do sexo feminino.

Quer num como no outro distrito, as Comissões mencionadas tendem a acompanhar um elevado número de processos que envolvem crianças nascidas noutros concelhos que não o da respectiva CPCJ que intervém. Em 2008, cerca de 21% do total de processos instaurados no distrito de Lisboa enquadrava-se nesta categoria, apesar de se registar um nítido decréscimo em relação a 2007. No mesmo ano, em Setúbal esse valor atingiu os 20,8% do total de processos. Nos dois distritos os valores são claramente superiores ao que é a média nacional para este tipo de casos. Este dado sugere a existência de uma elevada mobilidade geográfica por parte das famílias abrangidas neste tipo de intervenção, o que pode constituir um obstáculo à eficácia e sucesso da mesma. Ainda em 2008, as crianças nascidas nos PALOP com intervenção das CPCJ representavam 5,4% do total do volume processual nas CPCJ do distrito de Lisboa e 6,9% no total relativo ao distrito de Setúbal.

NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES

Ana Cristina de Oliveira – Educadora de Infância, Acompanhamento Educativo e Coordenação de Actividades, *Instituto das Comunidades Educativas*

Ana d’Espiney – Socióloga, Coordenadora do Projecto, *Instituto das Comunidades Educativas*

Ana Maria Santos – Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação, Coordenadora do Projecto, “*Questão de Equilíbrio*” – *Associação de Educação e Inserção de Jovens*

Ana Nascimento Rodrigues – Professora Auxiliar na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Formadora e com funções de avaliação no Projecto, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*

Ana Pacheco, Técnica de Serviço Social, Gestor de Família, *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante*

Ana Paula Ribeiro – Docente especializada em Educação Especial, Formadora, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*

Ana Rita Milheiro – Licenciatura em Psicologia Criminal e Comportamento Desviante, Gestor de Família, *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante*

Ana Vaz – Licenciatura em Psicologia do Desporto, Reeducadora Psicossocial, *Presley Ridge – Associação de Solidariedade Social*

- Andreia Alves dos Santos – Mestre em Psicologia Criminal, Coordenadora do Projecto, *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviantes*
- Armando Leandro, Juiz Conselheiro, Presidente da Comissão Nacional das Crianças e Jovens em Risco
- Bruno Ferreira, Psicólogo, responsável pela monitorização e investigação no Projecto, *ARISCO – Instituição para a Promoção Social e da Saúde*
- Carmelita Dinis, Psicóloga, Formadora, *Movimento de Defesa da Vida*
- Cátia Ribeiro, Psicóloga, “*Questão de Equilíbrio*” – *Associação de Educação e Inserção de Jovens*
- Clara Castilho – Psicóloga, Formadora, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Daniel Sampaio – Coordenador Científico do Programa «Crianças e Jovens em Risco», da Fundação Calouste Gulbenkian, Professor Catedrático de Psiquiatria e Saúde Mental da Faculdade de Medicina de Lisboa e Chefe de Serviço de Psiquiatria do Hospital de Santa Maria, Lisboa.
- Dolores Gamito – Licenciatura em Educação Especial e Reabilitação, Formadora, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Filipa Mesquita, Mestre em Psicologia Legal, Coordenadora e Reeducadora Psicossocial, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Filipa Poppe – Técnica de Serviço Social, Terapeuta Familiar e Formadora, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Hélder Soares, Psicólogo, Responsável Técnico e Coordenador de Equipa, *ARISCO – Instituição para a Promoção Social e da Saúde*
- Helena Raposo Lopes – Psicóloga, Formadora, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Hugo Cruz – Psicólogo, Programa «Crianças e Jovens em Risco», da Fundação Calouste Gulbenkian.
- João Gomes-Pedro, Professor Catedrático de Pediatria (Jubilado), da Faculdade de Medicina de Lisboa
- Kátia Almeida, Mestre em Psicologia do Desporto, Supervisora do Projecto, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Luís Fernandes – Licenciatura em Reabilitação Psicomotora, Formador, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Maria da Graça Mira Delgado, Educadora de Infância, Coordenadora do Projecto, *Movimento de Defesa da Vida*

- Maria João Leote de Carvalho – Investigadora do CesNova, Centro de Estudos de Sociologia da Universidade Nova de Lisboa, Programa «Crianças e Jovens em Risco», da Fundação Calouste Gulbenkian.
- Mónica Santos – Técnica de Serviço Social, *“Questão de Equilíbrio” – Associação de Educação e Inserção de Jovens*
- Nuno Fazenda – Licenciatura em Psicologia do Desporto, Reeducador Psicossocial, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Patrícia Chaleira – Psicóloga e Formadora, *Movimento de Defesa da Vida*
- Patrícia Sarmento, Psicóloga, Consultora Técnica na avaliação do programa, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Pedro Morato – Professor Associado na Faculdade de Motricidade Humana da Universidade Técnica de Lisboa, Coordenador do Projecto, *Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia*
- Raquel Santiago – Psicóloga e Reeducadora Psicossocial, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Rui Lopes – Mestre em Intervenção Comunitária e Protecção de Menores, Consultor Técnico na avaliação do programa, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Sofia Silva – Mestre em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, Reeducadora Psicossocial, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Sónia Vaz Borges – Mestre em História de África, Mediadora Cultural e Coordenadora de actividades do Projecto, *Instituto das Comunidades Educativas*
- Susana Bernardo – Mestre em Intervenção Psicossocial com Crianças, Jovens e Famílias, Coordenadora do Projecto e Reeducadora Psicossocial, *Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social*
- Tânia Manuel – Mestre em Psicologia Criminal, Gestor de Família, *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante*
- Vanessa Luz – Técnica de Serviço Social, Gestor de Família, *Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante*
- Vânia Capelo – Educadora Social, Formadora, *Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida*
- Vera Carinhas – Psicóloga e Coordenadora do Projecto, *Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida*

ÍNDICE

NOTA DE ABERTURA	9
<i>Isabel Mota</i>	
PREFÁCIO – UMA PROPOSTA PARA O FUTURO	11
<i>Daniel Sampaio</i>	
SIGLAS E ACRÓNIMOS	15
I PARTE – A FAMÍLIA NO CENTRO DA INTERVENÇÃO	17
1. INFÂNCIA, FAMÍLIAS E A EDUCAÇÃO PARENTAL	19
<i>Hugo Cruz; Maria João Leote de Carvalho</i>	
Família(s): um conceito em permanente (re)construção	21
A educação parental: percursos e teorias	23
Em torno do conceito de educação parental.	29
O perfil do técnico no âmbito da educação parental.	30
Referências bibliográficas.	32

2. A CONDIÇÃO DA INFÂNCIA EM PORTUGAL	35
<i>Maria João Leote de Carvalho; Hugo Cruz</i>	
Parentalidade e infância na sociedade portuguesa	37
Conhecer as crianças para intervir nas famílias: traços demográficos e sociais da infância em Portugal	43
Referências bibliográficas.	53
II PARTE – PROGRAMA «CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO».	57
3. O ACOMPANHAMENTO TÉCNICO DOS PROJECTOS NO TERRENO	59
<i>Hugo Cruz; Maria João Leote de Carvalho</i>	
Referências bibliográficas.	67
4. EQUIPAS, PARCERIAS, ACÇÕES E MODELOS DE AVALIAÇÃO DOS PROJECTOS DE FORMAÇÃO PARENTAL	69
<i>Maria João Leote de Carvalho; Hugo Cruz</i>	
Constituição das equipas técnicas.	71
Traços de caracterização socioprofissional dos técnicos das equipas	75
Natureza da afectação dos técnicos ao projecto	85
Síntese de caracterização do perfil dos técnicos envolvidos.	91
Parcerias	92
Acções	100
Os modelos de avaliação dos Projectos de Formação Parental	105
Referências bibliográficas.	108
5. CONTEXTUALIZAÇÃO SOCIOCULTURAL DAS FAMÍLIAS E CRIANÇAS ENVOLVIDAS NOS PROJECTOS DE FORMAÇÃO PARENTAL	109
<i>Maria João Leote de Carvalho; Hugo Cruz</i>	
Famílias e perfil dos pais/cuidadores	111
Problemáticas na origem do encaminhamento dos pais/cuidadores para o(s) projecto(s)	123
Síntese de caracterização do perfil dos pais/cuidadores	131

Perfil das crianças/jovens envolvidos	133
Síntese de caracterização do perfil das crianças/jovens.	142
III PARTE – OITO PROJECTOS PARA PAIS	145
6. ESPAÇO DA FAMÍLIA – PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL	147
<i>Vânia Capelo; Vera Carinbas</i> (Fundação Portuguesa Comunidade Contra a Sida)	
Resumo	149
Abstract	149
Introdução	150
Enquadramento Teórico	151
Um olhar sobre o Projecto «Espaço da Família»	154
A População-Alvo	157
Actividades desenvolvidas	159
«Espaço da Família – Sessões de Educação Parental»	159
Actividades Lúdico-Pedagógicas	164
Materiais construídos.	166
Mascote – Representação da Gestão Doméstica	166
Mimo (jogo de cartas em que se aplica a mímica)	166
Quem é quem na roda dos alimentos (jogo de tabuleiro)	167
Roda da Sorte (jogo de tabuleiro)	167
Uno (jogo de cartas)	167
Party (jogo de tabuleiro)	167
Impactos esperados e alcançados.	168
Apresentação de Resultados / Avaliação.	169
Referências bibliográficas	172
7. ESCOLA DE PAIS – UM PROGRAMA DE FORMAÇÃO PARENTAL PARA FAMÍLIAS DE ALTORISCO	175
<i>Ana Pacheco; Ana Rita Milbeiriço; Andreia Alves dos Santos; Renata Benavente; Tânia Manuel; Vanessa Luz</i> (Margens – Associação para a Intervenção em Exclusão Social e Comportamento Desviante)	
Resumo	177
Abstract	177

Introdução	177
Fundamentação e legitimação do «Escola de Pais»	178
Teoria do Desenvolvimento Social e Teoria da Vinculação	181
Objectivos específicos do «Escola de Pais»	182
População-alvo e problemáticas associadas	183
Procedimentos e Metodologias	184
Consórcio – o trabalho em rede	186
Avaliação Externa	193
Referências bibliográficas.	195

8. NOVA MENTE. PROGRAMA DE PRESERVAÇÃO FAMILIAR

E FORMAÇÃO PARENTAL	201
--------------------------------------	------------

*Ana Vaz; Filipa Mesquita; Nuno Fazenda; Kátia Almeida;
 Patrícia Sarmento; Raquel Santiago; Rui Lopes; Sofia Silva;
 Susana Bernardo (Pressley Ridge – Associação de Solidariedade Social)*

Resumo	203
Abstract	203
Introdução	204
Apresentação da instituição promotora	204
Fundamentação da candidatura e linhas gerais do projecto.	205
Enquadramento	206
Base teórica da intervenção desenvolvida	206
Metodologia	210
Apresentação de Resultados	215
Conclusões	222
Referências bibliográficas.	225

9. PARA PAIS SOBRE FILHOS – UM PROJECTO DE INTERVENÇÃO

COM FAMÍLIAS	227
-------------------------------	------------

*Ana Nascimento Rodrigues; Ana Paula Ribeiro;
 Clara Castilho; Dolores Gamito; Filipa Poppe; Helena Raposo Lopes;
 Luís Fernandes; Pedro Morato (Centro Doutor João dos Santos
 – Casa da Praia)*

Resumo	229
Abstract	229
Introdução	230

Centro Doutor João dos Santos – Casa da Praia: 30 anos de Pedagogia Terapêutica	230
Enquadramento e fundamentação teórica do projecto	230
População-alvo	234
Estrutura e Metodologia de Implementação	236
Avaliação do projecto	238
Conclusões/Resultados	245
Referências bibliográficas.	249

**10. NOVAS OPORTUNIDADES PARENTAIS. A FORMAÇÃO PARENTAL
PARA PAIS/CUIDADORES DE CRIANÇAS E JOVENS EM RISCO . . . 251**

Ana Maria Santos; Mónica Santos; Cátia Ribeiro (“Questão de Equilíbrio” – Associação de Educação e Inserção de Jovens)

Resumo	253
Abstract	253
1. Introdução	254
2. Enquadramento	255
3. Metodologia.	259
3.1. Impacto	267
3.2. Equipa Técnica	269
3.3. Parceiros	270
3.4. Materiais Construídos	271
3.5. Principais Desvios	272
4. Resultados	273
4.5. Principais Conclusões	277
Referências bibliográficas.	279

11. SAFER – SERVIÇO DE APOIO A FAMÍLIAS EM RISCO 281

Carmelita Dinis; Maria da Graça Mira Delgado; Patrícia Chaleira
(Movimento de Defesa da Vida)

Resumo	283
Abstract	283
Introdução	284
Metodologia.	289
Conclusões e Apresentação de Resultados.	295
Referências bibliográficas	300

12. LAÇOS, AFECTOS E METODOLOGIAS: DESCRITIVO DE UM PROJECTO DE FORMAÇÃO PARENTAL – O PROJECTO LAÇO NO BAIRRO DE SANTA FILOMENA (AMADORA)	301
<i>Ana Carreira d'Espiney; Ana Cristina Oliveira; Sónia Vaz Borges</i> (Instituto das Comunidades Educativas)	
Resumo	303
Abstract	303
1. Introdução	304
O contexto de partida	304
A resposta que se projectou	305
Impactos esperados e plano de avaliação	307
Plano de avaliação	309
2. Paradigmas de partida	310
Uma abordagem desenvolvimentista e sistémica	310
A aposta na intergeracionalidade da intervenção.	311
A importancia de diversificar os espaços e os tempos da formação	312
A assumpção do acaso como ferramenta metodológica	312
O recurso à Pedagogia do Superavit	313
3. Eixos estratégicos	313
A criança como «porta de entrada» do processo de mudança	313
A potenciação da afectividade pelo reforço da intercomunicação	314
Aposta na produção de conhecimento	315
Um esforço de gestão de tempos, ritmos e práticas diferenciados:	
os tempos das famílias e os tempos dos técnicos	316
A conjugação entre educação formal e não formal.	317
A aposta no trabalho em parceria.	317
Uma animação feita de participação e por um animador de estilo novo	318
Um apoio às famílias flexível e multivariado.	319
4. Os obstáculos enfrentados	320
Carácter restritivo dos objectivos e das respostas do projecto e as expectativas de futuro de muitas pessoas	320
A profunda desmotivação e baixa autoestima	322
O generalizado fraco domínio da língua portuguesa	323
A falta de um espaço Laço	324
Urgência do apoio imediato e tempo lento das respostas.	325

As conflitualidades e os diferentes níveis de envolvimento dos parceiros	326
A presença de manifestações de caciquismo.	327
O estar e o ser das famílias acompanhadas	328
5. Considerações finais	329
Referências bibliográficas.	336
13. REDE DE INTERVENÇÃO NA FAMÍLIA (RIF). UMA EXPERIÊNCIA DE PREVENÇÃO DE MAUS-TRATOS E NEGLIGÊNCIA INFANTIL (MNI) ATRAVÉS DA PROMOÇÃO DE COMPETÊNCIAS PARENTAIS EM CONTEXTO COMUNITÁRIO	339
<i>Hélder Soares; Bruno Ferreira (ARISCO – Instituição para a Promoção Social e da Saúde)</i>	
Resumo	341
Abstract	341
Introdução	341
Desenvolvimento, parentalidade e MNI. Uma perspectiva ecológica	342
Parentalidade eficaz	343
Intervenções na parentalidade e GFP	345
Objectivos gerais e específicos da RIF.	347
População-alvo	347
Caracterização dos participantes adultos em intervenções de 3.º Nível	348
Caracterização dos participantes crianças em intervenções de 3.º nível.	349
Problemáticas familiares identificadas e que sustentaram a participação em intervenções de formação parental	350
Tipologia e formato das actividades desenvolvidas.	350
Grupos de Pais e Pais-Filhos	350
Apoio individual ou familiar	351
Fortalecimento da rede comunitária.	352
Avaliação dos GFP	352
Metodologia	352
Resultados.	353
Equipa técnica.	357
Parceiros envolvidos – o trabalho em rede	358
Materiais	358
Conclusões	359
Referências bibliográficas.	361

IV PARTE – REFLEXÕES FINAIS	367
REFLEXÕES FINAIS	369
<i>Daniel Sampaio; Maria João Leote de Carvalho; Hugo Cruz</i>	
Processos e instrumentos de acompanhamento técnico	371
Equipas, acções e práticas no terreno	373
Parcerias	373
Da intervenção com as Comissões de Protecção de Crianças e Jovens (CPCJ)...	375
UMA PROPOSTA: PRINCÍPIOS DE INTERVENÇÃO EM FORMAÇÃO PARENTAL	377
POSFÁCIO – O DIREITO DA CRIANÇA A UMA PARENTALIDADE POSITIVA. A FORMAÇÃO PARENTAL COMO APOIO À FAMÍLIA ENQUANTO AGENTE E RESPONSÁVEL CENTRAL DA REALIZAÇÃO DESSE DIREITO	381
<i>Armando Leandro</i>	
POSFÁCIO – INTERVENÇÃO NA PARENTALIDADE	389
<i>João Gomes-Pedro</i>	
Referências bibliográficas.	395
ANEXO 1 – INDICADORES DEMOGRÁFICOS DOS CONCELHOS SELECCIONADOS	397
ANEXO 2 – A INTERVENÇÃO DAS COMISSÕES DE PROTECÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS NOS CONCELHOS SELECCIONADOS	403
NOTAS BIOGRÁFICAS DOS AUTORES	409

«As crianças representam o futuro e compete-nos a todos promover as medidas necessárias para lhes garantirmos as melhores condições de vida durante a infância. No entanto, são conhecidas inúmeras situações de crianças e jovens em situação de risco, sujeitos a maus-tratos, negligência e abusos. (...)

Face à carência de acções estruturadas de apoio às famílias, capazes de se constituírem como recurso para o desenvolvimento de competências parentais de cuidadores de crianças em situação de risco ou perigo, e acreditando que seria um dos principais meios para evitar a institucionalização de crianças e jovens – medida tomada quando as famílias não conseguem assegurar a promoção dos seus direitos e a sua adequada protecção –, a Fundação decidiu eleger a Formação Parental para primeira componente deste Programa [“Crianças e Jovens em Risco”].»

Isabel Mota, *in* Nota de Abertura

« Este livro apresenta o resumo do trabalho efectuado no âmbito do Programa da Fundação Calouste Gulbenkian “Crianças e Jovens em Risco”, iniciado em 2007. Em Agosto desse ano foi aberto concurso público, destinado à escolha de Programas de Formação Parental. Foram seleccionadas oito propostas, apresentadas por organizações que já se encontravam a realizar projectos com crianças em risco, e que tinham a sua sede em locais onde a sinalização pelas Comissões de Crianças e Jovens em Risco se revelava particularmente frequente. Os programas, escolhidos por júri independente, iniciaram a sua actividade em 2008 e completaram-na em 2011, tendo sido o seu trabalho sempre acompanhado pela Equipa Técnica do Programa, que tive a honra de coordenar.»

Daniel Sampaio, *in* Prefácio

